

***O abandono de crianças em Lisboa (1850-1910).
Os efeitos do fim da exposição anónima na roda.***

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Joana Catarina Vieira Paulino

**Tese de Doutoramento em História,
especialização em História Contemporânea**

Outubro, 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialização em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Bolsa de Doutoramento Ref.: SFRH/BD/112019/2015

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Joana Catarina Vieira Paulino

Lisboa, 9 de Maio de 2019

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Silva', is positioned above a horizontal line.

Lisboa, 6 de Maio de 2019

À Vovica,

AGRADECIMENTOS

Porque este estudo não foi construído apenas por mim, ainda que o trabalho de investigação seja, muitas vezes, solitário. Existe, aqui, todo um *background* de apoio científico, emocional, incentivo, amizade e carinho, um estímulo inqualificável e indiscutível.

Agradeço...

Ao Professor Luís Espinha da Silveira. Como já tive oportunidade de lhe referir noutra ocasião (feliz), este trabalho é tanto meu quanto seu, em cada uma das suas vírgulas. Agradeço e reconheço a atenção, disponibilidade e a mundividência científica... O constante desvendar de novas perspectivas de análise e problematizações que me pareciam tão distantes. É com um enorme gosto e satisfação que tenho trilhado o meu ainda pequeno caminho na investigação sob a sua orientação.

À minha mãe, ao meu pai, ao Luís. Por terem apoiado e acreditado nas minhas capacidades não só para esta etapa, como para todo o meu percurso. Por viverem as minhas vitórias com o entusiasmo de como se fossem deles.

Ao Vasco, pelas rabugices, por saber que tenho sempre razão, por me ouvir enésimas vezes a treinar comunicações, por ter paciência, ... ainda que nunca tenha lido um único parágrafo de tudo o que eu já escrevi (pode ser que comece por aqui...).

À Cátia e ao João, por todo o apoio e incentivo, por estarem sempre presentes, por tudo... À Patrícia, porque tem sido tão bom fazer este caminho contigo, a minha versão académica mais sintética!

À Ana a disponibilidade para cartografar as “minhas” crianças e discutir sobre o tema. À Taiana, por ter aprendido mais nos últimos meses do que em muitos anos. Ao Professor Daniel, por ter sido tão disponível em, mais uma vez, me ajudar em questões técnicas e científicas. Ao Paulo, por ter acompanhado o meu percurso, ajudado a enriquecer o meu *curriculum* e apoiado-me em muitas questões neste tema que, em parte, também é um pouco seu.

Este trabalho não teria ainda sido possível sem a disponibilidade, amabilidade, conhecimento (e, por vezes, paciência) de pessoas de vários arquivos. Agradeço à Doutora Alexandra, do Arquivo Diocesano de Santarém; à Doutora Teresa do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa; e, sobretudo, à Luísa, ao Doutor Francisco, à Elisete, à Sandra e à Susana, do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Nestas próximas páginas está a justificação para tantos livros pedidos...

O abandono de crianças em Lisboa (1850-1910).

Os efeitos do fim da exposição anónima na roda.

Joana Catarina Vieira Paulino

Resumo

Durante os primeiros 60 anos de Oitocentos o número de crianças abandonadas em Portugal aumentou dramaticamente dada a legalidade das exposições anónimas. Pina Manique (1783) fez proliferar as Casas da Roda, demarcando o pioneirismo português face a outros Estados da Europa católica onde esta prática era igualmente aceite. Em Lisboa, a criação dos expostos era tutelada pela Santa Casa da Misericórdia, mediante financiamento concelhio, característica que se manteve após 1836, quando Passos Manuel fez transitar a tutela destes menores unicamente para os municípios, tornando o contexto da capital excepcional.

Em Portugal (e no estrangeiro) o aumento dos abandonados e a sua mortalidade conduziram a debates, motivando uma mudança na política assistencial face aos expostos. Em 1867 decretou-se a abolição das rodas, impuseram-se a identificação e justificação parental e a ponderação da admissão, generalizaram-se as lactações e a fiscalização das grávidas não recatadas. Não obstante a revogação deste decreto, as medidas foram gradualmente aplicadas em todo o Reino e, no final de 1870, findaram os abandonos na roda da capital, onde até então eram expostos um número ímpar de menores, sem equivalência a outras Casas da Roda nacionais.

Esta investigação analisa o abandono infantil em Lisboa (1850-1910), à luz da mudança no paradigma da política assistencial face aos expostos. Como se processou a extinção do abandono na roda em Lisboa? Quais os seus reflexos? Dividida em três partes, desvenda-se a evolução da assistência aos abandonados em Portugal e em Lisboa; para depois se estudar quantitativamente as características desta prática e os reflexos da mudança. Contam-se ainda histórias de vida de expostos entregues a amas das freguesias da Encarnação (Lisboa) e de Tomar (Tomar), reflectindo-se sobre a sua integração familiar e social.

O fim do abandono na roda em Lisboa trouxe novos desafios à misericórdia, que não só aplicou as medidas de 1867, como se adaptou à realidade de uma grande cidade impondo iniciativas particulares bem sucedidas, como a cooperação com as autoridades policiais, dada a persistência de abandonos em locais públicos e do envio de crianças de outros concelhos para esta instituição.

Feita a transição no processo de admissão e institucionalmente, mudaram também as dinâmicas quantitativas. Houve uma forte diminuição da entrada de abandonados, a par da mortalidade (e, ainda que lentamente da mortalidade infantil), por contraponto a um aumento da concessão de subsídios de lactação atribuídos, sobretudo, a mães casadas. Eram, todavia, as mães solteiras as maiores expositoras, abandonadas pelo pai do menor ou sendo criadas de profissão. As crianças admitidas tinham a sua origem geográfica, sobretudo, no concelho de Lisboa e, neste, na freguesia da Encarnação, bem como em outras associadas à fixação de habitações das «classes laboriosas» e onde o crescimento populacional tinha sido rápido. Após a sua admissão, os expostos eram enviados

preferencialmente para zonas rurais dos distritos de inspecção criados pela misericórdia, com destaque para Leiria.

Estudados os percursos de vida, as características do abandono eram idênticas nos dois grupos, mas diferia o percurso, mobilidade e integração familiar e social dos menores. Nas zonas mais afastadas da capital a probabilidade de inserção numa família era maior, tal como acreditavam os contemporâneos.

Palavras-chave: História, História Contemporânea, História Social e das Mentalidades, História Urbana, Políticas assistenciais, Abandono infantil, Roda dos expostos, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

The abandonment of children in Lisbon (1850-1910).

The effects of the end of the anonymous exposures on the wheel.

Joana Catarina Vieira Paulino

Abstract

During the first 60 years of the 19th century the number of abandoned children in Portugal increased dramatically, due to the legal acceptance of anonymous abandonment. Pina Manique (1783) ordered the proliferation of institutions for foundlings, making Portugal pioneer in applying this measure when considered other European catholic States where exposures were equally accepted. In Lisbon, foundlings were raised by *Santa Casa da Misericórdia*, through municipal funding, a characteristic that made the capital's context exceptional. It continued after 1836, when Passos Manuel transferred the guardianship of these children to belong solely to the municipalities.

In Portugal (and abroad) the high number of foundlings and their mortality led to debates, motivating a change in the welfare policy towards those children. In 1867 a decree: abolished the wheels; imposed parental identification and justification and admission deliberation; generalized granting of lactation subsidies and the supervision of pregnant women who didn't want to declare their status. Notwithstanding the revocation of this decree, these measures were gradually applied throughout the Kingdom and, in the end of 1870, the exposures on Lisbon's wheel, where there were abandoned a high number of children (with no comparison to other national institutions), ended.

This research analyzes child abandonment in Lisbon (1850-1910), considering the change in the paradigm of the welfare policy towards foundlings. How did the exposures on Lisbon's wheel end? Which were the effects? Divided in three parts, we study the evolution of abandoned children welfare in Portugal and Lisbon; and, then, we analyse quantitatively the characteristics of this practice and the effects of the change. We also reconstituted the life course of foundlings sent to wetnurses from the parish of Encarnação (Lisbon) and Tomar (Tomar), reflecting on their family and social integration.

The end of the abandonment in Lisbon's wheel brought new challenges to *misericórdia*, that not only applied the 1867 measures, but also took initiatives adapted to the reality of a big city, as exposures in public places and the abandonment in Lisbon's institution of children from other municipalities continued. Those initiatives, such as the cooperation with police forces, were well succeeded.

Quantitative dynamics also changed. Admissions and mortality decreased (there was also a slow reduction on child mortality), and the number of lactations granted got higher, which were mainly given to married mothers. Despite this fact, single mothers were the ones who exposed their children the most, due to the fact that they were abandoned by the father of their son or daughter or because they were servants. Foundlings were from the municipality of Lisbon and, mainly, from the parish of Encarnação and others. Among those others there were ones related to the place of «*classes laboriosas*» and where the population growth was really fast. Once admitted, foundlings were sent, preferably, to rural areas in the inspection districts created by *misericórdia*, mostly to Leiria.

By analyzing the life course of some foundlings, we understood that the characteristics of the abandonment were similar. The change was on their path, mobility and family and social integration. On the places further from Lisbon there was a higher probability of foundlings being integrated on a family, as the contemporary believed.

Keywords: History, Contemporary History, Social and Mentalities History, Urban History, Welfare, Child abandonment, Wheel of foundlings, Lisbon, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

PARTE I. A EVOLUÇÃO DO ABANDONO INFANTIL EM PORTUGAL E, PARTICULARMENTE, EM LISBOA 26

1. O novo ascendente da criança e os seus reflexos nas políticas assistenciais face aos expostos na Europa católica	27
1.1. O século XIX: o século da criança	27
1.2. Perspectiva comparada do abandono infantil na Europa.....	29
1.2.1. O abandono infantil na Europa católica: da institucionalização do <i>torno</i> espanhol, das <i>tours</i> francesas e da <i>ruota</i> em Itália ao seu combate.....	32
2. O abandono infantil em Portugal.....	42
2.1. Das <i>Ordenações Manuelinas</i> à segunda metade do século XVIII	45
2.2. O modelo de assistência aos expostos do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX	47
2.2.1. O aviso de Pina Manique de 1783	47
2.2.1.1. Pina Manique e os expostos da capital	49
2.2.2. O alvará de 1806.....	50
2.2.3. O relatório do desembargador Filipe Ferreira de Araújo e Castro: o alcance da política populacionista de Pina Manique	51
2.2.4. O decreto de 1836 e o caso excepcional da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	53
2.2.5. A Real Casa dos Expostos de Lisboa na primeira metade do século XIX: entre a reforma e os problemas estruturais	56
2.2.5.1. A reforma interna da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as melhorias na Real Casa dos Expostos	57
2.2.5.2. Os problemas estruturais da Real Casa dos Expostos de Lisboa em meados do século XIX.....	60
2.2.5.2.1. As amas	60

2.2.5.2.2. O atraso nos pagamentos da Câmara Municipal de Lisboa.....	64
2.2.5.2.3. O forte aumento da população sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	65
2.2.5.2.3.1. Um projecto para evitar os abusos da exposição	65
2.2.5.2.3.2. Medidas para diminuir a população de expostos “maiores”	69
2.2.5.2.3.3. Os filhos de puérperas do Hospital de São José	72
2.2.4.2.3.4. A persistência de abandono em espaços públicos	73
2.3. Os debates em torno do encerramento da roda dos expostos	75
2.3.1. Os defensores da roda dos expostos	76
2.3.2. Os opositores à roda dos expostos.....	78
2.3.3. O posicionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no debate ..	82
2.3.4. A comissão de 1862.....	85
2.4. O gradual encerramento das rodas dos expostos	87
2.4.1. O fim do abandono anónimo infantil na capital	90
2.4.1.1. Problemas e soluções após o fim do abandono anónimo infantil na capital	94
2.4.1.1.1. Os resquícios de abandono anónimo e a cooperação policial	95
2.4.1.1.2. As falsas declarações das recoveiras	98
2.4.1.1.3. Os subsídios de lactação	100
2.4.1.1.4. Incentivos à recuperação parental.....	102
2.4.1.1.5. O combate à admissão de crianças de outros concelhos e a reforma municipal de 1885	104
2.5. A regulamentação do serviço de expostos no contexto nacional	107
2.6. A organização e o funcionamento da Real Casa dos Expostos de Lisboa no final do século XIX.....	109
2.6.1. As normas impostas para o quotidiano na Real Casa dos Expostos de Lisboa	114

PARTE II. CARACTERIZAÇÃO DO ABANDONO INFANTIL EM LISBOA. REFLEXOS DO FIM DAS EXPOSIÇÕES ANÓNIMAS..... 116

1. Evolução do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1910). Os resquícios da exposição anónima depois de 1870 e sua repressão	121
1.1. Sazonalidade do abandono	125

1.2.	Entrada com declarações	126
1.3.	A admissão justificada e ponderada e os resquícios de abandono anónimo após 1870.....	128
2.1.	Motivos do abandono	139
2.2.1.	Caracterização das mães	142
2.2.1.1.	Estado civil	142
2.2.1.2.	Outras informações do início do século XX: idade, legitimidade, abandono pelo pai, ocupações e profissões	143
2.2.2.	Caracterização dos abandonados	149
2.2.2.1.	Género	149
2.2.2.2.	Faixa etária	150
2.2.2.3.	Origem geográfica	152
3.	O destino dos abandonados	157
3.1.	Amas externas e mestres de ofícios	157
3.2.	Subsídios de lactação.....	168
3.3.	Recuperação parental.....	172
3.4.	Mortalidade dos abandonados	176
4.	A população sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	188

PARTE III. CONTAR HISTÓRIAS DE VIDA DE CRIANÇAS ABANDONADAS EM LISBOA..... 194

1.	Perspectiva comparada do percurso dos abandonados entregues a amas de uma freguesia de Lisboa, a Encarnação, e de um pequeno centro urbano, Tomar	202
1.1.	Os abandonados da freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa.....	202
1.1.1.	A entrada dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa	206
1.1.2.	A criação de leite	210
1.1.3.	A criação de seco	211
1.1.4.	O termo de vestir	213
1.1.5.	A aprendizagem de ofícios pelos expostos e a educação das expostas	215
1.1.6.	As expostas criadas de servir.....	216
1.1.7.	A mortalidade	218
1.1.8.	As recuperações parentais	218
1.1.9.	O casamento de expostas	220

1.1.10.	As amas da Encarnação e suas famílias.....	220
1.2.	Os abandonados da freguesia de Tomar	227
1.2.1.	A entrada dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa	231
1.2.2.	A criação de leite	233
1.2.3.	A criação de seco	234
1.2.4.	O termo de vestir	235
1.2.5.	A aprendizagem de ofícios pelos expostos e a educação das expostas	236
1.2.6.	As expostas criadas de servir.....	236
1.2.7.	A mortalidade	236
1.2.8.	As recuperações parentais	237
1.2.9.	O casamento de expostas	237
1.2.10.	As amas de Tomar e suas famílias.....	238
2.	Contar histórias de vida dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa	243
2.1.	Abandonados da freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa	243
2.2.	Abandonados da freguesia de Tomar, concelho de Tomar	271

CONCLUSÕES..... 292

FONTES E BIBLIOGRAFIA 310

LISTA DE ABREVIATURAS

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ADS – Arquivo Diocesano de Santarém

AHAR – Arquivo Histórico da Assembleia da República

AHACLX – Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa

AHPATLX – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AHSCML – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

SIG – Sistema de Informação Geográfica

INTRODUÇÃO¹

As crianças têm, hoje em dia, um papel, quase se poderia dizer, sacralizado não só no seio das famílias, como também da própria sociedade. Quando se dá o seu abandono em locais públicos, logo é noticiado e os actores de tal acto são criminalmente julgados. Mas terá sido sempre assim? Como se construiu esta mentalidade em que a criança passa a ocupar o epicentro da família e da sociedade?

Ao longo do século XIX verificou-se uma mudança gradual, em que passamos da criança abandonada para um maior incentivo à sua substituição pela criança subsidiada. No primeiro caso, a criança era abandonada, acreditando-se na sua salvação física e espiritual. A sua sobrevivência seria permitida pela exposição em Casas da Roda, contrariando assim outras práticas como o aborto ou o infanticídio. Os pais não tinham meios para criar os seus filhos, quer por motivos financeiros, quer por salvaguarda da sua honra. A institucionalização destes menores era a única via para a sua salvação. Tal foi facilitado pela proliferação de Casas da Roda a partir do final do século XVIII, dotadas de mecanismos de abandono anónimo, as rodas. Aliado a este mecanismo estava a ausência de penalização do acto de exposição. Esta situação motivou uma explosão do número de abandonos, à qual a capital portuguesa não ficou indiferente, chegando a ser expostas perto de 3 000 crianças por ano no final da década de 1860.

Todavia, o destino dos expostos era pautado, em geral, por uma enorme mortalidade. Paralelamente, a roda convidava ao abandono e ao incremento desta prática. Ao longo de Oitocentos a mentalidade mudou e o anonimato no acto de abandono começou a ser perspectivado de uma forma crítica. A instituição deveria persistir, mas não a recepção indiscriminada de crianças, então substituída pela justificação e ponderação aquando do abandono e aumentando-se a possibilidade de permanência no seu seio familiar pela generalização da concessão de subsídios de lactação à mãe. A partir da segunda metade do século XIX passa, assim, a imperar e a incrementar-se a responsabilidade parental (ainda que esta já estivesse presente e fosse evidenciada nas *Ordenações Manuelinas*), caminhando-se para a realidade em que nos encontramos nos nossos dias.

¹ Neste trabalho não adoptaremos o novo acordo ortográfico.

O abandono infantil é um tema amplamente estudado, não só no contexto da historiografia nacional, como também internacional. Todavia, está envolto em muitos outros subtemas. É, de facto, um aspecto da História Social, mas também das mentalidades, da emergência de sentimentos e emoções, do género, da infância, da marginalidade e da pobreza. Quando estudamos o abandono infantil este pode não só ser entendido e problematizado de acordo com várias perspectivas, como também estes domínios acabam por, em algum momento, emergir e cruzarem-se.

Segundo Philippe Ariès (1973, 1986), como se verá, pioneiro no estudo da criança e da infância, o sentimento familiar desenvolveu-se entre os séculos XV e XVIII, estendendo-se a todas as camadas sociais nesta última centúria, já não se confundindo, como no Antigo Regime, com o património e com a reputação. Embora esta cronologia de sobreposição do pessoal e do individual à comunidade e ao colectivo seja contestada por outros autores, como Edward Shorter (1975) ou Jack Goody (1995), é notório o desenvolvimento de sentimentos². “A família tornou-se uma sociedade fechada”, uma esfera privada, destacando-se no âmbito deste último conceito, que emergiu entre a classe burguesa oitocentista por oposição à vida pública, os estudos de Philippe Ariès e Georges Duby (1990-1991) para o contexto internacional e, no quadro nacional, a obra dirigida por José Mattoso (2011)³.

Um grupo de famílias particulares, da classe trabalhadora urbana durante os processos de industrialização e urbanização do século XIX, foi estudado por André Burguière (1999). Esta categoria de família diferia das que se havia identificado para o Antigo Regime ou, até em Oitocentos, das famílias das altas classes sociais ou da burguesia, onde as mulheres se dedicavam à educação dos filhos, exaltando-se o seu papel maternal e doméstico. Nesta família urbana não existia uma divisão do trabalho. Pelo contrário, imperava uma rede de entajuda com reflexos no casamento tardio, numa endogamia socioprofissional e numa elevada fecundidade fruto da necessidade de mão-

² Ainda que, para Edward Shorter, não exista uma cronologia definida para a emergência do sentimento familiar, este reconhece ser fruto do capitalismo, do aumento das migrações e da formação do Estado, factores que motivaram uma alteração dos valores e comportamentos, canalizando-os para o individualismo e para uma crescente autonomia face ao colectivo.

³ ARIÈS, 1986, p. 273.

Ao analisar vários aspectos do privado, Philippe Ariès e Georges Duby tratam a família, o casamento e o novo ascendente da criança no contexto europeu, constituindo uma boa síntese de partida. A este estudo some-se *História das Mulheres no Ocidente* (1993-1995), igualmente um bom preâmbulo aos mesmos temas.

de-obra, pois aos sete anos as crianças começavam a trabalhar⁴. Era, efectivamente, destas famílias que provinham os abandonados, cujos pais não possuíam meios para criá-los (quer por motivos económicos, quer por salvaguarda da honra). Paralelamente, as famílias das amas que os acolhiam tinham características idênticas, pertencendo estas à classe mais pobre destas trabalhadoras.

O já mencionado Philippe Ariès (1973, 1986), foi o fundador da historiografia da criança e da infância. A mudança de mentalidade face aos menores relaciona-se com a emergência do sentimento familiar já identificado. Se, na Época Medieval não se distinguia a infância da fase adulta, acreditando-se que as crianças eram adultos em pequena escala, a partir dos séculos XVI e XVII iniciou-se a mudança⁵. Compreendeu-se, então, que as crianças necessitavam de um tratamento especial, uma espécie de quarentena, antes de se juntarem aos adultos. A sua educação passou igualmente a ter um maior peso. Porém, segundo Ariès não podemos falar de uma «revolução da infância», pois a mutação foi lenta e quase imperceptível para os seus contemporâneos.

Mais uma vez, a cronologia apontada por Ariès viria a ser contestada. Ao analisar a mudança no posicionamento face à criança e as alterações da sua relação, ao longo do seu crescimento, com os seus pais e outros, Colin Heywood (2001) defendeu que na Época Medieval já existia um ambiente cultural propício a uma reavaliação da criança, a designada «sociedade urbana e inteligente». Desta forma, a mudança de mentalidade terá tido início no término da Época Medieval, início da modernidade, para, nos séculos XVII e XVIII, pensadores como Locke e Rousseau se aproximarem da actual concepção de criança e de infância⁶. A importância dos menores manifestava-se ainda de várias formas, como por exemplo, na procura de uma educação precoce, na preocupação com a salvação da sua alma e no crescente interesse pela aprendizagem sobre o infantil. Heywood

⁴ Tanto Edward Shorter como André Burguière procuraram estudar pessoas anónimas, definindo a classe trabalhadora por oposição à burguesa.

⁵ Antes do século XVI acreditava-se que, entre os cinco e os sete anos, as crianças já podiam sobreviver sem a ajuda das suas mães ou amas, sendo inseridas na comunidade dos adultos.

⁶ Na sua obra *Some Thoughts Concerning Education* (1693), John Locke definiu a criança como uma tábua rasa, que não nasce nem boa nem má. Seria a educação que traria uma grande diferença para a humanidade, procurando-se desenvolver e estimular a razão desde uma idade bastante precoce. Já Rousseau, em *Emilie* (1762), defendeu que a criança nasce inocente, mas fica submersa aos riscos da sociedade. Desta forma, Rousseau definiu que os primeiros três anos correspondiam à idade do instinto, dos quatro aos 12 à idade das sensações e, a puberdade, à idade das ideias. Segundo Rousseau a razão só se desenvolveria na adolescência, pois a Natureza pretendia que fossem crianças até serem adultos, ou seja, que fossem instintivos e sensíveis antes de serem intelectuais e humanos. Enquanto inocentes os menores fariam o bem. Mesmo que praticassem o mal fá-lo-iam sem intenção.

reforçou ainda a dificuldade de crescimento do indivíduo no passado, só colmatada pelo desenvolvimento da medicina moderna a partir do século XIX, e evidenciou a crescente preocupação para com os menores, invocando o papel das amas, a alimentação, o vestuário e a higiene, bem como, no que concerne ao presente estudo, o infanticídio e a exposição infantil.

Mas, os abandonados pertencem a um grupo particular de crianças, uma fracção vulnerável da sociedade. Inserem-se, assim, igualmente, no âmbito dos estudos sobre a pobreza e a miséria, uma realidade reconhecida pelos próprios contemporâneos a partir da Idade Moderna e cujos estudos se intensificaram desde a década de 1970. Procurava-se, então, delimitar o «limiar de pobreza», ou seja, estabelecer um critério e uma categorização, como foi estudado por Bronislaw Geremek (1986). Também Rachel Fuchs (2005) tirou do anonimato esta gente sem voz, os pobres do século XIX, focando o caso das mulheres aquelas que, com frequência, abandonaram os seus filhos em prol da salvaguarda da sua honra⁷. Cabe questionar porque é que o abandono aumenta, numa época em que cresce a importância dos menores?

A partir dos estudos sobre a infância de Ariès, começou-se a descobrir e a desenvolver uma nova linha de investigação, sobre um grupo particular de crianças, os abandonados. Tal foi possível graças aos minuciosos e bem preservados registos de admissão e criação existentes em muitas instituições de acolhimento destes menores. Passou-se, então, a estudar Casas da Roda específicas, o abandono nelas praticado, as suas características e as circunstâncias de vida destes menores, com destaque, numa fase inicial, para a sua elevada mortalidade.

Assim, este objecto de estudo captou a atenção dos investigadores, sobretudo, a partir dos anos 80 do século XX, multiplicando-se os encontros científicos e as publicações. De facto, no início da década de 1990, dava-se conta que “the subject of child abandonment is attracting increasing attention among European historians”⁸.

⁷ Destaque-se ainda, neste contexto, o capítulo de Rachel Fuchs na obra editada por David Kertzer e Marzio Barbagli (2002), onde abordou a caridade e as políticas assistenciais do período contemporâneo à luz da vida familiar e focando, desta forma, aquelas que eram mais pobres e que necessitavam de apoio.

⁸ TILLY, 1992, p. 1.

Não obstante, já existiam obras sobre o abandono infantil anteriores, tais como aquela que foi publicada em 1885 por Léon Lallemand, não só sobre esta prática no contexto francês, como também no mundo inteiro.

O primeiro encontro sobre o abandono infantil teve lugar em Roma (1987), iniciativa das sociedades de demografia histórica francesa e italiana, reunindo 50 historiadores de nove países. As comunicações foram organizadas em quatro temas principais: a intensidade e as flutuações do abandono desde o século XV ao século XIX, as circunstâncias deste acto, o destino dos abandonados e a sociedade e o abandono. Debateram-se ainda questões fundamentais sobre os reflexos da roda dos expostos na primeira metade do século XIX, problematizando-se se esta respondeu à procura ou se o abandono se tornou num vício social, encorajando a roda a sua prática. Pretendia-se, no fundo, obter uma perspectiva comparada das tendências do abandono, atestando as características comuns de cada região estudada e as suas especificidades⁹.

Dois anos mais tarde, no Congresso *Enfance abandonée et société en Europe. XIV-XX*, as problematizações diversificaram-se para a natureza da instituição receptora, a quantificação do fenómeno, a condição, circunstâncias e identificação dos agentes de exposição e, por fim, as viagens. Estes tópicos foram retomados no *III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH, 1993)*¹⁰.

Acompanhando a vaga de encontros científicos, os estudos sobre o abandono infantil começaram a emergir e a intensificar-se a partir da década de 1980. Pode-se, porém, identificar uma certa homogeneidade de abordagem e temática nestas investigações. Centram-se na evolução de políticas assistenciais de determinado país ou região, na mortalidade, nas causas do abandono (focando a miséria e a ilegitimidade), numa análise desta prática segundo o género da criança ou estudando o sistema de amas. Alguns estudos mais recentes, que referiremos atempadamente, procuraram introduzir e incentivar a exploração de novas linhas de investigação, como é o caso do destino dos expostos à luz, por exemplo, das recuperações parentais, desvendando um aspecto do seu percurso de vida.

Refira-se que, o enquadramento legal desta prática em Portugal era semelhante ao de outros países da Europa católica, tais como Espanha, França e Itália, relativamente aos quais existe, igualmente, uma produção historiográfica abundante, alguma dela referente ao século XIX. De facto, Setecentos e Oitocentos foram as centúrias por excelência destas

⁹ As actas deste encontro encontram-se publicadas na obra *Enfance abandonée et société en Europe (XIV^e-XX^e siècle). Actes du colloque* (1991).

¹⁰ Também no Congresso da *Social Science History Association* de 1989 a prática de abandono infantil constituiu um tema central, dando origem a um artigo publicado em colaboração por Louise Tilly, Rachel Fuchs, David Kertzer e David Ransel (TILLY, 1992).

investigações, embora tenha existido também um enfoque na Idade Média e Renascimento e, com um peso muito inferior, no século XX. Destacaram-se, neste contexto, enquanto pioneiros, os estudos de Rachel Fuchs para Paris (1984) e de Volker Hunecke para Milão (1985, 1989), que de seguida desenvolveremos¹¹.

O investigador por excelência do abandono infantil em Espanha é Vicente Pérez Moreda (1996), que procurou compreender o porquê do interesse pela criança e, particularmente, pela salvação dos expostos entre os séculos XVI e XX. Para tal, evidenciou as iniciativas em prol das crianças abandonadas na segunda metade de Setecentos, a criação de instituições e a generalização da roda. Não obstante, o carácter pioneiro dos seus estudos reside na quantificação do todo espanhol. Concluiu que a prática de exposição anónima de menores se saldou num fracasso, dada a elevada mortalidade infantil, representando “la historia del lento y silencioso holocausto de varios millones de criaturas”¹².

Barnabé Bartolomé Martínez (1991) e Julio Perez Serrano (1991) valorizaram o traçar da evolução da política assistencial face aos expostos. O primeiro desenvolveu as medidas de Carlos III (1759-1788), Carlos IV (1788-1808), o “verdadero defensor de la causa de la infancia abandonada”, e Fernando VII (1808, 1812-1833), para depois se focar na educação dos abandonados, defendendo a existência de uma limitação histórica na sua formação, que os impossibilitava de aceder aos estudos médios e à universidade¹³. Caminha, neste sentido, para um ponto que, como veremos, constitui um dos nossos maiores objectivos, nomeadamente, a problematização em torno da integração não só familiar, mas também social, dos menores abandonados.

Já Pérez Serrano, não obstante o seu estudo de caso ser a Casa dos Expostos de Cádiz, defendeu a existência de três momentos no sistema de caridade espanhol: da dispersão para a centralização na mão das autoridades eclesíásticas no século XVIII e, desta, para o progressivo controlo público dos estabelecimentos de beneficência, sob a administração dos municípios, que se processou a partir de 1836. Dada a instabilidade

¹¹ Insere-se também neste âmbito o estudo de David Ransel (1988) para a Rússia.

¹² PÉREZ MOREDA, 2005, s. p.. Ao coordenar o 3º volume das actas do *III Congreso da ADEH* (1996), Pérez Moreda reuniu um conjunto de artigos sobre os expostos e ilegítimos na Península Ibérica desde Quinhentos ao presente. Visa-se, assim, uma visão do todo ibérico, com contributos variados regional e cronologicamente, que tratam temas como a ilegitimidade, a mortalidade, a emigração dos expostos, a relação entre o abandono e a variação do preço dos cereais, entre outros. PÉREZ MOREDA, 1996.

¹³ BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 38.

política espanhola na primeira metade do século XIX, alternando o poder entre os absolutistas (ficando a assistência a cargo do clero) e os liberais (com a assistência a cargo do poder público), o autor reconhece que esta reforma só se consolidou a partir de 1852.

Verificamos que existem igualmente estudos de caso de *inclusas* espanholas concretas, como a Casa da Roda da capital, Madrid, por Bárbara Revuelta Eugercios (2011, 2012), uma abordagem duplamente inovadora. Se por um lado, estuda o século XX, centúria pouco investigada; por outro, adopta uma metodologia renovada, pluridisciplinar e com novas perguntas, aliando a História à Demografia para obter uma visão integrada do abandono infantil e das suas consequências na vida dos expostos. Para tal, centra-se numa história dos percursos de vida, à luz de três grandes caminhos: a colocação em amas residentes nas zonas rurais, a mortalidade e a recuperação parental. Revuelta Eugercios concluiu que, no início do século XX, prevaleceram as recuperações e a função médica da Casa da Roda de Madrid¹⁴. A inovação do seu estudo reside, efectivamente, na construção de histórias de vida, um caminho que procuraremos também seguir.

Para além deste estudo, emergiram outros de cariz regional e/ou temático centrando-se, grosso modo, na centúria de Oitocentos (embora, alguns deles, fazendo uma retrospectiva ao século XVIII e, com menor representatividade, ao século anterior). São o caso das investigações sobre: a educação dos expostos (BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991); o abandono infantil e a mortalidade dos enjeitados na cidade de Tarifa (CRIADO ATALAYA, 2009, s.d.); os expostos e amas portuguesas na *inclusa* de Ayamonte (LÓPEZ VIERA, 2003) ou os abandonados e suas amas no País Basco (LAMSFÚS VALVERDE, s.d.); a luta contra a mortalidade dos abandonados na Casa de Maternidade e Expostos de Barcelona (ALAYA SUÁREZ, 2001) ou a junta de damas que aí exercia funções (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2013); os dotes matrimoniais dos abandonados na província de Santander (REVUELTA CÁRAVES, 2011); as exposições infantis em Toledo, neste caso, com um âmbito excepcional e que abrange o início do século XX (MARTÍN ESPINOSA, 2012); ou, a adopção destes menores em Madrid (MEDINA

¹⁴ REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 35.

Bárbara Revuelta Eugercios (2015) estudou ainda a elevada mortalidade na *inclusa* de Madrid, o desenvolvimento médico e a sua intervenção no seu combate. Sobre esta Casa da Roda destaquem-se ainda as investigações de José Arana Amurrio (s.d., 2012) que, embora foque a Época Moderna, desenvolve uma síntese institucional até ao século XX.

PLANA, 2014), realidade que não encontramos para os tutelados da Casa da Roda de Lisboa; entre outros.

Relativamente aos estudos sobre o abandono infantil em França, a obra de maior destaque é de Rachel Fuchs (1984) que, embora foque o caso da cidade de Paris, contextualiza jurídica e institucionalmente esta prática neste país desde o decreto napoleónico que legalizou as rodas (1811). A autora define quatro momentos no abandono francês: entre 1811 e 1830, quando a assistência a estes menores ganhou forma; a década de 1830, quando se deu a primeira tentativa de repressão das exposições responsabilizando-se as mães; a década de 1840, quando o Estado procurou esconder o problema nos campos, junto das amas; e, por fim, a partir de meados do século XIX, quando, tal como aconteceu no contexto português, renasceu o debate e se impuseram novas restrições, encerrando-se a roda em Paris¹⁵.

Esta abordagem contextualizadora foi também adoptada por Isabelle Le Boulanger (2011), não obstante desenvolver o seu estudo sobre o abandono em Côtes-du-Nord. Demonstrou, assim, o crescimento das exposições infantis desde a Revolução Francesa até ao final de Oitocentos, atestando terem sido abandonadas três milhões de crianças. De acordo com Le Boulanger, esta prática só se viria a erradicar em França a partir de 1945¹⁶.

Mas qual o objectivo do Estado francês no financiamento da criação dos expostos? Muriel Jeorger (1987) respondeu a esta questão ao analisar os projectos de destino dos abandonados nos séculos XVIII e XIX - o serviço militar e a marinha, o povoamento das colónias ou a agricultura para povoamento dos campos desertos. Segundo Jeorger, o Estado apropriou-se do facto dos *enfants trouvés* serem «filhos da Pátria», crendo que deviam contribuir para esta pelo sacrifício financeiro que representavam. De facto, a institucionalização das Casas da Roda e das rodas dos expostos no final do século XVIII tinha subjacente o aproveitamento populacional e económico destes menores, colmatando o infanticídio e o aborto e permitindo a sua salvação e utilidade pública.

¹⁵ Fuchs procurou ainda evidenciar que a exposição infantil não era um fenómeno essencialmente urbano, mas uma realidade nacional, à semelhança do que, aliás, se verificou pelos estudos desenvolvidos para o caso português.

¹⁶ A opção de Le Boulanger por Côtes-du-Nord prende-se com o facto de constituir uma prefeitura, com uma população essencialmente pobre e rural, proliferando a ilegitimidade, a criminalidade e vigorando a divisão linguística.

A integração social dos abandonados no contexto francês viria a ser aprofundada por Ivan Jablonka (2006), focando o século XIX e o início do século XX. Este estudo constitui uma nova abordagem e um novo olhar relativamente ao tema do abandono infantil, tratando casos individuais de 400 expostos. Aproxima-se, portanto, de um dos nossos objectivos ao seguir o percurso de vida, durante a infância e adolescência, de alguns tutelados da instituição parisiense, colocados em regiões rurais. Invoca-se, tal como se verificou no caso português, a preferência de envio destes menores para criar junto de amas rurais, sobretudo, de famílias de agricultores, que lhes transmitiriam bons valores e que se tornariam seus pais¹⁷.

Outros temas e/ou regiões foram desenvolvidos no que concerne ao abandono infantil em França. São exemplo, entre outras, as investigações sobre: a mortalidade dos abandonados no século XIX (WALLE, 1974), as exposições e o destino dos expostos em Seiscentos e Setecentos, ambos os casos para a região de Paris (WALCH, 1987); ou, o estudo de caso da região de Dijon (MORLOT, 2007).

E, por fim, o berço das Casas da Roda, Itália. M. G. Gordi e L. Pellegrini (1974), analisaram a assistência aos expostos italianos entre 1861 e 1900, estando o início cronológico relacionado com a lei uniformizadora dos vários sistemas jurídicos desta matéria nos diferentes estados italianos. Desta forma, aprofundaram as características do abandono, a organização da assistência, a dimensão quantitativa desta prática, a legislação e jurisprudência face aos menores abandonados, as questões administrativas e as discussões parlamentares, desenvolvendo ainda o estudo de caso de Milão. O que importa destacar desta investigação é, não só, a dimensão do fenómeno, pois em Itália eram abandonadas anualmente entre 30 a 40 mil crianças, mas também a ausência de uma disposição legal para o fecho das rodas, que se deu a partir de 1867, tal como em Portugal, e de muitos dos projectos-lei apresentados não terem chegado a ser discutidos.

O contexto italiano também foi estudado por David Kertzer (1993), que adoptou uma perspectiva de análise da Itália como um todo, não obstante as suas várias unidades políticas, com governo próprio e diferentes modelos de assistência face ao abandono pendendo, até, para um teor comparatista. Para Kertzer o acto de exposição não representava uma indiferença face à criança. Constituía, sim, uma estratégia de

¹⁷ Ivan Jablonka (2007) estudou igualmente a ascensão social das expostas para o mesmo período.

sobrevivência em períodos de crise económica ou pessoal. Traçou, desta forma, a evolução da política face às exposições, concluindo existirem desigualdades territoriais nesta prática. Enquanto em cidades como Florença e Milão mais de um terço dos recém-nascidos eram expostos em instituições, noutras regiões, como na Sardenha, o seu número era reduzido, em parte dada a ausência de rodas. Kertzer tentou ainda explicar a durabilidade do abandono e a história do seu declínio no sul da Europa a partir de meados de 1860, que defendeu resultar de protestos despoletados por uma mudança de atitude face à mulher, à criança, à família, à Igreja e à assistência pública¹⁸.

As exposições infantis na Milão Oitocentista foram aprofundadas pelo já referido Volker Hunecke (1985). Era nesta cidade que se localizava uma das maiores e mais antigas Casas da Roda da Europa. Para Hunecke, os anos em torno de 1750 representaram uma ruptura com a tradição secular de exposição, havendo uma explosão quantitativa e mudanças qualitativas, as quais já haviam sido atestadas para o contexto global italiano. A partir de então, surgiram intermediários no acto de abandono, passaram a ser igualmente expostas crianças legítimas de ambos os sexos (por vezes sem associação a períodos de fome, guerra ou a más condições de vida) e, o abandono passou a ter um carácter provisório, pois as crianças eram recuperadas pelos pais, sobretudo, nos centros manufactureiros onde a população crescia rapidamente e as mulheres exerciam uma profissão. Hunecke concluiu, assim, que “dans la plupart des cas, tous les enfants n’ont naturellement pas été abandonnés”¹⁹. “L’abandon ne fut en fin de compte qu’une forme particulière de la mise en nourrice financée publiquement”, tornando-se num fenómeno de massas, um problema social reconhecido pelos contemporâneos, que incentivou filantropos e reformadores sociais a responsabilizar os pais pela criação dos seus filhos²⁰.

À semelhança do que verificámos para a historiografia do abandono infantil em Espanha e em França, também em Itália se desenvolveram outras investigações temáticas e/ou regionais, por exemplo, sobre as ideologias de género no acto de abandono (KERTZER, 1991), a mortalidade dos expostos (KERTZER, 1999); ou, a título local, sobre a Casa da Roda de Parma (MAZZONI, 2007).

¹⁸ Neste estudo, David Kertzer concentrou-se ainda nos esforços da igreja e oficiais de Estado para estigmatizar a ilegitimidade e prevenir gravidezes ilegítimas através da prisão de mulheres grávidas e do recrutamento de parteiras como informadoras policiais. Como veremos, a Misericórdia de Lisboa, responsável pela criação dos abandonados da capital portuguesa, também viria a construir e a ter a sua «rede moralizadora».

¹⁹ HUNECKE, 1985, p. 21.

²⁰ HUNECKE, 1985, p. 14.

A historiografia nacional acompanhou o fervor internacional anteriormente apresentado, multiplicando-se as investigações e as publicações sobre a assistência e as misericórdias, bem como sobre o abandono infantil em Portugal.

Para o estudo da assistência em Portugal, com a qual o abandono de crianças se relaciona, destacam-se os contributos de Maria Antónia Lopes (1993, 2008-a, 2010, 2013-b), que vão do final da Época Moderna ao Liberalismo. No que importa para a cronologia do estudo a concretizar sobre Lisboa, esta autora defende que, a partir dos reinados de D. José (1750-1777) e D. Maria I (1777-1816) o Estado português “já não visa sobretudo garantir a paz e a justiça, mas pretende o bem-estar dos povos, ao intervir na administração, na economia, na cultura, na saúde, na educação, no trabalho, nas actividades lúdicas, no fomento demográfico – enfim, em todos os domínios da vida social”. Este posicionamento manteve-se no período liberal, sendo a assistência uma função estatal que coexistia com outros auxílios tradicionais, contexto em que invoca as misericórdias, alvos do controlo governamental, ainda que o Estado tivesse como objectivo principal nesta acção garantir as condições para o pleno funcionamento assistencial e, no que nos importa, assegurar a protecção dos desvalidos e indigentes nos hospitais e rodas a elas associados²¹.

Porque este estudo trata os abandonados da capital, cuja tutela da criação recaía na Misericórdia de Lisboa, cabe indicar de forma sintética obras sobre estas instituições, como os 10 volumes de *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (2002-2017), a síntese de Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes (2008) ou o estudo desta última sobre as confrarias enquanto palcos de luta partidária e vias para o domínio político (2014). Foram ainda concretizadas várias investigações regionais, nomeadamente, para o caso das Misericórdias de Lisboa (RIBEIRO, 1902; RAMOS, 1931; ABREU, 2000; SERRÃO, 1998, 2000), Guimarães (PINHEIRO, 1931), Porto (BASTO, 1934), Évora (GUSMÃO, 1958), Setúbal (ABREU, 1990), Aveiro (BARREIRA, 1995), Vila Real (SOUSA, 2011), Vila Viçosa e Ponte de Lima (ARAÚJO, 2000), Santarém (RODRIGUES, 2004), Braga (ARAÚJO, 2006) ou Montemor-o-Novo (FONSECA, 2008), entre outras.

²¹ LOPES, 2008-a, p. 133.

Quanto à historiografia nacional sobre as Casas da Roda, existem publicações para várias localidades do País contribuindo, paralelamente, para a história do abandono infantil e para a história regional. Algumas delas focam o período anterior à ordem-circular de Pina Manique que, em 1783, fez cumprir a legislação já existente no que diz respeito à exposição anónima, criando instituições de acolhimento em todos os centros administrativos e dotando-as de rodas.

Outras investigações enquadram-se cronologicamente entre este último momento e o final da década de 1830. Como aprofundaremos na Parte I do presente estudo, desde as *Ordenações Manuelinas*, a tutela da criação dos expostos pertencia às câmaras municipais, mediante financiamento dos contribuintes, sendo que algumas misericórdias, a título voluntário, encarregaram-se da administração destes menores. Em 1836, Passos Manuel (1801-1862) uniformizou o serviço, ficando a responsabilidade a recair, unicamente, nas câmaras municipais. As obras que se enquadram neste período analisam, entre outras instituições, as Casas da Roda de Montemor-o-Novo (MORAIS, 1987), Braga (SÁ, 1993), Barcelos (MATOS, 1995), Porto (SÁ, 1995-a), Góis (SIMÕES, 1999), Tomar (SANTOS, 2002), Póvoa de Varzim (LEANDRO, 2008) e Trancoso (Diniz, 2011).

Grosso modo, os estudos que analisam o período que se propõe estudar neste trabalho apresentam uma cronologia mais ampla, fazendo uma retrospectiva aos anos 30 e 40 de Oitocentos. Neste contexto, destaquem-se as publicações para as Casas da Roda de Coimbra (ROQUE, 1982; LOPES, 2016-a, 2016-b), Meda (LOPES, 1984), Valongo (ALVIM, 1987), Viana do Castelo (FONTE, 1995; TIAGO, 1998), Faro (FERREIRA, 1995), Loulé (CORTES, 1990, 1991 e 1995), Alenquer (REIS, 1993), Castro Verde (PÁSCOA, 1998), Vila do Conde (PILOTO, 1998), Funchal (DINIS, 2001), Montemor-o-Novo (PIRES, 2003), Ponte de Lima e Alto Minho (FONTE, 2004, 2005), ilha de São Miguel (SILVA, 2012-b), entre outras.

Independentemente da sua cronologia e geografia, os estudos supra-mencionados possuem em comum os tópicos de análise e a metodologia adoptada aliás, em parte, semelhante a este trabalho. Focando os trabalhos sobre o século XIX, a maioria, divide-se em três momentos. Começam por apresentar o enquadramento histórico-jurídico nacional - da institucionalização da roda ao fim da administração dos expostos pelas misericórdias e, para aqueles que se debruçam sobre a segunda metade do século, tratando a extinção do abandono anónimo infantil (a partir do final da década de 1860) e a

regulamentação do novo modelo de acolhimento (1888). Esta introdução é acompanhada de uma contextualização histórica, administrativa, geográfica e demográfica da região onde se insere a Casa da Roda, abordando ainda as instalações, a tipologia e funções dos funcionários.

Num segundo momento, estas investigações problematizam os dados quantitativos atestando a evolução do abandono infantil (anual, mensal, sazonal, considerando o índice de masculinidade e a variação do preço dos cereais) e as suas características (locais e motivos do abandono, baptismo, sinais e, em alguns casos, os nomes das crianças). Por fim, procuram investigar o destino dos expostos, dando origem a análises quantitativas e qualitativas sobre as amas (o seu número, estado civil, idade, residência e conduta), a mortalidade infantil (o seu número, as causas e a idade) e o futuro dos expostos após os sete anos de idade, sendo ainda invocada a sua recuperação pela família biológica, quando tal ocorre²².

Paralelamente a estes estudos destacam-se outros, sobretudo sínteses em revistas científicas, que focam temáticas concretas da exposição embora, por vezes, também tenham um cariz regional. De entre estes, ressaltam os artigos de Isabel dos Guimarães Sá pela sua pluralidade de objectos de estudo. Apesar de remeterem, na sua maioria, para o século XVIII, são um bom ponto de partida para outras investigações.

Comece-se por evidenciar o contributo de Guimarães Sá sobre a legislação e assistência portuguesas face ao abandono em Setecentos (1994-a), um estudo importante, pois foi no final deste século que se forjou a base do modelo assistencial que vigorou durante parte do século XIX, fundado na roda, e se esboçou uma definição legal das ofensas contra a vida das crianças (infanticídio, aborto e supressão do parto) e do seu estatuto jurídico (legítimos, ilegítimos, órfãos, adoptados, perfilhados ou expostos).

Isabel dos Guimarães Sá (1992-b, 1995-a) estudou ainda, para o caso da cidade do Porto, a circulação de crianças, conceito condutor da sua Tese de Doutoramento, e que a mesma definiu como “a transferência temporária ou definitiva da criança da família biológica para outros grupos familiares”²³. A Casa da Roda iria ao encontro de uma necessidade social – a gestão de crianças existentes e disponíveis, entregues a famílias que delas necessitavam, por motivos económicos (como mão-de-obra barata ou pelo

²² Alguns estudos apresentam uma quarta parte, que confronta a despesa e a receita das Casas da Roda.

²³ SA, 1992-b, p. 115.

salário da sua criação), biológicos (para prolongar o leite das amas), militares (para substituírem os filhos no exército) ou sociais (para serem o filho de um casal sem filhos), dando origem a uma alargada zona de circulação.

O conceito de circulação de crianças, mais concretamente, dos expostos, foi igualmente adoptado por Caroline Brettell e Rui Feijó (1991), para o distrito de Viana do Castelo, ou por Teodoro Afonso da Fonte (2012), também para Viana do Castelo e para Ponte de Lima. Este último avançou o desenvolvimento de relações simbióticas cidade-campo, dada a centralização da oferta institucional nas zonas urbanas e a distribuição dos abandonados pelas amas, residentes nas zonas rurais. Particularizando o caso portuense, Guimarães Sá demonstrou que a população local e limítrofe à roda beneficiou desta estrutura quer para expor quer para criar. Uma questão permanece em aberto – como se processou a integração social dos expostos da Casa da Roda do Porto, tendo em atenção esta mobilidade?

As amas constituem outro objecto de estudo particular. Maria Antónia Lopes (2013-a) analisou as funcionárias da Casa da Roda de Coimbra do início do século XVIII ao século XIX, tipificando-as (rodeiras, amas internas e amas externas), caracterizando-as e salientando o seu papel (e dos seus familiares) enquanto agentes assistenciais que, frequentemente, colmatavam as lacunas financeiras da instituição com os seus incertos salários. Desta forma, concluiu que as amas e as suas famílias se tornaram verdadeiras famílias de acolhimento que, muitas vezes, sustentavam financeiramente a criação dos menores abandonados. Por sua vez, ainda no contexto do acolhimento pelas amas, Isabel dos Guimarães Sá (1994-b), avaliou o contributo das amas de leite da Casa da Roda do Porto para a economia familiar do século XVIII, atestando que o papel deste grupo de mulheres era importante e economicamente complementar, quer pelo seu vencimento, quer pela obtenção de outra fonte de mão-de-obra, a criança exposta.

Outra problemática aprofundada foram os subsídios de lactação, concedidos em alternativa ao abandono anónimo infantil e generalizados após o decreto de 1867, não obstante a sua rápida revogação aquando da Janeirinha (1868). Estes auxílios foram estudados tanto por Nuno Cortes e Isabel dos Guimarães Sá (1992-a), para o Porto, como por Tiago Cubeiro (2011), para Torres Novas. Pelo primeiro estudo, verificou-se que a atribuição de subsídios de lactação “ultrapassou o abandono anónimo a partir de 1866, dois anos depois do fecho da «roda»” e altura a partir da qual a exposição anónima passou a corresponder a meros casos-crime. A partir desta data, o número de lactados foi sempre

superior ao dos expostos, remetendo para uma nova atitude face à criança, que procurava conservar a sua filiação, e para o sucesso do novo modelo de acolhimento infantil. Também em Lisboa verificámos uma supremacia dos subsídios de lactação face às exposições após o fim do abandono anónimo na roda²⁴.

A mesma realidade foi constatada por Tiago Cubeiro para Torres Novas onde, entre o final de Oitocentos e o início de Novecentos, foram concedidos 700 subsídios de lactação a menores cujos pais eram pobres. Este estudo aprofundado analisa quantitativa e qualitativamente os requerentes (maioritariamente mães solteiras, residentes na zona rural, onde a pobreza era mais acentuada) e as crianças subsidiadas (essencialmente, entre um e seis meses). Tal como Cortes e Guimarães Sá, Cubeiro concluiu pelo sucesso desta medida, pois “mais de 80% das crianças subsidiadas conseguiram sobreviver, o que demonstra terem sido as lactações, de facto, essenciais para salvar a sua vida, muito embora o valor pago mensalmente pelo Município fosse baixo”²⁵.

Quanto à integração social das crianças abandonadas destaque-se, mais uma vez, um artigo de Isabel dos Guimarães Sá (2000-b), no qual o conceito de exposto é desenvolvido enquanto pertencente a um grupo social subalterno, mediante a sua capacidade auto-representação e/ou identificação. Guimarães Sá não concorda que se designe estas crianças de “marginais” ou “excluídos”, pois tal “pressupõe que o indivíduo é impedido de participar num bom número de actividades que o integrariam na sociedade de que faz parte: não participa nas actividades de produção económica positiva, não se integra de modo activo nas instituições como a família”. Tal levou-a a concluir que os expostos se inseriam de igual forma que os restantes na sociedade, embora ocupassem posições subalternas, com baixas expectativas sociais, políticas e económicas. Esta sua integração «condicionada» far-se-ia pelo trabalho ou pelo enquadramento nas famílias que os acolham²⁶.

O tema da integração foi igualmente estudado para a cidade de Évora por Laurinda Abreu (2005) e Maria Gameiro (2000). No caso da primeira, a integração dos expostos foi analisada à luz dos contratos de trabalho, celebrados entre 1650 e 1837, e que “permettaient aux enfants une première insertion dans le monde du travail mais aussi une première expérience d’intégration sociale”²⁷. Por sua vez, considerando o caso da Casa

²⁴ SÁ, 1992-a, p. 179.

²⁵ CUBEIRO, 2011, p. 60.

²⁶ SÁ, 2000-b, p. 43.

²⁷ ABREU, 2005, p. 175

Pia de Évora, Maria Gameiro concluiu que o percurso das crianças nesta instituição, onde se incluía abandonados, ia da condição de pobres e dependentes à entrada, à de trabalhadores com alguma qualificação e autónomos à saída.

Pela análise das investigações posteriores a 1783, mas também dos trabalhos temáticos, a institucionalização do abandono anónimo infantil foi promotora de uma explosão do número de crianças expostas. O abandono em locais públicos diminuiu, por contraponto à exposição nas rodas, símbolo e materialização do anonimato nesta prática. Na maioria do Reino, a pobreza e a ilegitimidade continuaram a ser os motivos de abandono por excelência. Aumentaram as exposições nas Casas da Roda e a mortalidade dos menores aí deixados. Não houve, todavia, um acréscimo do número de amas ou uma melhoria das infra-estruturas. Terá o abandono infantil em Lisboa acompanhado esta tendência?

Perante o panorama historiográfico apresentado e considerando o âmbito geográfico da investigação a desenvolver, importa questionar: o que está estudado para a capital portuguesa e, nesta, para a Casa da Roda ou Real Casa dos Expostos da Misericórdia de Lisboa?

Para uma abordagem global das exposições infantis na capital destaque-se o estudo de Maria Gouveia (2001), a qual traçou o percurso dos abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa, atestando o seu destino, integração social e caracterizando as amas (particularizando as amas de leite e avaliando as suas motivações, distribuição geográfica, residência e estado civil). Embora divergindo na cronologia, por se centrar entre 1786 e 1790, este estudo aproxima-se, em parte, do que se pretende realizar.

As restantes investigações sobre o abandono em Lisboa são, grosso modo, temáticas. Ana Dias (2007) analisou, à luz da Psicologia e da Psicopatologia, a exposição na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa nos séculos XVIII e XIX. Partindo do estudo dos sinais, procurou avaliar os sentimentos e emoções dos expositores, a partir das principais características psicológicas – o afecto, a angústia e as defesas. Ana Dias concluiu que a separação provocava sofrimento àqueles que abandonavam, salientando, sobretudo, a tristeza e a culpa, mas também o medo, a ansiedade e o desgosto.

Os sinais, foram igualmente o ponto de partida para a investigação de Maria José Porém Reis (2016), que estudou o abandono de menores na Real Casa dos Expostos de Lisboa, entre 1790 e 1870, a partir dos documentos escritos e objectos deixados pelos

expositores e que acompanharam as crianças ao entrarem na instituição, reveladores de “relacionamentos, origens, causas, motivações, afectos, interesses, ansiedades, ambiguidades e preocupações”. Porém Reis definiu que não era seu objectivo estudar as crianças, quem as recebia, os quantitativos, o género ou a orgânica da instituição (lacuna que, aliás, procuraremos colmatar e completar). O seu foco estava “não nas instituições ou nas crianças, mas nos protagonistas que levam a cabo o abandono e as suas relações com o abandono e com a instituição que o recolhe”²⁸. Concluiu que as crianças que entraram acompanhadas por sinais foram abandonadas, essencialmente, devido à pobreza e à ilegitimidade. Todavia, para Porém Reis, os sinais eram pouco representativos, uma vez que as promessas neles contidas não foram, na maioria dos casos, cumpridas.

Ana Silva (2002) aliou a História à Antropologia ao estudar o casamento dos expostos tutelados pela Misericórdia de Lisboa na freguesia do Santíssimo Sacramento, entre 1736 e 1887, como forma de inserção social. Contabilizou 174 uniões de abandonados, num total de 3 556, sendo que destas só nove foram entre expostos. Ana Silva apontou que estes optavam por casar noutras freguesias que não a Encarnação, onde se sediava a Misericórdia de Lisboa, afastando-se do estigma da exclusão e integrando-se na sociedade por via do casamento e do desenvolvimento de uma família.

A educação e posterior integração social destes menores foi igualmente investigada por Milene Alves (2013), ao analisar a Real Casa dos Expostos de Lisboa e a aprendizagem de ofícios no final de Setecentos ao início de Oitocentos. Segundo Milene Alves, a misericórdia da capital procurou integrar os expostos que terminavam a sua criação com as amas, estabelecendo a aprendizagem de ofícios (maioritariamente a partir dos 12 anos), para o que realizou contratos e procurou controlar as respectivas aprendizagens. Estas crianças podiam desenvolver a sua formação tanto junto de mestres de ofícios, como em diversas fábricas. O objectivo era que ficassem habilitados para exercer uma profissão ou mester como oficiais, embora se saiba que apenas poucos terminaram a sua formação.

Enquadrada nos estudos dos expostos da capital, não podemos deixar de referir a investigação de Isabel Drumond Braga (2011-a) sobre as práticas assistenciais das senhoras fidalgas, pertencentes à Real Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel, que

²⁸ REIS, 2016, p. 4.

Sobre as cartas de jogar enquanto sinais, que acompanharam 11 abandonados admitidos na Real Casa dos Expostos de Lisboa destaca-se o artigo de Fernanda Frazão (2014).

contava com a participação da família real. Este auxílio materializava-se no pagamento (ainda que irregular) da criação de leite ou da criação de seco de determinados expostos, pelo que, do final do século XVIII a meados de XIX, 265 crianças beneficiaram desta ajuda. O critério de selecção é desconhecido, sendo na sua maioria menores brancos e recém-nascidos, não havendo diferenciação por sexo²⁹.

Para finalizar, no âmbito legislativo, refira-se a colectânea realizada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1998) onde, entre outros, se listam decretos relativos à administração das crianças abandonadas nesta instituição. Não se descurem ainda os artigos na publicação periódica desta instituição, *Cidade Solidária* (1999, 2001, 2006, 2014), onde se apresenta uma contextualização histórica das misericórdias e da institucionalização das rodas, particularizando os sinais deixados pelos pais junto das crianças aquando do abandono.

Como verificado, não existe nenhum estudo aprofundado sobre o abandono infantil na região de Lisboa na segunda metade do século XIX, início do século XX. Emerge, assim, uma dupla lacuna: espacial e temporal. Esta é tanto mais gritante quanto se trata da capital portuguesa, uma cidade com uma dimensão ímpar no âmbito nacional. Além disso, na época que se pretende estudar, Lisboa atravessava um período de retoma do crescimento populacional - que resulta, em parte, da imigração - e de mudança, numa perspectiva urbana, económica e social. O conjunto destes aspectos cria um contexto de especial interesse para o estudo da exposição de crianças nesta cidade.

É neste contexto e no colmatar desta lacuna que o presente estudo se debruça sobre o abandono infantil na região da capital portuguesa entre 1850 e 1910. Almeja-se uma visão comparada do antes e depois do fim do abandono anónimo legal, particularizando institucionalmente a Misericórdia de Lisboa que, como já tivemos oportunidade de avançar, era responsável pela criação dos expostos da capital.

De facto, na segunda metade do século XIX, Lisboa era não só a maior cidade portuguesa, como também a mais populosa. Em 1864 contabilizava cerca de 33% da população urbana nacional, ascendendo a 41% em 1900, crescimento que se acentuou a

²⁹ Isabel Drumond Braga (2011-b) publicou igualmente um artigo sobre os expostos negros abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa entre 1780 e 1807 e as medidas desenvolvidas de forma a protegê-los.

partir de 1878. Porém, apesar de, nesta época, a área da cidade se ter multiplicado aproximadamente sete vezes, a sua ocupação demográfica não era homogénea³⁰.

Lisboa era ainda uma cidade de criadagem. Muitas mães expositoras eram criadas de servir, uma profissão comum no grande centro urbano (e à qual, aliás, muitas expostas se viriam a dedicar), o que impossibilitava que criassem e mantivessem junto a si os seus filhos. A análise dos relatórios da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa posteriores a 1870 confirmam a relação entre estes fenómenos. A capital era, também, um local onde se intensificava a prática da prostituição, progredindo o número de *meretrizes* e *toleradas*, mulheres que viviam da exploração sexual do seu corpo. No século XIX, dado o carácter rudimentar da contraceção, era normal que esta profissão desse origem ao nascimento de crianças ilegítimas que tinham como destino provável a exposição.

Por fim, refira-se que Lisboa se destaca por, no contexto do abandono infantil, constituir uma exceção face ao decretado por Passos Manuel, continuando a misericórdia a administrar os expostos. Além disso, a partir de meados de Oitocentos, esta instituição diverge das restantes misericórdias - a Irmandade não integra a sua administração, pois a mesa passa a ser composta por membros eleitos pelo governo. Tal faz com que possua muito pouco das características de uma misericórdia, se não mesmo só o seu nome.

Assim, a região abrangida pela análise a desenvolver corresponde ao concelho de Lisboa, mas esta delimitação não é absolutamente estanque, estendendo-se, por vezes, a problematizações ao todo nacional. Deve-se considerar que as crianças eram naturais de concelhos tão distantes como Guimarães e que eram enviadas para amas e mestres de ofícios nas zonas rurais, num espaço correspondente à faixa litoral atlântica que vai da Figueira da Foz à Península de Setúbal.

Cronologicamente, esta investigação desenvolve-se em torno do ano de 1870, marco de uma viragem no abandono anónimo infantil em Lisboa pela penalização desta prática. É partindo deste ano que se baliza o presente estudo entre 1850 e 1910, almejando uma visão comparada do antes e depois da exposição de menores na roda. 1850 corresponde ao ano em que as estatísticas produzidas pela Misericórdia de Lisboa passaram a ser contínuas, permitindo-nos conhecer quantitativamente (mas também

³⁰ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, 1905, vol. I, p. 30.

qualitativamente) os meandros do abandono na capital. Já 1910 surge como término, pois pela salvaguarda de informações individuais, o Arquivo Histórico dessa instituição não disponibiliza documentação posterior a esta data.

Considerando o nosso objecto de estudo, geografia e cronologia, a grande questão à qual que se pretende responder é esta: quais as continuidades e rupturas na exposição, no acolhimento e no destino das crianças antes e após a extinção do abandono anónimo infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1870? Quais as mudanças perante o novo modelo de identificação e justificação parental?

Para resposta às problemáticas enunciadas, dividiu-se o presente estudo em três partes complementares. Numa primeira parte, essencialmente teórica, pretende-se, ainda que brevemente, reflectir sobre a evolução da mentalidade face à criança no contexto social e familiar da contemporaneidade internacional e nacional. Como verificámos, esta ganha, progressivamente, uma posição de destaque, caminhando para a que possui actualmente. Aos poucos, os laços afectivos sobrepõem-se às estratégias familiares e à visão da criança como força de trabalho. Importa, portanto, estudar o que levou a esta mudança e os seus reflexos.

À margem deste percurso “comum”, encontram-se os expostos, o nosso objecto de estudo. É da maior importância estudar a evolução do abandono infantil e da política assistencial face a estes menores numa perspectiva comparada com alguns países da Europa católica, nomeadamente, Espanha, França e Itália, cuja conjuntura e enquadramento eram semelhantes ao português. Como se processou o percurso desde a institucionalização do abandono anónimo, tendo como símbolo as rodas, até à sua supressão?

Contextualizado o panorama europeu, segue-se a particularização do caso português, procurando verificar as semelhanças nesta evolução, analisar a produção legislativa, bem como o posicionamento da opinião pública e política face à exposição de crianças. Esta análise geral é complementada com o estudo institucional da Misericórdia de Lisboa, desenvolvendo a sua evolução segundo condicionalismos políticos, económicos e jurídicos e o seu enquadramento na sociedade portuguesa Oitocentista. Constitui ainda um ponto a desenvolver o estudo dos ofícios e da legislação promulgada no que concerne à sua Casa da Roda, reflectindo sobre o fim do abandono anónimo na

capital. Qual o caminho percorrido pela política assistencial face aos expostos em Lisboa e como se processou nesta cidade o fim das exposições anónimas legais? Como se adaptou a sua misericórdia ao que era decretado e estabelecido no contexto nacional? Quais os particularismos da capital e como foi combatida a possível persistência de casos de abandono em locais públicos? A Misericórdia de Lisboa aplicou medidas para contrariar tais actos após 1870? Se sim, quais?

A segunda parte do estudo visa problematizar quantitativamente quatro elementos estruturantes da exposição infantil: as suas dimensões, os motivos, as características das mães e dos abandonados e o destino dos expostos. Como se verá, uma vez que a identificação parental só foi imposta na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa em 1870, os dados diversificam-se a partir desta data.

Assim, começamos por quantificar globalmente a evolução do abandono, o que permite evidenciar se o novo modelo de acolhimento e, particularmente, a penalização do abandono anónimo na capital portuguesa, motivou uma diminuição das exposições infantis. Qual a evolução do número de crianças abandonadas no período que se pretende estudar? Neste ponto, aborda-se ainda a sua sazonalidade e o acompanhamento ou não dos menores por sinais no acto de entrada. A partir de 1870, passamos também a conhecer os modelos de admissão e os agentes de entrega da criança na instituição (implicando, ou não, a concessão de prémios). Persistiu o abandono em locais públicos após o fim das exposições na roda? Onde eram expostas as crianças? Quem as encontrava? O que acontecia após a descoberta dos expositores? Quantos foram criminalmente punidos?

Analisado o total de abandonos, pretende-se reflectir sobre os motivos que lhe foram subjacentes - quem abandonava as crianças e porquê? -, dados de que dispomos a partir de 1870 para, num terceiro momento, atestar as características desta prática. Este último ponto, é estudado tendo em consideração a figura maternal e os próprios abandonados. Quem eram mães expositoras? Qual o seu estado civil, faixa etária e profissão ou ocupação? E as crianças, existiria um género e faixa etária predominantes no acto de abandono? Qual a sua origem geográfica por concelho e, em Lisboa, por freguesia? Neste último ponto será utilizado um Sistema de Informação Geográfica (SIG), ferramenta que constitui um importante contributo metodológico para a investigação em vários domínios científicos, entre os quais se inclui a História³¹. Dado

³¹ Os SIG surgiram na década de 1960. A partir dos anos 90, o seu cruzamento com a História floresceu, sobretudo motivado pela Social Science History Association, cujos encontros são conhecidos pela inovação

que “events occur, people live, and phenomena flourish in more or less identifiable locations”, alia-se assim o espaço ao tempo através de cartografia³². Simultaneamente, desenvolve-se uma nova cultura visual ao georreferenciar informação histórica. Os SIG são ainda particularmente interessantes quando articulamos informação espacial a dados quantitativos, o que se circunscreve no que se pretende desenvolver nesta fase do estudo³³. Neste caso concreto, a utilização de um SIG permitirá relacionar o crescimento urbano com o abandono infantil e verificar se existe uma correlação entre ambos os fenómenos.

Por fim, nesta parte da investigação, procura-se quantificar os destinos possíveis dos abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa. A este respeito pretende-se estudar a sua distribuição geográfica por amas e mestres de ofícios, para o que se recorre, mais uma vez, à utilização de um SIG. Como evoluiu o número de crianças entregues a amas e mestres de ofícios? Qual a sua distribuição geográfica? Existiam regiões preferenciais para criação destes menores?

Os expostos podiam ainda ser recuperados por familiares, visando-se neste prisma de análise averiguar quantos o foram perante o número de entradas, em que faixas etárias e se foi ou não concedido aos pais um subsídio para tal efeito. Outra das opções passava pela atribuição de subsídios de lactação às mães, contexto em que se pretende quantificar estes abonos, verificar o estado civil das subsidiadas e se, de facto, este auxílio financeiro alcançou o seu objectivo, ou seja, diminuir o abandono infantil - terão os subsídios de lactação contribuído para uma diminuição do abandono infantil?

Cabe também analisar um dos motivos para o fim do abandono anónimo legal na Europa católica – o número de mortes e a mortalidade infantil. Como evoluiu a mortalidade face ao número total de expostos tutelados pela Misericórdia de Lisboa? E a mortalidade infantil e até aos três anos? Seria o número de mortes mais elevado dentro ou fora da instituição? Em que distritos de inspecção era este índice mais acentuado?

Como forma de conclusão, será feito um balanço que atesta o total de tutelados por esta instituição e a sua evolução ao longo da segunda metade do século XIX e início

tecnológica, tendo-se tornado numa verdadeira incubadora da utilização desta ferramenta aplicada à investigação histórica. Os SIG revelaram-se importantes no fomento da pesquisa transdisciplinar e na colaboração entre investigadores de várias disciplinas, desde historiadores a geógrafos, passando por cientistas da computação e linguistas, entre outros. KNOWLES, 2016, p. 741; SILVEIRA, 2014, pp. 28 e 30.

³² GREGORY, 2003, p. 1.

³³ KNOWLES, 2016, p. 746; SILVEIRA, 2014, P. 41.

do século XX, o que nos permite igualmente reflectir, à luz da população total, sobre os reflexos do fim do abandono anónimo na capital.

A terceira parte da investigação procura contar histórias de vida. Ainda que condicionados pelas fontes, estudamos o percurso de dois grupos de crianças, um entregue a amas de uma freguesia da capital, a Encarnação, e outro, criado por amas de um pequeno centro urbano, nomeadamente, da freguesia de Tomar (concelho do mesmo nome). Parte-se de uma análise que se pode considerar macro e quantitativa da evolução do percurso de vida destes menores para, num segundo momento, se tratar detalhadamente a história de vida de alguns, cuja selecção foi feita de modo a representar alguns exemplos de caminhos seguidos pelos abandonados da capital. Como era o percurso de vida das crianças abandonadas tuteladas pela Misericórdia de Lisboa? Atesta-se uma elevada mobilidade destes menores? Entre que concelhos se movimentavam? De que forma tal se repercutiu na sua integração social? Existiu alguma diferença de percurso e integração entre crianças que eram entregues a amas da capital e aquelas que o foram a amas de um centro urbano de pequenas dimensões?

O estudo apresentado assenta numa análise crítica de fontes. Uma vez que pretende constituir um contributo para a História Social e das Mentalidades, mas também para a História Regional, sem descurar a importância da evolução política, económica e institucional, deve-se explorar um conjunto de documentação diversificada³⁴.

Para o primeiro momento, no traçar da evolução da assistência aos expostos em Portugal, importa analisar o fundo do Ministério do Reino do Arquivo Nacional Torre do Tombo (que, entre outra, inclui documentação do Conselho Geral de Beneficência). A legislação produzida neste âmbito, consta do Arquivo Histórico da Assembleia da República. No Arquivo da Academia Real das Ciências estão ainda coligidas as ordens e avisos de Pina Manique.

Esta secção não ficaria completa sem o estudo da opinião pública, para o qual é importante a análise dos debates da Câmara dos Senhores Deputados e da Câmara dos Pares do Reino disponibilizados *on-line*. Indispensável é igualmente o estudo de periódicos, como a *Gazeta Médica de Lisboa*, a *Revista Universal Lisbonense* ou o *Diário*

³⁴ Salvar-se que o estudo da família e do casamento, da criança e da infância, bem como a perspectiva comparada do abandono infantil na Europa católica terá como base uma problematização bibliográfica.

de Notícias, aos quais se deve aliar os opúsculos de médicos, uma opinião «intelectual», como aquela que foi exposta por Francisco de Assis Vaz (1797-1870), José Frutuoso Osório (1827-1887) ou Manuel Caetano da Cunha (?-?).

Particularizando o abandono em Lisboa, importa não só analisar as fontes acima referidas, como também as constantes no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente, os regulamentos da Real Casa dos Expostos, as actas da mesa administrativa, os ofícios recebidos e expedidos pela sua Casa da Roda ou os resumos explicativos que antecedem os seus Relatórios anuais.

A documentação institucional deve ainda ser relacionada com a produzida pelo poder central, nomeadamente, os relatórios dos governadores civis de Lisboa, constantes no Arquivo Nacional Torre do Tombo, e pelo poder camarário (sobretudo no que concerne à nova divisão administrativa lisboeta a partir da década de 1880), presente no Arquivo Municipal de Lisboa e circunscrita, essencialmente, a correspondência entre esta instituição e a misericórdia. Para análise da articulação entre esta última e as autoridades policiais, nomeadamente, para estudo dos agentes da descoberta de exposições anónimas importa recorrer às matrículas do Corpo Civil de Lisboa guardadas no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

O segundo momento do estudo, de cariz quantitativo, assenta nos referidos Relatórios da Misericórdia de Lisboa, cujos dados são bastantes ricos e que, após a devida análise, dão resposta às questões invocadas como objectivo desta investigação. Assim, serão elaborados gráficos de forma a problematizar as dimensões do abandono, os motivos, as características das mães e dos abandonados e o destino dos expostos, antes e após a extinção da exposição anónima. Quando os dados disponibilizados nos transportam para uma dimensão espacial, aliaremos a análise quantitativa ao território, produzindo cartografia pela utilização de um SIG.

Por fim, o terceiro e último momento desta investigação, parte do levantamento das crianças constantes nos Róis de Confessados da Encarnação (concelho de Lisboa) e de Tomar (concelho de Tomar) que, entre 1850 e 1910, foram identificadas como sendo expostas. Enquanto os Róis de Confessados da Encarnação constam do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, a mesma fonte para a freguesia de Tomar encontra-se no Arquivo Diocesano de Santarém.

A partir deste levantamento, é possível recorrer aos registos individuais das amas e dos menores abandonados, para os quais encontramos correspondência na documentação do Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção da Criação dos Expostos, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Em alguns casos, o rigor destes registos permite seguir o percurso de vida dos abandonados desde a sua entrada na instituição, passando pela sua entrega a amas quando ainda menores ou a outras pessoas para aprenderem ofícios ou servirem como criados, até à sua emancipação ou recuperação pelos pais. Estas fontes da misericórdia, que se relacionam com os Róis de Confessados, podem ainda ser interligadas aos registos paroquiais, sobretudo, no que diz respeito ao nascimento e casamento, para aprofundamento do percurso destes expostos³⁵.

Como veremos, apenas conseguimos localizar um exposto que entrou na Real Casa dos Expostos de Lisboa após o fim do abandono anónimo na capital. Não obstante este facto, dispomos de uma amostra de 110 abandonados, 84 que em algum momento da sua vida residiram na Encarnação e 26 entregues a amas de Tomar.

³⁵ O método seguido neste processo de reconstituição dos percursos de vida é detalhadamente apresentado na Parte III.

PARTE I

**A EVOLUÇÃO DO ABANDONO INFANTIL EM PORTUGAL E,
PARTICULARMENTE, EM LISBOA**

1. O novo ascendente da criança e os seus reflexos nas políticas assistenciais face aos expostos na Europa católica

1.1. O século XIX: o século da criança

No século XIX a família era o epicentro da vida privada, refúgio da sociedade, espaço da moral e da vida católica (nos países católicos). Iniciava-se com o casamento, então já assente no sentimento, sendo que aquilo que de mais importante dele podia advir era o nascimento de um filho, sobretudo, acreditando na crescente importância da criança, reflexo de um longo e lento caminho percorrido desde Seiscentos e que se acentuou nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX³⁶.

Este novo ascendente da criança resultou de uma maior intimidade familiar, do desenvolvimento das sociedades industriais e da emergência da importância da escola enquanto meio de educação. Cresceram os laços afectivos para com os menores e a preocupação com a sua saúde, acentuando-se as práticas de higiene e vacinação. Paralelamente, dado o aumento do relevo da criança e do que a sua criação representava diminuiu a natalidade. Desta forma, descobriu-se a infância, etapa da vida que ganhou destaque. As crianças ganharam um mundo próprio³⁷.

Mas não foi só no contexto familiar que a criança alcançou uma posição de destaque. No quadro de políticas populacionistas, esta passou a ser perspectivada pelo Estado como “o futuro da nação e da raça, produtora, reprodutora, cidadão e soldado de amanhã”. Encarando-se a educação como a via para a construção de um futuro cidadão produtivo para o seu Estado, apostou-se na escolaridade obrigatória e na limitação do trabalho infantil. Dado o elevado nível de mortalidade dos menores procurou-se ainda criar hospitais a eles dedicados e serviços de pediatria nos hospitais gerais³⁸.

³⁶ ARIÈS, 1986, p. 5; ARIÈS, 1990-1991, pp. 94, 122, 124 e 135-138.

³⁷ ARIÈS, 1986, pp. 10 e 42; MATTOSO, 2011, p. 148; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 116; SÁ, 1998-b, p. X.

³⁸ ARIÈS, 1990-1991, p. 148.

No século XIX multiplicou-se a produção legislativa restritiva do trabalho infantil, que se cria conduzindo a uma emancipação prematura e prejudicial. Em Inglaterra, a *Factory Act* (1833), proibiu os menores de nove anos de trabalharem nas fábricas de algodão e determinou as 12 horas de trabalho diário para os adolescentes e as 8 horas para as crianças entre os nove e os 13 anos. A legislação fabril de 1867 viria a ilegalizar o trabalho dos menores de 10 anos, para em 1878 se determinar que as crianças com menos de 14 anos só trabalhariam em *part-time*, obrigando-as a frequentar a escola. Em França, leis neste sentido foram decretadas em 1841. Em Espanha, foi em 1873 que se fixou a jornada máxima e idade mínima para

Mas terá esta mudança de mentalidade face à criança sido extensível aos expostos? Ter-se-á desenvolvido segundo a mesma cronologia? Proliferaram os laços de afecto entre estes menores e as famílias que os acolhiam? Deixaram os expostos de ser perspectivados apenas como mais uns braços que poderiam trabalhar e contribuir para a economia familiar? Estas são algumas das perguntas às quais se pretende obter resposta com o presente estudo.

De facto, a perspectiva populacionista face à criança anteriormente referida seria igualmente adoptada nas políticas assistenciais face aos expostos que, como veremos, proliferaram na Europa católica no final do século XVIII e início do século XIX. Nos contextos mais pobres, como os das famílias das amas que acolhiam os abandonados, as crianças eram uma mão-de-obra indispensável. No entanto, tal não significava a ausência ou a impossibilidade de desenvolvimento de afectos. Segundo John Boswell, o conceito de abandono infantil está dependente do conceito de criança e acompanha a sua evolução ao longo do tempo. Confirmaremos que, a partir do final de Setecentos houve uma constante tentativa de salvação destes menores, com reflexos em estímulos filantrópicos e em políticas assistenciais emanadas do poder régio, bem como em algumas medidas particulares da parte das instituições. Refira-se ainda que a integração de um exposto numa família colmatava, com frequência, a morte de um filho. Como analisaremos na Parte III deste estudo, sobretudo, nos pequenos povoamentos era frequente os expostos ficarem numa mesma família durante largos anos, sendo nela integrados, o que nos remete para o desenvolvimento de sentimentos entre o abandonado e o agregado que o acolhia. Tal pode ser atestado, por exemplo, pela menor ou quase ausência de mobilidade dos expostos enviados para estas regiões³⁹.

ingressar no mundo laboral. Após cinco anos, proibiu-se que as crianças exercessem trabalhos perigosos. Todavia, no contexto português a resposta foi mais tardia, deixando os menores de trabalhar subterraneamente ou em indústrias insalubres e perigosas na década de 1890.

Sendo a educação a pedra basilar do progresso importava igualmente legislar nesse sentido. Em Portugal, o ensino primário tornou-se pioneiramente obrigatório com a reforma de Costa Cabral de 1844. Já em França, a escolaridade tornou-se mandatária até aos 12/13 anos (1882); e, em Espanha, decretou-se a criação de uma escola elementar por cada fábrica de 150 obreiros num raio de 200 quilómetros (1900). ARIÈS, 1990-1991, pp. 81, 148, 153, 486 e 491; FUCHS, 2005, pp. 135-136; MATTOSO, 2011, p. 14; SANTOS SACRISTÁN, 2008, p. 2; SUBTIL, 2011, p. 84.

³⁹ CRIADO ATALAYA, 2009, p. 149.

1.2. Perspectiva comparada do abandono infantil na Europa

Desde o século XVI, com a reforma da Igreja Cristã, a Europa passou a estar dividida em duas posições no que concerne à responsabilidade de criação dos menores abandonados, que se reflectiam em diferentes formas de actuar perante o abandono infantil, uma prática ancestral que remontava à Civilização Romana.

Por um lado, a Europa do sul, latina e católica, como é o caso de Portugal, Espanha, França e Itália, considerava que a institucionalização destes menores salvaguardava a sua sobrevivência física e espiritual. Esta institucionalização inseria-se num plano mais amplo da parte dos mais ricos que, ao auxiliarem os pobres, pretendiam ver a sua salvação garantida, estimulando uma complementaridade (e dependência) entre pobres e ricos. Desta forma, prestava-se a assistência, mas não se combatiam as causas da pobreza, dando origem ao que Noelia Martín Espinosa designa de “mendicidad profesionalizada, que aprovechaba la creencia de que ayudarles era vital para la salvación eterna del alma de los benefactores”⁴⁰.

Por outro lado, a Europa protestante do norte acreditava na responsabilidade parental, posição apoiada, por exemplo, em Inglaterra, na Dinamarca e Escandinávia. Os reformadores protestantes defendiam uma caridade mais racional na qual apenas os realmente pobres deviam receber ajuda. Os Estados católicos, por via das instituições de assistência aos pobres, toleravam certos males sociais para evitar outros. Um exemplo consistiu na aceitação o abandono anónimo infantil, visando combater o infanticídio e o aborto, contexto em que foram criadas instituições de acolhimento dos expostos que estavam abertas para que, quem quisesse, aí deixasse os seus filhos, sem ter de se identificar ou justificar o seu acto. Contrastando com esta perspectiva, os Estados protestantes afirmavam que não se podiam fazer excepções ao pecado humano, pelo que era comum as autoridades investigarem e descobrirem as famílias dos abandonados, auxiliando-os para que mantivessem a criança. Estes últimos pretendiam criar uma sociedade disciplinada, reprimindo o pecado⁴¹.

⁴⁰ MARTÍN ESPINOSA, 2012, p. 82.

Ao contexto dos países católicos devemos somar ainda, por exemplo, a Rússia e a Grécia. Sobre o abandono infantil na Rússia ler BERELWITCH, 1991. CRIADO ATALAYA, 2009, p. 151; LALLEMAND, 1885, pp. 643-644; MARTÍN ESPINOSA, 2012, pp. 82-84; RANSEL, 1988, pp. 4-6.

⁴¹ CRIADO ATALAYA, 2009, p. 151; LALLEMAND, 1885, pp. 643-644; MARTÍN ESPINOSA, 2012, pp. 82-84; RANSEL, 1988, pp. 4-6.

Tal não significa que nos Estados protestantes do norte não tenha existido abandono infantil. Efectivamente, este e os hospitais de expostos (fundados a partir de Setecentos) existiram, embora a sua prática não tenha sido generalizada e não tenha alcançado as enormes proporções que atingiu nos Estados católicos, traduzindo-se em períodos de abandono anónimo muito curtos. Vigorava uma diferente perspectiva sobre a responsabilidade do sustento da criação destes menores. Na Europa protestante existia um sistema de financiamento colectivo da caridade. Era responsabilidade das comunas e paróquias ajudar os pobres e, com eles, os expostos, através de esmolas ou pelo lançamento de impostos, o que fazia com que as populações de cada localidade fossem financeiramente responsáveis por aqueles. Querendo contrariar este encargo e dificultando o acto de exposição, os abandonos eram seguidos de investigações para descobrir os pais dos menores, os quais eram intimados a manter a criança. Assim, não obstante a revolução demográfica do século XVIII ter levado os Estados protestantes a fundarem hospitais destinados aos expostos, estes tiveram uma curta duração⁴². Aliás, este modelo de controlo e vigilância por eles adoptado, cimentando a importância da responsabilidade dos pais e assente no financiamento local, foi, mais tarde e como veremos, adoptado pelos Estados católicos do sul europeu.

As políticas assistenciais face aos abandonados seguidas pela Europa católica, sobretudo do sul, foram comuns, ainda que se tenha verificado, em alguns casos, um desfasamento cronológico. No final do século XVIII e início da centúria seguinte, pretendia-se evitar o infanticídio e o aborto com base em ideais populacionistas, legalizando-se o abandono anónimo infantil, que teve como símbolo a roda. Porém, mais tarde, dada a elevada mortalidade dos expostos institucionalizados, o foco passou a residir na responsabilização parental. Também aqui os modelos de admissão e criação dos expostos (e de socorro às mães) adoptados eram idênticos, senão mesmo iguais⁴³.

⁴² Por exemplo, em Inglaterra, deu-se a fundação do *London Foundling Hospital* em 1741. Aqui foram deixados 1 650 expostos entre 1741 e 1760. Eram, sobretudo, crianças legítimas, reflexo das rápidas mudanças sociais e económicas vividas na cidade de Londres (embora a partir do final do século XVIII, a administração do hospital determinasse que só fossem admitidas crianças ilegítimas). Inicialmente, os menores entravam no hospital em pequenos grupos, quando as finanças da instituição assim o permitiam. Deviam ter menos de dois meses, preservando-se o anonimato da mãe e proibindo-se a procura de informação extra. As admissões variaram entre um total de 20 a 200 crianças por ano. Comparativamente, noutras regiões da Europa eram recebidas quase ou mesmo milhares de crianças – em Florença 700 por ano, em Moscovo 1 500 e em São Petersburgo 2 000. LE BOULANGER, 2011, pp. 15 e 24; LEVENE, 2003, pp. 201-203 e 206; MARTÍN ESPINOSA, 2012, pp. 82-83; SÁ, 1998-b, pp. XIII-XVI.

⁴³ LALLEMAND, 1885, p. 644.

A legalização do abandono anónimo infantil, contexto em que Portugal foi pioneiro, levou a uma massificação da sua prática, particularmente sentida nos séculos XVIII e XIX e, sobretudo, no que concerne à exposição de crianças recém-nascidas. Os motivos que lhe eram inerentes eram comuns, prevalecendo a miséria (razão que já motivara os abandonos no Império Romano) e a salvaguarda da honra feminina, dando-se uma oportunidade à mulher de se integrar na sociedade ou, caso fosse solteira, de ingressar no mercado matrimonial (ainda que, como veremos os dados sobre a realidade lisboeta não destaquem estes sentimentos). Não obstante, refira-se que, segundo Stephen Wilson, a vergonha e a honra eram elementos centrais nas sociedades mediterrâneas rurais. Ainda que secundárias eram ainda inerentes motivações religiosas, como a salvação da alma da criança pelo baptismo. Transversal à Europa católica, com destaque para o sul, foram também os elevados índices de mortalidade dos tutelados pelas Casas da Roda, tendo a maioria das crianças falecido após nelas entrarem e, sobretudo, até atingirem um ano de vida⁴⁴.

Portugal contrastava, no entanto, com os restantes Estados católicos do sul no que concerne à intervenção da Igreja. Em Itália e na França meridional “a criação dos expostos cabia a confrarias, autoridades eclesiásticas ou comissões de leigos e clérigos”, estando em Espanha “inteiramente nas mãos da Igreja” e sendo os párocos responsáveis pela criação dos expostos mediante vigilância dos bispos. Esta tendência estava ausente, como veremos no capítulo dois, do contexto português, onde desde os primórdios o rei teve um papel fortemente interventivo, apoiado pela administração do serviço de expostos, pelas câmaras municipais e misericórdias. Paralelamente, refira-se que Portugal se destacava igualmente por uma maior cobertura territorial, quando comparado com outros Estados católicos. Aqui, as Casas da Roda proliferaram e difundiram-se pelos concelhos e vilas, enquanto em Espanha a oferta era menor e se encontrava concentrada nas principais cidades, neste último caso, à semelhança do que acontecia em Itália⁴⁵.

⁴⁴ Segundo Stephen Wilson, na Córsega, a salvaguarda da honra feminina era a principal causa para a prática do infanticídio, sobrepondo-se à falta de meios económicos ou a outro tipo de sentimento para com a criança. DIAS, 2007, p. 26; FONTE, 2004, p. 124; TILLY, 1992, pp. 9-11; WILSON, 1988, p. 763.

⁴⁵ LOPES, 2013-a, p. 293.

1.2.1. O abandono infantil na Europa católica: da institucionalização do *torno* espanhol, das *tours* francesas e da *ruota* em Itália ao seu combate

Itália foi o berço não só das instituições de assistência aos expostos, como também do mecanismo giratório que permitia o abandono anónimo destes menores, a roda. O *Santo Spirito Hospital*, foi fundado em Roma, no século XIII, por iniciativa do Papa Inocêncio III (1160/1161-1216, papado 1198-1216) e de ordens religiosas, destinado ao acolhimento e auxílio de pobres, grávidas, doentes, órfãos e expostos. Segundo Isabelle Le Boulanger, afectado pela quantidade de cadáveres de crianças que eram retirados do rio Tibre pelos pescadores, o Papa determinou que aí fossem acolhidos os abandonados, dotando o *Santo Spirito Hospital* de uma roda. Este tipo de instituições e, com elas, os hospitais dos expostos, difundiram-se por todas as cidades italianas, bem como pela Europa ocidental, inicialmente, nas zonas urbanas. As rodas proliferaram também, visando evitar as práticas recorrentes de infanticídio e aborto⁴⁶.

Em França, no século XIV, alguns hospitais passaram a conter nos seus serviços a assistência aos expostos. Mas, foi apenas no final da década de 1630 que foi criada a primeira instituição unicamente para recepção dos abandonados, impulsionada pelo padre que se dedicou ao serviço dos pobres, Vicent de Paul (1581-1660), que convenceu as Irmãs de Caridade a se encarregarem dos expostos da capital francesa. Inicialmente composta por 13 casas instaladas nos subúrbios da cidade de Paris, veio-se a tornar na principal instituição do reino. No reinado de Luís XIV (1654-1715) o seu nome foi alterado para *Hospice des Enfants-Trouvés*. Embora mantendo a vigilância das Irmãs de Caridade, a partir de 1670, o *Hospice* passou a estar anexo ao Hospital Geral de Paris, de forma a salvar o maior número de crianças possível, movimento que foi comum a outras cidades francesas, prolongando-se até ao século XIX (e que, como veremos no capítulo 2, já era adoptado em Portugal desde o século XV). Pela sobrevivência dos expostos, visava-se torná-los num recurso nacional enquanto soldados para servirem nas tropas, trabalhadores ou habitantes das colónias. Contudo, rapidamente as 13 casas se tornaram insuficientes e, em 1672, foi criada *La Couche*, centro redistribuidor de todos os abandonados confiados à administração da capital⁴⁷.

⁴⁶ LE BOULANGER, 2011, p. 17; RANSEL, 1988, p. 5-6; TILLY, 1992, pp. 5-6 e 12.

⁴⁷ Segundo Muriel Jeorger, ao querer tornar os expostos úteis para o Estado, Luís XIV fazia denotar uma vontade régia de exploração destes menores, contexto em que surgiram várias utopias «funcionais» em

Como verificámos, também em Espanha a beneficência estava associada ao sentimento religioso e à caridade privada, sendo a assistência aos expostos um dos elementos privilegiados por esta última. Dada a fraca intervenção estatal, inicialmente, a partir dos séculos XIV e XV, a fundação de instituições para o seu acolhimento esteve a cargo da Igreja, nomeadamente, dos cabidos das catedrais, que delegavam as funções mais imediatas de criação dos expostos a confrarias, irmandades de ajuda mútua ou outros grupos de carácter religioso que se dedicavam a este tipo de acções de assistência directa. Por exemplo, no Convento da Victória, em Madrid, a Confraria de *Nuestra Señora de la Soledad y las Angustias* acolhia os convalescentes que saíam dos asilos hospitalares. Dado já ter esta função caritativa, em 1572, assumiu a criação dos expostos, tendo, para tal efeito, sete anos mais tarde, adquirido imóveis. Rapidamente esta se tornou na única função desta confraria, passando a chamar-se *inclusa* (nome que, a partir de então, se estendeu a todas as instituições espanholas dedicadas ao acolhimento e criação dos expostos). Tendo ficado dependente da Coroa a partir de 1606, o seu financiamento era feito por donativos dos fiéis da Igreja da Victória, doações em dinheiro, testamentos com pedidos expressos para ajudar os expostos, lucros dos espectáculos da capital, como o teatro e as touradas (aliás, à semelhança do que aconteceu em Lisboa) e, sobretudo, através dos privilégios régios. A *inclusa* de Madrid tornou-se no maior hospital dos expostos espanhol, embora fosse reconhecida pela sua má organização e elevada mortalidade, o que só ficou, em parte, solucionado no final do século XVIII quando a sua administração foi entregue a uma *Junta de Damas de Honor y Mérito*, formada por mulheres de classes altas da capital madrilena⁴⁸.

torno do seu futuro utilitário, não só da parte de França, como também de outros Estados: “a França sonhou colonizar a Louisiana com as crianças expostas, o Grão-Ducado da Toscana pretendeu usá-las para secar os pântanos da Maremma, Napoleão pretendeu criar uma elite de soldados que formariam a sua própria guarda imperial; a Rússia sonhou criar um Terceiro Estado que lhe faltava” (SÁ, 1998-b, p. XV). No caso espanhol, a Lei Pragmática (1623) de Filipe IV (1605-1665, reinado 1621-1665) representou uma primeira regulamentação relativa ao futuro dos expostos, determinando que pela falta de pilotos de marinha estes se dedicariam preferencialmente a esta carreira. Tal foi consolidado em 1677, com o projecto da primeira instituição para acolher abandonados destinados a essa função. Para aprofundar os contextos francês e russo ler JEORGER, 1987 e BERELOWITCH, 1991, respectivamente. JEORGER, 1987, p. 373; JABLONKA, 2010, pp. 10-12; LE BOULANGER, 2011, pp. 15 e 17; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 110; WALCH, 1987, pp. 344-345.

⁴⁸ Segundo Bárbara Revuelta Eugercios não existe nenhum estudo que trate a história da *inclusa* de Madrid desde a sua fundação ao seu encerramento em 1982. ARANA AMURRIO, s.d., pp. 1 e 4; BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, pp. 41 e 46; LALLEMAND, 1885, pp. 436 e 438; MARTÍN ESPINOSA, 2012, p. 97; REVUELTA EUGERCIOS, 2015, pp. 108, 114, 183-184 e 226.

Vicente Pérez Moreda considera que “el gran siglo de los expósitos (...) es el que va de mediados del XVIII a mediados o segunda mitad del XIX”⁴⁹. A partir do século XVIII, os Estados europeus católicos do sul passaram a intervir neste assunto, secularizando e centralizando a assistência aos expostos, como vimos outrora função da Igreja e da acção filantrópica, processo no qual Portugal divergiu dos restantes Estados e, de certa forma, se antecipou, como estudaremos no segundo capítulo. Este intervencionismo era fundado em políticas populacionistas, relegando para segundo plano a preocupação cristã. O objectivo era tornar os abandonados política e economicamente úteis para o Estado, dado que a sua criação era, por este último, financiada. Para obter estes “dividendos” era necessário assegurar a sua sobrevivência e salvaguardar a sua saúde, o que passou pela aceitação jurídica do abandono anónimo infantil e pela proliferação da oferta institucional, dotada de rodas.

Na vizinha Espanha, a intervenção do Estado e a reforma assistencial inspirada em princípios iluministas partiram da iniciativa dos monarcas Fernando VI (1746-1759) e, sobretudo, de Carlos III (1759-1788) e Carlos IV (1788-1808). Foram criadas instituições públicas, nomeadamente, grandes hospícios, destinados aos necessitados, ociosos, mendigos e órfãos. O objectivo passava não só por ajudá-los, como também por integrá-los na sociedade e no mundo do trabalho. A maior parte destas instituições assumiu o papel de *inclusas* ou tinha dependências destinadas ao acolhimento dos abandonados⁵⁰.

Dada a pressão do crescente número de exposições, no reinado de Carlos IV e ministério de Manuel de Godoy (1767-1851, primeiro-ministro 1793-1798), foi realizado um inquérito sobre o estado da assistência aos abandonados, a sua administração, número de hospitais dos expostos e outros particularismos com eles relacionados. Verificou-se a necessidade de criar instituições unicamente destinadas aos abandonados e fora dos principais centros. Houve, assim, uma colaboração directa do poder régio na criação de novos estabelecimentos e na remodelação de outros já existentes. Paralelamente, pela Real Cédula de 1796, Carlos IV despenalizou o abandono anónimo infantil, proibiu a intimação dos expositores e condenou as exposições fora das instituições criadas para esse efeito. Determinou “que se creaban casas de expósitos en cada cabeza diocesana con

⁴⁹ PÉREZ MOREDA, 2005, p. 97.

⁵⁰ Foram criadas instituições em Oviedo (1752), Granada (1753), Badajoz (1757), Madrid, Barcelona, Ávila e Burgos (décadas de 60 e 70). ARANA AMURRIO, 2012, p. 5.

carácter de matriz o principal de la que dependerían otras secundarias, (...) para evitar el alto número de mortandad de niños (...)”, dotando-as de rodas, as quais deviam ser estabelecidas pelas autoridades eclesiásticas nas terras sob sua jurisdição⁵¹. Proliferaram, desta forma, as *inclusas* e *el torno* pelo território vizinho, agora com um carácter oficial e institucionalizado, passando a haver entre 70 a 75 instituições no final do século XVIII e contabilizando-se outras fundações na centúria seguinte. Não obstante, o seu financiamento continuou a ser feito pela Igreja, mediante supervisão dos prelados das dioceses, o que revela a incapacidade estatal de assumir esta faceta do seu papel assistencial⁵².

Em França, a intervenção do Estado resultou da insuficiência dos auxílios prestados pela Igreja, nobreza e governadores locais, numa altura em que estava em curso a Revolução Francesa (1789-1799) e em que o abandono crescia como resultado da crescente pobreza. Instigados pelas políticas populacionistas em voga, em 1789, os Estados Gerais começaram a centrar a sua atenção nos expostos, procurando torná-los úteis para o Estado ao desempenharem funções como a limpeza de pântanos, construção de estradas, integrando a tropa e a marinha, colonizando as terras distantes ou povoando os campos e tornando-se lavradores⁵³. “Éloignés de leur parents, les enfants de la loi sont donc à la fois nationalisés et privatisés”⁵⁴.

Desta forma, durante a Revolução e com continuidade no Império napoleónico (1804-1811) desenvolveu-se um programa que serviu de base para a criação dos expostos durante grande parte do século XIX. A assistência aos «filhos naturais da Pátria» foi fragmentada, passando a estar sob a vigilância das administrações municipais (embora mais tarde tenha transitado para as comissões hospitalares), aboliram-se as leis sobre a obrigatoriedade de declaração de gravidez e estabeleceram-se hospitais dos expostos nas principais cidades, onde as crianças deviam ser admitidas gratuitamente. De acordo com Isabelle Le Boulanger, pelo decreto de 1811, foi criado um novo modelo assistencial. Ao compreender-se que as rodas seriam o mecanismo oficial de abandono anónimo

⁵¹ BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 42.

Sobre a Real Cédula de 1796 ler FONTE, 2004, pp. 130-131. FONTE, 2004, pp. 129-130.

⁵² BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 42; PÉREZ MOREDA, 2005, p. 32.

⁵³ Nas vésperas da Revolução Francesa (1789-1799) existiam 40 000 expostos em toda a França. O hospício dos expostos de Paris recebia 5 000 a 6 000 crianças por ano, enviadas depois para amas residentes em zonas rurais das regiões da Normanda, Picardia ou Borgonha (à semelhança do que acontecia em Portugal). JABLONKA, 2010, pp. 12, 41-42 e 49.

⁵⁴ JABLONKA, 2010, p. 87.

determinou-se que fossem instaladas nas instituições, devendo existir uma em cada distrito. Neste contexto, foram criadas 250 rodas em todo o território francês⁵⁵.

Dado o expansionismo napoleónico do início do século XIX, a Itália estava integrada no Império Francês. Também aí, pelo decreto de 1811, se generalizaram as rodas, agora dotadas de um carácter oficial dada a sua ancestral existência, como anteriormente verificámos. Em Itália, a proliferação deste mecanismo era justificada, à semelhança do que acontecia noutros Estados europeus, pela prevenção do infanticídio e manutenção da honra feminina. Refira-se ainda que alguns hospitais dos expostos italianos, como o de Trento, tinham as suas próprias maternidades, permitindo que as mulheres fossem admitidas nos últimos meses de gravidez⁵⁶.

A legalização e proliferação das instituições e das rodas contribuiu para uma explosão dos abandonos no século XIX, atingindo-se valores nunca antes alcançados, numa tendência que foi comum aos Estados católicos do sul. Por exemplo, em Espanha, no final de Setecentos existiam 70 a 75 *inclusas*, valor que ascendeu a 149 em Oitocentos. Durante todo o século XIX, na *inclusa* de Madrid, eram abandonadas entre 1 600 a 1 800 crianças por ano (tendo-se chegado a alcançar um pico de 2 000 exposições). Estes valores mantiveram-se elevados no início da centúria seguinte, tendo sido abandonadas quase 1 700 crianças em 1915 e 1916. Por sua vez, em França, embora se desconheça a data de implementação da primeira roda, no primeiro terço de Oitocentos já existiam 251 havendo um valor médio anual de admissões de 20 000 crianças. Já na Misericórdia de

⁵⁵ A comissão administrativa dos hospícios passou a deter a tutela dos abandonados. Esta era composta por pessoas eleitas pelos cidadãos de cada comuna, prevalecendo aqueles que eram conhecidos pela sua filantropia cristã. Não obstante, existiam inspectores das comissões hospitalares que, enquanto representantes do Estado e tutores oficiais dos menores, eram encarregados de os visitar regularmente.

O decreto de 1811 determinou também os três grupos de jovens a serem assistidos: expostos ou encontrados, abandonados e órfãos pobres; e, definiu o percurso dos primeiros. Ao saírem dos hospícios os expostos eram enviados para amas, com quem ficavam até aos seis anos. A partir desta idade, e até aos 12, aprendiam o ofício de agricultores ou artesãos. Ao atingirem os 12 anos, findava a tutela estatal e iam para a marinha, ficando à disposição do Estado e havendo um retorno do investimento na sua criação. Foi perante esta directiva que, no mesmo ano, Napoleão recrutou 6 000 abandonados para formar um regimento destinado ao campo de batalha europeu, o que foi alvo de críticas por ir contra os direitos do Homem (comparativamente, durante o Directório (1795-1799), eram tidos em conta os gostos e capacidades destas crianças). JABLONKA, 2010, pp. 12, 41-42, 49 e 81-86; LALLEMAND, 1885, pp. 253-254 e 257; LE BOULANGER, 2011, p. 16; MAKSUD, 1977, p. 1165.

⁵⁶ Havia, no entanto, uma distinção entre as mulheres que pagavam este serviço e aquelas que não o faziam. Às que tinham disponibilidade financeira era-lhes garantido o segredo absoluto, não contactando com as restantes e podendo abandonar o hospital logo após o nascimento do seu filho. Já as mulheres pobres, viam a sua vida investigada, nomeadamente, tendo de apresentar documentos que comprovavam a sua miséria. KERTZER, 1991, pp. 17-18.

Lisboa, foram entregues anualmente cerca de 2 617 menores entre 1850 e 1870, quantitativos que aprofundaremos na Parte II deste estudo. Vicente Pérez Moreda estima que, em 1860, existissem 356 hospitais de expostos em todas as cidades ou localidades semiurbanas europeias e Volker Hunecke aponta a probabilidade de, em meados de Oitocentos, terem sido abandonadas 100 000 crianças (ou mais) por ano em instituições. Assim se pode concluir que o aumento dos abandonos foi acompanhado e favorecido pelo incremento institucional. Vicente Pérez Moreda crê que o balanço das rodas foi largamente negativo, pois nunca se considerou as proporções que o fenómeno do abandono anónimo viria a ter⁵⁷.

Porém, o aumento do número de instituições e de rodas não terá sido o único motivo para o incremento dos abandonos. Como verificámos, o século XVIII foi marcado por um grande aumento da pobreza, que se acentuou na centúria seguinte. As cidades cresciam fruto do êxodo rural, das crises agrárias e da industrialização. O desenvolvimento da urbanização e o aumento populacional tinham claros reflexos na emergência de uma nova e crescente miséria. A dinâmica das cidades modificava-se, bem como a sua morfologia, estrutura, economia, formas de vida e conduta dos seus habitantes. Paralelamente, em alguns Estados, a ilegitimidade continuava a ter um papel determinante no acto do abandono, como aconteceu no caso italiano⁵⁸.

Não obstante, a explosão do número de crianças abandonadas na Europa católica não deve ser perspectivada como um retrocesso no novo ascendente da criança. Pelo contrário, o abandono era tido como uma forma de (tentativa de) sobrevivência dos menores. Sendo o aborto e o infanticídio considerados crime, optava-se pela entrega da criança à tutela de uma instituição na expectativa de uma melhoria da sua qualidade de vida, integrando outro agregado familiar ou, ainda, considerando esta admissão como um acto temporário, havendo a possibilidade de uma posterior recuperação do exposto.

Porém, a realidade divergia do objectivo inicial de salvação da criança pelo expositor aquando do abandono. As crescentes exposições trouxeram consigo um aumento da mortalidade destes menores. Esta era tão elevada que alguns contemporâneos argumentavam não existir diferença entre o abandono e o infanticídio. Paralelamente, a alta mortalidade não foi acompanhada por um crescente número de amas ou do capital

⁵⁷ARANA AMURRIO, s.d., p. 3; LE BOULANGER, 2011, pp. 15-17; BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 41; PÉREZ MOREDA, 2005, pp. 1-3, 9 e 116.

⁵⁸KERTZER, 1991, p. 7; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 139.

necessário para a criação dos expostos. Perante os problemas comuns aos vários Estados, tanto em Portugal, como em França, Itália ou (tardiamente) em Espanha, começou-se a questionar a viabilidade de manutenção do modelo de exposição anónima vigente. As novas ideologias sobre a família também enfatizavam a emoção e o sentimento, a unidade familiar e a maternidade. A solução deste problema seria a responsabilização parental e a tentativa de manutenção dos menores no seu seio familiar. O abandono infantil tornou-se, assim, num dos problemas sociais do dia⁵⁹.

Desta forma, o debate em torno do encerramento das rodas iniciou-se precocemente em França. O abandono crescia – se em 1819 foram admitidos 32 148 expostos nas instituições, este valor subiu para 35 863 em 1831. Considerava-se que o sistema existente encorajava e facilitava as exposições, degradando a moral, dado que a maioria das crianças abandonadas em França eram ilegítimas. À semelhança dos argumentos apresentados noutros contextos, criticava-se ainda o facto de que o abandono privava os menores de uma identidade, levava-os à morte certa e colocava em causa o conceito de família, devendo as mães responsabilizar-se pelos seus filhos, de modo a reduzir os encargos estatais. Apesar do Estado francês ter assumido um papel paternalista, a situação era desastrosa por os hospícios estarem à beira da falência, as amas não serem pagas e a mortandade ascender a 92% em algumas regiões⁶⁰.

Assim, a proliferação das rodas foi quase acompanhada de um imediato retrocesso neste processo, pautando-se pelo encerramento de muitas delas, sobretudo, a partir da década de 1830 – deram-se nove encerramentos entre 1813 e 1823, 35 entre 1823 e 1834, 32 em 1836 e 16 em 1837. Em Paris, a partir de 1836, era feito um inquérito ao apresentante da criança para que esta pudesse ser admitida. No ano seguinte, impôs-se que nenhum menor podia entrar na instituição sem a aprovação do comissariado de polícia. Não obstante estas mudanças, a roda continuava a ter muitos apoiantes, que a perspectivavam como um meio de salvação dos expostos. Após uma forte oposição da população, a roda de Paris foi definitivamente encerrada em 1862, sendo que no início desta década já só existiam 25 rodas em todo o reino. A partir de então, antes de saírem da maternidade do hospício, as mães passaram a amamentar os seus filhos durante alguns dias, procurando-se que desenvolvessem laços de afecto com o menor para que não o

⁵⁹ KERTZER, 1991, p. 8; SÁ, 1998-b, p. XVI.

⁶⁰ FUCHS, 1984, p. 42-46; JABLONKA, 2010, pp. 44, 49 e 118; LE BOULANGER, 2011, p. 15; ROLLET-ECHALIER, 1990, p. 65.

abandonassem. Aos que ficavam à tutela da instituição, procurou-se que fossem vacinados e tivessem uma educação secular e religiosa, ao mesmo tempo que se aumentaram os pagamentos às amas/famílias de acolhimento, sendo atribuído um bônus a quem mantivesse o menor durante mais tempo ou o enviasse para a escola. Medidas semelhantes foram aplicadas, como veremos, pela Misericórdia de Lisboa. O número de expostos em França diminuiu de imediato, sendo que por cada 100 nascimentos contabilizavam-se 19 admissões de crianças em 1854 e menos de uma em 1871⁶¹.

Por sua vez, em Itália o encerramento das rodas iniciou-se no final da década de 1860. Em meados do século XIX, aí existiam mais de 1 200 instituições onde os abandonados podiam ser deixados. A partir de 1842 o número de crianças entradas na Casa da Roda de Milão nunca se encontrou abaixo de 3 000 e, entre 1861 e 1867, ultrapassou os 5 000. Estes elevados valores são justificados por Volker Hunecke pela própria existência dos hospícios de admissão de expostos. Aquela instituição foi encerrada em 1868, reflectindo-se de imediato numa diminuição dos abandonos, sendo que em 1874 contabilizaram-se apenas 300 a 400 entradas. À semelhança do que aconteceu noutros Estados católicos do sul, impôs-se um novo modelo de admissão e generalizou-se a concessão de subsídios de lactação às mães. Foram ainda criadas creches, sobretudo, próximo das manufacturas de tabaco. Só nesta altura o abandono começou a ser perspectivado como imoral⁶².

Por fim, em Espanha, na primeira metade do século XIX, as denúncias dos abusos no uso da roda eram minoritárias e os problemas invocados para contestar a viabilidade deste modelo insuficientes para instigar uma mudança radical. Pelo contrário, o abandono anónimo era considerado uma mais-valia num período de crise económica, destruição provocada pela ocupação napoleónica e pela guerra civil, bem como pela primeira industrialização, que faziam escalar o pauperismo. Assim, o Estado liberal começou a intervir na assistência (período denominado Acção Social), legislando neste sentido e implementando uma estrutura de beneficência que teve como um dos seus principais alvos de intervenção os expostos. Dado o processo de secularização, o Governo teve de passar a deter um maior protagonismo e controlo da assistência. Sem os recursos

⁶¹ Em 1860 ainda existiam 25 rodas em França para, dois anos depois, apenas existirem duas. A última a ser encerrada foi a de Marselha (1868). FUCHS, 1984, p. 42-46; JABLONKA, 2010, p. 118; MAKSUD, 1977, pp. 1165-1166; ROLLET-ECHALIER, 1990, p. 65.

⁶² Na Rússia as rodas de abandono anónimo tiveram uma maior longevidade. KERTZER, 1991, p. 5; TILLY, 1992, pp. 6-7; HUNECKE, 1985, pp. 23 e 28.

anteriores, em virtude das leis desamortizadoras do final de Setecentos e início de Oitocentos, a Igreja já não tinha como levar a cabo esta sua função, ficando o seu papel reduzido à gestão dos centros assistenciais, a partir de então financiados por fundos públicos⁶³.

As leis de beneficência de 1822 e 1849 criaram e reorganizaram os hospitais dos expostos, associando-lhes maternidades em todas as províncias. Embora a lei de 1822 só tenha sido posta em prática em 1836, após a morte de Fernando VII (1808 e 1813-1833), colocou a beneficência definitivamente nas mãos das autoridades locais (nomeadamente, dos municípios e juntas de província). Não obstante, a Igreja não deixou de ter a sua intervenção, dado que a criação dos expostos passou a estar associada a Sociedades de Senhoras e Juntas de Filhas de Caridade, dela dependentes e que se centravam em todos os aspectos das crianças e da sua educação⁶⁴.

A directiva do início da década de 1820 não teve grandes efeitos, pelo que a seguinte, datada de 1849 instituiu, definitivamente, uma estrutura de beneficência e quebrou com o paradigma assistencial de Antigo Regime. De forma a consolidar a intervenção estatal, os hospitais de expostos passaram a estar associados às juntas de província, dando origem a um maior número de instituições destinadas aos abandonados e à criação de maternidades. É neste âmbito que se inscreve, em meados de Oitocentos, a fundação da Casa de Maternidade de Madrid, adjacente ao hospital dos expostos e a ele associada a partir de 1877, data em que passaram a ter regulamentos conjuntos e a maternidade deixou de ter uma função puramente médica, encaminhando também as crianças para a *inclusa* após o parto⁶⁵.

Desta forma, chegando ao início do século XX, existiam instituições de acolhimento destinadas aos menores abandonados em quase todas as capitais de província, com maternidades a elas associadas, que salvaguardavam a honra feminina e

⁶³ MARTÍN ESPINOSA, 2012, p. 90; MATTOSO, 2011, p. 135; PÉREZ MOREDA, 2005, pp. 67-69; RUIZ RODRIGO, 2004, p. 27.

⁶⁴ Publicistas, governantes e a imprensa consideravam que a beneficência era uma ocupação adequada para as mulheres, pois a sua natureza tornava-as dotadas de certas características, com supremacia no campo sentimental. Aquelas que integravam estas juntas pertenciam, sobretudo, à aristocracia, mas também à burguesia, tendo riqueza e prestígio social e pertencendo a grupos que controlavam a economia e a vida política locais. O ingresso nestas juntas servia ainda como forma de ascensão social. BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 43; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, pp. 127-128; RODRÍGUEZ MARTÍN, 2013, pp. 136 e 150-151; RUIZ RODRIGO, 2004, p. 26.

⁶⁵ Em Espanha, dada a autonomia das juntas de província, as várias instituições de expostos e maternidades respondiam de forma individual às particularidades sociais e demográficas de cada região. BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 43; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 111-113, 127-128, 139, 191 e 226; REVUELTA EUGERCIOS, 2012, p. 648; RODRÍGUEZ MARTÍN, 2013, pp. 136 e 150-151.

evitavam o infanticídio, dado que podiam ser utilizadas para realizar partos secretos. Não obstante as tentativas, o Estado espanhol nem sempre conseguiu responder a uma pobreza crescente, continuando a iniciativa privada a ter um papel determinante na assistência⁶⁶.

O debate em torno da extinção do abandono anónimo infantil em Espanha só se tornou latente nas primeiras décadas do século XX, havendo um atraso face à restante Europa católica e apoiando-se os contemporâneos espanhóis até então na crença de que o fim do abandono anónimo noutros Estados teria levado a um aumento do aborto e do infanticídio, sobretudo, nos meios urbanos. O encerramento das rodas fez-se em momentos distintos em cada região, tendo sido resultado não de um impulso nacional, mas sim de motivações locais. Assim, nas vésperas da Guerra Civil (1936-1939) já não existiam rodas e em todas as instituições se procurava reduzir o abandono, aplicando-se medidas que já estavam em curso um pouco por toda a Europa católica mediterrânea, como é o caso da identificação parental⁶⁷.

No caso da capital espanhola, as críticas à roda dos expostos surgiram no início do século XX no seio da própria *inclusa*, sobretudo, da parte dos seus médicos, que denunciaram a elevada mortalidade infantil e visavam melhorar a qualidade de vida destes menores. Deixou de se considerar que a mortalidade era provocada pelo passado das crianças ou por doenças hereditárias, para se focar a atenção na forma como estes eram tratados nas instituições e ao cuidado das amas, nomeadamente, no que dizia respeito à sua deficitária alimentação (sendo a mortalidade, em parte, motivada pela alimentação artificial), falta de higiene pessoal e de equipamentos adequados à sua sobrevivência. Apesar de terem sido tomadas medidas para melhorar a segurança dos expostos, sobretudo, no acto da exposição (pela desinfeção do local, presença permanente de um médico ou substituição da roda por uma janela com um guarda que impedia o abandono de crianças mortas ou doentes), as medidas não foram verdadeiramente eficazes. A verdadeira mudança só viria a ter lugar no final da década de 1920, com o encerramento definitivo da roda dos expostos, resultado da mudança de instalações da *inclusa* e da criação de um gabinete de admissão onde as crianças eram entregues pessoalmente pelos pais que, caso o pretendessem, podiam apresentar detalhes confidenciais. Também o nome da instituição foi alterado nesta altura, passando a designar-se *Instituto Provincial*

⁶⁶ BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 1991, p. 43; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, pp. 111-113, 127-128, 191 e 226; REVUELTA EUGERCIOS, 2012, p. 648; RODRÍGUEZ MARTÍN, 2013, pp. 136 e 150-151.

⁶⁷ PÉREZ MOREDA, 2005, pp. 67-69; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, pp. 109 e 132.

de Puericultura e transformando-se numa verdadeira instituição pediátrica, resultado dos desenvolvimentos médicos aí levados a cabo e da atenção prestada à higiene infantil⁶⁸.

Apesar do encerramento das rodas na maior parte da Europa católica datar da segunda metade do século XIX, e do caso tardio espanhol já do início da centúria seguinte, o fenómeno do abandono anónimo infantil demorou a ser erradicado. Segundo Isabel dos Guimarães Sá esta prática continuou a existir em Portugal até ao final dos anos 30 do século XX, então, expondo-se as crianças em locais públicos. Por sua vez, em França, Isabelle Le Boulanger refere que terá existido até 1945. Já em Espanha, Vicente Pérez Moreda considera que só começou a desaparecer a partir de 1982, o que justifica pela tomada de posição tardia na extinção da roda⁶⁹.

2. O abandono infantil em Portugal

Durante a Época Moderna, mais particularmente nos séculos XV e XVI, a população cresceu. A vida nos campos era precária, marcada por más colheitas e pela consequente inflação dos preços dos alimentos. Muitos camponeses rumavam às cidades, onde havia instituições de assistência e uma burguesia endinheirada, cujas esmolas e auxílio mitigavam as duras condições de vida. O trabalho escasseava, aumentando a pobreza, proliferando os pedintes e os vagabundos. Paralelamente, as vagas de peste eram uma constante⁷⁰.

Perante esta conjuntura emergiu uma preocupação com a reestruturação e uniformização da assistência a qual, iniciada no reinado de D. Afonso V (1438-1477 e 1477-181) teve continuidade com D. João II (1477-1495 e 1481-1495) e D. Manuel I (1495-1521). Houve um afastamento do quadro assistencial da Europa católica e das

⁶⁸ As medidas inicialmente aplicadas não tiveram reflexos numa diminuição do abandono e melhoria da mortalidade infantil, tendo conduzido à saída da *inclusa* de Madrid dos médicos que criticavam o mecanismo da roda. Estes viriam a ser readmitidos em 1923.

Não obstante o encerramento da roda em Madrid, continuaram a entrar crianças legítimas e era permitido o abandono temporário, tendência que cresceu, contrastando com o abandono anónimo. Na realidade, as razões institucionais para recolha de informações parentais eram meramente médicas, tentando compreender possíveis doenças ou problemas hereditários dos menores. Devido à falta de fundos a maternidade só viria a ser reaberta nas novas instalações em 1934. REVUELTA EUGERCIOS, 2015, pp. 122-124, 128 e 652.

⁶⁹ ARANA AMURRIO, s.d.; LE BOULANGER, 2011, pp. 15-16; SÁ, 1998-b, p. XVII.

⁷⁰ Sobre os conceitos de pobre e pobreza ver LOPES, 1993, pp. 501-502 e SÁ, 2001 (b), p. 457. ABREU, 2009, p. 109; ARAÚJO, 2006, p. 239; SÁ, 2008, s.p.

directrizes do Concílio de Trento (1545-1563), com a emergência do controlo pelo poder régio e um maior pendor laico.

Por outro lado, a iniciativa de reforma não partiu das autoridades locais, mas sim da Coroa, estendendo-se a todo o Reino. A assistência em Portugal passou a assentar, assim, em dois pilares que visavam atribuir uma nova dinâmica ao modelo medieval vigente: a reforma hospitalar e a criação (e proliferação) de misericórdias, instituições que, em algumas partes do Reino, seriam alvo de uma posterior fusão⁷¹.

Foi neste contexto que, em 1492, foi fundado o Hospital de Todos os Santos, embora só tenha ficado concluído em 1504. A sua criação insere-se numa tentativa de concentração hospitalar nas principais cidades e reunião num único espaço de várias valências que, até então, estavam espalhadas por diversos estabelecimentos⁷². Por este motivo, integrou o serviço de expostos. Nesta altura, o Hospital de Todos os Santos situava-se no Rossio e na Betesga (nomeadamente, na actual Praça da Figueira, com a sua fachada principal virada para o Rossio), ficando o Hospital dos Expostos na zona da Rua da Betesga e a roda num beco à esquerda desta (onde hoje começa a Rua dos Fanqueiros). Ficou encarregue do serviço de expostos o provedor do Hospital de Todos os Santos, incumbido de receber os enjeitados, baptizá-los e enviá-los para amas externas, onde permaneciam durante três anos, em troca de um salário. Findo este período, os abandonados retornavam ao Hospital dos Expostos, onde lhes era fornecida roupa e comida até aos seus sete anos, idade em que eram entregues para aprender um ofício ou em que iniciavam a sua actividade laboral⁷³.

Paralelamente à reforma hospitalar deu-se a fundação de misericórdias. Este processo principiou em 1498, com a criação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, durante a regência de D. Leonor (1458-1525), mulher de D. João II e irmã de D. Manuel

⁷¹ ABREU, 2000, p. 396; ABREU, 2002, p. 417; ALMEIDA, 1993, p. 185; PAIVA, 2003, vol. 2, pp. 7-8 e 19.

⁷² Em 1479, o Papa Sisto VI (1414-1484, papado 1471-1484) autorizou o futuro D. João II a construir um grande hospital em Lisboa. Para este efeito, aglomerou os rendimentos e propriedades dos hospitais da capital. Seis anos mais tarde, o Papa Inocêncio VIII (1432-1492, papado 1484-1492) concedeu-lhe autorização para reunir num só os cerca de 43 hospitais da cidade e seus arredores. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), p. 4; ABREU, 2009, p. 109; ALMEIDA, 1993, p. 185; ANTUNES, 2015, p. 58; SÁ, 2002-b, p. 320.

⁷³ O Hospital dos Meninos Órfãos foi fundado em 1273 pela rainha D. Beatriz de Gusmão (c. 1242-1303), mulher de D. Afonso III (1248-1279), e era financiado por esmolas municipais. Antes da anexação ao Hospital de Todos os Santos situava-se na Mouraria, fora das muralhas da cidade medieval. ALVES, 2013, p. 16; ANTUNES, 2015, p. 58; MANOEL, 1999, p. 40; PAIVA, vol. 3, 2002, p. 8.

I. Localizava-se, então, na Capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta, na Sé da capital, tendo em 1534 sido transferida para o Terreiro do Paço⁷⁴.

As misericórdias eram assentes em valores religiosos e inspiradas no modelo assistencial existente em Florença, embora com algumas novidades. Procuravam uma homogeneidade nas práticas de caridade e assistência, mas afastando-se do domínio da Igreja e, como tal, sendo compostas por irmãos leigos e estando sob imediata protecção régia. Criadas por mandato dos monarcas ou com a sua autorização, o seu compromisso era igualmente alvo de aprovação pelo rei⁷⁵.

Estas confrarias tinham amplas preocupações, não se especializando apenas numa ou em algumas obras de misericórdia, como acontecia noutras suas congéneres, por exemplo, em Itália⁷⁶. Igualmente nova era a sua extensão a todo o território metropolitano e colonial. Todavia, esta dispersão geográfica não significava que não houvesse uma estrutura homogénea em termos institucionais e orgânicos. O Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 serviu de exemplo à regulamentação do serviço de outras confrarias e respectivas administrações⁷⁷.

A assistência prestada pelas misericórdias era, sobretudo, dirigida aos pobres, presos e doentes. As crianças e, com elas, os expostos, não estavam incluídas nos compromissos iniciais, não obstante constituírem uma face da pobreza. Embora o Compromisso de 1618 previsse o auxílio aos desamparados, este não era extensível aos abandonados, tendo-se reforçado que não cabia às confrarias acudir a estes menores⁷⁸.

⁷⁴ Sobre a problematização em torno do fundador da Misericórdia de Lisboa ver ALMEIDA, 1993 e SÁ, 2008.

⁷⁵ ABREU, 2009, p. 111; BETHENCOURT, 1993, p. 150; LOPES, 1993, p. 501; SÁ, 1996-b, p. 58; SÁ, 1996-c, p. 97; SÁ, 2001-a, p. 340; SÁ, 2001-d, p. 201; SÁ, 2008, pp. 3 e 15.

⁷⁶ Sobre as catorze obras de misericórdia ver ALMEIDA, 1993, p. 86.

⁷⁷ O Compromisso da Misericórdia de Lisboa foi reformulado, por exemplo, em 1577, 1600 e 1618. Esta última versão foi a mais duradora e vigorou até 1834. As alterações ao Compromisso reflectem a crescente complexidade do serviço prestado pelas misericórdias.

Sobre os requisitos de admissão dos irmãos para a administração das misericórdias e o seu funcionamento ver ALMEIDA, 1993, pp. 187 e 189, SÁ, 1996-a, pp. 136-137. SÁ, 2001-d, pp. 201-202, SÁ, 1996-a, pp. 136-137 e SÁ, 2008, s.p..

⁷⁸ Os desamparados pertenciam a famílias problemáticas, sendo dados a criar a outros agregados. ABREU, 2002, p. 421; ARAÚJO, 2008, pp. 136-137; BETHENCOURT, 1993, p. 150.

2.1. Das *Ordenações Manuelinas* à segunda metade do século XVIII

Desde as *Ordenações Manuelinas* (1521) nas cidades, vilas ou lugares onde não existissem hospitais ou albergarias que criassem os expostos, a sua tutela recaía sobre as câmaras municipais. O financiamento da sua criação era feito à custa dos bens destas últimas e, quando insuficientes, recorria-se aos contribuintes pelo lançamento de fintas. Este encargo gerou, em várias localidades, contestação municipal⁷⁹.

Como verificámos, nenhuma responsabilidade recaía nas misericórdias. A sua intervenção surgiu quando estas assumiram a administração de hospitais, sobretudo, nas principais cidades do Reino, monopolizando o quadro assistencial, o que permitia reforçar a secularização e centralizar o poder régio. Assim se justifica que, em 1564, D. João III (1521-1557) tenha passado a tutela do Hospital de Todos os Santos para a Misericórdia de Lisboa e, com ele, o serviço de expostos⁸⁰.

Segundo Laurinda Abreu, datam de 1627, durante o reinado de Filipe III (1621-1640), “as primeiras notícias que dão conta das movimentações da Misericórdia de Lisboa no sentido de devolver as crianças ao cuidado da cidade”, ou seja, ao poder municipal. Nesse ano, por mediação régia, foi celebrado um primeiro contrato entre ambas as partes, prevendo que o município pagaria à confraria 600 000 réis destinados à criação dos expostos da capital. Este valor rapidamente se revelou insuficiente e a câmara resistia em pagá-lo. A dissidência prolongou-se até 1637, quando um novo contrato foi assinado, estabelecendo que a misericórdia administraria o serviço de expostos, mediante o referido contributo, pago anualmente pela câmara municipal. Porém, já nesta altura, eram frequentes a falta de pagamento ou os atrasos municipais⁸¹.

De acordo com a mesma autora, este pagamento viria a ser suspenso em 1732, contrastando com um crescente abandono de crianças que, no início do século XVIII, rondava as 700 exposições por ano. A mortalidade era elevada e as dificuldades

⁷⁹ PAIVA, vol. 3, 2002, p. 12.

⁸⁰ Entre o final do século XVIII e início do século XIX, a tutela do hospital transitou entre a Misericórdia de Lisboa e uma provedoria, administrativamente autónoma e nomeada pela Coroa. A separação definitiva deu-se em 1851, quando a administração da misericórdia passou a ser feita por um provedor e a do hospital por um enfermeiro-mor, ambos nomeados pelo governo. ABREU, 2000, p. 395; ABREU, 2009, p. 111; LOPES, 2008-a, p. 30; LOPES, 2013-b, p. 20-21; SÁ, 2002-b, pp. 320-324; SÁ, 2008, s.p..

⁸¹ Em 1657 a Misericórdia de Lisboa criou a Mesa dos Expostos para melhorar a administração da criação destes menores. Já em 1768, esta foi anexada à mesa administrativa da confraria. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 4-5; PAIVA, vol. 1, 2002, p. 69; REIS, 2016, p. 63; RIBEIRO, 1998, p. 116.

económicas da misericórdia da capital cada vez maiores. Em 1768 foi decretado que, para uma melhor gestão do serviço de expostos, a sua administração passaria para a mesa da misericórdia, deixando a tutela do provedor do Hospital de Todos os Santos e ficando encarregues dois mordomos. Contudo, os problemas persistiram⁸².

A situação calamitosa foi agravada pelo incêndio no Hospital de Todos os Santos da primeira metade da década de 1750, ao que se seguiu o terramoto de 1755, que atingiu os edifícios da misericórdia (então situada na Igreja da Conceição Velha) e do hospital. Por doação régia, no ano seguinte, a primeira instalou-se na igreja e casa professa de São Roque, antigo edifício da Companhia de Jesus, expulsa do Reino em 1759. Todavia, a mudança do serviço de expostos não foi rápida nem fácil, só passando a ocupar este espaço em 1771, “após terem estado instalados em tendas, no Rossio, a que se seguiram outros locais, em Campo de Ourique e na Calçada de Santo André, nos Anjos”. Durante esta fase de transição a roda situava-se na cerca do Colégio de Santo Antão-o-Novo (onde se instalou o hospital, a partir de então designado Hospital de São José)⁸³.

Perante esta conjuntura, por alvará de 1775, foi elevado o valor pago pela Câmara Municipal de Lisboa para 2 000 000 réis. Regulamentou-se, assim, que a tutela da administração do serviço de expostos recaía na misericórdia da capital, mediante financiamento da câmara municipal. Os expostos, entrados na Real Casa dos Expostos, eram entregues a amas de leite até ao ano e meio, transitando depois para amas secas ou permanecendo com as mesmas até aos sete anos. A partir desta idade, os abandonados eram entregues ao juiz dos órfãos, desobrigando-se a misericórdia de administrar a sua criação e de os sustentar. A este juiz cabia fazê-los aprender ofícios e artes ou mantê-los nas mesmas amas, caso estas o pretendessem. Atingidos os 20 anos, os expostos eram emancipados, deixando o Estado de ser responsável pelo seu destino. Contudo, como veremos, a confraria não “abandonava” estas crianças ao atingirem os sete anos, mantendo-as sob a sua alçada, muitas vezes, após a idade legal de emancipação⁸⁴.

⁸² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 4-5; ABREU, 2002, p. 70; ABREU, 2013, p. 241.

⁸³ ALVES, 2013, p. 26. Devido ao aumento das exposições e por parecer de uma junta médica, em 1787, foram divididos os expostos mais velhos, que permaneceram em São Roque, dos mais novos, instalados numa casa alugada na Rua Direita da Fábrica das Sedas à Cotovia, à qual foi dado o nome de Casa Nova ou Casa Interina. Nova mudança aconteceria em 1803, quando as crianças mais novas regressaram a São Roque e, as mais velhas, transitaram para uma casa alugada na freguesia das Mercês. Foi apenas em 1825 que estes dois grupos voltaram a coabitar nas instalações da misericórdia. ALVES, 2013, pp. 26-27; GOUVEIA, 2001, p. 31; RIBEIRO, 1902, p. 415.

⁸⁴ AHAR, *Alvará de 31 de Janeiro de 1775*, pp. 3-6; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 4-5; ANTUNES, 2015, p. 61; MANOEL, 1999, p. 40.

Em síntese, na segunda metade do século XVIII, “o serviço de assistência aos expostos estava completamente dependente das finanças locais que tinham que lançar impostos à população para sustentar esse serviço o que originava uma notória má vontade da população contra este sector”. Este modelo de financiamento local diferenciava Portugal dos restantes países católicos no que concerne à assistência aos expostos. Porém, em épocas de crise os rendimentos baixavam, logo quando o abandono nas rodas era maior, gerando um ciclo vicioso e traduzindo-se numa incapacidade de resposta institucional⁸⁵.

Paralelamente, nesta altura, as misericórdias passavam por um período de declínio financeiro e descrédito, motivado pelas fraudes eleitorais, pelo desprestígio dos seus irmãos, pela má gestão das dívidas e respectivos pagamentos, bem como pelas opulentas e desnecessárias cerimónias religiosas⁸⁶. Foi neste contexto de crise que a Misericórdia de Lisboa solicitou à rainha D. Maria I (1734-1816) permissão para abertura de uma lotaria anual, cujas receitas seriam canalizadas para suprir as necessidades do Hospital de São José, da Casa da Roda e do Hospital dos Enfermos. Denota-se o fito assistencial ou de beneficência, reforçado pelo facto de, com frequência, serem os expostos a efectuar a extracção da lotaria. A primeira lotaria oficial da misericórdia da capital data, assim, de 1783, ano em que a instituição passou a deter o monopólio deste jogo⁸⁷.

2.2. O modelo de assistência aos expostos do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX

2.2.1. O aviso de Pina Manique de 1783

Por aviso de 10 de Maio de 1783, Pina Manique (1733-1805), chefe da Intendência Geral da Polícia (1780-1803), ordenou que os provedores das comarcas estabelecessem instituições de acolhimento à infância abandonada, dotadas de rodas, nas

⁸⁵ REIS, 2016, p. 53.

⁸⁶ LOPES, 2002, p. 15.

⁸⁷ Todavia, na *Gazeta de Lisboa* é referido ter existido uma lotaria para benefício dos expostos em 1721. SÁ, 2001-d, p. 202; SÁ, 2008, s.p.; SÁ, 1998-b, p. XXI.

vilas sob sua jurisdição onde estas não existissem⁸⁸. Procurava, assim, cumprir uma lei já existente, fazendo proliferar as Casas da Roda e, com elas, as rodas dos expostos, mecanismo giratório situado em local que permitia abandonar a criança sem que o expositor fosse visto por quem se encontrava do outro lado da mesma, dificultando a sua identificação⁸⁹.

O objectivo era populacionista - combater o elevado infanticídio, o aborto e o abandono de crianças em locais que não permitam a sua salvação atempada, privando o Reino de indivíduos úteis para o seu progresso. Como verificámos em capítulo anterior, esta ideia era comum a outros Estados da Europa católica, embora Portugal tenha sido pioneiro neste movimento, seguido pela Espanha em 1796, pela França em 1811 e por algumas cidades italianas no início do século XIX⁹⁰.

Nesta fase inicial, pretendia-se criar uma rede de assistência aos expostos onde não existiam Casas da Roda para, *a posteriori*, reformar as existentes. Como referido, à data, a Real Casa dos Expostos de Lisboa já se situava em São Roque, estando a sua roda igualmente aí localizada. Relativamente ao restante Reino, embora o aviso impusesse o cumprimento da ordem no prazo de dois meses, tal não se verificou em muitas regiões, dada a resistência das autoridades administrativas locais e da população, que não queriam ter o encargo de criação destes menores⁹¹. Era também já prática recorrente, o abandono de crianças na Casa da Roda da capital que não pertenciam ao seu concelho, tendo Pina Manique apresentado ao poder régio “relatos terríficos sobre o modo desumano como os

⁸⁸ A criação da Intendência Geral da Polícia (1760-1833) insere-se nas reformas dos Estados absolutistas da segunda metade do século XVIII, enquanto instrumento dependente da autoridade régia para controlo da população e do território. Sobre a mesma ler ABREU, 2013 e LOUSADA, 1998. ABREU, 2013, pp. 9, 42, 109-112; LOUSADA, 1998, p. 227-231.

⁸⁹ AHACLX, *Manuscritos da série vermelha*, nº 21, “Cópia do Aviso expedido pela Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, em 10 de Maio de 1783, a todos os Provedores das Comarcas do Norte a respeito de providências sobre Enjeitados”, fl. 1.

⁹⁰ Segundo Maria Antónia Lopes o discurso populacionista não era verdadeiro, pois a população estava a crescer e não a diminuir. O real motivo residia na mais-valia que adviria do aproveitamento económico dos abandonados em prol do desenvolvimento do Reino. AHACLX, *Manuscritos da série vermelha*, nº 21, “Cópia do Aviso expedido pela Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, em 10 de Maio de 1783, a todos os Provedores das Comarcas do Norte a respeito de providências sobre Enjeitados”, fls. 1v-2; ABREU, 2013, pp. 245 e 258; FONTE, 2004, pp. 133-134; LOPES, 2002, p. 11.

⁹¹ Os procuradores dos concelhos que não cumpriram o aviso foram repreendidos por circular de 1800, a qual reforçava a necessidade de generalização das Casas da Roda e os responsabilizava pela morte de tão elevado número de crianças. Sobre as Casas da Roda fundadas no contexto da ordem de 1783 e as medidas aplicadas por Pina Manique aquando do incumprimento do aviso ver ABREU, 2013. AHACLX, *Manuscritos da série vermelha*, nº 21, “Cópia do Aviso expedido pela Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, em 14 de Janeiro de 1786, a todos os Provedores das Comarcas do Norte, a respeito de providências sobre Enjeitados”, fls. 1v, 3 e 3v; “Ofício da Intendência da Polícia, de 5 de Junho de 1800” in *Resoluções do Conselho de Estado...*, 1862, p. 152; PAIVA, vol. 7, 2008, p. 643.

expostos de Setúbal, Torres Vedras e Abrantes eram transportados para Lisboa, aonde chegavam dos concelhos que lhe eram mais próximos já mortos”⁹².

2.2.1.1. Pina Manique e os expostos da capital

Já existindo uma Casa da Roda na capital, Pina Manique procurou que fossem aplicadas medidas particulares, tendo em vista a sobrevivência de um maior número de expostos possível. Os relatórios da Misericórdia de Lisboa de 1787 davam conta da necessidade de um médico que fiscalizasse o estado de saúde dos abandonados e das amas. O Intendente reconhecia que o leite destas últimas condicionava o desenvolvimento dos expostos, focando-se na importância da escolha de amas dotadas de boas capacidades físicas e adequada conduta moral⁹³.

Esta exigência na selecção das amas contrastava com as dificuldades de recrutamento. Dados os salários incertos desta classe, bem como o facto de ser uma profissão que podia acarretar riscos para a sua saúde (como a sífilis), poucas mulheres se candidatavam a esta função. Desta forma, em 1802, Pina Manique ordenou que as autoridades locais de cada freguesia conduzissem à misericórdia mulheres que tivessem leite e que habitualmente fossem amas de expostos, na certeza de pronto pagamento. Esta atitude despoletou um conflito entre o Intendente e a confraria, dado que o primeiro negligenciava a autoridade da segunda ao intervir nesta contratação. Aplicada a ordem, o resultado foi satisfatório, apresentando-se, em 24h, 502 mulheres das 40 freguesias da capital e das 42 da sua periferia. Contudo, seis dias depois, concluiu-se que destas apenas 57 permaneceram na instituição, tendo as restantes sido por ela dispensadas. Dado o falecimento de um elevado número de crianças, não era necessário um maior número de amas. A atitude da confraria não agradou Pina Manique que, de imediato, a criticou por descuidar a sobrevivência dos expostos⁹⁴.

⁹² ANTUNES, 2015, p. 64; RIBEIRO, 1902, p. 402-403.

⁹³ As amas dos expostos pertenciam, frequentemente, às camadas sociais mais baixas. Dadas as dificuldades de pagamento dos seus salários eram necessárias soluções para tornar esta profissão apelativa, pelo que D. Manuel I concedeu privilégios aos seus maridos, isentando-os do serviço militar, os quais foram alargados aos seus filhos em 1697. ABREU, 2013, pp. 267-268; ANTUNES, 2015, p. 63.

⁹⁴ AHACLX, *Manuscritos da série vermelha*, nº 21, “Cópia do Aviso expedido aos Ministros dos três Bairros desta corte na data de 29 de Novembro de 1802, sobre providências a respeito de Enjeirados”, fls. 29-29v; ABREU, 2013, pp. 276 e 281.

2.2.2. O alvará de 1806

No início do século XIX, dada a eminência de uma invasão francesa, houve necessidade de reorganizar a assistência no Reino, o que passou pela promulgação do alvará de 1806, visando a intervenção e controlo do Estado, sobretudo, nas misericórdias. Esta foi uma mudança que, iniciada no início de Oitocentos se consolidou, como veremos, com o Estado Liberal⁹⁵.

O referido alvará determinava que o Compromisso da Misericórdia de Lisboa serviria de modelo às suas congéneres, tornando estas confrarias uniformes quanto às suas actividades e abrangência dos serviços prestados. Simultaneamente, limitava a autonomia das misericórdias, ao incumbir os provedores de comarca de supervisionar a sua administração. A estas medidas somavam-se directivas destinadas à criação dos expostos, estivesse ela a cargo de municípios ou de misericórdias, serviço que devia constituir uma das prioridades. Surge, neste contexto, a figura do Mordomo dos Expostos, encarregue de tudo o que dizia respeito à criação dos abandonados, zelando pelo cumprimento das ordens e providências existentes, ao mesmo tempo que regulamentava a fiscalização destes menores⁹⁶.

Porém, estas medidas não passaram do quadro teórico devido à Guerra Peninsular, consequente partida da família real para o Brasil (1807) e, mais tarde, devido às lutas liberais (1828-1834). Estabelecida a paz, as misericórdias retomaram a sua gestão independente. Não obstante, ficou a intenção da Coroa de controlar e uniformizar alguns aspectos da assistência, tendo as misericórdias como base deste auxílio num período em que proliferavam as doenças, os órfãos, a miséria e a mortandade⁹⁷.

⁹⁵ LOPES, 2008-a, p. 18.

⁹⁶ O alvará de 1806, reforçando as *Ordenações*, obrigava ainda as mulheres grávidas solteiras não recatadas a darem conta do seu estado. Em caso de parto secreto, cabia às autoridades locais ou às misericórdias arranjar uma parteira, levar o exposto para a Casa da Roda ou entregá-lo a uma ama, sem que a mãe fosse identificada ou que deste acto decorresse um processo judicial. Esta medida foi retomada por portaria de 1838 embora, segundo Maria Antónia Lopes, só tenha começado a ser aplicada de forma consistente em meados do século XIX. AHAR, *Alvará de 18 de Outubro de 1806*, p. 416; ABREU, 2000, pp. 413-414; ABREU, 2002, pp. 433-434; LOPES, 2008-a, pp. 18 e 33-35; PAIVA, vol. 7, 2008, p. 84.

⁹⁷ ABREU, 2000, p. 414; ABREU, 2002, pp. 433-434.

2.2.3. O relatório do desembargador Filipe Ferreira de Araújo e Castro: o alcance da política populacionista de Pina Manique

Por portaria e instruções régias de 1812, o governo português incumbiu o desembargador Filipe Ferreira de Araújo e Castro (1771-1849) de estudar a situação dos expostos de todo o Reino, propondo soluções⁹⁸. Após as três invasões francesas eram notórias as perdas de população e a crescente mendicidade. Sobretudo a terceira invasão (1810-1811) levou à fuga de muitas pessoas pobres para Lisboa, traduzindo-se num crescente número de exposições na Casa da Roda da capital no último trimestre de 1810, agravando a situação económica da misericórdia⁹⁹. É neste quadro que se insere a solicitação daquele estudo.

O resultado desta análise ganhou forma pelo relatório apresentado no ano seguinte, no qual são evidenciados os problemas do serviço de expostos, os quais já eram sentidos no século anterior, sugerindo-se ainda algumas medidas de melhoria.

O desembargador concluiu que o estabelecimento de Casas da Roda no Reino tinha sido insuficiente, não acompanhando o crescente abandono infantil. Muitas câmaras municipais remetiam os expostos do seu município para instituições situadas em zonas “que se presumem mais ricas, entregando-se a portadores assalariados que as levam às vezes a grande distância aonde pela maior parte não chegam vivas e se chegam, é para sobrecarregarem a respectiva administração e tornarem insuficientes os seus rendimentos”. Era o que ocorria, com grande frequência, na cidade de Lisboa¹⁰⁰.

A esta questão, acrescia a situação miserável vivida pelas amas. Segundo Filipe Castro, seus salários eram de tal forma baixos, que esta profissão se tornava pouco atractiva, podendo condicionar o bom tratamento dos expostos. A falta destas funcionárias levava a que as instituições entregassem a criança a qualquer ama que aparecesse, sem examinar o seu estado de saúde, o seu leite ou comportamento. De

⁹⁸ Filipe Castro foi Intendente Geral da Polícia, ministro do reino e deputado (1826-1828), tendo partido para o exílio em França em 1828, onde permaneceu até 1833. Entre outros elementos, estas instruções incumbiam o desembargador de indagar, nas várias comarcas, qual a autoridade responsável pela criação dos expostos, como se processava o seu financiamento, se existia Casa da Roda e o respectivo estado. Cabia-lhe ainda verificar como estava regulamentado o serviço nas várias localidades e elaborar um mapa quantitativo referente a 1811, com informações sobre os totais de abandono e alguns destinos dos expostos, como a morte, recuperações parentais, aprendizagem de ofícios, entre outros. AHAR, *Portaria de 16 de Março de 1812; Instruções de 17 de Março de 1812*.

⁹⁹ ANTUNES, 2015, p. 66; LOPES, 2008-a, pp. 37-38.

¹⁰⁰ CASTRO, 1815, pp. 4 e 10.

acordo com o desembargador, na base deste problema estava uma má utilização das verbas destinadas ao pagamento das amas, canalizadas para outros fins, como por exemplo, para a celebração de festas públicas¹⁰¹.

Filipe Castro evidenciava ainda a preocupação com os expostos com mais de sete anos, dado que as administrações das câmaras só pagavam a criação destes menores até esta idade. Muitas destas crianças acabavam por se tornar mendigos, vadios e malfeitores. Não havia, assim, qualquer retorno do investimento feito na sua criação, não se tornando os expostos no esperado potencial produtivo e no estímulo ao desenvolvimento do Reino. Tal não era, como já referimos e como será aprofundado mais à frente, o que acontecia na Misericórdia de Lisboa¹⁰².

Por fim, Filipe Castro apresentou algumas propostas que considerava de necessária aplicação. Entre elas destacam-se: a criação duma autoridade central que se dedicasse unicamente aos aspectos económicos da administração dos expostos; o aumento dos recursos financeiros para colmatar as despesas de criação dos abandonados; a realização de planos de educação; a recompensa do bom trabalho e zelo dos empregados do serviço de expostos; e, a aplicação de medidas que consciencializassem a população dos seus deveres parentais e fizessem aumentar os fundos destinados à infância abandonada¹⁰³.

Tendo estas propostas em mente e visando melhorar a situação dos expostos da capital, no mesmo ano, a Misericórdia de Lisboa apresentou uma consulta para aprovação régia onde propunha a redução do tempo de criação de leite de 18 para 13 meses, o que permitiria um aumento dos salários das amas. Tal foi aprovado por portaria de Setembro do mesmo ano. A confraria decidiu ainda estabelecer um prémio de 2 400 réis para as amas externas que apresentassem os expostos em boas condições aos seis meses de idade e de 3 600 réis no fim da criação. Uma vez que tal medida não teve qualquer efeito prático, a misericórdia optou por aumentar o salário das amas para 2 000 réis mensais, recebendo estas uma gratificação ao fim de seis meses¹⁰⁴.

¹⁰¹ CASTRO, 1815, p. 5.

¹⁰² CASTRO, 1815, p. 10.

¹⁰³ CASTRO, 1815, p. 11.

¹⁰⁴ ANTT, Ministério do Reino – Assistência, mc. 436, pasta “Consultas 1801-1813”, *Consulta da Mesa da Misericórdia de Lisboa do aumento do salário das amas dos expostos*, 27 de Março de 1813.

2.2.4. O decreto de 1836 e o caso excepcional da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Na passagem da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, assistimos a uma continuidade relativamente ao projecto de Pina Manique, fundado na criação de instituições de acolhimento aos expostos. De facto, a Constituição de 1822 previa a fundação e conservação de Casas da Roda, entre outros estabelecimentos de caridade (art. 240º). Todavia, ainda que as Casas da Roda continuassem a ser o veículo de admissão anónima, na década de 1820, começou-se a mudar a perspectiva sobre a quem devia pertencer a tutela da criação destes menores¹⁰⁵.

A Saúde Pública constituiu uma das preocupações nas discussões que tiveram lugar nas Cortes Constituintes de 1821-1823, criando-se uma comissão que, entre outras questões, debateu a assistência. Nesta “muito alargada noção de saúde pública” os expostos viriam a ser um dos assuntos dominantes (a par dos mendigos, das misericórdias e dos hospitais)¹⁰⁶. Discutiam-se, sobretudo, vias alternativas para o financiamento da sua criação¹⁰⁷.

Tendo a Comissão de Saúde Pública elaborado o Projecto de Regulamento Geral de Saúde Pública, este defendia um controlo municipal deste domínio, o que seria extensível aos menores abandonados. As câmaras municipais eram perspectivadas como as “autoridades natas a que se deve confiar a criação dos expostos” (bem como o serviço dos hospitais e a polícia da saúde)¹⁰⁸. Esta concentração municipal, que findaria com o modelo assistencial heterógeneo de criação dos expostos, seria acompanhada de uma tentativa de controlo e limitação da autonomia das misericórdias, também elas subordinadas aos municípios. Visava-se, assim, desenvolver um poder central único, assente nas câmaras municipais¹⁰⁹.

Todavia, segundo Laurinda Abreu, a respeito dos menores abandonados “a visão da Comissão de Saúde Pública sobre aquele que era o maior flagelo nacional do ponto

¹⁰⁵ OLIVEIRA, 1992, pp. 3-4.

¹⁰⁶ ABREU, 2017-b, p. 11. As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa iniciaram os seus trabalhos no início de Fevereiro de 1921, tendo logo no dia 8 sido formadas as primeiras comissões especializadas, entre as quais se incluía a Comissão de Saúde Pública. A 24 de Fevereiro esta receberia os primeiros documentos do Parlamento para analisar. ABREU, 2017-b, p. 10 e 14-15.

¹⁰⁷ ABREU, 2017-b, p. 17

¹⁰⁸ OLIVEIRA, 1992, p. 71.

¹⁰⁹ ABREU, 2007-b, p. 19; OLIVEIRA, 1992, p. 71.

de vista humanitário é confusa, mais centrada no controlo de situações fraudulentas cometidas pelos pais e pelos funcionários das Rodas do que nas crianças”¹¹⁰. Foram levadas a cabo medidas pontuais passando, por exemplo, pela autorização de empréstimos do sobejo das sisas ou pelo uso de rendimentos de confrarias, capelas e bens nacionais para financiamento da criação dos expostos¹¹¹. Simultaneamente, “enquanto a Comissão aguardava o agendamento do debate do Projecto de Regulamento, o país agitava-se e reagia contra algumas das medidas planeadas”¹¹².

De facto, esta proposta não foi aprovada, tendo a Assembleia Constituinte considerado que a prioridade devia recair nas reformas dos sectores judicial e político. Ainda assim, estava lançando o mote para a mudança¹¹³.

O projecto só ganhou forma pela iniciativa de Passos Manuel (1801-1862) que, por decreto de 19 de Setembro de 1836, organizou e uniformizou a política assistencial face aos menores abandonados. Recorde-se que, no modelo até então vigente, o serviço de expostos era heterogéneo no que concerne à sua tutela, estando esta em algumas regiões entregue aos municípios e, noutras, às misericórdias. Pelo decreto de 1836 esta dualidade findou, passando a responsabilidade a recair, unicamente, nas câmaras municipais. As despesas com as Casas da Roda e com a criação dos expostos seriam feitas por distritos, mediante contribuição dos municípios. Cabia às juntas gerais de distrito determinar o número e a localização das instituições, bem como as contribuições de cada concelho¹¹⁴.

Este decreto estabelecia que, à semelhança do que acontecia no restante Reino, também em Lisboa a tutela da criação dos abandonados passaria da misericórdia para a câmara municipal. Esta hipótese foi, efectivamente, colocada. Em ofício régio, foi solicitada a deliberação do Conselho Geral de Beneficência e do administrador geral do distrito da capital, concluindo-se que na Misericórdia de Lisboa o serviço de expostos “tem chegado ao melhor estado de perfeição”¹¹⁵. A experiência da confraria na tutela e

¹¹⁰ ABREU, 2017-b, p. 19.

¹¹¹ ABREU, 2017-b, p. 26.

¹¹² ABREU, 2017-b, p. 23.

¹¹³ ABREU, 2017-b, p. 30.

¹¹⁴ Por lei de 7 de Outubro de 1837 ficou determinado que as contribuições e impostos estabelecidos para a sustentação dos expostos deveriam entrar nos cofres das contadorias das juntas gerais de distrito. AHAR, *Lei de 7 de Outubro de 1837*, pp. 149-150.

¹¹⁵ ANTT, Ministério do Reino – 4º Repartição, mc. 2084, pasta “Lisboa”, Deliberação da junta geral do distrito de Lisboa, da Coroa e do Conselho Geral de Beneficência de 1 de Março de 1839.

criação dos expostos era inquestionável, quer no que dizia respeito aos conhecimentos teóricos, quer aos conhecimentos práticos, “que só se alcançam no fim de anos com desvelo e aplicação”. A Câmara Municipal de Lisboa não tinha essa experiência, já tendo entre mãos muitos outros assuntos importantes. O Conselho Geral de Beneficência e a Junta Geral do Distrito de Lisboa eram, pois, do parecer que o governo devia solicitar uma excepção à lei¹¹⁶.

Não obstante esta concordância, a Câmara dos Deputados não aceitou a excepção à lei, tendo-se aguardado o posicionamento da Câmara dos Senadores. O procurador-geral da Coroa tentou pressionar a resolução desta questão, crente de que a mudança da tutela do serviço de expostos da misericórdia para o município traria inconvenientes, sendo “mais perniciosa que útil àquele estabelecimento”. Solicitava que fosse legislada a manutenção do modelo vigente¹¹⁷.

Apesar de sabermos que o serviço de expostos na capital continuou a constituir uma excepção à lei de 1836, esta mesma excepção não foi promulgada pelo governo. Pelo menos, não se encontrou documentação neste sentido¹¹⁸.

Noutros concelhos do distrito de Lisboa, a aplicação das directrizes do decreto de 1836 não foi igualmente pacífica. Ateste-se o caso em que o governador civil de Lisboa expôs que a Câmara Municipal da Moita afirmava não conseguir sustentar os abandonados, pois os concelhos de Alhos Vedros, Barreiro, Coima e Lavradio se recusavam ao pagamento das respectivas quotas, alegando não ter meios para o fazer. O procurador da Coroa concluiu que não era possível obrigar estas câmaras a pagarem um encargo para o qual não tinham capacidade. Situações semelhantes ocorreram noutras

O Conselho Geral de Beneficência foi criado por decreto de 1835, com o objectivo de formular um plano geral para melhorar a beneficência, extinguindo e reprimindo a mendicidade. AHAR, *Decreto de 6 de Abril de 1835*, pp. 113-114.

¹¹⁶ ANTT, Ministério do Reino – 4º Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Ofício régio de 12 de Março de 1839.

¹¹⁷ ANTT, Ministério do Reino – 4º Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Ofício do provedor geral da Coroa de 26 de Fevereiro de 1839.

¹¹⁸ A problematização da passagem do serviço de expostos da misericórdia da capital para a câmara municipal foi retomada na década de 1860. Estando o serviço dividido em interno (realizado dentro da instituição) e externo (relacionado com as amas de fora e funcionários responsáveis por pagamentos e fiscalização), a misericórdia propunha que este último fosse levado a cabo pelo município, pois não conseguia fazer chegar a sua autoridade a espaços tão distantes sendo, nestes casos, mais eficaz a fiscalização feita pelas câmaras, juntas de paróquia e autoridades administrativas. Tal permitiria reduzir as despesas com os expostos. Contudo, esta proposta não foi concretizada, não havendo sequer documentação que ateste uma tentativa de modificação deste serviço. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1865, p. 4.

partes do Reino. Neste contexto, em Fevereiro de 1839, a Rainha solicitou aos administradores gerais que a informassem, com urgência, se o decreto de 1836 havia sido colocado em prática em todos os distritos e, em caso de resposta negativa, indicando os motivos que dificultaram a sua execução¹¹⁹.

De facto, a junta geral do distrito de Lisboa não estava a regular devidamente as despesas com os expostos. De acordo com o decretado, estas deviam ser feitas por distrito administrativo, ao passo que, em Lisboa, tal estava a ser concretizado por concelho, lançando cada câmara municipal os tributos necessários. Segundo o procurador geral da Coroa, esta execução distrital era de difícil aplicação no Reino, enfrentando obstáculos, dado que os “concelhos levam a mal ser quotizados pelas juntas gerais com somas maiores, que as anteriormente despendidas na sustentação dos próprios expostos”, gerando ainda “continuadas reclamações contra as juntas”¹²⁰.

2.2.5. A Real Casa dos Expostos de Lisboa na primeira metade do século XIX: entre a reforma e os problemas estruturais

Os problemas da assistência aos expostos do século XVIII foram herdados pela centúria seguinte. As misericórdias tinham elevados encargos com a administração daquelas crianças, dado que nem sempre as câmaras municipais cumpriam a sua função de financiamento da criação destes menores. A falta de amas era constante, bem como a incerteza em como iriam receber os seus salários. Proliferava o abandono em rodas vizinhas, evitando-se, por esta via, o agravamento dos impostos no concelho de onde a criança exposta era originária. Todas estas dificuldades eram quotidianamente vividas na Real Casa dos Expostos de Lisboa.

Assim o atesta o decreto de lançamento de um imposto sobre a carne de vaca e de porco na cidade de Lisboa e no seu termo, em 1828, destinado ao sustento dos

¹¹⁹ Por exemplo, na Maia, os habitantes estavam contra a contribuição fixada pela junta geral de distrito, por a considerarem excessiva. Já em Beja, os municípios apresentavam justificações infundadas para não pagarem os valores que lhes competiam. ANTT, Ministério do Reino – 4ª Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Resposta ao ofício do governador civil de Lisboa de 30 de Janeiro de 1836; Ministério do Reino – 4ª Repartição, mç. 2110, pasta “Estabelecimentos Pios. Circulares. Anos de 1833 a 1840, Circular dirigida aos administradores gerais de 13 de Fevereiro de 1839; AHAR, *Portaria de 20 de Setembro de 1839*, p. 378; *Portaria de 20 de Setembro de 1839*, p. 378; *Portaria de 8 de Novembro de 1839*, p. 496.

¹²⁰ ANTT, Ministério do Reino – 4ª Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Ofício do provedor geral da Coroa de 26 de Fevereiro de 1839.

expostos. Neste, não só é referida a enorme afluência de crianças à Casa da Roda, como também que a Misericórdia de Lisboa “tem na maior parte diminuído os seus rendimentos, por lhe haverem cessado os das Lotarias (...); acrescentando a isto a demora, que experimenta no pagamento de outras rendas, e o aumento no preço dos géneros, e no número da família indispensável para o serviço do dito Hospital”. Era imperativo, portanto, o lançamento deste imposto, evitando que a Casa da Roda da capital se convertesse num “cemitério de mortos, por não haver amas, que os venham buscar para aleitar, e criar, na quase certeza de não receberem os pagamentos de suas criações”. Cabia, assim, à população lisboeta financiar este encargo que, também por si era provocado, contexto em que o decreto determina “não haver meio mais pronto, e suave, nem mais igual para todos”¹²¹.

2.2.5.1. A reforma interna da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as melhorias na Real Casa dos Expostos

No contexto de guerra civil, por decreto de Maio de 1833, foi nomeada uma nova comissão para estudar a administração dos expostos no Reino. Partia-se, uma vez mais, de uma concepção populacionista - “a população, (...) é a primeira base da riqueza do Estado” - e verificava o decreto outrossim “o estado de verdadeiro abandono, em que semelhante administração [dos expostos] se acha nestes Reinos”. Considerava-se que havia uma distribuição concelhia desigual dos encargos com os abandonados e, até mesmo, pouco zelo e desleixo da parte dos administradores locais, que descuravam a fiscalização destes menores. Circunscrevendo-se à realidade lisboeta, no ano seguinte, foi igualmente nomeada uma comissão para promover melhoramentos não só na misericórdia, como também no Hospital de São José¹²².

No relatório de 1834 da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, elaborado por Bento Pereira do Carmo (1776-1845), e no relatório da Misericórdia de Lisboa de

¹²¹ AHAR, *Decreto de 13 de Setembro de 1828*.

¹²² A comissão nomeada para estudar a misericórdia e o hospital da capital era composta pelo “prefeito da Estremadura, Bento Pereira do Carmo; do prefeito nomeado para a província de Trás-os-Montes, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão; de João Rodrigues Brito; de Manoel Emigdio da Silva; de Tomás Ramos da Fonseca; de Fuctuoso João Domingues, e de José Maria da Fonseca” (AHAR, *Decreto de 28 de Fevereiro de 1834*, p. 35). Por decreto de 16 de Abril do mesmo ano, os seus poderes foram alargados, sendo permitido à comissão “fazer logo executar todas as providências, que julgar mais conducentes ao melhoramento pronto dos referidos estabelecimentos” (AHAR, *Decreto de 16 de Abril de 1834*, p. 49).

1836 são evidenciados os vários problemas encontrados nesta instituição da capital. O seu património (nomeadamente, os prédios urbanos) estava destruído. A misericórdia era confrontada com uma enorme dívida que se reflectia, entre outros elementos, no pagamento às amas, havendo um atraso de cinco meses no que dizia respeito às amas internas (as quais, por vezes, criavam quatro menores ao mesmo tempo) e ainda superior às externas (que nem sequer recebiam o valor da deslocação). Esta situação provocava carência destas funcionárias, “chegando a reunirem-se cento e cinquenta e dois expostos, e só trinta e uma amas para os aleitar, tornando-se necessário usar bombas mamatórias para mais de trinta, que desgraçadamente nenhum sobrevivia”¹²³. Destacava-se ainda a carência de alimentos para os expostos, bem como a sua má qualidade e preço excessivo. A situação era de tal forma grave que, por não se pagarem aos fornecedores, estes já não queriam “continuar a fiar os seus géneros”¹²⁴.

A comissão nomeada em 1834 evidenciou também a falta de condições e limpeza da Real Casa dos Expostos de Lisboa, não havendo espaços de recreio para as crianças “se purificarem do ar impuro, que respiravam” e ressaltando haver “expostos de ambos os sexos dormindo pelo chão a três, quatro, e cinco em uma mesma cama, sem a necessária roupa para a mudança, o que provinha quase todos estarem afectados de oftalmias, e de sarna”. Acrescia a falta de vestuário, sobretudo, para o período de Inverno, e a ausência de um método de ensino¹²⁵.

Como consequência da situação em que se encontrava, a Misericórdia de Lisboa foi objecto de uma reestruturação interna. Em 1834, deu-se a exoneração da sua mesa administrativa, apoiada pelo Ministério dos Negócios do Reino. Dada a falta de irmãos eleitores, foi solicitado ao governo que nomeasse uma nova mesa, a qual tomou posse na sequência de um decreto do mesmo ano, tornando-se a instituição plenamente

¹²³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 2.

Recorde-se que o atraso no pagamento às amas era um problema antigo. Em 1827, exigiu a intervenção régia, quando as amas foram suplicar o pagamento dos seus ordenados, em falta há já alguns meses. Referiam não terem meios para se alimentarem, dado que os seus maridos, militares, estavam ausentes de casa. A resposta da Misericórdia de Lisboa foi “que não havia dinheiro e que requeressem a Vossa Alteza; e é por isso que elas o fazem, chegando aos pés de Vossa Alteza, pedindo-lhe a graça e esmola de mandar pagar-lhes, pois se acham na maior necessidade sem ter com que possam sustentar-se nem aos mesmos expostos” (ANTT, Ministério do Reino – Assistência, mç. 436, Ofício régio sobre a consulta de requerimento das amas para pagamento dos salários em atraso, 1827). SÁ, 2008, s.p..

¹²⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 2.

¹²⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 2. O ensino dos expostos estava entregue “a um padre septuagenário, sem conhecimentos teóricos ou práticos, a quem os mesmos expostos não tinham respeito algum”. Já as expostas aprendiam “apenas algumas a costura ordinária; e de duzentas e oito maiores de sete anos, somente a cinco se ensinava a ler, e escrever” (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 2).

dependente do controlo régio e perdendo a sua autonomia. Segundo Maria Antónia Lopes, a Misericórdia de Lisboa passou a ser uma confraria apenas de nome, pois a sua orgânica já não se assemelhava à deste tipo de instituições. Apesar de se pretender que esta situação fosse provisória, acabou por se prolongar no tempo. Este processo culminou na reforma do seu compromisso em 1851, que patenteia a singularidade da misericórdia da capital em relação às suas congéneres¹²⁶. “De facto, uma misericórdia é por natureza uma irmandade que se auto-governa pelo estipulado no seu compromisso e cujas chefias trabalham em regime de voluntariado não remunerado. Nada disto existe na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”¹²⁷.

Por acção da nova comissão nomeada pelo governo pagou-se a dívida aos fornecedores de modo a obterem-se géneros mais baratos; realizaram-se melhorias no edifício, tornando-o mais amplo, limpo, arejado e luminoso; e, saldaram-se os vencimentos das amas internas e externas, o que provocou uma maior afluência destas funcionárias. A comissão centrou-se, igualmente, na educação destes menores, criando uma escola de ensino mútuo dentro da instituição e colocou colares com chapa de chumbo nos expostos, onde era inscrito o seu número para uma mais fácil identificação e fiscalização pelos párocos e visitantes. Todas estas medidas se reflectiram, de imediato, numa diminuição da mortalidade das crianças sob a tutela da Misericórdia de Lisboa. A comissão concluiu com sucesso a sua reforma na administração dos expostos, “que era aquela que na maior desordem se achava”¹²⁸.

¹²⁶ ABREU, 2000, p. 415; LOPES, 2013-b, p. 20-21; PAIVA, vol. 7, 2008, p. 87.

¹²⁷ SÁ, 2008, s.p..

O relatório do Ministro dos Negócios do Reino está publicado na obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (PAIVA, vol. 8, 2010, pp. 50-51).

¹²⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 7.

Aplicada a reforma, passaram a existir 53 amas internas para 50 expostos, proporcionado pelo pronto pagamento às amas externas e pelo aumento dos seus salários, que fez com que um maior número destas funcionárias fossem buscar expostos.

Quanto ao ensino, as expostas foram divididas em colégios e estes em sessões, sendo cada colégio composto por uma mestra e uma ajudante, encarregadas da educação doméstica. Em 1834 foi ainda aberta uma aula, onde os expostos e outros meninos de fora aprendiam a ler, escrever, gramática, geografia, desenho linear e doutrina Cristã. No relatório da Misericórdia de Lisboa de 1860-1861 já é referido que a instrução primária dos expostos rapazes foi entregue a uma aula fora da instituição, o que revelou ter tido bons resultados. A misericórdia reconhecia ser difícil educar uma população cuja mobilidade era tão elevada, sendo que aqueles que ficavam na instituição eram, essencialmente, doentes. Relativamente à educação religiosa, desta ficou encarregue o capelão da misericórdia, que reunia com as crianças duas vezes por semana para lhes ensinar os preceitos numa linguagem acessível.

Também a recorrência ao colar foi benéfica, evitando “a malversação das amas em apresentarem um filho, ou outra criança bem nutrida, pelo exposto, que muitas vezes ou tinha morrido, ou se achava definhado” (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, p. 4). Esta acção foi acompanhada por uma recompilação das instruções de fiscalização, dado que os párocos das freguesias não

2.2.5.2. Os problemas estruturais da Real Casa dos Expostos de Lisboa em meados do século XIX

Apesar do caso excepcional de Lisboa no contexto assistencial decretado por Passos Manuel, alguns problemas estruturais, comuns a todo o Reino, persistiram. Dadas as dimensões do abandono na capital, estes eram particularmente sentidos e maximizados na Real Casa dos Expostos de Lisboa. A ausência de cumprimento do dever de financiamento da criação dos abandonados pela câmara municipal contribuía para a falta de amas, dado o atraso no pagamento dos seus salários. Para esta situação negativa concorria também o forte aumento da população sob tutela da misericórdia da capital.

2.2.5.2.1. As amas

A falta de amas era, como vimos, um problema antigo, que se prolongou por todo o século XIX, reflectindo-se na acumulação de crianças na instituição, agravada em períodos de epidemia (como foi o caso da febre amarela no final de 1856) ou nos meses de maior azáfama com os trabalhos agrícolas, estando as mulheres ocupadas com estas tarefas.

Em 1842, a Misericórdia de Lisboa apresentou à aprovação régia um projecto de regulamento para pagamento às amas dos expostos. O problema invocado era que estas “mulheres indigentes, (...) por mesquinhos salários se sujeitam a vir de terras distantes da capital vinte e mais léguas, buscar expostos ao Hospital deles para se encarregarem da sua criação”¹²⁹; nesta altura, as amas tinham também de se deslocar à sede da misericórdia para receberem os seus vencimentos os quais, nem sempre, lhes eram prontamente pagos dada a falta de meios da instituição; perante esta ocorrência, as amas viam-se obrigadas a permanecer na cidade durante alguns dias e, por vezes, regressando sem qualquer tipo de remuneração. A administração anterior já havia implementado o sistema de pagadorias, que permitia às amas receber os seus salários em várias partes do

utilizavam todos o mesmo método. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, pp. 4-5; *Relatório...*, 1861, s.p..

¹²⁹ ANTT, Ministério do Reino – 4ª Repartição, mc. 2084, pasta “Lisboa”, Projecto de regulamento para pagamento das amas dos expostos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, determinado pela sessão da comissão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 19 de Setembro de 1842.

Reino. Porém, a falta de zelo e de honestidade de alguns funcionários levou à descrença neste sistema. Não obstante, a nova administração procurava restabelecê-lo, por o considerar exequível, mediante a intervenção das autoridades locais e dos caixas do contrato do tabaco. Desta forma, eliminando-se os constrangimentos de deslocação para obterem pagamento dos seus vencimentos, esperava-se a afluência de um maior número de amas externas à Real Casa dos Expostos de Lisboa¹³⁰.

A ausência de pagadorias externas foi igualmente criticada no periódico *Revolução de Setembro* por José Diogo de Mascarenhas Mouzinho de Albuquerque. Sendo este crítico residente na Batalha, invocava a necessidade de realização dos pagamentos nesta região, “evitando por este modo despesas e fadigas, muitas vezes prejudiciais à saúde das crianças”. Apontava ainda a falta de vigilância local, imperativa dado que considerava que muitas destas crianças eram “objecto de negócio”¹³¹.

O constante atraso no pagamento dos salários das amas tornava esta profissão pouco apelativa. Refira-se, por exemplo, o caso relatado na *Revista Universal Lisbonense* (1842) que dava conta de que “umas 40 amas de expostos esperam debaixo da arcada às portas da Secretaria da Fazenda o ministro; e vendo-o chegar o cercaram, expondo-lhe, atropelada e energicamente, o seu desamparo, e impossibilidade de terem leite para os filhos da pátria, se a pátria para elas não podia ou não queria ter pão”. É relatado que, neste episódio, as amas se comparavam aos soldados que, ao contrário delas, recebiam

¹³⁰ Segundo a Misericórdia de Lisboa, não poderia “pedir a indivíduos de quem tem pequeno conhecimento (por não os ter da sua confiança em toda a parte) que se sujeitem ao incómodo de pagarem os salários às amas; mas sim o Contrato do Tabaco, cujos caixas pela sua filantropia já se ofereceram para este efeito, quem diz aos seus empregados que paguem a todas as amas que forem contempladas nas folhas respectivas” (ANTT, Ministério do Reino – 4ª Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Projecto de regulamento para pagamento das amas dos expostos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, determinado pela sessão da comissão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 19 de Setembro de 1842).

A misericórdia previa a existência de uma pagadoria geral em Lisboa e outras particulares, nos concelhos exteriores, estando a fiscalização (exercida pelos administradores dos concelhos e autoridades a eles subordinadas) separada do acto de pagamento (realizado pelos caixas do tabaco). ANTT, Ministério do Reino – 4ª Repartição, mç. 2084, pasta “Lisboa”, Projecto de regulamento para pagamento das amas dos expostos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, determinado pela sessão da comissão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 19 de Setembro de 1842.

¹³¹ *Revolução de Setembro*, nº 2941, 15 de Janeiro de 1852, s. p.

No entanto, o principal episódio, subjacente a este artigo, reside na história de Maria Susana, casada e mãe de quatro crianças, residente na Faniqueira, a qual, em 1851, se tornou ama de um exposto da Real Casa dos Expostos de Lisboa. Estando esta criança doente, acabou por contaminar Maria Susana, que ficou moribunda, e uma filha sua em fase de aleitação. Com base neste acontecimento é criticada a instituição por ter descuidado o estado de saúde do exposto e, mesmo assim, o ter entregue a uma ama externa. Esta questão foi deliberada pela Misericórdia de Lisboa, que referiu não existir nos seus registos o nome da ama, pedindo informações ao pároco da região sobre a forma como o exposto foi entregue a Maria Susana. Foi ainda solicitada a participação do médico da instituição. AHSCML, *Acta... nº 1*, 18 de Janeiro de 1852, fl. 7-7v; 31 de Janeiro de 1852, fl. 11.

os seus vencimentos, argumentando que valiam mais do que eles – “eles poderão algumas vezes defender o reino, nós defendemos desde já uma parte da sua sucessão”¹³².

Dadas as dificuldades financeiras desta classe, costumavam estar, em frente à Misericórdia de Lisboa, as designadas rebatedoras, que emprestavam dinheiro às amas, com desconto, fazendo negócio do facto desta instituição, com frequência, não lhes conseguir pagar os seus salários. Perante esta situação, a misericórdia apelou ao auxílio do governador civil de Lisboa, determinou pagar trimestralmente às amas e verificar o atraso nos seus salários. Este último viria a ser colmatado com um empréstimo, solicitado ao governo em 1853 e aprovado pelo Conselho de Estado Administrativo. O saldar desta dívida permitiu atrair um maior número destas funcionárias, reduzindo a mortalidade dos expostos e evitando a aglomeração diária de amas à porta da Misericórdia de Lisboa¹³³.

A esta última iniciativa vir-se-iam a somar outras medidas, como por exemplo, o estabelecimento de dois dias da semana para pagamento às amas residentes em Lisboa, ficando os restantes dias destinados ao pagamento das residentes fora da capital. Decidiu-se ainda penalizar as amas que continuassem a rebater os seus salários, retirando-se-lhes os expostos “visto haver toda a razão para presumir que com tais rebates sofrerá o sustento e a boa criação dos expostos a seu cargo”¹³⁴. Foi neste sentido que o director da Real Casa dos Expostos de Lisboa, sabendo que a ama Rosalina da Piedade, por sua extrema pobreza, “rebate os seus salários com umas agiotas, e ao mesmo tempo os pede avançados a outras pessoas”, resolveu tirar-lhe os dois expostos que tinha a seu cargo¹³⁵. Porém, dado que esta tratava e alimentava bem os abandonados, sendo a exposta mais velha dotada de bom estado físico e boa educação, decidiu-se que lhe fossem restituídos¹³⁶.

Dada a falta destas funcionárias, a Misericórdia de Lisboa pedia constantemente aos párocos “que promovam a concorrência de amas de leite, que venham a esta Santa

¹³² *Revista Universal Lisbonense*, 1ª série, tomo II, nº 15, 1842, p. 187.

¹³³ As amas teriam, *a posteriori*, de pagar com júros o valor que as rebatedoras lhes haviam emprestado. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 3, proc. 1, 11 de Setembro de 1853; *Acta... nº 1*, 1 de Março de 1852, fl. 17v; 5 de Junho de 1852, fl. 34v; 19 de Fevereiro de 1853, fl. 102; 18 de Abril de 1853, fl. 113.

¹³⁴ AHSCML, *Acta... nº 2*, 29 de Agosto de 1853, fls. 41-42v.

¹³⁵ AHSCML, *Acta... nº 3*, 6 de Fevereiro de 1854, fl. 27.

¹³⁶ AHSCML, *Acta... nº 3*, 6 de Fevereiro de 1854, fl. 27; 14 de Fevereiro de 1854, fl. 34.

Casa buscar expostos, na certeza de pronto pagamento”¹³⁷. Solicitava ainda que estes lhes passassem gratuitamente os atestados de que precisavam para se candidatarem a tal função, demonstrando ter todos os requisitos necessários. Era reconhecida a preferência por amas residentes no campo, sobretudo, dos concelhos da Figueira da Foz, Ourém e Batalha, onde se considerava que as crianças tinham uma maior probabilidade de sobrevivência, bem como uma melhor integração familiar e social (não obstante uma maior fragilidade na sua educação). Nessas regiões, as crianças identificam-se “com as famílias das amas, e raras vezes dali regressam para a casa. (...) Muitos não recebem instrução alguma e são simples trabalhadores como os seus irmãos colaços; mas adquirem uma família”¹³⁸. Esta mesma tese de preferência viria a ser defendida pelo estudante do curso médico-cirúrgico Manuel Caetano da Cunha, defensor da roda dos expostos, o qual considerava que “nas freguesias rurais encontram-se amas mais convenientes pela saúde e robustez. A estas devem ser entregues os infantes”¹³⁹. Contudo, nas épocas de maior carência, a misericórdia deixava de parte a sua preferência, apelando aos párocos de Lisboa e das freguesias do seu termo que fizessem afluir à instituição boas amas residentes nas suas paróquias¹⁴⁰.

De forma a atrair amas, já na década de 1860, a Misericórdia de Lisboa aplicou ainda outra medida experimental. Passou a atribuir, no acto de entrega do exposto às amas externas, a gratificação de 2 000 réis, ao invés da sua concessão apenas após seis meses da criação de leite, como até então estava em prática. Esta iniciativa visava, igualmente, combater o rebate dos salários. Porém, após poucos meses, foi abolida e substituída por uma gratificação proporcional à distância da residência da ama à

¹³⁷ AHSCML, *Acta...* n.º 2, 9 de Maio de 1853, fls. 5-5v.

Na década de 1850, existiam entre 25 a 40 amas internas na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Cabia aos médicos, até ao dia 20 de cada mês, inspecionar estas amas, declarando o estado do seu leite e definindo o número destas funcionárias necessário para o mês seguinte e se as existentes deviam ser substituídas por outras. AHSCML, *Acta...* n.º 3, 15 de Março de 1854, fl. 56.

¹³⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 9.

¹³⁹ CUNHA, 1873, p. 42

¹⁴⁰ Nem sempre os párocos cumpriam a sua função, requerendo emolumentos pela passagem dos atestados às amas. Eram frequentes as queixas da parte destas, como o atestam ofícios referentes a esta prática nas freguesias de São Pedro de Alcântara, São Bartolomeu do Beato, Santa Catarina, Santa Isabel, Coração de Jesus, entre outras, não só da capital como do seu termo. Por exemplo, os párocos do concelho de Vila Franca de Xira cobravam às amas entre 100 a 120 réis por cada atestado. Por norma, esta situação era remetida ao Cardeal Patriarca, solicitando a tomada de providências. AHSCML, *Acta...* n.º 1, 17 de Abril de 1853, fl. 109v; *Acta...* n.º 2, 22 de Agosto de 1853, fl. 40; 5 de Setembro de 1853, fls. 48-48v; 12 de Setembro de 1853, fls. 49v e 52; 24 de Outubro de 1853, fl. 72; 2 de Novembro de 1853, fl. 78; *Acta...* n.º 3, 20 de Janeiro de 1854, fl. 11v; *Acta...* n.º 4, 3 de Abril de 1856, fl. 107; *Acta...* n.º 5, 13 de Outubro de 1857, fl. 36v.

misericórdia¹⁴¹.

2.2.5.2.2. O atraso nos pagamentos da Câmara Municipal de Lisboa

Outro dos problemas que prejudicava o serviço de expostos da capital era a falta de cumprimento pela Câmara Municipal de Lisboa do contrato estabelecido. Em ofícios enviados ao presidente desta última (por exemplo, em 1843, 1844, 1847 e 1852) a misericórdia referia o atraso de três e quatro meses no pagamento da “ordinária (...), vencimento este que sempre andou, e deve andar corrente tanto pela sua natureza, como pelo grande ónus que a misericórdia tomou em troco dele”¹⁴². Embora as autoridades municipais argumentassem que esta situação não era exclusiva e que estava igualmente em atraso o pagamento a outras entidades, a misericórdia considerava que lhe devia ser dada preferência face a todos os outros encargos municipais¹⁴³.

A falta de pagamento da câmara municipal contrastava com o apuro em que a misericórdia se encontrava, com um crescimento diário dos menores à sua tutela. Este aumento não foi acompanhado por uma modificação na prestação paga pelo município, revelando-se o contrato lesivo para a segunda. O valor estipulado de cerca de 2 000 000 réis poderia ser razoável em 1775, mas já não o era em meados do século XIX. A situação viria a ser agravada quando, em 1853, foi permitido ao Teatro D. Maria II lançar lotarias em seu benefício, o que fez diminuir o rendimento da Misericórdia de Lisboa com este jogo, relativamente ao qual, até então, detinha o monopólio. Chegando a 1854 o Conselho Geral de Beneficência referia que o encargo da misericórdia com os expostos

¹⁴¹AHSCML, *Acta...* n.º 5, 21 de Novembro de 1860, fls. 112-112v.

O valor da gratificação para deslocação variou ao longo do tempo, sobretudo, em função da necessidade de amas. Por exemplo, em 1864, eram concedidos 3 000 réis para despesas de jornada às amas dos concelhos da Batalha, Leiria, Ourém, Pombal, Porto de Mós, Alvaiázere, Figueira, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos e Tomar; 2 500 réis às amas do concelho de Alcobaça; e, 2 000 réis às provenientes dos concelhos do Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche e Rio Maior. AHSCML, *Acta...* n.º 6, 7 de Fevereiro de 1861, fls. 6v; 31 de Dezembro de 1863, fl. 98v.

¹⁴² AML, Correspondência expedida pelo Hospital Real de São José - Caixa da correspondência dos hospitais da cidade, cx. Correspondência expedida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, doc. 12 ou 338, 13 de Fevereiro de 1843.

¹⁴³ AML, Correspondência expedida pelo Hospital Real de São José - Caixa da correspondência dos hospitais da cidade, cx. Correspondência expedida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, doc. 12 ou 338, 13 de Fevereiro de 1843; doc. 1 ou 339 de 18 de Abril de 1844; doc. 2 ou 359 de 25 de Novembro de 1847; doc. 1 ou 371 de 6 de Março de 1852.

era de 80 000 000 réis por ano¹⁴⁴.

2.2.5.2.3. O forte aumento da população sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2.2.5.2.3.1. Um projecto para evitar os abusos da exposição

A Casa da Roda de Lisboa era constantemente confrontada com a afluência de abandonados de fora da cidade, sobretudo dos concelhos mais próximos da capital, prática que a misericórdia considerava abusiva. Por exemplo, o ofício por esta última expedido ao governador civil do distrito de Lisboa de Fevereiro de 1852 dá conta de uma menina recém-nascida, levada para a Real Casa dos Expostos da capital por ordem da administração da vila de Oeiras, a qual foi transportada por Maria Gomes, residente na mesma vila. Foi negada a entrada da menor, afirmando-se que a sua tutela não pertencia àquela misericórdia, mas sim à do seu local de origem. Como este caso havia muitos outros¹⁴⁵.

Naquele ano, a misericórdia começou por se dirigir ao governador civil de Lisboa, solicitando que ordenasse aos seus oficiais, estacionados na Ponte dos Vapores, que, quando ali aparecessem condutores de expostos rumo à Casa da Roda de Lisboa, estes os acompanhassem à referida instituição. Após efectuada a exposição, dever-se-iam dirigir ao governador civil, declarando a proveniência da criança, de forma a que pudesse ser pedido à instituição responsável pela sua criação o financiamento destinado à mesma. Era recomendado aos oficiais que agissem com brandura e prudência, não colocando em causa a sobrevivência de menores transportados no futuro. Contudo, este pedido não foi aceite pelo governador civil de Lisboa, o qual declarou não ser do conhecimento dos oficiais as pessoas encarregadas de conduzirem os abandonados de fora para a Casa da

¹⁴⁴ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre as lotarias, 12 de Novembro de 1853.

¹⁴⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Expediente, *Registo de ofícios enviados*, liv. 1, 17 de Fevereiro de 1852.

Roda de Lisboa¹⁴⁶.

Não alcançando o auxílio das autoridades locais, alguns meses mais tarde, a misericórdia pediu informações ao governo sobre quantas rodas dos expostos existiam no distrito de Lisboa, quantos menores nelas tinham entrado em 1850 e 1851, quantas crianças maiores de um e dois anos estavam nestas instituições e qual o rendimento de cada uma das rodas. A justificação para tal solicitação estava na pretensão de desenvolver “um plano geral para melhorar a sorte dos expostos, e reformar a administração dos mesmos”¹⁴⁷. Mas, na realidade, o que estava em causa era a execução de um projecto para reprimir os abusos do abandono na Real Casa dos Expostos de Lisboa, quer no que concerne a crianças de fora deste concelho, quer no que diz respeito à exposição praticada por pessoas casadas ou com meios para criar os filhos.

Assim, em Agosto de 1852, foi enviada ao Ministério do Reino uma proposta de projecto para evitar estes abusos derivada de legislação anterior. No ofício que a acompanhava era referida “a extraordinária desproporção do número de expostos que em cada ano costuma entrar pela roda de Lisboa com a população do município, número que desde muitos anos tem sempre aumentado progressivamente”. Em 1850 foi abandonada uma criança por cada três nascimentos na capital e um menor por cada cinco nascimentos no distrito de Lisboa (comparativamente, em Paris, havia um abandono por cada dez nascimentos e, noutros departamentos, um para 25). Estes valores levavam a misericórdia a concluir que, não só pessoas com meios e casadas abandonavam os seus filhos, como também eram levados menores de fora da capital para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, recaindo na misericórdia as despesas da sua criação e inviabilizando melhorias. Segundo esta instituição, a desmoralização estava a aumentar de dia para dia, sendo mais visível enquanto motivo no acto de abandono do que a própria miséria. Impunha-se a aplicação de penalizações e/ou multas combativas desta prática, não só a quem abandonasse os menores, mas também àqueles que, pertencendo a outros municípios, fossem responsáveis pelo seu envio¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Não obstante não serem conhecidos os transportadores, o governador civil de Lisboa colocou à disposição da misericórdia um dos seus oficiais. AHSCML, *Acta...* n.º 1, 27 de Março de 1852, fls. 21v-22; 17 de Abril de 1852, fl. 24v; 8 de Maio de 1852.

¹⁴⁷ Não foi encontrada a documentação relativa à resposta do governo, quer no fundo do Ministério do Reino contido no Arquivo Nacional Torre do Tombo, quer no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. AHSCML, *Acta...* n.º 1, 8 de Maio de 1852, fl. 27v.

¹⁴⁸ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mc. 4507, Consulta do Conselho Geral de Beneficência sobre a representação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para repressão dos abusos na sua roda, 4 de Dezembro de 1852.

Logo no mesmo dia, a rainha D. Maria II (1826-1828 e 1834-1853) emitiu uma portaria onde solicitava que este projecto fosse avaliado pelo Conselho Geral de Beneficência. Após deliberações e discussões, que tiveram lugar ao longo de dez sessões, entre Agosto e o final de Dezembro de 1852, o Conselho emitiu um parecer no qual concluiu concordar com o projecto apresentado pela Misericórdia de Lisboa (apesar de algumas alterações), reforçando a existência de abusos nas exposições levadas a cabo na Real Casa dos Expostos de Lisboa¹⁴⁹. Referia ser “preciso que a lei torne claro a todos que a exposição é sempre um crime, que a sociedade deve punir; e que a paternidade não se abdica ao belo prazer dos pais”. Só deviam usufruir dos socorros públicos aqueles que, de facto, tinham direito a tal. Contudo, não existe documentação que nos remeta para o andamento deste projecto e se, efectivamente, se veio a tornar lei como a misericórdia o desejava¹⁵⁰.

O abandono de crianças provenientes de outros concelhos continuou, sem qualquer tomada de posição governamental. Em Fevereiro de 1853, na sequência do abandono na Casa da Roda da capital de quatro crianças provenientes de Vila Franca de Xira, foi pedido ao governador civil de Lisboa que verificasse a quem cabia a criação destes menores (se à misericórdia ou se à câmara municipal), aplicando “medidas prontas e enérgicas, a fim de que nem naquele concelho, nem em outro algum das imediações da capital continue a dar-se tão repreensível abuso de remeterem os seus expostos para a roda de Lisboa, aliviando-se assim os encargos que legitimamente lhes cabem”¹⁵¹.

Era igualmente reconhecido haver uma ama de leite que mediante o pagamento de 250 réis, pago pela Câmara Municipal de Torres Vedras (embora na documentação da Misericórdia de Lisboa seja referido serem 1 200 réis), transportava para a capital as crianças naturais dos concelhos de Peniche, Lourinhã, Cadaval, Aldeia Galega da Merciana, Ribaldeira, Ericeira, Mafra e Azueira. O motivo residia no facto destas últimas

¹⁴⁹ Participaram na consulta do Conselho Geral de Beneficência o vice-presidente D. Guilherme Henriques de Carvalho (Cardeal Patriarca), D. Frei José Maria da Silva Torres (Arcebispo de Palmira e, à data, provedor da Misericórdia de Lisboa), Alberto António Morais Carvalho (presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Diogo António Correia de Sequeira Pinto (enfermeiro-mor do Hospital de São José), Manuel Joaquim Bandeira Emaús (provedor dos recolhimentos), António Joaquim Farto, António Cesário de Sousa da Guerra Quaresma, Francisco José Vieira, António Maria de Sampaio Freire d’Andrade e João Cardoso Ferraz de Miranda (secretário interino). ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4562, liv. “Registo das Portarias recebidas do Ministério do Reino”; mç. 4507, pasta “Extractos de Actas, Fevereiro de 1852 a Fevereiro de 1857”.

¹⁵⁰ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507.

¹⁵¹ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4562, liv. “Registo de Offícios expedidos pela Secretaria do Conselho n.º 2”.

câmaras municipais não terem meios para sustentar os expostos. Mas, estando este acto a ser cometido pela Câmara Municipal de Torres Vedras, ainda que o financiamento da criação destes menores não constituísse uma obrigação sua, acabava por sobre ela recair. Neste caso particular, existe documentação que comprova que o governador civil aplicou medidas para evitar este abuso, intimando esta última câmara a não enviar crianças para a Real Casa dos Expostos de Lisboa¹⁵².

Perante a ausência de uma resposta do governo, a misericórdia não só procurou relembrá-lo, em Abril de 1853, como também adoptou providências por sua livre iniciativa. Por um lado, no caso destes abusos da parte das câmaras municipais e misericórdias que enviavam expostos para a Casa da Roda de Lisboa, impôs-lhes penas, podendo ainda cobrar-lhes a importância das criações. Por outro lado, apelou ao auxílio das autoridades administrativas locais para, cumprindo as ordens do governador civil de Lisboa, vigiarem as pessoas que tivessem meios para criar os filhos (legítimos e ilegítimos), aplicando indemnizações¹⁵³.

Por exemplo, a Misericórdia de Lisboa pediu o auxílio das autoridades locais, desconfiando que a mulher de um soldado da Guarda Municipal (moradores na Calçada do Duque, nº 8), havia exposto o filho na roda para poder trabalhar, na qualidade de ama, numa casa particular. Também António da Mota (morador na Rua dos Fanqueiros), casado e expositor de oito filhos, foi investigado pela polícia por este seu acto, procurando-se provas que o obrigassem ao pagamento das criações¹⁵⁴.

Refira-se ainda o recurso às autoridades religiosas, nomeadamente, a solicitação

¹⁵² Havia, à data, um desconhecimento relativamente a quem pertencia a tutela dos expostos em Torres Vedras. Inicialmente, pensou-se que esta cabia à misericórdia local e, na realidade, é o que surge na acta da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa. Por outro lado, nesta fonte é ainda referido que esta confraria de Torres Vedras era encarregue de indagar aonde existiam puérperas em circunstâncias de expor os filhos, recebendo 1 200 réis pelo transporte de cada criança até à Casa da Roda da capital. AHSCML, *Acta...* nº 2, 30 de Junho de 1853, fl.19v; ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 9 de Agosto de 1853.

¹⁵³ AHSCML, *Acta...* nº 1, 27 de Março de 1852, fls. 21v-22; 18 de Abril de 1853, fl. 112v; 19 de Junho de 1852, fl. 40v; Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 3, proc. 1, 11 de Setembro de 1853.

No caso da fiscalização dos expostos entregues a amas residentes nos seis bairros da cidade de Lisboa, a Misericórdia de Lisboa também solicitava que fossem fiscalizados pelos regedores de paróquia (ponderando ainda a extensão desta medida às freguesias rurais da cidade), tendo para tal efeito enviado exemplares dos deveres das amas. Porém, alguns regedores negavam esta sua função, como foi o caso ocorrido em Santa Catarina, onde nenhum deles cumpriu esta sua incumbência. Mais tarde, esta prerrogativa foi extensível a todo o território onde existiam amas ao serviço da Misericórdia de Lisboa. AHSCML, *Acta...* nº 1, 24 de Junho de 1852, fls. 51; 7 de Agosto de 1852, fls. 56-56v; 28 de Agosto de 1852, fls. 63-64; 4 de Setembro de 1852, fl. 65v.

¹⁵⁴ AHSCML, *Acta...* nº 1, 27 de Março de 1852, fls. 21v-22; 18 de Setembro de 1852, fls. 69v-70; 7 de Outubro de 1852, fl. 75.

ao Cardeal Patriarca para que recomendasse aos párocos que, no confissãoário e nas práticas da Quaresma, “fizessem sentir o grande pecado que cometiam os pais que enjeitavam filhos, tendo meios de criá-los e permitissem a colocação, em todas as freguesias, de caixas, em que quaisquer pessoas caritativas lançassem esmolas para os enjeitados, e mesmo os pais, que indevidamente tivessem enjeitado os filhos, depositassem a indemnização que entendessem ser por isso devida à Santa Casa”. Pretendia-se, assim, aplicar medidas consciencializadoras e, até, correctivas, fazendo com que todos (autoridades administrativas e civis) cumprissem o seu dever e diminuindo (assim se esperava) a afluência de abandonados à roda de Lisboa¹⁵⁵.

2.2.5.2.3.2. Medidas para diminuir a população de expostos “maiores”

O grande volume de população a cargo da Misericórdia de Lisboa não era devido somente às crianças entradas pela roda, mas também àquelas que recorriam à instituição, quer de uma forma permanente, nela residindo (sobretudo, expostos doentes, incapacitados ou expostas), quer de uma forma temporária, transitando entre amas ou mestres de ofícios.

A misericórdia da capital tinha a possibilidade de diminuir a sua população, pela aplicação do alvará de 1775 que passava para a autoridade do juiz dos órfãos (mais tarde, do juiz de paz) as crianças acima dos sete anos de idade. Contudo, compreendia que esta transição não era simples. Se, por um lado, representava uma diminuição da despesa, sendo-lhe claramente vantajosa, por outro, constituía uma tarefa difícil para os juízes de órfãos, que teriam de atribuir um elevado número de crianças a tutores, em nada ajudando a sua formação e boa educação. Foi perante esta última perspectiva que a Misericórdia de Lisboa optou por manter a criação dos expostos sob a sua tutela depois daquela idade. Não obstante, em 1852, desenvolveu um projecto que previa a emancipação dos abandonados aos 20 anos, findando então a sua protecção e socorro - “até então a misericórdia, como carinhosa mãe procura dar-lhes uma acomodação conveniente, e torná-los aptos para por meio do trabalho ganharem o seu sustento, e tornarem-se

¹⁵⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 3, proc. 1, 11 de Setembro de 1853.

cidadãos úteis. Se durante este tempo essa acomodação lhes falta a Santa Casa recebe-os no estabelecimento, e sustenta-os ate procurar-lhes outra. Passada aquela idade fortes pelos exemplos, e pela moralidade que devem ter adquirido, a Santa Casa reputa-os em estado de se dirigirem por si”¹⁵⁶.

Tornando mais severa a aplicação desta medida de emancipação, em 1853, a misericórdia determinou a expulsão de todos aqueles que tivessem um procedimento repreensível antes de terem atingido os 20 anos e, no ano seguinte, considerou emancipados todos os expostos que, tendo atingido a referida idade e sendo sãos, não fossem no prazo indicado à instituição dar conta da sua residência. Considerava, nestes casos, que tinham prescindido da sua tutela¹⁵⁷.

A idade de emancipação encontrava algumas exceções. Uma delas abrangia os expostos inválidos, que deviam transitar para os Hospitais do Amparo e de Sant’Ana, para o Asilo de Mendicidade ou para outros estabelecimentos pios de acordo com as suas circunstâncias¹⁵⁸.

Paralelamente, pretendeu-se que os expostos maiores de sete anos que se encontravam na instituição ou que a ela regressassem remetidos pelas amas fossem encaminhados para aprender ofícios com mestres, mediante uma gratificação, ou que fossem admitidos nas oficinas da Casa Pia. No primeiro caso, era publicitado publicamente em jornais que a Misericórdia de Lisboa tinha expostos para aprendizagem de ofícios ou artes, por tempo a determinar e mediante o pagamento de uma retribuição. Por exemplo, no ano de 1860, os expostos Joaquim e Ângelo foram destacados para a aprendizagem de ofícios junto de mestres. O primeiro, Joaquim, foi aprender o ofício de marceneiro durante quatro anos, pagando a Misericórdia de Lisboa o seu sustento, vestuário, calçado e cama. Em contrapartida, cabia ao mestre dar à instituição uma quantia diária, que aumentava conforme se aproximava o quarto ano do “contrato”. Já o exposto Ângelo, aprendeu o ofício de barbeiro durante três anos, mediante as mesmas condições. A misericórdia considerava-se responsável por qualquer prejuízo causado

¹⁵⁶ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, Consulta do Conselho Geral de Beneficência sobre uma representação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de 26 de Junho de 1852, relativa aos expostos após os sete anos, 29 de Dezembro de 1852.

¹⁵⁷ AHSCML, *Acta...* n° 2, 18 de Julho de 1853, fl. 24v; 26 de Julho de 1853, fl. 29; *Acta...* n° 3, 27 de Janeiro de 1854, fl. 18.

¹⁵⁸ Não obstante, pretendia-se igualmente fixar a idade a partir da qual a tutela da misericórdia findava nos casos de invalidez ou de mau comportamento. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 3, proc. 1, 11 de Setembro de 1853; *Acta...* N° 1, 19 de Junho de 1852, fl. 40v.

pelos expostos, desde que não excedesse a soma do que o mestre pagava mensalmente à instituição¹⁵⁹.

Refira-se ser igualmente prática recorrente a admissão dos expostos maiores de 14 anos na Marinha, caso estes fossem robustos e sadios. Tal constituía uma forma de aprenderem ofícios, mas também um meio de correcção¹⁶⁰.

Outra das preocupações da Misericórdia de Lisboa residia nas expostas, sobretudo, em afastá-las do mundo da prostituição, o que a instituição reconhecia afectar, principalmente, as que residiam na capital. Se, por um lado, procurava que aquelas que tinham menos de 20 anos fossem colocadas em casas honestas, que a instituição sabia terem boas condições para aí servirem enquanto criadas; por outro lado, quando atingiam a maioridade (ou dela se aproximavam), a solução passava pelo casamento. Para tal, eram-lhes concedidos dotes ou, caso não fossem dotadas, um subsídio para contraírem matrimónio¹⁶¹. Em 1853, a Misericórdia de Lisboa chegou mesmo a solicitar aos donos das principais fábricas da capital que indicassem “dos seus artistas que tiverem propensão para o estado do matrimónio, e quiserem ajudar esta Santa Casa na obra de caridade de que neste intento se propõe, amparando e estabelecendo honestamente as expostas”. A instituição concederia o dote às expostas que fossem dotadas e, às que não o fossem, um enxoval e 20 000 réis, para além do pagamento das despesas com os direitos paroquiais e papéis da câmara pontifícia¹⁶².

Os expostos que ficavam a residir na instituição ocupavam-se de variadas funções, quer na Misericórdia de Lisboa, quer noutras instituições suas dependentes. Dedicavam-se, por exemplo, a fazer reparações ou melhorias no edifício, cortes de cabelos a expostos, funções na cozinha, eram ajudantes em colégios, trabalhavam na

¹⁵⁹ AHSCML, *Acta...* N^o 2, 2 de Novembro de 1853, fls. 110v-111; *Acta...* N^o 2, 14 de Novembro de 1853, fl. 88; *Acta...* n^o 5, 14 de Novembro de 1860, fl. 78.

¹⁶⁰ Para correcção das expostas mal comportadas, já na década de 1870, existem referências ao seu envio, por exemplo, para uma fábrica de fição e tecidos em Xabregas. AHSCML, *Acta...* n^o 1, 18 de Abril de 1853, fl. 112v; 15 de Maio de 1852, fl. 29; 4 de Agosto de 1853, fl. 33; 8 de Agosto de 1853, fl. 34; *Acta...* n^o 2, 9 de Maio de 1853, fls. 2v-3; 28 de Setembro de 1853, fl. 59; *Acta...* n^o 11, 1 de Julho de 1876, fl. 75; 15 de Setembro de 1876, fl. 111.

¹⁶¹ Por alvará de 31 de Janeiro de 1785 ficou determinado que a Misericórdia de Lisboa era obrigada a distribuir anualmente um total de 5 800 800 réis em dotes.

Relativamente às expostas menores de 20 anos que se prostituíam nas casas onde estavam a servir, a misericórdia considerava preferível a sua manutenção na instituição, o que lhe permitia controlá-las mais facilmente. Cria ser necessária a criação de uma casa de trabalho e correcção para sua ocupação, mas reconhecia que não tinha meios para executar tal iniciativa. AHSCML, *Acta...* n^o 1, 14 de Fevereiro de 1852, fl. 14v; 12 de Novembro de 1853, fl. 86; 14 de Novembro de 1853, fls. 87v-88; *Acta...* n^o 4, 31 de Agosto de 1854, fl. 26v; *Acta...* n^o 6, 25 de Abril de 1861, fls. 18-18v.

¹⁶² AHSCML, *Acta...* n^o 2, 28 de Novembro de 1853, fls. 95-95v.

oficina das sapateiras, eram mestres de costura, ajudantes de enfermaria, rodeiras, porteiras, ajudantes na sala das amas em períodos de maior acumulação de expostos, tipógrafos das lotarias, ...¹⁶³. Muitos destes abandonados exerciam funções até tardia idade, como foi o caso da exposta Maria da Conceição Barbosa, que trabalhou como engomadeira na misericórdia até aos 80 anos, altura a partir da qual continuou a receber um valor mensal pago por esta instituição já com a categoria de reformada¹⁶⁴. Refira-se ainda que, em caso de mau comportamento, estes “expostos-funcionários” eram prontamente repreendidos, sendo-lhes retirado parte do seu ordenado como forma de penalização. Foi o que aconteceu à exposta Teodorica da Conceição, ajudante no serviço do refeitório, que enviava para fora do estabelecimento pão, tendo sido “encontrada uma grande porção de bocados” e tendo confessado o facto após interrogatório. Indo tal contra o previsto no regulamento da instituição, Teodorica da Conceição foi multada em 15 dias de ordenado (ou 750 réis), sendo a pena agravada com a proibição de sair da misericórdia durante um mês¹⁶⁵.

Há, no fundo, uma constante preocupação com estas crianças da parte da instituição, que se estende para lá do fim da sua tutela e que visava que se tornassem pessoas com boa formação moral e que se dedicassem a actividades consideradas dignas. Refira-se, por exemplo, o ofício enviado pelo juiz de direito do 1º distrito criminal no acto de entrega da exposta Engrácia dos Prazeres na Misericórdia de Lisboa. Esta havia fugido de casa dos amos a quem havia sido dada a servir, sendo encontrada na Rua de São Marçal, na casa de umas meretrizes. Determinou-se que a exposta fosse enviada como reclusa para uma casa de correcção, onde ficaria durante 15 dias, jejuando em dias alternados a pão e água¹⁶⁶.

2.2.5.2.3.3. Os filhos de puérperas do Hospital de São José

O elevado volume de entradas na Casa da Roda da capital estava ainda associado ao abandono de filhos de grávidas que haviam tido o seu parto no Hospital de São José.

¹⁶³ Em 1892, determinou-se que aqueles que continuassem a exercer funções na misericórdia eram na mesma emancipados e tidos como “simples empregados da casa”. AHSCML, *Acta...* n° 15, 5 de Agosto de 1892, fls. 63v-64.

¹⁶⁴ AHSCML, *Acta...* n° 13, 20 de Fevereiro de 1889, fl. 171v.

¹⁶⁵ AHSCML, *Acta...* n 13, 8 de Fevereiro de 1887, fls. 103v-104.

¹⁶⁶ AHSCML, *Acta...* n° 2, 18 de Julho de 1853, fl. 24v; 26 de Julho de 1853, fl. 29.

Dado que muitas delas aí tinham os seus filhos por saberem que seriam gratuitamente transportados para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, a misericórdia procurou contrariar esta sua “certeza”.

Neste sentido, em 1853, a misericórdia da capital recomendou que as puérperas do Hospital de São José os aleitassem, pelo menos, durante 12 dias antes das crianças serem enviadas para a Casa da Roda. Desta forma, criariam laços de afecto com o menor, tornando a separação mais difícil¹⁶⁷.

Aliada a esta última medida, foi determinada a concessão de um subsídio. As mães receberiam, mensalmente, 1 200 réis no primeiro ano, 800 réis no segundo e 600 réis no terceiro ano. Esta iniciativa foi de imediato aprovada pela misericórdia, que criou um livro especial de matrículas para registo destes menores subsidiados. Após a concessão deste auxílio inicial, dever-se-ia verificar com exactidão se a mãe era ou não casada e as suas circunstâncias, de forma a deliberar-se relativamente à manutenção do apoio. Tanto com esta medida como com a anterior pretendia-se demover as mães do acto do abandono¹⁶⁸.

2.2.4.2.3.4. A persistência de abandono em espaços públicos

Não obstante o crescente aumento da entrada de crianças na Casa da Roda da capital, o abandono em locais públicos continuava a persistir, sobretudo, de crianças já mortas. Tal é evidenciado pelo Cardeal Patriarca, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo (1770-1855), em 1853, quando referia a necessidade governamental de “reprimir ou eliminar o escândalo da exposição de crianças mortas no templo da Sé Patriarcal”, situação que já havia sido destacada na Câmara dos Deputados. O que estava em causa era o abandono de cadáveres de crianças recém-nascidas quer na igreja da Sé, quer na igreja da própria misericórdia. O Cardeal Patriarca referia que esta era uma prática já antiga, sendo que nos últimos 16 anos havia sido abandonada uma média anual de 338

¹⁶⁷ AHSCML, *Acta...* n.º 1, 28 de Março de 1853, fls. 107v-108; 18 de Abril de 1853, fls. 111v.

¹⁶⁸ A concessão de subsídios às puérperas do Hospital de São José viria a findar em 1862, uma vez que a Misericórdia de Lisboa concluiu não ter reflexo numa diminuição das exposições. Constatou ainda que, com frequência, as grávidas procuravam este hospital na expectativa de receberem o subsídio. Passou-se, assim, a recomendar à administração do mesmo hospital que as mães ficassem com os filhos o máximo de tempo possível, levando-os consigo à saída. AHSCML, *Acta...* n.º 2, 2 de Junho de 1853, fls. 115v; *Acta...* n.º 6, 28 de Julho de 1862, fl. 60.

crianças mortas na Sé. Era reconhecido que este abandono era concretizado, sobretudo, por pessoas pobres, que não tinham meios para pagar as despesas do enterro. O Cardeal acreditava que se esta despesa não lhes fosse imputada, enterrando-se as crianças gratuitamente, certamente, este tipo de casos diminuiria. Sugeriu ainda a criação de um local ou dois na capital, acessível a todas as horas do dia, onde fosse possível depositar os cadáveres dos menores e onde houvesse um funcionário que registasse as declarações prestadas¹⁶⁹.

Este tipo de situações ocorria, igualmente, com frequência na roda da Misericórdia de Lisboa e na sua igreja, não havendo nestes casos indícios de morte violenta e, portanto, não se procedendo ao exame pelos facultativos e averiguando-se apenas o sexo da criança. Não era ainda feito registo dos sinais da mortalha caso as crianças não fossem acompanhadas por um escrito, “sendo talvez fundada esta prática de muitos anos na hipótese de que não será procurada uma criança falecida”¹⁷⁰.

Apesar de todos os problemas evocados, numa notícia da *Revista Universal Lisbonense* de 1845, no contexto da abertura ao público da Misericórdia de Lisboa no Dia dos Santos Inocentes (prática recorrente), é relatado que “o asseio, a ordem, polícia, salubridade e até alegria que reinam naquela casa, merecem os maiores louvores”¹⁷¹.

Chegados a 1851, verifica-se que a Real Casa dos Expostos de Lisboa “reúne hoje à denominação todas as circunstâncias de um verdadeiro Hospital dos Expostos”, sobretudo, no que dizia respeito ao seu regime sanitário. A vigilância médica estendia-se não só aos expostos, como também às amas, não sendo entregue nenhuma criança sem que antes fosse tratada das doenças que a afectavam¹⁷². Dois anos mais tarde, durante

¹⁶⁹ AHPATLX, *Registo de correspondência. Livro de copiadores*, liv. 355, ofício nº 349, 23 de Março de 1854; AHSCML, *Acta... nº 3*, 7 de Janeiro de 1854, fls. 5v-6.

A Misericórdia de Lisboa fazia uma recolha diária das crianças abandonadas mortas na Sé, quando a localização desta última era em Santa Maria Maior, transportando-as para o seu cemitério. Contudo, é feita uma crítica ao governador civil de Lisboa de que, aquando da mudança provisória para São Vicente de Fora, a misericórdia ter deixado de cumprir esta sua função, ficando as crianças insepultas durante dias. AHPATLX, *Registo de correspondência. Livro de copiadores*, liv. 190, 16 de Junho de 1859, fl. 35-35v.

¹⁷⁰ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 3, proc. 3, 14 de Setembro de 1855.

¹⁷¹ Todavia, neste artigo, é referida a necessidade de melhoramento da instrução dos expostos, sobretudo, das expostas, para que não se dedicassem a actividades menos próprias. Em números posteriores da mesma revista, Fernando da Costa Cardoso Pacheco e Ornelas apresentou um projecto de educação dos abandonados maiores de sete anos, denominado “Alvitres a favor dos expostos”. *Revista Universal Lisbonense*, 1ª série, tomo IV, 10 de Abril de 1845, nº 38, pp. 452-453; 29 de Maio de 1845, nº 45, p. 537-538.

¹⁷² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851, s. p.

uma visita régia, é relatado nas actas da mesa administrativa da misericórdia a satisfação de D. Fernando II (1816-1885) com as medidas empreendidas na Real Casa dos Expostos de Lisboa¹⁷³.

Se as condições das instalações de acolhimento e o cuidado para com a saúde dos menores abandonados evoluíam num sentido positivo, o mesmo não aconteceu com a situação económica da misericórdia da capital, onde se constatava a necessidade de desviar os seus rendimentos “para os empregar em suprimentos aos Expostos”¹⁷⁴. A situação era cada vez mais gravosa conforme aumentava, de ano para ano, o abandono na sua Casa da Roda.

2.3. Os debates em torno do encerramento da roda dos expostos

Perante as crescentes exposições e considerando os contemporâneos que era elevada a mortalidade dos menores abandonados agudizou-se o sentimento face às crueldades vividas pelos expostos. Vários foram aqueles que começaram a questionar o modelo de admissão legalmente anónimo e, com ele, a roda dos expostos, num debate que, iniciado na primeira metade do século XIX, ganhou um maior dinamismo em meados da centúria. Os objectivos populacionistas e a salvaguarda da honra feminina (e familiar), que haviam sido inerentes à institucionalização e proliferação das rodas dos expostos, começaram a ser contestados. O que estava em causa era uma mudança de atitude face à família e à ilegitimidade, caminhando-se no sentido da responsabilização parental, da protecção da criança e reforçando-se a importância da sua manutenção no seio familiar. Passou-se a valorizar o princípio de que os menores deviam ser criados e educados pelos seus pais, um dever que lhes pertencia e que cabia cumprir. Contudo, impunha-se encontrar um equilíbrio. Sendo este um dever familiar, em que circunstâncias devia a sociedade intervir?

Como vimos no capítulo anterior, este não foi um debate unicamente português, tendo sido comum aos Estados onde a roda dos expostos havia sido institucionalizada, traduzindo-se numa massificação do abandono anónimo infantil. Circulava em Portugal informação sobre o que se passava no estrangeiro patente, por exemplo, no relatório sobre

¹⁷³ AHSCML, *Acta...* n.º 2, 31 de Dezembro de 1853, fls. 113v-114.

¹⁷⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851, s.p..

estabelecimentos de beneficência europeus, realizado pelo secretário do Conselho Geral de Beneficência, João Cardoso Ferraz de Miranda (s.d.). Este demonstra um profundo conhecimento das experiências francesas de imposição do modelo de admissão controlado e ponderado e do encerramento de Casas da Roda, com o objectivo de, diminuindo a oferta institucional, conduzir a uma diminuição do abandono. Podemos considerar que, os avanços e recuos verificados em França, bem como as medidas aliadas ao novo modelo de admissão aí postas em prática, viriam a servir de exemplo e inspiração ao que, alguns anos mais tarde, foi aplicado em Portugal¹⁷⁵.

No contexto nacional, o debate sobre o fim do abandono anónimo e, com ele, a abolição da roda, fez-se sentir em vários campos, ganhando voz através de políticos, médicos e intelectuais.

Ainda que no meio político o assunto tenha sido discutido centrou-se, sobretudo, em Casas da Roda específicas, na má gestão dos fundos destinados aos expostos e na importância que os administradores dos concelhos deveriam ter enquanto moralizadores. Apesar de representar a realidade sentida um pouco por todo o Reino, esta discussão foi pontual, não se tendo verificado um grande debate político e não tendo sido tomadas iniciativas de cariz nacional até chegarmos a 1867. Sendo um tema importante, a sua repercussão política foi reduzida.

Paralelamente, na imprensa lisboeta de carácter geral este assunto não teve grande eco, ao contrário do que aconteceu noutras partes do País, como em Coimbra ou no Porto. Foi, sobretudo, na imprensa científica que se destacaram os escritos e opúsculos de médicos que se revelaram determinantes. A Misericórdia de Lisboa também não ficou à margem deste debate.

2.3.1. Os defensores da roda dos expostos

Os defensores das rodas assentavam os seus argumentos nos princípios que tinham estado subjacentes à criação deste mecanismo - “sustentam que elas são uma

¹⁷⁵ João Cardozo Ferraz de Miranda foi nomeado por portaria do Ministério do Reino de 1854, concedendo-lhe uma licença de dois meses, “a fim de ir à França, à Bélgica, e talvez Itália” para “examinar ocularmente os melhoramentos que naquelas nações se têm introduzido nos estabelecimentos análogos aos que se acham a cargo do Conselho Geral” (MIRANDA, 1857, s.p.). Neste âmbito, o conselheiro elaborou um relatório onde analisou, entre outros aspectos, o serviço de expostos nestes Estados.

instituição católica que protege o pudor e evita o escândalo, evita os infanticídios e os abortos, garante a paz das famílias, e abre o caminho para a virtude à mulher que comete a primeira falta, por[que] ocultando-a facilita o arrependimento”¹⁷⁶. Assim, criam que a admissão livre representava a sobrevivência de muitas crianças que, noutras circunstâncias seriam vítimas de aborto, infanticídio ou de abandono em locais públicos, não permitindo a sua salvação atempada e o aproveitamento deste potencial humano pelo Estado (em conformidade com as perspectivas populacionistas). Esta era a posição defendida, por exemplo, no início do século XIX, pelo jurista Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (s.d.). O inquérito feito aquando do momento de admissão constituiria um obstáculo e levaria a que as mães não concorressem às instituições, procurando meios alternativos para se desembaraçarem dos filhos e trazendo riscos acrescidos para os menores. A atestá-lo estavam, por exemplo, os casos ocorridos em França. Nos locais onde foram encerradas as rodas, os infanticídios e as exposições em locais públicos aumentaram fortemente¹⁷⁷.

Efectivamente, o que estava em causa não era a instituição da Casa da Roda e a sua existência, mas sim a salvaguarda não só da honra feminina, como da honra de toda a família. Podemos considerar que este era o motivo subjacente à defesa do abandono anónimo na perspectiva dos apoiantes do modelo vigente, desconsiderando ou não valorizando quaisquer outras causas, como a pobreza. Assim o entendiam tanto o prior da freguesia de São Martinho de Aguada de Baixo (concelho de Águeda), João Crisóstomo Veiga (s.d.), como também o estudante de medicina Manuel Caetano da Cunha (s.d.). É perante esta perspectiva que o primeiro menciona a necessidade de favorecer as mães para ficarem com os seus filhos, habilitando os herdeiros legítimos e ilegítimos, e de criar uma lei que obrigasse ao casamento até uma determinada idade¹⁷⁸.

Contudo, refira-se que os apoiantes da roda não descuravam a necessidade de reforma. Apesar de Manuel Caetano da Cunha defender este mecanismo, acreditava que era necessário os párocos e regedores de cada freguesia fiscalizarem as mulheres grávidas e os partos, bem como multarem aqueles que abandonavam os seus filhos, tendo meios para os criar. Compreendia que, dada a enorme despesa, as Casas da Roda não

¹⁷⁶ MIRANDA, 1857, pp. 107-108.

¹⁷⁷ O jurista Joaquim José Caetano Pereira e Sousa insere a referência às Casas da Roda na problematização do infanticídio e do aborto enquanto crimes. Apesar de defender a existência da roda anónima, salvaguarda que o abandono em locais públicos era punido por lei com pena de morte e que, como tal, se as instituições existiam era para serem utilizadas. MIRANDA, 1857, p. 106; SOUSA, 1803, p. 296.

¹⁷⁸ Este era ainda defensor de um aumento do salário das amas. VEIGA, 1853, pp. 15 e 24.

conseguiam realizar plenamente as suas funções humanitárias, situação que se via agravada pelo facto de, segundo dizia, as verbas estarem a ser canalizadas para interesses secundários e de luxo¹⁷⁹.

2.3.2. Os opositores à roda dos expostos

A posição que acabou por prevalecer era contra o modelo assistencial vigente. Os opositores à roda dos expostos defendiam o fim da admissão franca, assentando em argumentos e justificações diversos. Faziam ressaltar a economia que daí resultava, pela diminuição do número de expostos à tutela das instituições, o que representava uma enorme poupança para o Estado. No meio político este era o tópico mais debatido, tal como a elevada mortalidade dos abandonados. Assim aconteceu na Câmara dos Deputados, na década de 1850, pela voz de António Luís de Sousa Henriques Seco (1822-1892) e José Moraes Pinto d'Almeida (s.d.), os quais consideravam o abandono infantil “um grande cancro que corroí as entranhas das sociedades civis”¹⁸⁰. Tomando o caso da administração dos expostos de Coimbra, era ressaltada a enorme despesa com este serviço, o mau estado financeiro da câmara municipal e a pobreza da população, que não conseguia pagar as contribuições correntes e as que estavam em atraso, ao mesmo tempo que afluíam à roda um grande número de expostos, que não eram levados pelas amas devido aos atrasos nos seus pagamentos¹⁸¹.

Paralelamente, as Casas da Roda eram percepcionadas, como o atestou o médico Tomás de Carvalho (1819-1897), como um “açougue de crianças”, dada a elevada mortalidade nas instituições e o acumular de expostos, colocando em causa a sua saúde não só imediata, como também a longo prazo. A existência deste mecanismo alimentava a prática da exposição e, por si só, constituía uma via para o infanticídio¹⁸². Retomando,

¹⁷⁹ O posicionamento de Manuel Caetano da Cunha está expresso na sua tese final do curso médico-cirúrgico do Porto, defendida em 1873. Este acreditava ainda ser necessário moralizar através da religião, das leis e das instituições. A elevada mortalidade dos expostos não era motivada pela existência de instituições, mas sim por doenças hereditárias e congénitas, podendo ser melhorada pelo aumento do salário das amas. Simultaneamente, apoiava a criação de maternidades e creches, estas últimas, sobretudo, nas cidades, onde as mães podiam deixar diariamente os filhos para serem amamentados enquanto trabalhavam. CUNHA, 1873, pp. 8-19, 21, 23-24, 26, 28, 33, 37-41 e 49.

¹⁸⁰ AHAR, *Câmara dos Senhores Deputados*, 1855 - nº 13, p. 226.

¹⁸¹ AHAR, *Câmara dos Senhores Deputados*, 1855 - nº 13, p. 139.

¹⁸² CARVALHO, 1853, p. 557.

Tomás de Carvalho iniciou o curso de medicina em Lisboa, concluindo-o em Paris. Ao regressar a Portugal, lecionou anatomia, sendo mais tarde director da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Destacou-

mais uma vez, a questão da moral social, os opositores à roda faziam prevalecer a importância do desenvolvimento de laços familiares e a melhoria da sobrevivência destes menores ao cuidado das suas mães. Era importante inserir estas crianças numa família e na sociedade, não as privando de uma identidade. As Casas da Roda eram prejudiciais não só para os filhos, como também para as mães, porque livravam-nas dos seus deveres e responsabilidades, continuando uma vida dissoluta. Em última instância, a sociedade era cúmplice, pois estava a apoiar o comportamento desta mãe. A existência das rodas motivava, assim, a dissolução da família e a desresponsabilização parental, ao mesmo tempo que protegia os vícios e os crimes. Como o afirmou o deputado António Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1828-1916), “não sustento com menos vigor a abolição da morte como prémio. Como prémio à mãe desnaturada que vai expor o filho, e como prémio à sociedade que finge acolhê-lo para o matar”¹⁸³.

Os críticos da roda propunham uma via alternativa, sobretudo, no que dizia respeito à admissão das crianças nas instituições. Não apoiavam uma rutura abrupta, o encerramento dos estabelecimentos, mas sim uma transição, pois havia um enraizamento das Casas da Roda no seio das comunidades locais, aliado à falta de outro tipo de instituições que auxiliassem a infância abandonada. A defesa de uma mudança gradual verificava-se tanto nos debates políticos, como na imprensa da época ou nos opúsculos de intelectuais. Por estes meios, sugeriam-se iniciativas que, durante a década de 1830 e com adaptações até à década de 1850, foram adoptadas na Casa da Roda de Paris e que, por exemplo, o médico Francisco de Assis e Sousa Vaz (1797-1870), durante o seu exílio, e o secretário do Conselho Geral de Beneficência, João Cardoso Ferraz de Miranda, haviam presenciado e concluído deverem ser aplicadas em Portugal dados os seus bons resultados¹⁸⁴. A instituição de acolhimento deveria persistir, mas alterando-se o modelo de admissão e criando-se uma estrutura preventiva e combinada, assente em três pilares

se enquanto enfermeiro-mor do Hospital de São José e adjunto do provedor da misericórdia da capital. Em 1888 tornou-se deputado, carreira que rapidamente abandonou para, no ano seguinte, ocupar a função de provedor da Misericórdia de Lisboa. SCML, 1995, p. 78.

¹⁸³ AHAR, *Câmara dos Senhores Deputados*, 1867 - nº 77, pp. 1152.

¹⁸⁴ O novo modelo de admissão foi aplicado em Paris em 1836. Inicialmente, não implicava uma confrontação e confirmação da veracidade das declarações prestadas no momento de admissão da criança na instituição ou uma insistência quando os expositores não pretendiam prestar declarações. Dado este sistema não ter tido bons resultados, no ano seguinte, a admissão tornou-se mais rigorosa, determinando-se que os expostos deviam ser acompanhados de um atestado do comissário de polícia, que declarava se a criança tinha sido abandonada pelos pais. Simultaneamente, passou a haver vigilância em torno da instituição para evitar as exposições em locais públicos. Este novo modelo da Casa da Roda de Paris não foi isento de críticas, mas a sua administração compreendeu que, nos momentos em que aplicava medidas menos restritivas e repressivas, o abandono aumentava, retomando o posicionamento anterior. MIRANDA, 1857, pp. 114-115.

– admissões ponderadas e controladas; policiamento das zonas públicas e dos espaços em torno das instituições; e, por fim, generalização dos subsídios de lactação, permitindo às mães criar os seus filhos¹⁸⁵.

Destaque-se, nestes pilares, a concessão de pensões. Se, por um lado, estas ajudariam as mães que abandonavam as crianças por falta de meios económicos, por outro também constituíam um incentivo ao casamento daquelas que queriam deixar o filho nas instituições por vergonha, pois motivariam os pais dos menores a com elas casar, “vendo o cuidado com que ela se emprega na educação de seu filho”¹⁸⁶. No fundo, existia um incentivo abrangente à responsabilização parental e à moralização social.

Associada a estes três pilares existia ainda uma outra questão discutida e que seria retomada aquando do decreto de encerramento das rodas dos expostos. Deveriam as investigações relativas às circunstâncias do abandono serem concretizadas antes ou após a admissão na instituição? Neste ponto surgiram algumas divergências. Se, por exemplo, o médico do Hospício do Porto, José Frutuoso Aires Gouveia Osório (1827-1897), propunha que as investigações fossem feitas antes da admissão; já Manuel Emigdio Garcia (1838-1904) defendia que aquelas só deveriam ser realizadas após a entrada do menor na instituição¹⁸⁷.

Refira-se que, no contexto lisboeta, houve um médico que se destacou neste debate. Trata-se do já referido Tomás de Carvalho (1819-1897) que, enquanto encarregado da direcção da enfermaria de Santa Bárbara do Hospital de São José, concluiu que, das grávidas que aí tinham os seus filhos, muito poucas os levavam consigo à saída. A maioria destas crianças havia sido enviada para a Real Casa dos Expostos da capital, sobretudo, devido à miséria ou vergonha da mãe. Acreditava que a roda era um convite à desmoralização e ao vício e que punha em causa o conceito de família¹⁸⁸. Neste contexto, propôs, tal como já havia sido aplicado no mesmo hospital e referido em subcapítulo anterior, que “as mulheres conservassem os filhos durante oito a dez dias,

¹⁸⁵ VAZ, 1843, p. 56.

Os subsídios de lactação, generalizados na segunda metade do século XIX, consistiam em prestações pagas às mães durante os meses de amamentação da criança, altura em que necessitavam de se alimentar melhor e em que tinham a sua capacidade laboral reduzida, permitindo-lhes assim pagar o serviço a uma ama. Na Misericórdia de Lisboa a concessão deste tipo de auxílios aumentou a partir da década de 1850, sendo concedidos não só a mães, mas também a pais e outras pessoas do agregado familiar.

¹⁸⁶ MIRANDA, 1857, p. 104.

¹⁸⁷ O novo modelo de admissão ponderado e justificado foi aplicado no Porto a partir de 1864 e regulamentado no ano seguinte. OSÓRIO, 1866, p. 17; GARCIA, 1871, p. 43.

¹⁸⁸ CARVALHO, 1853, p. 557.

que é o tempo que elas demoram no hospital depois do parto”, desenvolvendo, desta forma, laços de afecto e dificultando a separação. Esta medida só vingaria mediante a sua conciliação com os pilares referidos anteriormente, sobretudo, as admissões ponderadas e a concessão de subsídios de lactação¹⁸⁹.

Também no seio da Misericórdia de Lisboa, o adjunto do provedor da instituição (1865-1870) e, mais tarde, provedor da mesma (1870-1888), António Figueira e Sousa (1836-1891), 4º Conde e 1º Marquês de Rio Maior, redigiu vários opúsculos sobre o forte aumento das exposições na capital e as soluções a adotar para a sua diminuição. Tendo visitado no estrangeiro vários estabelecimentos de beneficência pública, chamou a atenção para a falta de verbas da instituição, criticando a Câmara Municipal de Lisboa por não cumprir a sua responsabilidade em relação à criação dos expostos e ao auxílio às mães através da concessão de subsídios de lactação. Apontava ainda que as autoridades administrativas não levavam a cabo as devidas intimações parentais¹⁹⁰. Também ele acreditava que devia existir uma estrutura combinada, conciliando os subsídios com a fiscalização, pois “fechada a roda *simplesmente*, a exposição, em lugar de ser feita em S. Roque, há de exercer-se às portas das igrejas, nas ruas ou nas praças públicas”¹⁹¹.

A opção de transição para um modelo que se pretendia de responsabilização parental e preventivo não foi unânime, havendo defensores de um caminho mais extremado, como foi o caso do deputado António Fructuoso Aires de Gouveia Osório, que defendeu a abolição da instituição em si. Tal como o mesmo referia “abolição radical. Como não desejo a pena de morte pela força, substituída por outra pena de morte, de outro modo, também não desejo a roda substituída por outra roda mais ou menos vigiada”¹⁹².

Como veremos, este debate culminou em 1862 com a intervenção do governo e a nomeação de uma comissão para estudar a situação e encontrar soluções. Esta propôs o fim do abandono anónimo e a sua substituição pela admissão ponderada e justificada, bem como a generalização da concessão de subsídios de lactação. Ou seja, as medidas reivindicadas pelos opositores à roda acabaram por ganhar forma de uma lei.

¹⁸⁹ CARVALHO, 1853, p. 568.

¹⁹⁰ *Gazeta Médica de Lisboa*, 1866, p. 615; RIO MAIOR, 1869, p. 35.

¹⁹¹ CONDE DE RIO MAIOR, 1869, p. 35.

¹⁹² AHAR, *Câmara dos Senhores Deputados*, 1867- n° 77, p. 1152.

2.3.3. O posicionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no debate

A discussão sobre a manutenção da roda anónima estava em curso e a necessidade de mudança no serviço de expostos constituía uma realidade à qual a própria Misericórdia de Lisboa não ficou indiferente. Em Janeiro de 1861 esta nomeou uma comissão, composta pelo director da Real Casa dos Expostos e pelos chefes da 1ª e 4ª repartições, para estudar os encargos com a administração dos expostos na instituição, cujo pensamento ia no mesmo sentido da (futura) comissão governamental nomeada em 1862, ainda que os argumentos fossem, por vezes, diferentes¹⁹³.

O balanço feito por esta comissão da misericórdia viria a ser público nos relatórios da mesa administrativa da instituição dos anos seguintes. Estes referiam que a Real Casa dos Expostos de Lisboa era arejada, com bons berços de ferro e um espaço de refeitório. Era prática obrigar-se as crianças a sair todos os dias e a passear no pátio, dando-se-lhes instrumentos para fazerem exercício físico. As amas já eram prontamente pagas nas suas localidades, o que contribuía para um aumento do número destas funcionárias¹⁹⁴.

Porém, este bom funcionamento não evitava a evocada necessidade de mudança no que dizia respeito à recepção indiscriminada de crianças e a qualquer hora. Os relatórios demonstram que a misericórdia considerava favorável a roda vigiada e a obtenção de informações sobre os actos de exposição e sua legitimidade. Acreditava que as elevadas exposições não se deviam à miséria, mas sim à própria roda dos expostos “que não só promove cada vez mais o abandono das crianças, mas até parece desculpá-lo, incutindo a ideia de que em semelhante acto nada há de repreensível, visto que a sociedade o aceita com indiferença”¹⁹⁵. Os melhoramentos feitos na instituição (quer no edifício, quer no que concerne à saúde e destino dos expostos), eram uma garantia para

¹⁹³ Refira-se que, a partir da década de 1860, a situação económica já deficitária da Misericórdia de Lisboa agravou-se, dada a desamortização do património não necessário à actividade pia e beneficente, medida que foi extensível a outras misericórdias. Não se tratava de uma apropriação estatal dos bens, mas sim da sua venda e aplicação do capital dela decorrente em títulos de dívida pública ou em papéis de crédito. Segundo Maria Antónia Lopes, esta medida teve efeitos negativos dado que, perante a ausência de comprador, o valor dos bens diminuía, tendo as propriedades sido vendidas ao desbarato. Nesta altura, os rendimentos e receitas da misericórdia da capital já eram, como sabemos, maioritariamente canalizados para o serviço de expostos. AHSCML, *Acta... n.º 6*, 21 de Janeiro de 1861, fls. 17-17v; PAIVA, vol. 7, 2008, pp. 88-89; SÁ, 2008, s.p..

¹⁹⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861, s.p

¹⁹⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 4.

os pais de sobrevivência dos seus filhos, conduzindo a um aumento do abandono, agravado pela facilidade de posterior recuperação das crianças¹⁹⁶.

A misericórdia da capital apoiava, assim, uma transição moderada, que passava pelo encerramento da roda franca. Os menores passariam a ser admitidos apenas durante o dia, acompanhados de um atestado passado pela autoridade administrativa que confirmava se a criança era ilegítima, de mãe residente em Lisboa e que não a podia manter consigo. Só mediante esta confirmação do poder local, o menor poderia dar entrada na instituição. A misericórdia considerava difícil a averiguação e confirmação posterior ao acto de admissão, crendo que a recepção provisória que lhe era inerente prolongaria a situação e nada alteraria¹⁹⁷.

Esta instituição acreditava ainda que os abandonos eram maioritariamente premeditados antes do parto e que, o facto de ocorrerem, sobretudo, durante o dia, reflectia a falta de admoestações e de alternativas de socorro. Era, portanto, necessária a concessão de subsídios de lactação, durante um ano, às mães pobres (de qualquer estado civil). Esta era uma medida aceite e recomendada, uma consequência necessária do encerramento da roda e, com ela, do fim do abandono anónimo. Não deveriam, contudo, coexistir os dois sistemas – roda e lactações -, como até então vigorava, pois dessa forma não diminuía as exposições.¹⁹⁸

Paralelamente, aos olhos da misericórdia, nenhuma destas medidas em prol da mudança e do fim da exposição legal vingaria sem que fosse levada a cabo uma estrita fiscalização da Real Casa dos Expostos de Lisboa, entregando esta função a pessoas habilitadas, nomeadamente, às autoridades administrativas locais.¹⁹⁹

Não obstante, a misericórdia da capital apontava dois possíveis problemas decorrentes do encerramento da roda. O primeiro residia no aumento dos infanticídios, pois o fim do anonimato levaria a que os pais procurassem outros meios para se “desembaraçarem” dos seus filhos. Já o segundo, consistia na necessidade de segredo em alguns casos. Relativamente ao primeiro, a instituição acreditava que a própria roda promovia o infanticídio, pois dificultava o conhecimento e a punição do crime, sendo

¹⁹⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861, s.p; *Relatório...*, 1862, pp. 3-4

¹⁹⁷ Segundo a Misericórdia de Lisboa, a substituição da roda pela admissão justificada tornaria desnecessárias as intimações às mulheres grávidas. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 5.

¹⁹⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 5.

¹⁹⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 5.

que eram deixadas crianças já mortas dentro deste mecanismo e que, mesmo que o menor fosse admitido com vida, era da consciência comum a elevada mortalidade dos expostos. Havia casos de infanticídio que eram ainda provocados por um estado de alucinação da mãe após o parto, a qual apenas pretendia esconder a sua vergonha. Relativamente ao segredo, a misericórdia concluía que, nos casos em que a mãe queria manter o sigilo relativamente ao abandono e, até mesmo, à gravidez, a exposição não era condenável, mas ressaltava a raridade dos mesmos²⁰⁰.

Em 1860-1861 era reconhecido, contudo, que não cabia à misericórdia introduzir qualquer alteração sem autorização superior (governamental)²⁰¹. Esta começaria a ganhar forma a partir de 1862, como veremos, com a nomeação da comissão para estudar o serviço de expostos no contexto nacional, acima referida. Assim, no relatório da Misericórdia de Lisboa de 1862-1863 é referido que “a nossa voz e os clamores de todas as juntas gerais de distrito foram enfim escutados, e que o governo de Sua Majestade dá presentemente a tão grave questão a importância que ela tem”. Caberia à misericórdia da capital “prestar à comissão (...) todos os esclarecimentos de que possa dispor, como também apresentar algumas reflexões sobre a matéria, sugeridas pela apreciação dos factos que ela diariamente presencia”²⁰².

Apesar de aguardar a iniciativa estatal, a Misericórdia de Lisboa procurou acompanhar a tendência nacional no combate às exposições. Exemplo disso foi a aplicação de uma medida (precoce) e particular que considerou bem-sucedida. Como já foi referido, oferecia-se às parturientes do Hospital de São José a condução da criança para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, por conta do hospital, caso assim o quisessem. Esta regalia findou em 1862, data em que as mães passaram a ser obrigadas a amamentar os seus filhos, levando-os consigo após o internamento. “Algumas, quando saem, efectuam provavelmente o abandono, mas outras haverá que já não enjeitem o filho começando a criar, e sobretudo cessou o escândalo de ser a exposição promovida por um estabelecimento de beneficência pública”²⁰³.

²⁰⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861, s.p; *Relatório...* 1865, p. 6.

²⁰¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1861, s.p.

²⁰² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 4.

²⁰³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1865, p. 5.

2.3.4. A comissão de 1862

Os motivos que levaram o governo em 1862 a nomear uma comissão para estudar o problema do serviço de expostos prendiam-se com o progressivo aumento do número de crianças abandonadas e da mortalidade destas, acompanhado por uma crescente despesa, que absorvia “uma grande parte das receitas dos municípios, impedindo-os assim de empreenderem os melhoramentos materiais e morais de que carecem”. Apontava-se ainda a má administração deste serviço em alguns distritos. Pretendia-se, portanto, a sua melhoria e uma diminuição da despesa que representava sem que aumentassem as exposições ou os infanticídios²⁰⁴.

A preocupação era justificada, tendo em conta que, em termos quantitativos, no ano económico de 1862-1863, foram abandonadas em Portugal 15 385 crianças, das quais 3 135 na Real Casa dos Expostos de Lisboa, correspondente a 20% do valor total. Nesta data, o número de expostos existentes no Reino totalizava os 52 552, 16 994 destes à tutela da Casa da Roda da capital (32%). Para além da verba que era destinada a estes últimos pelo município de Lisboa, refira-se que a misericórdia da capital despendeu mais 115 591 166 réis. Comparativamente, em 1864, em França, Estado de maiores dimensões e mais populoso, havia um exposto para 471 habitantes e um abandono por 13 nascimentos, enquanto em Portugal, contabilizava-se um exposto para 109 habitantes e uma exposição para cada oito nascimentos²⁰⁵.

O resultado dos trabalhos da comissão só em 1867 veio à luz do dia, acompanhando o decreto de 21 de Novembro de 1867. Tendo estudado a situação do serviço de expostos entre 1862 e 1866, a comissão concluiu que “um principio (...) deve

²⁰⁴ A comissão nomeada tinha como “presidente o conselheiro Vicente Ferreira Novais, juiz da relação de Lisboa, os vogais Geraldo José Braamcamp, adjunto da administração da misericórdia naquela cidade, João José Simas, médico do hospital de S. José, João Cardoso Ferraz de Miranda, secretário do conselho geral de beneficência” (AHAR, *Decreto de 17 de Junho de 1862*, p. 217).

No anexo ao decreto de 21 de Novembro de 1867 é referido que, por portaria de 10 de Janeiro de 1867, foram nomeados outros três vogais. De facto, os nomes que surgem no final do anexo a este decreto são, além do presidente Vicente Ferreira Novais e de Geraldo José Braamcamp, o Marquês de Sabugosa (D. António Maria José de Melo César e Meneses), Adriano de Abreu Cardoso Machado e João Ricardo Cordeiro Júnior (este último, como secretário), que, aparentemente, substituíram os membros da anterior comissão. AHAR, [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, pp. 899 e 903.

Destaque-se, neste contexto, o militante do Partido Histórico, António Maria José de Melo César e Meneses (1825-1897), que, entre outros cargos de relevo, foi governador do distrito de Lisboa (1862-1864, 1868-1868 e 1870) e enfermeiro-mor do Hospital de São José (cargo que correspondia ao principal administrador desta instituição). MÓNICA, 2005, vol. 2, pp. 899-901.

²⁰⁵ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro 1867*, pp. 882 e 888.

dominar toda a questão. É a responsabilidade imposta aos pais”. A roda era uma instituição moderna, mas, no entanto, as suas competências haviam sido alargadas, “tornando-se num convite público aos pais que quisessem desembaraçar-se dos filhos”, gerando abusos provocados, sobretudo, pela miséria²⁰⁶. Sendo o motivo dos abandonos a pobreza, ao governo não cabia criar os menores, mas sim auxiliar os pais no seu dever parental, concedendo-lhes um socorro nos primeiros tempos de criação. Impunha-se ainda o controlo e intimações das mulheres grávidas e viúvas para darem conta dos partos, medida que já estava a ser colocada em prática (em cumprimento do alvará de 18 de Outubro de 1806), demonstrando bons resultados e, quando feito com descrição, não levantando resistência da parte da população²⁰⁷.

Porém, na opinião da comissão, nenhum destes objectivos e medidas de imposição da responsabilidade parental e generalização dos subsídios de lactação, com vista à diminuição do abandono infantil, vingaria sem o encerramento das rodas (teria, até, um efeito contrário, levando a um aumento das exposições). Todavia, e tal como proposto pelos seus opositores, não se tratava do fecho das Casas da Roda, mudança que a comissão considerava ser demasiado “rápida e violenta”²⁰⁸. Pretendia-se, antes, substituir o mecanismo giratório que permitia a exposição anónima por hospícios de admissão vigiada antes do acto de acolhimento, modelo mais fácil e rigoroso, por contraponto às indagações após a admissão. Impunha-se, no entanto, um trabalho colaborativo com as autoridades para cumprimento do regulamentado, apesar de nem todos os governadores civis e juntas gerais de distrito concordarem com este novo modelo, pois não salvaguardava o segredo das mães²⁰⁹.

²⁰⁶ AHAR, [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, p. 892.

²⁰⁷ AHAR, [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, pp. 895-896.

²⁰⁸ AHAR, [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, p. 895.

²⁰⁹ A comissão colocou ainda como opção a indagação posterior ao acto de admissão, modelo adoptado em França e que estava igualmente em curso no distrito do Porto desde meados da década de 1860. Porém, considerou que a justificação anterior ao acolhimento era mais vantajosa, dada a maior facilidade na sua aplicação e o facto de ser mais rigorosa. Não descurou, no entanto, que se devia ter em consideração as circunstâncias de cada distrito na regulamentação do modelo de investigação inerente à admissão. AHAR, [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, pp. 896 e 901.

Sublinhe-se a participação da Misericórdia de Lisboa nesta comissão, pela nomeação como vogal do adjunto do provedor desta instituição. Quem ocupava este cargo era Geraldo José Braamcamp (1813-1877), que foi um grande opositor à roda²¹⁰.

Contudo, em 1863, existiam dois posicionamentos no seio misericórdia da capital, não podendo os partidários deste mecanismo “concordar por forma alguma na substituição das rodas pelos hospícios, que se querem das rodas pelo distrito de Lisboa, nem na maior parte das prescrições que tendem a coibir o abuso da exposição, por meio que não deixam de prometer piores consequências, ao menos enquanto uma prevenção policial, directa e decisiva, não der a conhecer até que ponto as mães e pais podem ser oportunamente constrangidos à observância das leis que os obrigam a alimentação dos filhos”. Os membros da mesa administrativa desta instituição eram nomeados anualmente, o que nos pode ajudar a justificar a emergência de uma nova opinião no âmbito do debate em torno do encerramento da roda dos expostos. De facto, o posicionamento desta facção é completamente divergente daquele que havia sido assumido pela comissão nomeada no início da década de 1860. Foi esta divergência no seio da Misericórdia de Lisboa que levou a que, em Fevereiro de 1863, Geraldo José Braampamp se tivesse demitido do seu cargo de adjunto do provedor desta instituição. Continuou, contudo, a integrar a comissão governamental nomeada para estudar o serviço de expostos²¹¹.

2.4. O gradual encerramento das rodas dos expostos

Culminando todo este processo, o decreto de 21 de Novembro de 1867 aboliu o carácter legal do abandono anónimo em Portugal e, com ele, as rodas dos expostos.

²¹⁰ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4562, liv. “Registo de Portarias e ofícios recebidos na secretaria do Conselho Geral de Beneficência”, 1863; SCML, 1995, p. 36.

²¹¹ ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4562, liv. “Registo de Portarias e ofícios recebidos na secretaria do Conselho Geral de Beneficência”, 1863.

Geraldo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e governador civil da capital, adjunto do provedor da misericórdia de Lisboa e provedor do asilo. Foi ainda fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo e presidente da Associação de Agricultura. Apoiante da causa liberal, desembarcou com D. Pedro IV (1826) no Mindelo e ficou ferido no cerco do Porto. Era irmão de Anselmo José Braamcamp (1817-1885), que foi membro do Partido Histórico (e, mais tarde, líder do Partido Progressista) e ministro do Ministério do Reino. É a assinatura de Anselmo José Braamcamp que consta no decreto que nomeia a comissão para estudar o serviço de expostos.

Em linhas gerais, as rodas dos expostos foram substituídas por hospícios, administrados pelas câmaras municipais, cabendo às juntas gerais de distrito designar as localidades do seu estabelecimento para recepção e criação das crianças expostas, abandonadas e indigentes. Os pais passaram a ter de se identificar e justificar o motivo subjacente à entrada do menor na instituição, a qual era ponderada, verificando-se a veracidade das declarações e a real necessidade de abandono. A ideia central passava pela responsabilização parental ou de outros familiares da criança²¹². Ainda assim, para além das admissões ponderadas, estas instituições recolheriam crianças expostas em locais públicos e enviadas pela autoridade administrativa ou pela polícia, cujos pais tivessem desaparecido. Eram também aceites filhos de pobres, presos ou degredados, com doença grave ou idade avançada; órfãs desamparadas; e, por fim, gémeas, tendo obrigatoriamente a mãe de criar um dos filhos²¹³.

Quaisquieres mulheres grávidas solteiras ou viúvas, podiam ser intimadas pelas autoridades administrativas da sua paróquia para darem conta do parto, confirmando-se que criavam o seu filho. Caso não o fizessem, as autoridades podiam investigar se a criança foi ou não abandonada, verificando se houve crime e, em caso positivo, avançando judicialmente. Relativamente às mulheres grávidas recatadas, manteve-se a possibilidade de entrega confidencial dos filhos ilegítimos durante o período de lactação, “quando seja reconhecido que os não podem criar sem perigar a reputação delas e não tenham meios para pagar a criação no hospício”²¹⁴. Os menores de pais incógnitos

²¹² De acordo com o decreto de 21 de Novembro de 1867 (e segundo o código civil), os pais e mães eram obrigados a criar e educar os seus filhos, fossem eles legítimos ou ilegítimos, de filiação comprovada. Na carência de meios para tal, esta incumbência recaía nos seus ascendentes e, perante impossibilidade destes últimos, nos irmãos legítimos. Caso os menores não tivessem pai, mãe, avós ou irmãos “são obrigados a alimentá-los até à idade de dez anos quaisquer outros parentes até ao décimo grau, preferindo os mais próximos” (AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, p. 883). AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, pp. 882-883.

²¹³ Os regulamentos dos hospícios eram distritais. Na designação dos locais para o seu estabelecimento as juntas gerais de distrito deviam ter em consideração as distâncias e dificuldades de comunicação, a importância da população e o movimento que, até então, as rodas tinham.

Os hospícios dividiam-se em quatro secções: crianças expostas, abandonadas e indigentes; criação paga pelos pais ou outro parente; creches; e, enfermarias de maternidade. Neste último caso, as parturientes só podiam ser admitidas no nono mês de gravidez (excepto em casos de urgência), sendo obrigadas a criar os seus filhos (salvo absoluta impossibilidade). Cabia às grávidas pagar uma quota, mas em casos de extrema pobreza o serviço prestado seria gratuito.

Refira-se que a tutela dos hospícios apenas se prolongava até aos sete anos de idade. A partir de então o decreto previa que a administração dos expostos passava para a comissão de beneficência pupilar. No caso concreto de Lisboa, como já foi referido, a Real Casa dos Expostos tutelava crianças até à idade da sua emancipação. AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, pp. 880-886.

²¹⁴ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, p. 883.

podiam ainda ser levados para a instituição por pessoas estranhas, ficando o expositor civil e criminalmente responsável pelas declarações prestadas²¹⁵.

Este decreto não descurava ainda a vigilância dos casos de abandono e a inspecção das crianças à tutela dos hospícios. Se uma criança fosse exposta fora da instituição, cabia às autoridades administrativas ou policiais prestar os socorros necessários, inclusive, procurar reconhecer os autores do acto. No caso dos menores cuja criação estava entregue aos hospícios, cada concelho deveria ter um registo das crianças aí dadas a criar, cabendo aos médicos e cirurgiões de partido concelhios, pelo menos uma vez em cada três meses, inspecionar o estado destes menores, tratando igualmente as amas e os abandonados em caso de doença²¹⁶.

Já os subsídios de lactação, concedidos a mulheres desamparadas ou pobres, deviam ser requeridos pela pessoa interessada, determinando as juntas gerais de distrito o número de pensões a ser concedidas. Estas podiam ser atribuídas apenas durante a fase de lactação ou, excepcionalmente, até aos quatro anos, ficando o hospício com livros de registo indicativos das declarações apresentadas no acto de atribuição do subsídio, informações sobre o estado de a saúde da criança e sobre a ama a quem foi entregue. Também as subsidiadas eram sujeitas à vigilância das autoridades administrativas e do próprio hospício²¹⁷.

Por fim, refira-se que, no que diz respeito à cidade de Lisboa, nomeadamente, à Real Casa dos Expostos da sua misericórdia, o decreto de 1867 determinou que esta manteria a tutela da criação dos abandonados na capital (não havendo a sua transição para a câmara municipal) e que “a supressão porém da *roda* deste estabelecimento dependerá de ulterior decreto do governo”²¹⁸.

De facto, este decreto foi inovador nas medidas decretadas apenas no que diz respeito à admissão justificada e ao policiamento nas instituições e em torno das mesmas. As restantes iniciativas, nomeadamente, a declaração de gravidez de mulheres não recatadas e a concessão de subsídios de lactação já eram práticas comuns, ainda que tenham sido aplicadas de forma mais intensa nesta altura²¹⁹.

²¹⁵ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, pp. 883 e 886.

²¹⁶ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, pp. 885-886.

²¹⁷ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, pp. 884-886.

²¹⁸ AHAR, *Decreto de 21 de Novembro de 1867*, p. 885.

²¹⁹ LOPES, 2002, p. 16.

O decreto de 1867 foi revogado a 14 de Janeiro do ano seguinte, no contexto da Janeirinha, “não podendo por isso subsistir aquele regulamento, até porque estão as suas prescrições em desacordo com a legislação administrativa e penal vigente”²²⁰. No entanto, o movimento de mudança na admissão dos expostos já estava em curso mesmo antes da promulgação do decreto de 1867, o que revela a insustentabilidade do modelo até então vigente e a mudança de atitude face ao abandono anónimo, sendo a sua substituição apoiada pelas juntas gerais de distrito. Durante a década de 1860, as rodas já haviam sido substituídas por hospícios de admissão controlada e ponderada nos concelhos rurais de Lisboa, em Aveiro, no Porto e em Leiria. Já durante os anos 70, a roda foi suprimida em Coimbra, Évora, Viseu, em alguns distritos açorianos e, como veremos de forma mais aprofundada, na cidade de Lisboa (1870). Segundo Maria Antónia Lopes, grosso modo, “o movimento de extinção das Rodas na Europa situa-se entre 1850 e 1880”²²¹. Todavia refira-se que, não obstante esta tendência, houve regiões onde o decreto de 1867 nunca chegou a ser aplicado.

2.4.1. O fim do abandono anónimo infantil na capital

Em Lisboa, o abandono anónimo crescia, em parte, dado o encerramento de outras rodas dos expostos do Reino, sobretudo, das mais próximas da capital. Data de 1863 a portaria do Ministério do Reino que refere, no distrito de Lisboa, ter-se “atingido a espantosa proporção de um abandono em três nascimentos”. Propunha-se aí a substituição do abandono anónimo pela concessão de um subsídio temporário, “o qual, assegurando às crianças uma família e os cuidados da mãe, moraliza esta em vez de favorecer o vício e a desordem, reduz a mortalidade daquelas, no primeiro ano, de 50 a 30 por cento proximamente, e poupa além disso aos municípios mais avultadas despesas”²²². Defendia-se, assim, a substituição da roda pela admissão justificada, criando-se hospícios e generalizando-se os subsídios de lactação, entre outras medidas, tal como haveria de ser proposto pela comissão nomeada pelo governo. Desta forma, na maioria dos concelhos do distrito de Lisboa, a roda anónima findou a partir de 1864, mas não na capital. Contudo, a Misericórdia de Lisboa criticava esta supressão por não ter

²²⁰ AHAR, *Decreto de 14 de Janeiro de 1868*, p. 92.

²²¹ LOPES, 2002, p. 17.

²²² AHAR, *Portaria de 16 de Novembro de 1863*, p. 575.

sido acompanhada da criação de hospícios em zonas centrais e da concessão de socorros às mães²²³. Como veremos na segunda parte deste estudo, no capítulo referente à evolução quantitativa do abandono na capital, no ano económico de 1850-1851 a Real Casa dos Expostos de Lisboa recebeu 2 401 crianças abandonadas. Ano após ano, este valor cresceu, chegando aos 2 901 menores em 1869-1870²²⁴.

Em 1869, a Misericórdia de Lisboa refere “os tristes resultados da falta de meios para sustentar os melhoramentos do serviço dos expostos” e “ver próximo o momento em que uma urgente necessidade há-de obrigar à anulação da maior parte das providências que com tão bom êxito adoptara”. Esta situação calamitosa, exigiu um auxílio governamental extraordinário de cerca de 3 000 000 réis, montante que, no entanto, estava muito abaixo dos gastos da instituição. No final da década de 1860, para poder pagar os salários às amas, a misericórdia estava a sacrificar o pagamento a fornecedores, legatários, de dotes e outros encargos do estabelecimento, o que criara uma dívida que ascendia a cerca 13 0000 000 réis. Era então já colocada em causa a possibilidade de saldar os vencimentos das amas dentro de poucos meses, o que geraria uma acumulação de crianças na Casa da Roda e a sua conseqüente mortalidade²²⁵.

Por este motivo, a misericórdia solicitou ao governo uma rápida solução e providências em nome da caridade pública. A resposta viria consagrada no decreto de Julho de 1870, que concedeu à Real Casa dos Expostos de Lisboa, durante um ano, 2,5% do imposto de selo sobre os prémios das lotarias. Não obstante esta ajuda, a misericórdia considerava necessário que este apoio se tornasse permanente. O valor pago pela Câmara Municipal de Lisboa e os auxílios prestados pelo governo eram insuficientes

²²³ Segundo a Misericórdia de Lisboa, a 30 de Junho de 1866, a junta geral do distrito de Lisboa mandou fechar as rodas dos concelhos a ela subordinados, impondo como excepção a capital. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1868, p. 3; *Relatório...*, 1871, p. 3.

²²⁴ Não obstante, a aprovação do *Regulamento Distrital sobre a Administração dos Expostos* data apenas de 1879, pretendendo-se que se iniciasse a sua execução no ano seguinte e revogando o regulamento de 13 de Julho de 1870. Este excluí, logo no seu primeiro artigo, o contexto da capital ao determinar que “em cada um dos concelhos do distrito de Lisboa, excluindo a capital, haverá um hospício destinado a receber as crianças, que, nos termos deste regulamento, ali possam ser admitidas” (*Regulamento distrital...*, 1879, p. 3). AHAR, *Portaria de 16 de Novembro de 1863*, pp. 575-577; [anexo ao] *Decreto de 21 de Novembro 1867*, p. 896; *Regulamento distrital...*, 1879, p. 3; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1870, p. 3; REIS, 2016, p. 60.

²²⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 3.

No ano económico de 1870-1871, para atrair um maior número de amas, a Misericórdia de Lisboa passou a dar-lhes uma ajuda para a sua jornada, pagando-lhes 50% do transporte em caminho-de-ferro, e criou ainda um sistema para pagamento de medicamentos em Leiria. Desta forma, atraía amas que considerava serem de zonas mais salubres. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 3; *Relatório...*, 1871 (2), pp. 4-5.

considerando que, no ano económico de 1870-1871 a despesa com o serviço de expostos era de cerca de 119 247 723 réis²²⁶.

Em Agosto de 1870 uma nova mesa administrativa tomou posse na Misericórdia de Lisboa, tendo como provedor o já referido Conde de Rio Maior²²⁷. Continuavam latentes as críticas à exposição de menores vindos de outros concelhos, à entrada de crianças crescidas na roda dos expostos, à possibilidade de abandono a qualquer hora do dia e, ainda, o enorme prejuízo financeiro que a manutenção da roda franca representava, aliada a uma diminuição progressiva do lucro das lotarias nacionais²²⁸. Não seria o encargo financeiro um elemento absolutamente determinante e de grande peso neste momento de mudança?

Para resolver estes problemas, esta nova mesa propunha que a roda, posicionada na fachada da instituição, virada para a rua e de fácil acesso, transitasse para o seu interior. Colocava ainda a hipótese de restrição dos abandonos ao período diurno, ficando no local de receção um empregado, responsável por evitar a exposição de crianças crescidas e por apontar as declarações (tais como possíveis filiações) das recoveiras,

²²⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, pp. 4-5; *Relatório...*, 1871 (2), pp. 3-4.

²²⁷ O Conde de Rio Maior havia-se tornado adjunto do provedor aquando da demissão de Geraldo José Brancaamp. A tomada de posse como provedor coincidiu com a descoberta de irregularidades no serviço do director do Hospital dos Expostos (responsável pela gerência económica da Casa da Roda), Luís Paulo Basto. Existiam reclamações da parte de fornecedores de géneros, amas internas e outros funcionários de vários estabelecimentos que referiam não estarem a ser pagos. Estas queixas culminaram na suspensão de Luís Paulo Basto, definindo-se que, no prazo de 15 dias, devia apresentar as contas. Foram ainda nomeados dois empregados para analisarem minuciosamente a situação. O ex-director acabou por ser dado como desaparecido, tendo a misericórdia solicitado ao governador civil de Lisboa que o procurasse. Vários foram os candidatos a este cargo, mas a preferência recaiu em António Júlio Guimarães, proposto pelo provedor. O novo director ficava, a partir de então, autorizado apenas a pagar pequenas despesas.

Esta nova mesa liderada pelo Conde de Rio Maior era reformista, dada a substituição não só do director, como também da regente (responsável pela disciplina e boa ordem). Este julgava que a anterior regente não era a pessoa mais indicada, procurando outra destinada a este ofício. "O Sr. Provedor disse que da nomeação de um bom director e de uma boa regente dependia seguramente o regular andamento dum estabelecimento que devia merecer a mais séria atenção" (AHSCML, *Acta...* n.º 7, 8 de Agosto de 1870, fl. 101v). Paralelamente, o novo provedor aumentou os salários de várias funcionárias, tais como a regente ou a mestra de escrita, de modo a findar com as gratificações em géneros ou dinheiro. A outros funcionários, que viram as suas funções crescer, o Conde de Rio Maior também aumentou os vencimentos. Tendo ainda constatado que eram dadas gratificações a expostas que não estavam inscritas nas folhas dos funcionários, mas que cumpriam serviços permanentes, procurou findar com esta irregularidade passando-se considerá-las empregadas da instituição. AHSCML, *Acta...* n.º 7, 8 de Agosto de 1870, fls. 99v-101v; 9 de Agosto de 1870, fls. 100-100v; 13 de Agosto de 1870; fls. 100v-101v; 17 de Agosto de 1870, fls. 102-102v; 20 de Agosto de 1870, fl. 104; 27 de Agosto de 1870, fl. 107v-108.

²²⁸ Relativamente à entrada de crianças crescidas refira-se, por exemplo, o caso ocorrido em 1854 em que o padre tesoureiro encontrou debaixo de um dos púlpitos da igreja da Misericórdia de Lisboa uma criança de três anos e oito meses, que ia acompanhada por um bilhete onde era referido que o seu nome era Emília. AHSCML, *Acta...* n.º 4, 31 de Agosto de 1854, fl. 26v.

mulheres pagas pelos expositores para transportarem os abandonados até à Casa da Roda²²⁹.

Estas medidas foram aprovadas por portaria de Setembro do mesmo ano. Pretendia-se assim reprimir os abusos cometidos na roda e reduzir a despesa, “evitando que uma instituição respeitável se transforme em incentivo ao desregramento dos mais sagrados deveres”, dada a generalização da exposição de crianças vindas de fora da capital “trazidas por mulheres que disso fazem sua habitual profissão” e de menores com mais idade, muitos deles já mortos, escondendo vestígios do crime de infanticídio. Previa-se, assim, a possibilidade da Misericórdia de Lisboa criar um novo regulamento do serviço de expostos, aplicando as medidas propostas²³⁰.

Não obstante a aprovação governamental datar de Setembro, logo nos primeiros dias do mês de Agosto as actas da mesa administrativa da Misericórdia já referiam “o mau efeito que produz a colocação da roda dos expostos na parte exterior do edifício”, tendo-se solicitado ao mestre de obras um orçamento para a sua alteração²³¹. O provedor, Conde de Rio Maior, pretendia “resguardar a roda dos expostos”, evitando os abusos²³². As obras iniciaram-se em Outubro e, no final de Novembro, decidiu-se anunciar publicamente as horas a que a roda ficaria, de futuro, acessível, já não havendo a possibilidade de abandono durante a madrugada - na época de Verão, estava aberta das 6h30 às 22h e, no período de Inverno, das 7h às 21h²³³.

O abandono anónimo infantil viria a findar na capital a 1 de Dezembro de 1870. Segundo a misericórdia, a mudança foi levada a cabo “sem quase contratemplos, sempre inerentes às melhores obras da natureza humana”²³⁴. Não obstante, a notícia sintética publicada no *Diário de Notícias* relativa a este acontecimento, apesar de remetida para a segunda página do jornal, faz ressaltar uma manifestação de desagrado perante esta mudança na política de acolhimento ao relatar um caso de infanticídio - “ontem apareceu uma criança recém-nascida exposta à porta da escada nº 129 da rua da Atalaia, [sic] lançado ali, já de dia, o cadáver. Estava de mãos postas e amortalhado nuns trapos-

²²⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1871 (2), pp. 3 e 5; SCML, 1998, p. 125.

²³⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1871 (2), pp. 3 e 5; SCML, 1998, p. 125.

²³¹ AHSCML, *Acta...* n.º 7, 6 de Agosto de 1870, fl. 99.

²³² AHSCML, *Acta...* n.º 7, 10 de Agosto de 1870, fls. 104-104v.

²³³ AHSCML, *Acta...* n.º 7, 8 de Outubro de 1870, fl. 111; 5 de Novembro de 1870, fl. 115v; 23 de Novembro de 1870, fl. 117.

²³⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1871 (2), p. 3.

brancos; era muito claro, e não apresentava sinais de violência. A autoridade fez levantar os autos respectivos, e mandou remover o cadáver para se lhe dar sepultura”²³⁵.

Três dias após o fim do abandono anónimo legal foram aprovadas as instruções regulamentares para vigilância e policiamento em torno e na instituição. A admissão de crianças passou a ser feita durante o dia, numa sala específica para este processo onde se encontrava o fiscal da roda, cargo instituído pelas referidas instruções. Este funcionário redigia o registo de entrada do menor, fazia o inquérito às recoveiras ou outro apresentante sobre a residência e filiação dos abandonados, colocava o colar provisório no novo tutelado e entregava-o à rodeira, que lhe fornecia os primeiros cuidados ao entrar na instituição²³⁶.

2.4.1.1. Problemas e soluções após o fim do abandono anónimo infantil na capital

A Misericórdia de Lisboa foi confrontada com vários problemas após o fim do abandono anónimo infantil a 1 de Dezembro de 1870. Alguns destes afectavam todo o Reino, outros eram particulares, derivados das características de uma grande cidade e do enorme volume de expostos que eram levados à instituição, quer provenientes do concelho de Lisboa, quer, como vimos, dos concelhos vizinhos. Perante esta situação, várias foram as soluções encontradas pela misericórdia, que se reflectiram na aplicação de medidas particulares, adequadas às características da capital e do abandono que nela se praticava.

²³⁵ *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1870, s.p.

²³⁶ Em 1873 ficou determinado que nos dias não santificados a sala de recepção passaria a fechar pelas 16h e aos Domingos e dias santificados, pelas 14h. Já em 1882, determinou-se o seu completo encerramento aos Domingos e dias santificados, dado que não havia então despacho dos pedidos de admissão e já estando providenciada a entrada dos menores encontrados abandonados pelas autoridades.

Refira-se que, no entanto, a Misericórdia de Lisboa considerava que só deviam ser recebidas crianças em tenra idade, pois o abandono de um exposto com mais de seis meses não se devia ao facto da mãe ser encoberta, mas era sim um acto criminoso, devendo ser remetido ao governador civil. AHSCML, *Acta...* n.º 7, 4 de Dezembro de 1870, fls. 119-119v; *Acta...* n.º 8, 8 de Março de 1871, fl. 5v; *Acta...* n.º 9, 10 de Junho de 1873, fl. 155; *Acta...* n.º 12, 14 de Outubro de 1882, fls. 181-181v; SCML, 1998, p. 125.

2.4.1.1.1. Os resquícios de abandono anónimo e a cooperação policial

Apesar de, no imediato fim das exposições anónimas na roda, não ter havido um acréscimo do abandono em locais públicos, a situação não se manteve— “e se a Santa Casa aceita sem hesitar as crianças que não têm pais nem protectores segundo a lei, se aceita os filhos dos pais miseráveis, se aceita com as devidas precauções contra o embuste as crianças dos partos encobertos, que motivos podem justificar as exposições nas ruas?”. Neste sentido, a Misericórdia de Lisboa “começou por pedir a continuação mais eficaz do auxílio policial. Embora as escadas dos prédios em Lisboa sem luz nem porteiros protejam o crime, é sempre difícil obter a sua impunidade, se o empregado de polícia (...) for vigilante, estiver habilmente localizado, e possuir a estima, a confiança, o concurso de toda a gente honrada”. O que, efectivamente, a instituição pretendia era que fossem denunciados e investigados os casos de abandono, procedendo-se judicialmente contra os infractores reservando para si, em última instância, o poder de controlo social, ainda que indirecto²³⁷.

Mas não eram só as forças policiais que, instigadas pela misericórdia, participavam nesta luta contra o abandono de crianças. Refira-se o caso ocorrido em 1872, em que Maria José da Conceição (moradora na Rua de São João dos Bem Casados), recebeu 4 500 réis pelo serviço que prestou ao denunciar os autores do abandono de uma criança na escada da Rua Nova do Carvalho, nº 16, prestando ainda declarações a esse respeito²³⁸.

Numa fase inicial após o fim do abandono anónimo, não havia um valor definido de gratificação. Se existem referências à atribuição de 4 500 réis a polícias e civis pelas denúncias, também se refere o pagamento de 7 000 ou 9 000 réis somente a polícias, este último valor sendo excepcional e estando associado ao seu zelo e bom serviço²³⁹. Foi em 1872 que a misericórdia propôs ao governador civil de Lisboa a concessão de prémios de 20 000 réis “a quem auxiliando a autoridade revelasse à polícia os culpados autores de tais delitos”. O aumento do valor desta gratificação está associado ao sucesso da cooperação entre a misericórdia e as forças policiais — “e na verdade a experiência não

²³⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 6.

²³⁸ AHSCML, *Acta...* nº 9, 20 de Março de 1872, fl. 71.

²³⁹ AHSCML, *Acta...* nº 10, 21 de Janeiro de 1872, fl. 5; 13 de Maio de 1875, fl. 167-167v.

foi estéril, porque os abandonos não aumentaram”. Simultaneamente, a Misericórdia de Lisboa revelava não terem crescido o infanticídio e/ou o aborto²⁴⁰.

A decisão de aumento das gratificações a polícias foi precoce, pois a concessão só surge nas actas da mesa administrativa da misericórdia em 1876. Foram, assim, atribuídos 20 000 réis ao polícia Henrique Lemos, por ter descoberto os autores do abandono de uma criança durante a noite (19h15) do dia 12 de Janeiro, na escada nº 102 da Praça Dom Pedro. Neste caso particular, a misericórdia não procedeu judicialmente contra os autores, nomeadamente, a mãe da criança, por se saber que era muito infeliz e sustentada pelos irmãos. Esta não queria que estes soubessem que tinha exposto uma criança em espaço público para não deixar de receber o seu auxílio²⁴¹.

Apesar dos casos de sucesso, quer no que concerne à descoberta dos expositores, quer ao desencadear dos respectivos processos judiciais, a misericórdia reconhecia a dificuldade de actuação dos agentes de autoridade dada a inexistência de um registo civil dos nascimentos. Não obstante este entrave, vários foram os polícias que, a troco do referido prémio procuraram cooperar com a Misericórdia de Lisboa na descoberta e penalização dos expositores. Do levantamento feito das actas da mesa administrativa da instituição, contabilizaram-se 55 registos de investigação do abandono em espaços públicos entre 1872-1909. Estes eram levados a cabo, sobretudo, em escadas de prédios, embora se destacassem outros locais, como igrejas (nomeadamente, a Sé e São Domingos), pátios ou a própria porta da Real Casa dos Expostos de Lisboa. As investigações foram feitas, sobretudo, por membros da Polícia Civil de Lisboa (embora também existam casos descobertos por funcionários da Polícia de Investigação Judiciária e Preventiva, já após a sua criação no final do século XIX). Estes concluíram que as crianças eram abandonadas pelas mães ou outras mulheres, que podiam ser parentes do menor ou simples recoveiras e que, todavia, não estavam identificadas como tal. Deste total de 55 casos identificados, 33 deram origem a processos judiciais e, destes, 32 tiveram condenação do expositor. Contudo, apenas conhecemos a sentença de dois casos. Um, em que a criança tendo sido abandonada pela mãe (cujo nome não consta da documentação), pela sua pobreza, não teve de pagar a criação, tendo tido uma pena de dois meses. No outro caso, sabe-se que a expositora, Maria de Jesus, teve de pagar uma

²⁴⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 6.

²⁴¹ AHSCML, *Acta...* nº 11, 25 de Fevereiro de 1876, fl. 23.

multa de 15 dias, custas e selos do processo, tendo ainda ficado em prisão correccional durante 30 dias²⁴².

Refira-se que, neste contexto, o polícia que mais se destacou foi Jacob da Fonseca, que entre 1881-1893 descobriu nove expositoras. Nascido em Vilarinho (concelho de Mondim, distrito de Viseu), era solteiro, filho de António da Fonseca e Joaquina Maria e com uma estatura de 1,64 metros, olhos, cabelo e barba castanhos, nariz e boca de tamanho regulares, rosto redondo e cor natural. Era lavrador de ocupação à data do alistamento na Polícia Civil de Lisboa, em 1877, tendo sido chefe da primeira divisão. Havia ainda sido cabo da infantaria nº 2. Passou à classe dos aposentados em 1893, ano em que identificou os seus últimos expositores²⁴³. Coube a este polícia a descoberta de um exposto na Rua da Barroca, freguesia da Encarnação, a 15 de Maio de 1892, o qual tinha sido abandonado pela sua mãe que, como referido anteriormente, “teve uma condenação de dois meses de prisão sem custas por ser pobre”²⁴⁴.

Como mencionado, para além do auxílio policial, a Misericórdia de Lisboa tinha ao seu serviço civis. Neste contexto, destacou-se a dona de uma hospedaria, Maria José Esteves, onde as grávidas ficavam por não terem domicílio, o que nos leva a questionar se seriam de fora de Lisboa ou criadas de servir residentes em casa de outrem. Também Gertrudes da Conceição (moradora na Rua da Atalaia, nº 220, 2º andar), Francisca Antónia da Costa (residente na Rua de Santo Estevão, nº 109, 5º andar) ou José Augusto Menezes, polícia civil nº 70 da 2ª divisão, acomodavam e sustentavam em sua casa grávidas. Qualquer um destes recolhia informações valiosas sobre estas mulheres, informando a misericórdia sobre se estavam ou não a considerar abandonar os seus filhos após o parto, serviço pelo qual recebiam gratificações²⁴⁵.

²⁴² AHSCML, *Acta... nº 9 a Acta... nº 17*, 1872 a 1909.

Refira-se que, comparativamente, Susana Serpa Pinto apenas identificou três casos de abandono em espaços públicos após o encerramento da roda dos expostos na ilha de São Miguel, nos Açores (onde entre 1837 e 1862 existiram entre 6 e 11 estruturas deste tipo). Segundo a mesma, a “extinção das rodas (...) causou um relativo desorte a quem expunha” (SILVA, 2012-b, p. 463).

²⁴³ ANTT, Corpo da Polícia Civil de Lisboa, *Livro de matrícula...*, 1877, matrícula nº 70.

²⁴⁴ AHSCML, *Acta... nº 15*, 28 de Julho de 1892, fl. 61v.

²⁴⁵ AHSCML, *Acta... nº 10*, 9 de Julho de 1875, fls. 192-192v; 10 de Agosto de 1875, fl. 204v; 4 de Setembro de 1875, fl. 214; 4 de Outubro de 1875, fl. 230; *Acta... nº 11*, 21 de Junho de 1876, fl. 71; 3 de Julho de 1876, fl. 77; 18 de Agosto de 1876, fl. 101; 23 de Dezembro de 1876, fl. 153; 11 de Janeiro de 1877, fl. 159

Desta forma, verificamos que a Misericórdia de Lisboa tinha uma estrutura montada de informadores ao seu serviço, que a troco de uma gratificação se prestavam à investigação e descoberta dos expositores visando aquela instituição, por esta forma, findar com os resquícios de abandono anónimo em locais públicos. Apesar de termos considerado consultar documentação relativa aos processos judiciais e condenação dos expositores no Arquivo Nacional Torres do Tombo, verificámos que a forma como esta estava organizada era de difícil (se não mesmo impossível) análise, inviabilizando o aprofundamento deste tema. Não obstante, os dados recolhidos das actas da Misericórdia de Lisboa são suficientes para compreender que estes casos de abandono não passavam impunes, havendo uma estrutura montada e articulada, sobretudo, com a Polícia Civil de Lisboa, cuja acção bem-sucedida se traduz numa diminuição da referência na mesma fonte ao abandono em locais públicos ao longo do tempo. Conclui-se, portanto, que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa reforçava o seu papel como polícia de costumes e no controlo social após o fim das exposições anónimas na capital, condicionando esta prática que, como vimos, se havia massificado ao longo de grande parte de Oitocentos.

2.4.1.1.2. As falsas declarações das recoveiras

Na fase inicial após o fim do abandono na roda, o desejo de “investigar as causas dos abandonos, examinando o direito com que eles se praticavam e acudindo eficazmente com o subsídio às mães, quando a miséria os legitimasse”, revelou-se demasiado ambicioso, dado que nem sempre as investigações visando a identificação parental foram frutíferas. Era frequente serem recoveiras a levar as crianças até à instituição, as quais eram suspeitas de prestar falsas declarações quanto à legitimidade dos menores, à sua filiação e residência dos pais, dizendo ainda que se tratava de crianças encobertas. Só no dia seguinte o fiscal confrontava estas informações com os visitantes, responsáveis por verificarem periodicamente o tratamento dado aos expostos ao cuidado das amas e o seu estado de saúde e, neste caso particular, confirmarem as declarações prestadas. As recoveiras chegavam mesmo a continuar a levar para a Real Casa dos Expostos de Lisboa abandonados de fora da capital, declarando terem procedência oculta²⁴⁶. Este abuso, conduziu a que, a partir de Abril de 1871, a misericórdia passasse a exigir-lhes, ou a

²⁴⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), p. 7.

qualquer outro apresentante de uma criança, um documento comprovativo da sua identidade, responsabilizando-os pelas declarações prestadas. A partir de Junho do mesmo ano passou a ser obrigatório que fossem portadoras de um atestado da sua identidade e de outro que comprovasse que as mães das crianças a serem admitidas residiam em Lisboa²⁴⁷.

Contudo, dada a continua dificuldade de controlo da legitimidade das admissões e a persistência de abusos, a partir de Setembro de 1871, alterou-se o modelo de recepção. As declarações prestadas pelas recoveiras passaram a ter de ser feitas antes de levarem a criança para a instituição, permitindo aos visitantes terem tempo para as confirmar e solicitar esclarecimentos. Desta forma, o processo passou a ser o seguinte: a recoveira dirigia-se ao fiscal da roda, sendo aberta matrícula e prestando as declarações e esclarecimentos. Ao final da tarde, aquando do encerramento do local de recepção, o fiscal distribuía pelos visitantes de distrito uma cópia das notas obtidas, confirmando estes últimos as informações prestadas e procurando novos dados. No dia seguinte, o visitante escrevia a informação recolhida na matrícula e, estando reunidas as condições de admissão, o oficial-maior, enquanto representante da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa, autorizava a admissão do exposto, passando uma guia à recoveira para que fosse buscar ao regedor e ao pároco os atestados de identidade da apresentante e de residência da mãe. Por esta via, a misericórdia passou a reger-se pelo regulamento aplicado no distrito de Lisboa, no que a este aspecto dizia respeito²⁴⁸.

Refira-se, no entanto que, quanto às mães encobertas, nomeadamente, àquelas que não pretendiam identificar-se, a etapa de apresentação de atestados de identidade e residência materna não se aplicava. Cabia à recoveira assinar um termo no comissariado da polícia de forma a confirmar que a criança era filha de mulher recatada. Nas actas da mesa administrativa da Misericórdia é relatado o caso de uma recoveira que, em sete meses, levou para a instituição 47 expostos, 24 dos quais encobertos. Perante a aplicação desta medida o número dos menores encobertos diminuiu para dois em 21 exposições num período de três meses²⁴⁹.

²⁴⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 7-9.

²⁴⁸ AHSCML, *Acta...* n.º 8, 16 de Agosto de 1871, fl. 38v.

²⁴⁹ AHSCML, *Acta...* n.º 8, 8 de Março de 1871, fl. 6; 5 de Abril de 1871, fls. 8-8v.

Com estas iniciativas a misericórdia pretendia que, efectivamente, só fossem admitidas crianças provenientes da capital cujas mães não tivessem meios para as criar, bem como os abandonados filhos de encobertas com legitimidade para tal.

2.4.1.1.3. Os subsídios de lactação

Logo em Dezembro de 1870, a Misericórdia de Lisboa defendia que os subsídios de lactação eram, não só uma “medida humanitária, mas até mesmo económica”, que permitia contrariar o elevado abandono e apelar à responsabilidade parental. Optou por não estabelecer de imediato um regulamento para a sua concessão, mas apenas breves instruções²⁵⁰.

O auxílio mensal de 1 600 réis, durante um ano (ao qual se somava o acesso a cuidados médicos e farmacêuticos domiciliários), podia ser solicitado indiscriminadamente por mães solteiras ou casadas (sendo que, frequentemente, noutras partes do Reino, estas últimas eram excluídas deste tipo de apoio), devendo ser pobres e/ou não ter leite suficiente. Cabia aos visitantes apresentarem uma relação do estado civil dos pais, da sua pobreza e da capacidade de amamentar o filho. Eram, assim, atribuídos subsídios: a crianças reclamadas no período de um ano; filhos gémeos menores de um ano de pais indigentes; crianças cuja mãe tivesse falecido durante a lactação e o pai já não existisse ou estivesse impossibilitado de pagar a uma ama; filhos de pais pobres, cuja mãe tivesse sido abandonada pelo marido ou cujo pai não conseguisse sustentar a sua criação; menores cujo pai estivesse preso, sendo a mãe pobre; e, por fim, filhos de mães pobres, estando o pai degredado. O pedido de concessão deste apoio devia ser feito até aos vinte dias da criança (apesar de se poder considerar a concessão até o menor ter um mês)²⁵¹.

²⁵⁰ AHSCML, *Acta...* n.º 7, 21 de Dezembro de 1870, fl. 124.

²⁵¹ Se se reconhecesse haver probabilidade de uma mãe ir buscar o seu filho à instituição, mediante a concessão de um subsídio, estas crianças deviam ser dadas a amas residentes em Lisboa ou outras não longe da capital, devendo tais casos ser indicados nos bilhetes de filiação dos expostos. Previa-se igualmente que, conhecendo-se os pais dos abandonados, estes permanecessem quatro dias na Real Casa dos Expostos de Lisboa, a contar da data da sua exposição, sendo facilitada a recuperação parental caso os pais assim o quisessem.

O valor dos subsídios de lactação diminuiu ao longo do tempo. Se em 1884 era de 1 500 réis mensais, a partir de 1892 as novas subsidiadas passaram a receber 1 200 réis por mês. Já os viúvos que até então recebiam 3 000 réis, passavam a receber 2 400 réis. AHSCML, *Acta...* n.º 7, 28 de Dezembro de 1870,

Para candidatura a este apoio a requerente devia colocar numa caixa o pedido e os seus fundamentos. Esta caixa era aberta todas as manhãs pelo fiscal da roda e os requerimentos entregues aos visitantes, incumbidos de verificar as informações. Confirmadas estas últimas, era aberta matrícula e enviada à requerente para que solicitasse os atestados de pobreza e de residência do regedor e do pároco. Caso a mãe alegasse falta de leite, seria igualmente remetido um aviso ao médico do distrito que deveria atestar o facto. Impunha-se ainda que fosse anexada a certidão de baptismo da criança. Enviados todos os documentos e obtendo-se informações policiais, as requerentes deviam apresentar-se na secretaria da Misericórdia de Lisboa para lhes ser indicado o resultado da sua candidatura. Também a estas crianças era colocado o colar, à semelhança do que acontecia com os expostos²⁵².

Mais tarde, já em 1879, vir-se-ia a impor a necessidade de residência da mãe na capital nos nove meses anteriores ao parto. No final da década seguinte, dado ter-se concluído que a entrada de muitas crianças na instituição era motivada pelo falecimento das suas mães, a misericórdia determinou que aos pais das crianças menores de um ano que requeressem que os filhos fossem admitidos na instituição lhes fossem concedidos 3 000 réis mensais até terem um ano, de forma a que conseguissem encontrar uma ama que se encarregasse da sua criação. Tal foi igualmente extensível aos pais que quisessem requerer um subsídio para criarem os seus filhos (não implicando a morte da mãe), aumentando-se a pensão de 1 500 réis para 3 000 réis. Este apoio viria a ser alargado a “qualquer parente ou pessoa estranha que tome conta do órfão” em 1905²⁵³.

No final do século XIX, a Misericórdia de Lisboa reconhecia o mau tratamento que era dado às subsidiadas, nomeadamente, “o modo por que são tratadas (...) quando procuram esta Santa Casa para receber os seus salários”. Estas mulheres ficavam aglomeradas num pátio a descoberto com os filhos, expostas ao frio, chuva e sol. Não querendo a persistência destes episódios, a administração mandou dotar o referido pátio de um hangar com oito colunas de ferro, havendo no centro um lanternim preparado para

fl. 124v; *Acta...* n.º 8, 24 de Janeiro de 1871, fls. 3-3v; *Acta...* n.º 8, 13 de Agosto de 1884, fls 48-48v; *Acta...* n.º 15, 28 de Março de 1892, fl. 53v; 17 de Junho de 1892, fl. 59.

²⁵² Após um inquérito feito às mães, a Misericórdia de Lisboa concluiu que o motivo subjacente a muitos dos abandonos não residia no vício ou na miséria, mas sim nos embaraços maternos durante o período de lactação. AHSCML, *Acta...* n.º 8, 5 de Abril 1871, fl. 9v; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 8 e 11.

²⁵³ AHSCML, *Acta...* n.º 12, 1 de Maio de 1879, fl. 60; *Acta...* n.º 13, 12 de Fevereiro de 1887, fl. 104; *Acta...* n.º 13, 6 de Maio de 1887, fl. 110v; *Acta...* n.º 17, 9 de Setembro de 1905, fls. 64v-65.

receber uma cobertura de vidros. Este pátio devia ainda ser rodeado por um gradeamento de ferro, de forma a reunir as condições necessárias²⁵⁴.

Paralelamente, no início do século XX, e resultado de uma estrita fiscalização das subsidiadas e dos seus filhos, a Misericórdia de Lisboa mostrava ter conhecimento que, frequentemente, as mães a quem era entregue este auxílio deixavam os seus filhos com amas que não tinham condições para os amamentar convenientemente. Desta forma, decidiu proceder também ao controlo destas últimas, determinando fixar uma hora certa em cada dia para que, na instituição, estas amas fossem examinadas pelo facultativo que estivesse de serviço²⁵⁵.

Como veremos na Parte II do presente estudo, a partir do fim do abandono anónimo a concessão de subsídios de lactação revelou-se determinante e apresentou uma tendência crescente, contrastando com aquela que foi seguida pela admissão de crianças na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Desta forma, passou-se das 694 pensões atribuídas em 1871-1872 para as 5 573 concedidas no final da primeira década do século XX, em 1909-1910²⁵⁶.

2.4.1.1.4. Incentivos à recuperação parental

Para incentivar a recuperação parental e a diminuição da população à tutela da Misericórdia de Lisboa, em Fevereiro de 1872, a sua mesa administrativa decidiu oferecer a mensalidade de 1 000 réis por um ano às mães que recuperassem os seus filhos entre um e dois anos de idade, entrados desde o momento do fim das exposições na roda. A misericórdia considerava que, no período inicial do novo modelo de admissão, tinha havido uma menor severidade e controlo na entrada das crianças, procurando assim colmatar esta lacuna e dar a possibilidade às mães de manterem os filhos²⁵⁷.

Alguns meses mais tarde, em Agosto, esta medida foi ampliada aos abandonados até três anos, passando-se a conceder uma gratificação de 9 000 réis, por uma vez somente, ficando ainda estas mulheres proibidas de levar a cabo novas exposições. A

²⁵⁴ AHSCML, *Acta...* n.º 16, 30 de Setembro de 1899, fls. 30-30v.

²⁵⁵ AHSCML, *Acta...* n.º 16, 5 de Setembro de 1901, fl. 159.

²⁵⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

²⁵⁷ AHSCML, *Acta...* n.º 9, 3 de Fevereiro de 1872, fl. 61.

Misericórdia de Lisboa acreditava que este apoio não representava uma maior despesa, mas sim uma economia, pois caso tivesse de pagar este serviço a uma ama o encargo estender-se-ia por dez anos²⁵⁸.

Havia, no entanto, um entrave à recuperação parental relacionado com as dificuldades encontradas pelas amas em pagarem a deslocação à instituição para devolução da criança. Veja-se o caso da ama Feliciano Rosa, moradora no Carril (concelho das Caldas da Rainha), que tinha a seu cargo o menor Crencio. Este exposto sempre foi bem tratado, referindo-se que Feliciano o “tratou e criou com desvelo próprio mais de mãe, do que de ama, ao que se deve talvez a existência do exposto; pois quando lhe foi entregue vinha em mísero estado”. A ama foi avisada pelo prior de que a criança havia sido reclamada pelos pais, sendo seu dever apresentá-la na Misericórdia de Lisboa. Contudo, esta não tinha meios para o transportar até à capital, pelo que “quis primeiro munir-se de dinheiro para o caminho”, deslocando-se às Caldas da Rainha para receber os salários em dívida²⁵⁹. Perante este tipo de situações, a partir de Abril de 1872 a misericórdia começou a abonar o valor da deslocação às amas mais pobres²⁶⁰.

Refira-se que, no entanto, mesmo após a recuperação parental e a tomada de responsabilidade pelos pais, findando a tutela da Misericórdia de Lisboa, esta continuava a zelar pela boa criação e educação das crianças que, em algum tempo, estiveram à sua guarda. Foi o que aconteceu no caso de Júlio Ernesto Augusto Cotta, filho de Maria Francisca Pontes Cotta, moradora no Coleginho, quarto nº 5 e 25. Tendo este estado sob a tutela do estabelecimento, em 1888, foi concedida uma mensalidade à mãe de 4 500 réis para a educação do menor, com a contrapartida de que, quando a mãe fosse receber o auxílio devia apresentar o atestado do director do colégio, comprovativo do bom comportamento e aproveitamento literário do Júlio Ernesto. A acta da mesa administrativa da Misericórdia do ano seguinte dá-nos conta de que este já tinha feito o exame de admissão no liceu. Embora tendo sido aprovado, não quis continuar a estudar²⁶¹.

²⁵⁸ AHSCML, *Acta...* nº 9, 3 de Fevereiro de 1872, fl. 61.

²⁵⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Expediente, *Ofícios recebidos*, cx. 1, 19 de Dezembro de 1870.

²⁶⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 10.

²⁶¹ AHSCML, *Acta...* nº 13, 19 de Janeiro de 1888, fls. 125v-126; 22 de Maio de 1889, fl. 192.

2.4.1.1.5. O combate à admissão de crianças de outros concelhos e a reforma municipal de 1885

Apesar do fim do abandono anónimo na capital e da imposição da admissão vigiada e controlada, continuavam a ser remetidas para a Real Casa dos Expostos de Lisboa algumas crianças abandonadas de outros concelhos, sobretudo, de Belém e dos Olivais. Tal justificava-se por, no final de 1870, nestes ainda não existirem hospícios ou por os existentes serem localizados em pontos afastados da capital, o que levava a que muitas pessoas optassem por deixar os menores na cidade. Perante esta situação, a misericórdia solicitava ao governador civil que demonstrasse à junta geral do distrito de Lisboa a inconveniência que tal representava, propondo a criação de hospícios em Belém e nos Olivais. Estes pedidos deram resultado, tendo os mesmos sido fundados em Julho de 1871, contribuindo a partir de então, a par da fiscalização feita pelas autoridades locais e policiais, para evitar que os menores destes concelhos fossem entregues na Misericórdia de Lisboa²⁶².

Como já foi referido, também em 1871 a instituição regulamentou que as recoveiras ou os apresentantes tinham de se fazer acompanhar por um comprovativo de residência das mães na capital nos nove meses antecedentes ao parto, passado pelos regedores, de forma a poderem concorrer à admissão e evitando-se, assim, a entrada de crianças de fora da capital. No caso dos filhos de mães solteiras e recatadas, se a mesa administrativa da misericórdia assim o entendesse, poderia suspender a necessidade deste atestado de residência. Não obstante, considerando-se que tal podia gerar novo abuso, determinou-se que a requerente se dirigisse “ao membro da comissão [ao oficial da contadoria ou ao fiscal da roda], que lhe merecer melhor confiança, e expor-lhe-á a sua pretensão, podendo fazê-lo mesmo antes do parto”²⁶³.

Eram conhecidos da Misericórdia de Lisboa os estratagemas utilizados pelas grávidas residentes fora do concelho para que as crianças dessem entrada na instituição, nomeadamente, fazerem-se admitir no Hospital de São José, prestando falsas declarações quanto ao seu nome e morada. Por este motivo, passaram a ser remetidas à misericórdia

²⁶² AHSCML, *Acta...* n.º 8, 8 de Março de 1871, fl. 5v; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871 (2), p. 7.

²⁶³ AHSCML, *Acta...* n.º 8, 20 de Maio de 1871, fl. 11v; 15 de Julho de 1871, fl. 13v; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 8.

relações semanais das grávidas internadas no hospital, para que a primeira instituição, previamente, estudasse as suas circunstâncias e averiguasse a sua residência. Por outro lado, os médicos apenas poderiam passar guias para admissão dos menores na Real Casa dos Expostos de Lisboa aos filhos de mulheres que tivessem adoecido, morrido no parto ou que tivessem falta de leite²⁶⁴.

Aliado a estas medidas, procurou-se que as grávidas vindas de outros municípios, à saída do Hospital de São José, se apresentassem com os seus filhos ao administrador do concelho, de forma a evitar que estas crianças viessem a ficar a cargo da Misericórdia de Lisboa e não dos hospícios fora da capital²⁶⁵. Mais tarde, possivelmente, por continuidade nesta prática (o que não é comprovado ou registado pela instituição) foi solicitada ajuda ao governador civil de Lisboa, de forma a que as puérperas de fora de Lisboa que tinham os seus partos na capital fossem acompanhadas, no regresso às suas localidades, por agentes da polícia, apresentando-se às autoridades concelhias onde tinham a sua residência efectiva. Para execução de tal acto, a Misericórdia de Lisboa contribuía com o pagamento das despesas de deslocação²⁶⁶.

Chegando a 1872 a mesa administrativa da misericórdia da capital estava em condições de afirmar “que não há abandonos de crianças nascidas na enfermaria do hospital, e que raríssimas serão aquelas que sejam ou fiquem expostas, não existindo motivo plausível”²⁶⁷.

A Misericórdia de Lisboa viria a ser confrontada com um novo problema em 1885, aquando da reforma administrativa municipal de Lisboa, através da qual os concelhos de Belém e dos Olivais foram anexados ao da capital²⁶⁸. O diálogo em torno desta questão, encetado entre o provedor da misericórdia, Conde de Rio Maior, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Pereira Palha Osório Cabral (1850-

²⁶⁴ A misericórdia desconfiava ainda que a saída de algumas mulheres da enfermaria de partos coincidia com o descobrimento de crianças abandonadas em locais públicos das ruas de Lisboa. AHSCML, *Acta...* n.º 10, 23 de Fevereiro de 1875, fl. 137.

²⁶⁵ AHSCML, *Acta...* n.º 8, 8 de Março de 1871, fl. 5v; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 8.

²⁶⁶ AHSCML, *Acta...* n.º 10, 23 de Fevereiro de 1875, fl. 137.

²⁶⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 8.

²⁶⁸ No ano seguinte dar-se-ia a reforma do código administrativo nacional que, no entanto, não se aplicou a Lisboa, cujo regime especial já havia sido estabelecido pela lei de 18 de Julho de 1885. Tanto esta última, como o decreto de 22 de Julho de 1886, extinguiram os concelhos de Belém e dos Olivais, a partir de então anexos à capital, que foi dividida em quatro bairros. SILVA, 2012, pp. 76-77.

1897, presidente 1886-1890), teve início em 1886. O objectivo municipal era realizar um contrato com a misericórdia no que dizia respeito à tutela dos expostos dos extintos concelhos (não obstante a manutenção do constante atraso no pagamento do valor destinado à criação dos abandonados devido pela câmara à misericórdia)²⁶⁹.

O contrato viria a ser celebrado no mesmo ano, ficando determinado que a Câmara Municipal de Lisboa pagaria, anualmente, à Misericórdia de Lisboa cerca de 2 000 000 réis, dos quais 600 000 eram destinados à sustentação dos expostos e 1 400 000 réis à subsidiação das mães pobres das freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais. Subia, assim, para 4 000 000 réis o total da ordinária paga pela câmara²⁷⁰. Seriam recebidos 30 expostos das freguesias do concelho de Belém e pelo menos 20 dos Olivais, julgando-se que a proximidade destas freguesias a Lisboa faria com que tivessem “herdado todos os defeitos próprios dos grandes centros”, sendo a admissão de abandonados na instituição igualmente elevada²⁷¹.

Destaque-se, neste contrato, a importância atribuída aos subsídios concedidos às mães, considerados “o meio pelo qual esta mesa tem combatido as exposições e o abandono das crianças, que é o modo indirecto de promover a exposição”. Demonstrava-se, assim, que tanto a misericórdia como a câmara municipal da capital compreendiam a sua importância para a diminuição do abandono na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Neste sentido, estimava-se necessária a atribuição de 480 subsídios de 18 000 réis anuais ou 1 500 réis mensais, valores que, aliás, à data, a instituição concedia às suas subsidiadas. No entanto, mais tarde, o Conde de Rio Maior viria a criticar os dados estatísticos de pretendentes aos subsídios enviados pelo presidente da Câmara Municipal

²⁶⁹ AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 263, 10 de Fevereiro de 1886 e 22 de Fevereiro de 1886, fls. 1-18; doc. 233, 18 de Março de 1886 e 23 de Março de 1886.

²⁷⁰ A misericórdia tinha avançado uma proposta de 8 614 000 réis de subsídios às mães pobres, tendo, durante a negociação, aceite os 1 400 000 réis apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa, apesar de considerar este valor insuficiente. A misericórdia argumentava que, apesar da população ser maioritariamente rural logo, dotada de uma maior moralidade (como a câmara o defendia), era também mais pobre e, como tal, necessitava de mais auxílios. AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 263, 10 de Fevereiro de 1886 e 22 de Fevereiro de 1886, fls. 1-18.

²⁷¹ AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 263, 10 de Fevereiro de 1886, fls. 1-18.

de Lisboa, apontando que os valores estavam muito abaixo da realidade, sendo as solicitações deste auxílio muito mais elevadas²⁷².

Relativamente às amas, foram enviadas listas das mesmas para a Misericórdia de Lisboa, devendo a câmara municipal ficar responsável pelo pagamento dos vencimentos em atraso. A misericórdia reconhecia, no entanto, que as amas dos extintos concelhos de Belém e Olivais recebiam mais do que aquelas que trabalhavam para esta instituição, o que representava um prejuízo²⁷³.

Mais uma vez o serviço de expostos e, agora, também dos subsídios de lactação, estava a representar um grande encargo e prejuízo para a Misericórdia de Lisboa dado que não só a câmara municipal não cumpria a sua função de financiadora e os dados apresentados não correspondiam à realidade, como também as amas ao seu serviço recebiam salários superiores aos que a misericórdia pagava, a que esta última teve de dar continuidade.

2.5. A regulamentação do serviço de expostos no contexto nacional

No contexto nacional foi apenas em 1888 que se uniformizou e regulamentou a assistência aos expostos, impondo-se o novo modelo a todo o território. “Após um período de indefinições e ambiguidades legislativas” foi aprovado o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*. Nos hospícios podiam ser admitidas crianças filhas de pais incógnitos que as desamparam; cujos pais haviam desaparecido; que não pudessem ser criadas pelos pais (por morte, prisão, degredo, idade avançada ou doença grave) ou por outro parente. Saliente-se que a pobreza dos pais não é considerada na admissão, dado prever-se que estes casos seriam colmatados com a concessão de subsídios de lactação, concedidos durante o primeiro ano de vida dos menores²⁷⁴.

²⁷² AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 263, 10 de Fevereiro de 1886, fls. 1-18; doc. 268, 21 de Janeiro de 1887, fls. 1.

²⁷³ AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 233, 13 de Março de 1886, fls. 1-6.

²⁷⁴ *Regulamento para o serviço...*, 1888, p. 2.

A administração destas crianças ficou a cargo das câmaras municipais até aos sete anos, altura em que deixavam de estar junto de amas (mantendo-se as categorias de leite e seco), transitando então, a responsabilidade do financiamento da sua criação para as juntas gerais de distrito. Previa-se que, até aos 12 anos, frequentassem asilos-escola (criados pelos municípios em cada sede de concelho), dotados de oficinas próprias para a aprendizagem de ofícios segundo as aptidões de género. Podiam ainda ser colocados noutras instituições de beneficência e ensino distritais, em casas de mestres de ofícios, em estabelecimentos comerciais, agrícolas ou fábricas ou, ainda, como criados em casas particulares. A responsabilidade das referidas juntas só cessava quando atingiam os 18 anos, altura em que os expostos se emancipavam²⁷⁵.

Manteve-se a fiscalização das mulheres grávidas não recatadas e determinou-se que, em cada concelho, as autoridades policiais registassem quem eram as mulheres solteiras e viúvas nestas circunstâncias²⁷⁶.

Relativamente aos subsídios de lactação, estipulou-se a duração máxima de 12 meses (extensível a 18 por doença), podendo ser concedidos a pais indigentes impossibilitados de trabalhar, a pais viúvos pobres ou a mães pobres. Neste caso, os pais deviam requerer o auxílio apresentando, entre outros dados, um atestado de pobreza, doença ou incapacidade de trabalhar. Caso os pais fossem indigentes, viúvos pobres ou perante invalidez do filho, após os sete anos, podiam pedir o internamento da criança, mediante autorização da junta geral de distrito²⁷⁷.

Contudo, por dois decretos de 1892 e após fortes críticas, as juntas gerais de distrito foram extintas, passando “para o Estado e para as câmaras municipais as respetivas atribuições” e sendo substituídas por comissões distritais “na execução dos serviços de interesse geral do estado”²⁷⁸. Neste contexto, foi anulada a obrigatoriedade municipal de criação de asilos-escola e a tutela das crianças maiores de sete anos (e até aos 18 anos ou até poderem desempenhar uma função remunerada) retornou aos municípios²⁷⁹. “Com efeito, as câmaras municipais voltaram a assumir integralmente o processo de criação (...) com a contrapartida de um subsídio do Estado, proporcional ao

²⁷⁵ *Regulamento para o serviço...*, 1888, p. 5.

²⁷⁶ *Regulamento para o serviço...*, 1888, p. 5.

²⁷⁷ *Regulamento para o serviço...*, 1888, p. 4; CUBEIRO, 2011, p. 12; LOPES, 2016, p. 15.

²⁷⁸ AHAR, *Decreto de 6 de Agosto de 1892*, 1892, p. 562.

²⁷⁹ FONTE, 2004, 198-199; FONTE, 2011, p. 5-6.

número de menores que para elas fossem transferidos”. Este sistema só se revelou viável, porque o número de expostos apresentava uma tendência decrescente²⁸⁰.

Mais uma vez, neste contexto de mudança, os expostos da capital mantiveram o seu carácter excepcional, continuando à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa mediante financiamento concelhio, constantemente atrasado.

2.6. A organização e o funcionamento da Real Casa dos Expostos de Lisboa no final do século XIX

O serviço de expostos da Real Casa dos Expostos de Lisboa podia ser dividido em interno e externo. O primeiro consistia naquele que era prestado dentro da instituição, esta última, dividida em enfermarias e colégios, situadas no edifício de São Roque.

Em 1837 existiam nove colégios, na sua maioria, destinados a expostas e onde ficavam os abandonados acima de um ano de idade, – D. Maria II, Duquesa de Bragança, Princesa Amélia, Infanta D. Isabel Maria, Santa Ana, Santa Inês, Visitação, Conceição e Santo Amaro – e quatro enfermarias – Santa Eulália, Santa Gertrudes, Victória e Santos Inocentes (com destaque para esta última, onde ficavam os expostos de leite)²⁸¹. Reflexo duma diminuição da população tutelada por esta instituição, o *Regulamento da Real Casa dos Expostos de Lisboa*, de 1886, dá-nos conta de, à data, existirem apenas quatro colégios, nomeadamente, D. Estefânia, D. Maria II, Santa Ana e Visitação, este último apenas destinado a expostas.

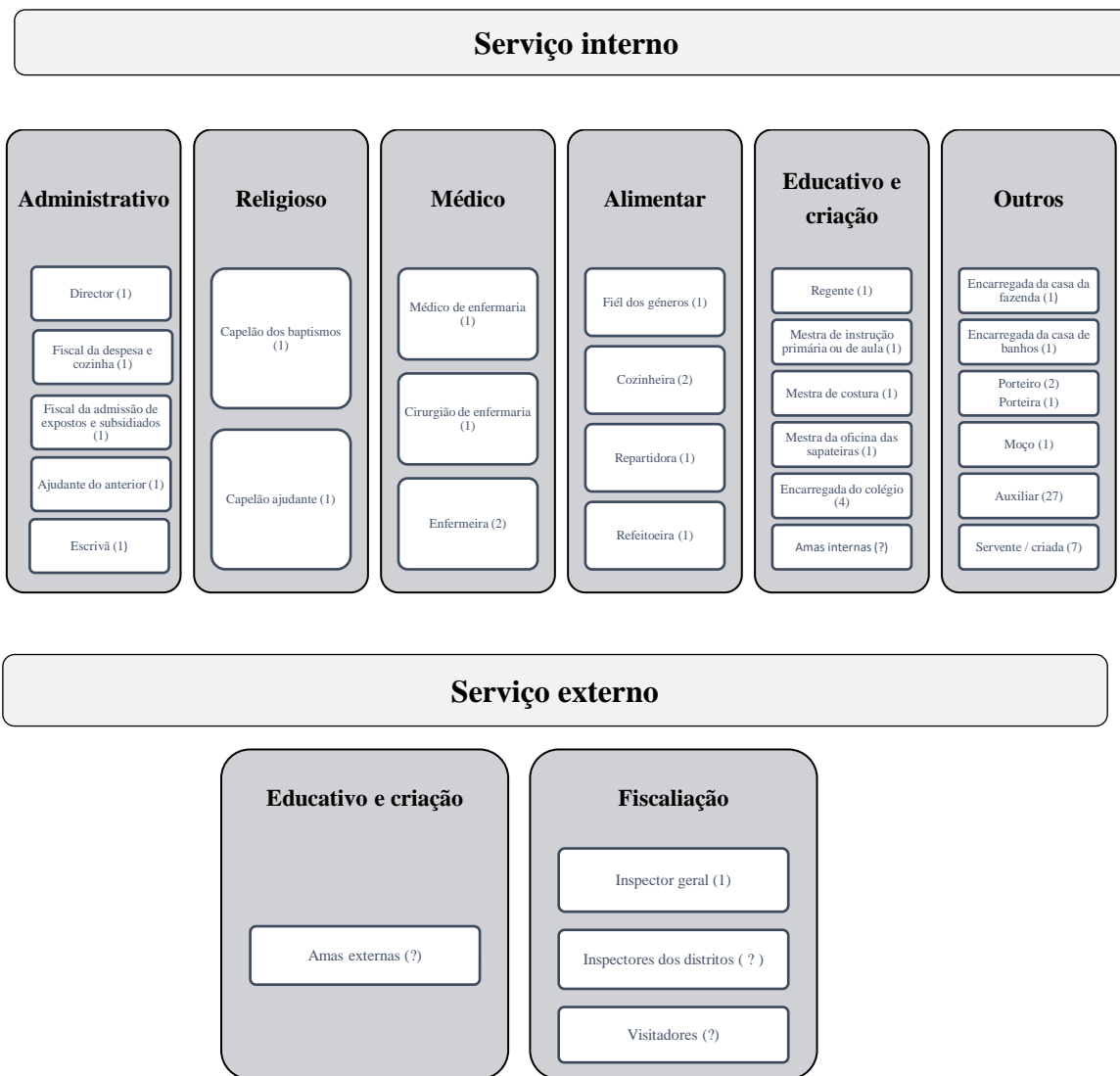
Por sua vez, o serviço externo consistia em tudo o que decorria fora da Real Casa dos Expostos de Lisboa, estando associado à criação por amas residentes fora da instituição, bem como à fiscalização de que eram alvo.

O já referido *Regulamento da Real Casa dos Expostos de Lisboa* refere-nos igualmente a pluralidade de empregados ao serviço desta instituição no final do século XIX. Aliado a outras fontes, como as actas da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa, os seus relatórios e pareceres, permite-nos obter uma reconstituição alargada do

²⁸⁰ Quanto aos subsídios de lactação, estes passaram a ser pagos trimestralmente às amas, após inspeção. FONTE, 2011, p. 6.

²⁸¹ ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mc. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

universo de funcionários. No esquema seguinte, dividimo-los por serviços externo e interno, considerando as seguintes categorias: administrativo, religioso, médico, alimentar, educativo e criação, fiscalização e outros²⁸².



Esquema 1. Funcionários da Real Casa dos Expostos de Lisboa: funções e número²⁸³.

²⁸² O mesmo Regulamento refere a existência de documentos similares anteriores a 1886. Contudo, no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não encontramos tal documentação. Já no fundo do Ministério do Reino do Arquivo Nacional Torre do Tombo existe um “projecto” de *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Não se encontra concluído, nem datado, mas sabemos circunscrever-se ao período entre 1851 e 1869. AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886; ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, s.d.*

²⁸³ No *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* o serviço da Casa da Roda da capital estava dividido em médico, económico,

Fonte: AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886.

Nota: os números apresentados após a função remetem para a quantidade funcionários necessários ao bom funcionamento do serviço de expostos. Estes valores podiam variar consoante a necessidade. Totalizamos, assim, um total de 65 indivíduos, sem contar com as amas internas, amas externas, inspectores dos distritos e visitantes, cujo valor apresentava uma maior flutuação de ano para ano.

Antes de 1870, no período de abandono anónimo, a rodeira e a sua ajudante permaneciam constantemente na Casa da Roda e recebiam a criança deixada pelos expositores no mecanismo que dava nome à instituição. Quando alguém tocava o sinal, estas abriam a roda para recepção da criança, perguntavam o nome, naturalidade, se havia sido baptizada e se trazia alguma declaração escrita. Eram a rodeira e a sua ajudante que prestavam de imediato os cuidados primários ao recém-chegado, colocando-lhe o colar²⁸⁴.

Findas as exposições anónimas, cabia ao fiscal da admissão e ao seu ajudante receberem os requerimentos e declarações apresentados para aceitação dos expostos, bem como os pedidos para concessão dos subsídios de lactação. Caso o futuro abandonado fosse acompanhado por um atestado do regedor era aceite, sendo-lhe colocado um colar e registado, pela escritã, no respectivo livro de entradas, onde era indicado o dia e hora de recepção, nome, estado e morada dos expositores. Antes do fim do abandono anónimo, no momento de entrada, cabia ainda à escritã descrever de forma detalhada a roupa e objectos que acompanhavam os menores até um ano de idade, o que devia ser por ela

administrativo e policial. O primeiro integrava um médico, um cirurgião, duas enfermeiras, duas ajudantes de enfermaria, amas, duas serventes, uma cozinheira e dois lavadeiros. Já os serviços económico, administrativo e policial eram desempenhados por um director, um capelão, uma regente, uma ajudante da regente, três directoras de colégios, três ajudantes destas últimas, três serventes, uma directora de cozinha, uma ajudante da directora de cozinha, duas rodeiras, uma ajudante desta última, uma escritã e respectiva ajudante, uma porteira, uma mestra de costura e duas suas ajudantes, um servente, dois lavadeiros e amas. Desta forma podemos concluir que, excepto no que diz respeito à ama e respectiva ajudante, bem como às quantidades de funcionárias necessárias definidas, as tipologias eram sensivelmente as mesmas. ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

²⁸⁴ ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

conservado durante seis meses²⁸⁵.

No final do século XIX a salvação da alma destes menores continuava a constituir uma prioridade. Caso o exposto não fosse admitido com um documento confirmativo do sacramento do baptismo, este era concretizado pelo capelão ou pelo seu ajudante, na presença da regente ou, na impossibilidade desta, da escritã. Cabia ao director dos expostos, figura hierarquicamente superior no seio dos funcionários da Real Casa dos Expostos de Lisboa, assegurar a presença diária do capelão dos baptismos²⁸⁶.

A contratação de amas internas (e a determinação da sua saída quando necessário) era igualmente função do director, bem como evitar a acumulação de expostos na instituição. Para este efeito, devia enviá-los para amas externas, mediante avaliação prévia das informações sobre elas prestadas pelos visitantes do distrito e pelos párocos. Cabia ainda ao director fiscalizar o serviço ao cuidado do inspector geral, dos inspectores dos distritos e visitantes²⁸⁷.

Era importante que as amas fossem examinadas. Esta função cabia ao médico e ao cirurgião, que verificavam o estado sanitário e a qualidade do leite, tanto das amas internas, como das amas externas, ambas de criação de leite, passando-lhes atestados de aprovação ou reprovação. Este serviço era concretizado todos os dias não santificados ou feriados, pelas 10h da manhã. Sendo a saúde dos menores primordial, cabia ainda a estes funcionários vacinar os expostos todos os sábados²⁸⁸.

O percurso mais comum era as crianças serem enviadas para amas externas, sobretudo, residentes no meio rural. Era junto destas amas externas que se pretendia que, idealmente, os expostos permanecessem durante toda a sua criação e até à sua emancipação, inserindo-se na família e na sociedade que passavam a integrar, como aprofundaremos nas Partes II e III do estudo.

Contudo, existiam expostos que permaneciam na Real Casa dos Expostos de Lisboa, como já referido, dividida em enfermarias e colégios. Era na Enfermaria dos Santos Inocentes que ficavam os abandonados até um ano de idade, período em que se encontravam na fase de amamentação, e sendo assim, era este o local onde se

²⁸⁵ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, p. 10; ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

²⁸⁶ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, pp. 5-7 e 17.

²⁸⁷ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, pp. 5-7.

²⁸⁸ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, p. 8.

encontravam também as amas de leite. A partir de então, e até aos 10 anos, eram distribuídos pelos restantes colégios de modo a haver a menor acumulação de crianças possível²⁸⁹.

A mestra de instrução primária ou de aula era responsável por ensinar as crianças a ler, escrever, contar, saber gramática portuguesa, o sistema métrico e a doutrina cristã. As aulas decorriam da parte da manhã e da parte da tarde. Já a casa de labor, era frequentada apenas por expostas enviadas pela regente para aprenderem costura e outro tipo de trabalhos, cumprindo-se o mesmo horário. As expostas eram vigiadas pelas auxiliares, nomeadas pela mestra de costura²⁹⁰.

Para além das funções anteriormente enunciadas, a regente era ainda incumbida de assistir à catequese e dar conhecimento ao director das crianças que entravam sem vacinação. Era também ela que fiscalizava as amas internas, determinando aquelas que podiam sair²⁹¹.

Os expostos com mais de dez anos de idade eram colocados em casas de mestres de ofícios, “cuja moralidade e sentimentos religiosos estejam provados”, sendo mensalmente visitados por um visitador. No final da aprendizagem, os tutelados recebiam um subsídio extraordinário de acordo com o seu aproveitamento, podendo ainda ser-lhes atribuído um prémio. Procurava-se, igualmente, uma boa colocação das expostas, havendo o cuidado na escolha das amas e visando que a sua educação fosse orientada para um futuro enquanto criadas de servir, caixeiras, modistas de chapéus e de fatos ou, ainda, como donas de casa²⁹².

Atingida a idade de emancipação, a mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa verificava se os expostos estavam preparados para este momento, sendo-lhes concedido apenas mais um ano em caso negativo²⁹³.

Relativamente às empregadas da Real Casa dos Expostos de Lisboa, estas apenas podiam sair da instituição quatro vezes por mês, domingo ou quarta-feira, mediante autorização da regente, à qual se deviam apresentar quando se recolhessem. Caso os

²⁸⁹ ANTT, Ministério do Reino – Negócios diversos sobre o Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

²⁹⁰ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, pp. 28-29 e 38.

²⁹¹ AHSCML, *Regulamento da Real Casa ...*, 1886, p. 15.

²⁹² AHSCML, *Regulamento da Real Casa ...*, 1886, pp. 13-14 e 44-45.

²⁹³ AHSCML, *Regulamento da Real Casa ...*, 1886, p. 44.

funcionários não cumprissem o regulamento institucional podiam incorrer em demissão ou em 15 dias de perda de vencimento²⁹⁴.

2.6.1. As normas impostas para o quotidiano na Real Casa dos Expostos de Lisboa

De 1 de Abril a 30 de Setembro, o serviço na Real Casa dos Expostos de Lisboa começaria pelas 6h da manhã. Previa-se que, entre as 6h e as 6h15 os expostos se levantassem e fossem vestidos e preparados com todo o cuidado. Nesta altura, seriam ainda arranjados os berços das crianças e mudava-se-lhes as fraldas, varria-se e arrumava-se as salas²⁹⁵.

Uma hora mais tarde, os expostos saíam rumo ao coro da igreja para rezarem antes da missa (à qual depois assistiam), na presença da regente, uma “oração de graças ao Altíssimo por lhes haver concedido chegarem com vida a este dia”²⁹⁶. Finda esta tarefa, seriam distribuídos os remédios e o pequeno-almoço, então designado de almoço, servido pelas 8h (e que em 1862 consistia numa tijela de café com leite e pão). Refira-se que estava estipulado que todas as refeições fossem determinadas diariamente pela enfermeira²⁹⁷.

Após o pequeno-almoço, as expostas seriam conduzidas à casa de costura e, os expostos, à aula de escrita. Aí permaneceriam até ao meio-dia, altura em que retomavam à reza, com orações de suplica pelo rei ou rainha e pelos administradores e benfeitores da Misericórdia de Lisboa. Simultaneamente, durante a manhã, seriam ainda lavados os enxovais e a roupa e haveria uma visita do médico, que prescreveria os medicamentos e dietas específicas quando preciso, bem como daria indicação dos menores que deveriam usufruir de banhos de mar na altura do Verão. Caso fosse necessário, o cirurgião também se dirigiria à instituição²⁹⁸.

²⁹⁴ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, p. 43.

²⁹⁵ AHSCML, *Regulamento da Real Casa...*, 1886, pp. 21 e 24-27.

²⁹⁶ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

²⁹⁷ AHSCML, *Relatório ...* 1862, p. 7; ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

²⁹⁸ AHSCML, *Relatório...* 1862, p. 7; ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

O almoço, então chamado de jantar, seria servido pelas 12h30 (o qual, em 1862, seria sopa, arroz ou massa e carne). Após darem graças novamente, os expostos usufruíam de uma hora de recreio, sendo-lhes permitido passear na cerca quando o tempo era favorável, deslocando-se depois para a aula de escrita, de onde só sariam pelas 17h da tarde. Durante este período, seriam novamente mudadas as fraldas aos abandonados mais pequenos e distribuir-se-iam os remédios. Seguir-se-ia uma reza, podendo depois as crianças aproveitar o resto do dia como quisessem até à hora do jantar, pelas 20h (e que, em 1862, consistiria num prato variado)²⁹⁹.

Após esta refeição rezariam novamente e “recolherão aos seus Colégios onde fazendo o sinal da cruz, e invocando os Santos nomes de Jesus, Maria, e José, procurarão adormecer na paz do Senhor”³⁰⁰. Previa-se que, pelas 22h, reinasse o silêncio na Real Casa dos Expostos de Lisboa, sendo que durante a noite ficaria a ama de vela de vigiância³⁰¹.

Por sua vez, de 1 de Outubro a 31 de Março, correspondente ao período de férias, os expostos poder-se-iam levantar entre as 7h e as 7h15, sendo a missa uma hora mais tarde. Como forma recreativa realizar-se-iam exercícios de ginástica na cerca e banhos higiénicos e de limpeza em espaços que eram arrendados pela Misericórdia de Lisboa junto ao mar e para onde poderiam ser enviados expostos sob indicação médica como, aliás, já referimos³⁰².

²⁹⁹ AHSCML, *Relatório...* 1862, p. 7; ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

³⁰⁰ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

³⁰¹ AHSCML, *Relatório...* 1862, p. 7; ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

³⁰² ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Regulamento interno para a Casa da Roda dos expostos, a cargo da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.d..

PARTE II

CARACTERIZAÇÃO DO ABANDONO INFANTIL EM LISBOA.

REFLEXOS DO FIM DAS EXPOSIÇÕES ANÓNIMAS

Nesta segunda parte do estudo pretende-se conhecer os efeitos do fim do abandono anónimo infantil à luz dos dados quantitativos constantes dos relatórios produzidos pela mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1850 e 1910. Porque a mudança no modelo de abandono implicou uma alteração no tipo de dados recolhidos pela instituição, que passam a ser mais ricos, pretendemos caracterizar os abandonos, as mães, as crianças abandonadas e os seus destinos (ainda que sobre estes últimos tenhamos dados desde 1850). Sendo aquela fonte o reflexo de todos os domínios de actuação da misericórdia, que tinha outras funções, verificamos o enorme peso que os expostos detinham neste contexto, predominando os dados estatísticos com eles relacionados e traduzindo a preocupação em quantificá-los, localizá-los e vigiá-los. De facto, a Misericórdia de Lisboa procurava conhecer de perto aqueles que por ela eram tutelados, o que deu igualmente origem a um constante aperfeiçoamento das estatísticas, bem como ao seu aprofundamento e diversificação. Exemplo deste esforço foi a nomeação de dois empregados, em Maio de 1852, para “prontificar estes trabalhos dentro do prazo de dois meses, sendo feito fora das horas de serviço”³⁰³.

O primeiro relatório foi produzido pela mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa em 1836, no âmbito dos trabalhos da comissão nomeada por decreto dois anos antes para levar a cabo melhoramentos nesta instituição (bem como no Hospital de São José). Porém, nesta fase inicial, os dados quantitativos apresentados eram ainda pouco aprofundados, detalhados e minuciosos, não tendo o mesmo modelo dos relatórios posteriores. Não obstante, o de 1836 permite-nos conhecer o número de expostos entrados na instituição; os que dela saíram enviados para amas, para aprenderem ofícios, com termos de vestir, emancipados, para casar ou recuperados pelos pais; os que voltaram a entrar na Real Casa dos Expostos de Lisboa entregues pelas amas; e, por fim, aqueles que faleceram³⁰⁴.

Novas fontes deste tipo só viriam a ser produzidas em 1850 e 1851 (anos económicos de 1849-1850 e 1850-1851). A partir de então abrangem o ano económico, correspondendo ao período compreendido entre 1 de Julho de um ano e 30 de Junho do ano seguinte. Ainda que possamos considerar estes documentos como sumários, quando comparados com os produzidos a partir da década de 1860, permitem-nos conhecer, à semelhança do de 1836, a evolução do abandono anónimo infantil na roda de Lisboa; a

³⁰³ AHSCML, *Acta... n.º 1*, 22 de Maio de 1852, fls. 31v-32.

³⁰⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1836, pp. 10-13.

saída de expostos para amas, com termo de vestir, para servir, emancipados, por casamento, para o Hospital de São José e recuperados pelos pais; aqueles que faleceram dentro e fora da instituição; e, por fim, os que nela voltaram a entrar. A novidade destes relatórios reside no facto dos dados estarem divididos entre expostos de criação de leite e expostos de criação de seco. Refira-se, no entanto, que a própria Misericórdia de Lisboa reconhecia que as informações neles constantes não eram absolutamente correctas, dado o difícil controlo da população à sua tutela e a sua constante flutuação e movimentação.

É só a partir do ano económico de 1860-1861 que a mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa passa a produzir os seus relatórios de forma contínua³⁰⁵. Contudo, existem duas excepções: no arquivo histórico desta instituição não existem as fontes de 1905-1906 e 1910-1911. Desconhece-se, sequer, se terão sido produzidas ou se se terão perdido. Desta forma, no que concerne a 1910, término do nosso estudo, só conseguimos realizar a análise até ao final de Junho desse ano, estando estes dados presentes no relatório do ano económico de 1909-1910.

Não obstante esta lacuna documental, verificamos que a partir da década de 1860 esta fonte passa a ser mais minuciosa e detalhada. Os dados diversificam-se com o fim das exposições anónimas a 1 de Dezembro de 1870 e com a imposição da admissão controlada e justificada, tendo os pais de se identificar. Passamos, a partir deste momento, a conhecer as motivações para o abandono e as características dos expositores.

Refira-se, no entanto, que optámos por iniciar as análises posteriores ao fim do abandono anónimo com o relatório de 1871-1872. O anterior (1870-1871) apresenta estatísticas das características das exposições desde 1 de Dezembro de 1870 a 30 de Novembro de 1871 verificando-se, portanto, uma duplicação dos dados obtidos no documento de 1871-1872 entre o início de Julho e o final do mês de Novembro. Os resultados seriam superiores à realidade por não ser possível distinguí-los, na maior parte dos casos, por meses. Faremos apenas breves menções aos dados de 1870-1871 se e quando considerarmos pertinente para a leitura geral.

³⁰⁵ Não obstante, este relatório apresenta alguns dados retrospectivos, para todos os anos económicos entre 1849-1850 e 1860-1861. No que diz respeito ao serviço de expostos fornece quantitativos relativos ao total de população à tutela da Misericórdia de Lisboa (dentro e fora da instituição), àqueles que entraram pela roda, à saída de expostos (por falecimento dentro e fora da instituição, entregues aos pais, por emancipação ou por outros motivos), ao número de crianças subsidiadas e aos valores totais de população e nascimentos em Lisboa e nos concelhos vizinhos e a proporção de abandono.

Assim, devemos referir que existe uma heterogeneidade na série cronológica dos dados quantitativos, tendente a um maior aprofundamento após a alteração do novo modelo de admissão. Tal é resultado não só da identificação parental, como também de um conhecimento mais preciso das crianças à tutela da instituição, sendo as estatísticas cada vez mais detalhadas. Por exemplo, a atestar esta ideia, está o facto de, a partir de 1860, se começar a especificar o número de crianças entradas por idade. Outros elementos deixam, no entanto, de ser tidos em conta ao longo do tempo, como a sazonalidade do abandono, o que nos revela, como veremos, uma homogeneidade intra-anual das exposições logo, a menor importância desta informação, deixando de ser estatisticamente apresentada.

Paralelamente, alguns dados não são geograficamente circunscritos à capital. Embora o objecto deste estudo sejam os expostos entregues à tutela de uma instituição lisboeta, recorde-se que, sobretudo antes do fim das exposições anónimas na roda, aqueles eram oriundos de vários concelhos do Reino. Por outro lado, e como aprofundaremos, também as amas estavam espacialmente dispersas.

Esta parte do estudo será dividida em três momentos estruturantes e um último que servirá de balanço, debruçando-se sobre o conjunto do período compreendido entre 1850 e 1910, de forma a obter uma perspectiva comparada do antes e depois da existência do abandono anónimo infantil legalmente aceite na capital. A questão central à qual se pretende responder é a seguinte: quais os reflexos do término das exposições anónimas na roda em Lisboa?

Numa primeira fase pretende-se estudar a evolução da entrada de crianças na Misericórdia de Lisboa. Começar-se-á por analisar a evolução geral: em termos quantitativos, qual era a tendência de abandono anónimo a partir de meados do século XIX e que mudanças trouxe o seu fim? De seguida, aprofundaremos este quadro mais amplo, especificando se estas crianças entraram vivas ou mortas na instituição, em que meses do ano era mais propício o acto de abandono e se os menores foram acompanhados de declarações. A partir de 1871, é-nos ainda possível estudar como se processou a admissão destas crianças, quem foram os agentes que as entregaram ou que as descobriram abandonadas em locais públicos, onde tal aconteceu e se as exposições deram origem a processos judiciais.

Num segundo momento é nosso objectivo aprofundar as características do abandono infantil na capital, dos próprios abandonados e das suas mães, o que, como já foi amplamente referido, só é possível de ser estudado quando os expositores passam a explicitar a razão do abandono dos menores. Qual o género e idade das crianças? Qual a sua naturalidade? Qual o estado civil das mães expositoras? Relativamente a estas últimas, já no final do âmbito do nosso estudo, a partir do ano económico de 1906-1907, é possível conhecer as suas idades, ocupações ou profissões, bem como se foram abandonadas pelo pai da criança e se esta última era legítima ou ilegítima.

Na terceira parte procura-se conhecer o destino dos expostos a partir de quatro perspectivas: a sua entrega a amas e mestres de ofícios (onde se localizavam? Como evoluiu a entrega de expostos a amas e mestres de ofícios por regiões? Onde permaneciam com as amas? Onde havia uma menor possibilidade de retomarem à instituição?); a concessão de subsídios de lactação para que as mães mantivessem os seus filhos (como evoluíram? Qual o estado civil das mães? As crianças eram saudáveis?); a recuperação parental (como evoluiu? Em que idades eram maioritariamente recuperadas as crianças? Tal acto estava condicionado pela concessão de subsídios?) e a mortalidade dos abandonados (como evoluiu? Qual a faixa etária mais afectada? Onde se verificava um maior número de mortes?).

Num último momento, pretende-se responder à questão: qual a evolução do total da população tutelada pela Misericórdia de Lisboa entre 1850 e 1910? Desta forma, analisa-se a evolução daqueles que entraram, dos que permaneceram e dos que saíram da tutela da instituição ao longo do período de estudo, reflectindo-se ainda sobre as medidas particulares aplicadas pela misericórdia da capital visando a sua diminuição.

Para prossecução dos objectivos delineados procedeu-se, como referido, à análise das estatísticas constantes dos relatórios já mencionados. Quando estas possuíam uma componente geográfica que nos permitia cartografá-las, utilizou-se um Sistema de Informação Geográfica. Desta forma, é possível colocar os expostos no espaço que vivenciavam, verificando a sua naturalidade por concelho e freguesia do distrito de Lisboa e a sua distribuição espacial por amas e mestres de ofícios.

Na segunda metade do século XIX, Lisboa foi uma cidade que sofreu algumas mudanças, relacionadas com o aumento do seu território. Em 1885, com a nova divisão

administrativa, foram-lhe anexadas dez freguesias dos concelhos periféricos de Belém e dos Olivais. No ano seguinte, viria a absorver as freguesias de Camarate e Sacavém, outrora pertencentes ao concelho de Loures. Foi esta última divisão administrativa que adoptamos na elaboração da cartografia³⁰⁶.

1. Evolução do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1910). Os resquícios da exposição anónima depois de 1870 e sua repressão

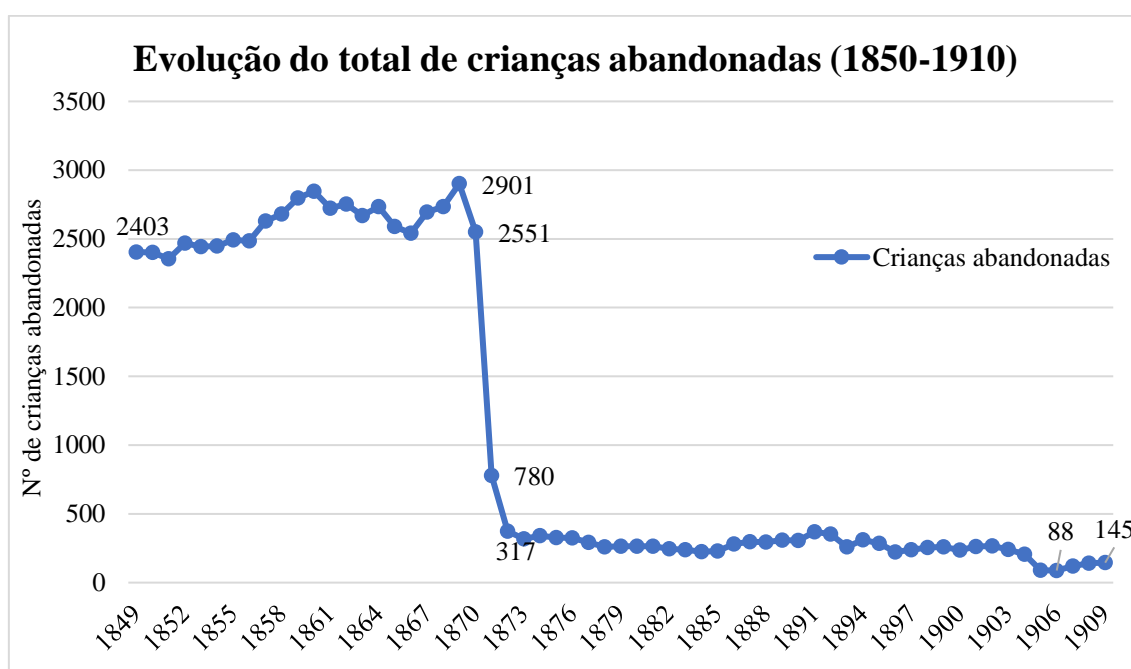


Gráfico 1. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório ...*, 1850-1911.

Pela análise do gráfico 1 é possível distinguir duas fases na exposição infantil na Misericórdia de Lisboa: entre 1850 e 1870 e entre 1871 e 1910, correspondendo na contextualização histórica, ao antes e ao após a extinção do abandono anónimo na roda da capital.

³⁰⁶ LIMA, 2009, pp. 29-31.

Nas duas primeiras décadas (1850-1870) o abandono crescia, apesar de algumas flutuações - a partir de 1850 (2 401), as exposições na Misericórdia de Lisboa aumentaram até 1869 (2 901), o seu pico máximo nesta fase. O abandono, praticado sobretudo durante o dia, estava a tomar grandes proporções, justificando-se o seu imperativo combate e a procura de alternativas. De acordo com a misericórdia da capital, entre 1850 e 1860 verificou-se uma exposição por cada 104 a 117 pessoas residentes no concelho de Lisboa e nos concelhos limítrofes que não possuíam roda e, igualmente, um abandono por cada 2,3 a 2,8 nascimentos no mesmo espaço. Estes quantitativos apresentados pela instituição eram meramente uma aproximação à realidade, dado não considerarem a recepção de crianças de concelhos mais distantes ou dos concelhos periféricos que possuíam a sua própria Casa da Roda.

Os valores do abandono infantil em Lisboa não eram muito inferiores ao de outras cidades europeias, como por exemplo, a *tour* de Paris, capital de maiores dimensões e onde em meados do século XIX eram abandonadas cerca de 4 000 crianças por ano (totalizando toda a França 15 000 exposições). Por sua vez, em Milão, a partir de 1842, o número de entrada de expostos nunca foi inferior a 3 000 e, entre 1861 e 1867, chegou a alcançar os 5 000 expostos admitidos por ano³⁰⁷.

Como referido, sabia-se que para os altos valores alcançados na capital muito contribuía a vinda de crianças de outras zonas. Segundo o governador civil de Lisboa, os concelhos de Sintra, Vila Franca de Xira e Azambuja, apesar de terem a sua própria roda, faziam conduzir os seus abandonados para a capital. Esta situação viu-se agravada a partir de 1866, quando as rodas dos concelhos próximos foram encerradas, medida que não foi acompanhada pela criação de hospícios e pelo socorro às mães³⁰⁸.

Mencione-se ainda que a ligeira diminuição do abandono no início da década de 1860 pode estar associada às medidas levadas a cabo no Hospital de São José. Até então, o hospital oferecia a condução do recém-nascido até à Misericórdia de Lisboa, prática que findou, obrigando-se as mães, após o parto, a amamentar os menores e a levá-los consigo à saída, podendo *a posteriori* abandoná-los ou não³⁰⁹.

³⁰⁷ Comparativamente, as proporções do abandono em Moscovo, na segunda metade de Oitocentos, eram muito superiores, chegando a ser abandonados 17 000 menores por ano. Em Madrid, entre 1890 e 1920 foram abandonadas entre cerca de 1 200 a 1 600 crianças. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861; FUCHS, 1984 p. 46, HUNECKE, 1985, p. 23; JABLONKA, 2006, p. 10; RANSEL, 1988, p. 3; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 550

³⁰⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 4; *Relatório...*, 1868, p. 3.

³⁰⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1865, p. 5.

Entre 1860 e 1870 sabemos que a esmagadora maioria dos menores, nomeadamente, 98% eram entregues vivos e, apenas 2%, já mortos. Havia uma tentativa de salvação daquelas crianças, dando-lhes a possibilidade de sobrevivência, de uma vida melhor ou, até, a possibilidade de posterior recuperação parental passado o período de maiores cuidados.

Findas as exposições infantis na capital, verificamos que, entre 1871 e 1873, há uma forte diminuição dos abandonos (317 no último ano), embora este hiato possa representar uma fase de adaptação. Só em meados de 1871 foram criados os hospícios limítrofes à capital, nomeadamente, em Belém e nos Olivais, contribuindo para um decréscimo do fluxo de crianças rumo à Misericórdia de Lisboa³¹⁰. Paralelamente, nesta fase inicial, o abandono em locais públicos continuava a constituir uma realidade. Enquanto em 1871 foram encontradas apenas 18 crianças, só no mês de Novembro de 1872 foram descobertas seis e, em Dezembro do mesmo ano, 15. Tal levou a que Misericórdia de Lisboa reforçasse o policiamento, sobretudo, das mulheres que tinham os seus filhos no Hospital de São José³¹¹.

Os valores consolidam-se a partir de 1873, com níveis muito mais baixos comparativamente à fase anterior, atingindo o seu mínimo em 1906 (88). Recorde-se as já referidas medidas adoptadas pela Misericórdia de Lisboa, de que são exemplo, a partir de 1871, na candidatura à admissão do menor, a necessidade de apresentação de um comprovativo de identidade e residência na capital da mãe nos nove meses anteriores ao parto ou a não autorização de entrada de crianças com mais de seis meses, pois “a mesa entende que neste caso a mãe não é encoberta, e expõe por motivos criminosos, e para no caso de haver motivo de miséria a administração lhe poder dar subsídio”³¹².

Como verificámos, em França, algumas rodas foram encerradas a partir da década de 1850 ou procurou-se vigiá-las pela polícia, de forma a limitar o número de exposições. Quando esta foi fechada em Paris, em 1862 (após uma grande oposição em 1852 e 1853, em que as pessoas apelaram à sua manutenção), também aqui o número de crianças a entrarem na instituição diminuiu, alcançando os 230 menores por ano. Datando o encerramento da *ruota* de Milão de 1868, o abandono decresceu significativamente para 300 a 400 crianças (legítimas) em 1874 e para menos de uma centena nos anos seguintes.

³¹⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 7

³¹¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 6-8.

³¹² AHSCML, *Acta...* n.º 8, 8 de Março de 1871, fl. 5v.

No contexto português, como estudado por Maria Antónia Lopes para o distrito de Coimbra, o fim da roda anónima fez decair o abandono de cerca de 600 crianças admitidas em 1872, data da transição, para pouco mais de 50 no ano seguinte e apresentando uma tendência decrescente até 1890. O encerramento das rodas no distrito de Viana e sua substituição por hospícios em 1866 ditou o mesmo resultado³¹³.

Conclua-se que, entre 1871 e 1910, o número de exposições em Lisboa ronda cerca de 10% do valor médio de 1850 a 1870, reflexo da penalização do abandono anónimo e das medidas a partir de então implementadas. Não houve, por contraponto, um aumento do infanticídio ou do aborto, tendência sentida noutros estados da Europa católica³¹⁴.

³¹³ É difícil compararmos estes valores com os apresentados por Barbara Revuelta Eugercios para o caso de Madrid, dado que aqui, como já foi referido, apesar da roda ter sido encerrada, continuavam a ser aceites crianças legítimas e era permitido o abandono temporário. Assim se justifica o crescente valor de menores institucionalizados, que sobe de cerca de 1 000 em 1926 para cerca de 1 600 em 1932. FONTE, 2004, pp. 251 e 262; FUCHS, 1984, p. 46; HUNECKE, 1985, p. 2; LOPES, 2016-a, p. 8; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 550.

³¹⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872, p. 11; MATTOSO, 2011, p. 135

1.1. Sazonalidade do abandono

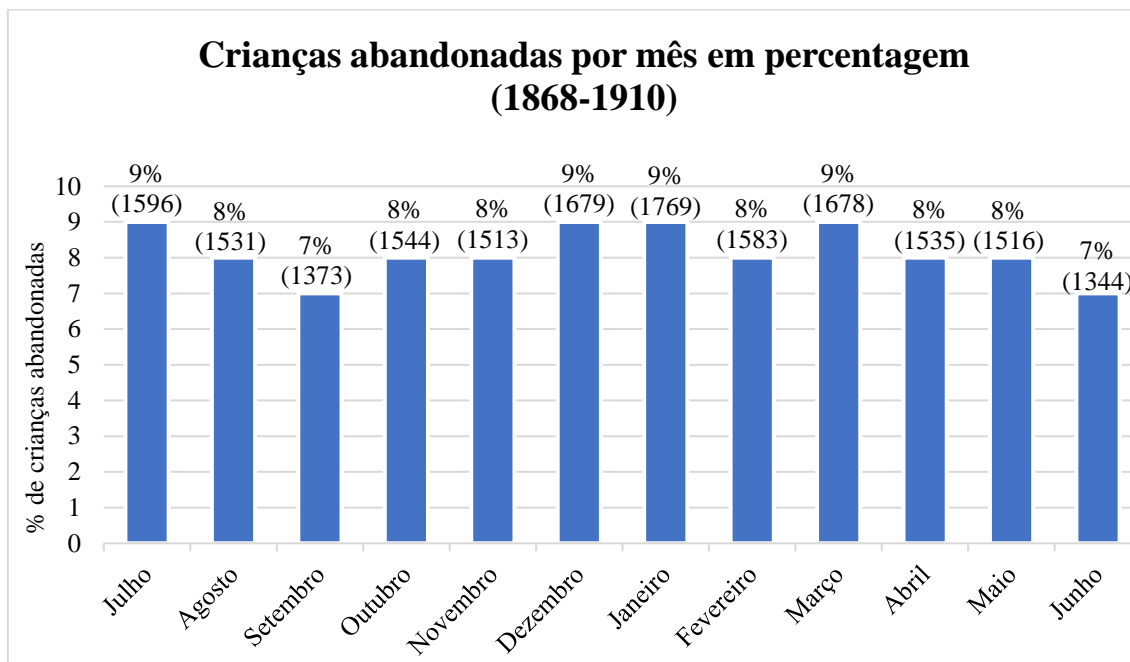


Gráfico 2. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por mês em percentagem entre 1868 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1870-1911.

É apenas a partir do ano económico de 1868-1869 que os relatórios da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa nos fornecem estatísticas contínuas do abandono infantil por mês³¹⁵.

Verificamos não existirem meses de intensificação da exposição de crianças ao longo do período de análise, ao contrário do que Isabel dos Guimarães Sá identificou para o caso de Braga onde, entre 1800-1875, os abandonos ocorreram, sobretudo, entre Janeiro e Maio; ou como Nuno Cortes verificou para Faro, onde nos meses de Dezembro, Janeiro, Outubro e Março predominava a exposição de meninos e, nos meses de Dezembro, Julho, Novembro e Outubro de meninas. Na realidade, em Lisboa, a percentagem de exposições

³¹⁵ Os relatórios de 1849-1850 e 1850-1851 apresentam dados mensais do total de abandonos na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Todavia, dado o lapso cronológico, uma vez que só voltamos a ter esta informação no final da década de 1860, optou-se por não os contabilizar. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1851.

por mês, variou sempre entre os 7% e os 9%, o que se traduz, quer antes, quer após o fim do abandono anónimo na roda numa dispersão em termos intra-anuais³¹⁶.

Podemos, no entanto, referir que os valores percentuais mais altos (9%) correspondem aos meses de Dezembro, Janeiro, Março e Julho. Os dois primeiros meses estão associados ao Inverno, enquanto o terceiro à Primavera e, o quarto, ao Verão, mas ainda assim tendo pouco destaque no cômputo geral.

Paralelamente, os meses de maior ou menor abandono não são idênticos ao longo dos anos, não se podendo afirmar a existência de um padrão de abandono relacionado com a sazonalidade (anexo 3).

1.2. Entrada com declarações

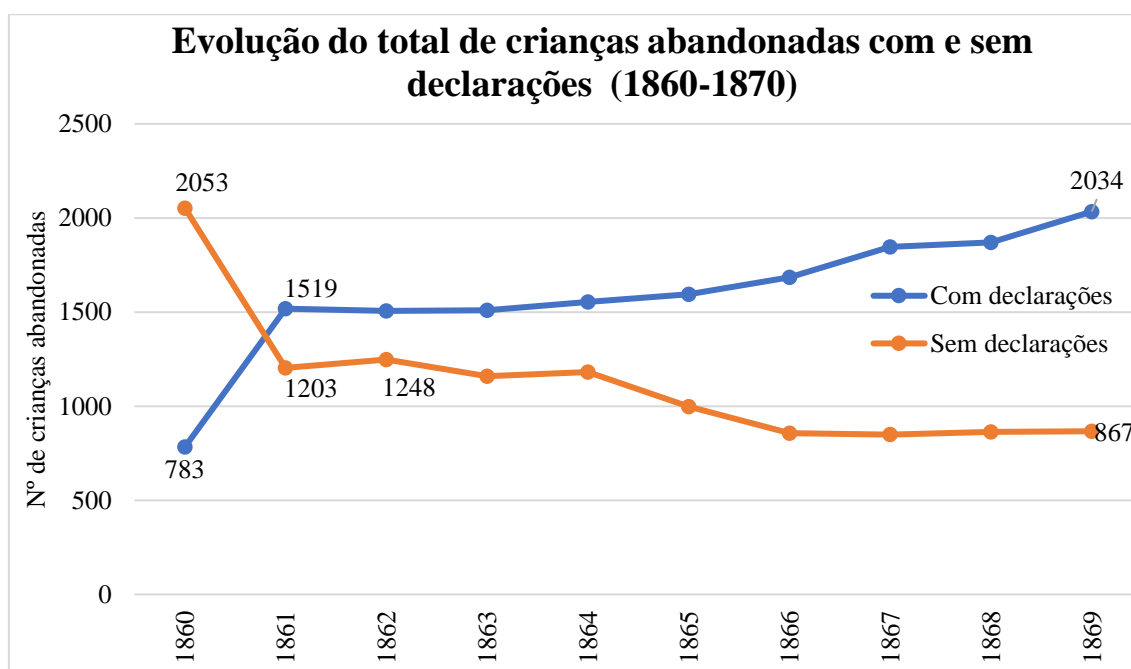


Gráfico 3. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tendo dado entrada com e sem declarações entre 1860 e 1870, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1871.

³¹⁶ PÉREZ MOREDA, 1996, p. 144; SÁ, 1993, 105.

Os quantitativos relativos ao acompanhamento das crianças por declarações no acto de entrada na instituição são-nos dados a partir de 1860-1861 até Junho de 1870, poucos meses antes da adopção do novo modelo de admissão na capital³¹⁷. A partir desta última data, deixamos de ter esta informação dada a imposição da identificação parental. As crianças deixam de ser acompanhadas por uma declaração, pois as informações necessárias são prestadas ao fiscal da roda. No período de exposição anónima legal, estas declarações representavam um meio de transmissão de informação sobre o abandonado, como por exemplo, em relação às circunstâncias do seu nascimento, local e data, pedidos de nome ou, mesmo, sobre a origem da criança. Paralelamente, estas também eram uma fonte para posterior identificação e recuperação, sendo as informações das declarações (ou dos sinais) confrontadas com aquilo que era transmitido pelas pessoas que fossem buscar o menor. Refira-se, contudo, que os quantitativos sobre esta informação apresentam, em alguns anos, um ligeiro desvio relativamente ao total de abandonos, podendo existir alguma incorrecção nos mesmos.

Desta forma, verificamos que a passagem do primeiro para o segundo ano da série é decisiva, marcando uma inversão de posições em relação aos dois grupos de crianças. Globalmente, o número de menores entrados na Real Casa dos Expostos de Lisboa entre 1860 e 1869 com declarações quase triplica (passando de 783 para 2 034), contrastando com a tendência decrescente daqueles que entraram sem este documento informal (decaindo de 2 053 para 867). Tal leva-nos a questionar se, no acto de abandono, prevaleceria a ideia de que este seria temporário, visando-se uma posterior recuperação da criança quando as circunstâncias (maioritariamente económicas) assim o permitissem. Era este acto perspectivado já não como algo permanente, mas sim transitório? Estava a Real Casa dos Expostos ao serviço das necessidades imediatas e temporárias da população? Será que tal representava uma mudança de mentalidade e de atitude face ao abandono? Verificá-lo-emos *a posteriori*, pela análise das recuperações parentais e, sobretudo, na Parte III deste estudo, à luz do percurso de vida de algumas crianças e do que estava escrito nas declarações que as acompanharam no momento de entrada na instituição.

Por outro lado, podemos ainda questionar se, ao transmitirem-se informações nas declarações, não se pretendia garantir a sobrevivência da criança, independentemente de se prever (ou não) a sua posterior recuperação? De facto, alguns dados facultados podiam

³¹⁷ Estes dados também nos são fornecidos por sexo e idade, mas optámos por quantificá-los no seu todo.

ser determinantes, revelando a fragilidade da saúde dos menores ou dos seus pais e/ou atestando doenças hereditárias, permitindo à Misericórdia de Lisboa canalizar os seus esforços médicos para a sua cura ou, até, evitando o contágio à ama que amamentava a criança doente.

1.3. A admissão justificada e ponderada e os resquícios de abandono anónimo após 1870

Como referido, dado o fim do abandono anónimo legal, a partir de 1 de Dezembro de 1870, os dados tornam-se mais diversificados, não só ao nível das características do abandono e dos expositores, como de seguida estudaremos, como também relativamente ao acto de exposição em si e aos processos dele decorrentes. Assim, não só o policiamento em torno e na instituição se torna mais rigoroso, como também os dados estatísticos fornecidos pela Misericórdia de Lisboa nos seus relatórios são mais ricos.

Também neste caso as estatísticas se diversificam ao longo do tempo, não existindo uma homogeneidade das mesmas entre 1871 e 1910. Conforme o novo modelo de admissão ponderado e controlado se vai tornando mais consistente, os dados passam a ser apresentados de uma forma mais variada.

Começemos por analisar a forma de entrada das crianças na instituição a partir de 1871.

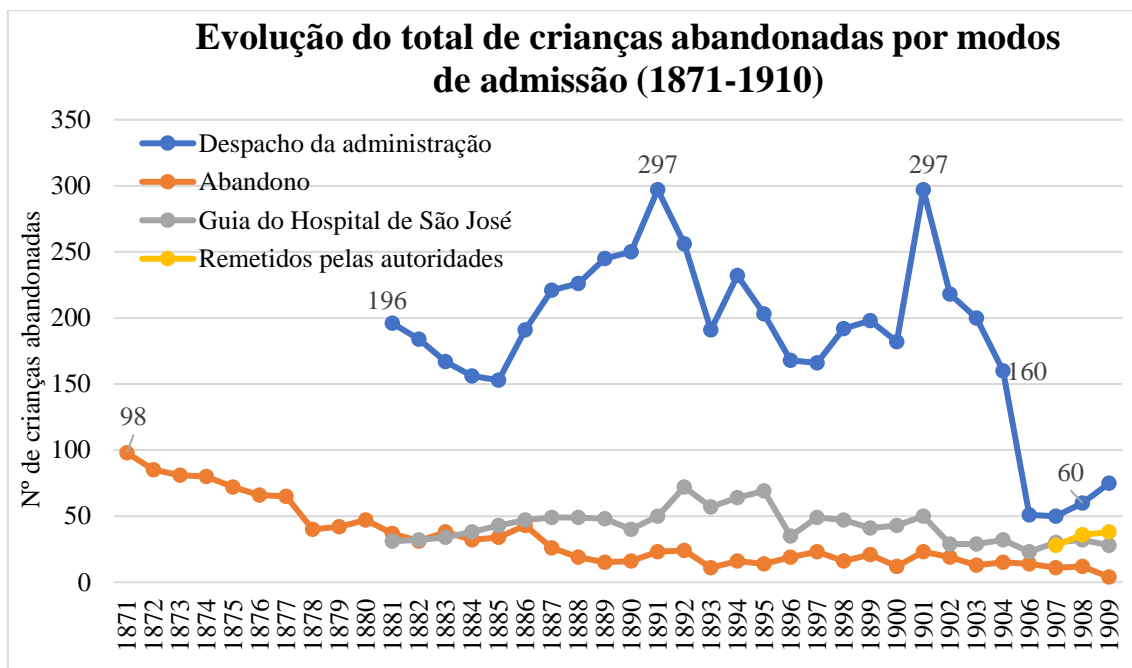


Gráfico 4. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por modos de admissão entre 1871 e 1910, anos económicos³¹⁸.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

No que diz respeito aos modos de entrada das crianças abandonadas na Real Casa dos Expostos de Lisboa, entre 1871 e 1909, os relatórios vão-se tornando cada vez mais específicos. Até 1881 a única categoria mencionada era o “abandono”. Este surge de forma genérica, englobando as várias formas de entrada - vindos do Hospital de São José, encontrados em locais públicos pelas autoridades administrativas ou policiais ou admitidos na instituição seguindo o processo legal.

A partir do referido ano o “abandono” passa a designar apenas a exposição da criança em local público. Surgem, assim, duas novas categorias - o “despacho da administração”, ou seja, aqueles que foram legalmente admitidos, e a “guia do Hospital de São José”, nomeadamente, os abandonados que foram remetidos por esta instituição com a respectiva guia identificativa da mãe. É apenas no final do nosso período de estudo (1907) que se referem ainda aqueles que foram remetidos pelas autoridades, nomeadamente, no âmbito dos “contratos” estabelecidos, por exemplo, com a Polícia Civil de Lisboa que anteriormente mencionámos.

³¹⁸ Foram consideradas apenas as crianças que entraram vivas.

Dada e evolução das categorias anteriormente apresentadas, verificamos que até ao início da década de 1880, as crianças entravam, somente, por abandono. A partir de então, passa a predominar a entrada por despacho da administração, que apresenta uma evolução inconstante ao longo do tempo. Iniciando-se em 1881 com 196 casos, depois de um decréscimo inicial, atinge um pico em 1891 (297) e outro em 1901 (297), decaindo para o valor mínimo em 1907 (50). A prevalência desta categoria sugere uma aceitação do novo modelo de admissão ou a capacidade de o impor, dado que a grande maioria das crianças entrava na Real Casa dos Expostos pelo processo legal, mediante o controlo, ponderação e justificação da entrada.

Após 1881 verifica-se também a admissão de um número limitado de crianças enviadas pelo Hospital de São José e um valor residual de exposições em lugares públicos, sendo algumas destas crianças entregues à instituição pela polícia.

Constatámos, na Parte I deste estudo, as queixas da misericórdia da capital, mesmo após 1870, relativamente ao número de recoveiras que, contratadas pelos pais, aí entregavam as crianças prestando falsas declarações relativamente à sua origem e filiação. Mas seriam estas as maioritárias no acto de entrega?

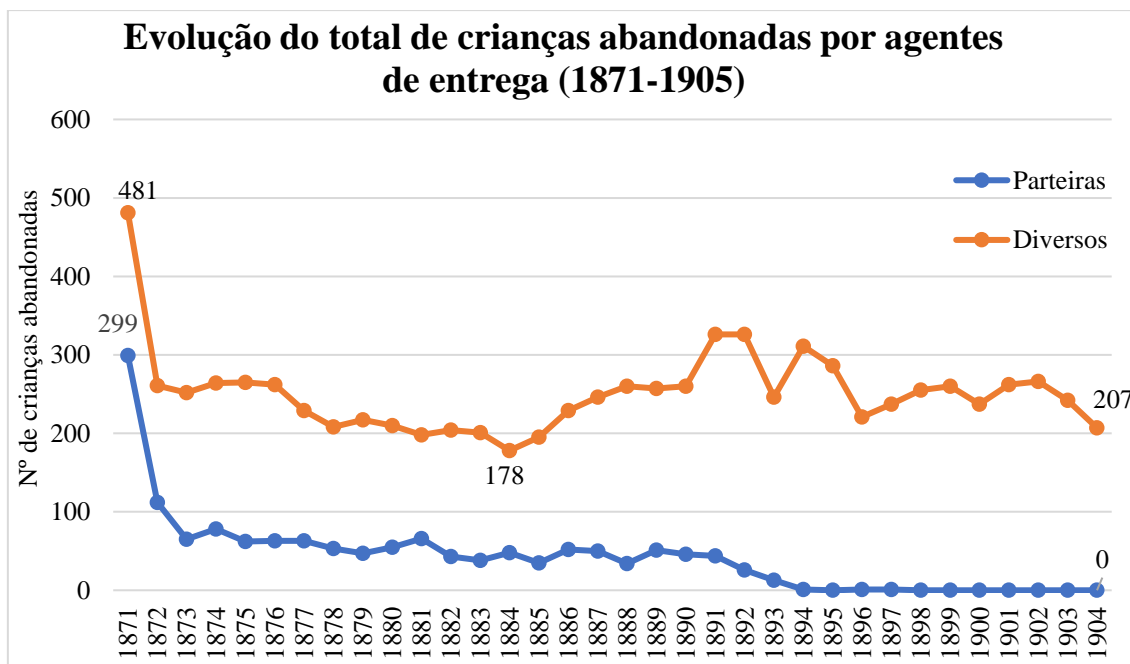


Gráfico 5. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por agentes da entrega entre 1871 e 1905, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Os relatórios da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa apresentam, desde o ano económico de 1871-1872 e até 1904-1905, dois possíveis agentes de entrega das crianças para admissão na instituição: as “parteiras” e um outro grupo genericamente designado “diversos”. Uma questão que se coloca e que não é explícita na fonte é: quem são estes “diversos”? Quem entra nesta categoria? Poderiam ser as recoveiras, que levavam as crianças cujos pais não se queriam identificar e que prestavam falsas declarações, aproveitando os anos iniciais em que o modelo de admissão ainda não estava severamente implementado e em que a fiscalização não era tão apertada? Ou seriam os pais ou outros familiares, prevalecendo então os abandonos declarados (por oposição aos abandonos encobertos)? Este último caso demonstraria uma maior confiança no sistema ou, por outro lado, como sabemos ter acontecido com o auxílio das forças policiais, uma maior vigilância e procura em saber se a admissão era realmente fundamentada e justificada.

Pela análise do gráfico 5 verificamos que, entre 1871 e 1904, as crianças foram maioritariamente levadas para a Real Casa dos Expostos de Lisboa por pessoas pertencentes à categoria “diversos”. Ainda que a evolução deste grupo seja inconstante,

decrecendo até 1884 (de 481 para 178), subindo até 1891 (326) e decaindo após este ano (alcançando os 207 casos em 1904), a sua representatividade é muito superior à do grupo “parteiras”.

O número de crianças entregues por este último grupo diminui ao longo do tempo (de 299 para 0 menores), atingindo valores quase nulos a partir de 1894. Tal pode estar relacionado com os entraves colocados pela Misericórdia de Lisboa à admissão de menores levados para a Real Casa dos Expostos por recoveiras que, frequentemente, podiam ser as próprias parteiras.

Havendo resquícios de abandono anónimo após 1 de Dezembro de 1870, quem encontrava estas crianças e onde?

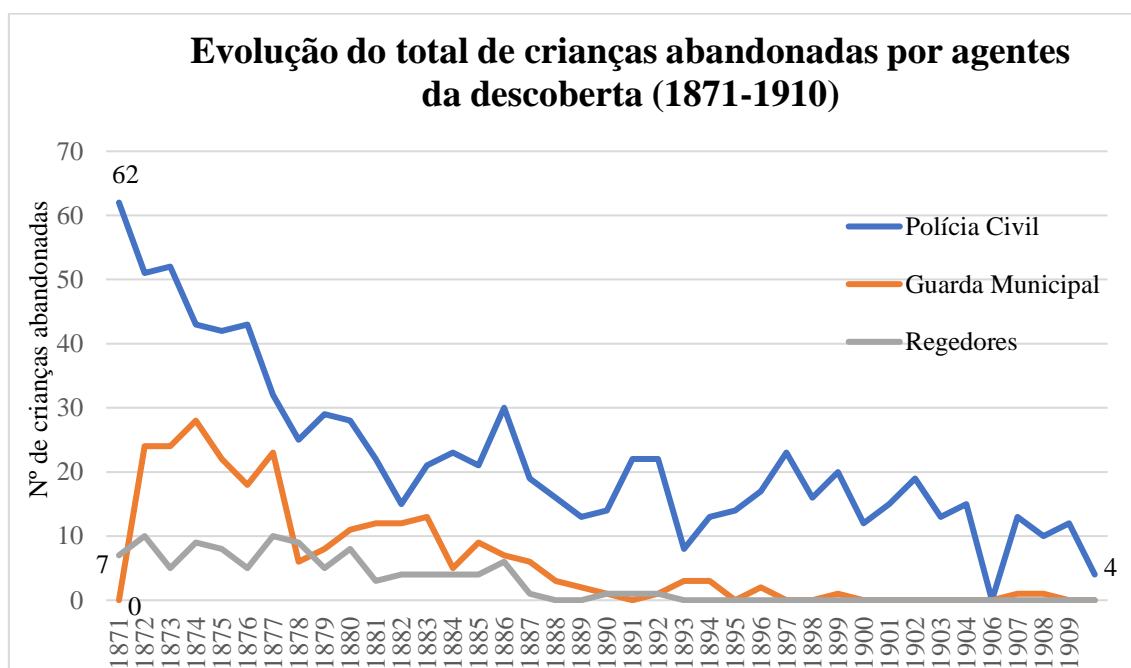


Gráfico 6. Evolução do total de crianças abandonadas em locais públicos por agentes da descoberta entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

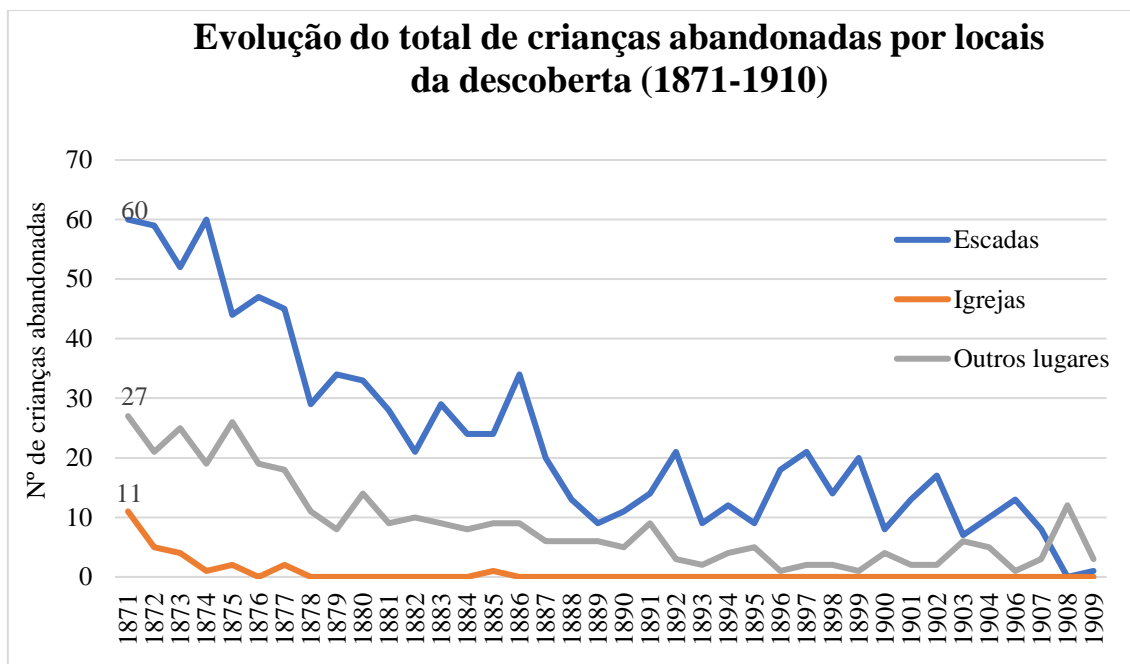


Gráfico 7. Evolução do total de crianças abandonadas em espaços públicos por locais da descoberta entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

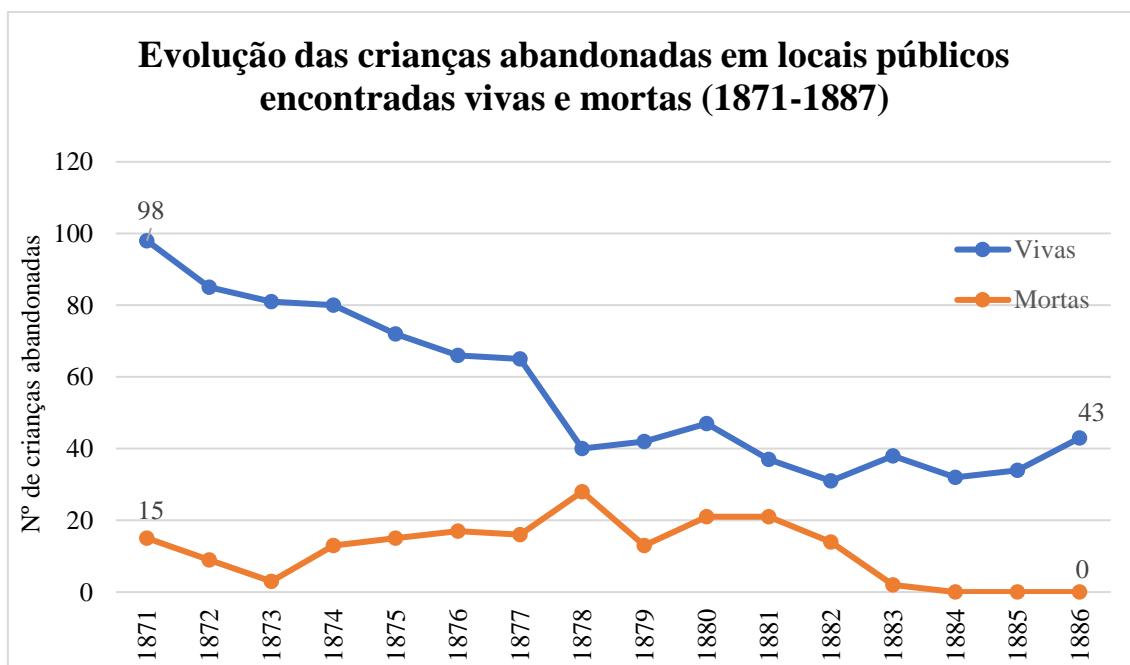


Gráfico 8. Evolução das crianças abandonadas em locais públicos encontradas vivas e mortas entre 1871 e 1887, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1887.

Pela análise do gráfico 6 podemos concluir que a maior parte das crianças abandonadas em locais públicos foram encontradas por forças policiais, destacando-se os membros da Polícia Civil de Lisboa que, no primeiro ano, o seu ponto máximo, encontraram 62 menores, valor que decaiu até 1909 (4), ainda que se forma inconstante. Menor representatividade tinham as descobertas dos polícias da Guarda Municipal e, ainda inferior (e nula a partir de 1893), dos regedores.

A Polícia Civil de Lisboa havia sido criada recentemente, por lei de 1867 (à semelhança da Polícia Civil do Porto), revelando-se importante na manutenção da ordem e da segurança pública, no combate ao crime e supressão de escândalos. A sua relevância na descoberta dos autores do abandono anónimo em locais públicos, consequente desenvolvimento de investigações para identificar os pais das crianças e instauração de processos judiciais, transmite-nos o esforço de colaboração com a Misericórdia de Lisboa, frequentemente instigado pela concessão de prémios remuneratórios da descoberta dos expositores. Desta forma, tanto a Polícia Civil de Lisboa como a misericórdia da capital combatiam este crime, ao mesmo tempo que regulavam os costumes e comportamentos da sociedade lisboeta³¹⁹.

Paralelamente, como já foi referido na Parte I deste estudo, existem relatos nas próprias actas da mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa, que nos contam casos individuais e a partir das quais conseguimos identificar os polícias em causa. De um levantamento de 29 indivíduos, identificámos 13 que foram referidos como pertencentes à Polícia Civil de Lisboa e que constam dos livros de matrícula desta última³²⁰. Estes eram naturais de concelhos de fora da capital, nomeadamente dos distritos de Aveiro (um caso), Braga (um caso), Bragança (um caso), Castelo Branco (um caso), Coimbra (um caso), Leiria (dois casos), Portalegre (um caso) e Viseu (dois casos). Destacaram-se ainda três polícias civis do distrito e concelho de Lisboa. Tinham entre 1,56 e 1,73 metros de altura e, maioritariamente, cabelos e olhos castanhos e eram de cor natural. Antes de se alistarem

³¹⁹ Segundo a mesma lei, um comissário de polícia recebia 500 000 réis, um chefe de esquadra 600 réis diários e o cabo de secção 500. Já os simples guardas auferiam 400 réis mensais. Assim se justifica a importância e peso económico do prémio de 20 000 réis concedido pela Misericórdia de Lisboa aquando da descoberta de expositores. AHAR, *Lei de 2 de Julho de 1867*, pp. 450-453.

Sobre a polícia em Lisboa, contexto em que se integra a Polícia Civil de Lisboa e as Guardas Nacionais ler GONÇALVES, 2007.

³²⁰ Refira-se que conhece-se ainda que outros oito polícias foram agentes da descoberta de crianças abandonadas em locais públicos. Contudo, dado que não temos o seu nome não os conseguimos procurar nos livros de matrículas da Polícia Civil de Lisboa, tendo-os eliminado do nosso total. Procurámos ainda investigar os polícias referidos como pertencentes à Polícia Judiciária, mas o arquivo histórico desta instituição não dispõe do mesmo tipo de documentação (nomeadamente, dos livros de matrícula).

na Polícia Civil de Lisboa, tinham sido cabos de Infantaria, soldados do Batalhão de Engenheiros e da Guarda Fiscal e soldados dos Regimentos de Caçadores e da Cavalaria. Ou seja, já se dedicavam a funções relacionadas com a defesa e segurança. Aquando da descoberta dos expositores sabemos que a maioria eram cabos e guardas, ou seja, aqueles que recebiam os salários mais baixos e que eram aliciados pelo prémio concedido pela misericórdia da capital³²¹.

Como o demonstra o gráfico 7, as crianças deixadas à mercê em locais públicos eram expostas, sobretudo, em escadas, não obstante a sua tendência decrescente de 60 casos em 1871 para um em 1909. Assim o atestava também a notícia já transcrita do jornal *Diário de Notícias*³²². Com um peso muito inferior estava o abandono em outros locais, embora ultrapasse as exposições em escadas na transição de 1907 para 1908 e, com valores nulos a partir de 1878, em igrejas. Sabe-se, contudo e como verificado no gráfico 8, que a maioria destes abandonados eram encontrados ainda com vida (83%, por oposição aos 17% encontrados já mortos)³²³.

Na sequência da descoberta das crianças, eram instaurados processos judiciais quer por abandono quer por infanticídio, que se traduziram nos gráficos de seguida apresentados.

³²¹ ANTT, Corpo de Policia Civil de Lisboa, *Livro de matrícula do pessoal d'este corpo*, 1877; *Policia Civil de Lisboa. Matrículas do pessoal do corpo*, 1885-1891.

³²² *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1870, s.p.

³²³ As crianças encontradas mortas eram conduzidas para a casa mortuária da Misericórdia de Lisboa. A tendência foi para a sua diminuição ao longo do tempo. Contudo, verificaram-se ligeiros aumentos entre 1873 e 1874 e de 1878 a 1881. Poder-se-á tratar não propriamente de um acto de infanticídio, mas antes da morte aquando do parto. Tal é reforçado pelos dados sobre os processos por infanticídio, que são pouco significativos e inferiores ao número de crianças encontradas mortas.

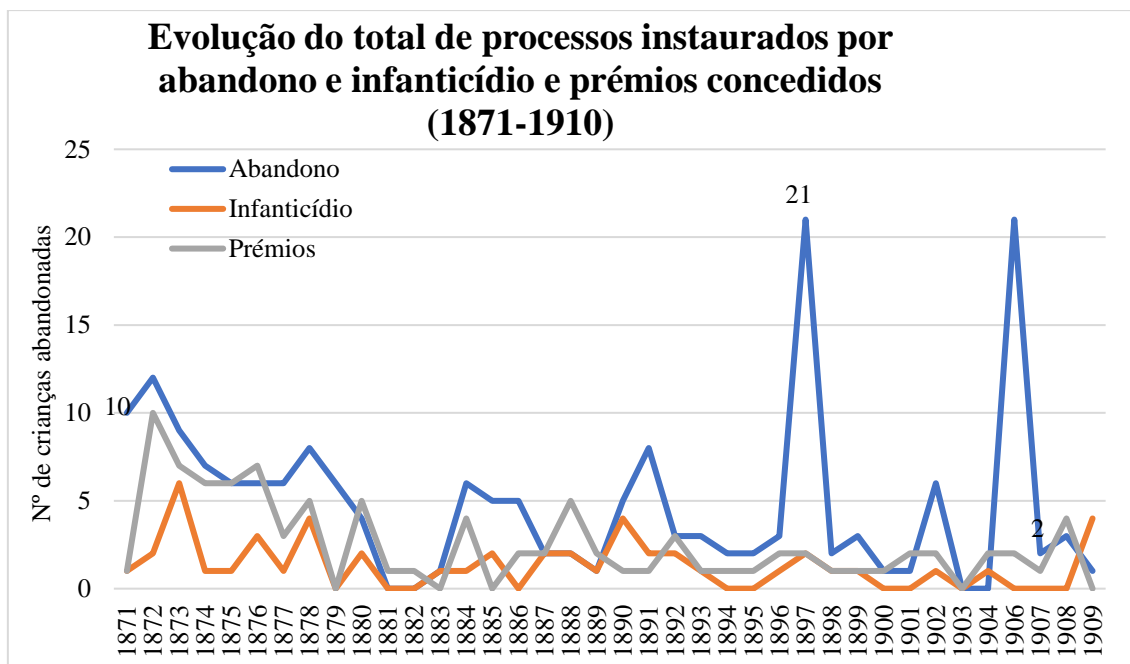


Gráfico 9. Evolução do total de processos instaurados por abandono em locais públicos e infanticídio e prémios concedidos entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Nota: Os valores aqui apresentados podem não corresponder aos avançados na Parte I (2.4.1.1.1.) dado que as fontes são diferentes, baseando-se aqueles nas actas da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

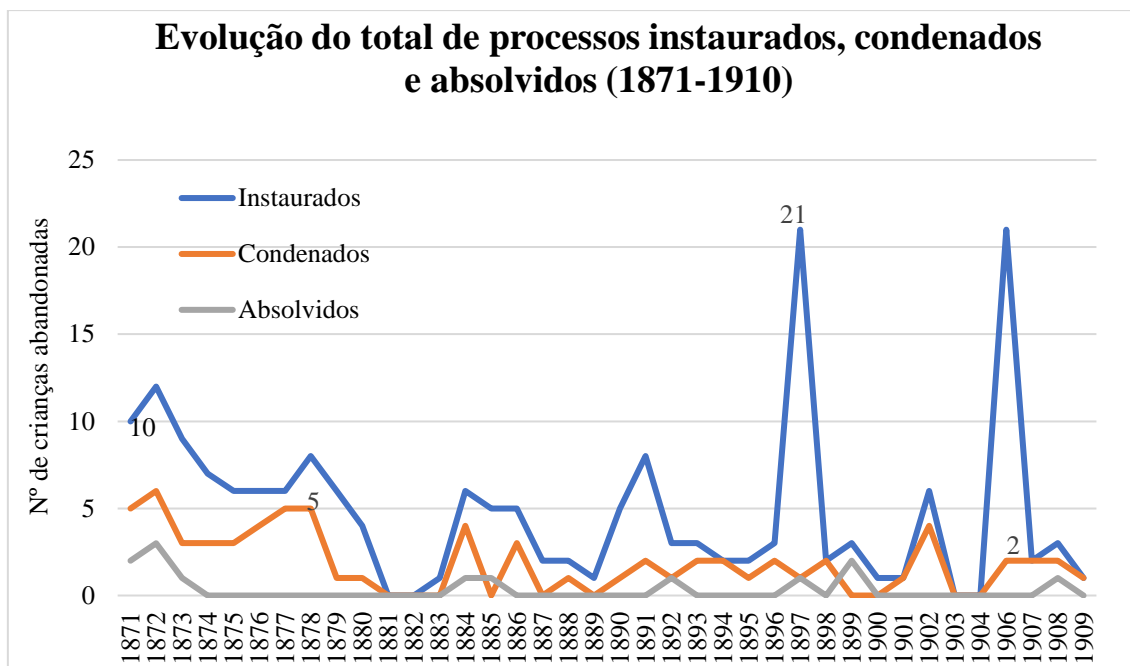


Gráfico 10. Evolução do total de processos instaurados, condenados e absolvidos por abandono em locais públicos entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Nota: Os valores aqui apresentados podem não corresponder aos avançados na Parte I (2.4.1.1.1.) dado que as fontes são diferentes, baseando-se aqueles nas actas da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Como verificámos, o número de crianças encontradas vivas abandonadas em locais públicos era muito superior àquelas que foram encontradas mortas. Por este motivo, e como podemos comprovar pelo gráfico 9, o número de processos abertos por abandono é maior do que aqueles que foram abertos por infanticídio, ainda que em alguns anos estes últimos tenham suplantado os primeiros³²⁴.

Entre 1871 e 1910 foram insturados 183 processos judiciais decorrentes de actos de exposição. Iniciando-se em 1871 com 10 casos, alcançou-se o pico máximo em 1897

³²⁴ Segundo Maria Antónia Lopes, após o encerramento da roda de Coimbra em 1872, caso uma criança fosse abandonada num espaço público procurava-se a pessoa responsável por este acto e identificava-se a mãe, a quem era entregue o menor. Tal era levado a cabo pelas autoridades administrativas, não implicando o instaurar de processos judiciais, decorrentes apenas de casos de infanticídio e aborto. LOPES, 2016-a, p. 3.

e em 1906, anos em que são instaurados 21 processos. Todavia, a sua evolução é bastante inconstante (anexo 10).

Dada a frequente falta de provas, do total de 183 processos, apenas 83 tiveram andamento, resultando 70 em condenações e 13 em absolvições, estas últimas relacionadas, na maioria dos casos, com a pobreza dos pais, que os impossibilitava de pagar as despesas de criação. Desta forma, e tal como demonstra o gráfico 10, foi apenas em 1894, 1898, 1901, 1907 e 1909 que todos os processos instaurados foram alvo de condenações (anexo 10).

Não obstante o número de processos instaurados e destes resultarem em condenações ou absolvições, não parece ter havido uma tendência evolutiva definida ao longo dos quase 40 anos representados. A misericórdia da capital pretendia, efectivamente, controlar os expositores e os seus comportamentos, contribuindo para impor normas morais. Esta tentativa de controlo reflecte-se, igualmente, no número de prémios concedidos, um total de 95 ao longo do período de análise. Estes atingem o seu pico máximo em 1872, como podemos verificar no gráfico 9, após o fim do abandono anónimo na capital, transmitindo a necessidade de uma fiscalização mais apertada. A relação colaborativa com as forças policiais fazia com que estas últimas fossem um mecanismo de vigilância essencial ao dispor da Misericórdia de Lisboa enquanto reguladora de costumes³²⁵.

³²⁵ Refira-se ainda que a Misericórdia de Lisboa remetia os casos de abandono para tribunais específicos, como ocorreu no ano económico de 1875-1876 dado o réu ser praça do exército. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1877.

2. Os motivos do abandono. Caracterização das mães e das crianças

Como referido, o novo modelo de acolhimento dos menores abandonados, em prática a partir de 1 de Dezembro de 1870, pressupunha um inquérito parental. Contudo, perante a ausência de informação anterior ao fim das exposições anónimas legais na roda não é possível verificar as continuidades e rupturas das características do abandono disponíveis após aquela data.

2.1. Motivos do abandono

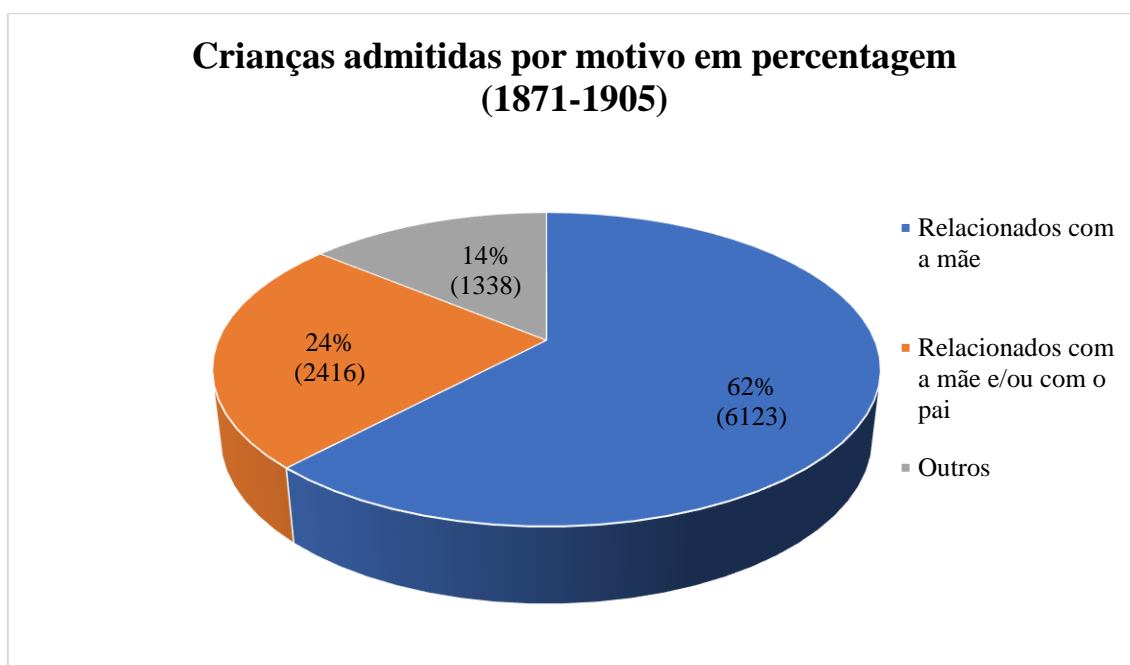


Gráfico 11. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono em percentagem entre 1871 e 1905.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Tabela 1. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono discriminado em percentagem entre 1871 e 1905

Motivos		Percentagem
Relacionados com a mãe	Vergonha	3%
	Desregramento	4%
	Abandonada pelo pai	25%
	Domicílio em casa alheia	30%
Relacionados com a mãe e/ou com o pai	Miséria	8%
	Incapacidade física	12%
	Falecimento	4%
Outros motivos	Causas desconhecidas ³²⁶	14%
Total		100%

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906³²⁷.

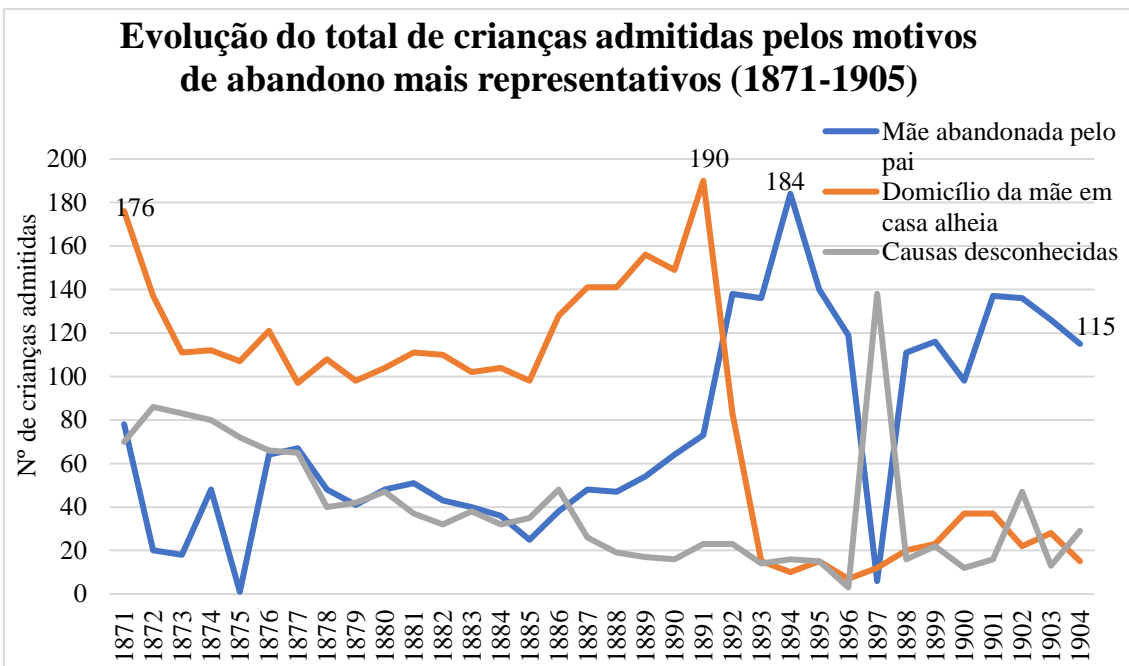


Gráfico 12. Evolução do total de crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de acordo com os motivos de abandono mais representativos entre 1871 e 1905, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

³²⁶ As causas desconhecidas são o somatório das seguintes categorias da fonte: “causas desconhecidas”, abandono pela mãe” e “encontrados pela polícia civil, guarda municipal e regedores”.

³²⁷ A estes motivos devem-se somar o desregramento do pai, a prisão dos pais, a portaria do ministério do reino e o suicídio da mãe, excluídos da análise pela sua pouca representatividade (inferiores a quatro casos).

Os motivos inerentes ao abandono de crianças na Real Casa dos Expostos de Lisboa da misericórdia da capital são-nos disponibilizados entre 1871 e 1905. Sabemos que, numa fase inicial, estes podem não corresponder à realidade, dadas as falsas declarações prestadas pelas recoveiras. No entanto, como estudámos, ainda em meados da década de 1870, a fiscalização torna-se mais severa.

Pela análise do gráfico 11 verificamos que os motivos de abandono estavam essencialmente relacionados com a mãe, representando 62% do total e contrastando com apenas 24% relacionados com a mãe e/ou com o pai e 14% com outros motivos. De facto, de acordo com a tabela 1, concluímos que o domicílio da mãe em casa alheia (30%) e o seu abandono pelo pai da criança (25%) correspondem a mais de metade das razões inerentes à admissão de menores na instituição da capital. O primeiro motivo corresponde ao trabalho das mães como criadas, sendo que a Misericórdia de Lisboa reconhecia a necessidade de auxílio desta classe. Por exemplo, em França para se ser criada era necessário ser-se solteira e não ter filhos. Desta forma se justifica que muitas destas mulheres, perante o nascimento de um filho, decidissem abandoná-lo. Por outro lado, segundo Maria Antónia Lopes, em Coimbra, era frequente as criadas viverem na marginalidade quando eram despedidas, pois muitas vezes eram abandonadas pelo progenitor da criança. Assim, o segundo motivo, remete para o facto da mãe, sozinha, não conseguir criar o filho ou, por ser solteira, visar salvaguardar a sua honra³²⁸.

Analisando, através do gráfico 12, a evolução dos motivos percentualmente mais representativos verificamos que, até 1892, prevalece o domicílio materno em casa alheia. Representando 176 das razões de abandono em 1871, atinge o seu valor máximo em 1891 com 190 casos. Entre o ano seguinte e 1893 dá-se uma transição, passando o abandono da mãe pelo pai a ser mais representativo, ainda que de uma forma inconstante, e alcançando o seu pico máximo em 1894 com 184 crianças a serem admitidas por este motivo.

A idade e a ocupação ou profissão da mãe podem-nos ajudar a identificar, igualmente, as motivações para o abandono de menores, ainda que de forma indirecta.

³²⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 13; LOPES, 2003, p. 3; TILLY, 1992, p. 9.

2.2. Caracterização das mães e das crianças

2.2.1. Caracterização das mães

2.2.1.1. Estado civil

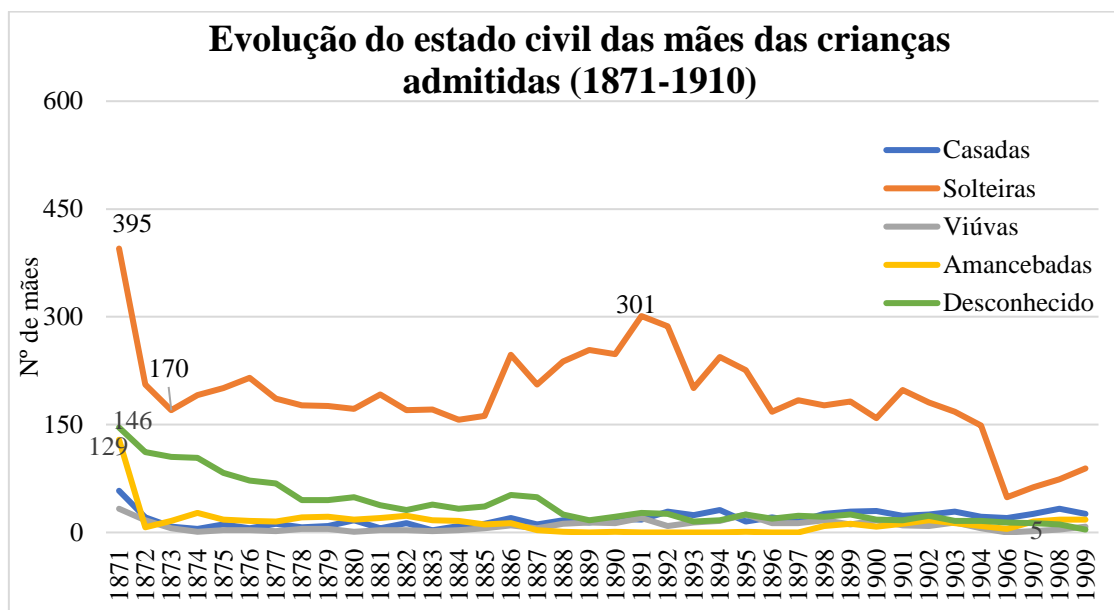


Gráfico 13. Evolução do estado civil das mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Ao longo dos quase 40 anos de análise sobressai o abandono por mães solteiras que, depois de um decréscimo inicial (de 395 para 170 em 1873) aumentam até 1891 (301) para decrescerem a partir de então (atingindo os 89 casos em 1909). O predomínio das solteiras e as flutuações verificadas podem estar relacionados com os motivos de exposição. Numa primeira fase eram, sobretudo, as mães que residiam em casa alheia que abandonavam, não tendo quem ficasse com os seus filhos e podendo perder o seu trabalho. Já a partir do começo da década de 1890, destacaram-se as mães abandonadas pelos pais, sem meios de sustento ou socialmente discriminadas pelo seu estado civil. Também Afonso Teodoro da Fonte constatou serem predominantes os abandonos no distrito de Viana por mães solteiras, criadas de servir, de cuja condição derivava a ilegitimidade do menor. Nesta região era ainda comum que estas mães se tornassem amas

dos seus próprios filhos e que, muitas das recuperações parentais, tenham sido levadas a cabo por mulheres solteiras, dado serem estas as maiores expositoras³²⁹.

Perante esta relevância das mães solteiras, logo após do fim do abandono legal a Misericórdia de Lisboa colocou a hipótese de que lhes fossem atribuídas gratificações, auxiliando-as no seu casamento. Todavia, apesar desta iniciativa estar explícita no relatório da mesa administrativa do ano económico de 1870-1871, não existe notícia da sua concretização³³⁰.

Mencione-se ainda a pouca e decrescente importância das mães amancebadas (de 129 para 18), casadas (de 58 para 26) e viúvas (de 33 para oito). No caso das amancebadas e casadas coloca-se a hipótese de que para esta diminuição tenha contribuído a generalização da concessão de subsídios de lactação pela misericórdia da capital, auxílio que sabemos ter sido atribuído não só a mães solteiras e casadas, mas também a outros membros da família, sobretudo, aos pais. Estando estas mães acompanhadas dos pais dos seus filhos e não sendo socialmente discriminadas, tinham condições para criar os menores, caso fossem economicamente ajudadas.

É ainda de destacar que as mães cujo estado civil desconhecemos, dadas pela misericórdia como encobertas, diminuem ao longo do tempo. Iniciando com 146 casos (1871), chegamos a 1909 com apenas quatro. Deixaram as mulheres de ter medo de se identificar, confiando no novo sistema? Ou eram intimadas pelas autoridades para o fazerem? Uma vez mais, não podemos esquecer que, numa fase inicial, as falsas declarações eram frequentes³³¹.

2.2.1.2. Outras informações do início do século XX: idade, legitimidade, abandono pelo pai, ocupações e profissões

Como referido anteriormente, no relatório do ano económico de 1906-1907, ou seja, nos últimos anos deste estudo, surgem novos dados quantitativos que nos permitem conhecer melhor as mães das crianças deixadas à tutela da Misericórdia de Lisboa,

³²⁹ FONTE, 2004, p. 406.

³³⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 13.

³³¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871, p. 7

nomeadamente, a sua idade, se foram abandonadas pelo pai do menor e as suas ocupações ou profissões.

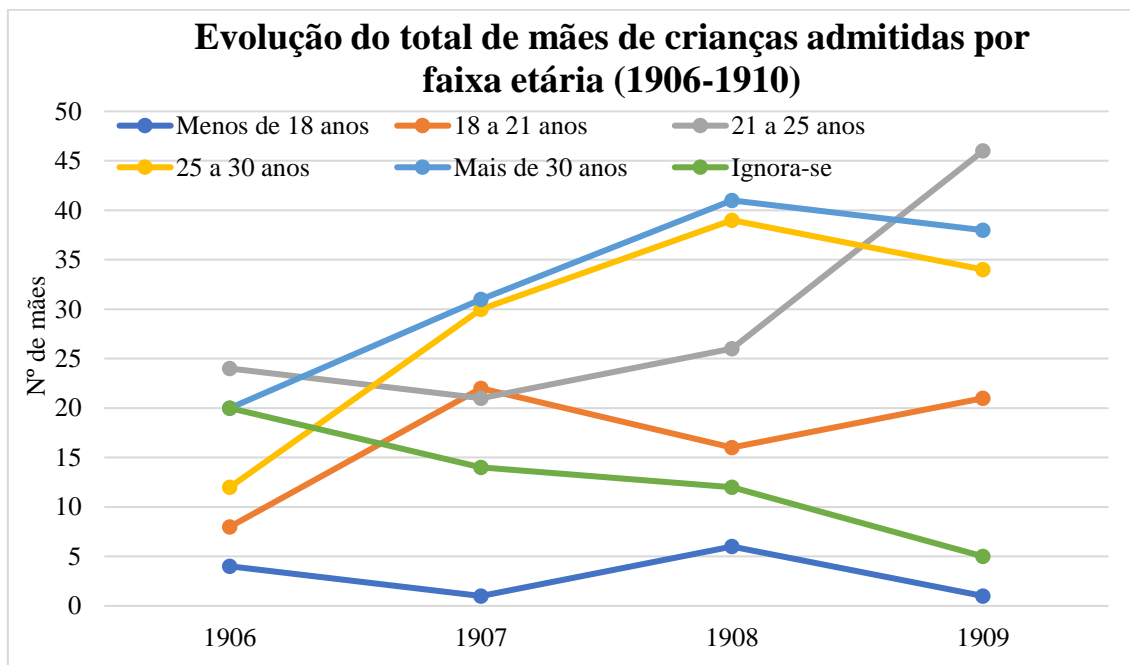


Gráfico 14. Evolução do total de mães cujos filhos foram admitidos na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por faixa etária entre 1906 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Pela análise do gráfico 14 verifica-se que a maioria das mães que entregavam crianças para admissão na Real Casa dos Expostos de Lisboa tinham entre os 25 e os 30 anos ou mais do que esta idade. O grupo entre os 21 e os 25 anos representava também uma parte importante, ao contrário das menores de 21 anos. Não estamos, portanto, perante mães muito jovens, relacionando-se o abandono com as circunstâncias sociais e económicas das mulheres lisboetas da época.

Destaca-se também o facto de diminuir o número de mães cujas idade era desconhecida da instituição, o que nos transmite, mais uma vez, uma de duas realidades: ou uma fiscalização mais apertada, visando-se conhecer realmente os antecedentes da criança à entrada na Real Casa dos Expostos, ou uma maior confiança da parte das mães e, por consequência, da sociedade, que prestam declarações pessoais no acto de admissão dos filhos.

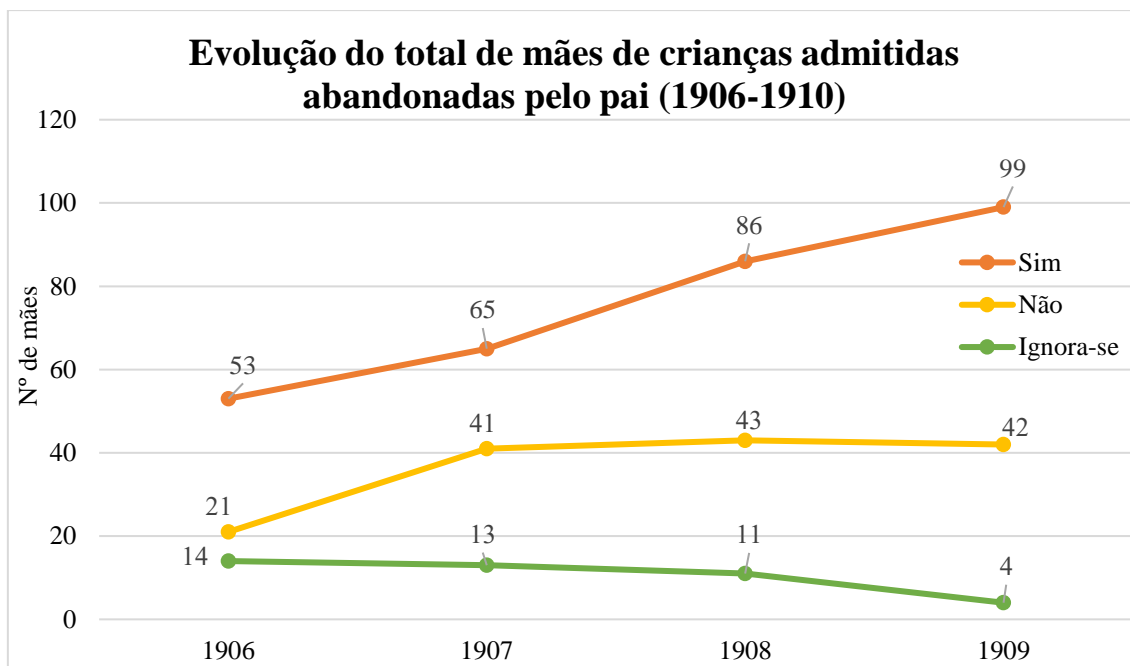


Gráfico 15. Evolução do total de mães cujos filhos foram admitidos na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que foram abandonadas pelo pai da criança entre 1906 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

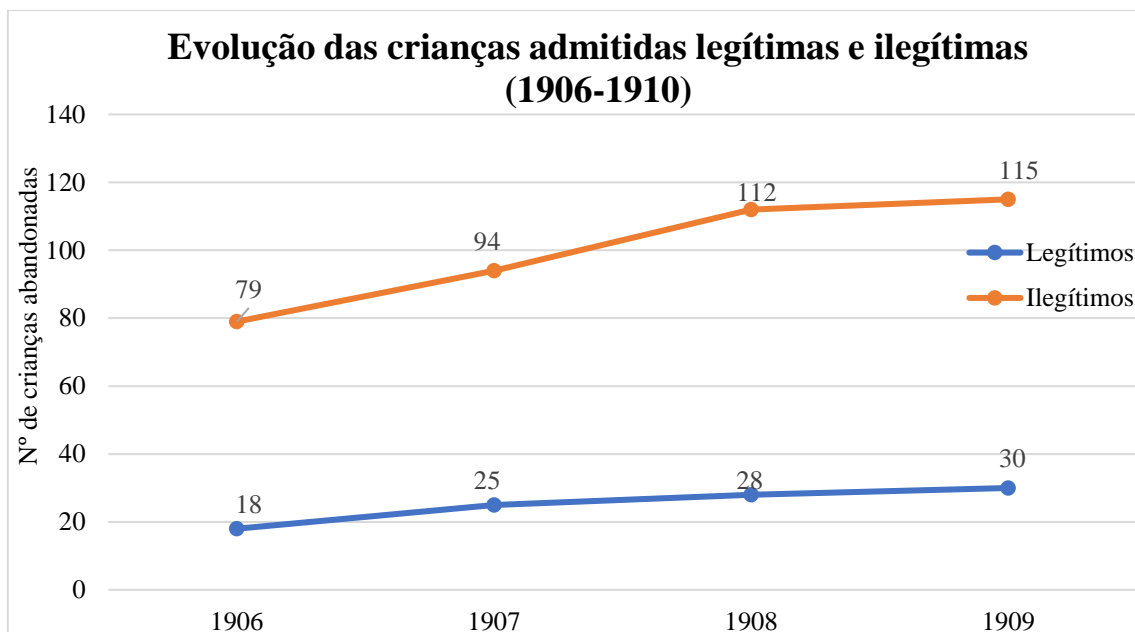


Gráfico 16. Evolução das crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa legítimas e ilegítimas entre 1906 e 1910, anos económicos³³².

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Tabela 2. Mães de crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por ocupações e profissões em percentagem entre 1906 e 1910

Ocupações e profissões	Percentagem
Criadas de servir	43%
Vida doméstica	28%
Ignora-se	9%
Meretrizes	6%
Costureiras	5%
Vendedoras ambulantes	3%
Jornaleiras	2%
Operárias	2%
Ajuntadeiras	1%
Lavadeiras	1%
Total	100%

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

³³² Na categoria de legítimos circunscrevem-se as crianças que são filhos de pais casados e que correspondem à grande maioria, e os filhos de viúvas, que representam casos excepcionais. Por sua vez, os filhos ilegítimos são aqueles cujos pais não eram casados, os filhos de viúvas ou mulheres solteiras. Neste caso prevalecem, claramente, os filhos de mães solteiras.

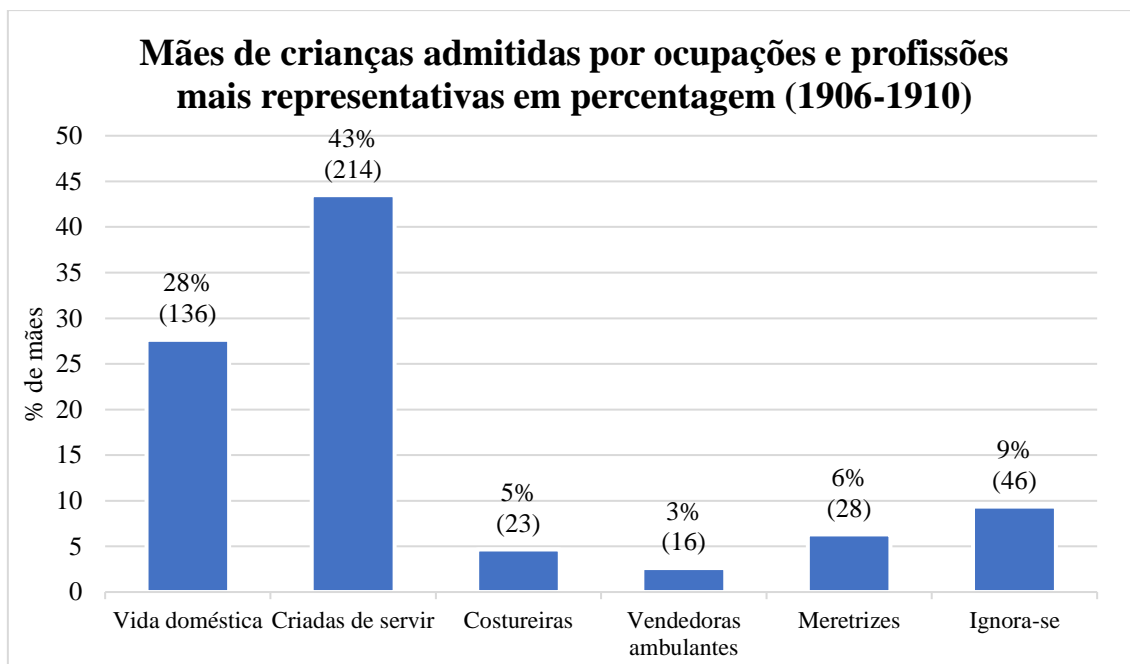


Gráfico 17. Mães cujos filhos foram admitidos na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por ocupações e profissões mais representativas em percentagem entre 1906 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Nota: estão apenas representadas as ocupações e profissões que na tabela 2 se encontram acima dos 3%.

Os motivos do abandono como os apresentámos anteriormente são-nos fornecidos apenas até ao ano económico de 1904-1905. Não obstante, a partir de 1906-1907, surgem outros dados que deixam implicitamente transparecer uma continuidade das causas prevaletentes no final do século XIX e início do século XX – o abandono da mãe pelo pai e o domicílio da mãe em casa alheia.

Pelo gráfico 15 podemos concluir o predomínio crescente das mães que foram abandonadas pelos pais das crianças (de 53 para 99), estancando os valores daquelas que não o foram (a partir de 1907 rondando as 40 mães) e diminuindo os casos em que se desconhece esta informação (de 14 para quatro), mais uma vez, transmitindo-nos um maior controlo e vigilância da Misericórdia de Lisboa no acto de admissão. Tendo a maioria das mulheres que entregavam as crianças à tutela desta instituição sido abandonadas pelo pai e conhecendo-se que eram, essencialmente, solteiras, podemos concluir que muitas das crianças que davam entrada na Real Casa dos Expostos da capital eram ilegítimas, como o demonstra o gráfico 16. Este revela um número crescente desta

categoria, que sobe de 79 para 115 crianças e que contrasta com os valores mais baixos dos legítimos, que ascendem de 18 a 30, apresentando um crescimento mais reduzido. De facto, segundo Teresa Rodrigues Veiga, entre 1886 e 1901 o valor relativo de nascimentos ilegítimos no distrito de Lisboa aumentou de cerca de 8% para 23%, situando-se acima da média do Reino, que decresceu de 14% para 12%³³³.

Aliando os dados do gráfico 15, referentes ao abandono pelo pai, à tabela 2 e ao gráfico 17, relativos às percentagens de ocupações e profissões das mães, ressalta outro motivo dominante na entrega de crianças e que dá continuidade a uma causa que já vimos ser igualmente preponderante – o domicílio da mãe em casa alheia. Efectivamente, entre 1906 e 1910, 43% das mães dos abandonados eram criadas de servir não podendo, como tal, manter os seus filhos sob pena de perderem o seu trabalho e viverem na marginalidade. Destacam-se ainda as mulheres que se dedicavam à vida doméstica. Também na Rússia e em Paris era comum as mães terem esta ocupação. O mesmo caso se verificou, entre 1915 e 1916, em Madrid onde 39% das mães eram criadas e 41% domésticas, valores não muito distantes do contexto lisboeta³³⁴.

Por outro lado, tirando o caso das domésticas, que podem pertencer a vários grupos sociais, as profissões das restantes mães permitem-nos enquadrá-las nas classes populares, verificando-se uma baixa percentagem de operárias, que estavam em crescimento na cidade.

Não podemos projectar estes dados mais específicos sobre as mães para a realidade após o imediato fim do abandono anónimo legal na capital ou, até mesmo, para o período em que a roda dos expostos vingava. No entanto, eles permitem-nos uma aproximação e um melhor conhecimento daquelas que deixavam os seus filhos à tutela da Misericórdia de Lisboa.

³³³ VEIGA, 2004, p. 118.

³³⁴ REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 558; TILLY, 1992, p. 9.

2.2.2. Caracterização dos abandonados

2.2.2.1. Género

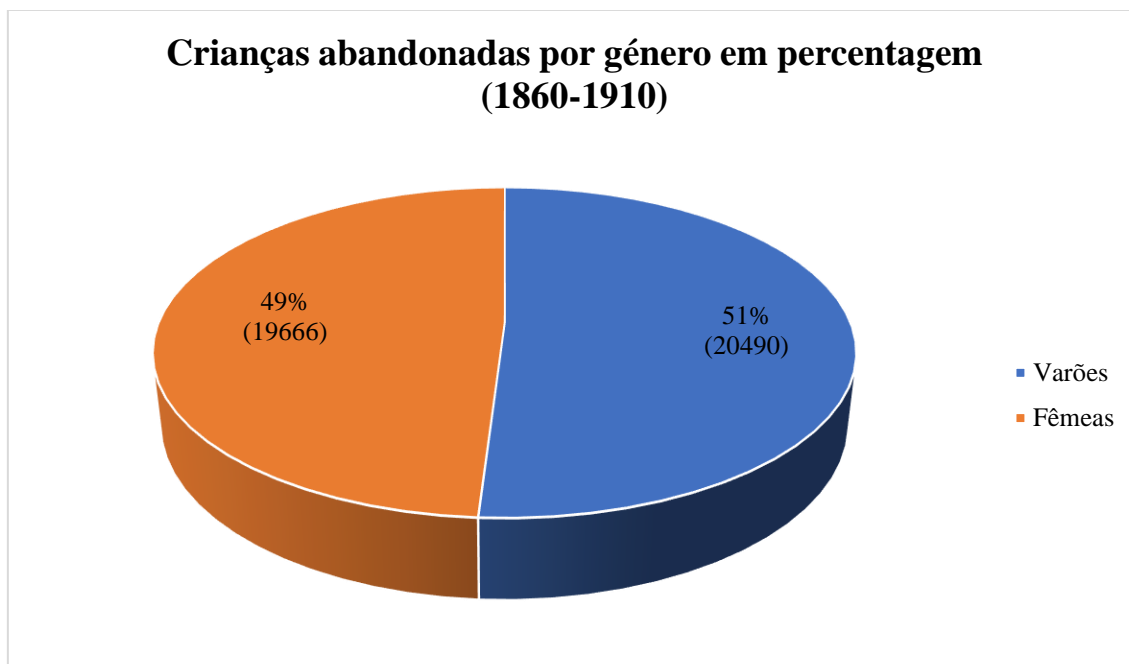


Gráfico 18. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por género em percentagem entre 1860 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Os dados relativos ao género dos abandonados só constam de forma contínua nos relatórios da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a partir do ano económico de 1860-1861, quando esta fonte passa a ser produzida anualmente³³⁵.

Não se pode afirmar que são abandonadas mais crianças de um género do que de outro. Na realidade, entre 1860 e 1910 a exposição de rapazes (51%) anda a par do abandono de raparigas (49%), não havendo uma notória preponderância de um género face ao outro, sobretudo após o fim do abandono anónimo infantil. Tal verifica-se tanto no que diz respeito ao total dos valores percentuais do período em análise, como no que

³³⁵ Não obstante, sabe-se que em 1849-1850 foram abandonados 1 210 rapazes e 1 193 raparigas e, no ano económico seguinte, 1 189 varões e 1 212 fêmeas. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1851.

concerne aos quantitativos anuais (anexo 19). Embora para um período cronológico anterior, entre 1700 e 1819, a situação em Coimbra era idêntica, não havendo um predomínio claro de género no acto de exposição, oscilando o número de rapazes entre os 50% e os 52% e o das raparigas entre os 48% e os 50%³³⁶.

As exposições eram praticadas porque, realmente, os pais não tinham condições para criar os menores, independentemente do seu sexo ou de um aproveitamento económico desta mão-de-obra a médio e longo prazo. De facto, os motivos inerentes ao abandono, tornam-no efectivo quer se trate de um rapaz ou de uma rapariga.

2.2.2.2. Faixa etária

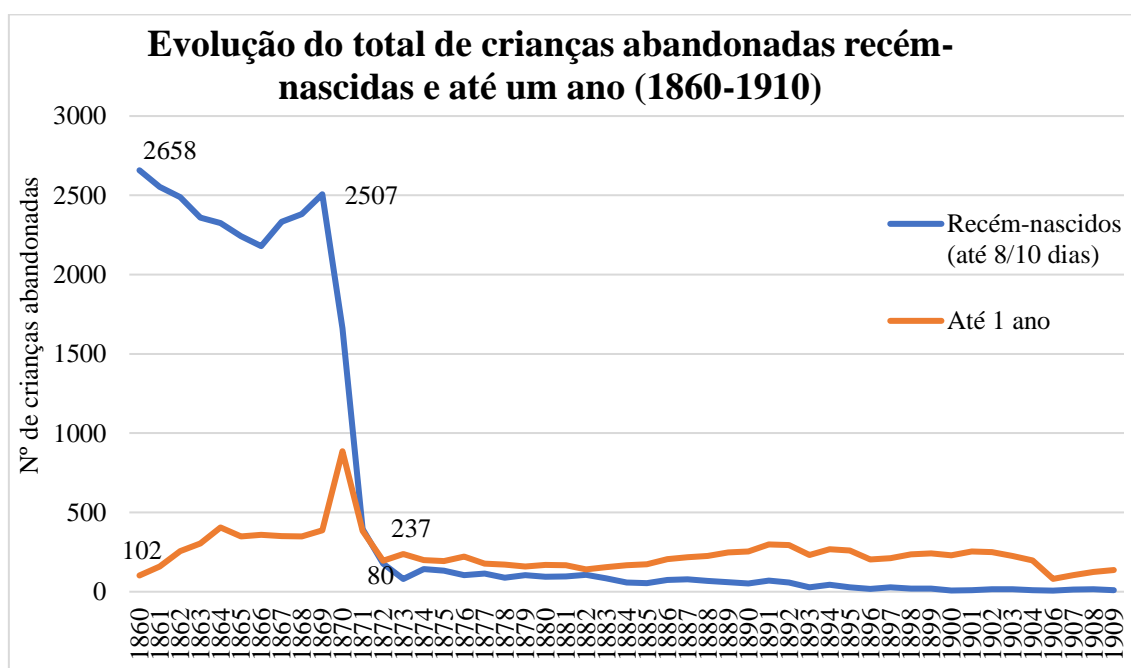


Gráfico 19. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recém-nascidas e até um ano entre 1860 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Nota: pela sua baixa representatividade (grosso modo nula) eliminaram-se as faixas etárias acima de um ano de idade (nomeadamente, de 1 a 3, de 3 a 7 e de mais de 7 anos).

³³⁶ LOPES, 2000-a, vol. I, p. 250.

Tendo-se concluído com a análise anterior que não existia uma maior tendência de abandono de acordo com o género da criança, optou-se por agregar varões e fêmeas no cálculo do abandono por idades³³⁷.

Até ao fim do abandono anónimo legal na Real Casa dos Expostos de Lisboa prevalecia, claramente, o abandono de crianças recém-nascidas, ou seja, até aos oito a 10 dias. O seu valor mais alto corresponde ao primeiro ano, 1860 (2 658), mantendo-se elevado até 1869 (2 507), quando existe uma quebra abrupta. A partir de 1871 a exposição de menores recém-nascidos deixa de ser predominante.

Tal reforça a ideia de que o abandono anónimo era um acto já premeditado aquando da gestação, sendo quase imediato ao momento do nascimento. Veja-se o caso do exposto Alberto que entrou pela roda a 10 de Outubro de 1851, pelas 13h45 e cujo sinal escrito que o acompanhava dava conta de ter nascido nesse mesmo dia pelas 4h da manhã – “Este menino nasceu a dez de outubro às quatro horas da manhã (...) o nome dele é Alberto, leva um sinal no braço esquerdo de fita cor de rosa”³³⁸ (anexo 21). A perda de importância relativa do grupo dos recém-nascidos poderá ser explicada por motivos que se sugerem abaixo.

Tendência diferente ocorre na faixa etária até um ano, minoritária até ao fim das exposições anónimas legalmente aceites. Por exemplo, em 1860, verificaram-se somente 102 casos em comparação com o abandono de recém-nascidos, correspondente, como vimos, a 2 658 menores. A importância da classe até um ano altera-se claramente a partir de 1873 (237), passando a representar a maioria dos abandonados até 1909 (136). O ascendente deste grupo pode ser justificado pelo novo modelo de admissão, que implicava uma maior burocracia antecedente ao acto de entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa, nomeadamente, a apresentação de comprovativos de pobreza passados pelo pároco e pelo regedor, tornando o processo mais moroso e fazendo com que ultrapassasse

³³⁷ Mais uma vez, iniciou-se o estudo do abandono por idades em 1860 dado que os relatórios anteriores não são cronologicamente contínuos ou tão específicos quanto às faixas etárias. Os relatórios dos anos económicos de 1849-1850 e 1850-1851 apenas diferenciam as categorias de criação de leite ou criação de seco. Desta forma, no primeiro ano económico entraram 1 170 menores em idade de criação de leite e apenas três em idade de criação de seco. No ano seguinte esta diferenciação manteve-se, tendo dado entrada 1 193 abandonados de leite e seis de seco. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1851.

Paralelamente, refira-se que no relatório de 1860-1861 os dados apresentam lacunas, nomeadamente, o facto do total por idades não corresponder ao total geral, o que pode ser justificado por uma fase de adaptação a esta nova informação.

³³⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1851 (nº 1821).

os oito a 10 dias do nascimento da criança. Esta demora também poderia suscitar um afeiçoar da mãe ao menor, ao ter de ficar com ele após o nascimento permitindo, desta forma, o desenvolvimento de afectos e dificultando a separação.

2.2.2.3. Origem geográfica

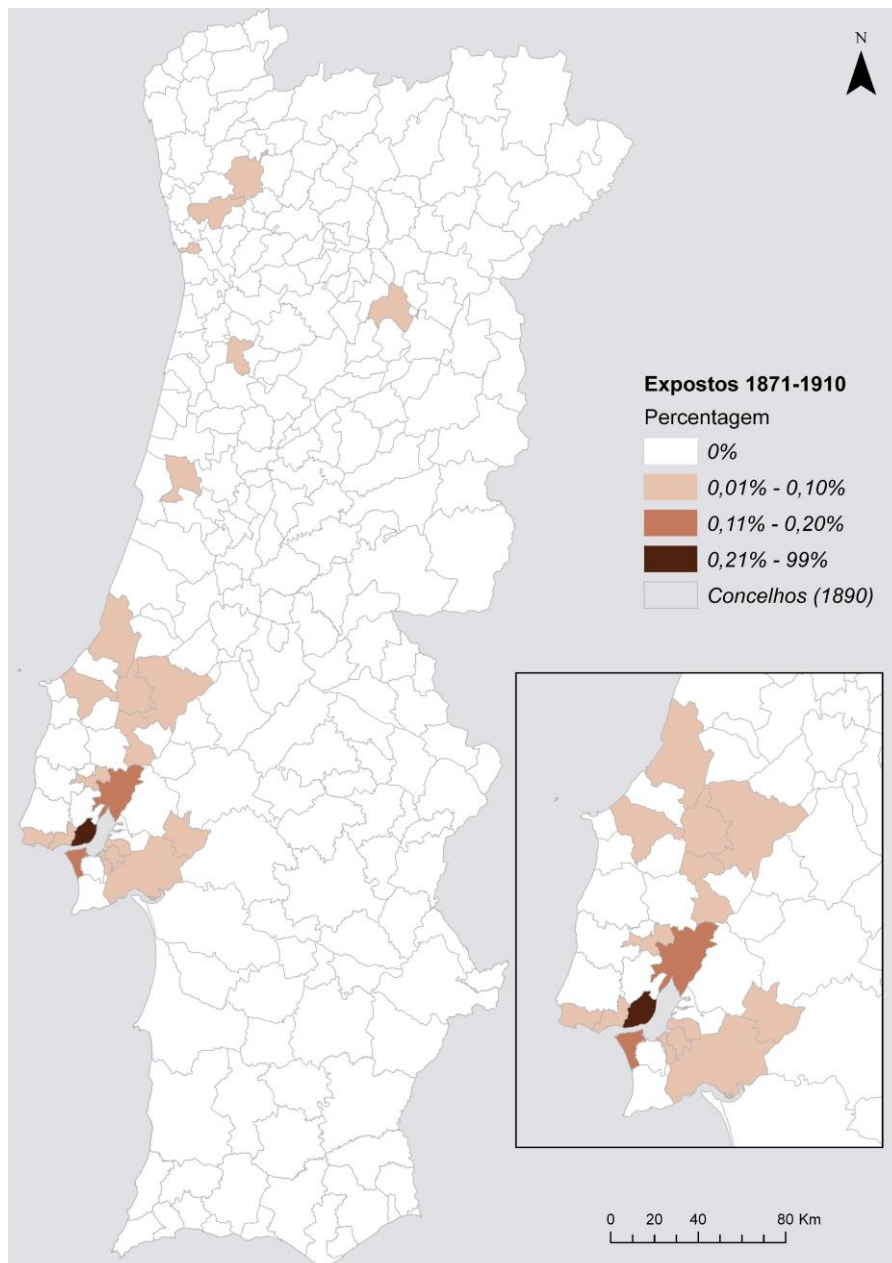


Figura 1. Origem concelhia das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1871 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

A figura 1 mostra a percentagem de crianças de cada concelho entregues à tutela da Misericórdia de Lisboa entre 1871 e 1910, revelando-nos a baixa representatividade de abandonados oriundos da generalidade dos concelhos do Reino. Ainda que existam concelhos que se situam entre 0,01% e 0,10%, tais como o Seixal, Aldeia Galega do Ribatejo, Oeiras, Cascais, Moita, ou outros com percentagens entre os 0,11% e os 0,19%, nomeadamente, Vila Franca de Xira e Almada (respectivamente), a grande maioria dos menores provinha de Lisboa (99,03%) (anexo 22)³³⁹.

É possível que, num estudo anterior a 1870, se verificasse um elevado número de crianças com outra origem geográfica, dadas as medidas impostas a partir do ano seguinte para candidatura à admissão, como a apresentação de um comprovativo de residência da mãe na capital nos nove meses anteriores à gestação ou, até, a apresentação da mãe e do menor às autoridades locais após o parto no Hospital de São José. Em 1875, esta fiscalização tornou-se ainda mais apertada, pois as grávidas que tinham os seus filhos no mesmo hospital passaram a ser acompanhadas por agentes da polícia no regresso às suas localidades, impossibilitando-as de entregar os menores à tutela da Misericórdia de Lisboa logo após o parto. Como já referimos, o encargo deste acompanhamento era custeado pela própria Misericórdia³⁴⁰.

De que freguesias da capital provinham maioritariamente os expostos?

³³⁹ Relembre-se que, pela base concelhia utilizada para elaboração da cartografia (1890), Lisboa já integrava parte dos antigos concelhos de Belém e dos Olivais, recebendo os expostos destas regiões.

³⁴⁰ AHSCML, *Acta...* n.º 10, 8 de Março de 1871, fl. 5v; 23 de Fevereiro de 1875, fl. 137.

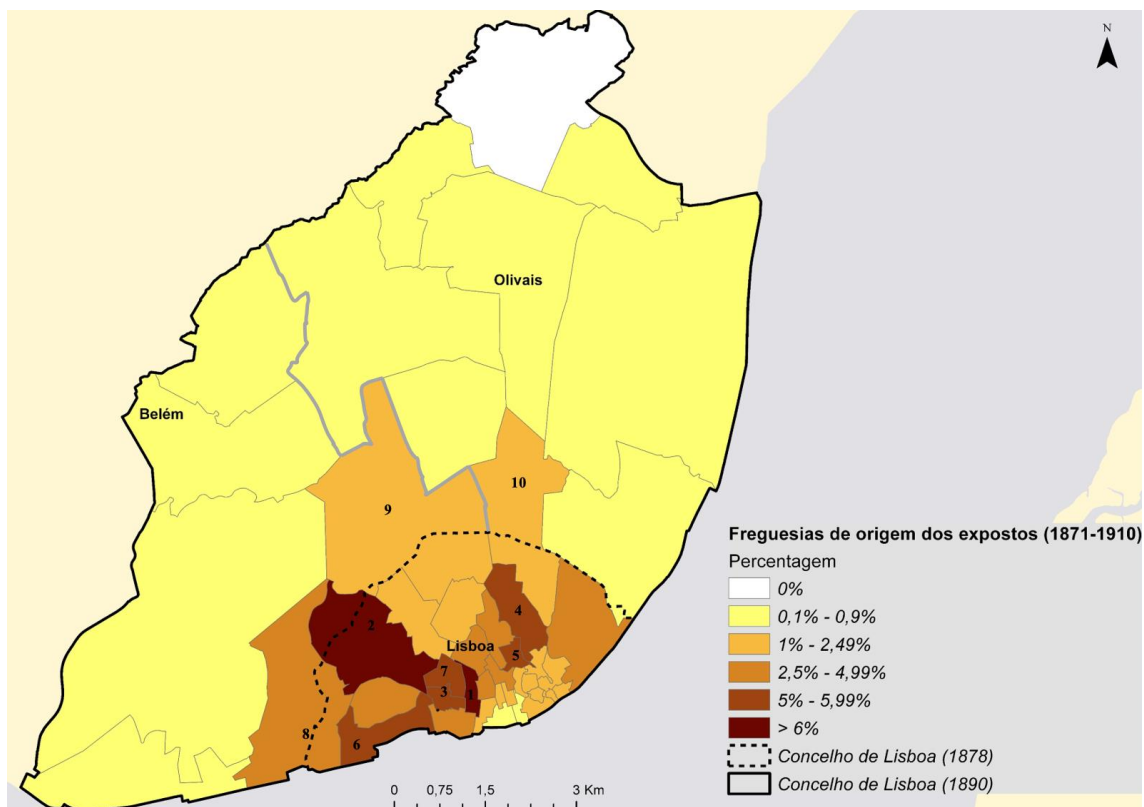


Figura 2. Origem por freguesias do concelho de Lisboa das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1871 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

Nota: 1 – Freguesia da Encarnação; 2 – Freguesia de Santa Isabel; 3 – Freguesia de Santa Catarina; 4 – Freguesia dos Anjos; 5 – Freguesia de Nossa Senhora do Socorro; 6 – Freguesia de Santos-o-Velho; 7 – Freguesia das Mercês; 8 – Freguesia de São Pedro em Alcântara; 9 – Freguesia de São Sebastião da Pedreira; 10 – Freguesia de São Jorge de Arroios.

Tendo-se constatado a predominância de crianças do concelho de Lisboa, a figura 2 remete-nos para a sua freguesia de origem. Verificamos um destaque claro da Encarnação (6,90%), onde se localizava a misericórdia da capital. A par desta, evidenciam-se também a freguesia de Santa Isabel (6,89%) e, ainda que com menor representatividade, Santa Catarina (5,76%), Anjos (5,59%), Nossa Senhora do Socorro (5,53%), Santos-o-Velho (5,50%) e as Mercês (5%) (anexo 23).

O relevo da Encarnação pode-se explicar por, numa fase inicial, as crianças serem entregues por recoveiras, que prestavam falsas declarações, tendo a Misericórdia

de Lisboa dificuldade em impor o seu carácter inquisitivo. Os menores podiam ainda ser entregues por outras pessoas que não declaravam a sua origem ou que desconheciam a freguesia de residência dos pais, ficando os expostos registados como tendo a sua proveniência geográfica na Encarnação.

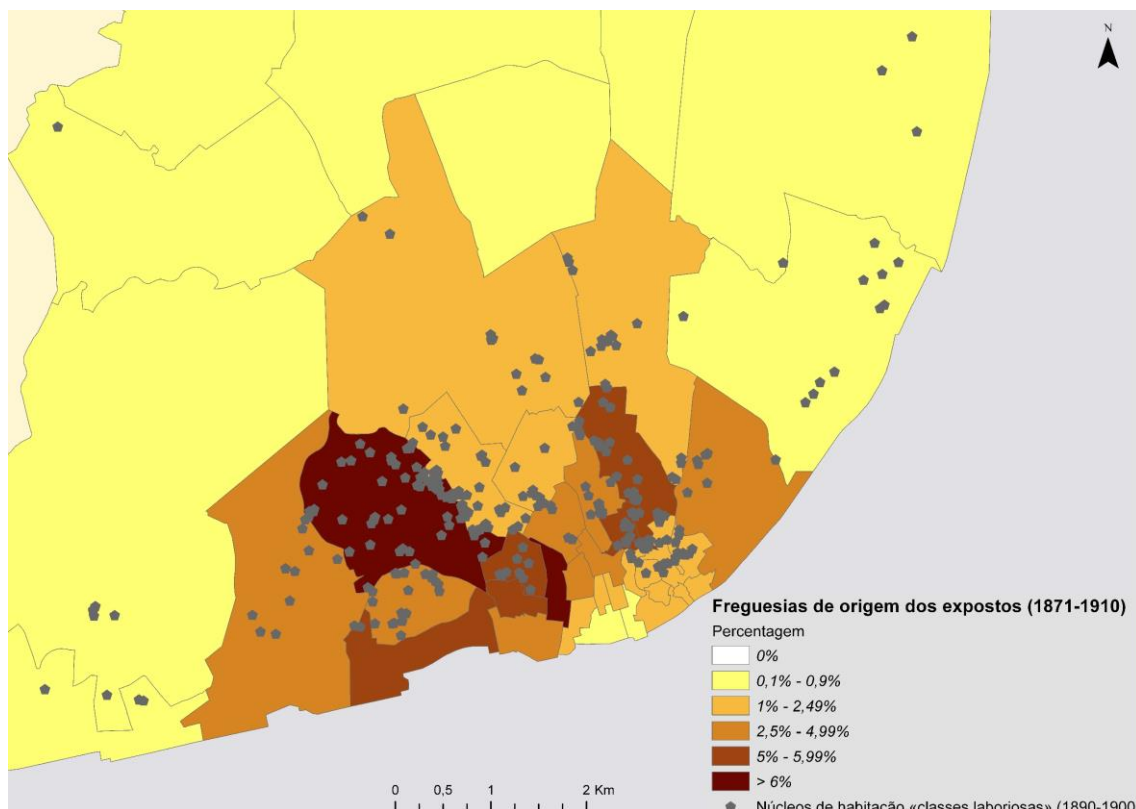


Figura 3. Origem por freguesias do concelho de Lisboa das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1871 e 1910 e núcleos de habitação das «classes laboriosas» entre 1890 e 1900.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911; ALCÂNTARA, 2019.

A figura 3 sobrepõe à origem das crianças abandonadas a distribuição das habitações das «classes laboriosas» estudadas por Ana Alcântara na sua Tese de Doutoramento. Verificamos que não existe uma relação clara entre as duas variáveis. Se, por um lado, temos zonas sem registo de habitações, mas com elevado número de crianças expostas daí originárias, como é o caso da Encarnação e de Santos-o-Velho;

por outro, existem freguesias onde existe um número significativo de habitações e um reduzido percentual de menores abandonados daí provenientes.

Todavia, há casos onde há uma sobreposição dos dois fenómenos. Por exemplo, em Santa Isabel, mas também nos Anjos e em Nossa Senhora do Socorro, verificamos tanto uma elevada percentagem de expostos como de concentração de habitações. Este último facto, indica que nestas freguesias residiriam pessoas pobres, sendo coerente com as informações que possuímos sobre a caracterização social das mães que abandonavam os seus filhos. Estas crianças eram expostas por famílias pobres. Era também por amas das classes populares que viriam, depois, a ser criados. Ou seja, estamos sempre no domínio das classes populares, tanto no que diz respeito aos expositores, como àquelas que acolhiam estes menores.

Parelamente, verificamos que as freguesias anteriormente mencionadas passaram por um crescimento percentual da sua população efectiva entre 1864 e 1900. Sendo a média da cidade de Lisboa 48%, constatamos um significativo aumento nas freguesias de Santa Isabel (128%) e Anjos (125%), mais do que duplicando os seus efectivos. Ainda que a variação de Nossa Senhora do Socorro seja menos expressiva (55%), é relevante e está acima da média da capital. Como os abandonados tinham origem em freguesias cujo número de habitantes aumentava, coloca-se a hipótese de, nestes casos, sendo o crescimento de Lisboa motivado pela imigração, as exposições terem sido feitas por mães de fora da capital, recém-chegadas e ainda mal integradas na sociedade (anexo 24).

3. O destino dos abandonados

Antes de passar à análise do destino dos abandonados consideramos necessário fazer uma ressalva. Optámos por aprofundar o envio de expostos para amas e mestres de ofícios, a concessão de subsídios de lactação, a recuperação parental e a mortalidade. Porém, o destino destes menores não se esgota nestas dimensões. Outros dados são-nos fornecidos pelos relatórios da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que poderiam ser alvo de estudo – são exemplo, as emancipações, os casamentos, as fugas, os raptos, o envio para asilos, colégios ou para a Casa Pia, o envio para servir no exército, entre outros. Contudo, estes são quantitativamente pouco representativos no contexto geral e, por isso, optámos por não os analisar. Importa ainda referir que estes elementos foram de mais difícil controlo e quantificação pela instituição, como é reportado nos seus relatórios, podendo os dados não ser fidedignos. Alguns deles surgirão na Parte III, no desenvolvimento do estudo de algumas histórias de vida.

3.1. Amas externas e mestres de ofícios

O recurso a amas para aleitamento e criação de menores era uma prática recorrente na sociedade europeia, utilizada tanto a título privado, sobretudo pelas famílias mais abastadas, como a título institucional, no que concerne aos abandonados.

Em França, a partir do século XVIII, a criação de menores por amas adquire uma amplitude diferente, generalizando-se a toda a sociedade urbana e passando a abarcar, igualmente, os filhos das classes populares. De acordo com dados da cidade de Paris, em 1780, de 21 000 nascimentos apenas 1 000 crianças foram aleitadas pelas suas mães. Porém, segundo Volker Hunecke, não é possível afirmar que esta generalização se tenha dado igualmente noutros Estados, dada a falta de estudos sobre o tema, embora este autor tenha reconhecido a existência da mesma realidade na cidade italiana de Milão. Também o crescimento da indústria tornava imperativo o recurso a um auxílio externo à família e profissionalizado, prevalecendo a criação dos menores ao cuidado de amas nos grandes centros manufactureiros ou onde a população aumentava rapidamente³⁴¹.

³⁴¹ HUNECKE, 1984, pp. 15-17.

De acordo com Maria Antónia Lopes, entregar crianças recém-nascidas a amas de leite residentes nas zonas urbanas era considerada uma decisão arriscada, sendo igualmente generalizada a ideia de que as crianças cresciam melhor no campo, usufruindo do seu ar puro³⁴².

Contudo, as amas dos expostos estavam entre as mais pobres deste grupo. Várias eram as motivações que levavam estas mulheres a ir buscar um (ou mais) abandonado(s) a instituições. Se, por um lado, poderiam querer ter mais um filho ou colmatar a morte de um; por outro, o peso do salário recebido e a possibilidade de uma mão-de-obra extra parecem ter sido os elementos determinantes. Muitas amas de leite iam buscar expostos nesta fase de criação dado ainda estarem em condições de amamentar, por terem perdido um filho ou por ele ser ainda pequeno. Noutros casos, em que o exposto estava em criação de seco, o salário, ainda que inferior, poderia ser considerado importante para a economia familiar e, quando a criança tivesse algum desenvolvimento físico, poderia ela própria para ela contribuir com a sua força de trabalho³⁴³.

A criação dos abandonados pelas amas estava dividida em várias fases, segundo a idade daqueles, o que se repercutia numa progressiva diminuição do salário que lhes era pago, por norma, trimestralmente. Estas candidatavam-se a cada uma das fases, apresentando atestados passados pelo pároco da sua freguesia, a quem tinham de dar conta do exposto aquando chegada deste à sua residência³⁴⁴.

Até cerca de um ano de idade os expostos eram enviados para amas de criação de leite, sendo o leite destas examinado pelo facultativo da Misericórdia de Lisboa. As amas ficavam encarregues da sua criação durante o período de lactação, não podendo amamentar outro menor em simultâneo ou desmamar o exposto antes de completo o prazo contratual. Estas mulheres deviam ser casadas ou viúvas, não devendo os seus filhos ter menos de um ano completo (o que, como veremos pela análise de percursos de vida, nem sempre foi cumprido). Do conjunto das amas externas eram as mais bem pagas³⁴⁵.

³⁴² Não obstante, pelo estudo dos Róis de Confessados da freguesia lisboeta da Encarnação verificámos ser significativo o número de mulheres registadas como amas. Do levantamento feito entre 1850 e 1860, existiam sempre anualmente entre uma a 17 amas declaradas. AHPATLX, *Róis de Confessados da Encarnação*, livs. 932-942; LOPES, 2002, pp. 8-10.

³⁴³ Refira-se que, em Madrid, as próprias mães podiam ser amas dos seus filhos, ficando na instituição a alimentá-los em troca de trabalhos domésticos. ARANA AMURRIO, s.d., p. 7.

³⁴⁴ ANTT, Ministério do Reino, mc. 4507, *Instruções para servirem de guia aos muitos reverendos párocos na inspecção dos expostos a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1835.

³⁴⁵ ANTT, Ministério do Reino, mc. 4507, *Instruções para servirem de guia aos muitos reverendos párocos na inspecção dos expostos a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1835; *Deveres das amas*

O período da vida do exposto entre um e 10 anos denominava-se criação de seco. O salário destas amas ia diminuindo conforme a idade do menor avançava (um a três anos, três a sete anos e sete a 10 anos). Para poder concorrer a esta categoria, a mulher devia ter meios suficientes de subsistência e bom comportamento, atestado pelas autoridades locais. A ama de leite podia ficar com a criança que criara, passando à categoria de seco e, mais tarde, ao termo de vestir. Neste caso, os seus salários eram superiores. A partir dos sete anos o menor devia frequentar a instrução primária, recebendo a ama uma gratificação se ele aprendesse a ler, escrever e contar. Porém, na década de 1860, a Misericórdia de Lisboa reconhecia a dificuldade em controlar se as amas enviavam os expostos para a escola, tendo a instituição feito poucos esforços para contrariar essa situação³⁴⁶.

O termo de vestir (ou obrigação de vestir, calçar, sustentar e educar) correspondia à etapa após os 10 anos. As amas podiam ficar com as crianças até aos 16 anos, tendo de seguir os princípios cristãos. Podiam ainda fazê-las aprender ofícios e desempenhar funções laborais de acordo com o seu sexo. A Misericórdia de Lisboa defendia que estas amas ou mestres deviam ser escolhidos com muito cuidado, devendo ser caridosos e ter um comportamento exemplar. Findo este termo, as crianças eram colocadas num ofício, passando a ganhar soldadas pagas pela instituição³⁴⁷.

As amas de qualquer categoria tinham a obrigação de apresentar o exposto na Misericórdia de Lisboa quando assim lhes fosse ordenado. Adicionalmente, quando residiam na capital, deviam apresentar a criança sempre que fossem receber os seus salários e, caso morassem a maior distância, de seis em seis meses, enquanto o exposto tivesse menos de três anos e de 12 em 12 meses quando tivesse mais idade. A ama devia ainda tratar o abandonado como se fosse seu próprio filho, vacinando-o (até quatro meses após a entrega) e levando-o ao médico em caso de doença (os facultativos do distrito ou da Misericórdia de Lisboa deviam ser avisados de qualquer situação, cabendo à instituição ou ao hospital da localidade fornecer os medicamentos). Os deveres das amas

residentes fora de Lisboa, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres, s.d..

³⁴⁶ ANTT, Ministério do Reino, mc. 4507, *Instruções para servirem de guia aos muitos reverendos párocos na inspecção dos expostos a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1835; Deveres das amas residentes fora de Lisboa, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres, s.d.; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, Relatório... 1862, p. 7.*

³⁴⁷ ANTT, Ministério do Reino, mc. 4507, *Instruções para servirem de guia aos muitos reverendos párocos na inspecção dos expostos a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1835.*

constavam dum documento que lhes era entregue, juntamente com o livrete identificativo do exposto e onde o pároco, regedor, facultativo e/ou inspector registava(m) tudo o que à sua criação dissesse respeito. Por último, a ama não podia “empregar o exposto, em serviço ou trabalhos superiores às suas forças, nem servir-se dele para excitar a caridade pública, nem consentir que seja vadio ou mal procedido”³⁴⁸.

Caso a ama não quisesse manter o exposto devia voltar a entregá-lo na Misericórdia de Lisboa, acompanhado de um atestado do regedor onde se declarava o motivo e o cumprimento (ou não) dos seus deveres. A partir de 1868 as amas passaram ainda a usufruir de 50% de desconto no preço do bilhete da viagem na Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Leste sempre que fossem buscar um exposto à misericórdia da capital³⁴⁹.

No que diz respeito ao pagamento e inspecção às amas que viviam fora de Lisboa mencione-se que o já referido sistema de pagadorias viria a ganhar novo ânimo no início da década de 1860. A misericórdia da capital procurou criar três distritos, compostos pelos concelhos onde existiam mais expostos e onde a instituição pretendia reunir os abandonados de forma a melhor controlar a sua criação (e que, em parte, não correspondiam à divisão administrativa do Reino). Para este efeito, estabeleceram-se pagadorias em Sobral, Caldas da Rainha e Leiria (anexo 25). Os pagamentos dos salários às amas eram feitos pelos inspectores em dias certos, os quais, nos restantes dias estavam incumbidos de visitar as amas e os expostos, assegurando o seu bom desenvolvimento e tratamento (esta função de fiscalização podia também ser assumida pelos párocos). Os inspectores eram ainda responsáveis por fazer afluir as amas à misericórdia em períodos de maior falta destas funcionárias³⁵⁰.

Em 1862, é referido no relatório da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que, apesar do sistema de pagamentos locais funcionar bem, o mesmo não acontecia com as inspecções, considerando-se necessário reduzir a área dos distritos e espaçar os pagamentos às amas, de modo a que os inspectores tivessem tempo

³⁴⁸ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Deveres das amas residentes fora de Lisboa, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres*, s.d.

³⁴⁹ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Deveres das amas residentes fora de Lisboa, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres*, s.d.; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1861, s.p.; *Relatório...* 1868, p. 3.

³⁵⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1861, s.p.; *Relatório...*, 1862, p. 9.

para realizar as visitas³⁵¹. Já no ano seguinte, apontava-se a necessidade de contratação de mais inspectores-pagadores e de “levar a inspecção, embora não seja permanente, a toda a parte onde exista um exposto”. Contudo, a misericórdia da capital reconhecia que “com os recursos actuais difficil será dar aos nossos 13 000 tutelados a protecção que lhes é devida”³⁵².

No caso dos expostos entregues a amas residentes na capital, existia a pagadoria de Lisboa (situada na própria misericórdia), que se encontrava dividida em distritos, cada um composto por duas freguesias – Santa Cruz do Castelo e Pena; Sé e Encarnação; e, Santa Isabel e Belém. Cada um destes grupos tinha um visitador, responsável por averiguar junto dos regedores, antes da entrega dos expostos às amas, o seu bom comportamento e se as suas casas tinham boas condições de salubridade. Estando os abandonados a cargo das amas, o visitador devia, entre outros aspectos: pelo menos uma vez por mês, visitar todos os expostos a seu cargo; verificar se mantinham o colar; sendo maiores de sete anos, assegurar que frequentavam a instrução primária; confirmar a pobreza dos pais em momentos de recuperação parental; e, reportar à Misericórdia de Lisboa os casos de mau tratamento, para que os expostos fossem retirados às amas³⁵³.

³⁵¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1862, p. 9.

³⁵² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1865, p. 11.

³⁵³ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, Negócios diversos do Conselho Geral de Beneficência, Ofício sobre o serviço de inspecção dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas de Lisboa e freguesias de Belém, Ajuda e São Bartolomeu de Xabregas, s.d.

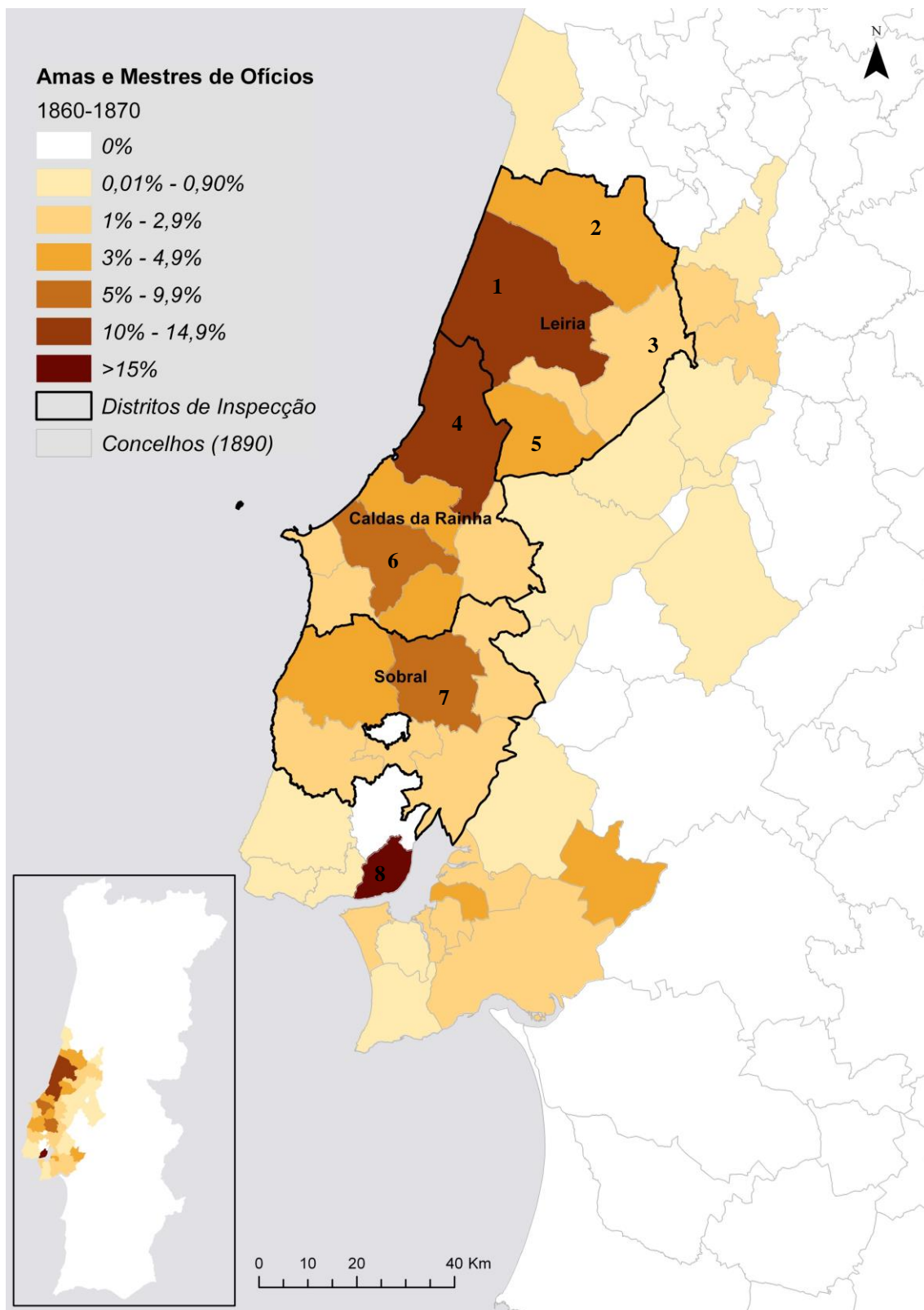


Figura 4. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas e mestres de ofícios por concelho em percentagem entre 1860 e 1870.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1871.

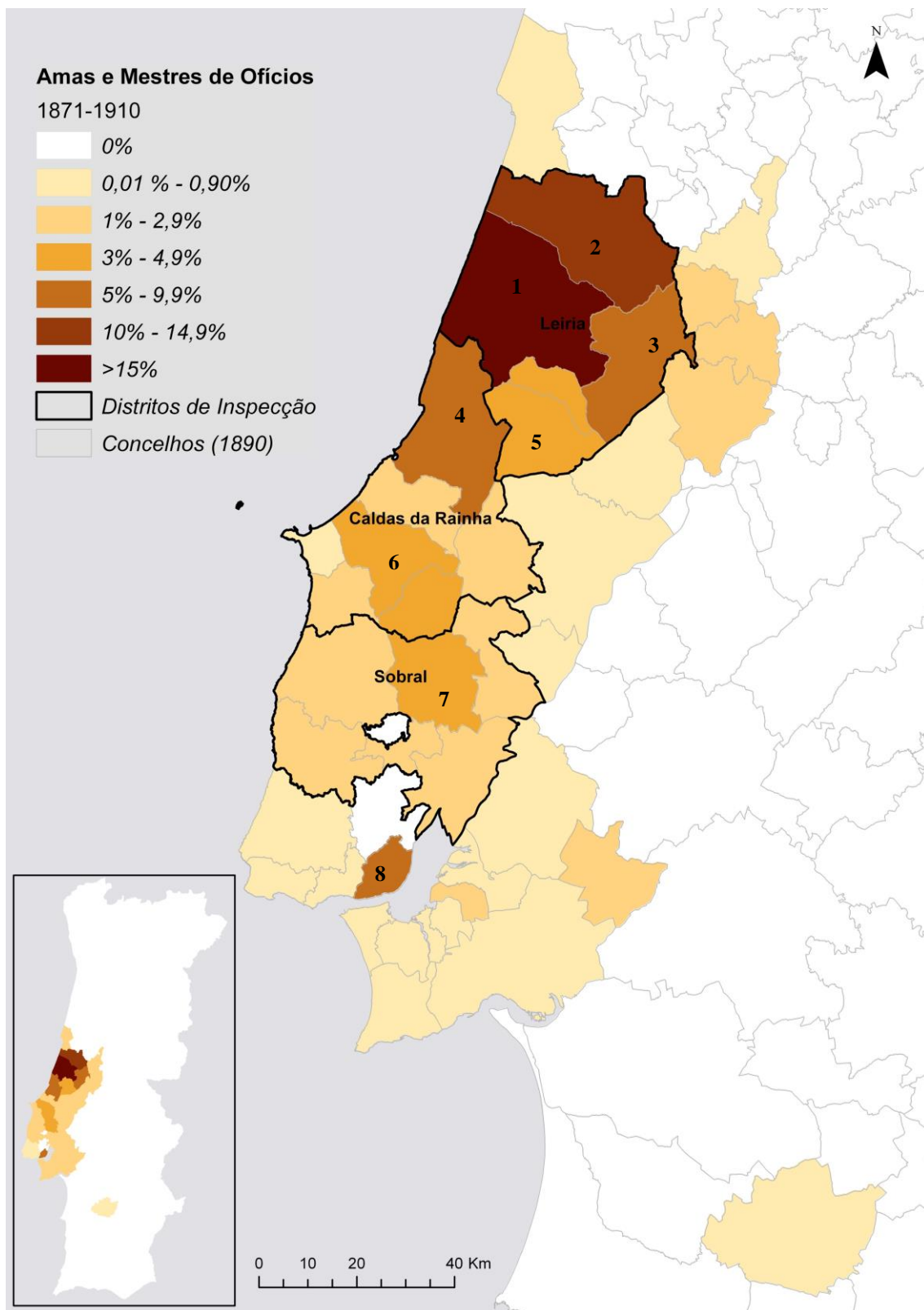


Figura 5. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas e mestres de ofícios por concelho em percentagem entre 1871 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Nota:

1 – Concelho de Leira; 2 – Concelho de Pombal; 3 – Concelho de Vila Nova de Ourém;
4 – Alcobaça; 5 – Porto de Mós; 6 – Óbidos; 7 – Alenquer; 8 – Lisboa.

Como já se disse, era reconhecido, não só em Portugal, como também no estrangeiro, os benefícios de enviar as crianças para criar, incluindo os expostos, para amas residentes no campo. Tratava-se de um discurso médico que acreditava nos benefícios do ar puro para o desenvolvimento físico e intelectual, tornando-se os menores mais saudáveis, robustos e activos. Paralelamente, as instituições de recepção dos expostos não tinham espaço para tão elevado número de crianças, bem como amas internas ou, mesmo, dinheiro³⁵⁴.

Acompanhando esta teoria, o Conde de Rio Maior acreditava que “os expostos no campo desenvolvem-se melhor que em parte alguma, raras vezes recolhem à Casa; não adquirem grandes fortunas nem uma esmerada educação; mas granjeiam as relações e a família de que a roda os espoliou, e participam na sorte de seus irmãos de leite, que constituem a classe mais numerosa da população; além disso a vida do campo contraria, como é sabido, o definhamento físico, que se nota geralmente, e a tendência para a aglomeração nas grandes cidades”³⁵⁵. Era ainda frequente que as amas rurais ou de pequenas localidades criassem mais do que um abandonado ao mesmo tempo. Por oposição, para Misericórdia de Lisboa, as amas da capital eram associadas às más condições higiénicas das suas casas, bem como ao excessivo número de expostos a elas entregues que retornavam à instituição, sendo difícil a sua posterior integração no agregado de uma outra ama, sobretudo, quando se tratava de expostas³⁵⁶. Desta forma, os expostos eram preferencialmente enviados para amas rurais ou de povoados de menores dimensões, onde também se sabia que os pais expositores não os reencontrariam, impondo entraves a que pudessem acompanhar o seu percurso. Havia, assim, uma troca entre a cidade e o campo não só em termos populacionais, como também económicos, com benefícios mútuos – enquanto o espaço urbano enviava população excedentária, o

³⁵⁴ WALCH, 1987, p. 354.

³⁵⁵ CONDE DE RIO MAIOR, 1866, pp. 80-81

³⁵⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1861, s.p..

campo aumentava o número dos seus residentes, ao mesmo tempo que pela criação dos expostos era recebido um rendimento³⁵⁷.

Não obstante esta preferência, a mesa administrativa da misericórdia da capital identificava alguns inconvenientes provocados pelo distanciamento dos expostos, nomeadamente, a dificuldade de controlo e vigilância dos mesmos que, no entanto, se pretendia que fosse colmatada com novos empregados e com a centralização dos expostos em determinadas localidades³⁵⁸. Devemos ainda acrescentar um outro senão: a elevada mortalidade dos abandonados ao serem conduzidos para as amas nas zonas rurais e pequenas localidades, bem como a inconstância do número de mulheres que se apresentavam a esta função, estritamente dependente da lei da oferta e da procura e do respectivo aumento dos seus salários.

A análise das figuras 4 e 5 demonstra que os expostos se concentravam em amas e mestres de ofícios residentes numa faixa litoral que ia da Figueira da Foz à Península de Setúbal. Reforça ainda a ideia de preferência de envio destas crianças para funcionários de zonas rurais e de pequenos povoados. Tanto mais que a posição de Lisboa nunca ultrapassou os 16% e até diminuiu ao longo do tempo.

Emerge, assim, a concentração destes menores nos distritos de inspecção, destacando-se o de Leiria e, neste, os concelhos de Leiria, Pombal, Porto de Mós e Vila Nova de Ourém. É ainda relevante a percentagem de expostos entregues a amas e mestres de ofícios dos concelhos de Alcobaça e Óbidos (distrito de inspecção das Caldas da Rainha), bem como de Alenquer (distrito de inspecção de Sobral). Possivelmente, existiria uma maior oferta de funcionárias(os) provenientes dos concelhos mencionados, que poderá ter sido motivada pelos vários incentivos dados pela Misericórdia de Lisboa para atrair amas, como é exemplo, a já referida criação das pagadorias em Sobral, Caldas da Rainha e Leiria em 1842 e cujo sistema viria a ser amplamente defendido na década de 1860. Tal reflectiu-se num maior afluxo destas funcionárias e, conseqüentemente, num aumento dos expostos entregues a amas destas regiões. Some-se que, a partir dessa mesma década, se passou a pagar, no momento da entrega do expostos, uma gratificação

³⁵⁷ KERTZER, 1991, p. 20; SÁ, 1992-b, pp. 119-121.

³⁵⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1861, s.p..

adicional proporcional à distância da residência da ama a Lisboa, atraindo-as assim a levar consigo expostos em fase de criação de leite³⁵⁹.

Ainda que com uma percentagem menos significativa, verificamos existirem igualmente abandonados entregues a amas e mestres de ofícios residentes na margem sul do Rio Tejo, o que poderá estar relacionado com a proximidade à capital.

Também no caso das crianças abandonadas de criação de leite da Casa da Roda de Madrid, entre 1890 e 1935, se verificou o seu envio para várias províncias espanholas, com predomínio das periféricas à capital (embora o peso de Madrid também aumentasse ao longo deste período) e com uma tendência para concentração dos menores nestes espaços. Já em Toledo era reconhecida a preferência de envio dos expostos para criar em amas de zonas rurais dada a carência económica destas famílias. No contexto português a situação era idêntica, tal como o estudou, por exemplo, Maria Antónia Lopes para Coimbra (residindo as amas nos bispados de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu e Guarda e destacando-se os concelhos de Tentúgal, Tábua, Midões e Cadima, entre outros) ou Nuno Cortes para Faro (neste último caso, ainda que as amas residissem no concelho de Faro)³⁶⁰.

Comparando a figura 4 e a figura 5 constatamos que Lisboa perdeu a sua posição cimeira, decrescendo de 16% para 7% de expostos em amas e mestres de ofícios. Verificamos ainda ter havido uma redistribuição relativa da percentagem destes na generalidade dos concelhos. Esta tendência resultou no aumento do percentual de abandonados em alguns concelhos, como Leiria, Pombal e Vila Nova de Ourém, e a sua diminuição noutros, como Óbidos e Alenquer (anexo 26).

Desta forma, diminuiu a percentagem de menores no distrito de inspeção das Caldas da Rainha (de 29% para 23%) e de Sobral (de 18% para 10%). Por oposição, no distrito de inspeção de Leiria o percentual de abandonados subiu de 22% para 46%. Apesar de existir uma diminuição da percentagem de abandonados em dois dos três distritos de inspeção, continua-se a verificar a preferência de envio e concentração destes menores nestes, ascendendo de 68% em 1860-1870 para 79% em 1871-1910 (anexo 26).

³⁵⁹ ANTT, Ministério do Reino, mc. 4507, *Regulamento para pagamento dos salários das amas que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1842; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861, s.p.

³⁶⁰ LOPES, 2000-a, vol. I, p. 248; LOPES, 2000-a, vol. II, pp. 341-345; MARTÍN ESPINOSA, 2012, pp. 461-462; PÉREZ MOREDA, 1996, pp. 145 e 156-157; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, pp. 341-342.

Confirma-se uma menor “reinstucionalização” destas crianças quando entregues a amas e mestres de ofícios do espaço rural e pequenos povoados quando comparado com as residentes na capital, tal como o afirmam os relatórios da mesa administrativa da misericórdia da capital e o próprio Conde de Rio Maior?

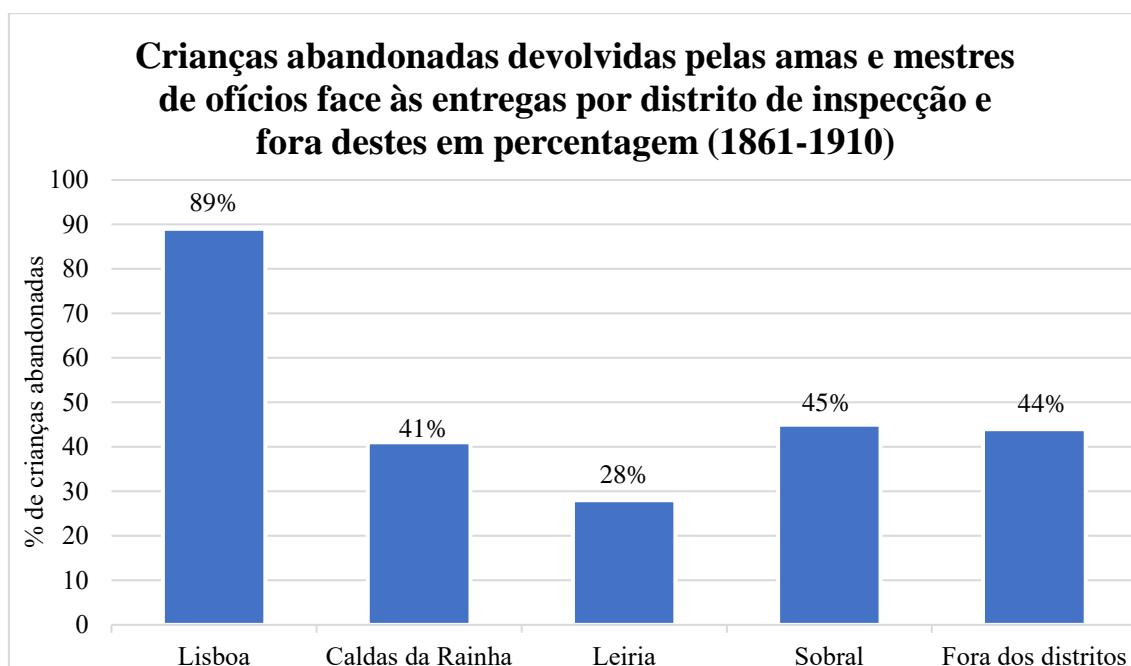


Gráfico 20. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa devolvidas por amas e mestres de ofícios face às entregas aos mesmos por distritos de inspeção e fora destes em percentagem entre 1861 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862-1911.

O gráfico 20 remete para a relação entre as crianças devolvidas à misericórdia da capital e aquelas que foram entregues a amas e mestres de ofícios de Lisboa, dos distritos de inspeção e fora destes. Este confirma que os expostos criados por amas de fora da capital não eram reinstucionalizados com tanta frequência. Entre 1861 e 1910, enquanto no distrito de inspeção das Caldas da Rainha 41% das crianças levadas por amas e mestres retomaram à misericórdia sendo entregues a outros funcionários, no de Sobral foram-no 45% dos menores e em Leiria 28%, sendo neste último o distrito em que sabemos localizarem-se os concelhos preferenciais para envio dos abandonados. Valores semelhantes apresentam as reinstucionalizações fora dos distritos de inspeção (44%). Todavia, o valor relativo apresentado pela cidade de Lisboa era o dobro dos anteriores,

nomeadamente, 89%. As amas e os mestres da capital faziam, de facto, regressar à instituição uma maior proporção de abandonados.

Embora saibamos que se perde o rasto a muitas crianças a partir dos 10 anos, sobretudo, dos rapazes, o gráfico apresentado pode sugerir a possibilidade de uma maior integração dos expostos quando entregues a amas e a mestres de ofícios de zonas mais pequenas, indo ao encontro da preferência atribuída à ruralidade pela Misericórdia de Lisboa (e por publicistas nacionais e estrangeiros).

Como veremos na Parte III do presente estudo, era mais frequente a circulação de expostos entregues a amas residentes na cidade de Lisboa, sendo poucos aqueles que, realmente, eram integrados nas famílias que os acolhiam. Tal contrasta com a experiência vivida pelos expostos entregues a amas de localidades mais pequenas, as quais com eles permaneciam durante largos anos. Neste último caso, as transições estavam, frequentemente, associadas à passagem da criação de leite para a criação de seco e podiam não implicar que a criança retornasse à Misericórdia de Lisboa, sendo directamente efectuada a entrega a uma nova ama pelas autoridades administrativas ou eclesiásticas, quando uma ama de localidades próximas estava disposta a cumprir esta função.

3.2. Subsídios de lactação

Apesar das estatísticas dos subsídios de lactação concedidos pela Misericórdia de Lisboa só terem sido produzidas a partir de 1870, a leitura das actas da instituição revelam-nos que estes já eram concedidos na década de 1850, crescendo a sua atribuição conforme nos aproximamos do fim do abandono anónimo legalmente aceite. Em sessão da mesa administrativa de 1854 “resolveu-se que às mulheres solteiras que por seu estado de pobreza e impossibilidade de ganharem meios de subsistência enjeitavam os filhos não sendo socorridas, se conceda metade do salário que se dá às amas de leite, durante o período de lactação”. Mais tarde, este apoio foi estendido às mulheres casadas, “as quais quase todas sendo pobres mandam para a roda os seus filhos”. Refira-se, contudo, que este auxílio também era concedido a outras pessoas do agregado familiar, sobretudo, aos pais³⁶¹.

³⁶¹ AHSCML, *Acta ...n.º 3*, 29 de Maio de 1854, fls. 90-90v

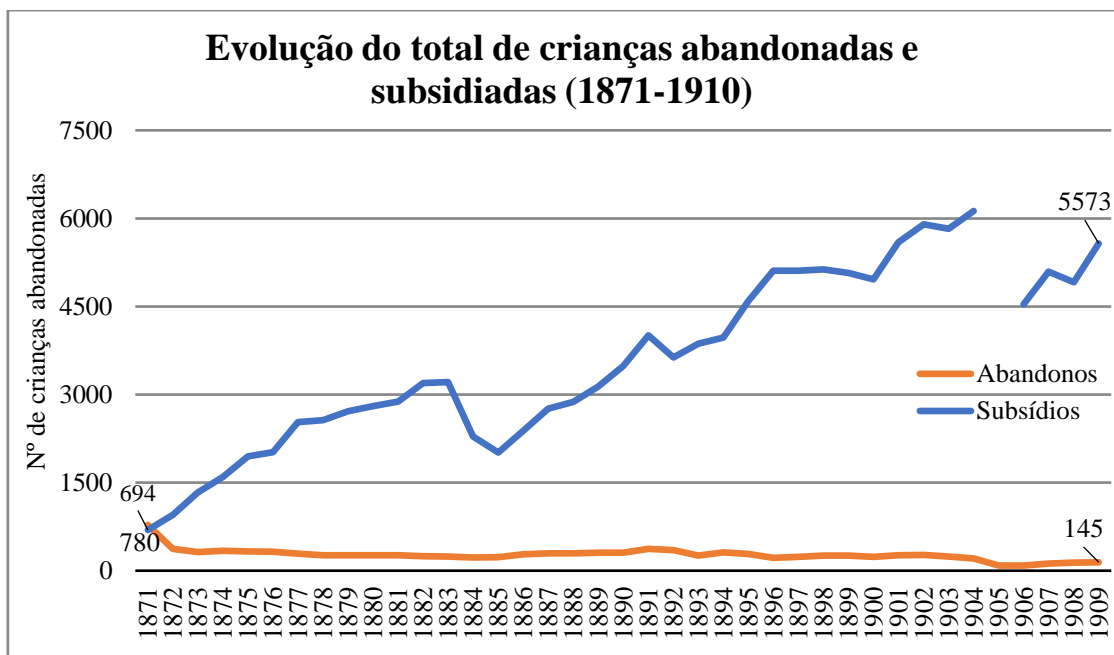


Gráfico 21. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e subsidiadas pela mesma instituição entre 1871 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, Relatório..., 1871-1911.

Foram os subsídios de lactação responsáveis pela diminuição do abandono? Como se verificou, o número de exposições decresceu após 1870, estabilizando a partir de 1873. O total de subsídios de lactação concedidos contrasta com essa tendência - iniciando-se com 694 pensões em 1871, crescendo para 5 573 em 1909, o que poderá efectivamente ter contribuído para a diminuição das exposições. Contudo, não podemos deduzir que a atribuição de pensões foi o único motivo para o decréscimo dos abandonos, pois as variáveis não evoluem na mesma proporção.

A Misericórdia de Lisboa reconhecia que estes subsídios podiam constituir um problema, levando as mães a abandonar os filhos para que lhes fosse concedido este auxílio. Era necessário consciencializá-las e afastá-las do estigma da exposição. Por este motivo, a partir da década de 1870, começou a impor limitações à sua atribuição: não

Por exemplo, a Manoel Caetano do Carmo foi concedido um subsídio para a criação de leite do seu filho recém-nascido, “constando por informação do Exm^o. Sr. Arcebispo Provedor as tristes circunstâncias e misérias do suplicante” (AHSCML, *Acta ...n^o 3*, 8 de Maio de 1854, fl. 78v).

Já em 1887 regulamentou-se que, em caso de falecimento da mãe, de forma a encontrarem uma ama que se encarregasse da sua criação e reconhecendo-se a maior dificuldade que pudessem ter, o subsídio concedido aos pais até a criança completar um ano de idade era de 3 000 réis (e não os normais 1 500, valor que baixou para 1 200 réis em 1892). AHSCML, *Acta... n^o 13*, 12 de Fevereiro de 1887, fl. 104.

podiam ser concedidos a mulheres casadas que não fossem pobres e tivessem leite, que abandonassem o filho com mais de 20 dias (salvo algumas exceções que poderiam ir até um mês) e que não fossem residentes em Lisboa nos nove meses anteriores ao parto³⁶².

Mesmo perante as limitações impostas, a concessão de subsídios de lactação continuou a aumentar, pelo que em 1883 e 1884, dado o encargo que representavam, se restringiu ainda mais a sua atribuição, diminuindo-se o valor mensal e determinando-se que as pensões fossem retiradas às mães que se ausentassem da capital. Embora tal tenha tido reflexos numa diminuição dos subsídios concedidos, com a nova divisão administrativa e o crescimento em área da capital, a partir de 1885, o seu valor voltou a crescer. Pelo contrato já estudado, assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a misericórdia, previa-se a atribuição de mais pensões de lactação, dados os pedidos das mães residentes em freguesias dos extintos concelhos de Belém e Olivais e que, na realidade, eram mais elevados do que as estatísticas iniciais apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa faziam prever³⁶³.

Refira-se ainda que, antes da concessão do subsídio, a Misericórdia de Lisboa averiguava o estado físico dos menores. Embora só nos sejam fornecidos dados entre os anos económicos de 1870-1871 e 1872-1873, podemos concluir que mais de metade dos futuros subsidiados se encontravam em boas condições, reflexo de um maior cuidado ao serem criados pelas suas próprias mães e da preocupação que estas tinham em que fosse aceite a concessão do subsídio dada a sua pobreza comprovada. Atribuída a pensão de lactação e embora muitas destas crianças estivessem a ser criadas fora da capital, os subsidiados tinham igualmente acesso ao serviço clínico e farmacêutico da Misericórdia de Lisboa. Dos que usufruíram deste serviço a maioria ficaram curados ou apresentaram nítidas melhoras, apontando, mais uma vez, para os reflexos não só dos progressos na pediatria e nos cuidados com a criança, mas também para a própria atenção dada pelas mães e para a importância do desenvolvimento do menor no seu seio biológico³⁶⁴.

³⁶² Exceptue-se o caso em que, no relatório de 1871-1872, é referido ter sido concedido um subsídio de lactação a uma mãe residente nos Olivais. AHSCML, *Acta...* n.º 8, 24 de Janeiro de 1871, fls. 3-3v; *Acta...* n.º 12, 1 de Maio de 1879, fl. 60; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872.

³⁶³ AHSCML, *Acta...* n.º 13, 13 de Agosto de 1884, fl. 48v; 16 de Agosto de 1884, fl. 49; AML, Correspondência recebida e expedida – Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, cx. Correspondência recebida e expedida, doc. 263, 10 de Fevereiro de 1886, fls. 1-18; doc. 268, 21 de Janeiro de 1887, fls. 1.

³⁶⁴ O serviço médico da Misericórdia de Lisboa era destinado a doentes pobres que pertenciam ao rol de visitados, a expostos e amas residentes na Real Casa dos Expostos de Lisboa e na própria cidade, a órfãos do Recolhimento de São Pedro de Alcântara, a asilados dos Hospitais do Amparo e de Sant'Ana, a subsidiados e aos demais empregados que residiam nos vários estabelecimentos e na sede da instituição.

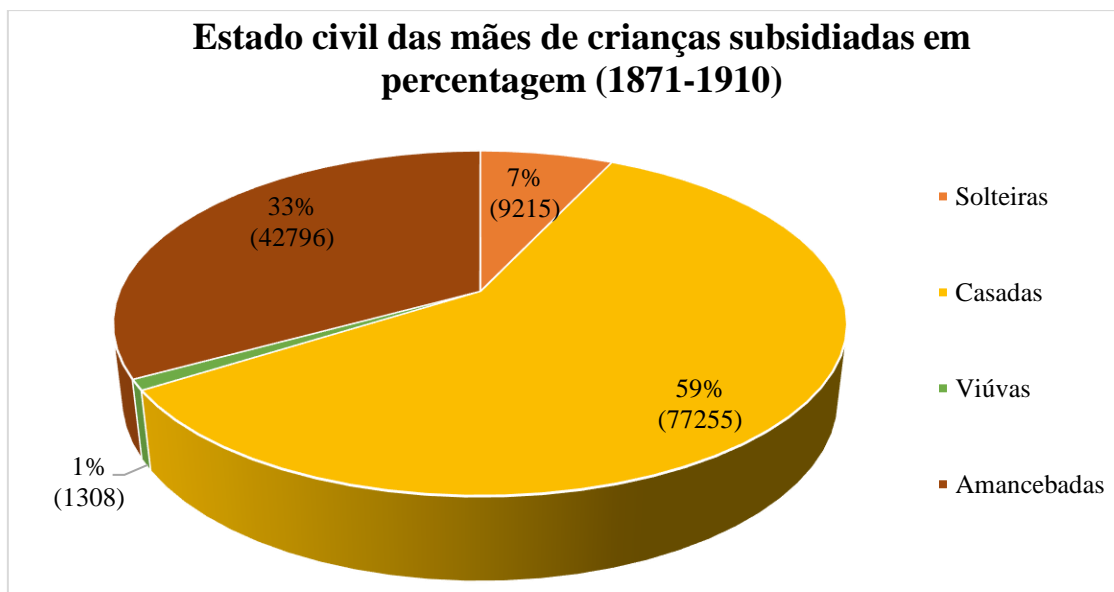


Gráfico 22. Estado civil das mães de crianças subsidiadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1871 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

O gráfico 22 mostra que, entre 1871 e 1910, os subsídios de lactação eram atribuídos, sobretudo, a mães casadas (59%), seguindo-se as amancebadas (33%) e, sendo pouco significativas as concessões a solteiras (7%) e, ainda menos, a viúvas (1%).

Eram as mães casadas e, depois, as amancebadas, que procuravam assegurar a sobrevivência do menor no seio da família biológica, quer por iniciativa própria, quer pela intimação ou “oferta” de uma pensão perante uma tentativa de abandono. Por contraponto, as maiores expositoras, como analisado no gráfico 13, eram as mães solteiras. Estas não tinham, efectivamente, meios para sustentar os filhos, sendo a pobreza e a possibilidade de perda do seu emprego um obstáculo, pelo que a poucas foi concedido este auxílio. Poder-se-á ainda colocar a hipótese de não o quererem, optando por abandonar os filhos por serem ilegítimos, salvaguardando a sua honra o que, como já confirmámos, constituiu uma realidade.

Em 1854, houve uma fusão do serviço clínico dos expostos com o das visitadas, sendo contratados seis médicos e seis cirurgiões para apoio domiciliário, contexto em que a cidade foi dividida em seis distritos. Caso as patologias fossem graves, os doentes eram reencaminhados para o Hospital de São José ou, no caso de serem crianças, para a Real Casa dos Expostos de Lisboa. O serviço viria a ser novamente regulamentado em 1863, passando a haver 12 distritos e cabendo à misericórdia responsabilidades acrescidas no que diz respeito à assistência médica dos pobres da capital. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1874; COLEN, 2016, p. 2.

A situação lisboeta era diferente de outras do Reino, como o caso de Ponte de Lima (distrito de Viana), onde as maiores subsidiadas eram as mães solteiras, aquelas cujo abandono praticado era mais elevado e que, como vimos, resultava da ilegitimidade. Os subsídios só seriam concedidos a mulheres casadas e viúvas em casos de extrema necessidade, nomeadamente quando um dos progenitores ficava doente ou falecia. De facto, as mães solteiras da capital seriam as maiores expositoras após o fim do abandono anónimo legal, não podendo manter os seus filhos ainda que lhes fosse concedido este apoio³⁶⁵.

3.3. Recuperação parental

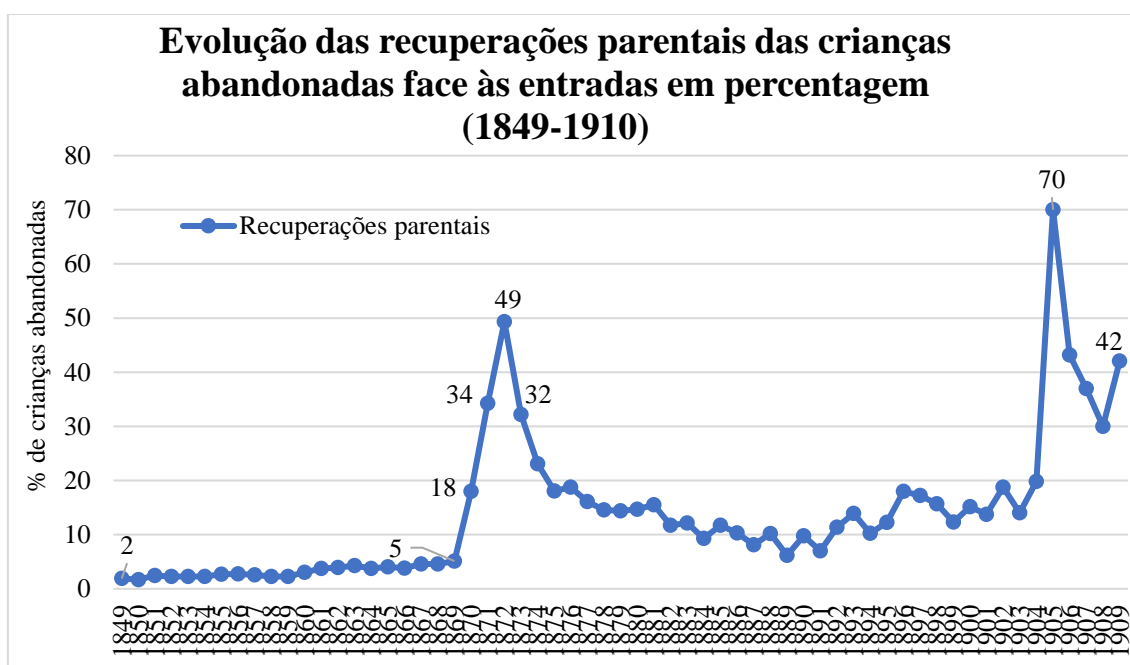


Gráfico 23. Evolução das recuperações parentais das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas em percentagem entre 1849 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1911.

O gráfico 23 reflecte a evolução das recuperações parentais em relação à entrada de crianças abandonadas na Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910. Verificamos que

³⁶⁵ FONTE, 2004, p. 408.

entre o primeiro ano e o de 1869 existe um aumento pouco significativo deste fenómeno, iniciando-se com 2% das crianças institucionalizadas a serem recuperadas pelos seus pais e alcançando-se apenas 5%. Porém, o pico começa-se a formar a partir do ano seguinte, com 18% dos menores recuperados e ascendendo até quase metade das entradas com um valor relativo de 49% em 1872. A partir deste momento, as recuperações parentais decaíam, situando-se entre os 32% (1873) e os 6% (1889), mantendo-se sempre acima dos valores registados até 1869, para voltar a subir em 1905 (70%).

Desta forma, verificamos que a penalização das exposições anónimas motivou uma maior recuperação parental. Por um lado, sabemos que em 1870-1871 foram entregues 52 crianças aos seus pais dado estes não residirem em Lisboa, o que ia contra os requisitos de entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa após da implementação do novo modelo de admissão. Por outro lado, podemos questionar se, nestes anos, os pais teriam desconfiança face à mudança e ao que ela implicaria no destino e futuro dos seus filhos.

Sabemos ainda que os valores alcançados em 1872 podem estar relacionados com os inventivos à recuperação parental identificados na Parte I, nomeadamente, a atribuição de subsídios quando os pais fossem buscar os menores admitidos após o fim do abandono na roda (primeiro com idades entre um e dois anos e, depois, estendendo-se até aos três). Ainda assim, como veremos, estes não foram absolutamente decisivos. Desconhecemos o motivo para o aumento das recuperações parentais na primeira década do século XX.

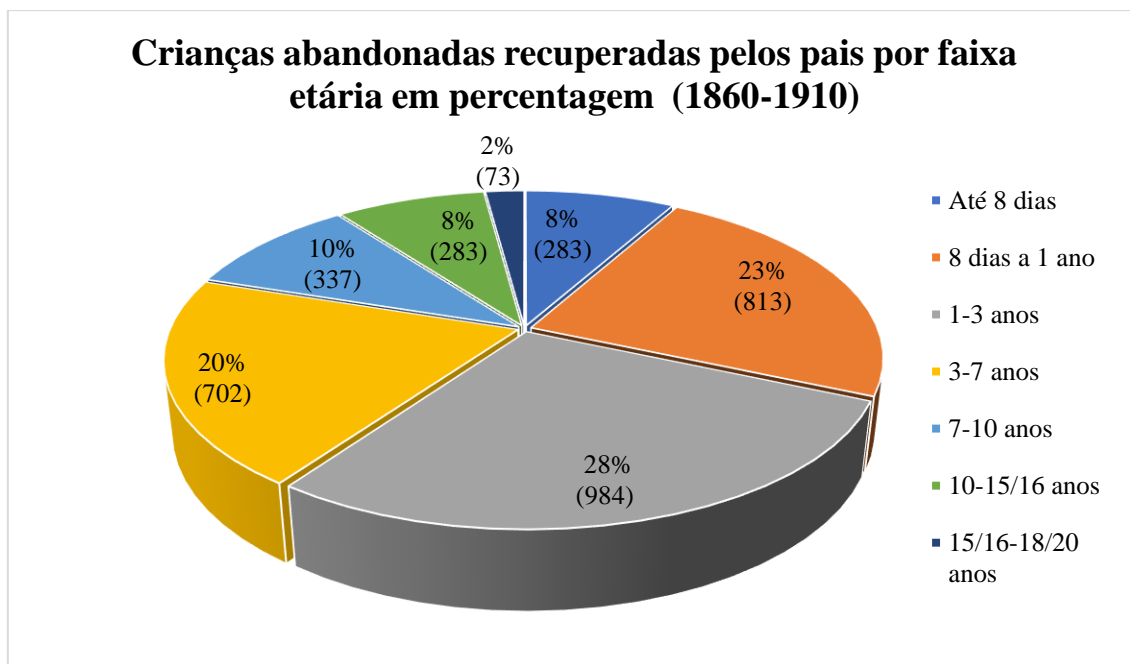


Gráfico 24. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais por faixa etária em percentagem entre 1860 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Apesar de, em 1872 e como já estudámos, a Misericórdia de Lisboa ter tido a iniciativa da concessão de 1 000 réis anuais às mães que recuperassem os filhos de entre um e dois anos, entrados desde o fim do abandono anónimo legal e, mais tarde, ampliando esta medida aos expostos até três anos e aumentando a gratificação para 9 000 réis, atribuída por uma vez somente, tal não foi determinante no acto de recuperação parental. Contudo, pode ajudar a explicar que, tal como o demonstra o gráfico 24, as poucas crianças recuperadas se situassem entre um e três anos (28%), seguidas daquelas que tinham entre oito dias a um ano (23%) e das que se situavam entre os três e os sete anos de idade (20%). A recuperação parental das duas primeiras categorias poderá estar associada à concessão de auxílios financeiros. Mas não estará a das últimas, relacionada com o afecto parental, tendo sido ultrapassada a fase de maior dependência física e económica da criança?³⁶⁶

³⁶⁶ AHSCML, *Acta...* Nº 9, 3 de Fevereiro de 1872, fl. 61.

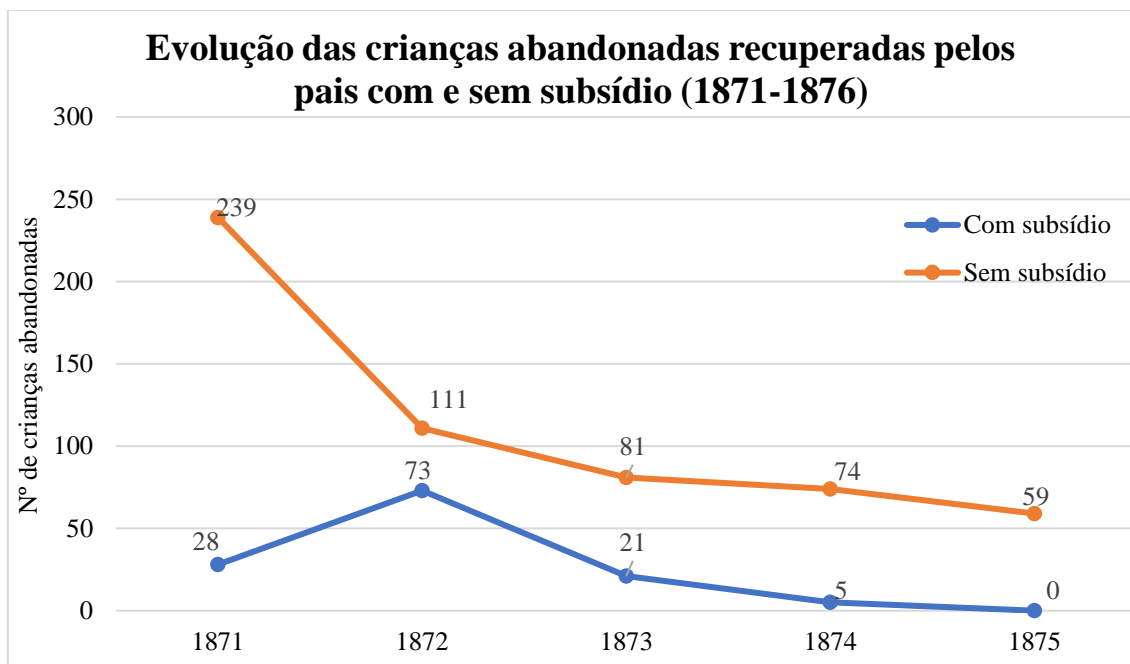


Gráfico 25. Evolução das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais com e sem a concessão de subsídios entre 1871 e 1876, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1877.

De facto, embora só tenhamos dados sobre a concessão de subsídios entre 1871 e 1876, verificamos que estes não foram determinantes para as recuperações parentais. Era superior o número de abandonados entregues aos pais sem que lhes fosse atribuído qualquer tipo de apoio, o que revela que, possivelmente, estes teriam meios para criar os primeiros, que a sua pobreza não era comprovada ou que existia laços de afecto independentes de motivações económicas.

Todavia, entre 1871 e 1872 há um aproximar do valor daqueles que receberam o subsídio, ascendendo de 28 para 73 casos, e que poderá estar relacionado com as iniciativas levadas a cabo pela Misericórdia de Lisboa anteriormente referidas. Ainda assim, tanto o número de subsidiados como de não subsidiados diminui, o dos primeiros a partir de 1872 (de 73 para 0) e o dos segundos (de 239 para 59) em todo o período de análise, acompanhando a tendência evolutiva identificada no gráfico 21.

3.4. Mortalidade dos abandonados

A morte ainda em tenra idade era um dos destinos infantis mais comuns no século XIX, sobretudo, no que diz respeito aos expostos, tendo-se tornado no estímulo à reforma de 1867 e à penalização do abandono anónimo de crianças. Os relatórios da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apresentam dados anuais sobre o número dos seus tutelados que faleceu, respectivas faixas etárias e se morreram na instituição ou ao cuidado de amas externas.

Assim, a mortalidade dos abandonados da capital pode ser calculada de várias formas. Diversas metodologias foram utilizadas para outras Casas da Roda. Para o presente estudo entendemos que as melhores alternativas são: num primeiro momento, calcular o número de mortos face à população total (de abandonados) tutelada pela Real Casa dos Expostos de Lisboa; e, de seguida, para nos aproximarmos das preocupações da época em relação à mortalidade destas crianças, inerentes ao combate e conseqüente encerramento das rodas dos expostos na Europa católica, analisar o número de mortes de crianças até um ano e de um até três anos, à luz das entradas na instituição dos menores com a mesma idade.

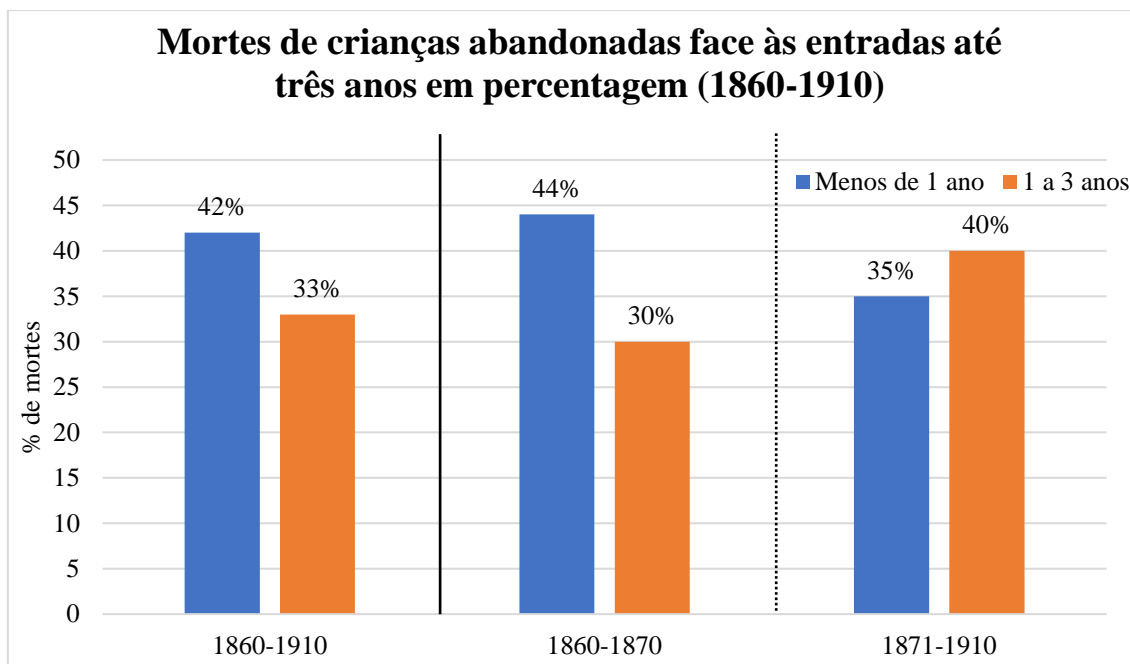


Gráfico 27. Mortes de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas com menos de um ano e de um a três anos em percentagem entre 1860 e 1910 e nos subperíodos de 1860 a 1870 e de 1871 a 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Os dados que nos permitem analisar a morte de crianças por idade só nos são disponibilizados a partir de 1860. Seguindo agora a segunda alternativa de cálculo acima referida, o gráfico 27 retrata a relação entre o número de menores abandonados que faleceram com menos de um e de um a três anos em relação às entradas nas mesmas faixas etárias entre 1860 e 1910 e nos subperíodos de 1860 a 1870 (enquanto a admissão anónima era legal) e de 1871 a 1910 (após a sua penalização e a aplicação do novo modelo de admissão)³⁶⁷.

Verificamos assim que, entre 1860 e 1910, das crianças expostas até um ano de idade 42% faleceram no primeiro ano de vida. Mais baixo, mas ainda significativo, é o valor relativo daqueles que morreram entre um e três anos (33%).

³⁶⁷ A fórmula de cálculo utilizada para a mortalidade infantil foi: soma das mortes até um ano / número de entradas até um ano * 100.

A fórmula de cálculo utilizada para a mortalidade de um a três anos foi: soma das mortes de um a três anos / soma das entradas com idade de um a três (subtraídas as mortes com menos de um ano) * 100.

Teresa Rodrigues Veiga identificou a mesma tendência para o contexto nacional, onde “a mortalidade infantil ceifava cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os sete nos de idade. (...) Depois o ritmo da morte atenuava-se, atingindo valores mínimos nos indivíduos entre os dez e os quinze anos”³⁶⁸.

A Misericórdia de Lisboa acreditava que entre Julho e o Inverno era o período mais propício ao aumento da mortalidade, pois era nesta altura que dominavam as febres³⁶⁹. Os motivos do óbito eram vários: “o estado de saúde e de nutrição da criança à chegada, os comportamentos das amas, o clima, as condições das casas em que viviam, as epidemias”, debilidade congénita, sífilis hereditária e outras doenças de formação do feto³⁷⁰. A instituição reconhecia que as doenças hereditárias ou provocadas pelo acto do abandono eram as mais difíceis de controlar, tendo sido estas igualmente identificadas por Maria Antónia Pires de Almeida como as que um maior número de menores matavam. Segundo esta autora, durante o primeiro ano morriam igualmente muitas crianças vítimas de raquitismo, paralisia infantil, sarampo e suas derivadas, difteria, tosse convulsa, meningite, escarlatina e poliomielite³⁷¹.

Mas como evoluiu a mortalidade nas mesmas faixas etárias antes e após o fim do abandono anónimo legal na roda de Lisboa? Pela análise do gráfico 27 verificamos que, entre 1860 e 1870, os valores relativos a cada um dos grupos etários são idênticos aos da globalidade do período estudado. A mortalidade diminuía conforme a idade avançava.

A novidade surge no período seguinte. Finda a legalidade das exposições na roda, entre 1871 e 1910, passa a ser predominante a morte de crianças entre um e três anos, a qual cresce de forma significativa atingindo os 40%. Por oposição, diminui, de modo também expressivo, o valor relativo daqueles que falecera até um ano (35%). A explicação poderá estar, hipoteticamente, no facto de nesta fase, serem abandonadas crianças cuja saúde era mais débil e que viriam a falecer. Ainda que este não fosse considerado um motivo inerente ao abandono nas estatísticas da Misericórdia de Lisboa, poderia ser uma das razões que levava os pais a institucionalizarem os seus filhos.

³⁶⁸ VEIGA, 2004, p. 90.

³⁶⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1862, p. 8.

³⁷⁰ BRAGA, 2011, p. 245.

³⁷¹ Teresa Rodrigues Veiga identificou também que as doenças mais mortíferas na infância eram as epidemias, destacando-se o sarampo, a escarlatina, a tosse convulsa e as bexigas SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1862, p. 7; ALMEIDA, 2014, pp. 690-691; VEIGA, 2004, p. 103.

Ou seja, como vimos atrás (gráfico 1), a partir de 1871 não só o número de expostos diminui drasticamente, como, em consequência, o número absoluto de mortes se contrai muito também, como veremos à frente. Igualmente significativo do efeito da alteração no modelo de abandono, a mortalidade infantil dos expostos contraiu-se, ainda que a das crianças entre um e três anos tenha aumentado. Não se descure, todavia, que os períodos comparados não apresentam o mesmo número de anos, sendo o de 1860 a 1870 muito mais reduzido que o de 1871 a 1910.

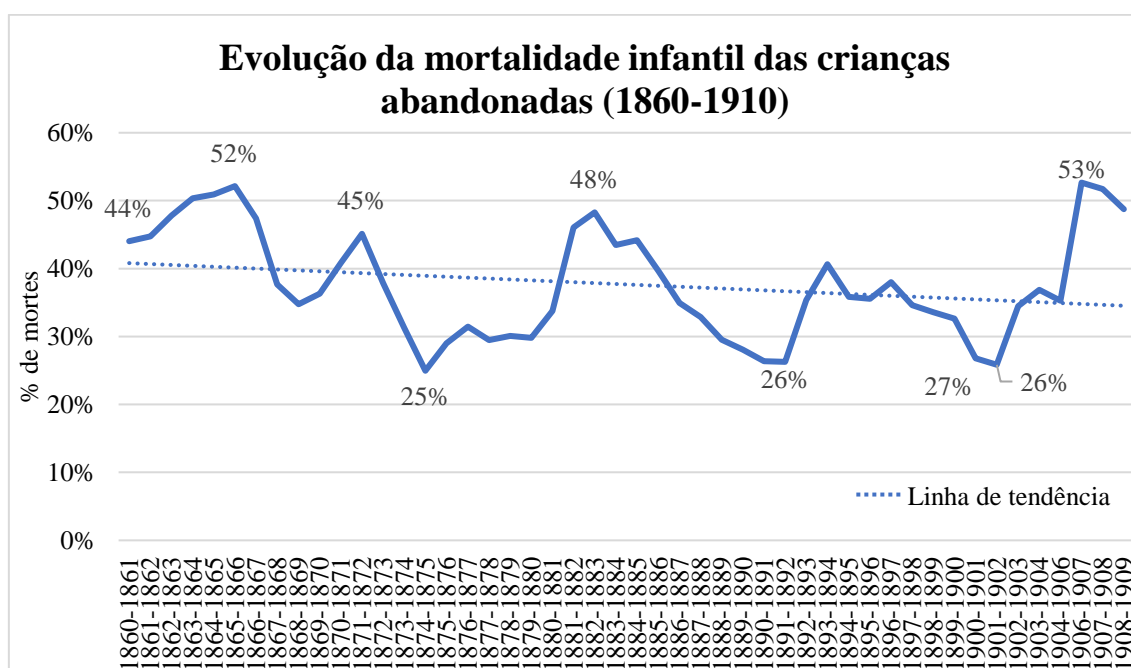


Gráfico 28. Evolução da mortalidade infantil das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas (até um ano) em percentagem entre 1850 e 1910, anos económicos, média móvel de dois anos e linha de tendência linear.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851-1911.

A tendência da evolução anual da mortalidade infantil aponta para uma lenta diminuição. Para calcular essa evolução, optámos por utilizar a média móvel de dois anos, visto que, além dos dados apresentados pela misericórdia considerarem anos económicos, a média móvel permite minimizar potenciais discrepâncias entre o ano de entrada do abandonado e o seu falecimento³⁷². De facto, as crianças que entraram num ano poderiam

³⁷² A fórmula de cálculo utilizada foi: média móvel dos últimos dois anos das mortes de crianças até um ano / média móvel dos últimos dois anos das entradas de crianças até um ano * 100.

vir a falecer no ano seguinte. Por exemplo, um menor que tenha dado entrada no mês de Dezembro, poderia falecer no mês de Novembro seguinte, tendo ainda menos do que um ano de idade.

Pela análise do gráfico 28, ainda que a linha de tendência aponte para um decréscimo deste indicador, verificamos que a evolução é pontuada por picos de elevada mortalidade que, com o avançar do tempo, começam a ser mais espaçados, mas ainda assim intensos. De facto, registamos picos extremos nos anos de 1865 e 1906 (52% e 53%, respectivamente). Ao mesmo tempo, após a alteração do modelo de abandono, verificamos valores mínimos em 1874, 1890 e 1901 (entre 25% e 26%), mais baixos do que os ocorridos antes de 1871.

Uma das explicações possíveis para os picos poderá estar relacionada com epidemias identificadas por Maria Antónia Pires de Almeida e Teresa Rodrigues Veiga. Por exemplo, a ocorrência de cólera, febre tifoide e tifo exantemático em 1865 é correspondente a uma mortalidade infantil de 52%, ainda que a primeira epidemia não tenha tido os mesmos efeitos negativos em Portugal que teve noutras partes da Europa. Já em 1871, identificou-se, novamente, a existência de tifo exantemático, ano marcado por um percentual de mortalidade infantil de 45%³⁷³.

A mortalidade infantil na Real Casa dos Expostos de Lisboa não era alta quando comparada com outras Casas da Roda do Reino e da vizinha Espanha. Por exemplo, em Viana do Castelo, entre 1851 e 1860, não obstante o número de entradas ser significativamente mais reduzido, faleceram 62% dos expostos institucionalizados, dos quais cerca de 51% até um ano de idade. Apesar de, como referimos, não termos dados para o mesmo período cronológico por idades, verificámos no gráfico 27 que, em Lisboa, a mortalidade infantil era de 44% entre 1860 e 1870, período em que, à semelhança do que acontecia em Viana do Castelo, o abandono infantil na roda ainda vigorava. Já Barbara Revuelta Eugercios calculou a mortalidade infantil para várias instituições espanholas, sendo a Casa da Roda de Madrid aquela onde existia um valor mais significativo de mortes e onde, entre 1850 e 1880, este indicador se situou entre os cerca de 70% e os 100%, neste último caso significando que faleceram tantas crianças como

³⁷³ Sabemos ainda que, em 1862 e 1863, a Misericórdia de Lisboa identificou a ocorrência de uma epidemia de Sarampo. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1865, p. 9; ALMEIDA, 2013, p. 68; ALMEIDA, 2014, p. 689; VEIGA, 2004, p. 109.

aquelas que entraram. Nenhuma outra instituição de acolhimento de abandonados espanhola alcançou valores tão elevados, mantendo-se, para o mesmo período, entre os cerca de 30% e os 80%, sendo este último valor muito mais alto do que o que constatamos para a realidade lisboeta³⁷⁴.

Tendo-se calculado uma mortalidade infantil de 35% na Real Casa dos Expostos da capital entre 1871 e 1910 (gráfico 27), verificamos que este indicador se encontrava acima dos percentuais do distrito e concelho de Lisboa. Embora só tenhamos dados para estes últimos entre 1902 e 1910, sabemos que a média da percentagem deste período para o distrito era de 20% e para o concelho ou cidade de Lisboa de 19%. Se no primeiro a mortalidade infantil oscilou entre os 23% e os 17%, no segundo a variação situou-se entre os 21% e os 18% (anexo 36). Por contraponto a média da mortalidade para os mesmos anos na instituição da capital era de 46%, estando muito acima dos valores anteriormente apresentados e constatando-se um pico deste indicador na Real Casa dos Expostos de Lisboa, cujo motivo não conseguimos explicar e que não existiu quer no concelho, quer no distrito. Como verificámos no gráfico 27 a média do período final do século, entre 1871 e 1910, era, apesar de tudo, mais baixa³⁷⁵.

Não obstante, quando comparada a mortalidade infantil do início do século XX com o contexto da *inclusa* de Madrid, verificamos que na capital portuguesa esta continuava a ser muito mais reduzida, contrastando com a Casa da Roda espanhola, onde entre 1900 e 1910 esta ronda os cerca de 80%, só começando a cair no final desta última década para em 1934 atingir os cerca de 35%³⁷⁶.

Para os valores de mortalidade e mortalidade infantil identificados para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, abaixo de outras Casas da Roda portuguesas e espanholas, contribuíram algumas medidas levadas a cabo pela misericórdia. Destaque-se a importância do seu serviço clínico, anteriormente referido. Segundo Luísa Colen, apesar de ter acabado o abandono anónimo infantil e de ter diminuído a entrada de crianças na Real Casa dos Expostos de Lisboa, não decresceu o número de crianças assistidas por

³⁷⁴ FONTE, 2004, p. 274; REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 391.

³⁷⁵ Embora as *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. Decénio de 1901-1910* tenham dados do concelho da capital para 1901, não dispõem dos mesmos para esse ano no que diz respeito ao distrito de Lisboa, só iniciando em 1902. ARQUIVOS DO INSTITUTO CENTRAL DE HIGIENE, 1916.

³⁷⁶ REVUELTA EUGERCIOS, 2011, p. 391.

este serviço (em parte, dado o peso dos subsidiados)³⁷⁷. Foi igualmente relevante a preocupação demonstrada a partir de 1854 com a vacinação dos expostos entre os três e os seis meses (período que vimos ser de risco), na instituição, quando se deslocassem à capital ou no seu local de residência³⁷⁸.

Paralelamente, em 1863 ficou concluída a casa de banhos, à qual os expostos podiam aceder mediante indicação do facultativo. Passou a haver uma maior preocupação com o asseio do corpo, hábito que a misericórdia pretendia que acompanhasse as crianças quando saíssem Real Casa dos Expostos de Lisboa. Desta forma, diminuíram algumas doenças como a sarna, o escorbuto de boca ou estomatite úlcero-membranosa e a falsa tinha. De facto, de acordo com Maria Antónia Pires de Almeida, ao longo de Oitocentos ganhou-se consciência da importância da higiene para a prevenção das sucessivas pandemias, das doenças e das crises sanitárias, introduzindo-se o discurso higienista na vida privada³⁷⁹.

Segundo Maria Antónia Lopes, no século XVIII e, sobretudo, no século XIX houve também um esforço para aperfeiçoar a obstetrícia, tendo-se publicado várias obras, instigando-se o seu estudo, formando-se parteiras e fiscalizando-se o seu trabalho³⁸⁰. Criaram-se também enfermarias de maternidade nos hospícios, acrescendo os cuidados durante o parto e nos primeiros tempos de vida da criança. Simultaneamente, a partir de 1854, a Misericórdia de Lisboa procurou conhecer o estado sanitário e a situação clínica das mães que abandonavam os seus filhos após o parto no Hospital de São José, sendo requerido a este último o envio de informações, de forma a evitar o contágio de doenças às amas, sobretudo de sífilis, que só era detectada após três meses, quando as crianças já estavam ao seu cuidado. Já em 1874, determinou-se que os filhos de meretrizes entregues na instituição aí deviam permanecer durante três meses, de modo a serem clinicamente controlados³⁸¹.

³⁷⁷ COLEN, 2016, p. 3.

³⁷⁸ Por exemplo, no início da década de 1860 já existia um espaço para o serviço de vacina na pagadoria de Leiria, recebendo o facultativo local uma gratificação por cada boa execução. Já o Conselho de Saúde Pública proibia os médicos das câmaras municipais de recusarem a vacinação dos expostos que lhes fossem apresentados. AHSCML, *Acta...* n.º 3, 13 de Fevereiro de 1854, fl. 3; 17 de Abril de 1854, fl. 80; ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, 12 de Julho de 1854; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861, s.p.

³⁷⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1865, pp. 4 e 9; ALMEIDA, 2014, p. 690.

³⁸⁰ LOPES, 2002, pp. 6-7.

³⁸¹ AHSCML, *Acta ...* n.º 3, 20 de Fevereiro de 1854, fl. 40v; *Acta...* n.º 10, 23 de Dezembro de 1874, fl. 113.

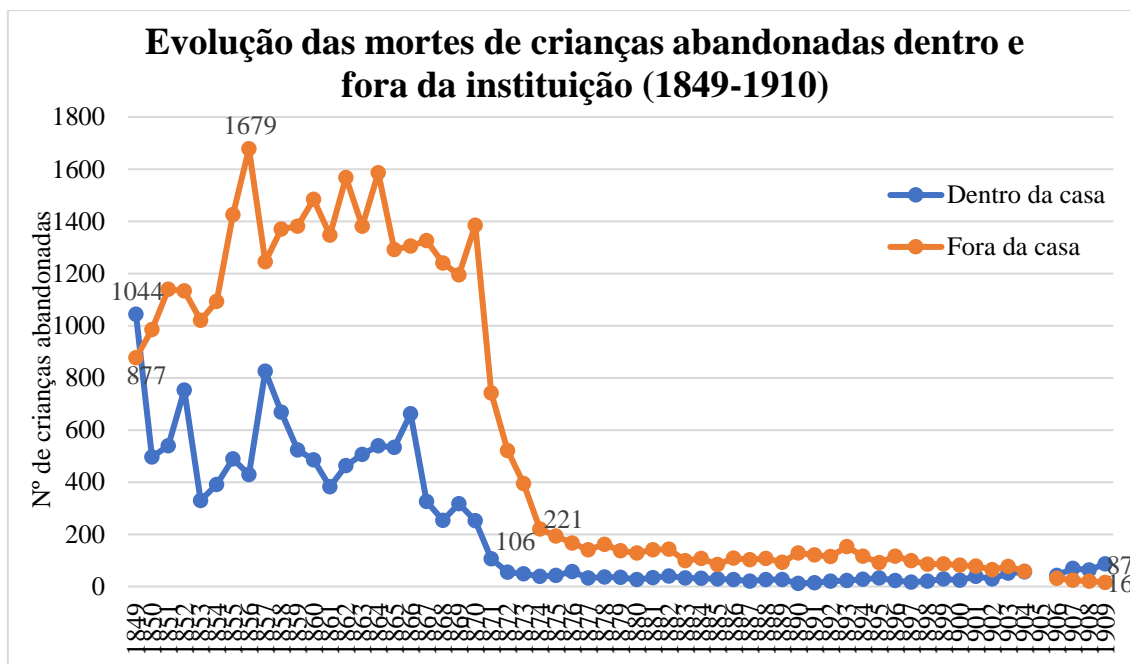


Gráfico 29. Evolução das mortes de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa residentes dentro da instituição (dentro da casa) e ao cuidado de amas externas (fora da casa) entre 1849 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1911.

Dada a tentativa de ter na Real Casa de Expostos de Lisboa um número cada vez mais reduzido de expostos, e porque aqui a mortalidade era, em geral, mais baixa, a maioria destes morria fora da instituição, enquanto estavam ao cuidado das amas. Não obstante, a Misericórdia de Lisboa demonstrava uma crescente preocupação com a saúde das crianças, tanto dos que residiam na instituição, como dos que estavam entregues a amas externas, ajudando a explicar a diminuição do número de mortes nesta última situação que, no final do período estudado, foi ultrapassado pelo valor atingido dentro da instituição, onde sabemos estar concentrado um número de menores muito inferior³⁸². Perante o falecimento de um exposto, caso a ama residisse em Lisboa, tinha de apresentá-

³⁸² Não se descure que a acumulação de expostos na Real Casa dos Expostos de Lisboa provocava uma elevada mortalidade na instituição, sobretudo, em períodos de maior demora, antes de serem enviados para as amas. Tal aconteceu, por exemplo, com as estadias de 8,1 dias no ano económico de 1863-1864 ou de 9,3 dias em 1864-1865, ambas provocadas pela falta de amas externas. Para colmatar esta falta, no primeiro ano foram colocados anúncios públicos em Lisboa e, por intervenção dos inspectores nas províncias e aumento dos seus salários tornou-se mais produtiva a procura de amas.

O caso de um elevado número de crianças devolvidas à instituição por estarem doentes ocorreu em 1865, implicando a atribuição de prémios às amas que as fossem buscar para criação. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...* 1864, p. 4; *Relatório...* 1866, p. 4; *Relatório...* 1867, p. 3.

lo ao reverendo padre tesoureiro da Igreja da Misericórdia de Lisboa, acompanhado da certidão de óbito passada pelo facultativo que o tinha tratado. Se a ama fosse de fora de Lisboa, devia apresentar o abandonado ao pároco da sua freguesia. Em qualquer um dos casos, a ama recebia uma declaração ou atestado³⁸³.

Assim, apesar da inconstância da evolução das mortes entre 1849 e 1870, com o seu pico máximo de 1 044 na misericórdia (1849) e 1 679 ao cuidado de amas (1856), verificamos que logo que termina o abandono anónimo infantil, decai fortemente o número de crianças que falecem atingindo, em 1909-1910 os 16 casos fora da instituição e os 87 no seu interior.

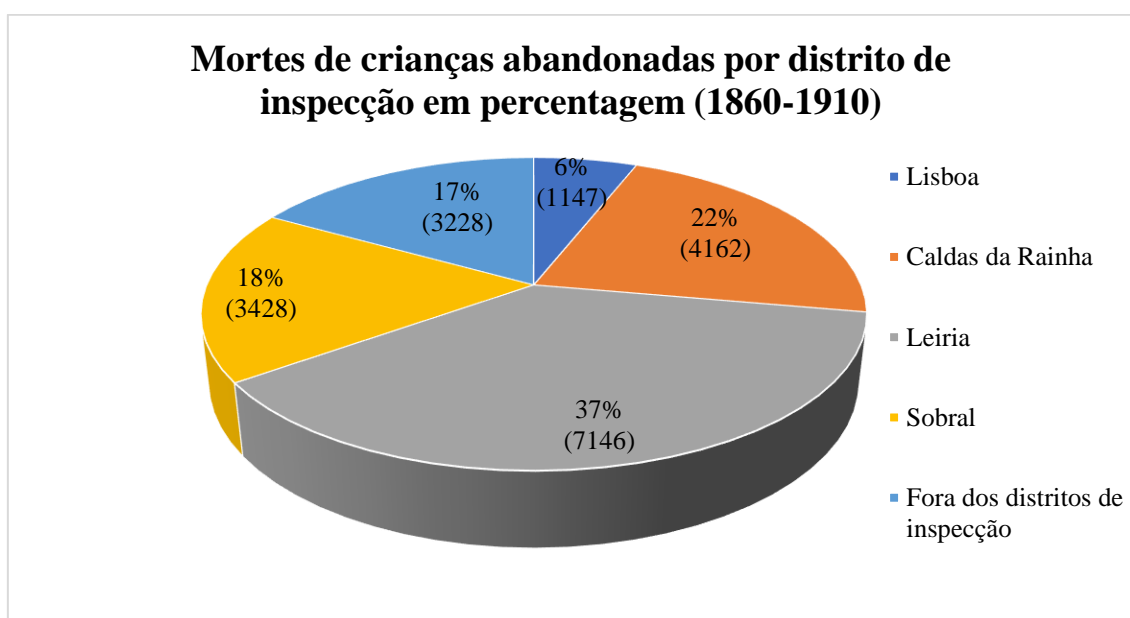


Gráfico 30. Mortes de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por distrito de inspeção e fora dos distritos em percentagem entre 1860 e 1910.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Junto de amas externas, era nos distritos de inspeção, onde existia uma maior concentração de expostos, que o número de mortos era mais elevado. Por exemplo, entre

³⁸³ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4507, *Deveres das Amas residentes na Capital, e nas Freguesias da Ajuda, Belém e S. Bartolomeu de Xabregas, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres*, s.d.; Ministério do Reino, mç. 4507, *Deveres das Amas residentes fora de Lisboa, que criam Expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade, e penas a que ficam sujeitas por falta do cumprimento destes deveres*, s.d..

1860 e 1910, o distrito de Leiria representava 37% do total de mortes, as Caldas da Rainha 22% e Sobral 18%.

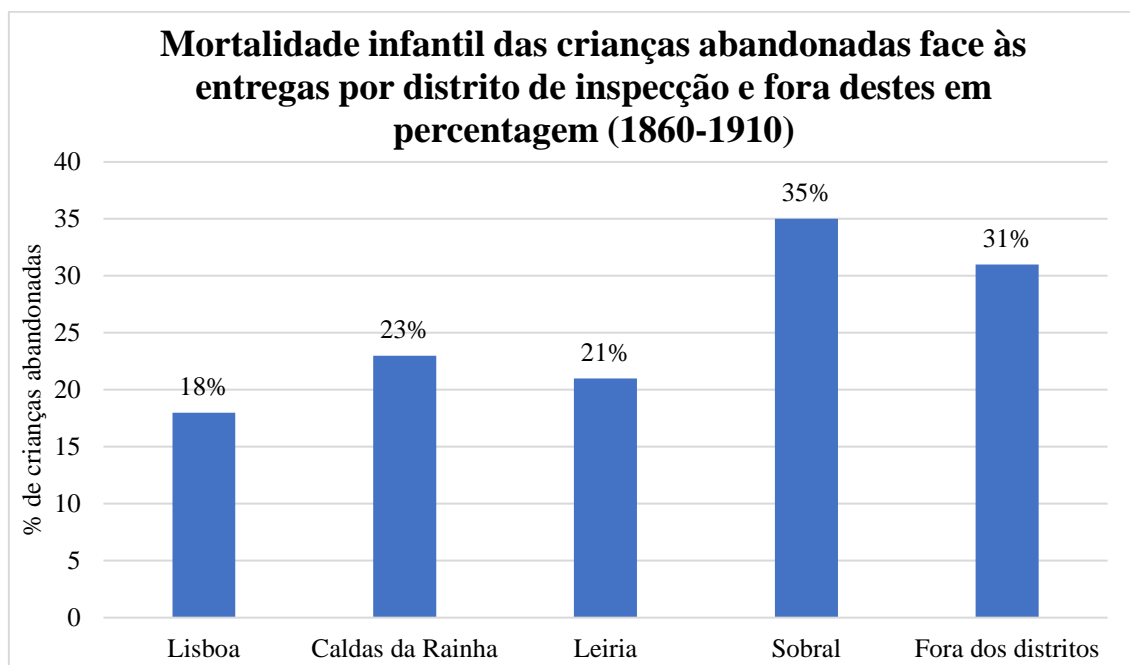


Gráfico 31. Mortalidade infantil das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entregas a amas por distritos de inspeção e fora destes em percentagem entre 1860 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Todavia, a mortalidade infantil apresentava acentuadas diferenças espaciais. O gráfico 31 retrata este indicador em Lisboa, por distrito de inspeção e fora destes, calculado com base na relação entre o número de crianças com até um ano entregues a amas destas regiões e aqueles que faleceram até à mesma idade.

A mortalidade infantil era mais baixa em Lisboa (18%) e em Leiria (21%). Ainda que saibamos que era enviado para este último distrito de inspeção um maior número de expostos e que as mortes em todas as faixas etárias eram elevadas, a mortalidade infantil apresenta um valor relativo baixo quando comparado com outras regiões. De facto, Leiria contrasta com os restantes distritos de inspeção onde os percentuais de mortalidade infantil eram muito mais altos, sobretudo, Sobral (35%), mas também, ainda que

ligeiramente, nas Caldas da Rainha (23%), bem como nos concelhos fora dos distritos de inspeção (31%).

De facto, enviar as crianças abandonadas para o campo poderia expô-las a um maior risco de morte. Enquanto o distrito de inspeção de Leiria funcionava bem, sendo a criação dos expostos pelas amas desta região bem sucedida quando analisada à luz da mortalidade infantil e sabendo-se que, por exemplo, dispunha de um serviço de vacinas; o mesmo não acontecia com outros, com particular destaque para Sobral. Nos locais não incluídos nos distritos de inspeção da Misericórdia de Lisboa e onde esta não dispunha de uma fiscalização e controlo tão bem estruturada a situação era igualmente gravosa.

Verificamos ainda que Lisboa tinha uma das percentagens mais baixas de mortalidade infantil, em parte, reflexo do sistema clínico e farmacêutico a que tinham acesso os abandonados aí residentes. Os registos dos relatórios da mesa administrativa da misericórdia da capital revelam que, à semelhança do que acontecia com os subsidiados, os expostos tratados pelo serviço médico ficavam curados ou melhoravam, sendo reduzido o número de mortes. Paralelamente, a partir do fim do abandono anónimo legal concentravam-se na capital um menor número destas crianças, contribuindo também para justificar este baixo valor.

4. A população sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

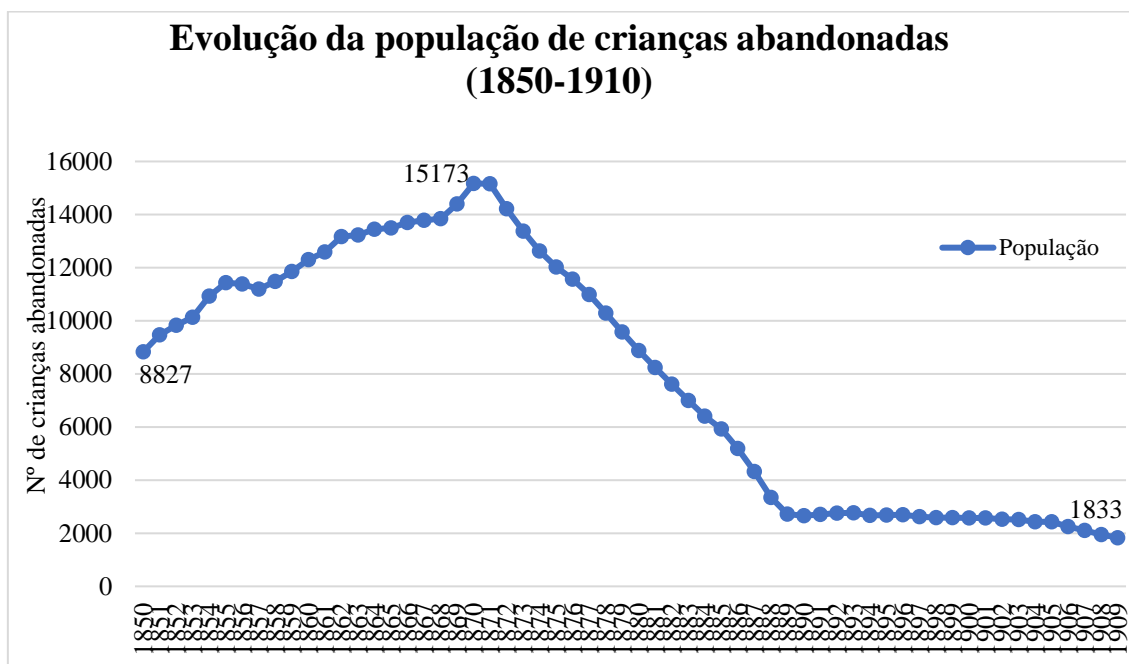


Gráfico 32. Evolução da população de crianças abandonadas à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1850 e 1910, anos económicos.

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851-1911.

A misericórdia da capital não lidava apenas com as crianças que entravam anualmente, mas também com aquelas que dela já dependiam e que iam passando de ano para ano, estando sob a sua tutela, muitas vezes, até após a idade de emancipação. Assim se justificam as críticas constantemente feitas ao longo de toda a segunda metade do século XIX, e invocadas na Parte I, referentes ao crescimento desta população, a qual estava em constante mudança e movimentação.

A maior parte dos tutelados pela Misericórdia de Lisboa encontrava-se fora da instituição, nomeadamente, ao cuidado de amas externas, a servir ou a desempenhar ofícios. O número daqueles que permaneciam na Real Casa dos Expostos de Lisboa era inferior. Nestes casos, ou eram inválidos, ou estavam empregados na instituição ou permaneciam numa fase transitória, a aguardar o envio para amas externas. Em períodos em que a afluência de expostos era maior e em que tal não era acompanhado por um acrescido número de amas, estes acumulavam-se na Real Casa dos Expostos de Lisboa.

A misericórdia da capital reconhecia que tal acontecia, sobretudo, em épocas de maior trabalho nos campos, afluindo as amas em menor quantidade e aceitando-se, indiscriminadamente, todas aquelas que apareciam para o serviço³⁸⁴.

Não obstante este problema, por exemplo, no ano económico de 1861-1862 o termo médio de estadia na Real Casa dos Expostos de Lisboa de menores de um ano a aguardar serem remetidos para amas externas era de seis dias, demora que era considerada óptima, dado que esta ascendia a 7,7 dias em França no ano de 1856. Por este motivo, diminuiu-se o número de amas internas, passando a haver 17 para 51 expostos, dado que muitos destes eram de imediato entregues. Assim, cada ama interna estava encarregue de três crianças, o que era possível dado que se recorria à alimentação artificial³⁸⁵.

Com o gráfico 32 pretende-se fazer um balanço entre os que entraram e os que partiram. Quantos foram aqueles que, efectivamente, entre 1850 e 1910 estiveram à tutela da Misericórdia de Lisboa? Qual a sua evolução?

Numa primeira fase verificamos a tendência de crescimento rápido da população ao cuidado desta instituição que, como estudámos, era altamente instigada pela política de abandono anónimo legalmente aceite. Assim se justifica que os tutelados tenham ascendido de 8 827 em 1850 para 15 173 no ano em que findou o modelo de admissão anónimo. A partir deste acontecimento, a população ao cuidado da Misericórdia de Lisboa diminuiu, de forma acentuada, até 1889, e depois lentamente, atingindo o seu ponto mínimo em 1909, com um total de 1 833 tutelados.

Contudo, não só ao fim das exposições anónimas na roda e ao novo modelo de admissão se ficou a dever este decréscimo. Devem-se ainda considerar as medidas de limitação da população aplicadas pela misericórdia da capital já estudadas e que passaram, por exemplo, por uma diminuição da idade de emancipação dos 20 para os 18 anos de idade (acompanhando as directrizes do Código Civil de 1867), pelo estímulo ao fim da tutela dos expostos que alcançassem esta idade, pelos incentivos ao casamento das expostas através da atribuição de dotes, entre outras³⁸⁶.

³⁸⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, p. 8.

³⁸⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862, pp. 6-7.

³⁸⁶ *Código Civil Português...*, 1868, pp. 52-53.

Não obstante o fim do abandono anónimo na capital, a nova regulamentação e a diminuição da entrada de crianças na Real Casa dos Expostos de Lisboa, no final do século XIX, as actas da mesa administrativa da misericórdia referem “o número avultado de subsídios de lactação, requeridos todos os dias, e de admissão para o hospital dos expostos”³⁸⁷. No início da centúria seguinte, a Misericórdia de Lisboa continuava a queixar-se do excessivo número de crianças à sua tutela. Em 1908, menciona-se o “avultado número de expostos menores de 14 anos que se encontram no edifício (...) faltando acomodações próprias para eles dormirem”³⁸⁸

Em síntese, a nova política de admissão aplicada na Misericórdia de Lisboa a partir de Dezembro de 1870 trouxe notórias mudanças, tal como aconteceu não só noutros países da Europa católica, particularmente, do sul, mas também em outras regiões portuguesas. O número de crianças abandonadas nesta instituição sofreu uma grande diminuição, passando a corresponder a cerca de 10% do período em que a roda anónima era vigente. Não existia uma significativa variação mensal das entradas; e grande parte destes menores foram acompanhados de um sinal, demonstrando uma certa afectividade parental ao colocar-se a hipótese de uma possível tentativa de recuperação posterior do filho ou, até, de salvação, ao discriminarem-se os motivos do seu abandono e o estado de saúde da criança ou dos seus progenitores.

Após 1870 e com o fim da exposição anónima infantil na capital, passamos a conhecer algumas características do abandono, dos expostos e das mães que entregam os seus filhos aos cuidados da instituição. Os motivos inerentes a estas admissões estão maioritariamente relacionados com a figura maternal e a sua situação: de facto, as mães ou eram criadas de profissão, habitando em casa dos patrões, onde não tinham possibilidade de acolher os menores ou haviam sido abandonadas pelo pai dos seus filhos, sendo, sobretudo, mães solteiras e com dificuldades de subsistência. Sabemos ainda que, no início do século XX, estas tinham, na sua maioria, mais de 25 anos de idade, não sendo muito jovens, e dedicando-se a profissões ou ocupações como a criadagem ou a vida doméstica. A mesma realidade foi constatada, por exemplo, para a capital espanhola, Madrid.

³⁸⁷ Neste contexto, foi nomeado um novo empregado para fiscalização da zona de recepção, que se juntaria aos dois já existentes. AHSCML, *Acta... n.º 15*, 2 de Outubro de 1894, fl. 143v.

³⁸⁸ AHSCML, *Acta... n.º 17*, 9 de Abril de 1908, fl. 176-176v.

Quanto aos menores abandonados, tanto antes como após o fim das exposições anónimas legalmente aceites, não existia uma predominância de género. Efectivamente, estas crianças eram deixadas ao cuidado da Real Casa dos Expostos de Lisboa porque os pais não tinham meios para os criar, independentemente do sexo. Existe, porém, uma diferença na sua idade aquando da admissão. Enquanto antes de 1870 esta ocorre, sobretudo, até aos oito dias, sendo abandonados sobretudo logo após o nascimento; após este ano os abandonos passam a ocorrer maioritariamente entre esta idade e um ano, dado o desenrolar burocrático inerente ao novo modelo de admissão e que implicava uma maior espera caso a entrada fosse aceite. O fim das exposições anónimas trouxe-nos, tal como referido, um conhecimento sobre a origem geográfica destas crianças. Dadas as medidas impostas pela Misericórdia de Lisboa estas provinham do concelho da capital, maioritariamente, da freguesia da Encarnação, mas também de outras onde predominavam as habitações das «classes laboriosas», o que nos remete para o facto destes menores serem originários de famílias da classe popular.

Analisando os destinos mais representativos dos abandonados tutelados pela misericórdia da capital, começámos por verificar a sua localização concelhia ao cuidado de amas e mestres de ofícios, sendo reconhecida a preferência de colocação destes em zonas rurais ou pequenas localidades, característica, aliás, comum a outras Casas da Roda não só nacionais como também internacionais. A Misericórdia de Lisboa conseguia cumprir esta intenção, concentrando os seus tutelados nos distritos de inspecção. O fim do abandono anónimo legal trouxe consigo um acentuar desta concentração, sobretudo, no distrito de inspecção de Leiria; por contraponto a uma diminuição do número de expostos entregues a amas da capital.

A concessão de subsídios de lactação foi determinante no contexto do novo modelo de admissão. Estes eram concedidos, sobretudo, a mães casadas, sendo estas as que pela via deste auxílio financeiro tinham capacidade para manter os seus filhos. O estado civil destas mães contrastava, porém, com a opção de outras Casas da Roda do Reino, onde este apoio era atribuído, sobretudo, às mães solteiras. Por sua vez, as recuperações parentais, embora sempre em número reduzido, cresceram com o fim do abandono anónimo na roda o que, em parte, pode ter sido motivado pela concessão de prémios aos pais que o fizessem.

A mortalidade dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa era pouco significativa quando analisada à luz da população total desta instituição. A partir do fim

do abandono anónimo legal na capital, diminuiu drasticamente o número de mortes. Dado que o novo modelo de recepção admitia poucas crianças, morriam também poucos menores.

Ainda que a evolução anual da mortalidade infantil – medida em relação ao número de crianças expostas - não fosse clara, marcada por picos, verificámos uma lenta tendência para a sua diminuição. Apesar dos valores deste indicador se situarem acima do verificado para o distrito e para o concelho de Lisboa, estavam significativamente abaixo dos percentuais de mortes de outras Casas da Roda nacionais e espanholas. Demonstram, assim, o possível sucesso das medidas aplicadas pela misericórdia da capital, no caso concreto das crianças até um ano, relacionadas com a sua vacinação, com os cuidados com a sua saúde durante os primeiros meses, preocupação com a sua higiene e vigilância do estado sanitário e de saúde das mães, bem como dos filhos quando as suas mães eram meretrizes.

Dado existir um maior número de expostos ao cuidado de amas externas nos distritos de inspecção era aí que falecia a maior parte dos expostos, sobretudo, no distrito de Leiria, onde sabemos ter havido uma maior concentração dos mesmos. Contudo, no que diz respeito à mortalidade infantil, esta era mais reduzida não só neste distrito de inspecção, como também em Lisboa, sendo que para este último resultado sabemos ter contribuído o serviço clínico da misericórdia da capital. De facto, nem sempre enviar os expostos para o campo correspondia a uma maior possibilidade de sobrevivência. Se o distrito de inspecção de Leiria poderia funcionar melhor, havendo um maior zelo para com os expostos, o mesmo não se verificava em Sobral, onde a mortalidade infantil era muito mais elevada, levando-nos a questionar a boa estruturação dos distritos de inspecção nestas regiões e, também, a efectiva fiscalização fora destes, onde este indicador era igualmente alto.

Perante este prisma, a população total de expostos ao cuidado da misericórdia da capital, que até 1870 apresentou uma tendência de crescimento acelerado, inverteu-se. Esta sua evolução está relacionada com a aplicação do novo modelo de admissão, aliado a outras medidas particulares, como os incentivos ao casamento de expostas e as emancipações dos abandonados.

Todavia, continuaram a existir alguns casos de exposições em locais públicos, ainda que com uma tendência decrescente. Estas crianças eram encontradas em escadas, sobretudo, por forças policiais, com destaque para a Polícia Civil de Lisboa. A descoberta

dos autores do abandono e posterior desenvolvimento dos processos judiciais foi muito instigada pela concessão de prémios aos polícias pela Misericórdia de Lisboa, ainda que muitos não tenham tido andamento por falta de provas. A partir de 1870 a Misericórdia deixou de ser somente uma instituição de recolha de crianças para, em colaboração com a polícia, passar a exercer uma função de disciplina dos costumes.

PARTE III

**CONTAR HISTÓRIAS DE VIDA DE
CRIANÇAS ABANDONADAS EM LISBOA**

Nesta terceira parte do estudo pretende-se analisar a vida de crianças que foram expostas na Real Casa dos Expostos de Lisboa e contar a história de algumas delas. Seguir o percurso de abandonados permite-nos ir além dos números e aproximarmo-nos das experiências vividas por algumas destas crianças, não obstante as limitações impostas pelas fontes. Optou-se por estudar o percurso de dois grupos distintos de menores: uns, que foram enviados para amas residentes numa freguesia da capital lisboeta, a Encarnação, e, outros, remetidos pela instituição para amas moradoras numa freguesia de um centro urbano de pequenas dimensões, nomeadamente, Tomar.

Ao analisar-se o percurso de expostos enviados para a Encarnação e para Tomar, pretende-se confirmar a tese defendida por médicos, intelectuais e até pela própria Misericórdia de Lisboa, relativamente ao facto dos abandonados se integrarem mais facilmente na família e sociedade dos meios mais pequenos. É-nos ainda possível estudar não só as recuperações parentais e suas circunstâncias, como também a atenção e cuidado prestados pela misericórdia da capital à criação, educação e destino dos seus tutelados.

Reconstituir histórias de vida de expostos é um processo complexo, que exige o conciliar de fontes diversas de arquivos variados. É, também, na maior parte dos casos, uma tarefa frustrante na medida em que perdemos o rasto destas crianças ainda em tenra idade. Contudo, tal pode não significar que as suas vidas seguiram um rumo negativo. Podemos perspectivá-lo como reflexo da sua integração numa família e na sociedade, perdendo-se o elo que ligava os abandonados à instituição e, assim, os registos institucionais (como de seguida estudaremos em casos reais). Pode ainda representar o esquecer da categoria “exposto”, constantemente associada a estas crianças, como é recorrente encontrarmos, por exemplo, nos registos paroquiais.

A fonte tida como ponto de partida para este segmento do estudo foram os Róis de Confessados. Era obrigação anual dos párocos, imposta pelas constituições sinodais, realizar este recenseamento paroquial antes do período da Quaresma. Deviam registar todos aqueles que morassem em cada rua (e, nesta, em cada fogo), de uma determinada freguesia/paróquia. Assim, a riqueza desta fonte permite-nos conhecer o agregado que compunha cada residência, especificando os seus nomes, idades, estado civil e, por vezes, a sua profissão e outros pormenores (como é o caso de ser ou não exposto). O primeiro nome a ser registado era, normalmente, o do chefe de família ou fogo, seguido dos restantes elementos pela associação hierárquica que lhe tinham. Dos Róis de Confessados

constava ainda se determinada pessoa tinha ou não confessado e comungado na Páscoa, cumprindo o imposto no IV Concílio de Latrão (1215). Uma vez que este requisito não era necessário às crianças com menos de sete anos, estas não tinham de, necessariamente, surgir nos Róis. Contudo, naqueles que analisámos estão registados os menores residentes em cada fogo com idade inferior a sete anos³⁸⁹.

Começámos por analisar os Róis de Confessados da Encarnação, freguesia do concelho e distrito de Lisboa e onde se situava a misericórdia, no período compreendido entre 1850 e 1910, existentes no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

A opção por esta freguesia prendeu-se com a existência de uma fonte com alguma qualidade e amplitude cronológica, o que não é fácil de encontrar. Paralelamente, descobriu-se que nos Róis de Confessados da Encarnação a categoria de “exposto” surgia discriminada quando estas crianças estavam ao cuidado de amas desta freguesia³⁹⁰.

Decidiu-se procurar o mesmo tipo de documentação referente à população de uma freguesia rural que recebesse crianças da Misericórdia de Lisboa, com uma abrangência temporal similar, o que se revelou uma tarefa difícil. Após uma extensa procura, identificámos a existência de Róis de Confessados para a freguesia de Santa Maria dos Olivais (correspondente à cidade de Tomar e também designada com este nome, opção que usaremos), concelho de Tomar e distrito de Santarém, no Arquivo Diocesano de Santarém³⁹¹.

³⁸⁹ PEREIRA, 1986, p. 57; RIJO, 2011, pp. 1-2, 8 e 34.

³⁹⁰ Refira-se que, no entanto, é possível que existam menores referenciados nos Róis de Confessados que não estejam dados como expostos e que, na realidade, o eram. Será tal reflexo da sua boa integração na família, sendo considerados como filhos?

³⁹¹ Na documentação da Misericórdia de Lisboa o nome que surge associado à freguesia que designamos de Tomar é Santa Maria dos Olivais.

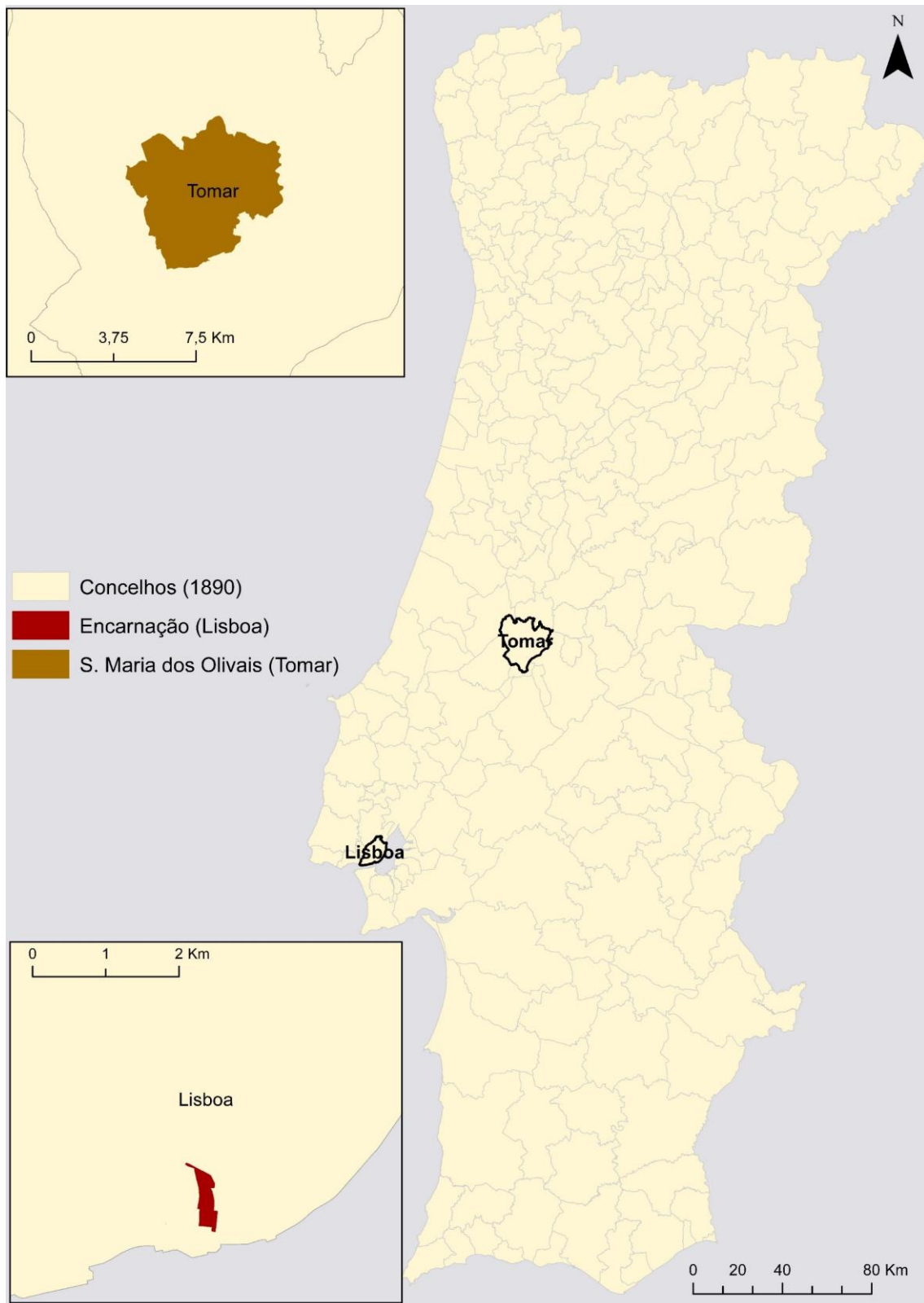


Figura 6. Localização dos concelhos de Lisboa e de Tomar e, nestes, das freguesias da Encarnação e de Santa Maria dos Olivais/Tomar, respectivamente.

De acordo com o recenseamento de 1864, a população de facto do concelho de Tomar era de 22 091 habitantes, dos quais 4 129 residiam na freguesia de estudo. Nesta altura, Tomar já tinha sido elevada à categoria de cidade (em 1844), uma categoria apenas honorífica. Do ponto de vista da dimensão demográfica, Tomar ainda não atingia o patamar dos 5 000 habitantes, não a podendo nós considerar como um centro urbano. Esta situação altera-se a partir de 1878, quando passa a contar com 5 105 habitantes, ascendendo a 8 054 pessoas em 1911 (altura em que o concelho de Tomar contabiliza 35 287 habitantes). Comparativamente, em 1864, a população de facto da freguesia da Encarnação, em Lisboa, era de 8 245 habitantes, ascendendo a 8 250 em 1878 e a 9 841 em 1911³⁹².

A utilização dos Róis de Confessados como fonte de partida permitiu-nos delimitar o número de expostos cujo percurso de vida traçámos, concentrando-nos nestes dois espaços geográficos/freguesias (ainda que, como veremos, algumas das crianças aí tenham permanecido pouco tempo). Pelo contrário, se tivéssemos partido da análise das fontes institucionais da Misericórdia de Lisboa incorreríamos no problema da dispersão espacial dos abandonados. Poderiam ainda não existir Róis de Confessados para determinada região ou cronologia, impossibilitando-nos de aprofundar o agregado que, em determinado momento, o exposto integrou, dado que os registos da misericórdia apenas nos referem informações sobre a ama e, quando casada, sobre o seu marido. Como veremos, esta fonte paroquial permite-nos ainda, em alguns casos, estudar o percurso destes expostos após o termino dos registos institucionais, sobretudo, quando se verifica que estes menores foram integrados na família das amas que os acolheram.

Verifiquemos, por exemplo, o caso da exposta Agueda, que tendo entrado pela roda da Real Casa dos Expostos de Lisboa em 1869, foi seguida pela instituição até 1880, altura em que tinha cerca de 11 anos. Por ter sido entregue a uma ama de Tomar, deixou-se de seguir o seu percurso, ou por incapacidade da Misericórdia, ou por se subentender que, não havendo alteração de ama, permaneceria com a mesma e estaria integrada na sua família. Deste silêncio ressalta a importância da articulação das fontes institucionais com os Róis de Confessados. Através destes últimos, sabemos que, em 1898, Agueda ainda residia com a mesma ama, tendo então 29 anos de idade. O mesmo verificamos no caso

³⁹² Tomar foi a primeira vila ser elevada à categoria de cidade no distrito de Santarém, após uma visita da Rainha D. Maria II. ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 1868, 1881; MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1886; MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, 1905; MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1913.

do exposto Acrisio que, tendo sido institucionalizado em 1868, a Misericórdia de Lisboa perde-lhe o rasto 10 anos depois. Sabemos, contudo, que nos anos de 1898 e 1899 ainda surge registado nos Róis de Confessados de Tomar como residindo com a mesma família, tendo já 20/21 anos. Tal ajuda-nos a confirmar a facilitada integração familiar e social dos abandonados nos meios de menores dimensões e mais afastados da capital.

Tendo-se feito um levantamento de todos os expostos identificados nos Róis de Confessados da Encarnação e Tomar, bem como da sua residência e agregado, destacámos os nomes das figuras femininas, nomeadamente, daquelas que considerámos terem idade para serem amas externas ao serviço da Misericórdia de Lisboa.

O passo seguinte passou por verificar as gavetas dos ficheiros de amas (“Registo de Amas por Concelhos”) constantes no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com fichas com o nome de cada ama por freguesia ou região e do exposto que lhe foi dado a criar, com indicação da entrada deste último na instituição e de um livro de registo associado à sua criação (que pode ir desde o livro de entradas aos termos de criadas maiores dadas a servir)³⁹³. É esta a fonte que nos permite, efectivamente, identificar que o exposto esteve sob a tutela da Misericórdia de Lisboa (pois nos Róis de Confessados, salvo raríssimas excepções, não nos é mencionada a instituição de proveniência do menor) e começar a traçar o percurso dos abandonados identificados inicialmente como, em alguma parte da sua vida, tendo vivido nas freguesias anteriormente referidas.

Recorrendo aos minuciosos registos da misericórdia da capital, existem vários livros que nos permitem acompanhar o percurso de vida destas crianças. Ao entrarem na instituição, eram inscritas nos livros de “Entrada e Baptismo”, que nos dão informações relativas ao dia, hora, modo de entrada do menor na Real Casa dos Expostos de Lisboa, sobre a roupa com que ia vestido e se ia ou não acompanhado de um sinal escrito. Este livro serve ainda de registo de baptismo, com referência ao padrinho e ao nome que foi concedido à criança. Refira-se que, a partir da década de 1860, a Misericórdia de Lisboa deixou de anuir aos pedidos de nomes constantes nos sinais ou segredados pela roda. O objectivo era que os pais não conseguissem seguir o rasto dos seus filhos. Paralelamente, começaram a seguir uma ordem alfabética na atribuição dos nomes, o que nos remete para a perda de identidade dos abandonados a partir do momento da entrada na instituição

³⁹³ Estas papeletas referem ainda o estado civil da ama, nome do cônjuge quando casada e morada.

e para a forma como este atributo tão pessoal era secundarizado perante uma crescente burocratização e necessidade de rapidez, instigada por um aumento progressivo das exposições.

Nos livros de “Matrículas dos expostos” (divididos em matrículas de varões e fêmeas) são-nos dadas informações sobre os abandonados já ao cuidado das amas de leite e de seco. Para aqueles que entraram antes do final da década de 1840, este registo é feito em livros separados, nomeadamente, nos livros de “Criação de leite” e de “Criação de seco”. São-nos, desta forma, dados a conhecer os nomes, estado civil e morada das amas, bem como os pagamentos que lhes eram feitos, em que pagadorias e o período contratual estabelecido para a criação do abandonado, desde a sua entrada na instituição até aos seus 10 anos de idade.

Sendo que a criação de seco findava aos 10 anos, passamos aos livros de “Termos de vestir”, que cobrem o período de criação que se prolongava até aos 16 anos do exposto. Refira-se que esta fase de criação remete para a singularidade do contexto lisboeta, cuja misericórdia acompanhava os expostos para além da idade prevista. A informação constante nesta fonte é semelhante à dos livros de “Matrículas de expostos”, “Criação de leite” e “Criação de seco”. É nesta fase que perdemos o rasto da grande maioria dos abandonados da nossa análise, sobretudo quando se trata de rapazes, bem como de raparigas entregues a amas residentes fora da capital. Tal leva-nos a questionar, tal como veremos, a real eficiência da Misericórdia de Lisboa no controlo e seguimento do percurso de vida dos expostos por si tutelados.

Caso os abandonados fossem rapazes, podiam aprender ofícios, registo que constava dos livros de “Expostos entregues para aprenderem um ofício”. Porém, como estudaremos, dos casos recolhidos a maioria eram raparigas sendo, portanto, diminuto o número de ofícios aprendidos (não obstante existirem expostas que foram desenvolver a sua educação para o Recolhimento de Órfãs de São Pedro de Alcântara). Estas dedicavam-se, sobretudo, ao serviço de criadagem, contratos que constam dos livros de “Termos de criados” e “Expostas maiores dadas a servir”, e que estão associados, principalmente, às vivências nas freguesias da capital, neste caso, à Encarnação³⁹⁴.

³⁹⁴ O Recolhimento das Órfãs foi fundado em 1587 pela Misericórdia de Lisboa, fruto do legado testamentário de D. Antónia de Castro que requeria a criação de um hospital para peregrinos estrangeiros pobres tendo-lhe, para este efeito, concedido casas junto à Sé de Lisboa. Uma vez que tal tipo de instituições já existiam na capital, solicitou-se uma alteração ao testamento ao Papa Clemente VIII, passando a ser destinado a raparigas e mulheres pobres, órfãs ou desamparadas. Após ter tido outras moradas, em 1768, o

Não obstante, um dos destinos preferenciais da Misericórdia de Lisboa para as expostas era o casamento. Também neste caso o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dispõe dos processos de matrimónio (“Casamentos dos expostos”). Existiam também outros destinos para os abandonados de que há registo documental, como são o caso das emancipações (“Registo de emancipações” e “Entrega de termos de emancipação às expostas”) e das recuperações parentais (“Termos de entrega aos pais”, “Documentos de entrega” e “Reclamações dos expostos pelos pais”).

Não podemos ainda descurar a importância, em dados momentos do percurso de vida dos abandonados, de aliar a documentação do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos registos paroquiais, existentes no Arquivo Nacional Torre do Tombo, como são o caso dos registos de nascimento e casamento. Por exemplo, no primeiro caso, ficámos a saber pelo sinal escrito que dois expostos foram abandonados já baptizados, sendo mencionada a freguesia deste sacramento. Consultado o registo de baptismo paroquial é-nos permitido conhecer os progenitores dos menores num momento em que o abandono anónimo legal era ainda vigente e reconstituir a sua família biológica no que concerne aos seus pais e, até, avós. No que diz respeito aos registos de casamento, estes dão-nos a conhecer os homens com quem as expostas celebravam o matrimónio – o seu nome, local de residência e ocupação profissional - permitindo por vezes localizá-las aquando deste momento em casos em que se havia perdido o seu rasto.

Esta parte do estudo encontra-se dividida em dois momentos. Numa primeira fase, pretende-se estudar quantitativa e comparativamente as especificidades dos vários momentos de vida dos expostos da Encarnação e de Tomar, nomeadamente, a sua entrada na instituição, criações de leite, seco e termos de vestir, aprendizagem de ofícios e educação, serviço de criadagem, mortalidade e taxa de sobrevivência, recuperações parentais e casamentos. Tal permitir-nos-á, em última instância, estudar a mobilidade destes abandonados e verificar se, efectivamente, se confirma uma maior integração familiar e social daqueles que residiam fora da capital.

A análise quantitativa ajuda-nos ainda a escolher os percursos de vida a aprofundar no segundo momento, estabelecendo critérios para narrar as histórias de vida.

Recolhimento transitou para o edifício de São Roque, resultado da destruição da sua anterior morada pelo terramoto de 1755. Sobre o Recolhimento de Orfãos de São Pedro de Alcântara ler COLEN, 2015.

Desta forma, para desenvolver o percurso de crianças abandonadas na Real Casa dos Expostos de Lisboa, escolhemos algumas de cada um dos dois grupos, nomeadamente, aqueles que conseguimos acompanhar durante mais tempo e que são representativos de percursos diferenciados, mais comuns ou minoritários.

1. Perspectiva comparada do percurso dos abandonados entregues a amas de uma freguesia de Lisboa, a Encarnação, e de um pequeno centro urbano, Tomar

1.1. Os abandonados da freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa

A freguesia da Encarnação pertencia ao concelho e distrito de Lisboa, localizando-se num espaço central da capital, uma zona nobre e rica do grande centro urbano, onde predominava o comércio. Nela se situava, como já referimos, a Misericórdia de Lisboa.

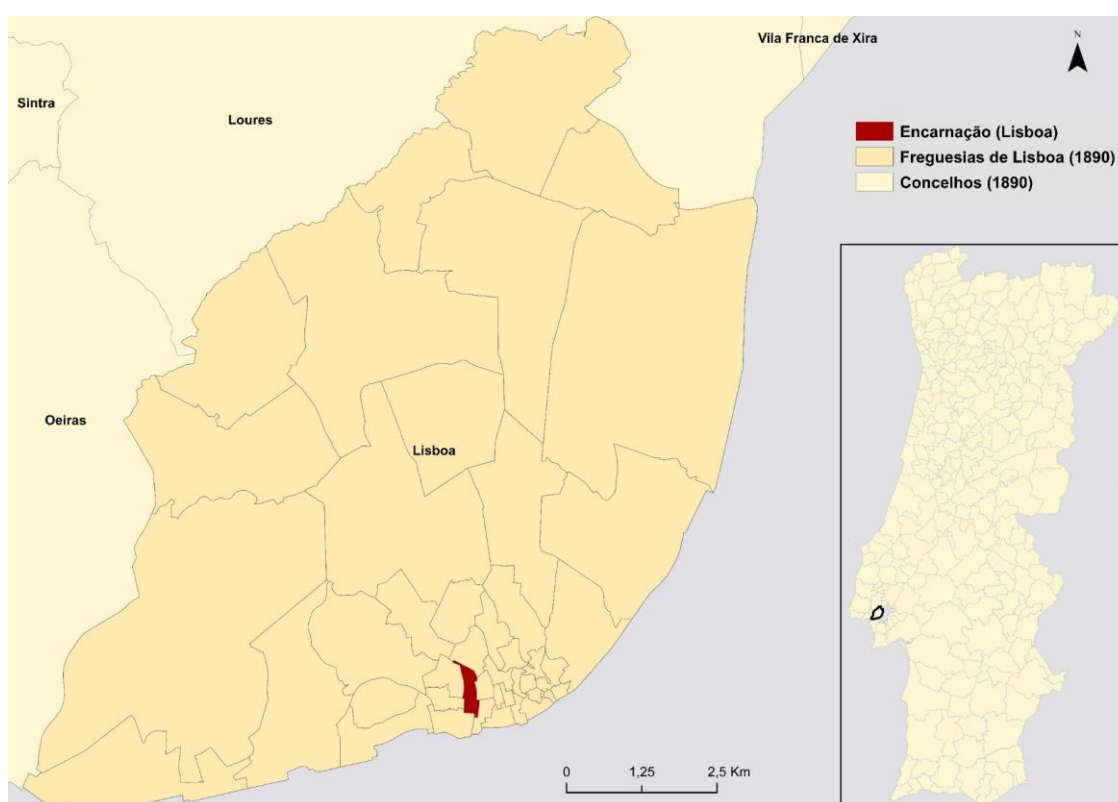


Figura 7. O concelho de Lisboa e a freguesia da Encarnação.

Nos Róis de Confessados da Encarnação, após eliminação das repetições, representativas de permanência da criança num agregado, identificámos um total de cerca de 235 expostos, no período compreendido entre 1850 e 1899³⁹⁵. Partindo para as gavetas de amas do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, verificámos a ligação de 84 abandonados aos nomes destas mulheres. Serão estes 84 cujo percurso de vida iremos analisar quantitativamente de seguida.

O diferencial de 151 expostos que não conseguimos localizar na documentação da Misericórdia de Lisboa leva-nos a questionar quem eram estes indivíduos. A sua tutela pertenceria à Casa da Roda da capital, mas não estavam registados na sua documentação? Seriam provenientes de outros concelhos? A hipótese mais forte parece-nos ser esta última, nomeadamente, serem naturais de outras regiões, tendo sido entregues para criar a amas da capital e, por este motivo, constando dos Róis de Confessados da Encarnação. Sabemos que tal pode ter constituído uma realidade, ainda que não esteja explícito na documentação, atestando uma grande circulação dos expostos. Veja-se o caso do exposto Maximinno, entregue a uma família residente na Travessa da Espera, nº 27, loja. Este surge nos Róis de Confessados de 1859 como sendo exposto da Casa da Roda de Coimbra³⁹⁶.

Por outro lado, quando estudamos os abandonados registados nos Róis de Confessados como expostos após 1870, é-nos revelada uma outra realidade. O nosso levantamento transmite a existência de uma predominância de expostas. De um total de 71 abandonados registados após este ano, apenas quatro eram rapazes. A faixa etária deste grupo é, também ela, já avançada, localizando-se maioritariamente acima dos 15 anos e na faixa etária dos 20. A exposta mais nova tinha oito anos, o que corresponde à fase de criação de seco, sendo comum aquelas que estavam entregues a amas da capital já servirem como criadas, como atestaremos no estudo de percursos de vida particulares. De facto, do total de 71 abandonados, 25 expostas e um exposto estavam registados nos Róis de Confessados como criados de servir. Todavia, apenas conseguimos encontrar 23 na documentação da Misericórdia de Lisboa, atestando a sua tutela por esta instituição.

A partir do fim do abandono anónimo infantil na capital no final de 1870, a Misericórdia de Lisboa poderia conseguir cumprir o objectivo de enviar os menores

³⁹⁵ Existindo ainda o mesmo tipo de fonte para os períodos de 1903 a 1913, não foram identificados expostos nestes últimos. Refira-se ainda a ausência de discriminação da categoria “exposto” nos Róis de Confessados entre 1891 e 1894.

³⁹⁶ AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, lv. 941, 1859.

institucionalizados para amas residentes em zonas rurais ou pequenas localidades. Assim se justifica que não se encontrem expostos em criação de leite ou de seco na freguesia da Encarnação após 1870.

Paralelamente, verificamos que na cidade de Lisboa o serviço de criadagem não só era uma profissão corrente, contratada por todas as classes sociais, como a misericórdia não tinha capacidade para lhe fornecer criadas suficientes. Outras Casas da Roda ou Hospícios poderiam mobilizar os seus expostos para servirem nas casas da capital. Segundo Rachel Ruchs, na Europa, muitas raparigas eram integradas nos serviços domésticos dada a segurança de viverem numa casa e com uma família, ainda que não fossem consideradas como parte desta. Este trabalho era executado, sobretudo, por figuras do sexo feminino (90%) maioritariamente entre os 15 e os 30 anos. Na Europa, a procura por criadas terá aumentado ao longo do século XIX e prolongando-se pelo início do século XX, sobretudo, entre 1830 e 1914, “as the urban middle-class idea of domesticity depended on at least one female household servant to do the dirty work. Artisans, shopkeepers, and skilled workers might also employ one maid-of-all-work”³⁹⁷.

³⁹⁷ As mulheres após os 30 anos que serviam como criadas poderiam ascender no serviço doméstico, tornando-se cozinheiras ou empregadas pessoais de senhoras. FUCHS, 2005, p. 119.

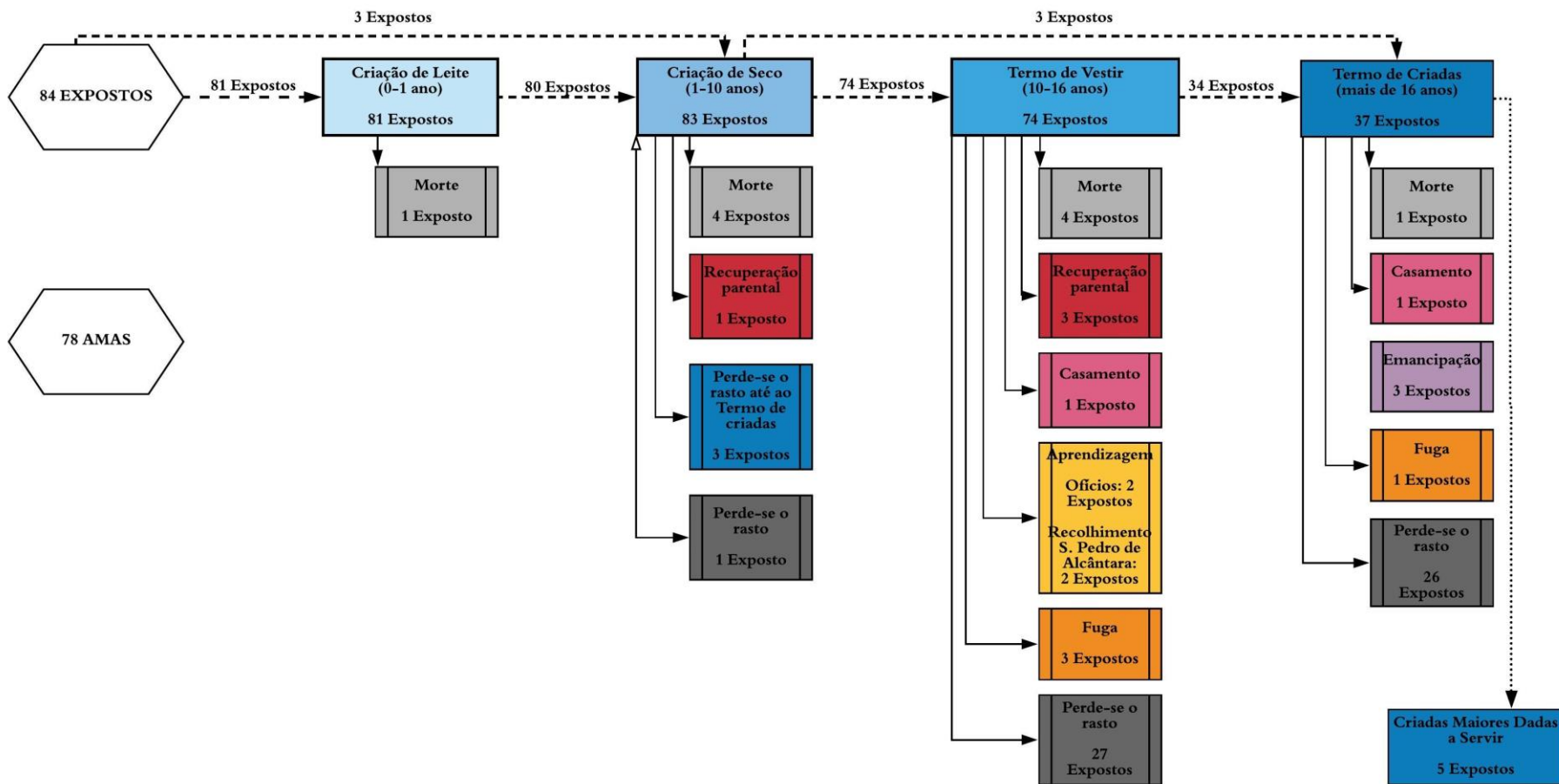


Figura 8. Evolução geral do percurso de vida dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas residentes na freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa.

1.1.1. A entrada dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa

Os expostos tutelados pela Misericórdia de Lisboa identificados como, em algum momento da sua vida, tendo residido na freguesia da Encarnação do concelho de Lisboa, entraram entre 1834 e 1870, sendo os anos mais representativos 1847 (oito entradas) e 1852 (nove entradas) (anexo 41). Não há registo da entrada de qualquer criança após a penalização das exposições anónimas, o que pode ser justificado pela já apontada preferência pelo envio dos abandonados para zonas rurais ou pequenas localidades, numa altura em que a prática de abandono era muito inferior, permitindo remeter as crianças para regiões pré-seleccionadas³⁹⁸.

Verificamos ainda que esta amostra se inicia num ano recuado, 1834, havendo uma grande representatividade de expostos entrados na instituição até meados da década de 1850. Muitas destas crianças, quando surgem nos Róis de Confessados, já apresentam uma idade avançada. Por outro lado, quando consideramos que 83% destes abandonados eram do sexo feminino (contrastando com apenas 17% varões) concluímos que se trata de criadas a servir em casas da capital (anexo 42). De facto, os expostos só eram enviados para amas residentes em Lisboa caso se pretendesse um maior controlo dos mesmos, uma rápida saída da instituição em períodos de menor afluência de amas rurais ou de pequenas localidades, como sabemos ter ocorrido durante os primeiros 70 anos do século XIX, ou, por fim, caso se tratasse de expostas destinadas ao serviço de criadagem.

Estas crianças foram abandonadas, sobretudo, na roda (94%) durante a manhã (43%) (anexos 43 e 44)³⁹⁹. A preponderância das exposições durante o dia pode representar a ausência de vergonha ou medo perante o acto de abandono, o que era facilitado pelo próprio carácter anónimo da roda e pela institucionalização das Casas da Roda. Por outro lado, estas crianças poderiam ser entregues por outras pessoas que não

³⁹⁸ Sendo a média de entrada dos anos apresentados 2,7, verificou-se estarem acima desde valor 1842, 1843, 1844, 1846, 1847, 1848, 1850, 1851, 1852, 1853, 1855, 1856, 1862, 1864 e 1870. Por outro lado, refira-se que a entrada de abandonados não foi contínua neste período de análise, existindo anos em que não entrou qualquer criança.

³⁹⁹ Os restantes 6% entraram na Real Casa dos Expostos de Lisboa com guia da enfermaria do Hospital de São José. A divisão do dia em vários momentos foi por nós criada dada a pluralidade de horários a que as crianças eram entregues na instituição. Assim, a madrugada corresponde ao período entre a meia-noite e as 6h da manhã, a manhã prolongar-se-ia das 6h até às 13h, a tarde das 13h às 18h e a noite desta última hora até à meia-noite.

os seus próprios pais ou por outros familiares, contexto em que se destacavam, como sabemos, as recoveiras. Esta última parece ser a hipótese mais forte e reconhecida pela Misericórdia de Lisboa como uma prática recorrente, ajudando a explicar não só os 43% dos abandonos durante a manhã, mas também que 24% tenham ocorrido durante e tarde. Por oposição, os abandonos nocturnos (27%) parecem, estes sim, revelar a vergonha face ao acto de exposição, sendo praticado pelos pais ou familiares que deixaram as crianças na instituição em horas de maior escuridão e maior despovoamento, dificultando a sua identificação. Menos significado tiveram os abandonos durante a madrugada (5%) (anexo 43)⁴⁰⁰.

Não existe registo de nenhuma criança que tenha entrado sem roupa. Contudo, dos 55 casos em que sabemos o estado das vestes, este é referido como sendo maioritariamente velho (78%), não havendo nenhuma menor que tenha sido institucionalizado unicamente com roupinhas ou adereços novos (tal não significa que, por vezes, os expostos não fossem acompanhados por uma peça nova) (anexo 45). De facto, sendo as crianças abandonadas oriundas, sobretudo, de famílias pobres, assim se justifica que o seu “enxoval” fosse velho e composto por tecidos mais humildes, como é exemplo a chita, tecido barato e típico da Revolução Industrial. Em alguns casos, a partir de Setembro de 1852, a documentação deixa de referir o estado das roupas, prática que se torna sistemática para as crianças entradas a partir de Novembro de 1853. Estará tal relacionado com o elevado número de exposições na roda da Real Casa dos Expostos de Lisboa, procurando-se apressar o processo de entrada, tendo em vista a imediata prestação de cuidados de saúde e a salvação destes menores?

Das 84 crianças em análise, pouco mais de um terço chegou acompanhada de um sinal escrito (33 casos). Era comum ser solicitado que fosse dado um nome em concreto ao exposto, quer pelo referido sinal escrito, quer ao segredar-se o nome junto à roda aquando do momento do abandono. Em ambos os casos, verificamos que, a maioria dos pedidos foi concedida na totalidade (14, mais propriamente), havendo ainda crianças a quem foi atribuído parte do nome solicitado. Daqueles cujo nome atribuído não correspondeu ao pedido, a maioria ocorreu já na década de 1860, quando era comum a Misericórdia de Lisboa proceder deste modo. Desta forma, dificultava-se que os pais

⁴⁰⁰ Os dados relativos ao estado em que eram apresentados os menores só nos são fornecidos entre 1854 e 1860, o que corresponde a 14 casos, dos quais se destacaram 11 crianças bem tratadas e apenas duas gravemente doentes. Contudo, a estreita abrangência cronológica destes dados não nos permite transpor à realidade de outros anos.

encontrassem os seus descendentes e evitava-se que as mães se tornassem amas dos seus próprios filhos. Se, no primeiro caso, se procurava facilitar a integração dos expostos numa nova família, no segundo, contornava-se a corrupção deste sistema e modelo de criação.

Só conhecemos a idade de 33 dos abandonados, dado que era fornecido, sobretudo, no sinal escrito, mas que também podia ser segredado pela roda no momento do abandono ou deduzido pelos funcionários Casa da Roda. Se considerarmos que um grupo importante destas crianças (21) foram abandonadas até aos seus oito dias, podemos concluir que nestes casos o acto de exposição já era premeditado e ponderado no momento de gestação (anexo 46).

Como já foi referido anteriormente, existia uma enorme preocupação com a salvação da alma dos expostos, o que pode estar relacionado com o reconhecimento da sua reduzida sobrevivência. A maioria destes menores foi baptizada logo após a sua entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa, processo facilitado pela existência de uma estrutura para tal, a Igreja, e de funcionários, o capelão dos baptismos e seu ajudante, tudo isto situado no próprio edifício de São Roque. Denota-se preocupação e rapidez na prática deste sacramento. Por exemplo, não era dada importância a quem era o padrinho. Este não tinha qualquer valor simbólico, sendo a pessoa que estivesse mais próxima. Mesmo quando os sinais requeriam que fosse algum funcionário específico tal não foi cumprido⁴⁰¹.

Entrados na instituição pela roda ou com guia do Hospital de São José, registado o sinal e as roupas e sagrado o baptismo, os expostos eram entregues a amas internas, ou seja, àquelas que residiam na Real Casa dos Expostos e que se dedicavam ao aleitamento e criação destes menores, enquanto não eram enviados para amas externas. Refira-se, no entanto, que a partir de 1860 deixa de ser registado o nome da ama interna a que cada exposto era entregue. Estaria tal relacionado com uma maior afluência de amas externas,

⁴⁰¹ Refira-se que, não obstante a maioria das crianças ser baptizada logo após a sua entrada na instituição existem cinco casos em que tal aconteceu após um dia e um em que o baptismo foi feito após dois dias. Colocámos a hipótese destas crianças terem entrado tardiamente e por isso terem sido baptizadas apenas no dia seguinte, mas não se verificou nenhuma relação entre estes dois elementos. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos Expostos, Subsubsecção: Entrada e baptismo dos Expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 144, fl. 13v, nº 75; *Entrada e baptismo*, liv. 142, fl. 26, nº 138; *Entrada e baptismo*, liv. 146, fl. 136v, nº 814; *Entrada e baptismo*, liv. 146, fl. 5, nº 27; *Entrada e baptismo*, liv. 149, fl. 424, nº 2539; *Entrada e baptismo*, liv. 152, fl. 5v, nº 31.

que permitia tornar mais rápida a saída dos expostos? Conseguia-se cumprir o objectivo e não ficariam as crianças muito tempo na instituição, sendo rapidamente enviadas para criar fora? Verificaremos esta questão mais à frente. Não obstante, constata-se uma grande rotatividade deste tipo de funcionárias, embora saibamos que foi frequente uma mesma ama alimentar expostos diferentes, por vezes, possivelmente, até em simultâneo. Veja-se o caso da ama Monica Maria que, em 1843, aleitou duas expostas, entradas com quatro dias de diferença, Lourença e Maria. Quando começou a criar de leite a exposta Lourença, já a exposta Maria havia sido enviada para uma ama externa no dia anterior. No ano seguinte, a ama Maria Ritta aleitou duas expostas, Virginia e Adelaide, entradas com três meses e três dias diferença. Já a ama Maria Thereza, em 1847, aleitou o exposto Ambrosio e, nove meses mais tarde, a exposta Bernarda⁴⁰².

O objectivo era que os menores fossem enviados o mais rapidamente possível para amas externas, sobretudo, residentes fora da capital, no espaço rural ou em pequenas terras. Este grupo de análise permaneceu, uma semana a uma semana e meia na instituição (entre meio dia a 10 dias). As permanências superiores a este período podem estar associadas ao mau estado de saúde dos menores. Se, por um lado, se pretendia curá-los das doenças de que padeciam, por outro, havia uma menor procura da parte das amas de crianças frágeis, que se pudessem transformar num encargo acrescido em termos de atenção, cuidados e pelo peso económico. Considere-se como exemplo o caso da exposta Eufemia que, tendo entrado em 1855 gravemente doente permaneceu na Real Casa dos Expostos de Lisboa durante 30 dias⁴⁰³.

⁴⁰² Constatou-se ainda a repetição do nome de outras amas que, porém, não conseguimos afirmar com toda a certeza serem as mesmas.

⁴⁰³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos Expostos, Subsubsecção: Entrada e baptismo dos Expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 134, fl. 276v, n° 747.

Salvaguardem-se os menores que ficaram 22, 23, 30, 365 e 1110 dias na instituição o que, no entanto, representa casos isolados e uma excepção ao cômputo geral, podendo estar relacionado, como referido, com o seu estado de saúde. Contudo, como mencionámos, apenas nos é fornecida informação sobre este último elemento num curto período de tempo.

1.1.2. A criação de leite

Da amostra de 84 expostos sabemos que três, João, Adelaide e Gertrudes, devido à sua idade, passaram directamente para a criação de seco. Ficamos, assim, com um total de 81 crianças que foram entregues a amas de criação de leite.

Destes 81, 70 tiveram uma única ama, 10 duas e apenas um abandonado transitou entre três amas de leite (anexo 47), o que nos transporta para um total de 92 amas de criação de leite (desconhecendo-se, porém, a localização geográfica de uma). Houve ainda uma preocupação da parte destas em manter o menor na sua família, passando 66 crianças para a criação de seco com a mesma ama e, apenas 14, tendo mudado para uma outra (anexo 48). Um menor, Gregorio, que havia entrado pela roda em 1854 faleceu ao cuidado da ama de leite.

As amas de criação de leite viviam, sobretudo, em zonas rurais ou pequenas localidades. Apesar da sua dispersão espacial, concentravam-se nos distritos administrativos de Lisboa (82%), Leiria (15%) e Santarém (3%). Não obstante a relevância do primeiro, tal não significa que as amas residissem na capital. O peso de outros concelhos do mesmo distrito é significativo, contabilizando 39 casos do total de 74 crianças entregues a amas aí residentes (anexos 49, 50 e 51).

Estas amas eram, sobretudo, casadas (95%), ou não fosse este um dos requisitos essenciais para admissão à criação de leite (anexo 52). Em quase metade dos casos, a profissão dos seus maridos, surge genericamente com a denominação “trabalhador”, transportando-nos para uma mão-de-obra indiferenciada. Ainda que em menor número, destacam-se igualmente os registos em que não nos é fornecido este dado. Em contraponto, para os maridos das amas cujas ocupações conhecemos de forma mais detalhada, verificamos exercerem profissões populares diversificadas, em vários sectores de actividade, como os marítimos, o mateiro, os soldados, os caixeiros, o aguadeiro e o varredor; tendo algum destaque os artesãos, como os carpinteiros, alfaiates, entre outros. Emergem ainda, excepcionalmente, um trabalhador do Teatro São Carlos, dois lavradores e um dono de uma agência, pessoas que teriam um estatuto social mais elevado (anexo 53). Todavia, a maioria da amostra conduz-nos para uma natureza popular, atestando que as amas dos expostos pertenciam às classes sociais mais baixas e mais pobres e que era na mão destas que estava o negócio de criação dos abandonados. Possivelmente, a estas

famílias seria necessária uma ajuda financeira extra. Estariam a perspectivar o crescimento destes menores como uma mão-de-obra auxiliar? Ou seria o salário das amas, que sabemos nesta fase ser mais elevado, um elemento determinante no contexto da economia familiar?⁴⁰⁴

1.1.3. A criação de seco

Como referido anteriormente, três expostos passaram directamente para a criação de seco após a sua entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa, pelo que totalizamos 83 menores nesta fase.

A maioria dos abandonados teve duas amas neste período (28 casos), seguindo-se aqueles que apenas tiveram uma (23 casos). Com menos frequência os expostos transitaram entre quatro (cinco casos), cinco (sete casos) e seis amas (sete casos) e, num caso excepcional, até nove (anexo 54). Temos, assim, um total de 215 amas (embora não conheçamos a localização geográfica de cinco).

Verificamos que, nesta fase, por comparação com o período de criação de leite e no caso dos expostos que não permaneceram com uma única ama, havia um menor controlo não só destas funcionárias, como também no registo do percurso de vida dos expostos. Este facto pode estar relacionado com a tentativa de contrariar a acumulação de menores na instituição, procurando que fossem enviados para amas o mais rapidamente possível quando remetidos à instituição por uma ama anterior. Tal reflectiu-se em registos menos minuciosos faltando, por vezes, dados relativos à entrega dos menores por estas funcionárias, ao início de novos períodos contratuais ou, até, o apontar da passagem para uma nova ama. Torna-se, assim, difícil perceber, sobretudo, se foram ou não cumpridos os tempos de criação definidos para cada uma delas e, frequentemente, perde-se o rasto dos abandonados.

Não obstante, conseguimos verificar que na maior parte dos casos as amas não ficavam com os menores o tempo contratual determinado, o que associamos não só à progressiva diminuição dos seus salários com o avançar da idade dos expostos, mas, também, a doenças ou epidemias que os afectavam e faziam regressar a criança à Real

⁴⁰⁴ Refira-se ainda a ausência de resposta em 15 casos e a incompreensão de um deles.

Casa dos Expostos de Lisboa. Apesar deste último indício denota-se uma fraca mortalidade no cômputo geral, marcando apenas o destino de quatro expostos do total de 83 – Diniz, Anna, Emilia e Remigia.

Aparece também durante a fase de criação de seco dos abandonados da Encarnação uma outra realidade que ainda não tinha surgido – uma recuperação parental, nomeadamente, da exposta Bemvinda, como de seguida aprofundaremos no seu percurso de vida.

Perdemos o rasto de algumas crianças deste grupo de estudo de caso, nomeadamente, de um exposto e de três expostas, sendo que estas últimas as voltamos a encontrar no termo de criadas. Sabe-se que 40 crianças passaram para o termo de vestir com a mesma ama, ainda que esta não fosse a primeira ama de criação de seco, quatro foram “recuperadas” por uma ama anterior e apenas 29 não tiveram este destino (anexo 55).

As amas de criação de seco concentravam-se nos distritos administrativos de Lisboa (82%), Leiria (15%) e Santarém (3%), com predomínio do concelho de Lisboa. Verificamos uma alteração: o peso deste último passa a ser determinante no contexto do distrito com o mesmo nome, aí residindo a maioria das amas. Conclui-se, assim, que os expostos se estavam progressivamente a aproximar da capital, havendo uma inversão da proporção de crianças a residir no concelho de Lisboa e as de fora deste, por comparação com a criação de leite. Não existiam amas disponíveis, entregando-se os expostos às primeiras que aparecessem para os criar? Seria o salário mais baixo impeditivo da continuidade do abandonado junto da família de amas residentes num espaço tão longínquo, não compensando as deslocações? Regista-se assim uma divergência (necessária) em relação ao que era almejado pela própria Misericórdia de Lisboa, nomeadamente, o envio dos expostos para o campo ou para pequenos núcleos mais afastados da capital (anexos 56, 57 e 58).

À semelhança das amas de criação de leite, as amas de criação de seco eram, sobretudo, casadas (76%), destacando-se uma percentagem reduzida de viúvas (12%) e solteiras (11%) (anexo 59)⁴⁰⁵. Dado que, neste caso, temos um maior número total de amas por exposto, diversificam-se as profissões dos seus maridos. Passamos a encontrar, por exemplo, poleeiros, ferreiros, serradores e empregados da limpeza da cidade, ou seja,

⁴⁰⁵ Desconhece o estado civil de duas amas de criação de seco.

mantemos a tendência para profissões associadas às camadas populares, embora surjam algumas exceções de estatutos sociais mais elevados, como o empregado da Secretaria da Guerra ou o negociante. A persistência de algumas ocupações está, na maioria dos casos, associada a crianças que transitaram da criação de leite para a criação de seco com a mesma ama. Continua, contudo, a destacar-se a profissão indeterminada com a denominação geral de “trabalhador”, ainda que agora seja predominante a ausência de resposta (anexo 60).

1.1.4. O termo de vestir

Inicia-se esta fase com um total de 74 expostos. Sabemos que a maioria dos abandonados do estudo de caso da freguesia da Encarnação ficou, sobretudo, com uma ama, o que representa um total de 50 menores. Com 175 amas nesta fase, devido a uma grande mobilidade das restantes 24 crianças, verificamos que uma não deu resposta quanto à sua localização geográfica.

No termo de vestir as amas recebiam salários inferiores pela criação dos expostos, quando comparados com os valores contratuais dos períodos anteriores. Se estas crianças permaneciam junto das suas famílias, tal pode representar o desenvolvimento de afectos e a sua integração familiar e social. Contudo, ainda que a maioria dos expostos tenha permanecido apenas com uma ama, sabemos que o número máximo de amas nesta fase de criação foi 12, embora tal represente um caso isolado (anexo 61).

Durante o termo de vestir, fugiram da residência das amas três expostos – Alexandre, Nicolau e Eufemia –, uma casou – Orenia –, faleceram quatro – Leonor, Agueda, Maria e Vicente – e três foram recuperadas pelos seus pais – Joanna, Prisca e Margarida. Sendo as crianças que faleceram de idade mais avançada podemos questionar se tal estaria relacionado com alguma epidemia ou com o facto da sua saúde já ser frágil. Por outro lado, relativamente às recuperações parentais e invocando, mais uma vez, a idade avançada das expostas, interrogamos se estas recuperações estariam relacionadas com o aproveitamento laboral das menores e com o facto de já terem terminado os períodos de criação que exigiam uma maior atenção, cuidado e disponibilidade económica. Não obstante estas questões, sabemos que transitaram para o termo de criadas junto da mesma ama seis crianças e 28 mudaram para uma outra (anexo 62).

Contudo, o que mais de destaca é o desconhecimento do destino de 27 abandonados, quer porque perdemos o seu rasto, quer porque não existe registo que permita acompanhar o seu percurso e atestar se mudaram ou não de ama (anexo 62). Assim se reitera a ideia de que é durante e findo o termo de vestir que deixamos de seguir a maioria dos expostos. Seria este, realmente, um rendimento familiar que, quando terminava, não justificava a permanência do menor na família? Ou, por outro lado, podemos presumir que, não existindo data de fim para os termos de vestir e não se conseguindo acompanhar o percurso de vida estes menores em livros posteriores, por exemplo, nos registos de termos de criadas ou aprendizagem de ofícios, estes ficaram com a mesma família, revelando a sua integração familiar e social?

Segundo a tendência de aproximação à capital que se vinha a traçar desta a criação de seco, verificamos que 72% das amas de termo de vestir residiam no concelho de Lisboa, valor que tem vindo a crescer ao longo do tempo. Do total de 175 amas, 126 residiam no concelho da capital, o que conduz à preponderância do distrito de Lisboa (82%), seguido com grande distanciamento de Leiria (15%) (anexos 63, 64 e 65). Verifica-se, assim, que nesta fase os expostos deste estudo de caso já se encontravam, na sua maioria, a residir em Lisboa. Tendo eles entrado na instituição num período de grande aumento dos abandonos, procurava-se a sua rápida colocação junto de amas, diminuindo a população na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Por outro lado, ainda que estas crianças fossem enviadas para amas de pequenas localidades numa fase inicial da sua vida, estas podiam fazê-las voltar à instituição. A idade mais avançada e o salário inferior que lhes correspondia fazia com que estes menores não tivessem tanta procura. Portanto, entregava-se estas crianças a quem se oferecesse para prestar este serviço, ainda que tal significasse um afastamento da preferência por amas rurais.

Paralelamente, relativamente ao estado civil das amas, estas continuavam a ser preponderantemente casadas (75%), apesar da acrescida percentagem de amas viúvas (13%), o que nos ajuda a confirmar que o salário derivado da criação dos expostos era importante, que o exposto podia constituir uma companhia ou, até, uma fonte de rendimento pelo seu trabalho (anexo 66).

No termo de vestir evidencia-se ainda uma taxa de resposta muito mais baixa quanto à profissão dos maridos das amas, remetendo-nos para um registo menos cuidado desta informação, e perdendo importância a categoria de “trabalhador”. Esta diminuição deve-se, provavelmente, ao acréscimo na falta de respostas. Seria a fiscalização menos estrita,

entregando-se as crianças a quem as quisesse criar sem grandes questões, dados os baixos salários? Não obstante este facto, verificamos que as novas profissões que surgem neste contexto estão, sobretudo, associadas a estatutos sociais mais altos evidenciando-se, por exemplo, o empregado da Câmara dos Pares, o subdelegado do Ministério Público, o empregado do Supremo Conselho de Justiça, o lojista ou o major reformado (anexo 67). Possivelmente, nesta fase de criação algumas expostas já serviriam como criadas, contexto em que se inseririam em casas mais abastadas da capital como avançaremos no aprofundar de um percurso de vida.

1.1.5. A aprendizagem de ofícios pelos expostos e a educação das expostas

A aprendizagem de ofícios era reservada aos rapazes que, como sabemos, eram uma minoria no cômputo geral desta análise dos expostos da Encarnação. Apenas dois, Joze e João, tiveram esta oportunidade, tendo sido assinados contratos de três e cinco anos com mestres de Lisboa, nomeadamente, das freguesias de São Estevão e das Mercês, respectivamente. Todavia, não foi cumprido o período contratual definido.

Ainda assim, e como estudaremos no seu percurso de vida, não se sabe se o exposto Joze não terá permanecido com a família do mestre, junto do qual estava a aprender o ofício de sapateiro, dado que não dispomos de documentação que permita dar continuidade à análise da sua história de vida após o envio para a aprendizagem deste ofício. Sabemos, porém, a respeito de João, que em 1859, após 49 dias da assinatura do contrato, fugiu da casa do mestre, cujo estado civil desconhecemos, onde estava a aprender o ofício de mestre esteireiro. A partir de então perde-se o rasto deste menor.

Relativamente às expostas, a sua educação era feita no Recolhimento de Orfãs de São Pedro de Alcântara. Segundo o Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, nesta instituição seriam acolhidas órfãs entre os 12 e 20 anos de idade, as quais aí desenvolveriam a sua educação durante os quatro anos de internamento. Podiam ainda ser admitidas expostas que vivessem na Real Casa dos Expostos de Lisboa ou que estivessem em casa de amas, demonstrando interesse e vocação para os estudos. Para admissão nesta instituição, era necessário que as órfãs e expostas apresentassem um requerimento à mesa administrativa da Misericórdia de Lisboa, sendo as suas

circunstâncias de orfandade e pobreza atestadas pelo pároco e confirmadas pelos visitantes e oficiais do Recolhimento. Nesta instituição aprendiam a doutrina cristã, a ler, escrever, contar, costurar e engomar, entre outras actividades. As menores tinham também de participar nas tarefas domésticas do Recolhimento. As aulas eram distribuídas por classes de acordo com o seu nível⁴⁰⁶.

Das expostas deste estudo de caso existe referência a, certamente, duas terem ingressado no Recolhimento, Carolina (1864) e Eliza (1865), cujo percurso de vida estudaremos mais à frente. Refira-se que a primeira tinha 13 anos à data de admissão, residindo na Real Casa dos Expostos de Lisboa, e concluiu a sua educação com nota Bom. Já a segunda, de 12 anos e moradora em casa de uma ama da freguesia da Encarnação, saiu do Recolhimento de Órfãs de São Pedro de Alcântara com a mesma classificação⁴⁰⁷.

1.1.6. As expostas criadas de servir

O serviço de criadagem era um dos destinos mais comuns das expostas que residiam na capital, almejando-se que o desenvolvessem em casas honestas. Das 70 expostas com que iniciámos o nosso estudo, sabemos que 37 se viriam a tornar criadas, tendo transitado entre um total de 224 casas.

Não obstante a maioria das abandonadas ter permanecido na mesma casa (12 casos) ou ter transitado entre duas (sete casos), existe registo de uma exposta que contabilizou 45 serviços de criadagem (anexo 68). Este tipo de serviço foi prestado pelas abandonadas, sobretudo, entre menos de 15 dias a dois anos (anexo 69).

A partir do termo de criadas perdemos o rasto a 26 expostas. Não podemos deixar de considerar que estas podem ter sido integradas nas famílias das amas, já não sendo consideradas como criadas, mas sim como mais um membro do agregado familiar. Também no caso daquelas que, só tendo ficado numa ama como criadas, podemos considerar o mesmo fim, sendo este registo meramente burocrático (12 casos). Das

⁴⁰⁶ Eram consideradas preferenciais as raparigas “órfãs de pai e mãe, as naturais de Lisboa, as filhas de irmãos da Irmandade da Misericórdia, as que se encontrassem em maior desamparo pela pobreza extrema, família numerosa, ausência de familiares, entre outros”. O número de órfãs admitidas teve ainda alterações. O Compromisso de 1618 determinava serem 13, valor que chegou às 40 menores no século XVII e decresceu para 11 na centúria seguinte. (COLEN, 2015, p. 141). COLEN, 2015, pp. 140-143.

⁴⁰⁷ No registo da exposta Bernarda é referido também ter ido para o Recolhimento de São Pedro de Alcântara em 1865. Contudo, tal não consta dos documentos de concursos e admissões a esta instituição.

restantes 11 sabemos que cinco passaram para o termo de “Expostas maiores dadas a servir”, continuando o serviço de criadagem, três emanciparam-se, uma faleceu, uma fugiu e uma casou (anexo 70).

Apesar da maioria das expostas terem sido entregues a figuras do sexo feminino (98%), estas últimas já não constituem o elemento único de contratação, surgindo também homens, ainda que com menor representatividade (apenas 2%), o que constitui uma característica nova (exceptuando no caso dos mestres de ofícios) (anexo 71). Refira-se ainda que muitas das mulheres que foram buscar expostas à instituição surgem com a denominação “D.” (Dona). Teriam um estatuto social superior, tendo meios para assoldar as expostas criadas?

Eram, sobretudo, mulheres casadas a solicitar criadas (64%). Devemos, no entanto, referir que nestes casos sobe, sobretudo, o valor das solteiras (18%), mas também o das viúvas (17%), quando comparado com os períodos de criação anteriores. De facto, nesta fase o estado civil já não tinha o peso de outrora, sendo mais importante o valor moral e os ensinamentos que podia transmitir às expostas, importando o seu bom comportamento e conduta (anexo 72).

Estas mulheres residiam, sobretudo, no concelho de Lisboa (anexos 73, 74 e 75), destacando-se a freguesia da Encarnação, aquela onde sabemos que se situava a instituição e o que justifica que, desta forma, tenhamos encontrado um grande número de expostas nos Róis de Confessados desta freguesia, pois o serviço de criadagem estava associado aos meios urbanos.

Refira-se ainda que muitas destas expostas continuavam à tutela da Misericórdia de Lisboa findos os termos de criadas. Passavam, então, a estar registadas em “Expostas maiores dadas a servir”. Das 37 criadas anteriores sabemos que cinco passaram para este registo, embora só exista notícia de terem servido em uma casa. Todas elas trabalharam em residências de mulheres com a denominação “D.”, duas viúvas, duas casadas e outra sem registo do seu estado civil. Residiam, sobretudo, em freguesias do concelho de Lisboa como Santa Catarina, Lapa, Santa Isabel e Pena, o que nos transporta, mais uma vez, para o serviço de criadagem enquanto profissão maioritariamente urbana.

1.1.7. A mortalidade

Do total de 84 expostos estudados faleceram à tutela da Misericórdia de Lisboa 13, o que representa 15%. É, assim, de destacar a sobrevivência de 85% destes menores (anexo 76)⁴⁰⁸.

A maioria destes abandonados morreu na instituição (oito casos), existindo ainda registo daqueles que faleceram ao cuidado das amas (quatro casos) ou no Hospital de São José (um caso) (anexo 77). Relativamente à sua faixa etária não se verifica, no entanto, a tendência de falecimento em idades mais precoces, excepto num caso, em que o menor tinha cerca de sete meses. Por oposição, refira-se o exemplo da exposta Eulália que, tendo entrado na Real Casa dos Expostos de Lisboa a 7 de Janeiro de 1862, viria a falecer a 20 de Maio de 1932, na mesma instituição, com pouco mais de 70 anos, o que nos revela e ajuda a confirmar que a tutela da misericórdia da capital ia muito além da idade legal de emancipação.

Refira-se ainda que no início da década de 1850 era registado se a criança havia sido vacinada o que ocorria, normalmente, quando a ama a levava à Real Casa dos Expostos de Lisboa, sendo aí administrada a vacina. Entre 1851 e 1855 foram vacinadas 12 crianças, das quais apenas uma faleceu. Procurava-se que a vacinação ocorresse nos primeiros meses de vida, entre os três e os sete meses, mas casos houve em que tal só ocorreu aos quatro anos (anexo 78).

A preocupação com o estado de saúde e sobrevivência destes menores reflectiu-se ainda no facto de que sete destes foram enviados para o Hospital de São José para serem curados das doenças de que padeciam.

1.1.8. As recuperações parentais

Existe registo de terem sido recuperadas quatro crianças pelos seus pais, todas elas meninas, um valor reduzido quando comparado com o total geral de entradas. Estas recuperações ocorreram em meses de Verão da segunda metade da década de 1860.

⁴⁰⁸ Refira-se que, no entanto, alguns dos menores dos quais se perdeu o rasto poderão ter falecido, não tendo havido registo do seu óbito pela Misericórdia de Lisboa.

Estaria tal relacionado com uma antevisão do fim do abandono anónimo legal, não se sabendo o rumo que a instituição iria tomar e, desta forma, procurando-se contrariar um possível futuro menos positivo destas crianças? Ou, de facto, havia intenção de recuperação, perspectivando-se a misericórdia como um local de acolhimento temporário até melhoria das condições de vida dos pais? Paralelamente, verificamos que o instinto maternal não se perdeu, dado que estas menores foram recuperadas já com nove, 13 e duas com 15 anos. Ou estariam as mães a antever o rendimento que poderiam obter pelo serviço laboral das suas filhas?

Sabemos que Joanna foi recuperada por ambos os pais, os quais eram casados, sendo ele trabalhador. Tinha, à data, 15 anos. Residiam no concelho de Mafra e apresentaram uma fita cor de canela, igual àquela com a qual tinha sido abandonada a criança, de forma a identificá-la e a confirmar serem os verdadeiros progenitores.

Nos restantes casos, as meninas foram recuperadas pelas mães. Os pais de Prisca, de 13 anos, eram casados e residentes em Vila Franca de Xira, sendo o pai funileiro de profissão. Prisca havia nascido antes do casamento. Terão sido a vergonha e salvaguarda da honra feminina que motivaram o abandono?

No caso de Margarida, de 15 anos, sabe-se que a mãe era uma viúva de cor preta que residia na freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa. Já Bemvinda, com nove anos quando foi recuperada, tinha os pais casados, tendo o pai a profissão aguadeiro. Aquando da recuperação da sua filha, estes apresentaram um abonador de identidade, ou seja, uma pessoa que confirmava quem eram, nomeadamente, um lojista da Encarnação (comparativamente, nos casos anteriores, os abonadores foram funcionários da Misericórdia de Lisboa).

Qualquer uma destas meninas foi entregue gratuitamente. Dada a pobreza declarada pelo padre ou prior e/ou pelo regedor de freguesia, os progenitores não tiveram de pagar as despesas de criação.

1.1.9. O casamento de expostas

Foram 12 as expostas que contraíram matrimónio, sete das quais na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa⁴⁰⁹. Conhecendo-se as datas e freguesia em que casaram pela documentação da misericórdia da capital, procurou-se confirmar e aprofundar estes mesmos dados (sobretudo, no que concerne ao noivo) ao recorrer-se aos registos paroquiais dos casamentos. Contudo, deste total de 12 matrimónios só identificámos sete.

Estas expostas casaram entre 1857 e 1870. De acordo com os registos paroquiais nenhum dos noivos era exposto, sendo todos filhos legítimos, solteiros, entre os 19 e os 43 anos de idade. Declararam as ocupações profissionais de artista, sapateiro e carpinteiro. Todos eles residiam no concelho de Lisboa, embora três fossem naturais de outros concelhos, nomeadamente, de Aveiro, Leiria e Coimbra (anexo 79).

As expostas eram bastante mais novas, situando-se entre os 17 e os 19 anos de idade. À data do casamento, três abandonadas residiam na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Na maior parte dos casos, as expostas e os seus noivos residiam na mesma freguesia. Apenas uma recebeu dote da Misericórdia de Lisboa para contrair matrimónio (anexo 79).

1.1.10. As amas da Encarnação e suas famílias

Para a amostra de 84 expostos identificámos 78 amas residentes na Encarnação e que constavam dos Róis de Confessados desta freguesia. Existiam muito mais amas nesta fonte, tal como verificámos existir um maior número de expostos, relativamente aos quais colocámos a hipótese de serem oriundos de outras Casas da Roda. Assim sendo, as amas da capital receberiam crianças de outras instituições de outras regiões do Reino, ajudando a cimentar a teoria de circulação de crianças avançada por Isabel dos Guimarães Sá.

Paralelamente, o diferencial entre as 78 amas e os 84 expostos está associado ao facto de terem existido amas que criaram, simultaneamente, dois e, até, três expostos

⁴⁰⁹ Sabemos ainda que três casaram na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa) e uma na Igreja Paroquial de São Lourenço (freguesia de São Lourenço, concelho de Lisboa). Noutro caso apenas é referido que a exposta casou na freguesia da Encarnação.

tutelados pela misericórdia da capital. Assim, verificamos que quatro amas criaram dois abandonados e uma três.

O número de pessoas que residiam nas casas das amas da Encarnação e, assim, que coabitavam com os expostos, era variável, indo de um mínimo de uma pessoa, o que ocorreu sobretudo quando as amas eram viúvas, a um número máximo de dez indivíduos. Não obstante esta variação, moravam, em média, três a quatro pessoas em cada fogo, valor que se manteve estável ao longo do período de análise em mais de metade da amostra⁴¹⁰.

Como se caracterizavam os grupos domésticos em que os expostos viviam? O Grupo de Cambridge definiu uma classificação destes grupos com base nas relações familiares. Todavia, aceitava também integrar nestes grupos outros membros que não fossem familiares ou aparentados (como, por exemplo, criados), dado que o conceito de “grupo doméstico” consiste num grupo de pessoas que constituem uma unidade de consumo (dimensão necessária), reprodução (facultativa) e produção⁴¹¹.

Tabela 5. Classificação de grupos domésticos pelo Grupo de Cambridge

Classificação do Grupo de Cambridge	
I. Solitários	a) Viúvos(as) b) Solteiros(as) c) Estado civil desconhecido
II. Agregado não conjugal	a) Irmãos b) Outros parentes c) Pessoas sem parentesco evidente, que não constituem um agregado conjugal
III. Agregado familiar simples	a) Casal sem filhos b) Casal com filhos c) Viúvos(as) com filhos

⁴¹⁰ A variação do número de pessoas em cada fogo poderá esta relacionada com o ciclo de vida. Sobre este assunto ler LASLETT, 1972, pp. 32-34.

Dada a variação do número de pessoas num mesmo fogo, consideramos o número maioritário ao longo do período de análise nos Róis de Confessados.

⁴¹¹ Sobre o conceito de grupo doméstico, para aprofundar a classificação do Grupo de Cambridge e as suas problematizações ler LASLETT, 1972, ROWLAND, 1997 e SILVA, 1993.

Classificação do Grupo de Cambridge	
	d) Solteiros(as) com filhos
IV. Agregado familiar alargado	a) Alargamento ascendente b) Alargamento descendente c) Alargamento lateral d) Combinações de alargamento ascente (IV-a) e alargamento lateral (IV-c)
V. Agregado familiar múltiplo	a) Unidade secundária ascendente b) Unidade secundária descendente c) Unidade secundária lateral d) <i>Frérèches</i> e) Outras combinações
VI. Indeterminado	a) <i>Famille souche</i> : unidade secundária descendente (V-b) + unidade secundária ascendente (V-a) + alargamento ascendente (IV-a) b) Frérèches possíveis: unidade secundária lateral (V-c) + <i>frérèches</i> (V-d) + alargamento lateral (IV-c) + irmãos (II-a)

Fonte: LASLETT, 1972, p. 31.

Aos grupos domésticos enunciados podemos juntar o que Laslett designa de *houseful*, ou seja, um fogo com dois ou mais agregados familiares não aparentados. Para este estudo, incluímos neste grupo, igualmente, os agregados em que não conseguimos identificar uma relação de parentesco entre os membros do agregado familiar e alguns indivíduos residentes na mesma habitação ou se estes pertenciam à unidade de consumo do “chefe de família”, isto é, se partilhavam refeições e os respectivos gastos.

Tabela 6. Composição dos grupos domésticos da Encarnação

Tipologia	Quantidade
<i>Houseful</i>	42
III. Agregado familiar simples	28
I. Solitários	6
IV. Agregado familiar alargado	4
II. Agregado não conjugal	1
V. Agregado familiar múltiplo	1

A partir dos Róis de Confessados da Encarnação, verificámos que a maioria dos expostos habitavam em fogos com mais do que uma unidade familiar, os designados *houseful* (cerca de 42 casos). Tratava-se, sobretudo, de casas onde residiam casais e os seus filhos ou viúvas e os respectivos filhos, coabitando com outros indivíduos que não constam na fonte como sendo aparentados e que, por norma, não permanecem na residência muitos anos. Um maior número de pessoas no mesmo fogo está particularmente associado ao caso das viúvas. Já em *História da Vida Privada* se havia identificado que nas habitações urbanas viviam muitas pessoas sem relações de parentesco⁴¹².

Por exemplo, em 1850, a exposta Balburdia de Meca vivia apenas com a sua ama Gertrudes Conceição e os seus dois filhos calafates. Todavia, a partir de 1852 passam residir mais indivíduos não aparentados na mesma casa, sendo significativa a variação de pessoas nos vários Róis de Confessados. Entre 1850 e 1867, Balburdia de Meca viveu na mesma casa quer com três pessoas, quer com quatro, cinco ou seis.

Era também significativo o número de expostos que integravam agregados familiares simples, residindo com casais e, sobretudo, com casais com os seus filhos ou viúvas com os seus descendentes. Aponta-se, neste sentido, a ideia avançada por Maria Antónia Lopes de que a pobreza fazia com que as famílias fossem pequenas, sobretudo, no que diz respeito às famílias pobres e populares, às quais sabemos terem pertencido a maioria das amas dos expostos⁴¹³.

⁴¹² ARIÈS, vol. 4, 1990, p. 314.

⁴¹³ De acordo com Maria Antónia Lopes tal foi constatado igualmente por outros historiadores europeus da pobreza. LOPES, 2013, p. 3.

Em contraste, era minoritário o número de abandonados que habitavam com solitários (seis casos), agregados familiares alargados (quatro casos), agregados não conjugais (um caso) ou agregados familiares múltiplos (um caso).

Desta forma, verificamos que os abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa coabitavam, maioritariamente, com vários agregados familiares ou com agregados simples, destacando-se sempre ou a existência de um casal ou de um cabeça de casal viúvo com filhos. A composição dos agregados domésticos que integravam leva-nos a colocar a hipótese de, ao viverem maioritariamente numa habitação com vários indivíduos pertencentes a agregados diferentes, ser mais difícil a integração familiar dos abandonados, voltando as amas a entregá-los na Misericórdia de Lisboa para, rapidamente, serem remetidos para uma outra ama e, desta forma, aumentando a mobilidade destas crianças.

Verificamos ainda que as fontes utilizadas, nomeadamente, os Róis de Confessados e os registos da Misericórdia de Lisboa podem ser complementares no que diz respeito não só ao estudo do percurso de vida dos expostos, como também no detalhar das características dos agregados com quem residiam. Tal revela-se notório, sobretudo, no que diz respeito a informações relativas às profissões dos maridos das amas. Nem sempre este elemento era referido nos Róis dos Confessados. Por contraponto, é comum constar dos registos da misericórdia. Assim sabemos, por exemplo, que o marido da ama Thereza de Jesus, que criou a exposta Ignez, era sapateiro; que o marido da ama do exposto Deniz era alfaiate; ou que o cônjuge da ama de Eufemia era criado de servir, exposta esta que, como referimos, entrou gravemente doente na Real Casa dos Expostos de Lisboa e que, mais tarde, viria a fugir de casa da ama, perdendo-se-lhe o rasto. Por contraponto, raros são os casos em que conhecemos a profissão das amas, destacando-se apenas D. Anna Roza Ferreira, ama de Monica, registada pela misericórdia como sendo proprietária.

Outros são os casos, em que a documentação institucional nos permite conhecer o nome dos maridos das amas quando estas já se encontram viúvas. Por exemplo, a ama D. Maria da Conceição, que criava a exposta Adelaide, era viúva de Francisco Antonio Xavier Todi, antigo empregado da contadoria da Misericórdia de Lisboa (e, segundo os Róis de Confessados, residia na Rua da Rosa, bastante próximo da instituição, tendo duas filhas).

Mas se, por vezes, as fontes são complementares, noutros existem algumas discrepâncias que nos parecem ser propositadas. Como sabemos, as amas casadas eram tidas como preferenciais. Porém, algumas delas constam como viúvas ou solteiras nos Róis de Confessados e como casadas nos registos da Misericórdia de Lisboa. A título de exemplo, a exposta Margarida foi entregue a Antonia Caetana, solteira na primeira fonte e casada com João Joze na segunda. Por sua vez, a ama da exposta Izabel, que nos Róis de Confessados surge como viúva, é para a misericórdia casada com o cocheiro Antonio Maria. Verificamos que algumas destas divergências estão associadas, sobretudo, à fase de criação de seco, em que sabemos serem preferidas as amas casadas. Mentiriam em prol da possibilidade de criação de um exposto? Em caso afirmativo, como seria contornada a questão da apresentação de atestados de boa conduta pelas autoridades civis e religiosas da sua localidade? Ou estaria em causa a dificuldade de controlo das amas, reflectindo-se em dados menos precisos e verdadeiros?

O conciliar destas fontes levam-nos ainda a outras problemáticas no aprofundar das dinâmicas quotidianas da cidade lisboeta e no estudo dos percursos de vida. Veja-se o caso do exposto Alberto que foi entregue a Maria Amalia, na documentação da misericórdia dada como sendo casada com Domingos Antonio, embora nos Róis de Confessados não exista registo de, na mesma casa, ter residido o marido da ama. Por outro lado, segundo a instituição, sabemos que o mesmo era marítimo. Seria a ama criada em casa de uma outra pessoa?

Em resumo, as crianças abandonadas da nossa amostra de estudo que, em algum momento da sua vida foram entregues para criação a amas da freguesia da Encarnação, entraram na Misericórdia de Lisboa entre 1834 e 1870, sobretudo pela roda e durante o dia, o que nos revela uma de duas hipóteses: a ausência de vergonha no acto de exposição ou a importância das recoveiras na condução das crianças à instituição, numa altura em que as exposições anónimas ainda eram legais. As roupas que acompanhavam estes menores eram, sobretudo, velhas e mais de metade delas não levavam sinais. Eram maioritariamente raparigas e, dada a importância da salvação da alma, foram baptizadas, grosso modo, logo após a admissão, tendo ficado uma média de uma a uma semana e meia na instituição até serem enviadas para amas de criação externa.

Analisando as várias fases de criação dos abandonados, verificamos que a transição entre amas se intensifica com o avançar da idade do exposto, relacionando-se

com a progressiva diminuição do salário destas funcionárias. Assim, enquanto na criação de leite predominaram aqueles que permaneceram com uma única ama; na criação de seco destacou-se a transição entre duas e o não cumprimento dos períodos contratuais; para, a partir do termo de vestir, iniciado aos 10 anos de idade, perdermos o rasto da maioria dos abandonados.

Prevalecem as amas casadas, cujos maridos tinham registada como profissão a categoria indiferenciada de “trabalhador”, ou desempenhavam profissões populares, sobretudo ligadas ao trabalho artesanal. Salvo algumas exceções surgem profissões associadas a camadas mais altas da sociedade, emergentes quando nos aproximamos de idades em que as abandonadas já poderiam servir como criadas nas casas de quem as acolhia. Refira-se, todavia, que ao longo das fases da criação (e acentuando-se no termo de vestir) diminuiu o cuidado no registo das profissões dos maridos das amas, repercutindo-se numa crescente ausência de resposta.

Paralelamente, a zona de residência das amas altera-se de acordo com a fase de criação no sentido de uma aproximação à capital. Se na criação de leite o predomínio vai para os concelhos de Lisboa e Torres Vedras, a partir da criação de seco estes expostos passam-se a concentrar, sobretudo, em casas de amas de Lisboa. Esta realidade atinge o seu auge aquando do termo de criadas, associado apenas a expostas. Há uma diferença, porém, naqueles que as requerem, deixando de ser apenas mulheres a fazê-lo e surgindo registos de homens que solicitam os seus préstimos. Evidencia-se ainda o acentuar da mobilidade deste grupo, permanecendo num mesmo local por períodos muito curtos.

Apesar de existirem casos de aprendizagem de ofícios por expostos ou de educação das expostas no Recolhimento de São Pedro de Alcântara, estes são minoritários. Também a mortalidade se revelou reduzida, bem como as recuperações parentais, de cujos processos, ocorridos sobretudo na década de 1860, derivou a entrega gratuita dos menores, já com alguma idade, dada a pobreza declarada dos pais. Já os casamentos, demonstraram a permanência de algumas expostas na capital, tendo os matrimónios sido celebrados com filhos legítimos e desvendando uma possível integração social das abandonadas.

O conciliar dos Róis de Confessados com os registos institucionais da Misericórdia de Lisboa permitiu-nos conhecer os agregados com quem os expostos residiam e, até, em alguns casos, levantar o véu sobre a veracidade da informação prestada pelas amas. Apesar da variação do número de pessoas num mesmo fogo, atestámos uma

média de três indivíduos por casa. Porém, concluímos que os abandonados integravam, maioritariamente, *houseful*, ou seja, fogos onde residiam com famílias, nomeadamente, casais, casais e filhos ou viúvas e seus filhos, e outros indivíduos não aparentados (em número variável e que flutua de ano para ano), o que podia condicionar a sua integração familiar.

1.2. Os abandonados da freguesia de Tomar

Como vimos, a freguesia de Tomar, também designada de Santa Maria dos Olivais, situava-se no concelho de Tomar, distrito de Santarém. Correspondia à cidade de Tomar, sendo dotada de características próprias e encontrava-se numa fase de crescimento, sobretudo demográfico, a partir da segunda metade do século XIX.

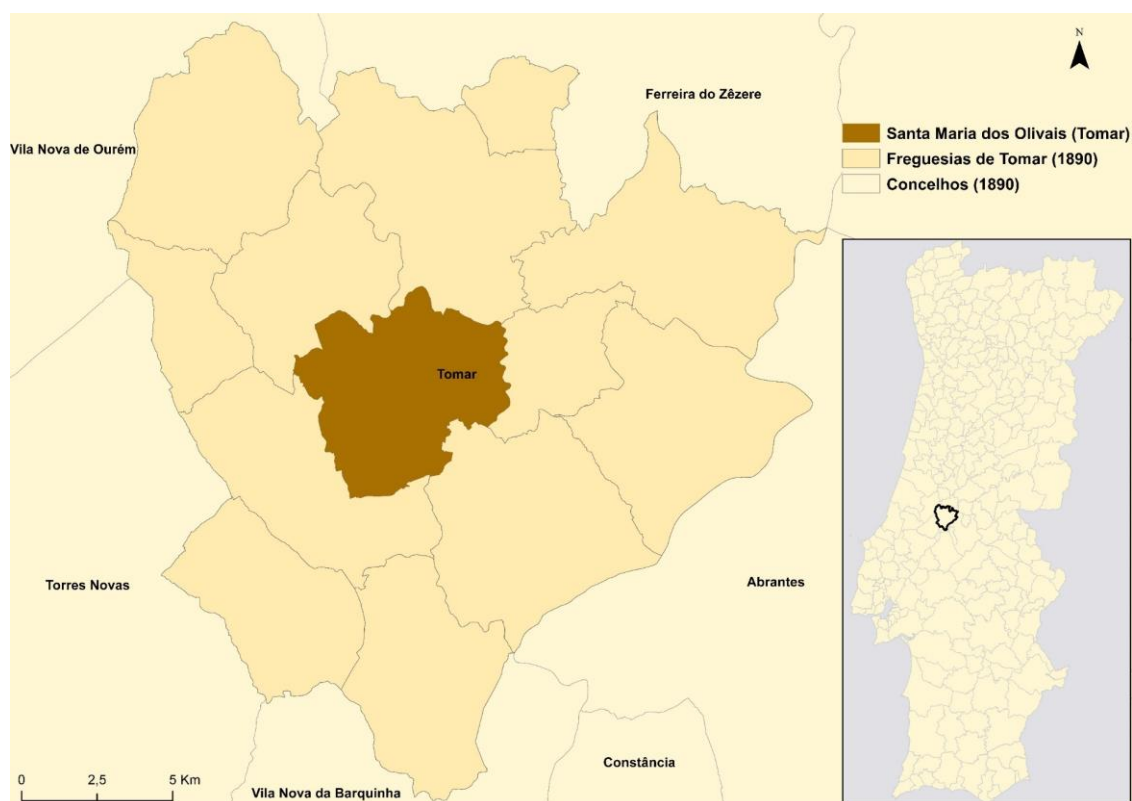


Figura 9. O concelho de Tomar e a freguesia de Santa Maria dos Olivais/Tomar.

À semelhança do que havia acontecido em Lisboa, a Misericórdia de Tomar também assumiu a tutela da criação dos expostos a partir do século XVI, quando esta viu serem-lhe anexos os hospitais da então vila. Todavia, também aqui o financiamento era incumbência da Câmara Municipal, mas apenas até aos sete anos de idade dos abandonados. A transferência para a autoridade camarária só se viria a dar em 1850⁴¹⁴.

Após 1867 e a aplicação do novo modelo de admissão, continuaram a existir quatro instituições de recepção de menores abandonados no distrito de Santarém, uma delas em Tomar, não obstante a mesma ter sido extinta em 1873, dado o seu funcionamento não ser eficaz⁴¹⁵.

Tendo-se identificado 83 expostos residentes na freguesia de Tomar, concelho do mesmo nome, registados nos Róis de Confessados entre 1856 e 1899, localizámos 26 como sendo abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa. Tal como verificámos no caso da freguesia da capital, os restantes expostos poderiam pertencer a outras Casas da Roda ou a esta instituição em Tomar⁴¹⁶.

Mas porque iriam algumas amas tão longe para irem buscar expostos para criar dispondo de instituição mais próximas? A partir de 1800, as amas da Casa da Roda de Tomar residentes na vila passaram a receber 1 200 réis mensais, valor que oscilou e que, a partir de 1820, foi reduzido para 1 000 réis na criação de leite. Em períodos de maior carência era ainda comum o pagamento dos seus salários em géneros. De facto, o valor auferido pelas amas era mais baixo do que aquele que era recebido pelas que criavam expostos da capital, cujo salário se situou entre os 1 600 (sobretudo) e os 2 000 réis durante a criação de leite. A este valor acrescia a despesa de deslocação ou jornada quando as amas iam buscar os expostos à Misericórdia de Lisboa, prática recorrente que tinha como objectivo atrair um maior número destas funcionárias das zonas rurais e de

⁴¹⁴ Dada a fusão de vários pequenos centros de assistência foi criado o Hospital de Nossa Senhora da Graça que, entre 1799 e 1823, acolheu a Casa da Roda. De acordo com Graça Santos, este hospital estava localizado na freguesia de Santa Maria dos Olivais, numa das vias mais movimentadas de Tomar, o que “proporcionava uma certa acessibilidade, tanto aos moradores da vila, como aos de fora”. SANTOS, 2002, p. 25.

⁴¹⁵ CUBEIRO, 2004, p. 8; SANTOS, 2002, p. 235.

⁴¹⁶ Segundo Graça Santos, algumas das amas de Tomar eram as mães das crianças, as quais abandonavam os seus filhos para os criarem recebendo um salário. Não estaria a prática de concessão de subsídios de lactação generalizada nesta região? SANTOS, 2002, p. 204.

pequenas localidades do Reino, sendo que as amas de Tomar recebiam 1 500 réis por esta deslocação⁴¹⁷.

Importa ainda fazer a ressalva de que os Róis de Confessados que encontramos para a freguesia de Tomar nem sempre são tão minuciosos como os da freguesia da Encarnação. Este menor detalhe destaca-se, sobretudo, na década de 1850 e início da década seguinte, quando não nos é dada informação sobre a idade quer do exposto, quer dos indivíduos do agregado que com ele residiam.

⁴¹⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 70; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, livs. 67, 96, 97, 116, 121, 123, 126, 127, 129, 130; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, livs. 70, 77, 96, 122, 123, 124, 126, 131, 132, 133, 151; SANTOS, 2002, pp. 207 e 218-219.

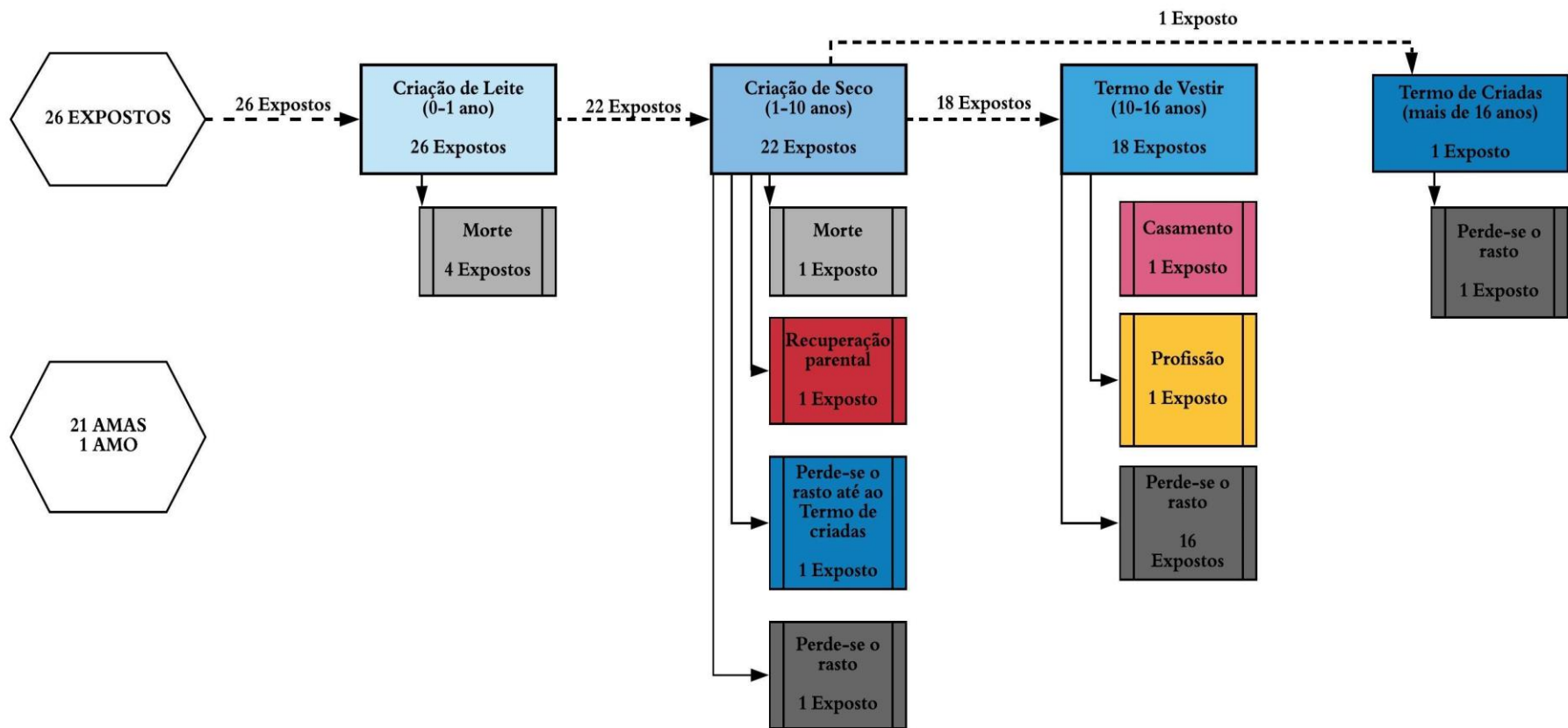


Figura 10. Evolução geral do percurso de vida dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas residentes na freguesia de Tomar, do concelho com o mesmo nome.

1.2.1. A entrada dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa

Existe uma maior dispersão cronológica dos abandonos de expostos ao cuidado de amas da freguesia de Tomar. Estes entraram entre 1843 e 1885, ainda que existam anos intermédios com valores nulos. Sendo a admissão mais antiga de 1843, a seguinte só viria a ocorrer em 1859. A década de 1860 corresponde ao período de maior fluxo, altura em que entraram 18 menores, sendo as maiores afluições em 1868 (sete casos), 1869 (cinco casos) e 1870 (cinco casos), ou seja, no período imediatamente antecedente ao fim do abandono anónimo legal na capital e que sabemos ter correspondido, igualmente, a uma fase de acréscimo da exposição infantil no cômputo geral. Destaque-se que, neste caso, já existe um exposto que entrou após 1870 – Julião, em 1885 - e, como tal, já se conhecendo os seus progenitores e motivos do abandono, conforme iremos analisar no seu percurso de vida (anexo 80). De facto, os expostos que encontramos nestes Róis de Confessados são bastante mais novos do que os que havíamos identificado na freguesia da Encarnação, idades estas mais avançadas que, como vimos, estavam associadas ao serviço de criadagem, atestando-se a preferência médica e institucional do envio de menores para o campo ou pequenas localidades, onde cresceriam de forma mais saudável.

Em Tomar a discrepância entre expostos do sexo feminino e masculino não era tão acentuada quando comparada com a Encarnação (onde recorde-se, 83% dos abandonados eram raparigas). Aqui, contabilizamos 54% de expostas e 46% de expostos (anexo 81).

Estes abandonados entraram sobretudo pela roda (96%), havendo apenas um caso (correspondente a 4%) em que a criança foi remetida da enfermaria do Hospital de São José (anexo 82). As exposições ocorreram maioritariamente durante o dia, de manhã (38%) e de tarde (27%), o que nos transporta, mais uma vez, para a ausência de vergonha no acto de abandono, dado ser um procedimento legal, ou para o transporte destas crianças, por exemplo, por recoveiras. Comparativamente, sabemos que 27% dos abandonos ocorreram durante a noite – seriam estes levados a cabo pela própria mãe ou pelo pai, visando esconder o seu acto? (anexo 83)⁴¹⁸

⁴¹⁸ Saliente-se que não ocorreu nenhum abandono durante a madrugada e que existem dois casos em que desconhecemos em que período o dia foi feita a exposição.

Existe apenas um caso em que desconhecemos se a criança entrou ou não com roupinhas. Todas as restantes levavam um “enxoval”. Contudo, ao contrário do que aconteceu com os abandonados da Encarnação, apenas conhecemos o estado das roupas de um menor, cuja camisa foi referida como sendo usada, sendo tudo o resto novo. De facto, apenas uma criança entrou antes de 1852/1853, altura em que esta informação ainda constava dos registos de entrada, justificando-se esta lacuna para os restantes abandonados.

Não obstante, do total de 26 expostos sabemos que metade entraram acompanhados de um sinal. À semelhança dos casos estudados para a Encarnação, em todos estes sinais, bem como numa guia do Hospital de São José, se pedia que fosse dado um determinado nome à criança, o que apenas foi concedido a um menor, o exposto José, que entrou em 1860.

Apesar de desconhecermos a idade de oito destes abandonados, sabemos que 17 eram recém-nascidos, o que os posiciona entre um e oito dias de idade. Há ainda registo de ter entrado uma criança com um dia, outra com catorze e, por fim, um menor com 38 dias. Mais uma vez, reforçamos a ideia de que o abandono era um acto premeditado, levado a cabo logo após o parto. Neste caso particular só existia uma criança com pouco mais de um mês, sendo todas elas da fase de criação de leite (anexo 84).

A preocupação com a salvação da alma dos expostos, tão susceptíveis de falecer, foi extensa a este grupo de crianças, verificando-se que oito foram baptizadas no dia do abandono, 14 no dia seguinte e apenas duas passados dois dias. A demora de, pelo menos, um dia, justifica-se pelo facto dos baptismos serem feitos, sobretudo, durante a manhã (por volta das 10h, como previsto no regulamento), tendo estas crianças sido abandonadas após este horário⁴¹⁹.

Comparativamente ao que aconteceu na Encarnação, e dado que dos expostos de Tomar, apenas dois entraram na instituição antes de 1860, só dispomos do registo de duas amas internas. Sabemos que Cazemira, entrada em 1843, foi alimentada pela ama Genoveva Maria, enquanto Honorata, exposta em 1859, foi criada de leite por Anna de Jesus.

Some-se que, dada a reduzida abrangência cronológica dos dados sobre o estado de saúde dos menores, como anteriormente referimos, apenas dispomos desta informação para dois expostos – Honorata, que entrou em 1859, e Jose, que entrou em 1860. Ambos se encontravam em bom estado.

⁴¹⁹ Desconhece-se os dados de demora do baptismo relativamente a uma criança.

Neste caso, o tempo de espera na Real Casa dos Expostos de Lisboa até serem enviados para amas externas foi pequeno. Estas crianças permaneceram, em média, 1,3 dias na instituição, valor que se torna mais elevado devido ao facto de uma menina, Cazemira, aí ter ficado durante sete dias em 1843. Todos os restantes ou foram enviados de imediato para amas externas ou permaneceram, no máximo, quatro dias na capital, este último, um caso excepcional, ocorrido após o fim do abandono anónimo legal em Lisboa.

1.2.2. A criação de leite

Todas as crianças deste grupo tiveram apenas uma ama de criação de leite (anexo 85). O salário auferido por estas funcionárias, 26 no seu total, seria determinante no contexto do rendimento familiar, antevendo-se ainda uma possível integração familiar e social destes menores. Tal é atestado pelo facto de 22 expostos terem transitado da criação de leite para a criação de seco com a mesma ama. Os restantes quatro – Florenciano, Maxima, Fiel e Albano - em que tal não aconteceu, faleceram, o que nos remete ainda para o facto da mortalidade ser superior nos meios mais pequenos (anexo 86). Sabemos que as amas da capital tinham acesso ao serviço clínico da Misericórdia de Lisboa, estando mais próximas da instituição e assegurando, assim, a sobrevivência dos expostos. O mesmo não acontecia com as amas de Tomar, que tinham de se deslocar ao médico mais próximo ou, caso quisessem ir tratar o exposto à Real Casa dos Expostos da capital, tinham um longo e economicamente custoso caminho a percorrer.

Em termos geográficos verificamos que a maioria dos expostos desta análise já se encontrava no distrito onde os viríamos a encontrar nos Róis de Confessados, nomeadamente, em Santarém (88%), localizando-se os restantes em Leiria (12%) (anexos 81 e 82). Efectivamente, estes menores já estavam ao cuidado de amas rurais ou de pequenas localidades, aquelas que se considerava tratarem melhor os abandonados e onde seriam familiar e socialmente integrados. O predomínio vai para o concelho de Tomar. Aqui residiam já, 19 do total de 26 expostos (anexos 87 e 88).

À semelhança do que constatámos para a freguesia da Encarnação, as amas eram maioritariamente casadas (96%), havendo apenas um caso de uma ama viúva (4%) (anexo 89). Embora não saibamos a profissão de 12 maridos de amas, a maioria surge, nova e genericamente, com a categoria indiferenciada de “trabalhador”. Seria mais difícil

controlar as circunstâncias destas amas? Ou pretendia-se rapidez no acto de saída da criança da instituição, dado ser reconhecida a crescente afluência de menores à roda da capital, descurando-se a importância de especificação de elementos relativos ao agregado da ama? (anexo 90) As raras ocupações dos maridos das amas que nos são especificadas remetem tanto para profissões populares, como o carpinteiro ou o pedreiro, como para pessoas com alguma relevância social, como o proprietário ou o escudeiro. Ainda assim, estas especificações constituem uma excepção no cômputo geral.

1.2.3. A criação de seco

Das 22 crianças que transitaram para a criação de seco, a maioria teve apenas uma ama (16 casos), sendo ainda representativos os que tiveram duas (cinco casos) e surgindo um caso excepcional em que o menor teve três amas (anexo 91). Contabilizando-se 29 amas para 22 expostos, verificamos que, globalmente, foi cumprido o tempo contratual estabelecido. Refira-se ainda que um dos menores que teve duas “amas”, Onofre, foi entregue a Leonardo Lopes (aqui considerado a sua segunda ama), uma figura do sexo masculino, e não a uma ama como convencionalmente acontecia. Problematizaremos esta questão à luz da aprendizagem de ofícios.

No que concerne à mortalidade, faleceu uma exposta, Judith. Destacou-se ainda uma recuperação parental, nomeadamente, da exposta Julia, e perdeu-se o rasto de duas abandonadas - Silvia e Aurelianna, sendo que a primeira voltamos a encontrar no termo de criadas. Terá a segunda sido totalmente integrada na família da ama, dado que sabemos que, desde que saiu para criação externa ainda ao cuidado de leite, foi criada sempre pela mesma família? (anexo 92)

As amas de criação de seco viviam, sobretudo, no distrito de Santarém (83%). O peso deste distrito deve-se, em muito, à residência de 22 amas no concelho de Tomar, estando 16 delas na freguesia com o mesmo nome, aquela cujos Róis de Confessados tomamos como ponto de partida desta análise. Segue-se, com grande distanciamento, o número de expostos entregues a amas residentes no distrito de Leiria (17%) (anexos 93 e 94).

Tal como temos vindo a observar, também as amas de criação de seco dos abandonados de Tomar eram predominantemente casadas (90%). Mais uma vez, a

proporção de viúvas (10%) é bastante baixa, sendo nulo o número de solteiras (anexo 95). Reforça-se ainda a predominância de ausência na resposta quanto à profissão do marido, sendo desconhecida em 15 casos. Não obstante, surge em 10 casos a expressão genérica de “trabalhador”, não havendo ocupações novas a destacar (anexo 96).

1.2.4. O termo de vestir

Acompáñhamos na transição para o termo de vestir 18 abandonados, 16 dos quais permaneceram com a sua última ama de criação de seco e dois transitaram para uma outra (anexo 97). No total, temos 20 amas nesta fase de criação.

A maioria dos abandonados deste grupo teve apenas uma ama de termo de vestir (16 casos), sendo o número máximo duas (dois casos) (anexo 97). A mobilidade dos expostos de Tomar era muito inferior à que encontrámos para os abandonados que, em algum momento da sua vida, residiram na freguesia da Encarnação.

Nesta fase, sabemos que uma exposta, Laureana, casou, e um exposto, Bernardo, assentou praça como militar. Todavia, desconhecemos o destino de 16 crianças. À semelhança do que aconteceu para a freguesia da Encarnação, foi nesta fase que perdemos o rasto de grande parte destes expostos (anexo 98). Terão eles ficado junto das mesmas famílias?

Não obstante este facto, as amas do termo de vestir viviam, sobretudo, no concelho de Tomar (anexo 99). Tal faz com que o distrito de Santarém seja preponderante (85%), comparativamente a Leiria (15%), o outro distrito onde residiam as amas dos expostos desta amostra (anexo 99 e 100). Verificamos que, ainda que as crianças não integrassem as famílias iniciais, mantinham-se nas mesmas regiões.

Em termos de estado civil, mais uma vez o predomínio vai para as amas casadas (85%). Embora tenha crescido o valor das amas viúvas (15%), este revela-se pouco representativo (anexo 101). Era igualmente clara a ausência de resposta quanto à profissão dos maridos (12 casos), sendo representativa a categoria geral de “trabalhador” (seis casos) como, aliás, tem acontecido até aqui. A única ocupação que surge como novidade é o criado de mesa (anexo 102).

1.2.5. A aprendizagem de ofícios pelos expostos e a educação das expostas

Não existe registo da aprendizagem de ofícios ou educação dos expostos deste grupo. Contudo, colocamos como hipótese que, ao entregar-se o exposto Onofre a Leonardo Lopes, fosse esta a intenção. Tal aconteceu durante a criação de seco, em 1875, altura em que o abandonado tinha cinco anos, tendo com ele transitado para o termo de vestir, como analisaremos no seu percurso de vida. Dado que não existe registo da profissão a que Leonardo Lopes se dedicava, não podemos deduzir qual poderá ter sido a aprendizagem desenvolvida. Não existe, igualmente, nenhum registo de contrato para aprendizagem de ofício celebrado entre este e a Misericórdia de Lisboa.

1.2.6. As expostas criadas de servir

O serviço de criadagem foi um dos destinos mais comuns das expostas que residiam na capital. Contudo, no caso das expostas de Tomar tal não constituiu uma realidade. De facto, só temos registo de uma exposta, Silvia, ter passado ao termo de criadas. A 5 de Novembro de 1883, após termos perdido o seu rasto na criação de seco, sabemos que esta foi entregue à Madame Jecunne Choffat, casada com Monsier Paul Choffat, residentes na freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa. Mais uma vez, verificamos a associação do serviço da criadagem à residência da exposta na capital. Este casal viria a entregar Silvia à Misericórdia de Lisboa, tendo a mesma a 15 de Abril de 1884 passado para o serviço de D. Luiza Engracia Ferreira, solteira e residente na freguesia de São Paulo, novamente em Lisboa, a qual viria a remetê-la à instituição a 1 de Outubro de 1884. A partir daqui perdemos o rasto da única exposta criada desta amostra.

1.2.7. A mortalidade

Tendo-se iniciado o estudo deste grupo com 26 abandonados verificamos que viriam a falecer cinco ao cuidado das amas - Florenciano, Maxima, Vicenta, Fiel e Albano

-, e uma – Judith - na Misericórdia de Lisboa. Desta forma, morreram 23% dos abandonados, ressaltando uma taxa de sobrevivência de 77% (anexos 103 e 104).

A maioria destas crianças faleceu em idades mais precoces do que as que verificámos para os expostos da Encarnação. Encontrámos dois casos em que os menores tinham cerca de quatro meses, tendo os restantes maioritariamente um ano. Poderá tal estar relacionado com um menor acesso aos serviços médicos da Misericórdia de Lisboa que, nestes casos, era dispendioso, dada a necessidade de deslocação à capital? Por outro lado, refira-se que não existe referência à vacinação destes abandonados, não se podendo concluir, contudo, que tal não aconteceu. Os dados que encontrámos com esta informação remetem, como referimos, para os expostos do início da década de 1850. Tendo-se verificado que não existem menores nesta amostra que tenham entrado nesta altura, com uma ausência de crianças admitidas entre 1844 e 1858, assim se justifica que não tenhamos essa informação.

1.2.8. As recuperações parentais

Sabemos que foi recuperada uma criança, Julia. Esta recuperação deu-se em Outubro de 1876, o que significa que, contrastando com os casos verificados para a freguesia da Encarnação, se deu já após o fim do abandono anónimo na capital. Não obstante, existe uma semelhança, nomeadamente, na idade da abandonada que podemos considerar avançada, tendo passado o período em que carecia de maiores cuidados e atenção. Julia foi recuperada gratuitamente, já com nove anos, pela mãe, Isabel Espada, casada com Manuel Antonio Mendes, que era vendilhão de profissão. Residiam na Rua de Martins Vaz, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Pena, do concelho de Lisboa.

1.2.9. O casamento de expostas

Apenas dispomos do registo de matrimónio de uma exposta deste grupo de abandonados, Lauriana, cujo percurso de vida iremos estudar mais à frente (anexo 105). Este seria um dos destinos ideais, mas com maior peso na cidade de Lisboa, onde a não

conformidade dos comportamentos com a moral dominante era mais marcada e afectava de forma mais directa as expostas. Não quer dizer que estas abandonadas de Tomar não tenham casado. No entanto, não dispomos de informação institucional que o confirme, possivelmente não só dada a maior dificuldade de controlo dos tutelados que se encontravam afastados da capital, mas também porque a misericórdia acreditava que os menores eram melhor integrados nestas regiões.

Não obstante, verificamos que esta informação sobre o casamento da abandonada foi fornecida por familiares que, procurando reconstituir o passado da sua família, investigaram os expostos e forneceram informações adicionais ao Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa, uma fonte da maior importância neste difícil tipo de reconstituição e que permite, juntamente com os Róis de Confessados, ir além da perda do registo institucional.

1.2.10. As amas de Tomar e suas famílias

Identificámos na documentação da Misericórdia de Lisboa 21 amas e um amo (o já mencionado Leonardo Lopes) residentes na freguesia de Tomar, o que nos conduz a um total de 22 funcionários para 26 expostos. As amas desta região, à semelhança do que acontecia na Encarnação, recebiam expostos de outras Casas da Roda, o que ajuda a justificar a discrepância entre o número de crianças e amas identificadas nos Róis de Confessados e o paralelo que encontramos nos registos da misericórdia da capital. Para esta possibilidade aponta-nos, por exemplo, o facto de existir um registo que dá conta de Florinda Maria, que criava a exposta Agueda, ter ainda à sua guarda uma outra abandonada de nome Antonia que, todavia, não dispõe de um registo que a associe à misericórdia da capital. O mesmo aconteceu no caso da exposta Rosa que, tendo sido entregue a Mathilde Maria, coabitava com a abandonada Ignez.

Embora em Tomar também existam amas que criaram mais do que um exposto, nenhuma delas teve ao seu cuidado mais do que dois menores abandonados em simultâneo. Assim, destacaram-se quatro amas que criavam dois expostos da misericórdia da capital e outras duas que, tal como referimos, criavam expostos de duas Casas da Roda diferentes.

O número de pessoas a residirem num mesmo fogo na freguesia de Tomar oscilou entre um e oito indivíduos. Mais uma vez, o caso associado a uma única pessoa está relacionado com uma ama viúva, Anna Joaquina Tavares. O número máximo é de oito membros do agregado, o que surge em dois casos. Grosso modo, a média de pessoas a morar na mesma casa aponta para três a quatro indivíduos.

Contudo, existem aqui algumas diferenças relativamente à freguesia da Encarnação. Por um lado, o número de pessoas a residirem no mesmo fogo apresenta uma maior estabilidade, sendo que do total de 26 casos, em apenas três houve uma mudança deste valor e uma única vez.

Tabela 7. Composição dos grupos domésticos de Tomar

Tipologia	Quantidade
III. Agregado familiar simples	22
I. Solitários	2
IV. Agregado familiar alargado	2

Por outro lado, verificamos que os residentes nas habitações das amas são todos aparentados, não existindo os designados *houseful* identificados para a freguesia do grande centro urbano. Utilizando a classificação do Grupo de Cambridge anteriormente referida, verificamos que 22 expostos foram criados por agregados familiares simples, mesmo quando o número de indivíduos na mesma casa é elevado. Por exemplo, o exposto Acrisio, dado a cuidar à ama Maria de Jesus, morava com esta, com o seu marido e com os sete filhos deste casal. O mesmo aconteceu com o exposto Julião, cujo percurso de vida iremos aprofundar mais à frente. Também a exposta Agueda, que já mencionamos, coabitava com uma outra exposta (Antonia), com a ama Florinda Maria, com o seu marido e com os seus seis filhos, um dos quais era cego e recebia um subsídio de pobreza de uma misericórdia (não sendo especificando nos Róis de Confessados, contudo, de que misericórdia provinha este auxílio). Destes agregados familiares simples três eram compostos apenas pelo casal e 19 pelo casal e respectivo(s) filho(s).

Paralelamente, dois expostos integraram os grupo solitários, nomeadamente, a exposta Cazemira, que foi entregue à ama viúva Anna Joaquina Tavares, e o abandonado

Onofre, cujo percurso de vida traçaremos, entregue ao viúvo de Mathilde Maria, Leonardo Lopes. Tendo a ama Theodora da Conceição criado Paulo e Maxima, o seu agregado doméstico era alargado, dado que nele habitava não só o casal e o seu filho, como também uma irmã do chefe de família e seu marido, Emilio Fernandes. A residência dos expostos com agregados familiares simples e solitários poderia contribuir para a sua melhor integração e ajuda a justificar, em parte, a longa permanência dos abandonados junto das amas de Tomar.

Também neste caso a fonte paroquial permite aprofundar as circunstâncias de vida dos expostos e dos agregados que integravam, indo além da informação contida nos registos institucionais da Misericórdia de Lisboa. É exemplo o já referido registo da criação simultânea de expostos de outras Casas da Roda pelas amas e o detalhar do seu estado civil. Enquanto na documentação da misericórdia a ama Anna Joaquina Tavares, que criou a exposta Cazemira, e o amo Leonardo Lopes, que criou o exposto Onofre, são dados como casados, os Róis de Confessados revelam-nos que eram viúvos.

Por outro lado, verificámos que na fonte paroquial não existe grande detalhe no registo das profissões. O mesmo não acontecia da parte da Misericórdia de Lisboa. Desta forma, sabemos que o marido da ama Maria da Piedade, Manuel d'Almeida, que criou a exposta Atanagilda, era escudeiro; ou que Angelo Lopes, casado com a ama Maria Carolina, era trabalhador.

Outro tipo de informações são-nos ainda clarificadas, como o facto do denominado nos Róis Francisco da Ritta, casado com Ritta de Jesus, que criava a exposta Vicenta se chamar, na realidade, Francisco Dias.

Resumindo, os 26 expostos identificados nos Róis de Confessados de Tomar entraram, sobretudo, durante o dia pela roda da Misericórdia de Lisboa e com uma maior afluência na década de 1860. Todavia, surge neste contexto uma novidade: um exposto que foi admitido após a penalização das exposições anónimas na capital, o que nos permite conhecer de forma mais aprofundada as circunstâncias e os motivos inerentes ao abandono, o que será detalhado no estudo do seu percurso de vida.

Dada a cronologia de entrada da maioria dos abandonos não dispomos de informações relativas ao estado das suas roupas. Sabemos, contudo, não ter existido

preponderância de género no acto abandono, não se destacando uma maior exposição de raparigas, como havíamos identificado para a freguesia da Encarnação. Paralelamente, verificamos que metade destes menores foram acompanhados de sinais e que eram, sobretudo, recém-nascidos, transportando-nos este último facto para a possibilidade da exposição ser premeditada ainda durante a gravidez. Baptizados no próprio dia ou nos dois dias seguintes, permaneceram apenas um dia na instituição até serem enviados para amas externas, demora muito inferior à que encontramos para a Encarnação e que pode estar associada a uma maior afluência de amas num período que sabemos ter sido de crescente abandono.

Ao cuidado de amas externas, nas várias fases de criação, verificamos que existe uma maior mobilidade entre estas funcionárias a partir da criação de seco, mas ainda assim pouco significativa quando comparada com a freguesia do grande centro urbano de Lisboa. De facto, atesta-se a integração dos expostos desta amostra nas famílias das amas que os acolheram. Nos poucos casos em que tal não aconteceu, verificou-se uma integração geográfica, isto é, os abandonados permaneceram nas mesmas regiões, pelo menos, até ao termo de vestir, altura em que perdemos o rasto da maioria.

Desta forma, as amas, sobretudo casadas, concentram-se no distrito de Santarém e, neste, no concelho de Tomar. Associamos a procura de expostos tutelados pela Misericórdia de Lisboa a um salário superior pago por esta instituição, quando comparado com aquele que era pago pela Casa da Roda de Tomar.

Nesta amostra de uma freguesia de um pequeno centro urbano verificámos que os falecimentos se deram de forma mais precoce, em menor idade dos expostos, o que pode estar relacionado com o inferior acesso ao serviço médico e farmacêutico. Embora não existam registos que dêem conta da aprendizagem de ofícios ou educação destes abandonados, havendo apenas um associado ao casamento, uma recuperação e um outro dado de serviço de criadagem, não significa que não possam ter constituído realidades ou vivências destes tutelados. Não obstante, a ausência de registo de criadas expostas constitui um elemento diferencial da realidade da freguesia lisboeta, sobretudo, quando consideramos que este era um serviço maioritariamente associado aos centros urbanos e que, em parte, condicionava a integração das expostas e instigava uma elevada mobilidade entre casas.

A dimensão média dos agregados com quem os abandonados habitavam é semelhante à da Encarnação (três indivíduos), embora se verifique uma maior estabilidade e uma menor flutuação do número de pessoas que ao longo do período de análise residiram na mesma morada. Nestes fogos, todas as pessoas pertenceriam à mesma família, destacando-se a predominância de agregados familiares simples, o que poderia facilitar a integração dos abandonados. Por outro lado, a partir do conciliar das fontes paroquiais e institucionais, questionamos a importância do rendimento obtido pela criação dos expostos no contexto familiar, implicando o prolongamento do leite materno e a apresentação de declarações falsas perante a Misericórdia de Lisboa para possibilidade da sua criação.

2. Contar histórias de vida dos abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa

2.1. Abandonados da freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa

Tabela 8. Síntese dos percursos de vida dos expostos da Encarnação

Exposto	Data de admissão	Particularidades do percurso de vida
Luiza	1842	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama; Gratificação.
João	1844	Abandono na roda com sinal; Continuidade na mesma ama; Ofício; Hospitalização; Fuga.
Virginia	1844	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama; Casamento.
Joze	1848	Abandono na roda; Ama sem filhos; Coabitação com outro exposto; Ofício; Hospitalização.
Leonor	1846	Abandono na roda, vinda de fora da capital. Coabitação com outras expostas; Gratificação; Óbito.
Anna	1852	Abandono na roda com sinal; Vacinação; Coabitação com outras expostas; Gratificação; Óbito.
Joaquina	1853	Nascimento no Hospital de São José; Condução para a instituição; Vacinação; Coabitação com outras expostas; Gratificação; Serviço de criadagem.
Carolina	1850	Abandono na roda; Vacinação; Continuidade na mesma ama; Educação; Casamento.
Eliza	1853	Abandono na roda com sinal; Vacinação; Continuidade na mesma ama; Educação.
Margarida	1853	Abandono na roda; Vacinação; Incumprimento de um dever pela ama; Recuperação parental.
Amélia	1855	Abandono na roda; Grande mobilidade entre amas; Mau tratamento.

Exposto	Data de admissão	Particularidades do percurso de vida
Emilia	1856	Abandono na roda com sinal vinda de fora da capital; Reconstituição da família; Continuidade na mesma ama; Serviço de criadagem.

Não obstante o discurso que incentivava o envio dos abandonados para regiões fora da capital, particularmente, para pequenos povoados ou zonas rurais, dada a sua facilitada integração familiar e social, também existem casos de expostos, ainda que em número pouco representativo, que tiveram continuidade junto da mesma ama em Lisboa ao longo dos vários períodos de criação. Era, no entanto, frequente que os abandonados da capital tivessem uma ama durante a criação de leite e até meados da criação de seco, transitando então para uma outra.

É o caso da exposta Luiza. Esta entrou pela roda da Real Casa dos Expostos de Lisboa no dia 20 de Dezembro de 1842, pelas 18h15, tendo então 11 dias, de acordo com o que foi segredado pelos expositores. Levava vestida uma camisa de algodão de cor cru, um lenço encarnado e branco que fazia de fralda, um cueiro, roupinhas de baeta verde e meio lenço de cassa. Luiza ia ainda embrulhada num xaile de sarja azul com quadrados pretos. A fralda, o lenço e o xaile eram velhos, sendo o resto tudo novo, o que demonstra a preocupação maternal com o facto da criança ser entregue com um enxoval em bom estado, demonstrando ainda que a mãe poderia não ser pobre, quando consideramos que grande parte dos menores eram deixados com roupas velhas ou muito velhas⁴²⁰.

O baptismo foi realizado no mesmo dia pelo padre e capelão da Misericórdia de Lisboa, Alberto Pereira Garcez, ajudante do padre Bernardino Pinto do Valle Peixoto. O padrinho de Luiza foi Jose Victor Caldas, morador no Asilo de Nossa Senhora do Amparo, e a ama interna que lhe prestou os primeiros cuidados e a amamentou até ser enviada para uma ama externa foi Carolina Roza. Esta última era mulher de António Joze da Silva Machado, sargento de profissão, e moradora na freguesia de Santos, tendo

⁴²⁰ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos Expostos, Subsubsecção: Entrada e baptismo dos Expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 117, fl. 10v, n.º 2070.

entrado ao serviço da instituição em Fevereiro de 1842 e saído em Agosto do ano seguinte⁴²¹.

Após permanecer dois dias na Real Casa dos Expostos de Lisboa, a exposta Luiza foi entregue à ama Francisca Romana, casada com o caixeiro Miguel Andre Estrela⁴²². A demora de dois dias resultará, possivelmente, da falta de amas externas que, como sabemos, marcou a década de 1840 e, praticamente, todo o século XIX. A ajudar a consolidar esta teoria está ainda o facto da ama residir no concelho de Lisboa, nomeadamente, na freguesia de Santa Catarina. Não existiriam amas de fora da capital suficientes ou disponíveis para criar o crescente número de abandonados da roda de Lisboa? Reforce-se ainda que o valor de salário atribuído à ama era elevado (2 000 réis, durante a década de 1830 e 1840), provavelmente, dada a falta destas funcionárias e procurando, por esta via, atrair um maior número delas.

A exposta Luiza continuou a ser criada pela ama Francisca Romana durante parte da criação de seco, mudando de residência para a freguesia das Mercês em 1843 e, mais tarde, para Santa Isabel. O valor desta criação era, também ele, elevado, estabelecendo-se um salário de 1 200 réis durante os primeiros dois anos. Contudo, em 1846, Francisca Romana entregou a exposta Luiza na Misericórdia de Lisboa sem o seu colar, o que era considerado algo bastante grave pela instituição, marcando o incumprimento de um dever das amas, que consistia na manutenção e boa conservação deste que era o elemento identificativo dos abandonados⁴²³.

Foi neste contexto que Luiza passou a ser criada por Gertrudes Maria de Jesus Silva, solteira e moradora na freguesia das Mercês. Já estaria a abandonada socialmente integrada neste espaço geográfico? Mais uma vez, possivelmente, a falta de amas levou a que a exposta fosse entregue a uma ama de estado civil solteira, o que não era prática corrente. Não obstante, tal não significou, ao contrário do que Misericórdia de Lisboa esperaria, que Luiza tenha tido um mau tratamento. Na realidade, após seis anos a cuidar da exposta, a ama Gertrudes Maria de Jesus Silva recebeu uma gratificação de 3 000 réis

⁴²¹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos Expostos, Subsubsecção: Entrada e baptismo dos Expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 117, fl. 10v, nº 2070; Subsecção: Registo das amas, *Matricula das amas da casa*, liv. 1, fl. 7.

⁴²² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 25, fl. 405.

⁴²³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*, liv. 30, fl. 348; *Reforma dos termos das fêmeas*, liv. 6, fl. 318.

pelo bom tratamento que lhe prestou. De facto, podemos considerar que existiam laços de afecto que ligavam a abandonada a esta ama, quando verificamos o seu percurso de vida a médio e longo prazo. Luiza continuou a ser criada por Gertrudes Maria de Jesus Silva no termo de vestir (a partir de 1852), transitando ainda para o termo de criadas (a partir de 1859), cujo contrato colocamos a hipótese de que tenha sido concretizado meramente como uma formalidade burocrática, acreditando que a exposta já estava integrada na família desta ama à data da sua realização⁴²⁴.

Esta ideia é confirmada quando analisados os Róis de Confessados, onde a exposta Luiza surge com o nome Luiza da Conceição. Esta fonte dá-nos conta de que, em 1851, Gertrudes Maria de Jesus Silva tinha 34 anos, era solteira, e morava sozinha com a tutelada da Misericórdia de Lisboa. A mesma situação vir-se-ia a verificar em 1851, 1852, 1856 e 1857, sabendo-se que em 1853 e 1854 residiam ainda com uma hospede de nome Joanna Maria (de 33 anos). De facto, Luiza poderia ser considerada uma filha por Gertrudes Maria de Jesus Silva, justificando a sua permanência junto desta ama, ao ponto de terem assinado o contrato de termo de criadas, que era comum só ser concretizado quando, na realidade, as abandonadas cumpriam a função de criadagem, frequentemente transitando de serviço entre várias casas, como anteriormente verificámos. A assinatura deste contrato pode representar a procura de permanência da exposta junto da ama, não deixando margem para que fosse entregue a servir numa outra casa da capital⁴²⁵.

Sabemos os motivos que levaram ao abandono de João, cujo percurso teve como marcos a permanência junto de uma mesma ama, a passagem para a aprendizagem de um ofício, que vimos ocorrer no caso dos expostos da capital, e posterior fuga.

João entrou pela roda quando o relógio marcava as 14h do dia 4 de Abril de 1844. Vestido com roupas velhas, nomeadamente, uma camisa de algodão, um cueiro de baetilha do mesmo tecido e um vestido de riscado pardo e branco, entrou acompanhado de um sinal que dava conta das circunstâncias do seu abandono e nascimento. No mesmo pode ler-se: “Remeto este menino à Santa Casa da Misericórdia porque lhe faleceu sua

⁴²⁴ Refira-se ainda que a exposta acompanhou a ama nas suas mudanças de residência, nomeadamente, em 1854, 1856, 1857 e 1858, todas elas na freguesia da Encarnação. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 12, fl. 88; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 36, fl. 32.

⁴²⁵ AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, livs. 933-936 e 938-939, 1851-1854 e 1856-1857.

Mãe chama-se João já está baptizado a seu tempo será procurado quando seu Pai regressar a esta Capital as circunstâncias do menino não ter ninguém aqui é prometido remetê-lo à Real Casa da Misericórdia, o apelido do menino é Meneses, faz 10 meses a 6 de Abril de 1844 entra na Real Casa no dia 4 do dito mês às 3 horas da tarde”⁴²⁶.

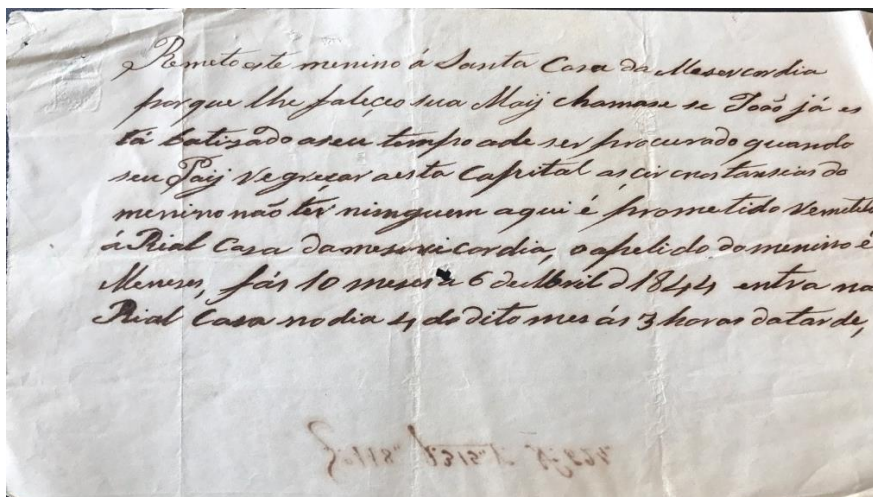


Figura 10. Sinal do exposto João (nº 624).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1844 (nº 624).

Sabemos, assim, que João foi abandonado após a morte da sua mãe, faltando dois dias para completar os 10 meses, desconhecendo-se quem foi o expositor, mas sabendo-se não ter sido o seu pai, por estar ausente da cidade de Lisboa. Não obstante a referência a um sacramento anterior, era comum a misericórdia da capital voltar a celebrar o baptismo *sub conditione*. O exposto foi, assim, baptizado no mesmo dia da sua entrada na instituição pelo padre Alberto Pereira Garcez, com o nome que já tinha, João, suprimindo-se o apelido Menezes, dado que, por norma, os expostos apenas tinham um nome. Foi seu padrinho Jose Victor Caldas, sendo entregue à ama interna Luiza Maria. Esta ama era casada com Ventura Fernandes, criado de servir, residindo na freguesia da

⁴²⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1844 (nº 624).

Pena. Tinha entrado como ama interna em 1842, acabando o seu serviço na Real Casa dos Expostos de Lisboa em Maio de 1844⁴²⁷.

Dado que já tinha quase 10 meses aquando do momento do abandono, e após cerca de um mês na instituição, João passou directamente para a criação de seco. Estaria esta estadia na Real Casa dos Expostos de Lisboa relacionada com o indício de que o pai poderia recuperar o filho, dando-se tempo para que tal acontecesse? Dado que esta recuperação não teve lugar, o exposto João foi entregue ao cuidado da ama Maria Fortunata, casada com o trabalhador João Gonçalves, moradores na freguesia da Encarnação (embora tenham transitado para Santos-o-Velho, em 1846), com a qual ficou quase sete anos. Mudou, em 1851, para a ama Joaquina, viúva de Bernardo José Ferreira, moradora em Benavente⁴²⁸.

Contudo, a estadia com esta última foi de curta duração. Em 1854, o exposto João foi novamente entregue a Maria Fortunata, já na fase de criação de termo de vestir. Terão os laços de afecto falado mais alto? Esta teoria poder-se-á confirmar quando no Rol de Confessados de 1856 o nome de João Gonçalves surge como “João Gonçalves Evangelista” e o do exposto como “João Evangelista”. O que terá motivado a entrega do abandonado e a sua posterior recuperação? Sabe-se que, enquanto na fase inicial da criação de seco o marido da ama era dado como “trabalhador”, no termo de vestir surge como “empregado do Arsenal do Exército” e, no Rol de Confessados de 1856, como empregado na fundição. Terão as circunstâncias de vida deste agregado melhorado, permitindo-lhes recuperar este exposto, ainda que o salário auferido pela ama fosse inferior? Sabe-se, porém, que entre 1856-1857 o marido da ama faleceu⁴²⁹.

Assim, o exposto João viria a ser entregue na instituição em 1859, passando directamente para a aprendizagem de ofício com Antonio Joaquim Ferreira, mestre esteireiro, morador na freguesia das Mercês. Este contrato de aprendizagem teve, contudo, uma curta duração. Embora estivesse previsto por cinco anos, durou apenas

⁴²⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 118, fl. 315v, nº 624; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 1, fl. 37.

⁴²⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco meninos e meninas*, liv. 58, fl. 548, nº 39; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*, liv. 6, fl. 1.

⁴²⁹ Em 1856 este casal tinha ainda as filhas Gertrudes Rosa, solteira e de 15 anos, Julia Augusta da Conceição, de nove anos, e Rufina Amelia, de cinco. Viviam também com eles: o pai da ama, Francisco António, casado e de 71 anos, e a mãe, de 87 anos, Maria Genoveva. Esta última terá falecido por volta de 1857-1858. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, lv. 938, 1856; *Rol de Confessados da Encarnação*, lv. 939, 1857; *Rol de Confessados da Encarnação*, lv. 940, 1858.

quase dois meses. Estaria o exposto doente? Existe registo de que, a 13 de Julho do mesmo ano, deu entrada no Hospital de São José, onde ficou internado durante três dias, saindo para a Real Casa dos Expostos de Lisboa⁴³⁰.

Não se sabe se João terá retomado à aprendizagem do ofício ou permanecido na Misericórdia de Lisboa. Contudo, está registada a sua fuga e perca do rasto a 22 de Dezembro de 1859, quando tinha 16 anos. Outra questão que se coloca é: terá o pai procurado o menor? Efectivamente, a Real Casa dos Expostos de Lisboa e as suas instituições congéneres eram tidas, frequentemente, pela população como depósitos temporários, embora a recuperação parental não tenha ocorrido na maior parte dos casos.

Poucos meses após a entrada do exposto João pela roda da capital, entrou a abandonada Virginia, a qual viria a ter uma única ama e a casar. Foi deixada na Real Casa dos Expostos a 25 de Julho de 1844, pelas 8h30, embrulhada numa saia velha de chita cor de canela com ramos brancos. Baptizada no mesmo dia pelo padre Alberto Pereira Garcez, teve como padrinho Jose Victor Caldas e foi entregue à ama interna Maria Rita. Refira-se que esta ama tinha começado o serviço no dia anterior à exposta dar entrada na instituição, saindo a 12 de Agosto do mesmo ano, voltando para junto do seu marido, Francisco António, marítimo, residente na freguesia da Lapa⁴³¹.

Cinco dias após a sua entrada na instituição, a exposta Virginia foi entregue àquela que foi a sua única ama externa. Delfina Maria era casada com o caixeiro Joaquim Antonio Cordeiro e residiam na freguesia da Encarnação. Não obstante o falecimento de Joaquim (em data que não conseguimos precisar), Delfina Maria continuou a criar a exposta, passando da criação de leite para a criação de seco e, desta, para o termo de

⁴³⁰ Refira-se que, no entanto, este ainda surge no Rol de Confessados de 1860 como integrando a família da ama anterior. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, lv. 942, 1860. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 118, fl. 315v, nº 624; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 13, fl. 148v, nº 235; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*, liv. 5, fl. 6.

⁴³¹ A ama interna Maria Rita foi igualmente responsável pela criação na instituição da exposta Adelaide, que entrou três meses e três dias depois da exposta Virginia. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 119, fl. 100, nº 1297 e fl. 234, nº 1833; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 1, fl. 69.

vestir. As únicas alterações que verificamos no registo de Virginia são as mudanças de residência as quais ocorreram sempre dentro da sua freguesia de origem⁴³².

Pela análise dos Róis de Confessados da Encarnação verificamos que, em 1856, Delfina Maria da Conceição era casada e tinha 40 anos, residindo com o seu pai, Antonio Marques (de 79 anos) e com a sua mãe, Maria Jozefa (de 71 anos). Confirmando uma ideia já anteriormente avançada, os restantes membros que surgem como morando na mesma casa não parecem pertencer ao seu agregado familiar, sendo eles Joze Lopes (casado, de 57 anos), Manoel Joaquim Lopes Ferrão (solteiro, de 39 anos), Luiza Maria (de 4 anos) e Joanna Maria (solteira, de 41 anos). Apesar de no registo da Misericórdia de Lisboa ser referido que o marido da ama faleceu, parece-nos que este dado é questionável. Nos Róis de Confessados a ama surge sempre como casada, aparecendo numa nota à margem que dá conta de que “Delfina Maria da Conceição não está com o marido”, não se podendo concluir que este tivesse falecido⁴³³.

⁴³² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 33, fl. 43; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco meninos e meninas*, liv. 35, fl. 397; *Criação de seco meninos e meninas*, liv. 41, fl. 437; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos das fêmeas*, liv. 2, fl. 108; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 14, fl. 10v.

⁴³³ Em 1857 e 1858 surge ainda um outro membro no agregado, Maria das Dores, solteira e de 42 anos. Neste último ano aparecem também Joaquim da Mata, casado e de 28 anos, e Joze de Jaes, solteiro e de 28 anos. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, livs. 938-940, 1856-1858.

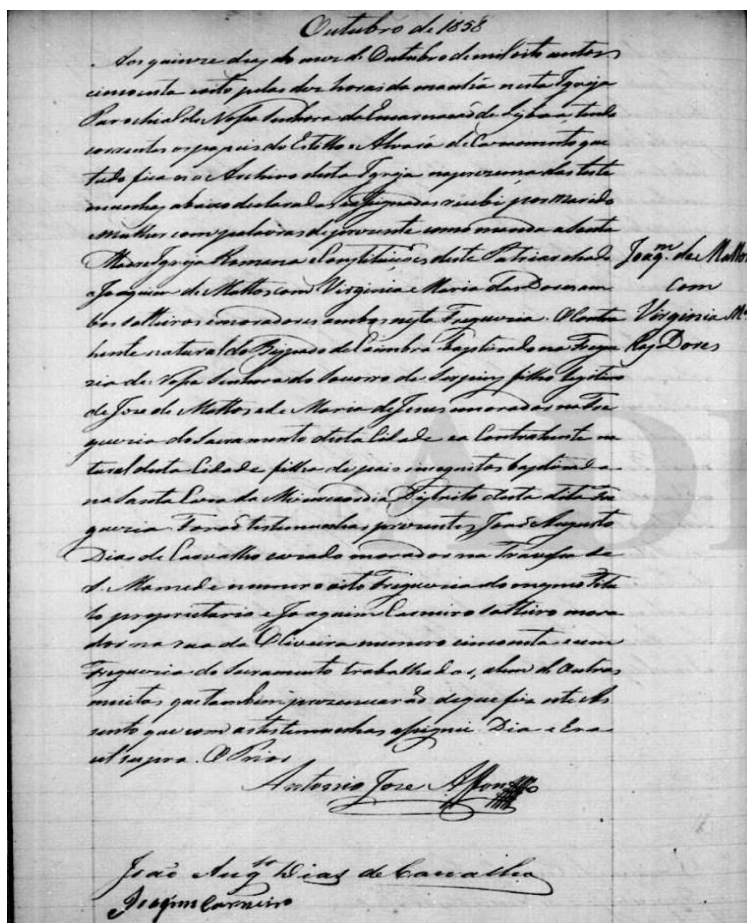


Figura 11. Registo de casamento da exposta Virginia.

Fonte: ANTT, Fundo: Paróquia da Encarnação, Secção: Registo de Casamentos, 1858.

Neste caso, verificamos a possibilidade de desenvolvimento de laços de afecto entre uma ama da capital e uma exposta, passando esta a integrar a sua família. De facto, a “separação” só se viria a dar a 15 de Outubro de 1858, quando Virginia casou com Joaquim de Mattos, filho legítimo, solteiro e natural de Coimbra, o qual residia, igualmente, na Encarnação. No registo de casamento, o nome da exposta surge como “Virginia Maria das Dores” (figura 11).

Joze Thiago da Silva Franco remete, mais uma vez, para a aprendizagem de ofícios pelos abandonados do sexo masculino, não sem antes ter passado pela casa de uma ama na qual coabitou com um outro exposto da misericórdia da capital.

Entrou pela roda de Lisboa a 25 de Julho de 1848, eram 18h30. O nome que lhe foi atribuído foi segredado pelos expositores junto à roda. O “enxoval” que acompanhava

Joze era todo velho – camisa, fralda, envolvedouro de algodão, cueiro de baeta azul, vestido de chita branca com ramos roxos e encarnados, um lenço de cassa branca colocado na cabeça e uma fita de lã encarnada a fazer de cinto. O exposto foi baptizado no mesmo dia pelo padre João Rafael Nunes, tendo como padrinho Jose Victor Caldas e sendo entregue à ama interna Maria Victoria, a qual era casada com António Marques, morador na freguesia de São Tomé e havia entrado na instituição no final de 1847 para só daí sair em Setembro de 1849⁴³⁴.

Mais uma vez, possivelmente, a falta de amas externas fez com que o exposto Joze fosse entregue a uma ama residente na capital, na freguesia de São João da Praça. De nome Maria Amalia, era casada com Antonio da Costa, pedreiro de profissão. Joze ficou com esta ama durante a criação de leite e parte da criação de seco, nomeadamente, até 1850, altura em que tinha quase dois anos e foi entregue a Anna Luzia⁴³⁵.

Esta última era casada com Joaquim Vieira (que nos Róis de Confessados aparece como Joaquim Ferreira), empregado na limpeza da cidade/varredor e ambos residiam na freguesia da Encarnação. Ele de 43 anos e ela de 45, não tinham filhos, conforme se constata nos Róis de Confessados de 1853 a 1860. Este casal criava ainda um outro exposto tutelado pela Misericórdia de Lisboa, Augusto, à data com 10 anos e que já integrava o agregado quando chegou Joze⁴³⁶. De facto, deveria existir algum laço de afecto entre esta família e os dois expostos, substituindo eles o lugar dos filhos que não tinham, porque quando chegamos ao Rol de 1856 estes adoptam o apelido “Vieira”, o

⁴³⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 125, fl. 404, nº 1392; Subsecção: Registo das amas; *Matrícula das amas da casa*, liv. 1, fl. 109.

⁴³⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 26, fl. 392; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco meninos e meninas*, liv. 30, fl. 466; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*, liv. 6, fl. 393

⁴³⁶ Augusto entrou pela roda dos expostos no dia 20 de Março de 1843, pelas 10h30, e “disseram tinha 20 dias”. Acompanhado de roupas velhas, excepto uma touca nova, foi baptizado no mesmo dia pelo padre Alberto Pereira Garcez, tendo como padrinho Jose Victor Caldas e como ama interna Joanna da Conceição. Este exposto seguiu, sensivelmente, o mesmo percurso de Joze. Foi entregue para criação de leite a Innocencia Maria, casada com o sapateiro Antonio Elias, residentes no concelho de Torres Vedras. Aí permaneceu até aos seus três anos, altura em que integrou o agregado de Anna Luzia e Joaquim Vieira, na altura soldado municipal. Sabemos ter permanecido com este casal, pelo menos, até 1860, data em que surge, pela última vez, nos Róis de Confessados da Encarnação. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, liv. 939, 1857; *Rol de Confessados da Encarnação*, liv. 942, 1860; AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 117, fl. 146v, nº 480; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 26, fl. 392; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco meninos e meninas*, liv. 30, fl. 466; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*, liv. 6, fl. 393; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 12, fl. 333.

mesmo que é apresentado pela ama Anna Luzia como pertencendo ao marido quando recolheu o exposto Joze na instituição⁴³⁷.

Apesar da família ter mudado de morada, permaneceram sempre na mesma freguesia, tendo a ama entregue o exposto Joze na Misericórdia de Lisboa em 1862, cumprindo apenas quatro dos seis anos de período contratual para o termo de vestir⁴³⁸.

Desconhecemos se o exposto terá sido entregue por vontade da ama ou se a mesma o terá remetido para a aprendizagem de um ofício junto de um mestre. Sabe-se, porém, que poderia ter algum problema de saúde que o terá levado a recolher à misericórdia da capital, dado que no final do ano de 1862 deu entrada no Hospital de São José⁴³⁹.

Saído do hospital, a partir de 1863 dele ficou encarregue o mestre Pedro Jose, solteiro e residente na freguesia de Santo Estevão. Sendo sapateiro de ocupação, deveria ser este ofício que devia ensinar ao exposto durante um ano, pelo que recebia, em contrapartida, 1 200 réis mensais. Possivelmente, por se ter afeiçoado ao menor ou pelos seus bons serviços, após ter feito retornar Joze à Misericórdia de Lisboa foi buscá-lo novamente, passado quase dois meses. Esta situação viria a ocorrer novamente, sabendo-se que em 1865, tendo então quase 17 anos, o exposto Joze continuava com o sapateiro Pedro Jose. Já trabalharia com este último ou continuaria a aprender o seu ofício? Tratar-se-ia de uma relação meramente laboral e de aprendizagem ou existiria algum sentimento entre ambos?⁴⁴⁰

Se até aqui o fio condutor dos percursos de vida apresentados foi a permanência junto das amas ou mestres de ofícios e o desenvolvimento de laços afectivos, a história de vida seguinte remete para a perspectiva da criação de expostos como fonte de rendimento. Por este motivo, o percurso da exposta Leonor cruza-se com o de outros três abandonados, duas das quais temos a certeza de terem sido tuteladas pela Misericórdia de

⁴³⁷ Mais tarde, em 1857, Joze surge no Rol de Confessados com o nome “Jose Exposto Ferreira” ou, em 1858, como “Jose Ferreira”. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, liv. 939, 1857; *Rol de Confessados da Encarnação*, liv. 940, 1858.

⁴³⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 6, 223, n° 69.

⁴³⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 6, 223, n° 69.

⁴⁴⁰ Refira-se que, durante o período em que esteve a aprender o ofício de sapateiro com Pedro Jose o exposto Joze voltou a ser hospitalizado no Hospital de São José, podendo-se considerar que a sua saúde seria débil. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 6, 223, n° 69.

Lisboa – Anna, Joaquina e Bernardo (sobre este último não temos informação, dado que não consta dos registos da ama que os une, colocando-se a hipótese de pertencer a outra Casa da Roda).

A primeira a entrar pela roda da Real Casa dos Expostos de Lisboa foi Leonor, o que aconteceu a 10 de Novembro de 1846, pelas 7h30. Vestida com roupas velhas, levava “camisa e fralda de algodão; cueiro de baetilha branca, roupinhas de lã branca; na cabeça meio lenço de cassa, um xaile de baetilha branca”⁴⁴¹. Baptizada no mesmo dia pelo padre Gabriel da Silva, foi-lhe dado o nome de Leonor. Teve como padrinho Jose Victor Caldas e como ama interna Maria Joze Leonor, casada com João Jorge, soldado municipal e morador na freguesia de Santa Catarina⁴⁴².

Existe ainda referência de que esta exposta era vinda de Vila Franca de Xira, o que nos remete para a influência desta instituição da capital, que recebia indiscriminadamente crianças de todas as partes do Reino, ainda que a sua tutela, criação e financiamento não fosse uma incumbência sua⁴⁴³.

Leonor foi entregue para criação de leite após dois dias, ficando ao cuidado da ama Margarida Leonor dos Santos, casada com Joaquim Eugenio dos Santos, funileiro de profissão. Ambos residiam na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, tendo-se mudado no ano seguinte, já no período de criação de seco, para a freguesia das Mercês e, em 1853, para a freguesia da Encarnação⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv.122, fl. 195v, nº 2000.

⁴⁴² A ama Maria Joze Leonor havia entrado na instituição em Dezembro de 1844 e saiu em Agosto de 1848. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv.122, fl. 195v, nº 2000; Subsecção: Registo das amas; *Matrícula das amas da casa*, liv. 1, fl. 80.

⁴⁴³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv.122, fl. 195v, nº 2000.

⁴⁴⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*, liv. 43, fl. 326; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos das fêmeas*, liv. 4, fl. 91.

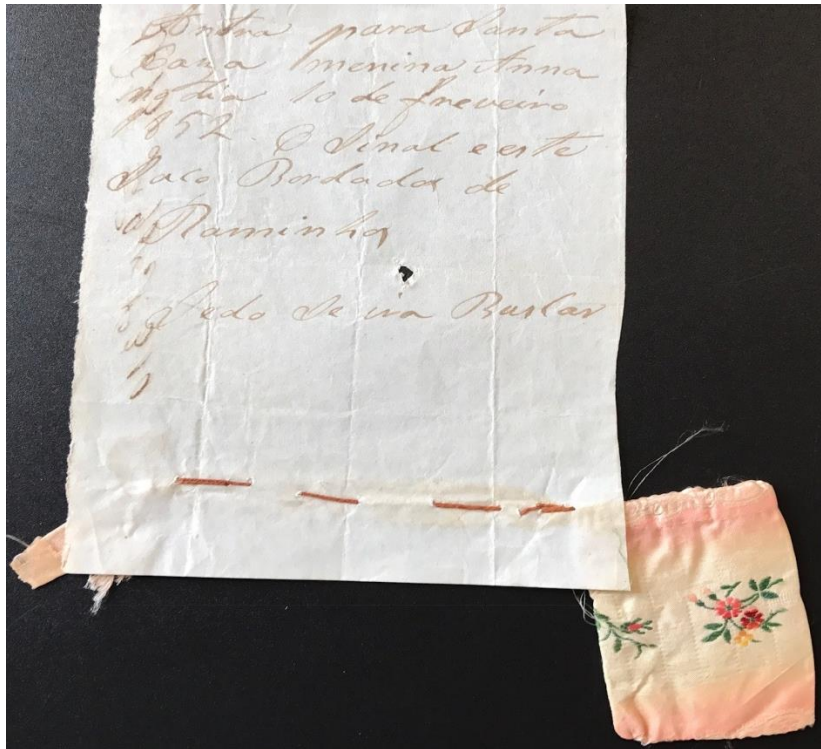


Figura 12. Sinal da exposta Anna (nº 310).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1852 (nº 310).

Foi durante a criação de seco da exposta Leonor, ao cuidado da ama Margarida Leonor dos Santos, que foi abandonada Anna, a 10 de Fevereiro de 1852. Levava um sinal escrito onde se podia ler “Entra para a Santa Casa menina Anna no dia 10 de Fevereiro de 1852. O sinal é este saco bordado de raminhos. Cedo se irá buscar”, promessa esta que, como veremos, não chegou a ser cumprida (figura 12)⁴⁴⁵. Com um cueiro de baetilha branca debruado de seda novo, todas as restantes roupas eram velhas (camisa e fralda de algodão, envolvido de linho, vestido de chita, cinto de cetim cor de canário, meio lenço de paninho e touca de cassa com fita cor de rosa na cabeça). Foi baptizada no dia da exposição pelo padre João Rafael Nunes, tendo como padrinho Jose Victor Caldas. A sua ama interna foi Feleciana Rosa, que viria a sair da instituição nove

⁴⁴⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1852 (nº 310).

dias depois, onde já estava desde Outubro de 1849. Esta era ainda viúva de Francisco Joze, residindo na freguesia de São Pedro de Alcântara⁴⁴⁶.

Ao contrário da exposta Leonor, Anna não foi entregue para criação de leite à ama Margarida Leonor dos Santos. A sua criação foi assegurada por Fernanda das Dores, residente na freguesia da Ajuda e casada com o marítimo Joaquim Jose, a qual teve a preocupação de se dirigir à Real Casa dos Expostos de Lisboa para vacinar a abandonada⁴⁴⁷.

Foi enquanto Anna estava ao cuidado de Fernanda das Dores que foi exposta Joaquina. Entrou na Misericórdia de Lisboa pelas 11h45 do dia 15 de Janeiro de 1853, nascida na Enfermaria de Santa Bárbara do Hospital de São José e daí conduzida para a Casa da Roda da capital. Apesar de ter vindo do hospital, trazia uma camisa, uma fralda e um envolvedouro de algodão, um cueiro de pano preto, um vestido de chita cor de rosa e, na cabeça, meio lenço de cassa. Todas estas roupas eram velhas. Foi baptizada no mesmo dia pelo padre João Rafael Nunes. O seu padrinho foi Camillo Antonio da Silva e a ama interna Francisca Roza. Esta última havia ingressado ao serviço da Real Casa dos Expostos de Lisboa em Agosto de 1852, saindo pouco depois de amamentar a exposta, em Fevereiro de 1853. Era casada com António Esteves e residia na freguesia dos Anjos⁴⁴⁸.

No final do mesmo mês, Joaquina foi levada para criar de leite por Margarida Leonor dos Santos. Nesta altura, o registo do estado civil desta última já dava conta de ser viúva. Alguns meses mais tarde, em Julho, a mesma ama foi buscar a exposta Anna, que passou a integrar o agregado já composto por Leonor e Joaquina. Passaram, então, a residir na Encarnação (embora mudando de morada por várias vezes), transitando mais tarde para a freguesia das Mercês⁴⁴⁹. Terá sido o falecimento do marido, Joaquim Eugenio dos Santos, que fez com que Margarida Leonor dos Santos procurasse um rendimento alternativo, indo buscar mais abandonadas à instituição em troca de um salário? Não

⁴⁴⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 130, 90v, nº 310; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 1.

⁴⁴⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 25, fl. 157, nº 722.

⁴⁴⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 131, fl. 196v, nº 99; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 81.

⁴⁴⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 131, fl. 196v, nº 99; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 25, fl. 157, nº 722.

obstante a procura de uma fonte de rendimento, sabe-se que o tratamento prestado pela ama aos expostos era bom, sobretudo, em caso de doença, havendo registo da vacinação da exposta Joaquina em 1853 na Real Casa dos Expostos de Lisboa. Assim o atesta também a gratificação de 2 400 réis que, em 1855, lhe foi atribuída – “Margarida Leonor dos Santos, moradora na Travessa do Guarda Mor, nº 32, 4º andar, ama dos Expostos Leonor, Anna, Joaquina, e Bernardo, que todos os quatro foram acometidos de sarna, e depois de diversas outras enfermidades, nas quais têm sido tratados pela ama com toda a pontualidade, carinho e asseio”⁴⁵⁰.

Porém, no ano seguinte, a ama Margarida Leonor dos Santos entregou na instituição tanto a exposta Leonor, que transitou para o termo de vestir, como as expostas Anna e Joaquina, ainda em fase de criação de seco. Terão os seus estados de saúde débeis motivado esta mudança? É, contudo, ainda neste ano de 1856 que as três expostas surgem no Rol de Confessados da Encarnação, sabendo-se que a ama tinha igualmente um filho de 10 anos chamado Augusto Pedro. Residia ainda com eles Rita da Assumpção, solteira e de 52 anos. Nesta fonte o exposto Bernardo também não se encontra registado.

A exposta Leonor foi levada por D. Maria José Freira de Sousa, casada com Sinfrônio José de Sousa, fabricante de chapéus. Voltou, nesta altura, para a freguesia de Santa Catarina, onde já tinha morado com a ama anterior, Margarida Leonor dos Santos. Porém, no ano seguinte, Leonor foi entregue na Real Casa dos Expostos de Lisboa, onde acabou por falecer, em 1859⁴⁵¹.

Já a abandonada Anna passou para o cuidado de Maria Candida, casada com o músico António Ribeiro e moradores na freguesia dos Anjos. Dois anos mais tarde, em 1858, a ama entregou a exposta na Misericórdia de Lisboa, a qual acabou por falecer nesta instituição, em 1860⁴⁵².

⁴⁵⁰ AHSCML, *Acta...* nº 4, 9 de Abril de 1855, fls. 64v-65.

⁴⁵¹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 122, fl. 195v, nº 2000; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 15, fl. 284.

⁴⁵² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 25, fl. 157, nº 722; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 21, fl. 326; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 22, fl. 21v; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 23, fls. 169 e 326v; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 24, fl. 271; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 25, fl. 290; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 26, fl. 124; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 43, fl. 38; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 44, fls. 46, 49 e 172v; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 102, fl. 135.

A exposta Joaquina viria a ter uma sobrevivência mais prolongada, mudando, como veremos, com frequência de casa, apesar de ter permanecido sempre na capital.

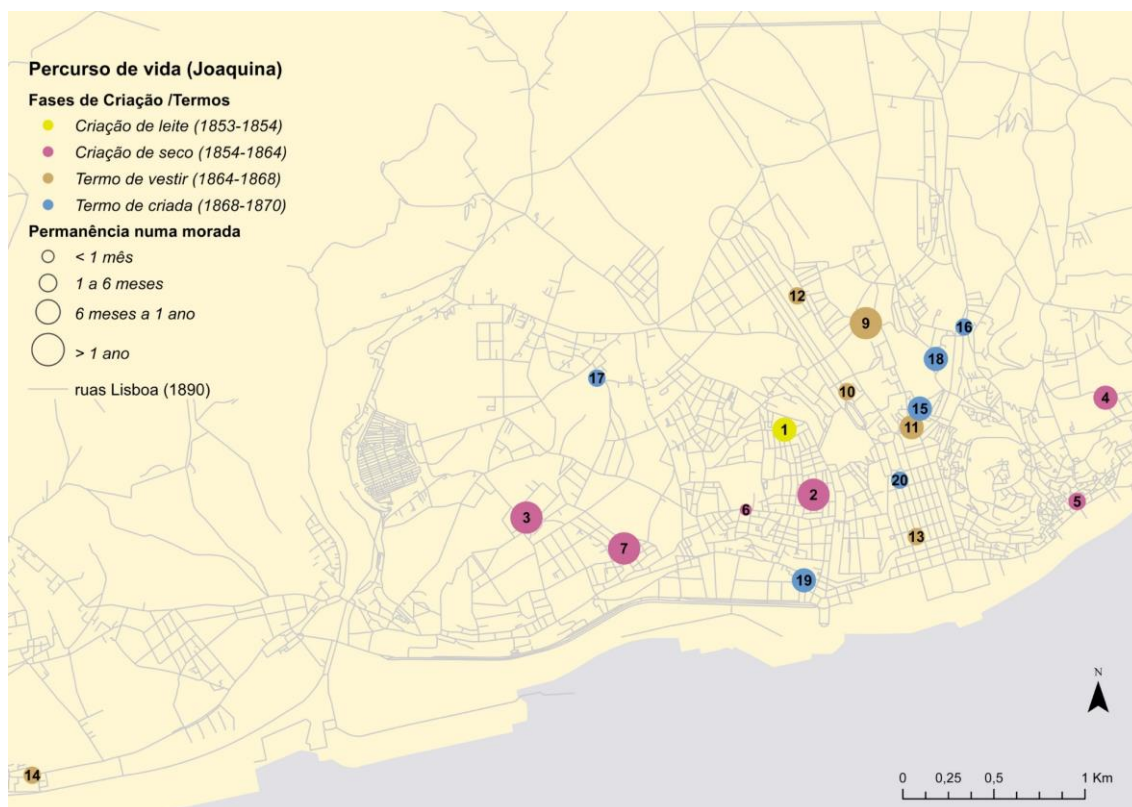


Figura 13. Percurso de vida da exposta Joaquina entre 1853 e 1870, desde a criação de leite até ao seu último termo de criadas, com cerca de 17 anos, altura em que lhe perdemos o rasto.

Nota: 1 – Pátio do Conde de Soure, nº 1, freguesia das Mercês⁴⁵³; 2 – Rua do Norte, nº 51, freguesia da Encarnação; 3 – Rua de Santa Ana, nº 31, freguesia da Lapa; 4 - Travessa da Verónica, nº 26, freguesia de Santa Engrácia; 5 – Rua da Regueira, nº 18, freguesia de São Vicente; 6 – Calçada do Combro, nº 22, freguesia de Santa Catarina; 7 – Beco do Forno Velho, nº 6, freguesia da Lapa; (8 – freguesia de São Vicente de Paio Mendes, concelho de Ferreira do Zêzere); 9 – Rua do Moinho de Vento, nº 170, freguesia da Encarnação; 10 – Rua Oriental do Passeio, nº 160, freguesia de São José; 11 – Calçada do Garcia, nº 36, freguesia do Socorro; 12 – Travessa do Açougue Velho, nº 55, freguesia

⁴⁵³ A ama e a exposta transitaram ainda, em 1853, para a Travessa dos Fiéis de Deus, nº 49, freguesia da Encarnação e, em 1855, para a Rua dos Mouros, nº 9, na mesma freguesia. Todavia, optámos por cartografar apenas a primeira morada registada aquando do início da criação de leite.

de Coração de Jesus⁴⁵⁴; 13 – Rua do Arco de Bandeja, nº 6, freguesia de São Julião; 14 – Rua Direita da Junqueira, nº 141, freguesia de Santa Maria de Belém; 15 – Calçada do Monturo do Colégio, nº 4, freguesia do Socorro; 16 – Rua do Bem Formoso, nº 238, freguesia dos Anjos; 17 – Rua de Santa Isabel, nº 94, freguesia de Santa Isabel; 18 – Rua de São Lázaro, nº 134, freguesia da Pena; 19 – Praça de São Paulo, nº 12, freguesia de São Paulo; 20 – Rua dos Sapateiros, nº 16, freguesia de São Julião.

Como podemos verificar pela figura 13, Joaquina teve um destino que podemos considerar típico das expostas entregues a amas lisboetas. Ainda que na fase de criação de leite tenha tido apenas uma ama (ponto 1), a qual transitaria para o período inicial da criação de seco (ponto 2), a partir de então o seu percurso foi pautado por uma significativa mobilidade entre várias casas, sobretudo na capital, ao longo dos 17 anos de análise.

Passando por várias freguesias de Lisboa, na criação de seco contabilizou seis amas. Esta grande mobilidade transitaria para o termo de vestir, iniciado quando tinha 11 anos de idade, fase em que transitou entre sete casas, a primeira das quais ausente da figura 13 por ser fora da capital, nomeadamente, em Ferreira do Zêzere. Todavia, a estadia da exposta nesta região foi bastante curta, aí ficando apenas 17 dias. A partir de então percorreria várias freguesias da capital, até iniciar o termo de criadas com cerca de 15 anos, o qual foi pautado por um percurso semelhante.

A mobilidade desta abandonada leva-nos a questionar se terá começado a servir enquanto criada precocemente, ainda durante o termo de vestir ou, mesmo, no período de criação de seco. De facto, as suas permanências em amas ocorriam por períodos bastante reduzidos, o que ajudaria a justificar esta mobilidade e a ausência de inserção numa família, pelo menos, na fase inicial da sua vida⁴⁵⁵. Verifica-se ainda que no termo de vestir e como criada viveu em fogos das freguesias ricas da Baixa de Lisboa.

⁴⁵⁴ A ama e a exposta transitaram para a Rua da Caridade, nº 28, freguesia de São José, mas optámos por, à semelhança do que aconteceu na criação de leite, cartografar apenas a morada inicialmente registada no contrato de criação.

⁴⁵⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 30, fl. 1, nº 622.

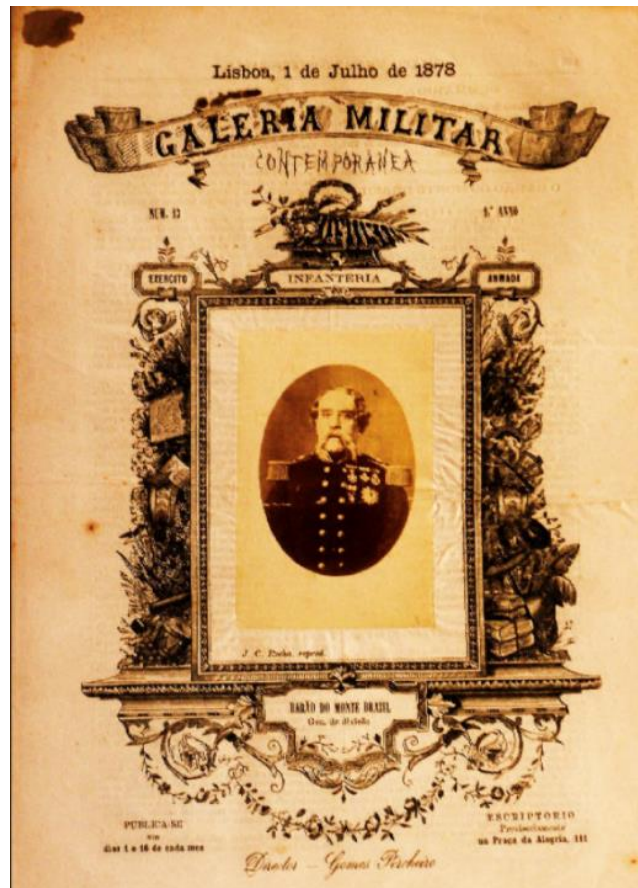


Figura 14. Barão de Monte Brasil.

Fonte: <http://www.ateneulivros.com/website/folhetos/olympus-digital-camera-1042/>, consultado a 23 de Agosto de 2018

Refira-se também a curiosidade de, durante o termo de vestir, esta ter estado em casa da Baronesa de Monte Brasil, D. Maria Sebastianna Alvares Botelho (1800-1875), casada com José Quintino Dias, moradores na freguesia da Encarnação. Apesar do contrato ter sido estabelecido por cinco anos a exposita apenas aí permaneceu pouco mais de um ano⁴⁵⁶. José Quintino Dias, Barão do Monte Brasil (1792-1881), era um nobre e militar, comandante do Regimento de Caçadores nº 5 (figura 14). Após a aclamação de D. Miguel como rei absoluto pela Câmara de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira (Açores), chefiou um pronunciamento militar em 1828, fazendo aclamar D. Pedro IV e o Liberalismo. Neste contexto, depôs o capitão-geral dos Açores, Manuel Vieira de Albuquerque Touvar e reinstaurou a Carta Constitucional de 1826. Nomeou igualmente

⁴⁵⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 22, fl. 21v.

um governo interino, que expulsou os apoiantes de D. Miguel da Ilha Terceira. O título de Barão do Monte Brasil foi-lhe atribuído em 1862, por D. Luís I⁴⁵⁷.

A exposta Carolina representa um caso de permanência numa ama, invocando hipotéticos laços de afecto, como já estudamos anteriormente pela análise de outros percursos de vida. Todavia, o que a destacou deste contexto foi a sua educação.

Carolina entrou pela roda dos expostos no dia 29 de Agosto de 1850, por volta das 15h, vestida com “camisa, fralda e volvedouro em algodão, cueiro de baetilha branca, mandrião de chita encarnada com mangas de chita verde, touca de cassa, tudo velho”. O nome foi-lhe dado pelos funcionários da Misericórdia de Lisboa aquando do baptismo, sacramento realizado pelo padre João Rafael Nunes, sendo seu padrinho Jose Victor Caldas. Foi entregue à ama interna Maria Jose d’Almeida, casada com João Pedro da Silva Costa e moradora na freguesia de São Mamede, que ingressou na Real Casa dos Expostos de Lisboa em Maio do mesmo ano e saiu em Janeiro de 1851⁴⁵⁸.

A 4 de Setembro a exposta passou para a ama externa Theodora da Purificação, casada com o varredor José da Conceição. O casal residia na freguesia da Ajuda, embora tenham sido frequentes as mudanças de morada, sempre na capital, para as freguesias de São Mamede, da Encarnação e de Santa Isabel. Carolina ficou com a ama Theodora da Purificação durante a sua criação de leite, altura em que foi vacinada, mas também na fase de criação de seco e no termo de vestir⁴⁵⁹.

A exposta aparece como residindo com esta família no Rol de Confessados de 1861. Jose da Conceição tinha 27 anos e Theodora da Purificação 34. Ambos tinham uma filha, Maria Emilia, de 4 anos. No Rol de Confessados seguinte a exposta aparece com o nome “Carolina da P.”. Seria Purificação, tal como a ama?⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ Segundo Albano da Silveira Pinto, José Quintino Dias foi “General de Divisão reformado; Comendador e Cavaleiro da Ordem de Aviz; Condecorado com a Medalha de ouro de 4 campanhas da Guerra Peninsular, e com as Medalhas de Honra de Albuera e da Victoria, com as Medalhas Militares de ouro de valor, bons serviços e comportamento exemplar, e com a Medalha nº 9 das Campanhas da Liberdade. Competia-lhe também usar de um laço encarnado no braço direito, distintivo que havia sido determinado pelos Governadores do Reino em 1808” (PINTO, 1890, p. 150). MARQUES, 2002, p. 581; PINTO, 1890, p. 150.

⁴⁵⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 128, fl. 63, nº 1582; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 13.

⁴⁵⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 17, fl. 321, nº 180; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 18, fl. 214.

⁴⁶⁰ AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, livs. 943-944, 1861-1862/3.

da exposta já surge como Carolina das Dores. Tinha 19 anos e continuava, até à data, a residir na misericórdia da capital (figura 15)⁴⁶².

A abandonada Eliza teve um percurso semelhante ao da exposta Carolina no que concerne à sua educação. Certas fontes indicam-nos, porém, de que, neste caso, tal passou por uma preocupação da ama que a criou, não tendo partido da iniciativa da própria Eliza.

Eliza entrou pela roda no dia 14 de Abril de 1853 pelas 19h45, acompanhada de um sinal que referia “nasceu esta menina no dia 14 de Abril de 1852 pelas oito horas da manhã e é filha de pais incógnitos vai por baptizar e vai vestida com os sinais seguintes leva um vestido azul escuro bebedeiro novo cueiro novo de baetilha branca camisa e fralda usada touca de cassa na cabeça e lenço de três pontas na cabeça branco. O nome que seja Eliza”⁴⁶³. Acreditamos, contudo, que o ano de nascimento da exposta referido no sinal está errado, dado que esta era recém-nascida, tendo sido abandonada no próprio dia do nascimento por outra pessoa que não os seus progenitores. Baptizada no mesmo dia pelo padre João Rafael Nunes, teve como padrinho Camillo Antonio da Silva e como ama interna Joaquina da Silva. Esta ama iniciou o serviço na instituição em Janeiro de 1853, finalizando-o em Setembro do mesmo ano. Era casa com Manuel Ferreira e morava na freguesia da Pena⁴⁶⁴.

⁴⁶² ANTT, Fundo: Paróquia da Encarnação, Secção: Registo de casamentos, 1870.

⁴⁶³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1853 (nº 804).

⁴⁶⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 131, fl. 371, nº 804; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 106.

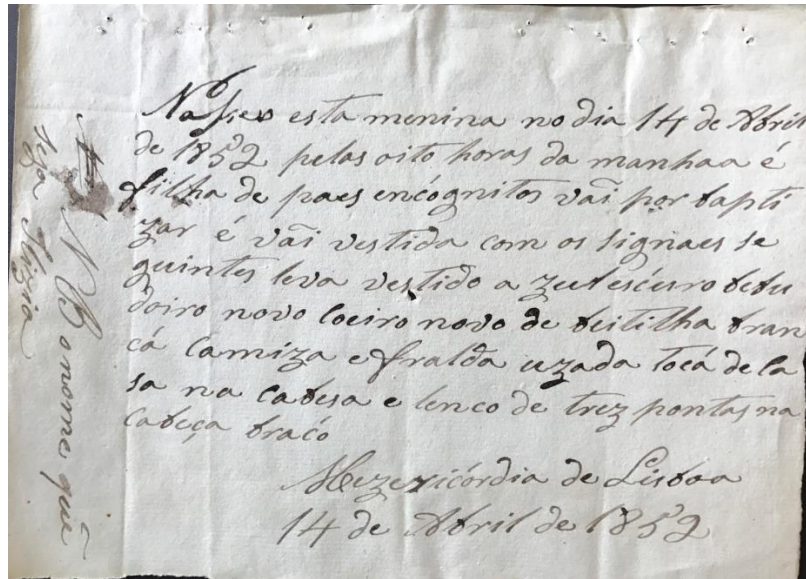


Figura 16. Sinal da exposta Eliza (nº 804).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1853 (nº 804).

Desconhece-se o motivo porque tal aconteceu, mas a exposta Eliza apenas foi entregue a uma ama a 9 de Maio. Teria sido exposta em mau estado de saúde, implicando uma estadia prolongada na Real Casa dos Expostos de Lisboa? A ama escolhida para a sua criação foi Maria Carlota, casada com o trabalhador Antonio Francisco Lima, residentes na freguesia do Coração de Jesus. Também neste caso a mobilidade se verificou ao nível da mudança de residência e como constatámos ter sido comum na população lisboeta. Transitaram, assim, entre as freguesias de Santa Isabel e das Mercês⁴⁶⁵.

Não obstante, o que se destaca é que a exposta acompanhou a família nestas mudanças, tendo com eles permanecido durante vários anos. De facto, a ama preocupava-se não só com o seu bem-estar, como o transmite a sua vacinação, como também com a sua educação e futuro, questão que, frequentemente, lhes era secundária. Em 1865, quando a exposta Eliza tinha 12 anos e dando pelo nome de Eliza Augusta de Lima, adoptando o apelido do marido da sua ama, esta última apresentou-a como candidata ao

⁴⁶⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 31, fl. 182, nº 942; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 20, fl. 305.

Recolhimento de Órfãs de São Pedro de Alcântara. Como era prática comum, a sua educação durou quatro anos, findando em 1869 com a nota de Bom⁴⁶⁶.

No Rol de Confessados de 1862, Antonio Francisco, de 40 anos, e Maria Carlota, de 41, não tinham filhos. Poderemos apontar a possibilidade da exposta colmatar esta falta? Procurando cumprir o quadro burocrático da Misericórdia de Lisboa e de forma a não perder a exposta, a mesma ama viria a solicitá-la como criada, já quando esta saiu do Recolhimento de Órfãs de São Pedro de Alcântara, pagando-lhe o valor mensal de 500 réis em 1869 e não havendo registo da sua restituição à instituição⁴⁶⁷.

A exposta Margarida remete-nos para uma excepção, a recuperação parental, que viria a findar com a sua longa permanência com uma ama. Entrou pela roda dos expostos da capital a 14 de Abril de 1853, pelas 13h30, ou seja, poucas horas antes da entrada da exposta Eliza, cujo percurso de vida anteriormente tentámos traçar. Registada como sendo de cor parda, levava uma “camisa de algodão, servindo de cueiro um bocado de ganga azul velho, touca de paninho, um xaile de sarja branco com riscas, tudo velho”. Foi baptizada no mesmo dia pelo padre João Rafael Nunes, tendo como padrinho Camillo Antonio da Silva e como ama interna Maria Joze 2^a. Foi difícil localizar esta ama nos registos da Misericórdia de Lisboa, dada a pluralidade de funcionárias com este nome. Acreditamos que seja a que iniciou o seu trabalho a 1 de Fevereiro de 1853, saindo da instituição em Junho do mesmo ano. Era casada com Antonio Germano e residia na freguesia da Lapa⁴⁶⁸.

Após quatro dias de espera na Real Casa dos Expostos de Lisboa, a exposta Margarida foi levada pela ama Brigida Augusta dos Santos, casada com o municipal Manuel Maria e residentes na freguesia da Encarnação. Embora tenham mudado de residência várias vezes, alternaram entre as freguesias do Sacramento e da Encarnação,

⁴⁶⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Recolhimento da Órfãs / Instituto de São Pedro de Alcântara, Subsecção: Entrada de Órfãs no Recolhimento, Processos de Órfãs – Concurso para admissão no Recolhimento, cx. 13; *Pareceres das órfãs*, liv. 3.

⁴⁶⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 44, fl. 96.

⁴⁶⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 131; fl. 370, n.º 799; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 110.

com predomínio desta última, nunca saindo da capital. A ama cumpriu ainda com o dever de vacinação da exposta, o que ocorreu quatro meses após a ter ido buscar à instituição⁴⁶⁹.

Tendo criado Margarida até 1868, a ama incorreu num incumprimento, que não foi considerado pela Misericórdia de Lisboa, aquando da entrega da exposta para criação de leite. Segundo o Rol de Confessados de 1859, quando Margarida tinha seis anos, o casal Manuel Maria (de 39 anos) e Brigida Augusta dos Santos (de 30 anos) tinham uma filha, Maria da Conceição, da mesma idade da abandonada, o que significa que as duas foram amamentadas em simultâneo, indo contra o Regulamento das Amas. O casal tinha ainda uma outra filha com apenas um ano de idade, Guilhermina da Encarnação. Moravam também na mesma morada Luzia Maria (solteira, de 18 anos) e, por caridade, Maria da Conceição (de quatro anos). Seria esta última igualmente exposta? Não obstante, refira-se que nesta fonte Margarida adopta o apelido da ama e surge como “Margarida dos Santos” o que nos leva a questionar a possível integração na família que a acolheu⁴⁷⁰.

Esta criação foi interrompida pelo processo de recuperação parental. A 1 de Agosto de 1868 a exposta Margarida foi entregue gratuitamente à sua mãe, Maria Gertrudes, de cor preta. A mãe era viúva de João Francisco e morava, também ela, na freguesia da Encarnação. Será que tinha algum contacto com a filha e sabia do seu paradeiro? O abonador da identidade da mãe foi Luís Paulo Basto, o próprio director da Real Casa dos Expostos de Lisboa. De forma a justificar as circunstâncias do abandono e a não ter de pagar as despesas de criação, a mãe apresentou um atestado de pobreza passado pelo padre Antonio Simões Leite, o qual foi confirmado pelo regedor da freguesia da Encarnação, Silvestre Nunes de Carvalho⁴⁷¹.

Refira-se ainda que, aquando da recuperação pela mãe a exposta já tinha 15 anos. Efectivamente, a Real Casa dos Expostos de Lisboa pode ter sido perspectivada por Maria Gertrudes como uma instituição que, temporariamente, receberia a sua filha e a criaria durante os anos em que necessitava de mais atenção e cuidados. O sentimento que nutria pela sua filha não se perdeu, prova disso foi a recuperação da mesma. Por outro lado, o facto de já ter sido recuperada em plena adolescência e numa idade em que sabemos já

⁴⁶⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 31, fl. 175, nº 938; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 20, fl. 329.

⁴⁷⁰ Mais tarde, em 1860, a este agregado vir-se-ia a somar o hospede Manoel, casado e com 46 anos. AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, liv. 941-942, 1859-1860.

⁴⁷¹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos aos pais, *Termos de entrega aos pais*, liv. 6, fl. 22, nº 11.

era comum os menores trabalharem leva-nos a questionar se esta mesma perspectiva não foi considerada pela mãe, ou seja, a filha já podia ter uma actividade laboral, sendo economicamente activa para o rendimento familiar.

A sorte de integração na família das amas não foi comum a todos os expostos. Aliás, era elevada a mobilidade dos abandonados entregues para criar a amas da capital. Sobretudo, quando se tratava de raparigas, era prática recorrente que do serviço como criadas por elas prestado decorresse um elevado número de mudanças entre casas.

Veja-se o caso da abandonada Amelia. Esta entrou na instituição a 8 de Maio de 1855, pelas 19h15, tendo o nome que lhe foi atribuído sido segredo pela roda aquando do momento da exposição. Aparentava estar em bom estado e levava uma camisa, uma fralda e um envolvido de algodão, dois cueiros de baetilha branca, um mandrião de chita branca, dois lenços de cassa brancos, outro de paninho escarlata e uma touca de cassa com dois ramos bordados com uma fita de cetim branca na cabeça. Foi baptizada no mesmo dia pelo padre João Rafael Nunes. O seu padrinho foi João Elizario de Macedo e a ama interna Maria Leopoldina, casada com Jacinto Joze e moradores na freguesia de São Crispim. Esta ama havia iniciado o seu trabalho em Abril de 1855, pouco antes da exposta Amelia entrar na instituição, finalizando-o em Março do ano seguinte⁴⁷².

Apesar de ter tido apenas uma ama de leite, a exposta contabilizou seis amas de criação de seco, quatro amas de termo de vestir e uma de termo de criadas, altura em que lhe perdemos o rasto. Neste sentido, apesar de inicialmente ter sido enviada para uma ama residente no Cadaval, cumprindo o desejo de envio dos expostos para fora da capital, esta apenas com ela permaneceu durante a criação de leite e no início da fase seguinte. A partir de então, a exposta passa a alternar entre amas dos concelhos de Lisboa, Cadaval, Óbidos e Caldas da Rainha, o que poderá estar relacionado com a indisponibilidade imediata destas funcionárias para recepção dos abandonados, sobretudo, quando se tratava de períodos de criação em que os salários eram inferiores dada a idade mais avançada dos expostos⁴⁷³.

⁴⁷² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 134, fl. 327, nº 952; Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*, liv. 2, fl. 173.

⁴⁷³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 41, fl. 267, nº 1066; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 68, fl. 237; Subsubsecção: Novas obrigações,

Refira-se que, paralelamente, nem sempre o tratamento dado pelas amas aos abandonados era bom, circunstância que era controlada e registada pela Misericórdia de Lisboa. Tendo Amelia sido entregue à ama viúva Maria Luiza, a 28 de Dezembro de 1862, quando tinha sete anos, passou a residir na freguesia de São Silvestre de A-dos-Francos, concelho de Óbidos, morada que nunca tinha tido anteriormente. Contudo, em Abril de 1866 a exposta foi transferida para uma outra ama, não se pagando os valores em atraso à ama anterior por constar “ter a ama dado mau tratamento à Exposta como se vê da declaração do Inspector junta ao atestado do Pároco”. De facto, havia regiões em que as autoridades locais, efectivamente, cumpriam a sua função de fiscalização e colaboravam com a Misericórdia de Lisboa na vigilância e zelo dos seus tutelados⁴⁷⁴.

Emilia transporta-nos para um caso interessante, em que o sinal que a acompanhava permite reconstituir a sua genealogia, conhecendo-se os seus pais e avós, informação muito pouco comum no seio destas crianças que, aquando do abandono, perdiam a sua identidade. Remete-nos, igualmente, para uma longa permanência numa mesma família, que viria a ser interrompida quando rumou a Lisboa para prestar serviço como criada.

Assim, a exposta Emilia foi deixada na Real Casa dos Expostos de Lisboa no dia 30 de Setembro de 1856, pelas 21h30. O escrito que a acompanhava dava conta de ter nascido a 2 de Julho do mesmo ano, tendo sido baptizada a 17 de Agosto, na freguesia de São Pedro de Alcântara, em Évora. Foi abandonada, pois os progenitores não tinham meios para a criar, ao que se devia aliar o facto da sua mãe ser doente. O sinal escrito, descrevia ainda as roupas que a acompanhavam – uma touca de cetim, uma camisa velha, um cueiro de baetilha, uma fralda, um apertador com cordões pretos e brancos, um cambre azul com ramos brancos e fios nas orelhas de restos de cor de ganga. O seu pai, cujo nome aparece apenas com siglas, era oriundo do Tojal, sendo a mãe, Thereza de Jesus da Conceição. Tendo entrado em bom estado, foi baptizada no mesmo dia pelo padre João

Termos de vestir, liv. 28, fl. 188; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 29, fl. 284; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*, liv. 46, fl. 63.

⁴⁷⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 41, fl. 267, n° 1066.

Rafael Nunes, tendo como seu padrinho Candido Antonio e sendo entregue à ama interna Joanna Francisca⁴⁷⁵.

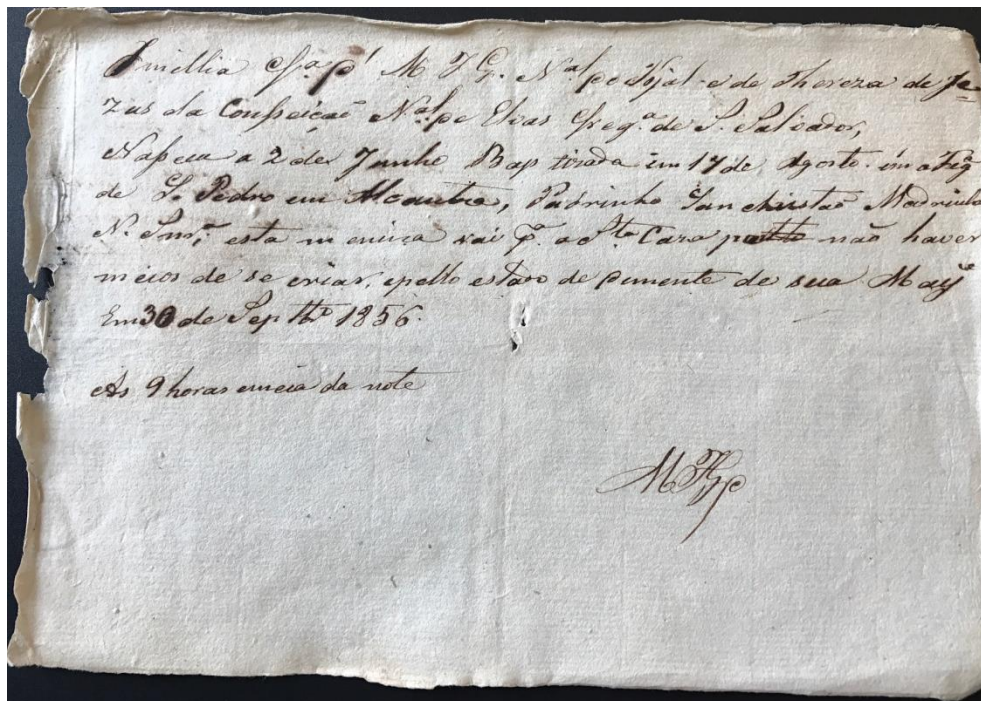


Figura 17. Sinal da exposta Emilia (nº 1993).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1856 (nº 1993).

O registo de baptismo feito na freguesia de São Pedro de Alcântara de Évora, dá-nos conta de que a exposta foi baptizada no dia 18 (e não no dia 17 como consta do sinal). Aqui Emilia surge como filha legítima de Manoel Joaquim Guedes e de Thereza de Jesus da Conceição, moradores na mesma freguesia onde se deu o sacramento. Tal remete-nos, mais uma vez, para a recepção de crianças pela Misericórdia de Lisboa que não residiam na capital ou no seu concelho. Permite-nos ainda reconstituir a sua família⁴⁷⁶.

⁴⁷⁵ Não encontramos registo desta ama interna nas matrículas destas funcionárias da Misericórdia de Lisboa. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 136, fl. 322v, nº 1993; Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1856 (nº 1993).

⁴⁷⁶ ADE, Fundo: Paróquia de São Pedro de Alcântara, Secção: Registo de Baptismos, 1856.

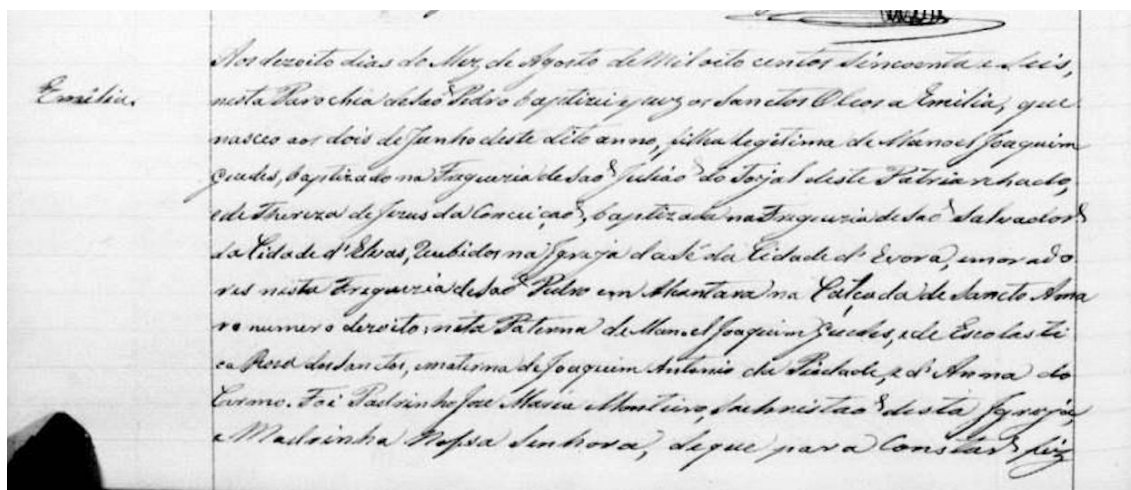


Figura 18. Registo de baptismo da exposta Emilia.

Fonte: ADE, Fundo: Paróquia de São Pedro de Alcântara, Secção: Registo de Baptismos, 1856.

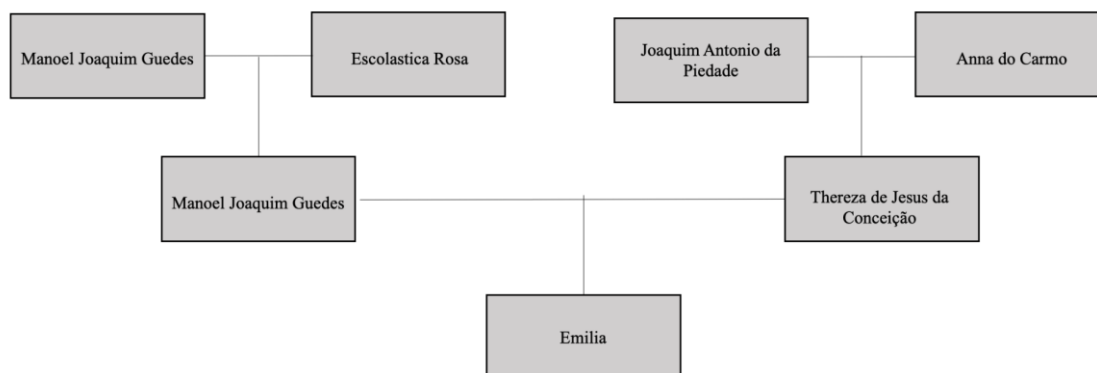


Figura 19. Genealogia da exposta Emilia conhecida a partir do seu registo de baptismo na freguesia de São Pedro de Alcântara, concelho de Évora.

Fonte: ADE, Fundo: Paróquia de São Pedro de Alcântara, Secção: Registo de Baptismos, 1856.

No dia seguinte à sua entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa, Emilia foi levada pela ama Maria Theodora, casada com o fazendeiro Antonio Joaquim Domingos e moradores na freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica do concelho de Almada. A exposta permaneceu com este casal até aos seus 18 anos. Sendo esta a idade de emancipação considerada pela Misericórdia de Lisboa, a ama deixou de receber a sua

soldada. Terá sido por este motivo que findou a criação? Representaria a criação desta exposta um mero rendimento familiar? Ou existiriam laços afectivos? Ainda que estes existissem a ama e seus familiares podiam não ter rendimentos suficientes para pagar uma soldada à exposta, pagamento este que era inerente ao termo de criadas, ou outro meio de financiamento e sustento da menor sem auferirem o salário pela sua criação⁴⁷⁷.

Perante esta perspectiva, no mesmo dia em que foi entregue pela ama Maria Theodora na Real Casa dos Expostos de Lisboa, Emilia foi dada a servir como criada em casa de Emilia Rosa, solteira e residente na freguesia da Encarnação. Por este serviço recebia 1 000 réis mensais, não havendo registo de ter sido restituída à instituição. Assim, verificamos que após dois anos, em 1876, a exposta, nos Róis de Confessados designada por Emilia Maria dos Anjos, continuava na residência de Emilia Rosa, solteira e de 52 anos, embora não tendo a categoria de criada. Esta última e a exposta são as únicas pessoas que constam do agregado, situação que se mantém até 1879, quando o registo paroquial refere que a exposta já tinha 23 anos⁴⁷⁸.

2.2. Abandonados da freguesia de Tomar, concelho de Tomar

Tabela 9. Síntese dos percursos de vida dos expostos de Tomar

Exposto	Data de admissão	Particularidades do percurso de vida
Bernardo	1861	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama; Profissão.
Vicenta	1864	Abandono na roda com sinal; Continuidade na mesma ama.
Julia	1867	Abandono na roda com sinal; Continuidade na mesma ama; Recuperação parental.

⁴⁷⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 49, fl. 67, nº 282; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 24, fl. 316.

⁴⁷⁸ AHPATLX, *Rol de Confessados da Encarnação*, livs. 956-969, 1876-1879.

Exposto	Data de admissão	Particularidades do percurso de vida
Paulo	1868	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama; Incumprimento de um dever pela ama.
Maxima	1869	Abandono na roda com sinal; Coabitação com outras expostas; Gratificação; Óbito.
Laureana	1870	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama; Casamento.
Onofre	1870	Abandono na roda; Continuidade na mesma ama.
Julião	1885	Abandono após 1870; Identificação dos pais e das circunstâncias do abandono; Continuidade na mesma ama.

Tanto a exposta Vicenta como o exposto Bernardo, partilharam o seu percurso de vida ao estarem ao cuidado da mesma ama, Rita de Jesus. De facto, nos pequenos povoados e meios rurais era comum, como vimos, os expostos permanecerem mais tempo na família das amas, sendo nelas integrados. Tal pode reflectir não só o desenvolvimento de laços de afecto, sendo perspectivados como filhos, mas também o peso do salário que uma ama auferia no rendimento familiar. Assim se justifica que seja frequente as amas criarem mais do que um exposto e levarem-nos consecutivamente para criação de leite, prolongando a sua capacidade natural de produção de leite e, ao mesmo tempo, recebendo o valor salarial mais alto de todas as criações.

O exposto Bernardo entrou na Real Casa dos Expostos de Lisboa no dia 1 de Abril de 1861, pelas 19h, com uma “camisa e fralda de algodão, cueiro de cotim azul com forro branco, e touca de lã branca com listas cor de cravo”. Estava regulamentado que os baptismos ocorressem todos os dias pelas 10h da manhã. Assim se justifica que este sacramento lhe tenha sido conferido no dia seguinte pela referida hora, na capela do Hospital dos Expostos, pelo presbítero João Rafael Nunes e tendo como padrinho o moço da capela, Francisco da Silva⁴⁷⁹.

⁴⁷⁹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 143, fl. 134v, n.º 773.

Entregue à ama da freguesia de Tomar, Rita de Jesus, no dia 2 de Abril do mesmo ano, ficaria com ela durante toda a criação de leite, criação de seco e parte do termo de vestir⁴⁸⁰.

Foi quando Bernardo estava já na segunda fase, com cerca de três anos, que a ama Rita de Jesus foi buscar à Real Casa dos Expostos de Lisboa a exposta Vicenta, entrada pela roda a 24 de Setembro de 1864. Vestida com “camisa e fralda de algodão, um cueiro de baetilha e outro de pano escuro, envolvedouro de marcelina, mandrião de chita, saia de riscado, e um barretinho branco”, trazia ainda um sinal que pedia que lhe chamassem Rosa, o que não foi concedido, e que referia ter nascido no dia 11 de Agosto. O motivo do abandono é-nos ainda explicitado. Vicenta foi abandonada na Casa da Roda da capital pois a mãe encontrava-se muito doente (figura 20)⁴⁸¹.

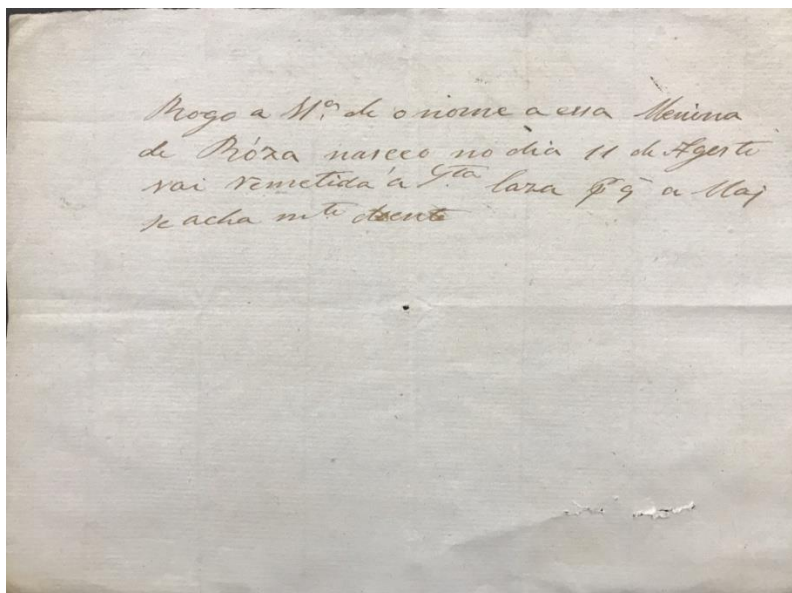


Figura 20. Sinal da exposta Vicenta (nº 2052).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1864 (nº 2052).

⁴⁸⁰ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 77, fl. 281, nº 1101.

⁴⁸¹ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 146, fl. 342v, nº 2052; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 96, fl. 383, nº 308; Subsubsecção: *Sinais de Entrada*, 1864 (nº 2052).

Baptizada no mesmo dia, pelas 10h da manhã na capela do Hospital dos Expostos pelo mesmo presbítero, teve como padrinho o sacrista da Misericórdia de Lisboa, Domingos Jose de Carvalho. A exposta foi entregue à ama Rita de Jesus três dias depois, passando a juntar-se ao agregado onde já estava integrado o exposto Bernardo⁴⁸².

Em 1874, Rita de Jesus, de 48 anos, era casada com Francisco Dias (nos Róis de Confessados designado Francisco da Ritta) tinha 50 anos e era trabalhador de profissão. Residiam na cidade e freguesia de Tomar. Tinham uma filha de 12 anos, chamada Maria⁴⁸³.

Embora o contrato de termo de vestir tivesse a duração normal de oito anos, só devendo findar a criação de Bernardo em 1879, tal não aconteceu. Segundo registo da Misericórdia de Lisboa, em 1874, com cerca de 13 anos, Bernardo (designado Bernardo Ventura no Rol de Confessados) “assentou praça de tambor no Regimento de Infantaria nº 11, estacionado em Abrantes”⁴⁸⁴. Foi também neste ano que a exposta Vicenta transitou para uma outra ama, iniciando o seu termo de vestir. Foi entregue a Anna Ritta de Salles, viúva e moradora na mesma freguesia e concelho. Apesar do contrato estabelecer a duração de oito anos, com ela ficou cerca de cinco anos e meio, altura em que regressou para Rita de Jesus, em 1880, a sua ama inicial. Terão prevalecido os laços de afecto que fizeram com que a ama recuperasse novamente a exposta que havia criado durante tantos anos? O que terá acontecido para que, no mesmo ano, tanto Bernardo como Vicenta tenham abandonado esta família, voltando a segunda passado alguns anos?

Apesar de, em 1876, o inspector do concelho de Tomar ter registado que a exposta Vicenta estava em bom estado, em 1880 deu conta da sua saúde ser frágil e do bom tratamento que lhe era dado pela ama - “encontrei a exposta gravemente doente com um pifo (...) esta ama tem feito os maiores sacrifícios no tratamento da exposta desde fevereiro do corrente ano, correndo com todas as despesas de cirurgião e botica, e dispensando a esta tutelada todo o carinho e desvelo digno de tenção e merecedora de

⁴⁸² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 146, fl. 342v, nº 2052; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 96, fl. 383, nº 308.

⁴⁸³ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 54, 1874.

⁴⁸⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 77, fl. 281, nº 1101.

uma gratificação”. Sabemos que Vicenta viria a falecer ao cuidado de Rita de Jesus, embora não consigamos precisar a data⁴⁸⁵.

A exposta Julia (das Dores), após a longa permanência numa ama, viria a ser recuperada pela progenitora. Entrou pela roda da capital a 15 de Dezembro de 1867, pelas 11h45 da manhã. O bilhete com que deu entrada dava conta de que havia nascido no dia 3 do mesmo mês. Ia vestida com “fralda de pano de linho, um cueiro de baetilha parda, mandrião de chita cor de canela e ramos encarnados, dois meios lenços brancos e um xaile de algodão roxo e listas pretas”. Segundo o sinal, ia ainda acompanhada de um roupão cor-de-rosa. Foi baptizada no dia seguinte por João Rafael Nunes, tendo como padrinho o moço da capela José Maria Felix⁴⁸⁶.

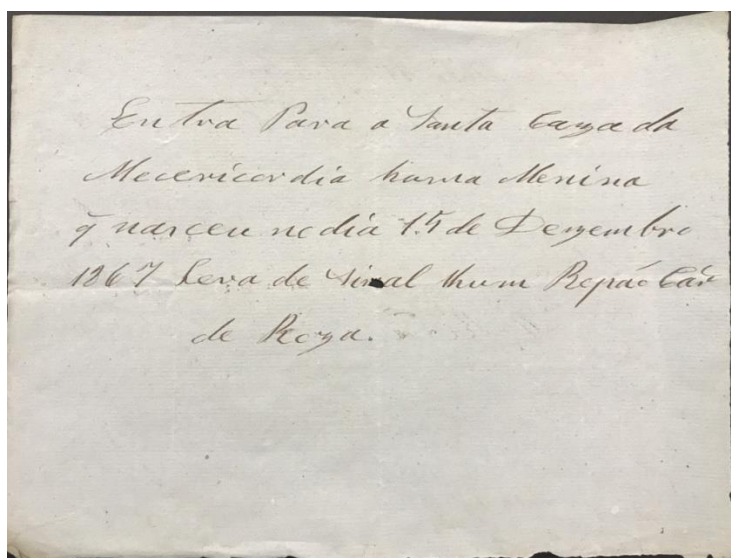


Figura 21. Sinal da exposta Julia (nº 2470).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1867 (nº 2470).

⁴⁸⁵ Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Inspeção às amas dos expostos, *Inspecção Geral.*, cx. 2, doc. 101.

⁴⁸⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 149, fl. 412, nº 2468; Subsubsecção: *Sinais de Entrada*, 1867 (nº 2470).

Sabemos que, no dia seguinte à entrada, foi entregue para criação de leite à ama Anna Maria, casada com Manuel Marques Farinha, trabalhador de profissão. O casal residia na freguesia de São Pedro do Rego da Murta, concelho de Alvaiázere⁴⁸⁷.

Na fase seguinte, a criação de seco, a exposta Julia viria a ficar com a mesma família. Segundo registo da Misericórdia de Lisboa sabe-se que, em 1874, a ama mudou de residência para a freguesia de Tomar. Foi a partir desta mudança que localizámos a exposta, a ama e sua família nos Róis de Confessados. Refira-se que, no entanto, a Misericórdia de Lisboa recebia este tipo de informações com algum atraso, dado que no Rol de 1873 a família já aparece como morando em Tomar. Ainda que a instituição procurasse controlar da forma mais precisa possível os seus tutelados, nem sempre o conseguia fazer dada a distância geográfica e, frequentemente, a falta de desvelo daqueles que para ela trabalhavam ou que com ela cooperavam localmente⁴⁸⁸.

Não obstante este facto, sabemos que em 1873 Julia, de cinco anos e registada no Rol de Confessados como exposta de Lisboa, integrava o agregado chefiado por Manuel Marques Farinha, casado, de 40 anos e proprietário de profissão. A sua mulher era Anna Maria, da mesma idade. Ambos tinham um filho, Jose, de 14 anos⁴⁸⁹.

Contudo, Julia não era a única exposta nesta família. A ela devemos somar Honorata, de 13 anos, igualmente tutelada pela Misericórdia de Lisboa e que foi exposta a 22 de Dezembro de 1859, pelas 8h da manhã, encontrando-se em bom estado. À semelhança de Julia, Honorata foi entregue à ama Anna Maria para criação de leite, no dia em que entrou na instituição, permanecendo com ela na criação de seco e no termo de vestir, altura em que lhe perdemos o rasto. No entanto, sabemos que o seu nome já não surge no Rol de Confessados de 1876. Estaria ausente? Teria deixado esta família? De facto, tanto a história da exposta Honorata, como a da exposta Julia, apontam para a sua

⁴⁸⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 115, fl. 291, n° 588.

⁴⁸⁸ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 53 e 54, 1873 e 1876.

⁴⁸⁹ Honorata entrou com uma “camisa de pano patente com folho de bobinete as mangas compridas, fralde de algodão, cueiro de baetilha branca, cinco uma liga de algodão vermelho, na cabeça meio lenço branco” (AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 141, fl. 321, n° 2743). Foi baptizada no dia em que entrou pelo padre João Rafael Nunes, tendo como padrinho Felix dos Santos e como ama interna Anna de Jesus. ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 53 e 54, 1873 e 1876; AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 141, fl. 321, n° 2743.

integração na família da ama Anna Maria, que as criou desde a sua saída da instituição imediatamente após o momento de exposição⁴⁹⁰.

Ainda que o destino da exposta Honorata permaneça uma incógnita, sabemos que Julia continuava a integrar o agregado referido em 1876, constando o seu nome do Rol de Confessados. Contudo, neste ano, nomeadamente, a 9 de Outubro, a mesma foi recuperada gratuitamente pela mãe, Izabel Espada, casada com Manuel Antonio Mendes, vendilhão (vendedor ambulante), moradores na freguesia da Pena, em Lisboa⁴⁹¹.

A ideia de facilitada integração dos abandonados na família das amas das pequenas localidades e zonas rurais e a importância da sua criação para o rendimento familiar foi igualmente sentida nos percursos de vida dos expostos Paulo e Maxima que, como veremos, acabaram por se cruzar.

Paulo entrou ainda recém-nascido pela roda da Misericórdia de Lisboa, a 19 de Agosto de 1868, pelas 14h30, vestido com uma camisa e fralda de pano de algodão, cueiro de baetilha branca, mandrião de chita roxa e branca e meio lenço branco. Todos estes elementos estavam assinados com linha branca. Baptizado no dia seguinte pelo presbítero João Rafael Nunes e tendo como padrinho o moço da capela, Francisco da Silva, foi levado pela ama de criação de leite Theodora da Conceição, casada com o trabalhador Emygdio Fernandes e residentes na cidade e freguesia de Tomar. Esta mesma ama viria a passar para as fases de criação de seco e termo de vestir, sendo este o último registo, aquele em que perdemos o rasto ao abandonado Paulo⁴⁹².

Foi exactamente quase dois meses depois de finda a criação de leite do exposto Paulo e deste transitar para a criação de seco que a ama foi buscar à Misericórdia de Lisboa a abandonada Maxima, possivelmente, numa tentativa de prolongar e rentabilizar a sua produção de leite.

⁴⁹⁰ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 53 e 54, 1873 e 1876.

⁴⁹¹ Foram abonadores da identidade da mãe o pintor Joaquim da Cruz e Camilla Rosa, ambos moradores na freguesia da Pena, à semelhança dos pais da exposta Julia. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos aos pais, *Termos de entrega aos pais*, liv. 7, fl. 246.

⁴⁹² Em 1924 a Misericórdia de Lisboa passou uma cédula para que o exposto Paulo passasse a ter o nome Paulo da Graça. AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 150, fl. 286, nº 9773; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 123, fl. 179, nº 1172; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 12, fl. 13v.

Maxima entrou pela roda da Misericórdia de Lisboa a 1 de Outubro de 1869, pelas 16h. Tinha 14 dias. Para além das roupas – camisa e fralda de algodão, dois cueiros de baetilha branca, um mandrião de pano patente, um envolvedouro de linho, dois lenços brancos e um encarnado com barra de cores – o registo de entrada dá conta de ter ainda sido acompanhada de um escrito, onde era solicitado que lhe fosse dado o nome Christina (o qual, contudo, não encontramos no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa). Como sabemos, no final da década de 1860, já não era comum satisfazerem-se estes desejos, pelo que o nome atribuído à exposta pelos funcionários da misericórdia da capital diferiu do que foi pedido. Tendo sido baptizada no dia seguinte pelo mesmo presbítero e tendo como padrinho o mesmo moço da capela do exposto Paulo, foi entregue à ama Theodora da Conceição⁴⁹³.

De acordo com os Róis de Confessados de 1874 sabemos que Emygdio Fernandes teria 27 anos e Theodora da Conceição 41. Tinham um filho, Manuel, à data com a mesma idade do exposto Paulo, o que significa que a ama amamentou os dois ao mesmo tempo, indo contra os requisitos de admissão de amas de criação de leite da Misericórdia de Lisboa. Em 1876, surge ainda referência a ter-se juntado a este agregado uma irmã do patriarca, Leonor da Piedade, de 18 anos⁴⁹⁴.

Contudo, aquilo que maior estranheza levanta é o facto do registo da Misericórdia de Lisboa referir que a exposta Maxima faleceu com apenas cerca de um ano e quatro meses, a 21 de Dezembro de 1870, ao cuidado da ama. Não existe registo de que esta tenha transitado para a criação de seco findos os 12 meses, o que nos leva a questionar se a sua saúde seria débil, o que justificaria o facto de ter ficado em criação de leite para lá do período regulamentado⁴⁹⁵. Contrastando esta informação com o Rol de Confessados, verificamos que a exposta ainda consta dos registos de 1874 e 1876, onde teria quatro e seis anos, respectivamente, correspondendo à idade real caso ainda fosse viva. Teria a exposta sido realmente integrada na família, deixando a ama de dar parte do seu percurso

⁴⁹³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 151, fl. 333, nº 2079; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 126, fl. 275, nº 344.

⁴⁹⁴ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 54, 1874 e 1876.

⁴⁹⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 151, fl. 333, nº 2079; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 126, fl. 275, nº 344.

à Misericórdia de Lisboa e abdicando do seu salário? Mas, se o foi, porque continuava a surgir nos Róis com a categoria de “exposto”?⁴⁹⁶

A exposta Laureana transmite-nos um exemplo bem sucedido daquilo que se pretendia ao enviar as crianças para amas residentes fora da capital – a sua integração social e familiar. Esta entrou na Real Casa dos Expostos de Lisboa poucos meses antes de aí findar o abandono anónimo legal, a 1 de Março de 1870, pelas 12h30. O nome foi-lhe dado pelos funcionários da Misericórdia de Lisboa. Aparentava ser recém-nascida e trazia consigo “camisa de paninho guarnecida de espiguilhas, cueiro de baeta cor castanha, mandrião de chita roxa e branca, lenço branco com lista acetinada”. Laureana foi baptizada no dia seguinte pelo presbítero João Rafael Nunes, tendo como padrinho Francisco da Silva, moço da capela⁴⁹⁷.

A exposta Laureana teve de aguardar um dia após o baptismo e dois após a sua entrada na instituição para ser levada pela ama Maximiana Roza, casada com José Mathias Moreira, moradores na cidade e freguesia de Tomar⁴⁹⁸.

A mesma ama transitaria tanto para a criação de seco como para o termo de vestir. Nesta altura, em 1874 e 1876, Jose Mathias Moreira teria 38/40 anos e a sua mulher 33/35. O seu agregado era ainda composto por um filho, João Mathias, com seis/oito anos. Refira-se que, no entanto, nos Róis de Confessados, Laureana aparece com o nome “Laureano”, logo, como sendo do sexo masculino e sempre sem idade definida⁴⁹⁹.

Já no que concerne ao termo de vestir, regista-se que, nesta altura, a família mudou para a freguesia de Santa Maria Madalena, ainda que continuassem a residir no concelho de Tomar⁵⁰⁰.

⁴⁹⁶ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 54, 1874 e 1876.

⁴⁹⁷ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 152, fl. 85, n° 541.

⁴⁹⁸ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 129, fl. 161, n° 965.

⁴⁹⁹ ADS, *Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar*, cx. 54, 1874 e 1876; AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 129, fl. 161, n° 965; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 15, fl. 40.

⁵⁰⁰ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*, liv. 129, fl. 161, n° 965; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 15, fl. 40.

A exposta Laureana viria a casar, em 1896, na Igreja de São Sebastião da Pedreira, freguesia do mesmo nome, em Lisboa, com José da Silva. Desconhece-se o motivo pelo qual a exposta retomou à capital, não se dispondo de informações que deem conta da sua entrega pela ama Maximiana Roza na instituição. Efectivamente, de acordo com os Róis de Confessados, sabemos que terá permanecido com a família da ama até 1876 perdendo-se, a partir de então, o rasto. Ter-se-á a família mudado para a capital? Terá a exposta sido restituída à instituição havendo uma recolocação da mesma que não foi registada pela Misericórdia de Lisboa?

Nas treze dias do mez de Junho do anno de mil e
 trezentos e noventa e seis, na esta Igreja Parochial de
 São Sebastião da Pedreira, tendo comparecido, Cidadão
 e Católico de Lisboa, na minha presença, compare-
 ceram os subscritos José da Silva e Laureana
 da Graça os quaes se uniram por votos, com todos
 os requisitos do estylo canonico e sem impedimento, el-
 gum consorte ou vevel para o casamento: elle, de
 idade de vinte e sete annos, solteiro, trabalhador,
 natural e baptizado na Freguesia de Santa Paula, Con-
 cella de Odivelas do Bispado de Coimbra, fi-
 lho de José Silva da Silva e Maria da Conceição
 Silva: ella, de idade de vinte e seis annos, solteira,
 de occupação domestica, natural e baptizada na Freguesia
 de S. Jorge, supposta da Santa Casa da Misericórdia
 da cidade de Lisboa Capital, natural e neta de esta Fregue-
 sia de São Sebastião da Pedreira, sendo unida por em-
 phiteose, junto a sitação da Caminhada de Ferras
 de São João, subscritos, se recolheram por modo e em
 tempo de se fazer o presente, e depois de dada a mutua
 consentimento, eu Beneficente José Soares da Con-
 ceição Beneficente de esta Igreja os uniu em matrimo-
 nio, presidendo em toda a parte a este casamento
 e uniu-os em nome de Deus Nosso Senhor Catholico e Apostolico
 Romano. Foram testemunhas presentes que se
 uniu os presentes, Antonio Freixo dos Chous
 da Almeida Patriarca, solteiro, empregado na
 esta Igreja, e moço de a humo casa dependente da
 mesma Igreja, e José Antonio Ferraz, sol-
 teiro, também empregado na esta Igreja como
 moço da mesma casa dependente da Igreja. E para
 constar hauei em duplicado este assento.

que depois de ser lido e confereido por mim
 e os beneficiarios e testemunhas, se uniu
 e uniu a uniu e as testemunhas presentes
 e uniu e uniu que não se hauei escrever. Era
 no dia de Junho
 Antonio Freixo dos Chous da Almeida Patriarca
 e José Antonio Ferraz
 Beneficente Beneficente de esta Igreja

Figura 22. Registo de casamento da exposta Laureana.

Fonte: ANTT, Fundo: Paróquia de São Sebastião da Pedreira, Secção: Registo de casamentos, 1870.

Não obstante, à data do matrimónio dava pelo nome de Laureana da Graça, tinha 26 anos, era solteira e doméstica de profissão. O noivo, José da Silva, tinha 27 anos, era solteiro, trabalhador, natural da freguesia de Vila Pouca, no concelho de Oliveira do Hospital, e filho de José Ayres da Silva e Maria do Espírito Santo. O casal residia em Campolide, próximo da estação dos caminhos-de-ferro, na mesma freguesia onde contraíram matrimónio, ou seja, em São Sebastião da Pedreira. Em nota à margem do registo de casamento pode ler-se “dissolvido por óbito do cônjuge José da Silva, falecido em Póvoa de Santa Iria, Loures, no dia vinte quatro de maio de mil novecentos e trinta e um”. A exposta também viria a falecer no mesmo local, para onde terão os dois ido residir, a 17 de Dezembro de 1959, com 89 anos⁵⁰¹.

O exposto Onofre representa não só a permanência numa ama, como também uma excepção desta amostra que, contudo, não podemos assegurar ter constituído a realidade, nomeadamente, a possível aprendizagem de um ofício. Excepção é também o facto de ter sido entregue, numa fase da sua vida, a uma figura do sexo masculino e não a uma ama, como era prática recorrente.

Ainda recém-nascido, Onofre entrou pela roda poucos dias após a exposta Laureana, a 17 de Março de 1870, pelas 6h da manhã. Levava vestida uma camisa de pano patente, dois cueiros de baetilha branca, um mandrião branco e um lenço da mesma cor com a marca “N.”. Foi baptizado no mesmo dia pelo presbítero João Rafael Nunes e, mais uma vez, o padrinho foi Francisco da Silva, moço da capela⁵⁰².

Logo no mesmo dia e entrando no período de criação de leite, o exposto Onofre foi enviado para criar junto da ama Emilia Rita, casada com Feliciano Antunes e moradores em Tomar. Com esta transitaria para a criação de seco, de onde sairia com cinco anos, em 1875, sendo transferido para o viúvo Leonardo Lopes, que residia na mesma freguesia, e com quem o contrato previa que permanecesse até 1883. Embora tenhamos perdido o rasto institucional em 1878, pelos Róis de Confessados sabemos que em 1880, Onofre ainda residia com Leonardo Lopes.

⁵⁰¹ Foram testemunhas do casamento dois empregados da Igreja de São Sebastião da Pedreira, Antonio Freire dos Santos Amado Patrocínio e Elizio Antonio Ferreira. ANTT, Fundo: Paróquia de São Sebastião da Pedreira, Secção: Registo de casamentos, 1870.

⁵⁰² AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv. 152, fl. 107v, nº 684; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 133, fl. 301, nº 1062.

Novamente verificamos que não era comum a entrega de um exposto a uma pessoa do sexo masculino, sobretudo, tratando-se de um viúvo. Sabemos que Leonardo Lopes, que, em 1880, tinha 54 anos, havia sido casado com Mathilde Maria, de 34 anos, cujo óbito surge referenciado no Rol de Confessados. Estaria o exposto Onofre com Leonardo Lopes para aprendizagem de um ofício? De facto, a Misericórdia de Lisboa não registou qual a sua profissão, o que nos poderia ajudar a responder a esta questão. Independentemente deste elemento, Onofre representaria um filho para este homem ou, até, uma mão-de-obra extraordinária.

Refira-se ainda que, já no Rol de Confessados de 1898, surge um exposto com o nome “Onofro da Graça”, que poderá ser aquele que nos encontramos a estudar. A idade é aproximada e este exposto integraria, então, a família da anterior ama Emilia Rita (de 45 anos) e Feliciano Antunes (de 58 anos), que tinham dois filhos, José (casado e com 22 anos) e Felicidade (de 20 anos). Com estes residia ainda uma outra exposta chamada Emilia, de 14 anos. No entanto, não encontramos registo da sua tutela à Misericórdia de Lisboa, o que nos leva a colocar a hipótese de pertencer a outra Casa da Roda, criando as amas de Tomar expostos de várias instituições, o que era facilitado pela centralidade geográfica desta região e pelo discurso que favorecia a criação destes menores nos meios rurais ou pequenas localidades.

A possibilidade de Onofro da Graça ser o Onofre que nos encontrávamos a seguir leva-nos a colocar a hipótese de que este poderá, realmente, ter sido entregue a Leonardo Lopes para aprendizagem de um ofício, sobretudo, por a transferência ter sido concretizada para uma pessoa da mesma freguesia e concelho. Reitera ainda a ideia de que estas crianças tinham a possibilidade de ser integradas numa família e, em última instância, na sociedade. Nesta altura, Onofre estaria entre os 20 e os 30 anos de idade, já fora da tutela da Misericórdia de Lisboa, mas mantendo o laço afectivo e familiar com aqueles que desde que foi exposto o criaram.

Julião é o exposto que, da nossa amostra de estudo, entrou mais tardiamente na Real Casa dos Expostos de Lisboa, já após a penalização do abandono anónimo na capital, em 1885. Nesta altura, já a fiscalização antes do acto de abandono estava plenamente implementada, pelo que temos mais informações relativamente às suas circunstâncias.

Segundo informações dos visitantes da Misericórdia de Lisboa o futuro abandonado Julião nasceu no dia 17 de Janeiro de 1885, em casa da sua mãe, Anna de Jesus, solteira, sendo o pai Jose Barboza. Eram ambos criados de servir. A mãe era filha de Antonio Alexandre, viúvo de Cecilia Nunes. Solteira e de 23 anos, saiu de Arganil, onde havia nascido, para servir como criada durante 10 meses em casa de D. Augusta da Conceição Mello, numa freguesia do centro da capital. Desde Setembro de 1884 residia com a sua irmã, Delfina de Jesus, na freguesia de São Cristóvão. Contudo, estando grávida teve de de lá sair, indo morar com outro homem que, no entanto, “não quer que ela tenha o filho porque não é dele; o pai da criança por ciúmes que tem dela por não querer estar com ele, não quer que ela enjeite o filho, mas também não quer tomar conta dele para assim se vingar dela”. Inicialmente a mãe, Anna de Jesus, quis abandonar a criança, mas depois afirmou que não o faria caso lhe fosse concedido um subsídio, pois o pai de Julião iria a Lisboa. Desconhecia-se o motivo pelo qual a requerente não queria estar com o pai da criança, embora seja referido que este “não quer saber dela”, mas sabia-se não ser boa mulher nem boa mãe, embora na freguesia onde residia com a irmã “não lhe conhecem homem”. Não obstante aliamos, aqui, dois daqueles que conhecemos serem motivos importantes inerentes ao abandono infantil após o fim do abandono anónimo na capital – a residência da mãe em casa alheia, associada ao serviço de criadagem, e o abandono desta pelo pai⁵⁰³.

⁵⁰³ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Papeletas de matrícula*, cx. 10, n° 17.

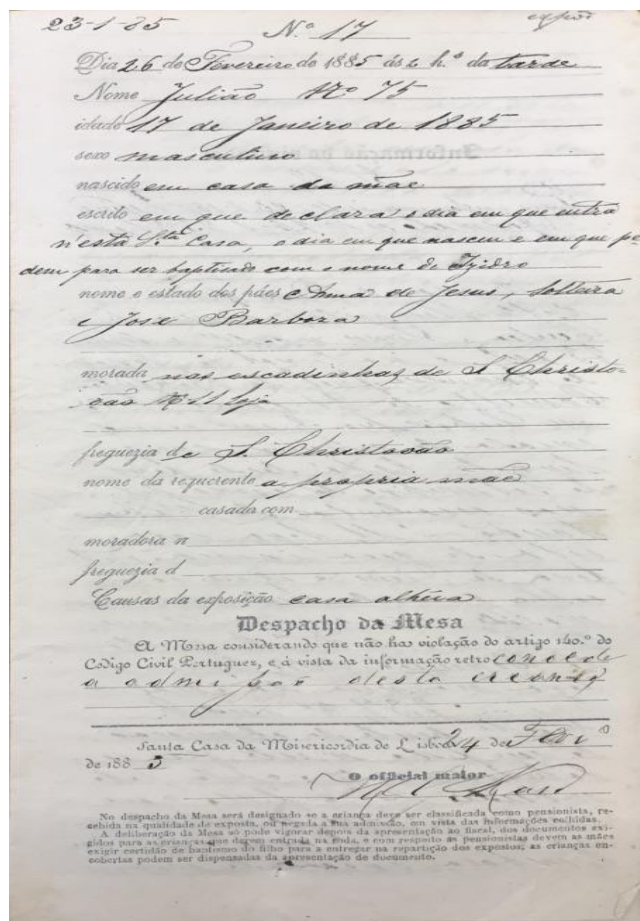


Figura 23. Pedido de admissão do exposto Julião.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Papeletas de matrícula*, cx. 10, nº 17.

Os atestados do regedor e pároco da freguesia solicitavam, assim, a admissão de Julião para que a mãe pudesse melhorar a sua miséria e manter a profissão de criada. Passados os atestados a 20 e 21 de Fevereiro, requerida a admissão no dia 23 e, no dia seguinte, confirmando-se a necessidade da entrada da criança na Real Casa dos Expostos de Lisboa, a sua admissão foi autorizada três dias depois, sendo informada a mãe do futuro exposto⁵⁰⁴.

Existe, contudo, uma discrepância na informação sobre quem terá conduzido Julião à instituição, sendo referido que terá sido a mãe, mas também uma outra mulher,

⁵⁰⁴ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Papeletas de matrícula*, cx. 10, nº 17; Subsubsecção: Exposições, *Documentos de exposições*, cx. 14.

chamada Maria Jacintha. Não obstante, foi entregue a 26 de Fevereiro de 1885, pelas 14h, levando consigo um sinal onde era pedido que fosse baptizado com o nome Izidro (“Izidor”), o que se sabe não ter sido concedido. Tendo este sacramento sido concretizado pelo presbítero João Rafael Nunes, teve como padrinho o contínuo da quarta repartição, Ernesto Clemento do Valle⁵⁰⁵.

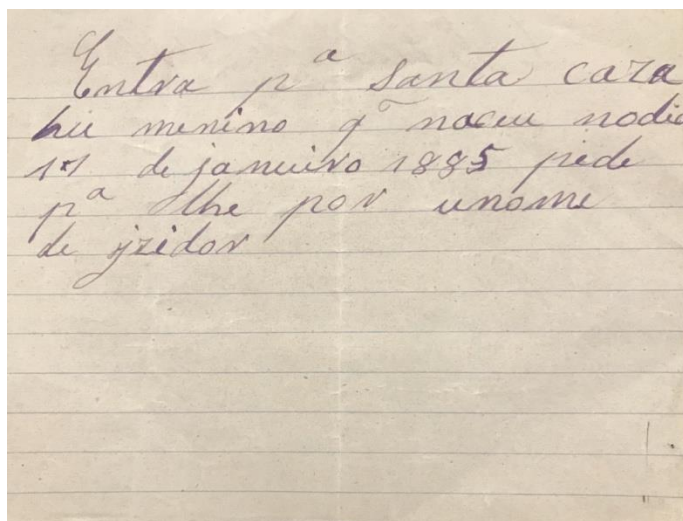


Figura 24. Sinal do exposto Julião (nº 37).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1885 (nº 37).

Dois dias após a sua entrada na Real Casa dos Expostos de Lisboa foi entregue à ama Anna Maria, casada com Manuel Escudeiro, residentes na freguesia da Chancelaria, concelho de Torres Novas, tendo mais tarde transitado para Tomar. Esta mesma ama passou para a criação de seco e termo de vestir⁵⁰⁶.

⁵⁰⁵ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, liv.156, fl. 182, nº 37; AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1885 (nº 37).

⁵⁰⁶ AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*, liv. 151, fl. 109, nº 75; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*, liv. 23, fl. 104v.

Pela análise dos Róis de Confessados sabemos que, em 1898 e 1899 Julião ainda permanecia com a família da ama, nesta fonte chamada Anna de Jesus. Teria, então, 14 anos de idade, embora no Rol de 1898 seja referido ter 17 e, no de 1899, 21 anos e sendo solteiro de estado civil. Não obstante, no primeiro ano sabe-se que Anna de Jesus tinha 50 anos e era casada com Manuel Escudeiro, de 53. O casal tinha seis filhos biológicos – Joaquim (21 anos), Jose (18 anos), Manuel (15 anos), Jeronymo (12 anos), Maria (oito anos) e Antonio (seis anos). Não conseguimos precisar, dada a lacuna que identificámos no registo das idades, se terá sido na sequencia do nascimento de Joaquim, Jose ou Manuel que a ama Anna Maria terá ido buscar o exposto Julião à Real Casa dos Expostos de Lisboa, procurando obter algum rendimento do leite que ainda tinha. Perante um agregado tão numeroso, seria importante o rendimento obtido da criação de Julião no contexto familiar.

Podemos concluir, pela análise destes casos individuais que, independentemente de se tratar do percurso de expostos enviados para amas de uma freguesia de uma pequena localidade ou de um grande centro urbano, estes foram abandonados na roda, sobretudo, durante o dia, o que nos remete para o facto evocado pela Misericórdia de Lisboa de ser frequente serem as recoveiras a transportar estas crianças e a expô-las.

A circunstância da maioria dos abandonados da freguesia da Encarnação serem raparigas está relacionada com a faixa etária em que encontramos os expostos nos Róis de Confessados. Quando surgem registadas nesta fonte, muitas das expostas estavam a servir como criadas na capital. Paralelamente, sabemos terem existido outras que, embora não fossem tuteladas pela Misericórdia de Lisboa, prestavam este serviço, o que nos conduz para a hipótese desta instituição não colmatar, por si só, a procura de criadas, recorrendo-se a abandonadas de outras Casas da Roda do Reino. Por sua vez, não encontramos tal paralelo na freguesia de Tomar, onde a diferença face ao género dos abandonados não se revela de tal forma significativa.

Dada a tenra idade dos expostos, concluímos que o abandono era um acto premeditado aquando do momento da gestação, não sendo realmente possível aos pais, quer por motivos económicos, quer por salvaguarda da sua honra, manter os filhos. As roupas das crianças no momento de entrada eram velhas, embora não conheçamos o

estado da grande maioria daquelas que acompanharam os abandonados de Tomar. Destacamos, neste contexto, a predominância de peças de chita, um tecido de algodão barato e de pouca qualidade, típico da Revolução Industrial. Seria a miséria o motivo inerente aos abandonos? Não teriam os pais meios financeiros para manter e criar os seus filhos, vendo na Real Casa dos Expostos de Lisboa uma via alternativa (e, por vezes, temporária), para a sua criação, sustento e, até, sobrevivência?

O baptismo era um sacramento essencial, considerado a via para a salvação da alma, num contexto em que a mortalidade infantil dizimava um grande número de abandonados (embora esta não tenha sido a realidade sentida nos nossos estudos de caso, dado que o nosso ponto de partida foram os Róis de Confessados e, particularmente no caso da Encarnação, predominando abandonados vivos e, por vezes, em faixas etárias mais avançadas). Como tal, o baptismo era a preocupação primária aquando do momento de entrada da criança na instituição sendo, com frequência, concretizado de imediato e, até mesmo, quando os sinais escritos mencionavam já ter sido baptizado determinado menor.

Relativamente à saída dos expostos para amas de criação externa, esta estava dependente, como já havíamos verificado anteriormente, do número destas funcionárias que afluíam à Real Casa dos Expostos de Lisboa para levarem consigo os abandonados. Como estudámos, a escassez de amas externas foi constante ao longo do século XIX, contrastando com um crescente número de exposições até ao fim do abandono anónimo na capital, a 1 de Dezembro de 1870. Tal teve reflexos nos dias de permanência dos menores na instituição e na sua oscilação ao longo dos anos e, sobretudo, nas primeiras 70 décadas. Não podemos ainda descurar que a saúde frágil de alguns destes menores era impeditiva da sua saída para criar no exterior, permanecendo os mesmos ao cuidado dos médicos e facultativos da misericórdia da capital.

No envio destes expostos para amas externas de criação de leite, em ambos os grupos de estudo se verifica a preferência por amas residentes em zonas rurais ou pequenos povoados, com destaque para aquelas que eram casadas, característica que, aliás, perdurou ao longo das criações de leite, seco e termo de vestir (não obstante a diminuição do seu peso). Contudo, no caso da criação de seco e após esta fase, verificamos que houve uma integração geográfica e social dos menores de Tomar, aí continuando a residir, mesmo que mudassem de ama. O mesmo não aconteceu com os expostos da Encarnação. É durante a criação de seco que estes, possivelmente por terem

sido entregues na instituição, são enviados para amas do centro urbano. Neste último caso ainda se destaca o não cumprimento dos contratos de criação estabelecidos, aumentando-se a mobilidade destes menores entre a instituição e as amas externas, impedindo a sua integração familiar e social.

A fiscalização e preocupação com o registo de informação sobre as amas (e os próprios expostos) diminui conforme as crianças vão avançando em termos de idade e nas próprias criações. Assim se justifica que percamos o rasto de grande parte das crianças a partir dos seus 10 anos, fase em que se iniciava o termo de vestir. São poucos aqueles de que temos informação na documentação da Misericórdia de Lisboa até uma faixa etária mais avançada, sobretudo, quando se trata de crianças entregues a amas residentes fora da capital ou quando os abandonados eram do sexo masculino, dado que a instituição se preocupava mais com o destino das expostas e com a sua colocação em boas amas. Nos primeiros casos os registos institucionais tornam-se menos minuciosos ou não são realizados de todo. Este silêncio pode significar que a Misericórdia de Lisboa não tinha capacidade para seguir o percurso de tão elevado número de tutelados, sobretudo quando envolvia uma maior distância geográfica à instituição e a necessidade de colaboração não só com os seus inspectores, como também com as autoridades civis e religiosas das várias partes do Reino.

Desta forma, torna-se mais fácil seguir o percurso dos expostos entregues a amas residentes no centro urbano, particularmente, das raparigas dado que havia maior vigilância nestes casos. De facto, quando comparamos as histórias de vida de abandonadas entregues a amas da Encarnação e de Tomar verificamos que a nossa análise consegue ser mais minuciosa no primeiro caso.

Ainda que a aprendizagem de ofícios pelos rapazes e a educação de expostas no Recolhimento de Órfãos de São Pedro de Alcântara tenha abrangido uma minoria do contexto da Encarnação, foram importantes para traçar o percurso de vida dos menores residentes em Lisboa. Maioritário foi, todavia, o número de expostas que se dedicaram ao serviço de criadagem nessa amostra e cujo percurso de vida, em alguns casos por nós aprofundado, transmite a enorme mobilidade entre casas destas raparigas.

Verificámos igualmente que as recuperações parentais, embora em reduzido número, deram-se em idade já avançada das crianças tanto no que concerne aos abandonados da Encarnação como de Tomar, indo ao encontro da ideia das Casas da Roda

enquanto depósitos temporários. Igualmente em número reduzido atestou-se a celebração de casamentos, momento do qual ressalta a integração social destas menores e o facto de não terem casado com outros expostos. Baixo foi, também, o número de mortos, por contraponto à taxa de sobrevivência.

Mas representarão estes dados a realidade? Certamente mais expostos terão aprendido ofícios, mais expostas terão frequentado o Recolhimento, servido como criadas ou casado, não só na freguesia da Encarnação, com também de Tomar. Esta amostra revelou-nos que, na realidade, ainda que a Misericórdia tentasse vigiar e seguir o percurso dos seus tutelados, nem sempre este objectivo era alcançado. Paralelamente, a metodologia adoptada condicionou os dados no que concerne à freguesia da Encarnação, nomeadamente, no que diz respeito ao elevado número de expostas criadas. Lisboa era uma cidade da criadagem.

Desta forma, pela análise concretizada podemos concluir que as circunstâncias do acto do abandono são as mesmas tanto do grupo da Encarnação como do grupo de Tomar. Existe também semelhança no que diz respeito à preferência de envio para criar junto de amas residentes em meios rurais ou pequenas localidades durante a fase de criação de leite.

Por oposição, a integração familiar e social dos abandonados era muito superior junto de amas e famílias residentes em Tomar, o que confirma não só a teoria institucional da Misericórdia de Lisboa, como também de médicos e outros. Estes expostos integraram agregados familiares simples, onde a sua inserção poderia ser mais fácil, independentemente da motivação da ama para a sua criação. A atestá-lo está o facto de, na freguesia de Tomar, termos verificado a permanência junto da mesma ama, desde o momento da criação de leite e até perdermos o seu rasto, de 15 crianças, o que representa 52 % do total, ou seja, pouco mais de metade. Ainda que alguns destes menores tenham, *a posteriori*, vindo a falecer, a ser recuperados pelos pais ou inserindo-se em determinado ofício, pela análise dos Róis de Confessados conseguimos concluir que estes expostos permaneceram junto das famílias iniciais, mesmo quando a Misericórdia de Lisboa deixa de ter registo do seu percurso de vida.

O mesmo nível de integração não foi atestado no caso do grupo da Encarnação, ainda que nas histórias de vida tenhamos apontado para alguns percursos neste sentido. Aí os abandonados eram entregues para criar a amas em cujas habitações residiam com

indivíduos que não pertenciam todos à mesma família, os *houseful*, dificultando a sua permanência junto das mesmas. Apenas cinco menores ficaram com a mesma ama desde a criação de leite até lhes perdermos o rasto, o que corresponde a apenas 4% do total. Paralelamente, verificamos que dado que as amas residentes na capital estavam constantemente a mudar de residência (o que era sempre controlado pela Misericórdia de Lisboa), torna-se mais difícil de as acompanhar através dos Róis de Confessados, pois não dispomos desta fonte para a mesma cronologia ou para todas as freguesias.

Refira-se ainda a importância do salário obtido pelas amas no contexto do rendimento familiar o que as levava, com frequência, a criarem mais do que um exposto em simultâneo e a privilegiarem o período de criação de leite e a fase inicial da criação de seco, durante os quais o valor por elas recebido era superior. Era ainda frequente as amas aproveitarem os momentos de fiscalização em que tinham de se deslocar à Real Casa dos Expostos para levarem consigo um novo exposto o que estava muito relacionado com a tentativa de prolongamento do leite materno, tornando-o economicamente rentável, ao mesmo tempo que apenas se tinham de deslocar uma vez à instituição (deslocação esta pela qual recebiam o subsídio de jornada). Desvendaram-se ainda as falsas declarações prestadas por algumas destas funcionárias para que pudessem ter a oportunidade de criar um abandonado, quer fosse por uma questão afectiva, que por motivos económicos.

De facto, as amas dos expostos pertenciam às camadas mais baixas da sociedade. Esta ideia foi confirmada pelos registos das profissões dos seus maridos de que dispomos. Tanto para o caso da Encarnação como de Tomar existe um predomínio da categoria indeterminada de “trabalhador”, que vai sendo, com o avançar das fases de criação, suplantada por uma ausência de registo deste dado. Verificámos que as ocupações profissionais que conseguimos identificar eram muito diversas, ligadas aos vários sectores de actividade e associadas a um estrato popular, só emergindo profissões de estatuto social mais elevado na capital e a partir do termo de vestir, quando as expostas já poderiam prestar serviço enquanto criadas.

A atestar toda esta conjuntura estão os percursos de vida estudados. Ainda que sejam representativos de realidades concretas, permitem-nos ter uma visão do destino e vivências dos menores abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa de acordo com o seu envio para freguesias quer de um grande centro urbano, Lisboa, quer de um pequeno centro, Tomar. Neste contexto, é determinante o conciliar de fontes diversas,

institucionais e paroquiais, indo além do mero registo burocrático e procurando traçar não só percurso, como também a integração social e familiar destes menores.

CONCLUSÕES

A história da assistência aos expostos em Portugal é um tema já desenvolvido em múltiplas investigações nacionais, tratando vários períodos cronológicos. O carácter inovador deste estudo reside no enquadramento da realidade lisboeta, procurando suprir uma lacuna. Efectivamente, poucos trabalhos aprofundam o abandono anónimo infantil na capital e nenhum trata o fim das exposições legais, ainda que nesta cidade as dimensões desta prática fossem incomparáveis à de outras Casas da Roda, tendo ainda características próprias e, em certos momentos, diferindo da política seguida no restante Reino. Os particularismos da evolução da assistência aos expostos em Lisboa foram reflexo da massificação das exposições, sendo esta a Casa da Roda portuguesa que um maior número de expostos recebia e tutelava. Neste sentido, não só se desenvolveram estratégias que acompanharam o contexto nacional, como também se aplicaram outras medidas adaptadas à realidade desta grande cidade que, em meados do século XIX, atravessava uma fase de crescimento espacial e populacional.

Portanto, o abandono infantil em Lisboa não pode, nem deve ser uma investigação negligenciada. Existe toda uma variedade documental por descobrir, que procurámos abranger neste trabalho, e que vai desde fontes contidas no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa e no Arquivo Diocesano de Santarém, no Arquivo Municipal de Lisboa, no fundo do Ministério do Reino e registos paroquiais, passando pela documentação do Arquivo da Real Academia das Ciências, entre outras. Algumas destas fontes estão pouco exploradas e/ou nunca foram usadas para estudar este tema. Desta forma, este trabalho procurou desenvolver não só um aspecto particular do domínio amplo da exposição infantil, a sua prática em Lisboa, como também utilizar documentação variada (e, por vezes nova neste contexto), propondo ainda abordagens e metodologias pouco exploradas para estudo e análise do tema, como é o caso da reconstituição de histórias de vida.

Tendo-nos proposto estudar “O abandono de crianças em Lisboa (1850-1910). Os efeitos do fim da exposição anónima na roda”, adoptámos uma abordagem tradicional na Parte I e Parte II, acompanhando a tendência historiográfica nacional. Assim, procurou-se analisar o abandono infantil à luz da evolução da política assistencial e das suas mudanças em Portugal e, particularmente, na capital (Parte I). Considerámos ainda o balanço quantitativo da evolução desta prática, das suas características e de algumas

dinâmicas e considerações do serviço de expostos (Parte II). Por sua vez, na Parte III, procurámos esboçar um novo caminho de análise para o nosso objecto. Quisemos analisar o indivíduo - o exposto - e não tratar apenas o colectivo - os expostos. Foi neste sentido que acompanhámos o percurso de vida de alguns abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa.

A partir dos séculos XV e XVI, o quadro assistencial português divergiu da restante Europa, afastando-se da autoridade da Igreja. Passou a estar assente nos hospitais e nas misericórdias, criados e controlados pelo poder régio, os quais, em alguns casos, tal como aconteceu em Lisboa, foram alvo de uma posterior fusão. Esta estrutura dual era o alicerce para o apoio aos mais necessitados e socialmente vulneráveis, contexto em que se integravam os expostos.

Também no século XVI, pelas *Ordenações Manuelinas*, ficou determinado que a criação dos abandonados era uma incumbência das câmaras municipais, cabendo-lhes o seu financiamento o que, por vezes, implicava o lançamento de impostos às populações locais e conseqüente contestação desta. Os expostos não eram uma responsabilidade inicial das misericórdias, o que só se alterou quando algumas destas passaram a administrar hospitais. Foi o que aconteceu na capital do Reino, quando a tutela do Hospital de Todos os Santos, que integrava o serviço de expostos, passou para a Misericórdia de Lisboa. Paralelamente, nem sempre os municípios cumpriam esta sua função de financiamento, como foi o caso da Câmara Municipal de Lisboa para com a misericórdia da mesma cidade, processo que deu origem a dissidências e, até, a tentativas da segunda para que a responsabilidade de criação destes menores voltasse a recair na primeira.

De facto, a insuficiência de verbas para criação dos expostos e os atrasos no seu pagamento pelo município de Lisboa contrastavam com um aumento das exposições e da mortalidade dos abandonados, situação que era agravada pela constante falta de amas externas e pelas más condições da Real Casa dos Expostos de Lisboa. A esta situação calamitosa vir-se-ia a somar, em meados do século XVIII, o incêndio no Hospital de Todos os Santos e o terramoto que destruiu a capital e, com ela, os edifícios da sua misericórdia.

Podemos considerar que, no final da década de 1760 e início de 1770, vir-se-ia a iniciar uma nova era na Misericórdia de Lisboa e, com ela, na Real Casa dos Expostos da capital. Se, em 1768, a administração da criação dos expostos passou para a tutela da mesa administrativa da misericórdia; em 1771, este serviço (à semelhança da (ainda) confraria) viria a ocupar a igreja e casa professa de São Roque, edifícios onde ainda hoje se localiza esta instituição. Foi também na década de 1770, em 1775, que aumentou a verba destinada aos abandonados paga pela câmara municipal, regulamentando-se ainda o serviço e as várias fases de criação dos expostos da capital. Já na década seguinte, a misericórdia passou a deter o monopólio dos jogos de lotaria em benefício das crianças abandonadas, rendimento determinante para o financiamento da sua criação.

Porém, dado o aumento do número de expostos no Reino, motivado, sobretudo, pela pobreza dos pais e pela salvaguarda da honra feminina, e perante a sua elevada mortalidade, em 1783, Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, fez aplicar a lei vigente no que dizia respeito ao abandono anónimo infantil, fazendo difundir as rodas a todo o território, reforçando a incumbência de financiamento municipal e, quando necessário, o lançamento de impostos. As medidas populacionistas eram aplicadas em prol do combate ao infanticídio, ao aborto e às exposições em locais públicos, o que impossibilitava a salvação destas crianças, úteis para o progresso (económico) do Reino. Se o Estado havia investido na sua criação, custeando-a e desenvolvendo meios para o seu desenvolvimento, cabia a estes menores retribuírem, tornando-se cidadãos úteis e produtivos. Embora a historiografia actual aponte que a falta de população não era real, esta constituiu o mote e a justificação para a proliferação da roda dos expostos em Portugal, medida pioneira no contexto da Europa católica.

Ainda que a ordem de Pina Manique não tenha sido cumprida em todo o Reino, a roda da capital já existia. Neste sentido, o foco do Intendente Geral da Polícia para com os expostos da capital residiu na necessidade de assistência médica para estes e para as suas amas. Simultaneamente, e passando por cima da autoridade da Misericórdia de Lisboa, controlou o recrutamento destas funcionárias e, em momentos de falta delas, procurou que fossem aplicadas vias alternativas de alimentação aos abandonados.

Na segunda metade da década de 1830 vir-se-ia a dar uma nova mudança no quadro assistencial nacional face aos expostos pela mão de Passos Manuel. Deixou de importar a visão populacionista e economicamente produtiva dos abandonados, para se sobrepor a necessidade de reforma e uniformização da política assistencial a eles

respeitante. Ainda que existisse continuidade na medida de Pina Manique de generalização das Casas da Roda, continuando estas a ser as instituições por excelência no acolhimento (inicial) e administração da criação dos abandonados, findou-se a tutela dual (misericórdias / municípios), para esta recair apenas nas câmaras municipais. Contudo, esta mudança não afectou a capital, ainda que tal tenha sido alvo de ponderação e discussão. A alteração desta responsabilidade traria grandes mudanças para os expostos, perante uma câmara municipal que não só não tinha meios económicos, como também não estava habituada a tal função.

Todavia, em Lisboa a situação era particularmente gravosa. Durante as invasões francesas muitas pessoas migraram para a capital. Pobres e sem qualquer rendimento, deixavam os seus filhos ao cuidado da Real Casa dos Expostos de Lisboa, pelo que o abandono cresceu de ano para ano ao longo dos primeiros 70 anos do século XIX. Esta situação contrastava com a falta de condições em que os expostos eram criados. Proliferava a falta de amas e de alimentos, a dívida da Misericórdia de Lisboa aumentava e a própria Casa da Roda não tinha condições para acolher um número crescente de abandonados. Tudo isto ocorreu num momento em que a instituição passava por uma reestruturação interna que implicou que o governo passasse a dominar a sua mesa administrativa (a partir de 1834), tornando a misericórdia da capital dependente do poder régio e sem autonomia.

Apesar desta mudança e da conjuntura desfavorável, a Misericórdia de Lisboa procurou melhorar a situação do serviço de expostos ao longo da primeira metade do século XIX. Neste sentido, pagou as dívidas a fornecedores e amas, concedeu gratificações àquelas que apresentaram os abandonados em boas condições e deu-lhes apoios monetários para se deslocarem quando iam buscar expostos à instituição, efectuou melhorias no edifício da Real Casa dos Expostos de Lisboa, reformou a educação dos seus tutelados, procurou a emancipação dos mais velhos e aplicou outras iniciativas em articulação com o Hospital de São José dirigidas às mulheres que aí tinham os seus filhos e que se sabia ser provável virem a expô-los. Encetaram-se ainda tentativas junto dos poderes centrais e locais, incluindo a apresentação de um projecto ao Ministério do Reino, para evitar o recorrente abandono na Casa da Roda da capital de crianças provenientes de outros concelhos ainda que, nem sempre, este combate tenha nutrido os resultados desejados.

Não obstante estas iniciativas particulares, algumas delas também aplicadas noutras Casas da Roda do Reino, e o reconhecimento na imprensa e pela própria Misericórdia de Lisboa das melhorias no serviço de expostos, o abandono crescia e a mentalidade mudava ainda que, inicialmente, junto de médicos, políticos e intelectuais (a população mais pobre era a comum “usuária” deste sistema de exposição anónima, sendo-lhes favorável a sua continuidade). Havia uma maior consciência das más condições de vida destas crianças, da grande despesa estatal com a sua criação e crendo-se na sua elevada mortalidade. Embora o debate em torno da viabilidade da roda dos expostos e da aplicação de um novo modelo de abandono infantil tenha principiado no início de Oitocentos, ganhou maior dinamismo na segunda metade do século, acompanhando o discurso que se fazia sentir noutros Estados da Europa católica. Na posição reformista, na qual se incluíam membros da Misericórdia de Lisboa, assistia-se a uma alteração na concepção de família, passando a prevalecer e incentivar-se a responsabilidade parental, a salvaguarda da criança e o seu crescimento junto da sua família biológica. Não se questionava a existência das instituições de acolhimento, mas sim o abuso do recurso às rodas e a recorrência do abandono anónimo infantil, institucionalizando-se os menores indiscriminadamente e aceitando-se qualquer tipo de criança sem se conhecerem as circunstâncias que a levaram até lá e se a sua admissão era realmente necessária.

Neste debate, viria a intervir o Governo, em 1862, pela nomeação de uma comissão que estudou o serviço de expostos do Reino e apresentou as soluções que tomaram forma no decreto de 1867. O abandono tornava-se, então, controlado, ponderado e justificado, substituindo-se a roda franca por hospícios. Pretendia-se ainda generalizar a concessão de subsídios de lactação (dado ter-se concluído que o motivo inerente à maioria dos abandonos era a pobreza) e o controlo e intimação das mulheres grávidas não recatadas. Verificou-se, assim, uma incapacidade do modelo da roda anónima até então vigente e um esgotamento deste sistema.

A nova política face aos expostos de 1867 não trouxe propriamente alterações ao nível da criação dos abandonados, da concessão de subsídios ou da intimação das mulheres grávidas. O seu carácter inovador está na alteração do modelo de admissão, policiamento e controlo em torno das instituições, procurando diminuir o número de tutelados pelo Estado e incentivar, ainda que mediante a concessão de um subsídio, a sua permanência na família biológica. Passou-se a abandonar apenas as crianças cujos motivos de exposição eram justificados e aceites, o que estava relacionado,

essencialmente, com a incapacidade financeira da mãe ou da família. No fundo, com o encerramento das rodas pretendia-se alertar as consciências, fazendo com que prevalecesse a família face ao colectivo e que se motivasse a responsabilidade parental.

Apesar do decreto ter sido revogado poucos meses após ter entrado em vigor, as medidas que propunha foram gradualmente aplicadas em todo o Reino e, na capital, o abandono anónimo infantil legal viria a findar 1 de Dezembro de 1870, não sem antes na Real Casa dos Expostos de Lisboa ter sido abandonado um grande número de crianças provenientes dos concelhos mais próximos, onde a roda foi encerrada precocemente durante a década de 1860.

Feita esta transição e implementadas as iniciativas sugeridas, a Misericórdia de Lisboa teve de adoptar medidas particulares, pois tratava-se de uma cidade em fase de mudança e crescimento, onde o abandono infantil tinha assumido proporções sem paralelo no restante Reino. Neste sentido, verificou-se a concessão de prémios àqueles que descobriam os autores de abandonos em locais públicos, o que levou à cooperação entre a Misericórdia de Lisboa, civis e as autoridades policiais. A colaboração com estas últimas, sobretudo com a Polícia Civil de Lisboa, deu origem a investigações das quais decorreram, com frequência, processos judiciais, demonstrando que a misericórdia não só tinha o papel de admitir as crianças que se justificava serem institucionalizadas, como também reforçava a sua função na moralização da sociedade lisboeta.

Foi também objectivo da misericórdia da capital contrariar a tendência das recoveiras para prestarem falsas declarações relativamente às circunstâncias dos abandonos e origem geográfica dos menores, passando-se a confirmar as informações prestadas antes da admissão da criança. Por vezes, estas transportavam para a Real Casa dos Expostos de Lisboa menores que eram oriundos de outros concelhos, impondo-se a necessidade de se apresentarem com um comprovativo de residência das mães na capital nos nove meses anteriores ao parto. Caso estas últimas fossem encobertas, as recoveiras deviam responsabilizar-se ao assinar um termo no comissariado da polícia.

Paralelamente, sabia-se que muitas mães de outros concelhos vinham ter os seus filhos à capital para os abandonarem. Para combate a este abuso foi importante não só a colaboração entre a Misericórdia de Lisboa e o Hospital de São José, mas também o zelo das autoridades policiais e civis que acompanhavam estas mulheres e seus filhos à sua zona de residência, ainda que mediante financiamento da misericórdia. O sucesso destas

medidas pautou-se por, logo em 1872, se afirmar serem raros os casos de crianças nascidas naquele hospital que fossem abandonadas.

Dada a importância da generalização da concessão de subsídios de lactação para a diminuição dos abandonos e para o cimentar da responsabilidade parental, criaram-se directivas para a sua atribuição. Definiu-se o valor mensal a ser pago durante um ano (1 600 réis) mediante pobreza comprovada, o qual podia ser concedido a filhos de mães solteiras e casadas, divergindo neste último estado civil a realidade lisboeta de outras partes do Reino, onde este apoio apenas era dado a mães solteiras. Também neste caso, para evitar o abuso do sistema, se viria a determinar que os subsídios de lactação apenas fossem atribuídos a crianças cujas mães residiam na capital nos nove meses anteriores ao parto, embora tivessem sido estendidos aos pais. Paralelamente, os subsidiados não só tinham acesso ao serviço clínico da misericórdia como também, a partir do início do século XX, esta passou a fiscalizar as amas por quem estes menores eram amamentados, demonstrando controlar não só o destino dos expostos seus tutelados, como também dos subsidiados (pelo menos) no seu primeiro ano de vida.

No início da década de 1870, a par das medidas enunciadas, a Misericórdia de Lisboa concedeu gratificações anuais aos pais que recuperassem os seus filhos. Procurava-se, por esta via, colmatar a falta de severidade na fiscalização, que pautou o período imediato ao fim do abandono anónimo na roda da capital. Casos houve em que, mesmo após a recuperação das crianças pelos seus pais, a misericórdia continuou a controlar os menores e a ajudá-los financeiramente nos anos seguintes.

Apesar de todas estas iniciativas particulares para, simultaneamente, combater o abandono e diminuir a população entregue à sua tutela, em 1885, a Misericórdia de Lisboa foi confrontada com a reforma municipal da capital, vendo serem-lhe anexos os concelhos de Belém e dos Olivais e passando para esta instituição os expostos destas regiões. Apesar do aumento do apoio da Câmara Municipal de Lisboa tendo em vista a criação dos abandonados e a concessão de subsídios de lactação, o valor revelou-se, mais uma vez, insuficiente e nem sempre o município cumpria a sua função de financiamento.

Não obstante o decreto do novo modelo de admissão datar de 1867, só 21 anos mais tarde se viria a uniformizar e regulamentar a assistência aos expostos, pelo *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*. Neste documento ficaram explícitas quais as circunstâncias necessárias para que as crianças

fossem admitidas nos hospícios e a quem cabia a administração da sua criação, situação esta em que sabemos que a capital continuou a divergir das restantes instituições do Reino, continuando a Misericórdia de Lisboa a cumprir esta função, mediante financiamento municipal. Regulamentou-se ainda a manutenção da fiscalização das mulheres grávidas não recatadas e a concessão de subsídios de lactação.

Mas, como funcionava o serviço de expostos na capital? Este encontrava-se dividido em serviço interno, o que era prestado dentro da instituição, e serviço externo, quando os abandonados estavam ao cuidado de amas residentes, preferencialmente, em zonas rurais. Em ambos os casos, existiam vários funcionários que desenvolviam funções administrativas, religiosas, médicas, alimentares, educativas e de criação, de fiscalização, entre outras.

O fim do abandono anónimo na capital trouxe mudanças ao nível da admissão dos expostos, da sua dinâmica e burocracia que lhe era inerente. Surgiram, por exemplo, novos funcionários, como o fiscal da admissão e respectivo ajudante. Paralelamente, implicava toda uma nova estrutura de verificação de veracidade das declarações prestadas e ponderação de se o menor podia ou não dar entrada na instituição. Mas, apesar desta alteração do processo de institucionalização, todo o restante percurso dos menores continuou a ser o mesmo: os expostos eram baptizados o mais rapidamente possível, ficando poucos dias na Real Casa dos Expostos de Lisboa e sendo, depois, entregues a amas externas com quem se pretendia que ficassem a longo prazo, frequentando a escola e sendo integrados nas respectivas famílias e na sociedade. Caso os expostos permanecessem na instituição, eram enviados para a Enfermaria dos Santos Inocentes durante a fase de amamentação, passando depois para os colégios onde o seu quotidiano era bastante regrado.

O fim das exposições anónimas na roda de Lisboa, em Dezembro de 1870, trouxe não só mudanças na política assistencial e institucionais como também, e sobretudo, quantitativas. Antes desta data a tendência era para um número crescente de abandonos, chegando a ser expostas, no pico máximo, quase 3 000 crianças por ano. Tal devia-se não só à institucionalização de menores de Lisboa, como também de outras zonas, com destaque para os concelhos mais próximos da capital. Estas crianças eram entregues maioritariamente durante o dia e acompanhadas de declarações ou sinais escritos,

podendo-se colocar a hipótese de existir algum tipo de sentimento por parte de quem os abandonava, procurando-se que lhes fosse dado o melhor tratamento possível ou visando-se informar a instituição sobre as circunstâncias do seu nascimento de forma a precaver a sua sobrevivência.

Aplicado o novo modelo de admissão, o abandono passa a representar cerca de 10% do período anterior. Acompanhava-se, assim, a tendência de outros países da Europa católica e de outras instituições nacionais que também passaram por esta mudança na admissão e acolhimento da infância abandonada. Ainda que a maioria destes menores dessem entrada por despacho da administração da Misericórdia de Lisboa, continuavam a existir alguns casos de abandono de crianças em locais públicos, não obstante o policiamento em torno da instituição, a colaboração com polícias e as consequentes investigações. Estes abandonados eram encontrados, sobretudo, em escadas, vivos e pela Polícia Civil de Lisboa, mas dada a falta de provas a maioria dos processos judiciais instaurados não tinham andamento. Aqueles que o tiveram resultaram, grosso modo, em condenações, tendo sido reduzido o número de absolvições.

Instituída a admissão justificada e ponderada, passamos a saber que os motivos inerentes a mais de metade das entradas na Real Casa dos Expostos de Lisboa estavam relacionados com a mãe, sendo os mais representativos o facto desta ter domicílio em casa alheia, associado ao serviço de criadagem (sendo a existência de um filho um obstáculo à manutenção do seu meio de subsistência), ou ter sido abandonada pelo pai. As mães que deixavam os seus filhos ao cuidado da misericórdia da capital eram, sobretudo, solteiras, o que poderá estar relacionado com as razões inerentes às exposições. Ainda que só tenhamos informação mais detalhada sobre as mesmas entre 1906 e 1910, sabemos que não eram muito jovens, situando-se sobretudo acima dos 25 anos de idade, que tinham sido abandonadas pelo pai da criança, do que decorre a ilegitimidade desta última, e que se dedicavam a profissões e ocupações como criadas de servir e trabalhos domésticos.

Conhecendo-se, igualmente, os abandonados a partir de 1860, verificamos que estas crianças foram expostas maioritariamente até um ano de idade. Mas, enquanto até 1870 predominou a faixa etária até aos oito/dez dias, sendo ainda recém-nascidos, a partir do fim das exposições na roda passaram-se a sobrepor os menores até um ano, o que pode ser reflexo de uma maior burocratização inerente ao processo de admissão e que implicava ponderação e averiguação da veracidade das declarações prestadas. Não

obstante, podemos concluir que o abandono era planeado e premeditado aquando do momento de gestação, independente do sexo da criança ou do período do ano.

A partir do final de 1870 sabemos ainda que na origem geográfica dos expostos da capital se destacava o concelho de Lisboa, o que resultava do facto de, nesta fase, já ser proibida a entrada de crianças de outros concelhos. Na capital, verificamos o predomínio de crianças com origem na freguesia da Encarnação, mas também em Santa Isabel, Santa Catarina, Anjos, Nossa Senhora do Socorro, Santos-o-Velho e Mercês. A relevância da Encarnação pode estar associada às falsas declarações ou à ausência das mesmas, quer por recoveiras, quer por outras pessoas que levavam os menores à instituição e que desconheciam a origem dos pais, ficando estes registados como pertencendo a esta freguesia. Algumas das restantes freguesias, como Santa Isabel, Anjos e Nossa Senhora do Socorro estão associadas a zonas de habitações das «classes laboriosas», sendo também locais onde o crescimento do número de habitantes durante a segunda metade do século XIX foi significativo, sobretudo, no que diz respeito às duas primeiras freguesias. Tal remete-nos para a pertença dos pais destes menores às classes mais desfavorecidas da sociedade, invocando-se a pobreza e a ilegitimidade como elementos determinantes no acto de abandono, podendo-se associar o segundo motivo à salvaguarda da honra feminina e, até familiar, razões que sabemos terem sido comuns tanto na Europa católica como em Portugal através dos estudos desenvolvidos para outras Casas da Roda. Os pais dos menores poderiam, até, ser recém-chegados à capital, ainda não estando plenamente integrados. Estamos sempre no patamar das classes pobres, não só dada a ascendência destas crianças, como também o facto de virem a ser criadas, igualmente, por amas de baixo estatuto social.

O destino dos abandonados tutelados pela Misericórdia de Lisboa foi analisado à luz de quatro possibilidades: a sua entrega a amas e mestres de ofícios, a concessão de subsídios de lactação, a recuperação parental e a morte.

O serviço de amas era comum na Europa, sobretudo durante a fase de criação de leite, sendo uma prática recorrente tanto pelas famílias mais abastadas, como no que diz respeito aos expostos. Todavia, as amas dos abandonados pertenciam às mais pobres desta classe de trabalhadoras. Mais uma vez, verificamos que estamos sempre no domínio do estrato mais pobre da sociedade – as crianças eram expostas por pais sem meios para os criar (fosse por motivos económicos ou por salvaguarda da honra) e eram criados por amas também elas com poucos recursos.

A criação dos abandonados dividia-se em fases - criação de leite, criação de seco, termo de vestir ou aprendizagem de ofícios junto de mestres e, por fim, no caso das raparigas, o termo de criadas. O valor do salário das amas diminuía conforme se avançava no período de criação, sendo que no termo de criadas já seria a família que acolhia a criança a pagar-lhe o serviço prestado. As amas deviam ainda cumprir o que estava regulamentado nos seus deveres, sob pena de lhes ser retirado o exposto e de perderem os seus salários. As que se dedicavam aos abandonados pertenciam ao grupo das mais pobres desta classe de trabalhadoras, indo as suas motivações desde o colmatar a falta ou morte de um filho, a razões económicas ligadas ao salário auferido ou, até, procurando uma mão-de-obra extra que pudesse contribuir para o rendimento do agregado. Era, desta forma, frequente que criassem mais do que um exposto, revelando a importância deste salário para a subsistência da sua família.

Os contemporâneos nacionais e estrangeiros acreditavam que os expostos se desenvolviam melhor física e intelectualmente quando criados por amas de zonas rurais, sendo melhor integrados nas famílias e na sociedade. A Misericórdia de Lisboa também apoiava esta teoria, motivo pelo qual procurou atrair um maior número de amas de algumas regiões, como Leiria, Pombal e Vila Nova de Ourém, criando distritos de inspeção e respectivas pagadorias em Sobral, Caldas da Rainha e Leiria (porém, os concelhos que compunham estes distritos não correspondiam à divisão administrativa do Reino). De facto, verificou-se uma maior concentração de menores entregues a amas e mestres de ofícios destas regiões. Em algumas delas, aumentou o valor relativo destes após o fim do abandono anónimo legal na capital, nomeadamente, em Leiria, Alcobaça, Pombal e Vila Nova de Ourém. Por contraste, diminuiu a percentagem de expostos criados por amas de Lisboa, o que demonstra a capacidade da misericórdia de canalizar os seus tutelados para os distritos de inspeção e respectivos concelhos onde acreditavam existirem melhores amas e onde já dispunham de uma estrutura montada para os fiscalizar e vigiar, composta por inspectores, visitantes e pelo próprio serviço de pagadorias. De facto, as amas e os mestres destes distritos faziam retornar menos os expostos à instituição, quando comparado com a situação vivida pelos abandonados entregues a amas da capital. Coloca-se ainda a possibilidade de uma melhor integração familiar e social ao cuidado de amas e mestres de ofícios fora da grande cidade.

Os subsídios de lactação foram generalizados para fazer diminuir a admissão de abandonados na Real Casa dos Expostos de Lisboa e limitá-la aos casos que,

efectivamente, eram justificados. Pretendia-se, com esta alternativa, que as crianças permanecessem no seu seio familiar, apelando à responsabilização parental. Em meados do século XIX, há referências à concessão deste apoio pela Misericórdia de Lisboa, tanto a mães como a pais. Não constituiu, portanto, uma novidade nesta mudança do paradigma assistencial, mas antes a generalização de uma medida já aplicada e que, a partir de 1870, se revelou bem sucedida, com reflexos num decréscimo do abandono infantil. Contrariamente ao que acontecia noutras Casas da Roda, onde este subsídio só era atribuído a mães solteiras, em Lisboa a sua maioria foi concedido a mulheres casadas. Coloca-se a possibilidade de, mesmo mediante a concessão deste apoio, as mães solteiras não terem meios para criar os seus filhos, o que se relaciona com os motivos inerentes ao abandono, nomeadamente, o facto de serem criadas ou de terem sido abandonadas pelo pai do menor. Eram, de facto, as casadas e, depois, as amancebadas que tinham capacidade para manter as crianças no seu seio familiar perante a atribuição desta ajuda.

Seguindo o objectivo de responsabilização parental, a misericórdia da capital procurou criar estímulos para que os pais recuperassem os seus filhos. Estes apoios, aliados ao fim do abandono anónimo infantil em Lisboa e ao desconhecimento do futuro que poderiam tomar os seus menores, motivaram um aumento das recuperações nos anos imediatamente antecedentes a 1870, ainda que pouco representativo. Os menores recuperados situavam-se entre um e três anos, embora se saiba que, no início da década de 1870, a concessão de subsídios não foi determinante para este acto. Possivelmente, os pais teriam meios para criar os seus filhos, não tendo demonstrado pobreza comprovada ou prevalecendo os laços de afecto, tantas vezes evidenciados nos sinais escritos onde era demonstrado o desejo de posterior recuperação do filho.

Os contemporâneos apontavam a elevada mortalidade dos abandonados como uma razão para o encerramento da roda dos expostos. Assim o era tanto em Portugal como noutros Estados da Europa católica. Não existe um modelo único adoptado pelos estudiosos do abandono infantil ou pelos demógrafos para analisar a mortalidade desta classe. Por esse motivo, escolhemos as perspectivas de análise que considerámos melhor se adequarem aos nossos dados e à realidade lisboeta – a relação entre as mortes e a população total de expostos e a mortalidade infantil face ao número de crianças entradas na instituição até um ano de idade.

Analisando o número de mortes de todas as idades face à população total de abandonados, verificámos que existiu uma evolução inconstante, mas tendencialmente

decrecente, sobretudo, a partir da extinção do abandono na roda dos expostos da capital. Após este momento verificou-se um grande decréscimo do número absoluto de mortes justificado, principalmente, por uma grande diminuição das crianças admitidas. Dado serem menos os menores institucionalizados era natural que fosse igualmente mais baixo o número de crianças que morria.

Paralelamente, assistimos a uma decréscimo da mortalidade infantil quando analisados os dois grandes subperíodos de 1860 a 1870 e de 1871 a 1910. Se antes de 1870, as crianças até aos três anos faleciam, sobretudo, durante o primeiro ano de idade, tal altera-se a partir da imposição do novo modelo de admissão e graças ao sucesso das iniciativas da Misericórdia de Lisboa que, mais à frente, enunciaremos. Passa a ser mais representativa a proporção de mortes entre um e três anos, colocando-se a hipótese de, nesta fase, serem abandonados menores cuja saúde era débil, ainda que tal não seja estatisticamente considerado pela instituição como um motivo para a exposição.

Estudada a evolução anual da mortalidade infantil face ao número de crianças institucionalizadas até um ano, não se pode afirmar existir uma evolução clara. Havia picos de elevada mortalidade infantil que, por vezes, podemos associar a surtos epidémicos. Todavia, estes eram cada vez mais espaçados no tempo, o que contribui para que a tendência deste indicador apresente uma lenta diminuição. Por outro lado, a mortalidade infantil na Real Casa dos Expostos de Lisboa era substancialmente mais baixa do que a de outras Casas da Roda nacionais e espanholas, ainda que, no início do século XX, fosse alta quando comparada com os percentuais do distrito e concelho de Lisboa.

Dado que havia mais expostos entregues a amas externas do que na instituição, era junto das primeiras que a mortalidade era mais elevada, sobretudo, nos distritos de inspecção e, nestes, no de Leiria, onde sabemos ter existido uma maior concentração de abandonados. Porém, a mortalidade infantil era mais baixa não só em Lisboa, como também no distrito de inspecção de Leiria, quando comparada com outros, sobretudo, com Sobral, ou até com os concelhos fora dos distritos de inspecção. De facto, nem sempre seria vantajoso enviar as crianças para o campo ou para fora da capital. Tal podia condicionar a sua sobrevivência, quer porque adoeciam ou faleciam durante o trajecto, quer porque não tinham acesso a bons serviços médicos e farmacêuticos. Tudo dependia da região para onde estes eram enviados, havendo um maior sucesso em Leiria, onde a estrutura montada no respectivo distrito de inspecção melhor funcionaria na salvaguarda

dos menores até um ano de idade. Por contraponto, em Sobral a mortalidade infantil era alta, levando-nos a questionar a eficiência do funcionamento do distrito de inspecção, respectiva fiscalização e vigilância. Fora dos distritos de inspecção, onde não existia uma estrutura desenvolvida pela misericórdia da capital, a situação era igualmente gravosa.

A tendência da mortalidade e, sobretudo, da mortalidade infantil, reportam-nos para o possível sucesso das medidas aplicadas pela Misericórdia de Lisboa tendo em vista a sobrevivência e a saúde dos menores por si tutelados, como são exemplo o acesso ao serviço clínico, a vacinação, o acesso a casas de banhos terapêuticas, a preocupação com a higiene e asseio do corpo, o conhecimento do estado sanitário e de saúde mães expositoras ou uma maior vigilância dos filhos de meretrizes.

Mas como se reflectiu o fim das exposições na roda, todas as dinâmicas e iniciativas no número de expostos e na evolução da população tutelada pela Misericórdia de Lisboa? Se entre 1850 e 1870 houve um rápido crescimento do número de crianças abandonadas, a partir da extinção das exposições na roda da capital esta evolução inverteu-se, sendo pautada por uma progressiva diminuição do número de expostos. Ao contributo do fim do abandono anónimo para esta tendência, pode-se igualmente aliar a diminuição da idade de emancipação dos expostos e os estímulos para casamento das expostas pela atribuição de dotes.

Estudada a transformação da política assistencial face aos expostos à luz da sua contextualização e dos seus reflexos em termos quantitativos, pretendeu-se traçar o percurso de vida de dois grupos de crianças – um que, em algum momento da sua vida, foi enviado para criar junto de amas da capital, na freguesia da Encarnação, e, outro, entregue a amas da freguesia de Tomar, do pequeno centro urbano com o mesmo nome. O objectivo era passarmos de uma análise do colectivo, a população de expostos, para o indivíduo, o/a exposto/a, verificando a integração familiar e social destas crianças e confirmando se, tal como se acreditava na altura, esta era melhor sucedida junto de amas residentes em regiões mais pequenas, afastadas da grande cidade de Lisboa.

Apesar de termos duas amostras distintas, verificámos que as circunstâncias do abandono foram idênticas. Estes menores foram expostos, maioritariamente, ainda recém-nascidos, na roda, durante o dia e levando consigo sinais. Embora só conheçamos o estado das roupas de alguns, sabemos que eram sobretudo velhas e compostas por tecidos

baratos, o que nos transporta para a baixa classe social dos pais/expositores. De destacar é igualmente o facto de só termos um exposto que foi admitido após 1870 e que pertence à amostra de Tomar.

Ainda que no grupo da Encarnação tenhamos verificado uma maior percentagem de raparigas, em Tomar não houve uma preferência de género no acto do abandono, o que pode ser justificado pela nossa opção metodológica de tomar como ponto de partida os Róis de Confessados. Mas esta fonte permitiu-nos identificar a existência, sobretudo na freguesia da Encarnação, de um número significativo de expostos que não eram tutelados pela Misericórdia de Lisboa e que poderiam pertencer a outras Casas da Roda. De facto, evidenciou-se um número significativo de raparigas que, dadas as suas idades, possivelmente seriam criadas. Este era um serviço com bastante procura na capital, não suprimindo a Misericórdia de Lisboa, através das suas abandonadas, toda a necessidade.

Apesar das circunstâncias de abandono dos dois grupos serem idênticas, o mesmo não se verificou com o destino dos expostos. Ainda que, na fase de criação de leite, estes fossem enviados sobretudo para zonas rurais e pequenas localidades, a partir da criação de seco o percurso da amostra da Encarnação passou a ser marcado pela mobilidade e não cumprimento dos períodos contratuais. Verificou-se uma significativa troca entre amas, sobretudo, com o avançar da idade dos abandonados o que, no caso da cidade de Lisboa, tem estreita articulação com a dedicação das expostas ao serviço de criadagem. Contrariamente, mais de metade dos expostos de Tomar apenas tiveram uma ama e, quando ocorria uma transferência, era comum continuarem a integrar agregados das mesmas regiões.

As amas eram, sobretudo, casadas, característica preferencial ao longo das várias fases de criação. A profissão dos seus maridos era referida indiferenciadamente como “trabalhador”, sendo crescente com o avançar dos períodos de criação o número de casos em que não se obteve resposta. Quando temos esta informação, associamos as suas ocupações e profissões às classes populares, salvo algumas excepções.

Paralelamente, ainda que a dimensão média dos agregados da Encarnação e de Tomar fosse idêntica verificámos, no primeiro caso, uma maior flutuação do número de indivíduos numa habitação ao longo dos anos. Era ainda comum, na grande cidade, residir mais do que uma família na mesma casa. Verificámos, no caso dos fogos onde habitavam os expostos da Encarnação, que constituiriam maioritariamente o que o Grupo de

Cambridge designa de *houseful*. Os expostos coabitariam com casais, com estes e os seus filhos ou com viúvas e respectivos filhos e, ainda, com outros indivíduos não aparentados, que variam em número e em tempo de permanência na residência. Esta composição diversificada do agregado doméstico poderia condicionar a integração familiar e social destes menores, levando a que houvesse uma maior probabilidade de serem reinstitucionalizados e, novamente, entregues a outras amas. Aumentava, assim, a mobilidade entre amas e, por consequência, geográfica destas crianças. Por contraponto, em Tomar, verificámos que predominavam os agregados familiares simples, habitando estes menores apenas com um casal ou o casal e respectivo(s) filho(s), ainda que estes últimos pudessem ser em número elevado o que nos remete para a possibilidade do rendimento obtido pela ama pela criação do exposto ser determinante perante uma família numerosa.

Confirmámos a hipótese de melhor integração social destes menores ao cuidado de amas residentes em Tomar, sendo mais reduzida a sua mobilidade entre amas e havendo até casos de possível inclusão familiar e social que é atestada, por exemplo, pela inserção no seu nome dos apelidos daqueles que os acolheram. Apesar de não haver registo de pedidos de “adopções” ou outras solicitações formais, como Teodoro Afonso da Fonte identificou para o caso de Viana do Castelo, sabemos que alguns expostos permaneceram com a mesma família por largos anos e findos os períodos de criação pagos.

Esta melhor integração contrastava, contudo, com uma menor informação, dado que pouco sabemos do percurso de vida dos expostos ao cuidado de amas de pequenas localidades. Apesar da Misericórdia de Lisboa ter uma estrutura montada para este efeito, composta por inspectores e contando com a colaboração de autoridades civis e religiosas de várias partes dos Reino, nem sempre tinha capacidade para vigiar todos os seus tutelados, o que só se tornou absolutamente evidente no estudo das histórias de vida. Por contraponto, conhecemos a educação e aprendizagem de ofícios daqueles que residiram na capital, a aprendizagem de expostas no Recolhimento de São Pedro de Alcântara e os seus casamentos, ainda que estes casos tenham ocorrido em número reduzido, o que revela uma maior facilidade de controlo pela Misericórdia de Lisboa dos abandonados que lhes estavam mais próximos. Tal era mais notório quando se tratava de raparigas. No caso dos rapazes, perde-se o rasto mais facilmente, quer permanecessem na capital quer fossem enviados para criar fora desta.

Reforce-se ainda a ideia já referida de redistribuição dos expostos, defendida por Isabel dos Guimarães Sá. Em Lisboa, os expositores pertenciam às classes populares da sociedade. Estes deixavam os seus filhos à tutela da instituição para serem criados por amas, também elas pertencentes ao mesmo grupo social e às profissionais mais pobres desta classe. Pela criação destes menores, as amas obtinham um salário que podia ser determinante para o seu rendimento familiar.

Os percursos de vida aprofundados, ainda que representativos de algumas realidades concretas ou que condicionados pelos dados disponíveis, transmitem-nos as vivências de algumas crianças abandonadas da capital. Este nível detalhe seria impossível sem o conciliar de fontes diversas, que nos permitem ir além do registo institucional e, até, confirmar as informações prestadas perante a Misericórdia de Lisboa.

Em suma, ao longo do século XIX assistimos a uma mudança na mentalidade face à criança que foi extensível a um grupo particular destas à margem da sociedade, os expostos. De um discurso político e económico de aproveitamento do potencial produtivo destes menores e retorno do gasto financeiro dos Estados inerente à sua criação, passamos para uma preocupação com a sua integração familiar e social, bem como para a emergência de uma perspectiva mais sentimental e afectiva. Neste sentido, houve uma ruptura com o acto e modelo de exposição e admissão anónima. Verificaram-se mudanças no quadro assistencial e institucional, mas também, e sobretudo, alterações reais e quantificáveis. Mas, outros elementos permaneceram, nomeadamente, a preferência de envio destas crianças para amas residentes em zonas rurais e pequenos povoados, a admissão maioritária de filhos de mães solteiras e o estigma do nome “exposto” sempre associado aos registos oficiais.

Este trabalho suscita ainda ou pretende sugerir novas linhas de investigação neste mundo tão amplo dos estudos sobre o abandono infantil. A abrangência do tema e a riqueza das fontes fazem com que não seja possível esgotá-lo neste trabalho. Por exemplo, importava aprofundar ou detalhar: as roupas das crianças no momento de entrada; a importância do seu baptismo; as amas internas e externas, bem como as suas famílias; o porquê da preferência de envio destes menores para determinados concelhos, verificando-se se existiria uma relação com a extinção da roda nestas localidades, procurando as amas expostos de outros locais, ou podendo ainda haver uma maior necessidade de população;

a questão da mortalidade, dado os valores da capital serem comparativamente mais baixos que os de outras Casas da Roda nacionais e internacionais, bem como o serviço clínico e a atenção dada à saúde destes menores; a educação, aprendizagem de ofícios, emancipação, fuga, futuro profissional (por exemplo, nos registos de funcionários do Hospital de São José) e casamento dos expostos e expostas (de outras freguesias para além do Santíssimo Sacramento); “dar voz” a milhares de expostos pelo traçar do seu percurso de vida; ... Desvendado o panorama geral do abandono infantil em Lisboa na segunda metade do século XIX cabe agora continuar a enriquecê-lo, havendo vários aspectos a explorar!

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora [ADE]

Fundo: Paróquia de São Pedro de Alcântara, Secção: Livros de Baptismos, cx. 2, liv. 7, 1828-1860. Disponível em: <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1011095>

Arquivo Diocesano de Santarém [ADS]

Rol de Confessados de São João Baptista de Tomar (concelho de Tomar), cxs. 52-55, 1788-1922.

Arquivo Histórico da Assembleia da República [AHAR]

Debates parlamentares da Câmara dos Senhores Deputados e da Câmara dos Pares. Disponíveis em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc>

Legislação régia. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>

Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa [AHACLX]

Manuscritos da série vermelha, nº 21, 1783-1804.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa [AHPATLX]

Registo de Correspondência, Livros de Copiadores, livs. 101-103, 128, 134-135, 160, 190, 200, 257, 260, 296, 298, 341, 354-364, 368, 1849-1891.

Rol de Confessados da freguesia da Encarnação (concelho de Lisboa), livs. 932-976, 1850-1910.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [AHSCML]

Actas da administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, livs. 1 a 17, 1852-1910.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Documentos de exposições*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Papeletas de matrícula*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Exposições, *Registos de exposições*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos das fêmeas*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco - meninos e meninas*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostas maiores dadas a servir*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Emancipação dos expostos, *Registo de emancipações*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Emancipação dos expostos, *Entrega de termos de emancipação às expostas*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos aos pais, *Documentos de entrega*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos aos pais, *Termos de entrega aos pais*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Registo das amas, *Matrícula das amas da casa*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Registo das amas, *Registo de amas por concelhos*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Inspeção às amas dos expostos, *Inspeção Geral*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Inspeção às amas dos expostos, *Inspeção de Leiria*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Inspeção às amas dos expostos, *Inspeção das Caldas da Rainha*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Inspeção às amas dos expostos, *Inspeção de Sobral de Mont'Agraço*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Expediente, *Registo de ofícios enviados*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Expediente, *Ofícios recebidos*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Expediente, *Registo de ofícios recebidos*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Recolhimento da Órfãs / Instituto de São Pedro de Alcântara, Subsecção: Entrada de Órfãs no Recolhimento, Processos de Órfãs – Concurso para admissão no Recolhimento.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Recolhimento da Órfãs / Instituto de São Pedro de Alcântara, Subsecção: Entrada de Órfãs no Recolhimento, Processos de Órfãs – Concurso para admissão no Recolhimento, *Pareceres das órfãs*.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Correspondência expedida pelo Hospital de São José, 1804-1864.

Correspondência recebida e expedida, Documentação avulsa referente à correspondência da beneficência pública, procs. 001-799, 1877-1900.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT]

Fundo: Condes de Linhares, mç. 28, doc. 7, *Memória sobre os expostos, órfãos e maneira de os tornar úteis ao país*, 1802.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: Assistência, Série: Consultas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mç. 436.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: 3ª Repartição, Série: Consultas das Juntas Gerais de Distrito 1835/1843, mç. 2029.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: 4ª Repartição, Série: Ofícios recebidos dos Governos Civis e Administração Geral de Lisboa, mç. 2099.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: 4ª Repartição, Série: Respostas a circulares relativas a Governos Civis e Administrações Gerais, mçs. 2110 e 2112.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: 4ª Repartição, Série: Negócios diversos sobre expostos, mç. 2084.

Fundo: Ministério do Reino, Secção: Conselho Geral de Beneficência, Série: Negócios Diversos do Conselho Geral de Beneficência, mçs. 4507 e 4562.

Fundo: Paróquia da Encarnação, Série: Registo de casamentos, cx. 22, liv. 22, 1856-1863. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4814930>

Fundo: Paróquia da Encarnação, Série: Registo de casamentos, cx. 23, liv. 23, 1863-1873. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4814931>

Fundo: Paróquia de São Sebastião da Pedreira, Série: Registo de casamentos, cx. 30, liv. C10, 1867-1878. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4820842>

Polícia civil de Lisboa, *Livro de matrícula do pessoal d'este corpo com principio em janeiro de 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

Polícia civil de Lisboa, *Polícia Civil de Lisboa. Matrículas do pessoal do corpo*. 2º Livro da 2ª Série. Nºs 798 a 1596 (NT 470, NP 474 – 1885-1891).

Impressas

ARQUIVOS DO INSTITUTO CENTRAL DE HIGIENE, *Tabelas do movimento fisiológico da população de Portugal, decénio de 1901-1910*, Lisboa, s.n., 1916.

Câmara dos dignos pares. Discurso pronunciado em sessão de 30 de março de 1874 pelo Conde de Rio Maior, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

Código Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>

CONDE DE RIO MAIOR, António, *As finanças e a mortalidade dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

CONDE DE RIO MAIOR, António, *Uma opinião sobre os expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.

Constituições denodais do arcebispado de Lisboa, novamente feitas pelo sínodo diocesano, que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa o Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo da mesma Cidade, do Concelho de Estado de S. Magestade, em os 30 dias de Maio do ano de 1640, Lisboa Oriental, Oficina de Filipe de Sousa Vilela, M.DCC.XXXVII.

GARCIA, Manoel Emygdio, *A roda dos expostos. Parecer e projecto de reforma, apresentados à junta geral do distrito de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1871.

CUNHA, Candido Albino da Silva Pereira e, *Instituições de hygiene publica*, 3 vols., Lisboa, Imprensa de F.X. de Sousa, 1849.

CUNHA, Manoel Caetano, *Breves considerações sobre as rodas dos expostos*, Porto, Typographia Franceza e Nacional, 1873.

ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, *População. Censo no 1º de Janeiro 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, *População. Censo no 1º de Janeiro 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

GOODOLPHIM, Costa, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

JUNTA GERAL DO DISTRITO DO PORTO, *Novas providências e documentos acerca dos expostos mandados publicar por esta junta na sessão anual de 1866, e coligidos pelo Dr. José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osório, Procurador à mesma Junta pelos Concelhos de Lousada, e Paços de Ferreira – Professor de Higiene Pública e*

Medicina legal na Escola Médico-Cirurgica do Porto, etc. etc., Porto, Typographia Lusitana, 1866.

LALLEMAND, Léon, *Histoire des enfants abandonnés et délaissés. Études sur la protection de l'enfance*, Paris, L'Académie des Sciences Morales et Politiques, 1885.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Censo da População de Portugal No 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA, *Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, *Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

MIRANDA, João Cardozo Ferraz de, *Relatório acerca de alguns estabelecimentos de beneficência existentes em Londres, Paris, Bélgica e Roma feito pelo conselho de beneficência pelo seu secretário João Cardozo Ferraz de Miranda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.

OSÓRIO, José Frutuoso, *A Junta Geral do Districto do Porto e as creanças soccorridas no Hospício do Porto*, Porto, Typ. do Jornal do Porto, 1870.

OSÓRIO, José Frutuoso, *Novas providências e documentos acerca dos expostos*, s.l., s.n., 1866.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das providências que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e acham espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria*, Lisboa, Imprensa Régia, 1820.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Exame crítico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto pátria, como subsidiária, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou enjeitados*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828.

PINTO, Albano da Silveira, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1890.

Regulamento distrital sobre a administração dos expostos, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1879.

Resoluções do Conselho de Estado da secção do contencioso administrativo..., tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.

Resoluções do Conselho de Estado da secção do contencioso administrativo..., tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório e contas da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativas ao anno económico de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836-1851.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório que a administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao excellentissimo senhor Ministro do Interior do Governo Provisório da República Portuguesa com as contas da gerência do anno economico de 1909-1910*, Lisboa, Typographia da Loteria da Santa Casa da Misericórdia, 1911.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao illustrissimo e excelentissimo senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Reino com as contas da gerência do anno económico de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862-1910.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Regulamento da Real Casa dos Expostos*, Lisboa, Imprensa Democratica, 1886.

SOARES, José Pinheiro de Freitas, *Memória sobre a preferênciã do leite de vacas ao leite de cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes casas dos expostos*, Lisboa, Typografia da Academia, 1812.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Classes dos crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1803.

TAVARES, Francisco, *Resultado das observações feitas no Hospital Real na inoculação das bexigas nos anos de 1796, 1797, e 1798 pelos médicos do mesmo hospital Antonio Mendes Franco e Fortunato Rafael Amado*, Lisboa, Officina Typographica, 1799.

Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados approvedo por decreto de 5 de Janeiro de 1888, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua historia)*, 1498-1898, Lisboa, Typ. Academia Real das Sciencias, 1902.

VAZ, Francisco de Assis, *Algumas considerações sobre expostos: fragmento da obra do barão de Gerando*. Trad. F. D'Assis e Souza Vaz, Porto, Typ. da Revista, 1843.

VAZ, Francisco de Assis, *Algumas páginas acerca de expostos, por M. Benoiston de Chateauneuf*; Trad. Francisco de Assis e Sousa Vaz, Porto, s.n., 1841.

VAZ, Francisco de Assis, *Notícia sobre o estado actual da Casa da Roda da cidade do Porto*, Porto, Imprensa aos Lavadouros, 1834.

VAZ, Francisco de Assis, *Os Expostos. Hospício do Porto*, Porto, Typ. da Revista, 1848.

VEIGA, João Chrysostomo da, *Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853.

Periódicos

Diário de Notícias, 1850-1870.

Gazeta Médica de Lisboa, 1855-1870.

Jornal de Coimbra, 1817.

Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario Politico, Julho de 1815.

CASTRO, Filipe, “Projecto sobre a Administração dos Expostos”, n^{os} 49-50, 1815, pp. 1-12 e 141-181.

Revolução de Setembro, 1852-1867.

Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa, 1842-1853.

CARVALHO, Thomaz “Abaixo a roda dos expostos”, 1853, pp. 46-48, 543-546, 555-557 e 567-568.

Estudos

ABREU, Laurinda, “A especificidade do sistema de assistência pública português - linhas estruturantes” in *Arquipélago - História*, 2ª série, VI, 2002, pp. 417-434.

ABREU, Laurinda, “A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os insanos: notas para uma introdução” in *Museu S. João de Deus. Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, pp. 109-114.

ABREU, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de Sociabilidade e Poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Serviço Editorial, 2007.

ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Évora, Edições Colibri / CIDEHUS, 2004.

ABREU, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

ABREU, Laurinda, *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva, 2013.

ABREU, Laurinda, “Portuguese Experiences of Artificial Infant Feeding in the Late Eighteenth Century” in *Food & History*, vol. 14, nº 1, 2006, pp. 55-80.

ABREU, Laurinda, *Public Health and Social Reforms in Portugal (1780-1805)*, United Kingdom, Cambridge Scholars Publishing, 2017. (a)

ABREU, Laurinda, “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)” in *Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinam Scientiarumque. Historiam Illustrandam*, vol. 20, 2000, pp. 395-415.

ABREU, Laurinda, “Reclusão e controle dos pobres: o lado desconhecido da assistência em Portugal” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. I, 2002/2003.

ABREU, Laurinda, “Saúde pública nas Constituintes (1821-1822)” in *Análise Social*, nº 122, vol. LII (1º), 2017, pp. 6-38. (b)

ABREU, Laurinda, *The Political and Social Dynamics of Poverty, Poor Relief and Health Care in Early-Modern Portugal*, s.l., Taylor & Francis Ltd, 2016.

ABREU, Laurinda, “Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650-1837)” in *Annales de démographie historique*, n° 2, 2005, pp. 165-183.

ALAY SUÁREZ, Montserrat, “La lucha contra la mortalidad infantil en la casa provincial de maternidad y expósitos de Barcelona durante la segunda mitad del ochocientos” in *Medicina & Historia*, n° 1, 2001 - cuarta época, pp. 1-16.

ALCÂNTARA, Ana Ramos, *Espaços da Lisboa operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

ALMEIDA, André Ferrand de, “As misericórdias” in *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 185-193.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, “As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918” in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 21, n° 2, Abril-Junho de 2014, pp. 687-708.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918*, Lisboa, Colibri, 2013.

ÁLVAREZ SANTALO, Leon Carlos, *Marginación social y mentalidad en Andalucía Occidental. Expósitos en Sevilla (1613-1910)*, Sevilla, Junta de Andalucía, 1980.

ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

ALVES, Milene Loirinho Gonçalves, *A Real Casa dos Expostos de Lisboa e a Aprendizagem de Ofícios (1777-1812)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

ALVIM, Maria Helena, “Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no séc. XIX” in *Revista de Ciências Históricas*, n° 2, 1987, pp. 15-24.

ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus, 1984.

ANTUNES, José Damas, *Os Expostos da Roda de Lisboa, Percursos de vida na Lourinhã e em Torres Vedras. Séculos XVII-XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

ARANA AMURRIO, José Ignacio de, “Historia de la inclusa de Madrid” in s.d., s.d.. Disponível em:

https://www.aeped.es/sites/default/files/historia_de_la_inclusa_de_madrid.pdf

ARANA AMURRIO, José Ignacio de, “Historia de la inclusa de Madrid” in *Cuadernos de la Historia de la Pediatría Española*, nº 4, Dezembro de 2012, pp. 20-31.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), “A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual. Uma obra que se apresenta” in *Misericórdia de Braga*, nº 2, Dezembro de 2006, pp. 229-248.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *História da vida privada*, vols. 4 e 5, s.l., Edições Afrontamento, 1990-1991.

ARIÈS, Philippe, *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1973.

ARIÈS, Philippe, “La infancia” in *Revista de educación*, nº 281, 1986, pp. 5-17.

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, *Misericórdias do distrito de Vila Real. Passado, Presente, Futuro*, Vila real, Arquivo Distrital de Vila Real, 1998.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

BARDET, Jean-Pierre, “Enfants abandonnés et enfants assistés à Rouen dans la seconde moitié du XVIII^e siècle” in *Annales de Démographie Historique*, 1973, pp. 19-47.

BARDET, Jean-Pierre, MARTIN-DUFOUR, Corinne, RENARD, Jacques, “La mort des enfants trouvés, un drame de deux actes” in *Annales de Démographie Historique*, 1994, pp. 135-150.

BARDET, Jean-Pierre, BRUNET, Guy (dir.), *Noms et destins des Sans Famille*, Paris, Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2007.

BARDET, Jean-Pierre, “Pour que vivent les enfants trouvés” in *Annales de Démographie Historique*, 1973, pp. 395-400.

BARREIRA, Manuel de Oliveira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Pobreza e Solidariedade (1600-1750)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Barbané, “La crianza y educación de los expósitos en España entre la Ilustración y el Romanticismo (1790-1835)” in *Historia de la educación: Revista interuniversitaria*, nº 10, 1991, pp. 33-62.

BASTO, A. de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1934.

BAVEL, J. van, “Family Control, bridal pregnancy, and illegitimacy: an event history analysis in Leuven, Belgium, 1846-1856” in *Social Science History*, vol. 25, nº 3, Outono de 2001, pp. 449-479.

BERELOWITCH, Wladimir, “Les hospices des enfants trouvés en Russie (1763-1914)” in *Enfance abandonnée et société en Europe (XIV^e-XX^e siècle). Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 167-217.

BETHENCOURT, “A Igreja” in *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 149-164.

“Bibliographie récente sur l’histoire de l’enfance” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 47-100.

BIGOTTE, J. Quelhas, *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*, Coimbra, s.n., 1959.

BOLOGNE, Jean-Claude, *História do Casamento no Ocidente*, Camarate, Círculo de Leitores, 2000.

BRAGA, Isabel Drumond, “Criar por devoção e amor de Deus: as senhoras da Corte e os Expostos da Misericórdia de Lisboa (1778-1851)” in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 24, nº 2, Julho-Dezembro de 2011, pp. 519-535. (a)

BRAGA, Isabel Drumond, “Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11, 2011, pp. 223-247. (b)

BRETELL, Caroline, FEIJÓ, Rui, “Foundling in Nineteenth-Century Northwestern Portugal: Public Welfare and Family Strategies” in *Enfance abandonée et société en Europe (XIV^e-XX^e siècle). Actes du colloque*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 273-300.

BRUNET, Guy, *Aux marges de la famille et de la société: filles-mères et enfants assistés à Lyon au XIX^e siècle*, Paris, L’Harmattan, 2008.

BRUNET, Guy, “Children abandoned and taken back: children, women and families in dire straits in Lyon in Nineteenth Century” in *Journal of Family History*, nº 36 (4), pp. 424-439.

BRUNET, Guy, BIDEAU, Alain, RAPPALINI, Emmanuelle, “Grandir sans famille: enfants et adolescents assistés en Haute-Savoie au XIX^e siècle” in *Lorsque l’enfant grandit. Entre dépendance et autonomie*, Paris, Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2003, pp. 901-915.

BURGUIÈRE, André, et. al. (dir.), *História da Família. 4. O Ocidente: Industrialização e Urbanização*, Lisboa, Terramar, 1999.

CALDEIRA, Maria, *Assistência infantil em Lisboa na 1^a República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

CALDEIRA, Maria José C. Silva, *De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a Primeira República*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

CASEY, James, *História da família*, Lisboa, Teorema, 1989.

COLEN, Luísa Barbosa, “Do Recolhimento das Órfãs ao Instituto de São Pedro de Alcântara” in *Cidade Solidária*, nº 33, 2015, pp. 138-151.

COLEN, Luísa Barbosa, “Socorros médicos e farmacêuticos aos doentes pobres da capital. A acção da Misericórdia de Lisboa (1907-1912)” in *XXXVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social – Quantidade e Quantificação em História*, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2016.

CODY, Lisa Forman, “The politics of illegitimacy in an age of reform: women, reproduction, and political economy in England’s New Poor Law of 1834” in *Journal of Women’s History*, vol. 11, nº 4, Inverno de 2000, pp. 131-156.

“Comptes Rendus” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 191-241.

CORREIA, Fernando da Silva, *Origens e formação das misericórdias portuguesas: estudos sobre a história da assistência*, Lisboa, Henrique Torres, 1944. [ou Lisboa, Livros Horizonte, 1999]

CRIADO ATALAYA, Juan A., “Abandono infantil en la ciudad de Tarifa en el primer tercio del siglo XIX. Aproximación al estudio del abandono infantil a través de las actas de cabildo en el reinado de Fernando VII” in *Almoraima*, nº 38, 2009, pp. 149-160.

CRIADO ATALAYA, Juan A., “Nascimentos y muertes de los expósitos en Tarifa en la primera mitad del siglo XIX (y II)” in *Aljarada: revista de estudos tarifeños*, nº 52, 2004, pp. 15-30.

CORSINI, Carlo, “Breastfeeding, fertility and infant mortality: lessons from the archives of the Floren Spedale degli Innocenti” in *Historical Perspectives on Breastfeeding*, Florence, UNICEF, pp. 63-85.

CORSINI, Carlo, “L’enfant trouvé: notes de démographie différentielle” in *Annales de démographie historique*, 1983, pp. 95-102,

CORSINI, Carlo, “Materiali per lo studio della famiglia in Toscana nei secoli XVII-XIX: gli espositi” in *Quaderni Storici*, vol. 11, nº 33 (3), 1976, pp. 998-1052.

CORSINI, Carlo, VIAZZO, Pier Paolo (ed.), *The decline of infant mortality in Europe, 1800-1950: Four national case studies*, Florence, UNICEF / Istituto degli Innocenti di Firenze, 1993.

CORTES, Nuno, “Expostos de Loulé: condições de acolhimento e atitudes no abandono (1820-1879)” in *Actas do 6º Congresso do Algarve*, vol. 1, 1990, pp. 123-130.

CORTES, Nuno, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

CORTES, Nuno, “O sistema liberal da Roda dos Expostos, O exemplo da administração algarvia (1820-1884)” in *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. 3, s.l., Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, 1995, pp. 127-138.

CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues, *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

DEMAUSE, Lloyd, *The history of childhood*, New York, Harper and Row, 1974.

DIAS, Ana Rita Botelho Moniz, *O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2007.

DINIS, Márcia, *Os expostos do Concelho do Funchal (1820-1869): um estudo de história social*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001.

DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha, *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: Os expostos em Trancoso (1803-1825)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*, Porto, Edições Afrontamento, 1993-1995.

DURÃES, Margarida, et. al., *The Transmission of Well-Being. Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*, Bern, Peter Lang, 2009.

Enfance abandonnée et société en Europe (XIVe-XIXe siècle), Rome, l'École Française de Rome, vol. 140, 1991.

ENGELS, Frederick, *The origin of the family, private property and the state*, Australia, Resistance Books, 2004.

FEIJÓ, Rui Graça, “Regional distribution of foundlings and illegitimate children in Portugal (1860-1910)” in Conferência *Modelos demográficos regionais do passado*, Oxford University, 1985.

FERREIRA, Jorge, FERREIRA, Olegário, “O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848” in *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. 3, s.l., Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, 1995, pp. 139-158.

FERREIRA, Vítor Matias, *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro de metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

FIJALKOW, Yankel, “Interrogations locales et échanges internationaux: les facteurs d’émergence de la mesure scientifique de l’encombrement des menages parisiens” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 173-190.

FILDES, Valerie, “The english wet-nurse and her role in infant care 1538-1800” in *Medical History*, vol. 32, 1988, pp. 142-173.

FLANDRIN, Jean-Louis, *Familles – Parenté, maison, sexualité dans l’ancienne société*, Paris, Hachette, 1976.

FONSECA, Jorge (et. al.), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: Tribuna da História, 2008.

FONSECA, Carlos Dinis da, *História e actualidade das misericórdias*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1996.

FONSECA, Jorge (coord.), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008.

FONTE, Teodoro Afonso da, “A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas” in *As cidades na história: população – Congresso Internacional*, Guimarães, 2012.

FONTE, Teodoro Afonso da, “Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874) in *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH)*

Associação Ibérica de Demografia Histórica, vol. 3, s.l., Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, 1995, pp. 187-204.

FONTE, Teodoro Afonso da, “Honra, património e abandono de crianças no noroeste peninsular. A (re)integração de expostos em famílias biológicas e adoptivas no século XIX” in *Família, espaço e património*, Porto, CITCEM, 2011. (a)

FONTE, Teodoro Afonso da, *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004.

FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima / Centro de Estudos Regionais, 2005.

FONTE, Teodoro Afonso da, “República, assistência e protecção social de menores em perigo moral” in *Estudos Regionais*, II série, nº 4, 2011, pp. 173-185. (b)

FRAZÃO, Fernanda, “As cartas de jogar e os expostos da Misericórdia de Lisboa” in *Cidade Solidária*, nº 32, 2014, pp. 140-149.

FUCHS, Rachel, *Abandoned children. Foundlings and Child Welfare in Nineteenth-Century France*, New York, State University of New York Press, 1984.

FUCHS, Rachel, *Gender and Poverty in Nineteenth-Century Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

GAMEIRO, Maria Isabel, *Recolher, educar e instruir. A Casa Pia de Évora (1836-1910)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

GARCIA, João Luís, et. al., *Abandono de crianças na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no ano de 1800*, 1989. [Trabalho realizado no âmbito do 3º ano do curso de Sociologia na Universidade Autónoma de Lisboa]

GEREMEK, Bronislaw, *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

GOMES, J. Pinharanda, “Confrarias, misericórdias, ordens terceiras, obra pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX. Bibliografia institucional (Contributo)” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 8/9, 1996-1997, pp. 611-648.

GONÇALVES, Cândido Gonçalo Rocha, *A construção de uma polícia urbana (Lisboa, 1890-1940). Institucionalização, organização e práticas*, Lisboa, Instituto de Ciências Superior do Trabalho e da Empresa, 2007.

GOODY, Jack, *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

GOODY, Jack, *The European Family. An Historico-Anthropological Essay*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.

GORDI, M. G., PELLEGRINI, L., *Un problema di storia sociale. L'infanzia abbandonata in Italia nel secolo XIX*, Firenze, La Nuova Italia, 1974.

GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786-1790). Aspectos Sociais e Demográficos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão, *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2003.

GREGORY, Ian, KEMP, Karen, MOSTERN, Ruth, “Geographical Information and historical research: Current progress and future directions” in *History and Computing*, vol. 13, nº 1, 2003, pp. 7-23. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238496673_Geographical_Information_and_Historical_Research_Current_Progress_and_Future_Directions (número de páginas adoptado)

GUSMÃO, A., *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Évora, Santa Casa da Misericórdia de Évora, 1958.

HENSERSON, John, WALL, Richard (ed.), *The poor women and children in the European past*, London / New York, Routledge, 1994.

HEYWOOD, Colin, *History of Childhood: Children and Childhood in the West from Medieval to Modern Times*, Cambridge, Polity Press, 2001.

HUNECKE, Volker, “Les enfants trouvés: contexte européen et cas milanais (XVIII-XIX siècles)” in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo 32, Paris, 1985, pp. 3-29.

HUNECKE, Volker, *Il Trovatelli di Milano: Bambini esposti e famiglie espositrici del XVII al XIX secolo*, Bologna, Il Mulino, 1989.

INÁCIO, Nuno Campos, “Um Contributo para a História do Direito – Os Expostos” in *Jurismat*, nº 5, 2014, pp. 345-360.

Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

IVO, Pedro, *O sêlo da roda*, Porto, Editora Educação Nacional, 1943.

JABLONKA, Ivan, “L’ascension sociale des jeunes filles de l’assistance publique (1880-1940)” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 127-141.

JABLONKA, Ivan, *Les enfants de la République. L’intégration des jeunes de 1789 à nos jours*, Paris, Éditions du Seuil, 2010.

JABLONKA, Ivan, *Ni père ni mère: histoire des enfants de l’Assistance publique, 1874-1939*, Paris, Seuil, 2006.

JEORGER, Muriel, “Enfant trouvé, enfant objet” in *Histoire, économie et société*, nº 3, 1987, pp. 373-386.

JÚNIOR, Moysés Kuhlmann, ROCHA, José Fernando Teles da, “Educação no Asilo dos Expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950” in *Cadernos de Pesquisa*, vol. 36, nº 129, Setembro/Dezembro de 2006, pp. 597-617.

KERTZER, David, et. al., “Childhood mortality and quality of care among abandoned children in nineteenth-century Italy” in *Population Studies*, vol. 53, nº 3, Novembro de 1999, pp. 303-315.

KERTZER, David, “Gender ideology and infant abandonment in nineteenth-century Italy” in *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 22, nº 1, Verão de 1991, pp. 1-25.

KERTZER, David, *Sacrificed for Honor: Italian Infant Abandonment and the Politics of Reproductive Control*, Boston, Beacon Press, 1993.

KERTZER, David, BARBAGLI, Marzio (ed.), *The History of the European Family: Volume 2; Family Life in the Long Nineteenth Century, 1789-1913*, New Haven, Yale University Press, 2002.

KNOWLES, Anne Kelly, “Historical Geographic Information Systems and Social Science History” in *Social Science History*, nº 40, 2016, pp. 741-750.

LAMSFÚS VALVERDE, Lola, “Los niños expósitos y sus nodrizas en el país vasco (siglos XVIII y XIX)” in *Vasconia: Cuadernos de historia – geografía*, nº 17, 1990, pp. 233-262.

LARQUIÉ, Claude, “La mise em nourrice des enfants madrilènes au XVIIIe siècle” in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo 32, Paris, 1985, pp. 125-144.

LASLETT, Peter, WALL, Richard, *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

LE BOULANGER, Isabelle, *L’abandon d’enfants*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2011.

LEANDRO, Joana, *Os expostos da Póvoa de Varzim: 1792-1836*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

LEBRUN, François, *La vie conjugale sous l’Ancien Régime*, Colin, 1975.

LEMAÎTRE, Nicola, SOT, Marie-Thérèse Quinino Verónica, *Dicionário cultural do Cristianismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

LEVENE, Alysa, “The origins of the children of the London Foundling Hospital, 1741-1760: a reconsideration” in *Continuity and Change*, nº 18 (2), 2003, pp. 201-235.

LIMA, Nuno Miguel, *Os «Homens Bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*, Lisboa, Banco de Portugal, 2009.

LIMA, M., ABADE, Augusto, SMITH, Malcolm, “Child abandonment and illegitimacy in the island of São Jorge (Azores - Portugal)” in *São Jorge e Topo*, nº 92, pp. 3-7.

LOPES, Maria Antónia, “A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820” in *Revista de História das Ideias*, nº 29, 2008, pp. 131-176. (a).

Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25024/1/Lopes.M.A.A%20intervenção%20da%20Coroa.pdf> (número de páginas adoptado)

LOPES, Maria Antónia, “As Misericórdias como palcos de luta partidária e instrumentos de domínio político (1834-1945)” in *Congresso Internacional 500 Anos de*

História das Misericórdias. Actas, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 239-258.

LOPES, Maria Antónia, “As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839” in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 26, nº 2, Julho-Dezembro 2013, pp. 290-321. (a)

LOPES, Maria Antónia, *Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, 2 vols., 2000. (a)

LOPES, Maria Antónia, “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)” in *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*, Braga, Universidade do Minho/Lab2PT, 2016, pp. 173-191. (a).

Disponível em:

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33343/1/Assistencia_publica_a_infancia_a_pos_a_ex.pdf (número de páginas adoptado)

LOPES, Maria Antónia, “Buscando a saúde. Os hospitais enquanto geradores de mobilidade em Portugal na 2ª metade do século XIX” in *Migraciones y Sanidad. Antiguos e nuevos desafios*, Santiago de Compostela, Alvarellos Editora, 2017.

LOPES, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 2, 2002, pp. 155-184.

Disponível em:

<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/25021/1/Crianças%20e%20jovens%20em%20risco.M.A.Lopes.pdf> (número de páginas adoptado)

LOPES, Maria Antónia, “Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890” in *Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*, s.l., Lab2PT, 2016, pp. 37-54. (b)

LOPES, Maria Antónia, “O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais do Antigo Regime” in *A infância no universo assistencial da Península Ibérica*

(sécs. XVI-XX), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 97-110. (b)

LOPES, Maria Antónia, “Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866)” in *Revista Portuguesa de História*, nº 21, 1984.

LOPES, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública” in *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

LOPES, Maria Antónia, “Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX” in *A História tal qual se faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 89-102.

LOPES, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)” in *Estudos do Século XX*, nº 13, 2013, pp. 257-280. (b).

Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25022/1/Socorros%20publicos%20em%20Portugal%2c%20sec%2016-19Lopes.M.A.Lopes.pdf> (número de páginas adoptado)

LOPES, Maria Antónia, “Pobreza, assistência e política social em Portugal nos séculos XIX e XX – Perspectivas historiográficas” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 63-83. (b)

LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: Guia de estudo de investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LÓPEZ VIEIRA, David, “Expósitos y nodrizas portuguesas en la inclusa de Ayamonte durante el siglo XVIII” in *Actas del I Coloquio Internacional “Los Extranjeros en la España Moderna” celebrado en Málaga del 28 al 30 de Noviembre de 2002*, tomo I, Málaga, 2003, pp. 443-456.

LOUSADA, Maria Alexandre, “A cidade vigiada. A Polícia e a Cidade de Lisboa no início do século XIX” in *Cadernos de Geografia*, nº 17, 1998, pp. 227-232.

MAKSUD, Monique, NIZARD, Alfred, “Enfants trouvés, reconnus, légitimés. Les statistiques de la filiation en France, aux XIXe et XXe siècles” in *Population (French Edition)*, vol. 32, B° 6, Novembro-Dezembro de 1977, pp. 1159-1220.

MANCERA CARRERO, Alexandra, “Niños expósitos y menores en Bogotá: 1791-1920” in *Nómadas*, nº 36, Abril de 2012, pp. 224-237.

MANOEL, Francisco d’Orey, “A voz dos sinais” in *Cidade Solidária*, nº 15, 2006, pp. 76-85.

MANOEL, Francisco d’Orey, MORNA, Teresa Freitas, “Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo” in *Cidade Solidária*, nº 7, 2001, pp. 110-115.

MANOEL, Francisco d’Orey, COLEN, Maria Luísa Barbosa, “Os expostos e desamparados da Misericórdia de Lisboa” in *Cidade Solidária*, nº 2, 1999, pp. 40-48.

MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal. Volume IX - Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

MARTÍN ESPINOSA, Noélia, *Madres que abandonan: niños expósitos en la Inclusa de Toledo (1900-1930)*, Toledo, Facultad de Humanidades de Toledo, 2012.

MARTINEZ-GROS, Gabriel, MAREC, YANNICK, “Enfance abandonnée et société em Europe (XIVe-XIXe siècle)” in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 48, nº 1, 1993, pp. 49-51.

MATOS, Paulo Teodoro, *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*, Guimarães, NEPS, 2007.

MATOS, Sebastião de, *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação Cultural Recreativa de Areias de Vilar, 1995.

MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Temas & Debates, 2011.

MAZZONI, Stanislao, MANFREDINI, Matteo, “Les enfants abandonnés à l’hôpital de Parme (Italie) dans la commune de Pellegrino Parmense” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 83-98.

MEDINA PLANA, Raquel, “Escrituras de adopción o prohijamiento de expósitos de la Inclusa de Madrid (1700-1852)” in *Cuadernos de Historia del Derecho*, nº 21, 2014, pp. 189-211.

MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910)*, 3 vols., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005. MOTA, Guilhermina “Famílias em

Coimbra nos séculos XVIII e XIX” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, tomo II, 2010, pp. 353-385.

MORAIS, M. G., “Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do séc. XIX (1806-1830)” in *Almanson, Revista da Cultura Almanson*, nº 5, 1987, pp. 45-87.

MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins Moreira, *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

MORLOT, Sophie, “Secourir les enfants en province. L’exemple du Dijon révolutionnaire et consulaire” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 59-82.

NASH, Mary, BALLESTER, Rosa (coord.), *Mulheres, trabalho e reprodução. Atitudes sociais e políticas de protecção à vida. Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento, s.d.

NETO, José Miguel Arias, SILVA, Robson Roberto da, “A assistência caritativa à infância abandonada e exposta na cidade de São Paulo no século XIX” in *Diálogos – Revista do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 16, nº 1, Janeiro-Abril de 2012, pp. 235-256.

NEVES, Lúcia, “Subsídios de lactação – elementos para o estudo de mães solteiras nos finais do século XIX” in *Nova Augusta*, nº 8, II Série, 1994, pp. 35-36.

OLIVEIRA, César (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

OLIVEIRA, Luísa Santiago de, et. al., *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes 1821-1822: estudo e documentos*, vol. 4, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1992.

PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vols. 1 a 10, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2017.

PANTER-BRICK, Catherine, SMITH, Malcolm T. (ed.), *Abandoned Children*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

PÁSCOA, Marta, *Os expostos em Castro Verde entre 1887 e 1899*, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, 1998.

PAULINO, Joana Vieira, “A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17, 2017, pp. 211-228.

PAULINO, Joana Vieira, “Being an abandoned child in 19th century Lisbon” in *The City: multifaceted views*, Braga, Lab2pt, 2019, pp. 142-158.

PAULINO, Joana Vieira, “O abandono infantil na Lisboa da segunda metade do século XIX: os reflexos do encerramento da roda” in *Revista de Demografia Histórica*, XXXV, II, 2017, pp. 101-134.

PAULINO, Joana Vieira, “Os Expostos em Números. Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)” in *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, pp. 185-215.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, “Os Róis de Confessados, seu interesse histórico e alguns problemas que suscitem a sua utilização” in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX” in *Análise Social*, nº 25/26, 1969, pp. 85-117.

PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

PÉREZ MOREDA, Vicente, *La infancia abandonada en España (siglos XVI-XX). Discurso leído el día 8 de mayo de 2005 em la recepción pública del Excmo. Sr. Don Vicente Pérez Moreda ...*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2005.

PÉREZ SERRANO, Julio, “La Casa de Expósitos de Cádiz en la primera mitad del siglo XIX: avances y retrocsos de la reforma liberal en el sistema benéfico” in *Trocadero*, nº 3, 1991, pp. 85-116.

PILOTO, Adelina, *Os Expostos da Roda de Vila do Conde 1835/1854*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1998.

PINA, Luís de, “Da roda dos expostos à carta dos direitos da criança” in *Separata do Boletim da Câmara Municipal do Porto*, nº 27 (3-4), Porto, 1964.

PINHEIRO, Alfredo Dias, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Apontamentos para a sua História*, Guimarães, Tipografia Minarva Vimaranense, 1931.

PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (org.), *Cidade e MetrÓpole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

RAMOS, José de S., *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Typ. da Misericórdia, 1931.

RANSEL, David L., *Mothers of Misery: Child Abandonment in Russia*, Princeton, Princeton University Press, 1988.

REIS, Maria de Fátima, *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Cosmos, 2001.

REIS, Maria José Porém, *Crianças abandonadas e expostas no concelho de Alenquer (1866-1891)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

REIS, Maria José Porém, *Ler Sinais: Os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1890)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

REIS, Maria José Porém, “Margens Sociais” in *Cidade Solidária*, nºs 27 e 28, 2012, Lisboa, pp. 152-163.

RELVAS, Eunice, *Esmola e degredo: mendigos e vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

REVUELTA CÁRAVES, Fernando, “La fundación benéfica instituida por D. Antonio Hermógenes de la Serna. Dotes matrimoniales para expósitos de la provincia de Santander (1860-1963)” in *Ascagen*, nº 6, Outono de 2011, pp. 93-143.

REVUELTA EUGERCIOS, Bárbara, *Los usos de la inclusa de Madrid, mortalidad y retorno a principios del siglo XX (1890-1935)*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2011.

REVUELTA EUGERCIOS, Bárbara, “Qué pasa en La Inclusa? The role of press scandals, doctors and public authorities in the evolution of *La Inclusa de Madrid*, 1890-1935” in *Dynamis*, 35 (1), 2015, pp. 107-130.

REVUELTA EUGERCIOS, Bárbara, “Releasing mother’s burdens: child abandonment and retrieval in Madrid, 1890-1935” in *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 42, nº 4, Primavera de 2012, pp. 645-672.

RIJO, Delminda Maria Miguéns, *A representação da freguesia de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados (1693-1702)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

RODRIGUES, Maria João Madeira, et. al., *Sinais de Expostos*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1987.

RODRIGUES, Martinho Vicente, *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém. Cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPSE e Edições Afrontamento Lda., 2008.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, et. al. (coord.), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2009.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, *Viver e morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Ana María, *La Casa de Maternidad y Expósitos de Barcelona, 1872-1903*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2007.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Ana María, “La participación femenina en la beneficencia española. La Junta de Damas de la Casa de Maternidad y Expósitos de Barcelona, 1853-1903” in *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, nº 9, 2013, pp. 134-157.

ROLLET-ECHALIER, Catherine, *La politique à l’égard de le petite enfance sous la III^e République*, Paris, Presses Universitaires de Paris, 1990.

ROLLET, Catherine, “Les enfants abandonnés: d’une histoire institutionnelle aux trajectoires individuelles” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 7-12. (a)

ROLLET, Catherine, “Période Contemporaine. Dix ans de travaux sur l’enfance” in *Annales de démographie historique*, nº 114, 2007/2, pp. 32-46. (b)

ROQUE, João, Lourenço, *Classes populares no distrito de Coimbra do século XIX: 1830-1870. Contributo para o estudo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

ROWLAND, Robert, *População, família, sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

RUIZ RODRIGO, Cándido, *Protección a la infancia en España: reforma social y educación*, València, Universitat de València, 2004.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados” in *Cadernos do Noroeste*, vol. 5, nº 1-2, 1992, pp. 179-190. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1518-1838)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “A assistência: as misericórdias e os poderes locais” in *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 136-142. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)” in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. II, 1985, pp. 161-199.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / JNIC, 1995. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: o exemplo da “Casa da Roda” do Porto” in *Boletín de la Asociación de la Demografía Histórica*, X, nº 3, 1992, pp. 115-123. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As confrarias e as misericórdias” in *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias” in *História da Expansão Portuguesa. Volume I - A Formação do Império (1415-1570)*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, pp. 360-368. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da fundação à União Dinástica” in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 19-45. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno” in *Cadernos do Noroeste*, nº 15 (1-2), 2001, pp. 337-358. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário” in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998, pp. IX-XXII. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas” in *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. 3, s.l., Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, 1995, pp. 37-58. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas” in *Penélope*, nº 8, 1992, pp. 75-89. (c)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Assistance to children in north-west Portugal: the case of pre-industrial Braga” in *Cadernos do Noroeste*, vol. 6, nº 1-2, 1993, pp. 96-116.

SÁ, Isabel dos Guimarães, "Assistência Moderna e Contemporânea" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 140-149. (c)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care” in *Continuity and Change*, nº 9 (1), Cambridge University Press, 1994, pp. 69-89. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Circulation of children in eighteenth-century Portugal” in *Abandoned Children*, PANTER-BRICK, Catherine, SMITH, Malcolm T. (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 27-40. (a)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas misericórdias portuguesas ao longo do antigo regime” in *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, 2002, pp. 303-334. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Expostos, história das populações e informática” in *II Encontro sobre História e Informática*, Universidade do Minho, 1989.

SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 200-203. (d)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Os Hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno” in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996, pp. 87-103. (c)

SÁ, Isabel dos Guimarães, "Pobreza" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 456-461. (d)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas” in *Oceanos*, nº 35, 1998, pp. 42-50. (c)

SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico” in *Exclusão na História*, 2000, pp. 41-51. (b)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “The “Casa da Roda do Porto”: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century” in *Enfance abandonée et société*

en Europe (XIV^e-XX^e siècle). Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 539-572.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto*, s.l., Instituto Universitário Europeu, 1992. (d)

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2/3, 1994, pp. 233-250. (b)

SAMPAIO, José Rosa, *Os Expostos ou Enjeitados do Concelho de Monchique*, Monchique, (edição do autor), 2008.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, s.d. (a)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Lisboa, Arquivo Histórico / Biblioteca, 1995.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Sinais de expostos. Exposição histórico-documental*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, s.d. (b)

SANTOS, Graça de Abreu Arrimar Brás dos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos (1799-1823)*, Tomar, Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.

SANTOS, Maria Helena, et. al., “Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise” in *Revista de Estudos Demográficos*, nº 48, pp. 77-99.

SANTOS SACRISTÁN, Marta, “Los inicios de la protección a la infancia en España (1873-1918)” in *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica*, Septiembre de 2008, pp. 1-15.

SCOTT, Ana Silvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Nos 5 séculos da misericórdia de Lisboa” in *Oceanos*, nº 35, Julho/Setembro, 2000.

SHORTER, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 2008.

SHORTER, Edward, *The Making of the Modern Family*, New York, Basic Books, 1975.

SILVA, Álvaro Ferreira da, “A família em Portugal no século XVIII: posição familiar dos jovens e as dinâmicas dos grupos domésticos” in *La historia de la familia em la Península Ibérica. Balance regional y perspectivas*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, pp. 371-406.

SILVA, Álvaro Ferreira da, “Família e trabalho doméstico no *hinterland* de Lisboa: Oeiras, 1763-1810” in *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987-3º, pp. 531-562.

SILVA, Álvaro Ferreira da, *Propriedade, Família e Trabalho no Hinterland de Lisboa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

SILVA, Ana Isabel Coelho Pires da, *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017.

SILVA, Ana Maria Pires da, *O Casamento dos Expostos na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa (1736-1887)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa, 2002.

SILVA, Henrique Dias da, “Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX” in *Jurismat*, nº 1, 2012, pp. 65-97. (a)

SILVA, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, desvio e exclusão na sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Centro de História d’Além-Mar, 2012. (b)

SILVEIRA, Luís Espinha da, “Geographic Information Systems and Historical Research: na appraisal” in *International Journal of Humanities and Arts Computing*, 8.1, 2014, pp. 28-45.

SIMÕES, João Alves, *Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

SMITH, Malcolm, LIMA, Manuela, “Historical abandonment of children in the Azores, Portugal” in *Anthropologie et Préhistoire*, nº 104, 1993, pp. 111-117.

SOUSA, Fernando de, FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.), *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2011.

SOUSA, Fernando de, *População e Sociedade*, nº 2, Porto, CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família, 1996.

SOUSA, Ivo Carneiro, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas. 1498-1998*, s.l., CTT Correios, s.d.

SUBTIL, Carlos, VIEIRA, Margarida, “Expostos, amas, rodeiras e hospitaleiras: personagens dum problema maior da saúde pública entre o vintismo e a regeneração (1820-1852)” in *Cultura de los Cuidados*, nº 31, 2011, pp. 77-84.

TIAGO, Sílvia Maria Bandeira Rodrigues, “Subsídios para o estudo dos expostos em Viana – século XIX” in *Cadernos Vianenses*, nº 23, 1998, pp. 171-206.

TOMÉ, Maria Rosa, “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância. A criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, tomo II, 2010, pp. 481-500.

TILLY, Louise A., et. al., “Child abandonment in European History: a symposium” in *Journal of Family History*, vol. 17, nº 1, 1992, pp. 1-23.

TOMÉ, Maria Rosa, *A criança e a delinquência juvenil na Primeira República*, Lisboa, CPIHTS, 2003.

URIBE-ETXEBARRIA FLORES, Arantza, *Marginalidad "protegida": mujeres y niños abandonados en Navarra, 1890-1930*, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1994.

VALDEZ, Diane, “«Inocentes expostos»: o abandono de crianças na província de Goiás no século XIX” in *Revista Inter Ação: Fundamentos teórico-metodológicos e epistemológicos da educação*, vol. 40, nº 3, 2015, pp. 107-129.

VEIGA, Teresa Rodrigues, *A população portuguesa no século XIX*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade e Edições Afrontamento Lda., 2004.

WALLE, Etienne Van de, PRESTON, Samuel H., “Mortalité de l’enfance au XIXe siècle a Paris et dans le département de Guimaraes” in *Population (French Edition)*, vol. 29, n° 1, Janeiro-Fevereiro de 1974, pp. 89-107.

WALCH, Agnès, ROBIN, Isabelle, “Géographie des enfants trouvés de Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles” in *Histoire, économie et société*, n° 3, 1987, pp. 343-360.

WILSON, Stephen, “Infanticide, Child Abandonment, and Female Honour in Nineteenth-Century Corsica” in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 30, n° 4, Outubro de 1988, pp. 762-783.

ZELIZER, V., *Pricing the priceless child: the changing social value of children*, New York, Basic Books, 1985.

ZUNSHINE, Lisa, “Bastard Daughters and Foundling Heroines: Rewriting Illegitimacy for the Eighteenth-Century Stage” in *Modern Philology*, vol. 201, n° 4, Maio de 2005, pp. 501-522.

Websites

Atlas. Cartografia histórica:

<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Planta Geral da Igreja de São Roque e área envolvente.....	1
Anexo 2 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910	3
Anexo 3 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por mês entre 1868 e 1910	5
Anexo 4 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tendo dado entrada com e sem declarações entre 1860 e 1870	7
Anexo 5 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por modos de admissão entre 1871 e 1910.....	8
Anexo 6 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por agentes da entrega entre 1871 e 1905.....	10
Anexo 7 – Crianças abandonadas em locais públicos por agentes da descoberta entre 1871 e 1910	12
Anexo 8 – Crianças abandonadas em espaços públicos por locais da descoberta entre 1871 e 1910	14
Anexo 9 – Crianças abandonadas em locais públicos encontradas vivas e mortas entre 1871 e 1887	16
Anexo 10 – Processos instaurados por abandono e infanticídio e respectivo andamento entre 1871 e 1910	17
Anexo 11 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono entre 1871 e 1905.....	19
Anexo 12 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono discriminado entre 1871 e 1905	21
Anexo 13 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de acordo com os motivos de abandono mais representativos entre 1871 e 1905	22
Anexo 14 - Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910	24

Anexo 15 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia por faixa etária entre 1906 e 1910	26
Anexo 16 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que foram abandonadas pelo pai do filho entre 1906 e 1910	27
Anexo 17 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa legítimas e ilegítimas entre 1906 e 1910	28
Anexo 18 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por ocupações e profissões entre 1906 e 1910	29
Anexo 19 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por género entre 1860 e 1910	30
Anexo 20 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por faixa etária entre 1860 e 1910	32
Anexo 21 – Sinal do exposto Alberto (nº 1 821)	34
Anexo 22 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem concelhia entre 1871 e 1910.....	35
Anexo 23 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem de freguesias do concelho de Lisboa das entre 1871 e 1910	36
Anexo 24 – Variação do número de efectivos nas freguesias de Lisboa entre 1864 e 1900	38
Anexo 25 - Distritos de inspeção criados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e comparação com a divisão administrativa do Reino	39
Anexo 26 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas e mestres de ofícios por concelho entre 1860 e 1910.....	40
Anexo 27 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa devolvidas por amas e mestres de ofícios face às entregas aos mesmos por distritos de inspeção e fora destes entre 1861 e 1910.....	42
Anexo 28 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e subsidiadas pela mesma instituição entre 1871 e 1910.....	45
Anexo 29 – Mães de crianças subsidiadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910.....	47

Anexo 30 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais entre 1849 e 1910.....	49
Anexo 31 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais por faixa etária entre 1871 e 1876	51
Anexo 32 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais com e sem a concessão de subsídios de lactação entre 1871 e 1876	52
Anexo 33 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total da população de expostos entre 1850 e 1910	53
Anexo 34 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total de entradas até um ano e de um a três anos entre 1860 e 1910	55
Anexo 35 - Mortalidade infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas (até um ano) entre 1850 e 1910	56
Anexo 36 – Mortalidade infantil no concelho e no distrito de Lisboa entre 1902 e 1910	58
Anexo 37 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dentro e fora da instituição entre 1849 e 1910.....	59
Anexo 38 - Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por distrito de inspecção e fora dos distritos entre 1860 e 1910	61
Anexo 39 – Mortalidade infantil das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entregas por distrito de inspecção e fora destes entre 1860 e 1910	68
Anexo 40 – População de crianças abandonadas à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1850 e 1910	71
Anexo 41 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por anos de entrada	73
Anexo 42 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por sexo	74
Anexo 43 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.....	75

Anexo 44 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por modo de entrada	76
Anexo 45 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por estado das roupas em percentagem	77
Anexo 46 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por idade aquando do momento de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	78
Anexo 47 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de leite.....	79
Anexo 48 - Crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação por número de amas de criação de leite que transitaram para a criação de seco e outros destinos.....	80
Anexo 49 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de leite em cada distrito, concelho e freguesia.....	81
Anexo 50 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de leite em amas do concelho de Lisboa e fora deste.....	83
Anexo 51 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em amas de criação de leite por distrito de residência	84
Anexo 52 - Amas de criação de leite da freguesia da Encarnação por estado civil	85
Anexo 53 - Profissões dos maridos das amas de criação de leite da freguesia da Encarnação.....	86
Anexo 54 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de seco.....	87
Anexo 55 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco que transitaram para o termo de vestir e outros destinos.....	88
Anexo 56 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco em cada distrito, concelho e freguesia	89
Anexo 57 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de seco em amas do concelho de Lisboa e fora deste	91
Anexo 58 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de seco por distrito de residência	92

Anexo 59 - Amas de criação de seco da freguesia da Encarnação por estado civil	93
Anexo 60 - Profissões dos maridos das amas de criação de seco da freguesia da Encarnação.....	94
Anexo 61 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de vestir	96
Anexo 62 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de vestir	97
Anexo 63 - Número de amas de criação de termo de vestir por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação.....	98
Anexo 64 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em termo de vestir em amas do concelho de Lisboa e fora deste	100
Anexo 65 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por distrito de residência das amas de termo de vestir	101
Anexo 66 - Amas de termo de vestir da freguesia da Encarnação por estado civil	102
Anexo 67 - Profissões dos maridos das amas de termo de vestir da freguesia da Encarnação.....	103
Anexo 68 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de criadas.....	105
Anexo 69 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por tempo de permanência em serviço de criadagem.....	106
Anexo 70 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de criadas	107
Anexo 71 – Crianças abandonadas da Encarnação por sexo das amas e amos de termo de criadas	108
Anexo 72 - Amas de termo de criadas da freguesia da Encarnação por estado civil	109

Anexo 73 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em termo de criadas em amas do concelho de Lisboa e fora deste	110
Anexo 74 – Crianças abandonadas da Encarnação em termo de criadas por concelho	111
Anexo 75 – Amas de termo de criadas por freguesia do concelho de Lisboa.....	112
Anexo 76 – Crianças abandonadas da Encarnação vivas e mortas	114
Anexo 77 - Local de falecimento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação.....	115
Anexo 78 - Nome, data e local de vacinação das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação	116
Anexo 79 - Casamento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação.....	117
Anexo 80 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por anos de entrada.....	119
Anexo 81 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por sexo em percentagem	120
Anexo 82 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por modo de entrada	121
Anexo 83 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	122
Anexo 84 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por idade aquando do momento de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.....	123
Anexo 85 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de leite	124
Anexo 86 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite que transitaram para a criação de seco e outros destinos.....	125
Anexo 87 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite em cada distrito, concelho e freguesia.....	126
Anexo 88 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de leite	127

Anexo 89 - Amas de criação de leite da freguesia de Tomar por estado civil	128
Anexo 90 - Profissões dos maridos das amas de criação de leite da freguesia de Tomar	129
Anexo 91 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de seco	130
Anexo 92 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco que transitaram para o termo de vestir e outros destinos.....	131
Anexo 93 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco em cada distrito, concelho e freguesia.....	132
Anexo 94 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de seco	133
Anexo 95 - Amas de criação de seco da freguesia de Tomar por estado civil	134
Anexo 96 - Profissões dos maridos das amas de criação de seco da freguesia de Tomar	135
Anexo 97 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de termo de vestir.....	136
Anexo 98 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por destinos após o termo de vestir.....	137
Anexo 99 - Número de amas de criação de termo de vestir por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia de Tomar.....	138
Anexo 100 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de termo de vestir	139
Anexo 101 - Amas de termo de vestir da freguesia de Tomar por estado civil.....	140
Anexo 102 - Profissões dos maridos das amas de termo de vestir da freguesia de Tomar	141
Anexo 103 - Crianças abandonadas de Tomar vivas e mortas.....	142
Anexo 104 - Local de falecimento das crianças abandonadas da freguesia de Tomar	143

Anexo 105 - Casamento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação.....	144
---	------------

Anexo 1 – Planta Geral da Igreja de São Roque e área envolvente



ESPELIÇÃO DA PLANTA GERAL.

1.....Igreja de S. Roque.....	22.....Capella dos S ^{tos} Martires.....
2.....Sacristia Geral.....	23.....Dito de S. Joao Baptista.....
3.....Alto de S. Roque.....	24.....Dito de N. S. da Piedade.....
4.....Portaria.....	25.....Dito de S ^{to} Antonio.....
5.....Sacristia da Immaculada da Doutrina.....	26.....Dito de Jesus Maria Joseph.....
6.....Sacristia de S. Francisco Xavier.....	27.....Dito da Doutrina.....
7.....Sacristia de S. Roque.....	28.....Dito de S. Francisco Xavier.....
8.....Dito, e Casa da Fabrica da Capella de S. Joao Baptista.....	29.....Dito de S. Roque.....
9.....Escada para a Torre.....	30.....Dito do SS. Sacramento.....
10.....Saqueo q. serve para dar-lhe a Sacristia geral, e outras partes.....	31.....Cubiculos das Amas e Esposas.....
11.....Casa onde se guarda a Cera e alfaias da S ^{ta} Casa.....	32.....Cazas das Amas Secas.....
12.....Portaria do Carro que dá Serventia para o Coadjuv. do Clero.....	33.....Capella que serve de Baptisterio e a onde se dá missa a familia.....
13.....Patio da Portaria do Carro.....	34.....Cazas dos Padres Capellães.....
14.....Caza de Agua.....	35.....Caza da Roda.....
15.....Cozinha.....	36.....Secretaria.....
16.....Dispensa.....	37.....Caza da Ama da Roda.....
17.....Cazas das Amas de leite.....	38.....Latrinas.....
18.....Capella Mór.....	39.....Cochetras denominadas do Conde de Hantue.....
19.....Dito de N. S. do Pópulo.....	40.....Palacio Ar. ainado do dito.....
20.....Dito de S ^{ta} Quitéria.....	41.....Patio do dito.....
21.....Dito de S ^{ta} Rita.....	42.....Cazas pertencentes a S ^{ta} Caza.....

Imagem 1. Planta geral da Igreja de São Roque e área envolvente no século XIX, com respectiva legenda.

Fonte: AHSCML, *Planta geral do edificio de São Roque*, c. 1808-1813.

Anexo 2 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910

Tabela 1. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910, anos económicos

Anos	Nº de crianças abandonadas
1849	2403
1850	2401
1851	2356
1852	2470
1853	2444
1854	2447
1855	2493
1856	2486
1857	2629
1858	2682
1859	2798
1860	2847
1861	2722
1862	2754
1863	2669
1864	2735
1865	2591
1866	2542
1867	2695
1868	2734
1869	2901
1870	2551
1871	780
1872	373
1873	317
1874	342
1875	327
1876	325
1877	292
1878	261
1879	264
1880	265

Anos	Nº de crianças abandonadas
1881	264
1882	247
1883	239
1884	226
1885	230
1886	281
1887	296
1888	294
1889	308
1890	306
1891	370
1892	352
1893	259
1894	312
1895	286
1896	222
1897	238
1898	255
1899	260
1900	237
1901	262
1902	266
1903	242
1904	207
1905	90
1906	88
1907	119
1908	140
1909	145
Total	67935

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório ...*, 1850-1911.

Anexo 3 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por mês entre 1868 e 1910

Tabela 2. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por mês entre 1868 e 1910, anos económicos

Anos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Total
1868	209	199	187	226	214	268	275	248	246	220	226	216	2734
1869	217	220	206	265	230	260	282	255	275	242	228	221	2901
1870	221	206	213	241	249	246	254	211	212	161	181	156	2551
1871	162	136	69	47	47	56	56	49	58	45	39	16	780
1872	30	34	22	28	35	37	38	30	40	32	27	20	373
1873	20	25	16	21	32	27	33	27	31	37	20	28	317
1874	35	23	23	27	28	30	26	27	34	33	28	28	342
1875	20	34	23	23	24	22	37	24	31	38	34	17	327
1876	30	27	23	21	27	27	37	18	24	26	33	32	325
1877	21	21	30	24	22	30	24	24	18	27	28	23	292
1878	20	20	17	24	24	40	21	19	22	18	21	15	261
1879	29	21	20	15	24	16	25	26	16	33	26	13	264
1880	19	27	19	19	23	18	17	29	29	27	19	19	265
1881	19	18	24	18	18	27	23	25	16	23	28	25	264
1882	14	24	25	15	28	18	16	21	20	23	18	25	247
1883	18	24	17	17	19	21	31	24	20	14	24	10	239
1884	22	19	18	19	14	15	20	17	24	16	19	23	226
1885	22	21	21	21	18	14	14	16	16	21	23	23	230
1886	26	11	15	16	14	29	21	25	26	33	29	36	281

1887	23	20	16	18	18	30	32	30	31	27	20	31	296
1888	22	22	19	24	22	20	33	32	28	35	23	14	294
1889	34	27	24	24	20	24	34	22	30	26	19	24	308
1890	23	18	12	20	18	34	29	22	34	39	25	32	306
1891	42	26	20	29	33	34	22	35	36	35	23	35	370
1892	24	17	28	33	34	24	43	29	30	25	36	29	352
1893	13	21	13	25	27	22	26	19	18	22	30	23	259
1894	32	21	26	26	28	28	26	20	25	31	29	20	312
1895	30	15	21	18	13	26	31	32	27	34	22	17	286
1896	11	18	16	19	13	25	16	21	21	22	25	15	222
1897	20	20	20	17	17	21	35	17	14	22	14	21	238
1898	13	24	20	31	18	21	26	21	24	24	18	15	255
1899	18	19	14	21	18	23	21	26	29	18	33	20	260
1900	22	25	19	25	18	20	15	26	20	13	14	20	237
1901	24	25	23	21	29	20	21	21	22	2	25	7	240
1902	18	26	21	16	23	30	22	16	32	19	22	21	266
1903	17	27	22	22	16	21	18	14	24	21	26	14	242
1904	25	15	17	14	13	19	26	15	16	19	22	6	207
1905													
1906	4	3	4	14	11	6	8	5	11	6	8	8	88
1907	6	7	4	14	12	9	11	19	13	9	9	6	119
1908	13	10	11	12	17	11	10	16	21	3	8	8	140
1909	8	15	15	14	5	10	14	10	14	14	14	12	145
Total	1596	1531	1373	1544	1513	1679	1769	1583	1678	1535	1516	1344	18661

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1870-1911.

Anexo 4 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tendo dado entrada com e sem declarações entre 1860 e 1870

Tabela 3. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tendo dado entrada com e sem declarações entre 1860 e 1870, anos económicos

Anos	Com declarações	Sem declarações	Total
1860	783	2053	2836
1861	1519	1203	1722
1862	1506	1248	2754
1863	1509	1160	2669
1864	1554	1181	2735
1865	1594	997	2591
1866	1685	857	2542
1867	1846	849	2695
1868	1870	864	2734
1869	2034	867	291
Total	15900	11279	27179

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório ...*, 1861-1871.

Nota: Os quantitativos fornecidos pela Misericórdia de Lisboa relativamente ao número de crianças que entraram com e sem declarações não correspondem ao total dos abandonos, podendo haver alguma incorrecção.

Anexo 5 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por modos de admissão entre 1871 e 1910

Tabela 4. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por modos de admissão entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Despacho da administração	Abandono	Guia do Hospital de São José	Remetidos pelas autoridades	Total
1871		98			98
1872		85			85
1873		81			81
1874		80			80
1875		72			72
1876		66			66
1877		65			65
1878		40			40
1879		42			42
1880		47			47
1881	196	37	31		264
1882	184	31	32		247
1883	167	38	34		239
1884	156	32	38		226
1885	153	34	43		230
1886	191	43	47		281
1887	221	26	49		296
1888	226	19	49		294
1889	245	15	48		308
1890	250	16	40		306
1891	297	23	50		370
1892	256	24	72		352
1893	191	11	57		259
1894	232	16	64		312
1895	203	14	69		286
1896	168	19	35		222
1897	166	23	49		238
1898	192	16	47		255
1899	198	21	41		260
1900	182	12	43		237
1901	297	23	50		370

1902	218	19	29		266
1903	200	13	29		242
1904	160	15	32		207
1905					
1906	51	14	23		88
1907	50	11	30	28	119
1908	60	12	32	36	140
1909	75	4	28	38	145
Total	5185	1257	1191	102	7735

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Nota: Foram consideradas apenas as crianças entradas vivas.

Anexo 6 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por agentes da entrega entre 1871 e 1905

Tabela 5. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por agentes da entrega entre 1871 e 1905, anos económicos

Anos	Parteiras	Diversos	Total
1871	299	481	780
1872	112	261	373
1873	65	252	317
1874	78	264	342
1875	62	265	327
1876	63	262	325
1877	63	229	292
1878	53	208	261
1879	47	217	264
1880	55	210	265
1881	66	198	264
1882	43	204	247
1883	38	201	239
1884	48	178	226
1885	35	195	230
1886	52	229	281
1887	50	246	296
1888	34	260	294
1889	51	257	308
1890	46	260	306
1891	44	326	370
1892	26	326	352
1893	13	246	259
1894	1	311	312
1895	0	286	286
1896	1	221	222
1897	1	237	238
1898	0	255	255
1899	0	260	260
1900	0	237	237
1901	0	262	262
1902	0	266	266

Anos	Parteiras	Diversos	Total
1903	0	242	242
1904	0	207	207
Total	1446	8559	10005

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Anexo 7 – Crianças abandonadas em locais públicos por agentes da descoberta entre 1871 e 1910

Tabela 6. Crianças abandonadas em locais públicos por agentes da descoberta entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Polícia civil	Guarda municipal	Regedores	Total
1871	62	0	36	98
1872	51	24	10	85
1873	52	24	5	81
1874	43	28	9	80
1875	42	22	8	72
1876	43	18	5	66
1877	32	23	10	65
1878	25	6	9	40
1879	29	8	5	42
1880	28	11	8	47
1881	22	12	3	37
1882	15	12	4	31
1883	21	13	4	38
1884	23	5	4	32
1885	21	9	4	34
1886	30	7	6	43
1887	19	6	1	26
1888	16	3	0	19
1889	13	2	0	15
1890	14	1	1	16
1891	22	0	1	23
1892	22	1	1	24
1893	8	3	0	11
1894	13	3	0	16
1895	14	0	0	14
1896	17	2	0	19
1897	23	0	0	23
1898	16	0	0	16
1899	20	1	0	21
1900	12	0	0	12
1901	15	0	0	15
1902	19	0	0	19

Anos	Polícia civil	Guarda municipal	Regedores	Total
1903	13	0	0	13
1904	15	0	0	15
1905				
1906	13	1	0	14
1907	10	1	0	11
1908	12	0	0	12
1909	4	0	0	4
Total	865	246	134	1245

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Anexo 8 – Crianças abandonadas em espaços públicos por locais da descoberta entre 1871 e 1910

Tabela 7. Crianças abandonadas em espaços públicos por locais da descoberta entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Escadas	Igrejas	Outros lugares	Total
1871	60	11	27	98
1872	59	5	21	85
1873	52	4	25	81
1874	60	1	19	80
1875	44	2	26	72
1876	47	0	19	66
1877	45	2	18	65
1878	29	0	11	40
1879	34	0	8	42
1880	33	0	14	47
1881	28	0	9	37
1882	21	0	10	31
1883	29	0	9	38
1884	24	0	8	32
1885	24	1	9	34
1886	34	0	9	43
1887	20	0	6	26
1888	13	0	6	19
1889	9	0	6	15
1890	11	0	5	16
1891	14	0	9	23
1892	21	0	3	24
1893	9	0	2	11
1894	12	0	4	16
1895	9	0	5	14
1896	18	0	1	19
1897	21	0	2	23
1898	14	0	2	16
1899	20	0	1	21
1900	8	0	4	12
1901	13	0	2	15
1902	17	0	2	19

1903	7	0	6	13
1904	10	0	5	15
1905				
1906	13	0	1	14
1907	8	0	3	11
1908	0	0	12	12
1909	1	0	3	4
Total	891	26	332	1249

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Anexo 9 – Crianças abandonadas em locais públicos encontradas vivas e mortas entre 1871 e 1887

Tabela 8. Evolução das crianças abandonadas em locais públicos encontradas vivas e mortas entre 1871 e 1887, anos económicos

Anos	Vivas	Mortas	Total
1871	98	15	113
1872	85	9	94
1873	81	3	84
1874	80	13	93
1875	72	15	87
1876	66	17	83
1877	65	16	81
1878	40	28	68
1879	42	13	55
1880	47	21	68
1881	37	21	58
1882	31	14	45
1883	38	2	40
1884	32	0	32
1885	34	0	34
1886	43	0	43
Total	891	187	1078

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1887.

Anexo 10 – Processos instaurados por abandono e infanticídio e respectivo andamento entre 1871 e 1910

Tabela 9. Processos instaurados por abandono e infanticídio e respectivo andamento entre 1871 e 1910, anos económicos

Ano	Por abandono			Total	Por infanticídio			Total	Prémios
	Instaurados	Condenados	Absolvidos		Instaurados	Condenados	Absolvidos		
1871	10	5	2	17	1	0	1	2	1
1872	12	6	3	21	2	0	2	4	10
1873	9	3	1	13	6	0	3	9	7
1874	7	3	0	10	1	0	0	1	6
1875	6	3	0	9	1	0	1	2	6
1876	6	4	0	10	3	1	0	4	7
1877	6	5	0	11	1	1	0	2	3
1878	8	5	0	13	4	0	0	4	5
1879	6	1	0	7	0	0	0	0	0
1880	4	1	0	5	2	0	0	2	5
1881	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1882	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1883	1	0	0	1	1	0	0	1	0
1884	6	4	1	11	1	0	1	2	4
1885	5	0	1	6	2	1	1	4	0
1886	5	3	0	8	0	0	0	0	2
1887	2	0	0	2	2	1	0	3	2
1888	2	1	0	3	2	0	1	3	5
1889	1	0	0	1	1	0	0	1	2
1890	5	1	0	6	4	0	0	4	1
1891	8	2	0	10	2	1	0	3	1
1892	3	1	1	5	2	1	0	3	3
1893	3	2	0	5	1	0	1	2	1
1894	2	2	0	4	0	0	0	0	1
1895	2	1	0	3	0	0	0	0	1
1896	3	2	0	5	1	0	0	1	2
1897	21	1	1	23	2	1	0	3	2
1898	2	2	0	4	1	0	0	1	1
1899	3	0	2	5	1	1	1	3	1
1900	1	0	0	1	0	0	0	0	1

Ano	Por abandono			Total	Por infanticídio			Total	Prémios
	Instaurados	Condenados	Absolvidos		Instaurados	Condenados	Absolvidos		
1901	1	1	0	2	0	0	0	0	2
1902	6	4	0	10	1	0	0	1	2
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	1	1	0	2	2
1905									
1906	21	2	0	23	0	0	0	0	2
1907	2	2	0	4	0	0	0	0	1
1908	3	2	1	6	0	0	0	0	4
1909	1	1	0	2	4	0	1	5	0
Total	183	70	13	266	50	9	13	72	95

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Anexo 11 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono entre 1871 e 1905

Tabela 10. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono entre 1871 e 1905, anos económicos

Anos	Mãe	Mãe e/ou pai	Outros motivos	Total
1871	365	304	70	739
1872	205	81	86	372
1873	170	64	83	317
1874	199	63	80	342
1875	140	66	72	278
1876	219	38	66	323
1877	187	38	65	290
1878	187	34	40	261
1879	157	64	42	263
1880	172	43	47	262
1881	178	48	37	263
1882	163	51	32	246
1883	152	49	38	239
1884	150	44	32	226
1885	135	60	35	230
1886	179	54	48	281
1887	194	76	26	296
1888	202	72	19	293
1889	226	65	17	308
1890	222	68	16	306
1891	271	76	23	370
1892	230	99	23	352
1893	156	89	14	259
1894	202	94	16	312
1895	160	111	15	286
1896	134	69	3	206
1897	59	29	138	226
1898	146	92	16	254
1899	153	85	22	260
1900	154	61	12	227
1901	185	59	16	260

Anos	Mãe	Mãe e/ou pai	Outros motivos	Total
1902	177	54	47	278
1903	162	65	13	240
1904	132	51	29	212
Total	6123	2416	1338	9877

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Anexo 12 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono discriminado entre 1871 e 1905

Tabela 11. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por motivo de abandono discriminado entre 1871 e 1905

Motivos		Total
Relacionados com a mãe	Vergonha	338
	Desregramento	346
	Abandonada pelo pai	2514
	Domicílio em casa alheia	2925
Total dos motivos relacionados com a mãe		6123
Relacionados com a mãe e/ou com o pai	Miséria	774
	Incapacidade física	1239
	Falecimento	403
Total dos motivos relacionados com a mãe e/ou com o pai		2416
Outros motivos	Causas desconhecidas	1338
Total de outros motivos		1338
Total		9877

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Nota: A estes motivos devem-se somar o desregramento do pai, a prisão dos pais, a portaria do ministério do reino e o suicídio da mãe, excluídos da análise pela sua pouca representatividade (inferiores a quatro casos).

As causas desconhecidas são o somatório das seguintes categorias da fonte: “causas desconhecidas”, abandono pela mãe” e “encontrados pela polícia civil, guarda municipal e regedores”.

Anexo 13 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de acordo com os motivos de abandono mais representativos entre 1871 e 1905

Total 12. Número crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de acordo com os motivos de abandono mais representativos entre 1871 e 1905, anos económicos

Anos	Mãe abandonada pelo pai	Domicílio da mãe em casa alheia	Causas desconhecidas	Total
1871	78	176	70	324
1872	20	137	86	243
1873	18	111	83	212
1874	48	112	80	240
1875	1	107	72	180
1876	64	121	66	251
1877	67	97	65	229
1878	48	108	40	196
1879	41	98	42	181
1880	48	104	47	199
1881	51	111	37	199
1882	43	110	32	185
1883	40	102	38	180
1884	36	104	32	172
1885	25	98	35	158
1886	38	128	48	214
1887	48	141	26	215
1888	47	141	19	207
1889	54	156	17	227
1890	64	149	16	229
1891	73	190	23	286
1892	138	83	23	244
1893	136	15	14	165
1894	184	10	16	210
1895	140	15	15	170
1896	119	7	3	129
1897	6	12	138	156
1898	111	20	16	147
1899	116	23	22	161
1900	98	37	12	147

Anos	Mãe abandonada pelo pai	Domicílio da mãe em casa alheia	Causas desconhecidas	Total
1901	137	37	16	190
1902	136	22	47	205
1903	126	28	13	167
1904	115	15	29	159
Total	2514	2925	1338	6777

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1906.

Anexo 14 - Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910

Tabela 13. Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Casadas	Solteiras	Viúvas	Amancebadas	Desconhecido	Total
1871	58	395	33	129	146	761
1872	21	206	17	7	112	363
1873	8	170	6	16	105	305
1874	5	191	1	27	104	328
1875	11	201	3	18	83	316
1876	6	215	3	16	72	312
1877	12	186	2	15	68	283
1878	7	177	5	21	45	255
1879	9	176	5	22	45	257
1880	17	172	1	18	49	257
1881	6	192	3	20	38	259
1882	13	170	3	23	31	240
1883	3	171	2	17	39	232
1884	9	157	3	16	33	218
1885	12	162	6	11	36	227
1886	20	247	10	13	52	342
1887	11	206	6	3	49	275
1888	17	238	12	1	25	293
1889	14	254	14	0	17	299
1890	19	248	13	1	22	303
1891	18	301	20	0	27	366
1892	29	287	9	0	26	351
1893	24	201	14	0	15	254
1894	31	244	16	0	17	308
1895	15	226	25	1	25	292
1896	21	168	13	0	19	221
1897	15	184	13	0	23	235
1898	26	177	17	9	22	251
1899	29	182	11	12	25	259
1900	30	159	17	8	18	232
1901	23	198	10	12	17	260
1902	25	181	9	17	23	255
1903	29	168	14	13	16	240
1904	22	149	6	9	16	202
1905						
1906	20	49	0	5	14	88
1907	26	63	2	15	13	119

Anos	Casadas	Solteiras	Viúvas	Amancebadas	Desconhecido	Total
1908	33	74	4	18	11	140
1909	26	89	8	18	4	145
Total	720	7234	356	531	1502	10343

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1911.

Nota: O estado civil “desconhecido” corresponde a mães dadas como encobertas pela Misericórdia de Lisboa.

Anexo 15 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia por faixa etária entre 1906 e 1910

Tabela 14. Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por faixa etária entre 1906 e 1910, anos económicos

Anos	Menos de 18 anos	18 a 21 anos	21 a 25 anos	25 a 30 anos	Mais de 30 anos	Ignora-se	Total
1906	4	8	24	12	20	20	88
1907	1	22	21	30	31	14	119
1908	6	16	26	39	41	12	140
1909	1	21	46	34	38	5	145
Total	12	67	117	115	130	51	492

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Anexo 16 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que foram abandonadas pelo pai do filho entre 1906 e 1910

Tabela 15. Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que foram abandonadas pelo pai do filho entre 1906 e 1910, anos económicos

Anos	Sim	Não	Ignora-se	Total
1906	53	21	14	88
1907	65	41	13	119
1908	86	43	11	140
1909	99	42	4	145
Total	303	147	42	492

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Anexo 17 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa legítimas e ilegítimas entre 1906 e 1910

Tabela 16. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa legítimas e ilegítimas entre 1906 e 1910, anos económicos

Anos	Legítimos	Ilegítimos	Total
1906	18	79	97
1907	25	94	119
1908	28	112	140
1909	30	115	145
Total	101	400	501

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Anexo 18 – Mães cujas crianças foram admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por ocupações e profissões entre 1906 e 1910

Tabela 17. Mães de crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por ocupações e profissões entre 1906 e 1910, anos económicos

Ano	Vida doméstica	Criadas de servir	Costureiras	Ajuntadeiras	Jornaleiras	Vendedeiras ambulantes	Meretrizes	Mendigas	Lavadeiras	Coristas de teatro	Ignora-se	Total
1906	27	27	2	0	2	3	6	2	1	1	17	88
1907	33	49	6	0	3	2	11	0	2	0	13	119
1908	42	63	7	1	1	3	6	1	4	1	11	140
1909	34	75	8	5	5	8	5	0	0	0	5	145
Total	136	214	23	6	11	16	28	3	7	2	46	492

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1908-1911.

Anexo 19 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por género entre 1860 e 1910

Tabela 18. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por género entre 1860 e 1910, anos económicos

Anos	Varões	Fêmeas	Total
1860	1430	1335	2765
1861	1389	1333	2722
1862	1367	1387	2754
1863	1385	1284	2669
1864	1386	1349	2735
1865	1332	1259	2591
1866	1269	1273	2542
1867	1354	1341	2695
1868	1407	1327	2734
1869	1459	1442	2901
1870	1305	1246	2551
1871	399	381	780
1872	183	190	373
1873	146	171	317
1874	170	172	342
1875	169	158	327
1876	155	170	325
1877	174	118	292
1878	139	122	261
1879	138	126	264
1880	146	119	265
1881	132	132	264
1882	125	122	247
1883	106	133	239
1884	110	116	226
1885	126	104	230
1886	152	129	281
1887	159	137	296
1888	156	138	294
1889	152	156	308
1890	161	145	306
1891	191	179	370

Anos	Varões	Fêmeas	Total
1892	180	172	352
1893	149	110	259
1894	151	161	312
1895	151	135	286
1896	128	94	222
1897	130	108	238
1898	131	124	255
1899	132	128	260
1900	120	117	237
1901	139	123	262
1902	145	121	266
1903	119	123	242
1904	99	108	207
1905			90
1906	40	48	88
1907	58	61	119
1908	77	63	140
1909	69	76	145
Total	20490	19666	40246

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Anexo 20 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por faixa etária entre 1860 e 1910

Tabela 19. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por faixa etária entre 1860 e 1910, anos económicos

Anos	Recém-nascidos (até 8/10 dias)	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 7 anos	Mais de 7 anos	Total
1860	2658	102	4	1	0	2765
1861	2553	159	10	0	0	2722
1862	2489	255	10	0	0	2754
1863	2359	304	6	0	0	2669
1864	2325	406	4	0	0	2735
1865	2242	348	1	0	0	2591
1866	2180	358	4	0	0	2542
1867	2334	351	10	0	0	2695
1868	2381	349	4	0	0	2734
1869	2507	388	6	0	0	2901
1870	1661	886	4	0	0	2551
1871	396	384	0	0	0	780
1872	177	195	1	0	0	373
1873	80	237	0	0	0	317
1874	142	200	0	0	0	342
1875	133	194	0	0	0	327
1876	104	221	0	0	0	325
1877	114	178	0	0	0	292
1878	89	172	0	0	0	261
1879	104	160	0	0	0	264
1880	94	169	2	0	0	265
1881	96	168	0	0	0	264
1882	107	140	0	0	0	247
1883	84	154	1	0	0	239
1884	59	167	0	0	0	226
1885	55	174	1	0	0	230
1886	75	206	0	0	0	281
1887	78	218	0	0	0	296
1888	69	225	0	0	0	294
1889	61	247	0	0	0	308
1890	53	253	0	0	0	306
1891	70	299	1	0	0	370

Anos	Recém-nascidos (até 8/10 dias)	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 7 anos	Mais de 7 anos	Total
1892	58	294	0	0	0	352
1893	27	232	0	0	0	259
1894	44	268	0	0	0	312
1895	27	259	0	0	0	286
1896	18	204	0	0	0	222
1897	27	211	0	0	0	238
1898	20	235	0	0	0	255
1899	19	241	0	0	0	260
1900	8	229	0	0	0	237
1901	9	253	0	0	0	262
1902	16	250	0	0	0	266
1903	16	226	0	0	0	242
1904	9	198	0	0	0	207
1905						
1906	7	81	0	0	0	88
1907	14	105	0	0	0	119
1908	16	124	0	0	0	140
1909	9	136	0	0	0	145
Total	28273	11813	69	1	0	40156

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Anexo 21 – Sinal do exposto Alberto (nº 1 821)

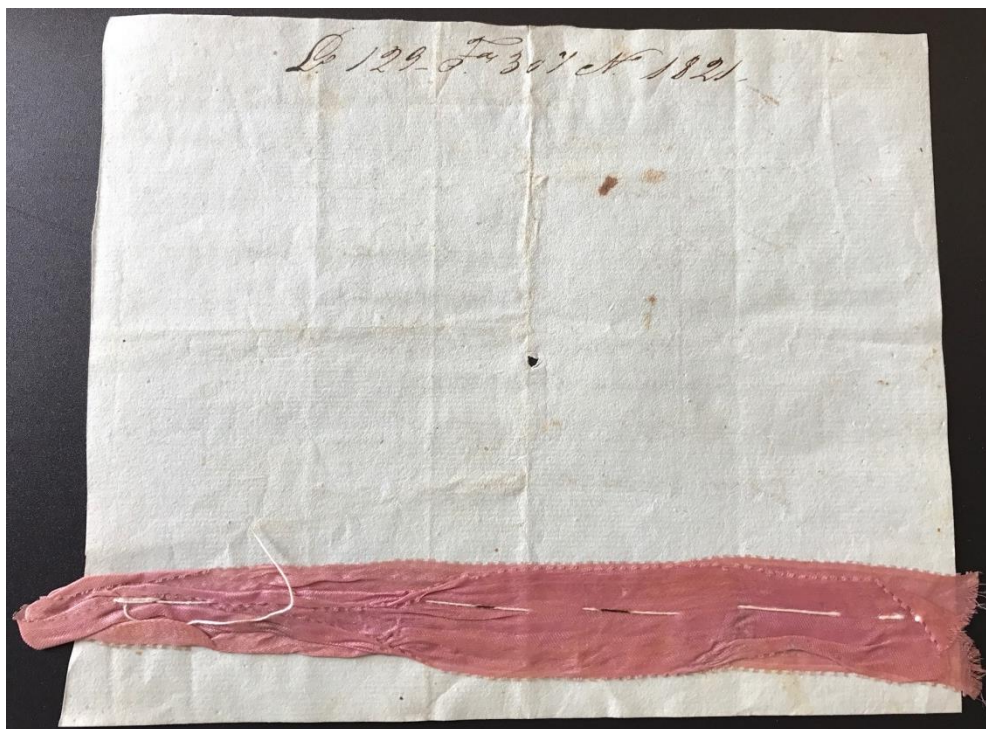
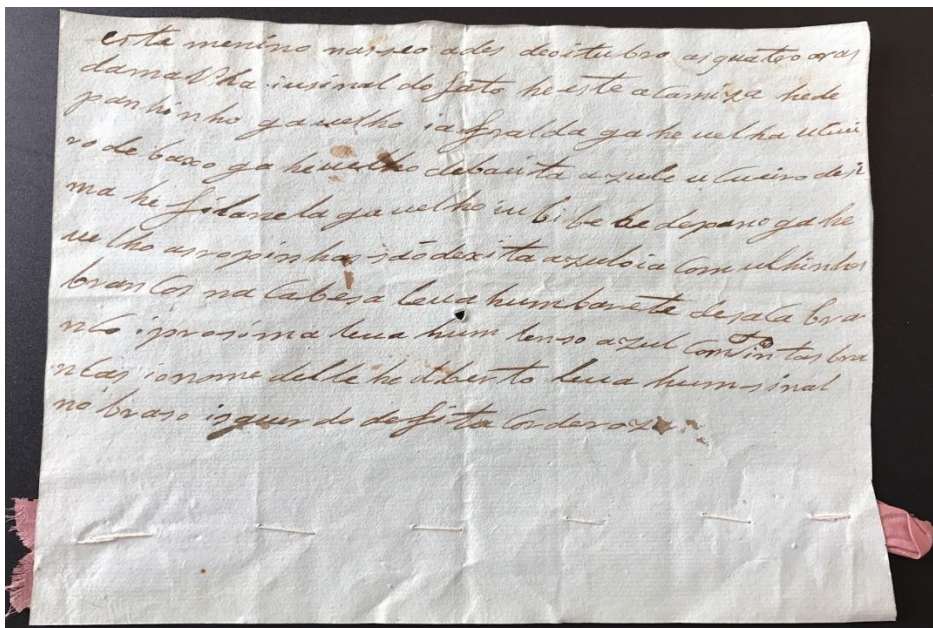


Imagem 2. Sinal do exposto Alberto, abandonado a 10 de Outubro de 1851 (Nº 1 821).

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Sinais de Entrada*, 1851 (nº 1 821).

Anexo 22 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem concelhia entre 1871 e 1910

Tabela 20. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem concelhia entre 1871 e 1910 em percentagem

Concelhos 1890	% de expostos
Lisboa	99,03
Almada	0,19
Vila Franca de Xira	0,11
Seixal	0,09
Oeiras	0,06
Aldeia Galega do Ribatejo	0,06
Sintra	0,04
Santiago do Cacém	0,04
Salvaterra de Magos	0,04
Moita	0,04
Cascais	0,04
Setúbal	0,02
Sesimbra	0,02
Rio Maior	0,02
Porto	0,02
Óbidos	0,02
Montemor-o-Velho	0,02
Guimarães	0,02
Barreiro	0,02
Azambuja	0,02
Arruda	0,02
Alcobaça	0,02
Total	100

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

Anexo 23 – Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem de freguesias do concelho de Lisboa das entre 1871 e 1910

Tabela 21. Crianças admitidas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por origem de freguesias do concelho de Lisboa entre 1871 e 1910 em percentagem

Freguesias 1890	% de expostos
Encarnação (Lisboa)	6,90
S Isabel (Lisboa)	6,89
S Catarina (Lisboa)	5,76
Anjos (Lisboa)	5,59
N S ^a do Socorro (Lisboa)	5,53
Santos-o-Velho (Lisboa)	5,50
Mercês (Lisboa)	5,00
S Engrácia (Lisboa)	4,62
S José (Lisboa)	4,51
S Paulo (Lisboa)	4,37
N S ^a da Pena (Lisboa)	4,10
S Pedro em Alcântara (Lisboa)	3,19
S Justa (Lisboa)	3,16
Sacramento (Lisboa)	2,84
Lapa (Lisboa)	2,65
S Estevão de Alfama (Lisboa)	2,25
S Vicente (Lisboa)	2,23
S Nicolau (Lisboa)	2,06
Sé (Lisboa)	1,85
S Mamede (Lisboa)	1,84
S Cristovão (Lisboa)	1,82
S André e S Marinha (Lisboa)	1,52
S Jorge (Lisboa)	1,50
Coração de Jesus (Lisboa)	1,34
Mártires (Lisboa)	1,22
S Miguel de Alfama (Lisboa)	1,18
Conceição Nova (Lisboa)	1,16
S Sebastião da Pedreira (Lisboa)	1,12
S Lourenço (Lisboa)	1,07
S Cruz do Castelo (Lisboa)	1,03
Santiago e S Martinho (Lisboa)	0,92

Freguesias 1890	% de expostos
S Julião (Lisboa)	0,85
Madalena (Lisboa)	0,72
Belém (Lisboa)	0,68
S Bartolomeu (Lisboa)	0,66
S João da Praça (Lisboa)	0,57
Ajuda (Lisboa)	0,53
Olivais	0,33
S Isabel (extra-muros)	0,28
Benfica	0,24
Lumiar	0,12
Campo Grande	0,11
S Jorge (extra-muros)	0,10
Charneca	0,03
Ameixoeira	0,02
S João da Talha	0,02
Carnide	0,01
Sacavém	0,01
Alcântara (extra-muros)	0,00
Odivelas	0,00
S Sebastião da Pedreira (extra-muros)	0,00
Apelação	0,00
Bucelas	0,00
Camarate	0,00
Fanhões	0,00
Frielas	0,00
Loures	0,00
Lousa	0,00
Póvoa de S Adrião	0,00
Tojal	0,00
Tojal	0,00
Unhos	0,00
Vialonga	0,00
Total	100

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

Anexo 24 – Variação do número de efectivos nas freguesias de Lisboa entre 1864 e 1900

Tabela 22. Variação do número de efectivos nas freguesias de Lisboa entre 1864 e 1900, em percentagem

Freguesia	Variação do número de efectivos
Arroios	380,4
Coração de Jesus	139,3
Santa Isabel	128,4
Anjos	124,6
Alcântara	123,5
São Sebastião	96,4
Santa Engrácia	93,7
São Vicente	83
São Cristóvão	75,3
Lapa	69,1
Pena	64,3
Socorro	54,5
São Mamede	50,8
Castelo	48,1
Santo Estêvão	45,8
Santos	41,9
São Miguel	40,8
Mercês	37,2
Santiago	36
Santo André	33,1
São José	24,5
Sé	24,1
Santa Catarina	21,2
Encarnação	15
São Paulo	14,8
Sacramento	14,6
Santa Justa	8,3
Mártires	-8,8
São Nicolau	-9,4
Conceição	-10,2
Madalena	-14,3
São Julião	-37,9

Fonte: RODRIGUES, 1995.

Anexo 25 - Distritos de inspecção criados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e comparação com a divisão administrativa do Reino

Tabela 23. Distritos de inspecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Distrito de inspecção	Concelho	Distrito administrativo
Lisboa	Lisboa	Lisboa
Caldas da Rainha	Alcobaça Cadaval Caldas da Rainha Lourinhã Óbidos Peniche Rio Maior	Leiria Lisboa Leiria Lisboa Leiria Leiria Santarém
Leiria	Batalha Leiria Pombal Porto de Moz Vila Nova de Ourém	Leiria Leiria Leiria Leiria Santarém
Sobral	Alenquer Arruda Azambuja Mafra Torres Vedras Vila Franca de Xira	Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa
Fora dos distritos de inspecção	Alcochete Aldeia Galega Almada Alvaiázere Barquinha Belém Benavente Cartaxo Cascais Chamusca Sesimbra Sintra Ferreira do Zêzere Figueira da Foz Figueiró dos Vinhos Moita Oeiras Olivais Santarém Seixal Setúbal Tomar Torres Novas	Lisboa Lisboa Lisboa Leiria Santarém Lisboa Santarém Santarém Lisboa Santarém Lisboa Lisboa Santarém Santarém Coimbra Leiria Lisboa Lisboa Lisboa Santarém Lisboa Lisboa Santarém Santarém

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório.....*, 1851-1811.

Nota: Até 1863-1864 o concelho de Porto de Mós pertencia ao distrito de inspecção das Caldas da Rainha, tendo transitado neste ano económico para Leiria.

Anexo 26 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas e mestres de ofícios por concelho entre 1860 e 1910

Tabela 24. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entregues a amas e mestres de ofícios por concelho entre 1860 e 1870 em percentagem

Concelhos 1890	Distrito inspeção	% antes de 1870 (1860-1870)	% após 1870 (1871-1910)
Alcochete	Fora dos distritos	1,84	0,57
Aldeia Galega do Ribatejo	Fora dos distritos	3,13	1,68
Almada	Fora dos distritos	1,09	0,51
Alvaiázere	Fora dos distritos	1,56	2,86
Barreiro	Fora dos distritos	1,19	0,29
Benavente	Fora dos distritos	0,26	0,27
Cartaxo	Fora dos distritos	0,23	0,28
Cascais	Fora dos distritos	0,09	0,03
Ferreira	Fora dos distritos	0,00	0,05
Ferreira do Zêzere	Fora dos distritos	1,49	2,20
Figueira da Foz	Fora dos distritos	0,52	0,76
Figueiró dos Vinhos	Fora dos distritos	0,44	0,86
Lisboa	Fora dos distritos	16,10	6,53
Moita	Fora dos distritos	0,98	0,77
Oeiras	Fora dos distritos	0,15	0,09
Santarém	Fora dos distritos	0,27	0,25
Seixal	Fora dos distritos	0,42	0,21
Sesimbra	Fora dos distritos	0,36	0,34
Setúbal	Fora dos distritos	0,92	0,87
Sintra	Fora dos distritos	0,09	0,05
Tomar	Fora dos distritos	0,77	1,54
Torres Novas	Fora dos distritos	0,19	0,43
Vila Nova da Barquinha	Fora dos distritos	0,01	0,00
Total de fora dos distritos		32,10	21,41
Alcobaça	Caldas da Rainha	10,59	9,75
Cadaval	Caldas da Rainha	3,80	2,90
Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	3,28	2,77
Lourinhã	Caldas da Rainha	2,39	1,56
Óbidos	Caldas da Rainha	5,95	3,88
Peniche	Caldas da Rainha	1,21	0,68

Concelhos 1890	Distrito inspeção	% antes de 1870 (1860-1870)	% após 1870 (1871-1910)
Rio Maior	Caldas da Rainha	1,55	1,30
Total do distrito de inspeção das Caldas da Rainha		28,77	22,84
Batalha	Leiria	2,09	2,97
Leiria	Leiria	10,64	19,56
Pombal	Leiria	4,05	12,20
Porto de Mós	Leiria	3,35	3,83
Vila Nova de Ourém	Leiria	1,46	6,95
Total do distrito de inspeção de Leiria		21,58	45,52
Alenquer	Sobral	5,04	3,39
Arruda	Sobral	2,42	1,23
Azambuja	Sobral	1,40	1,43
Mafra	Sobral	2,00	0,93
Torres Vedras	Sobral	4,71	2,16
Vila Franca de Xira	Sobral	1,95	1,10
Total do distrito de inspeção de Sobral		17,52	10,23
Total		100	100

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

Anexo 27 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa devolvidas por amas e mestres de ofícios face às entregas aos mesmos por distritos de inspeção e fora destes entre 1861 e 1910

Tabela 25. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa devolvidas por amas e mestres de ofícios face às entregas aos mesmos por distritos de inspeção e fora destes entre 1861 e 1910, anos económicos

Anos	Entregues a amas					Entregues pelas amas					Entregues pelas amas/Entregues a amas %				
	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos
1861	1174	1047	578	610	576	1085	202	50	246	190	92	19	9	40	33
1862	1154	994	458	794	578	983	236	78	248	233	85	24	17	31	40
1863	970	891	664	572	600	853	233	115	260	205	88	26	17	45	34
1864	997	725	720	526	708	868	223	159	157	212	87	31	22	30	30
1865	832	727	798	464	612	740	230	118	180	198	89	32	15	39	32
1866	823	669	724	441	464	703	172	114	156	181	85	26	16	35	39
1867	751	807	1001	553	798	667	294	170	214	279	89	36	17	39	35
1868	737	673	992	486	778	627	202	159	169	178	85	30	16	35	23
1869	714	712	1113	454	828	594	218	196	148	203	83	31	18	33	25
1870	806	576	935	395	618	714	212	283	154	226	89	37	30	39	37
1871	616	239	523	138	275	581	150	260	136	195	94	63	50	99	71
1872	531	170	186	192	158	475	154	197	121	144	89	91	106	63	91

Anos	Entregues a amas					Entregues pelas amas					Entregues pelas amas/Entregues a amas %				
	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos
1873	492	157	219	147	114	441	160	133	96	108	90	102	61	65	95
1874	572	167	254	118	110	518	145	126	106	116	91	87	50	90	105
1875	694	148	295	86	130	581	165	131	89	132	84	111	44	103	102
1876	599	105	280	63	155	550	121	116	71	117	92	115	41	113	75
1877	574	113	251	72	112	507	142	96	64	82	88	126	38	89	73
1878	593	79	252	54	92	543	84	120	42	98	92	106	48	78	107
1879	525	88	248	38	99	465	123	99	39	72	89	140	40	103	73
1880	505	52	243	26	90	450	76	74	33	72	89	146	30	127	80
1881	533	51	218	34	79	447	69	98	31	83	84	135	45	91	105
1882	575	40	230	11	66	539	49	80	14	50	94	123	35	127	76
1883	568	39	229	13	60	523	42	83	25	67	92	108	36	192	112
1884	591	38	208	8	71	556	32	79	14	51	94	84	38	175	72
1885	483	28	203	11	36	423	24	72	13	38	88	86	35	118	106
1886	323	29	270	14	29	307	17	62	5	45	95	59	23	36	155
1887	241	14	272	4	35	240	10	48	7	25	100	71	18	175	71
1888	149	23	260	7	24	137	6	68	7	10	92	26	26	100	42
1889	110	38	263	15	30	93	14	47	7	12	85	37	18	47	40
1890	126	28	279	13	26	107	11	57	6	13	85	39	20	46	50
1891	70	36	332	24	24	77	8	53	5	15	110	22	16	21	63
1892	70	31	279	20	21	54	14	48	6	10	77	45	17	30	48

Anos	Entregues a amas					Entregues pelas amas					Entregues pelas amas/Entregues a amas %				
	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos	Lisboa	Caldas da Rainha	Leiria	Sobral	Fora dos distritos
1893	67	17	227	25	15	66	20	58	3	6	99	118	26	12	40
1894	24	25	258	27	24	22	5	72	7	12	92	20	28	26	50
1895	23	26	258	29	15	23	8	77	17	12	100	31	30	59	80
1896	18	33	199	16	9	19	15	84	8	8	106	45	42	50	89
1897	28	42	199	9	11	24	13	70	6	3	86	31	35	67	27
1898	23	27	231	5	6	19	10	62	6	3	83	37	27	120	50
1899	19	38	257	9	22	12	18	102	13	6	63	47	40	144	27
1900	24	26	231	4	11	17	6	75	9	7	71	23	32	225	64
1901	30	11	273	6	5	14	25	76	3	12	47	227	28	50	240
1902	36	29	276	13	38	61	15	106	14	29	169	52	38	108	76
1903	28	34	182	17	15	25	13	83	8	4	89	38	46	47	27
1904	66	26	178	8	10	43	18	87	4	6	65	69	49	50	60
1905															
1906	52	6	63	2	4	36	5	66	3	6	69	83	105	150	150
1907	64	7	82	1	6	37	10	78	3	10	58	143	95	300	167
1908	55	7	78	3	6	47	6	52	2	8	85	86	67	67	133
1909	51	6	59	2	16	51	6	56	3	4	100	100	95	150	25
Total	19106	9894	16828	6579	8609	16964	4031	4793	2978	3796					
%						89	41	28	45	44					

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1862-1911.

Anexo 28 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e subsidiadas pela mesma instituição entre 1871 e 1910

Tabela 25. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e subsidiadas pela mesma instituição entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Abandonos	Subsídios
1871	780	694
1872	373	949
1873	317	1330
1874	342	1600
1875	327	1947
1876	325	2016
1877	292	2532
1878	261	2564
1879	264	2718
1880	265	2804
1881	264	2880
1882	247	3194
1883	239	3211
1884	226	2286
1885	230	2015
1886	281	2385
1887	296	2762
1888	294	2876
1889	308	3138
1890	306	3484
1891	370	4010
1892	352	3634
1893	259	3868
1894	312	3969
1895	286	4592
1896	222	5110
1897	238	5110
1898	255	5132
1899	260	5069
1900	237	4962
1901	262	5592
1902	266	5902
1903	242	5824
1904	207	6126
1905	90	
1906	88	4535
1907	119	5092

Anos	Abandonos	Subsídios
1908	140	4914
1909	145	5573
Total	10587	136399

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, Relatório..., 1871-1911.

Anexo 29 – Mães de crianças subsidiadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910

Tabela 26. Mães de crianças subsidiadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por estado civil entre 1871 e 1910, anos económicos

Anos	Solteira	Casada	Viúva	Amancebada	Total
1870	121	104	10		235
1871	154	246	18	275	693
1872	149	363	22	415	949
1873	144	579	20	587	1330
1874	144	809	10	637	1600
1875	151	1015	25	756	1947
1876	144	1064	20	788	2016
1877	166	1433	25	908	2532
1878	155	1442	16	951	2564
1879	221	1571	26	900	2718
1880	206	1591	15	992	2804
1881	195	1724	25	936	2880
1882	203	1876	20	1095	3194
1883	193	1925	27	1066	3211
1884	152	1362	13	759	2286
1885	170	1161	21	663	2015
1886	198	1408	21	758	2385
1887	236	1580	39	907	2762
1888	259	1683	40	894	2876
1889	260	1878	47	953	3138
1890	241	2138	53	1052	3484
1891	232	2409	38	1331	4010
1892	220	2223	45	1146	3634
1893	276	2269	44	1279	3868
1894	237	2360	49	1323	3969
1895	291	2726	53	1522	4592
1896	300	3058	49	1703	5110
1897	300	3058	49	1703	5110
1898	272	3172	30	1658	5132
1899	265	3037	53	1714	5069

Anos	Solteira	Casada	Viúva	Amancebada	Total
1900	257	3081	41	1583	4962
1901	280	3481	32	1799	5592
1902	266	3616	45	1975	5902
1903					
1904	353	3785	35	1953	6126
1905					
1906	375	2749	37	1374	4535
1907	470	3082	41	1499	5092
1908	502	2962	91	1359	4914
1909	578	3339	73	1583	5573
Total	9215	77255	1308	42796	130574
%	7	59	1	33	100

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1871-1911.

Anexo 30 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais entre 1849 e 1910

Tabela 27. Número de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais entre 1849 e 1910, anos económicos

Anos	Recuperações parentais	Crianças abandonadas	Recuperações / abandonos %
1849	46	2403	2
1850	41	2401	2
1851	58	2356	2
1852	56	2470	2
1853	56	2444	2
1854	56	2447	2
1855	67	2493	3
1856	68	2486	3
1857	67	2629	3
1858	61	2682	2
1859	64	2798	2
1860	87	2847	3
1861	103	2722	4
1862	109	2754	4
1863	115	2669	4
1864	103	2735	4
1865	105	2591	4
1866	97	2542	4
1867	124	2695	5
1868	126	2734	5
1869	149	2901	5
1870	459	2551	18
1871	267	780	34
1872	184	373	49
1873	102	317	32
1874	79	342	23
1875	59	327	18
1876	61	325	19
1877	47	292	16
1878	38	261	15
1879	38	264	14

Anos	Recuperações parentais	Crianças abandonadas	Recuperações / abandonos %
1880	39	265	15
1881	41	264	16
1882	29	247	12
1883	29	239	12
1884	21	226	9
1885	27	230	12
1886	29	281	10
1887	24	296	8
1888	30	294	10
1889	19	308	6
1890	30	306	10
1891	26	370	7
1892	40	352	11
1893	36	259	14
1894	32	312	10
1895	35	286	12
1896	40	222	18
1897	41	238	17
1898	40	255	16
1899	32	260	12
1900	36	237	15
1901	36	262	14
1902	50	266	19
1903	34	242	14
1904	41	207	20
1905	63	90	70
1906	38	88	43
1907	44	119	37
1908	42	140	30
1909	61	145	42
Total	4177	67937	

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1911.

Anexo 31 – Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais por faixa etária entre 1871 e 1876

Tabela 28. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais por faixa etária entre 1871 e 1876, anos económicos

Faixas etárias	Recuperações	%
Até 8 dias	283	8
8 dias a 1 ano	813	23
1-3 anos	984	28
3-7 anos	702	20
7-10 anos	337	10
10-15/16 anos	283	8
15/16-18/20 anos	73	2
Mais de 20 anos	0	0
Total	3475	100

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1877.

Anexo 32 - Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais com e sem a concessão de subsídios de lactação entre 1871 e 1876

Tabela 29. Crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recuperadas pelos pais com e sem a concessão de subsídios de lactação entre 1871 e 1876, anos económicos

Anos	Com subsídio	Sem subsídio	Total
1871	28	239	267
1872	73	111	184
1873	21	81	102
1874	5	74	79
1875	0	59	59
Total	127	564	691

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1872-1877.

Anexo 33 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total da população de expostos entre 1850 e 1910

Tabela 30. Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total da população de expostos entre 1850 e 1910, anos económicos

Anos	População	Mortes	Mortalidade %
1850	8827	1481	17
1851	9474	1679	18
1852	9828	1887	19
1853	10132	1351	13
1854	10926	1484	14
1855	11430	1915	17
1856	11383	2108	19
1857	11195	2071	18
1858	11484	2039	18
1859	11859	1905	16
1860	12297	1970	16
1861	12586	1729	14
1862	13166	2031	15
1863	13230	1887	14
1864	13443	2124	16
1865	13500	1825	14
1866	13701	1967	14
1867	13786	1652	12
1868	13845	1494	11
1869	14401	1505	10
1870	15173	1637	11
1871	15155	848	6
1872	14223	576	4
1873	13370	444	3
1874	12632	260	2
1875	12022	235	2
1876	11569	224	2
1877	10990	174	2
1878	10292	197	2
1879	9580	172	2
1880	8873	156	2
1881	8235	175	2

Anos	População	Mortes	Mortalidade %
1882	7617	183	2
1883	7001	132	2
1884	6404	139	2
1885	5921	113	2
1886	5188	135	3
1887	4318	124	3
1888	3342	133	4
1889	2721	119	4
1890	2660	140	5
1891	2706	135	5
1892	2752	136	5
1893	2768	176	6
1894	2675	144	5
1895	2688	124	5
1896	2697	139	5
1897	2626	116	4
1898	2584	106	4
1899	2590	116	4
1900	2575	106	4
1901	2573	117	5
1902	2524	93	4
1903	2520	128	5
1904	2428	114	5
1905	2436	80	3
1906	2251	74	3
1907	2108	93	4
1908	1944	83	4
1909	1833	103	6
Total	475057	44603	

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851-1911.

Anexo 34 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total de entradas até um ano e de um a três anos entre 1860 e 1910

Tabela 31. Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face ao total de entradas até um ano e de um a três anos em percentagem entre 1860 e 1910 e nos subperíodos de 1860 a 1870 e de 1871 a 1910

Idades	Mortes	Entradas	Entradas 1 a 3 – Mortes até 1 ano	% de Mortes
1860-1910				
Menos de 1 ano	16309	38588		42
1 a 3 anos	7365	69	22348	33
Total	23674	38657		
1860-1870				
Menos de 1 ano	13118	29595		44
1 a 3 anos	5031	63	16540	30
Total	18149	29658		
1860-1870				
Menos de 1 ano	3191	8993		35
1 a 3 anos	2334	6	5808	40
Total	5525	8999		

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Anexo 35 - Mortalidade infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas (até um ano) entre 1850 e 1910

Tabela 32. Evolução da mortalidade infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entradas (até um ano) entre 1850 e 1910, anos económicos

Anos	Mortes < 1 ano	Entradas < 1 ano	Média móvel 2 anos Mortes > 1 ano	Média móvel 2 anos Entradas > 1 ano	%
1860	1273	2760			
1861	1138	2712	1206	2736	44
1862	1303	2744	1221	2728	45
1863	1283	2663	1293	2704	48
1864	1432	2731	1358	2697	50
1865	1278	2590	1355	2661	51
1866	1396	2538	1337	2564	52
1867	1079	2685	1238	2612	47
1868	960	2730	1020	2708	38
1869	994	2895	977	2813	35
1870	982	2547	988	2721	36
1871	376	780	679	1664	41
1872	144	372	260	576	45
1873	117	317	131	345	38
1874	89	342	103	330	31
1875	78	327	84	335	25
1876	111	325	95	326	29
1877	83	292	97	309	31
1878	80	261	82	277	29
1879	78	264	79	263	30
1880	79	263	79	264	30
1881	76	196	78	230	34
1882	99	184	88	190	46
1883	70	166	85	175	48
1884	70	156	70	161	43
1885	66	152	68	154	44
1886	70	191	68	172	40
1887	74	221	72	206	35
1888	73	226	74	224	33
1889	66	245	70	236	30
1890	73	250	70	248	28

Anos	Mortes < 1 ano	Entradas < 1 ano	Média móvel 2 anos Mortes > 1 ano	Média móvel 2 anos Entradas > 1 ano	%
1891	71	296	72	273	26
1892	74	256	73	276	26
1893	84	191	79	224	35
1894	88	232	86	212	41
1895	68	203	78	218	36
1896	64	168	66	186	36
1897	63	166	64	167	38
1898	61	192	62	179	35
1899	70	198	66	195	34
1900	54	182	62	190	33
1901	65	262	60	222	27
1902	59	218	62	240	26
1903	85	200	72	209	34
1904	65	207	75	204	37
1905					
1906	39	88	52	148	35
1907	70	119	55	104	53
1908	64	140	67	130	52
1909	75	145	70	143	49
Total	16309	7365			

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1851-1911.

Anexo 36 – Mortalidade infantil no concelho e no distrito de Lisboa entre 1902 e 1910

Tabela 33. Nascimentos, mortes e mortalidade infantil no concelho e no distrito de Lisboa entre 1902 e 1910

Anos	Concelho de Lisboa			Distrito de Lisboa		
	Nascimentos	Mortes	Mortalidade %	Nascimentos	Mortes	Mortalidade %
1901	9681	1869	19	20887		
1902	9668	1913	20	21063	4766	23
1903	9751	1897	19	22150	4794	22
1904	9862	1820	18	23373	3976	17
1905	9937	1968	20	24289	4676	19
1906	9930	2101	21	24206	5025	21
1907	9910	1772	18	24351	4603	19
1908	9624	1879	20	23349	4639	20
1909	10379	1882	18	25137	4639	18
1910	10035	2084	21	24311	4611	19
Total	98777	19185		233116	41729	

Fonte: ARQUIVOS DO INSTITUTO CENTRAL DE HIGIENE, 1916.

Anexo 37 – Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dentro e fora da instituição entre 1849 e 1910

Tabela 34. Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa residentes dentro da instituição (dentro da casa) e ao cuidado de amas externas (fora da casa) entre 1849 e 1910, anos económicos

Anos	Dentro da casa	Fora da casa	Total
1849	1044	877	1921
1850	496	985	1481
1851	539	1140	1679
1852	753	1134	1887
1853	330	1021	1351
1854	391	1093	1484
1855	489	1426	1915
1856	429	1679	2108
1857	826	1245	2071
1858	668	1371	2039
1859	523	1382	1905
1860	485	1485	1970
1861	382	1347	1729
1862	463	1568	2031
1863	506	1381	1887
1864	539	1587	2126
1865	533	1292	1825
1866	662	1305	1967
1867	326	1326	1652
1868	254	1240	1494
1869	318	1195	1513
1870	252	1385	1637
1871	106	742	848
1872	55	521	576
1873	49	395	444
1874	39	221	260
1875	42	193	235
1876	57	167	224
1877	33	141	174

Anos	Dentro da casa	Fora da casa	Total
1878	36	161	197
1879	35	137	172
1880	27	129	156
1881	34	141	175
1882	40	143	183
1883	33	99	132
1884	32	107	139
1885	29	84	113
1886	26	109	135
1887	21	103	124
1888	26	107	133
1889	26	93	119
1890	12	128	140
1891	14	121	135
1892	21	115	136
1893	23	153	176
1894	28	116	144
1895	33	91	124
1896	23	116	139
1897	17	99	116
1898	21	85	106
1899	29	87	116
1900	24	82	106
1901	39	78	117
1902	29	64	93
1903	51	77	128
1904	56	58	114
1905			
1906	42	32	74
1907	69	24	93
1908	63	20	83
1909	87	16	103
Total	12635	33819	46454

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1911.

Anexo 38 - Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por distrito de inspeção e fora dos distritos entre 1860 e 1910

Tabela 35. Mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por distrito de inspeção e fora dos distritos entre 1860 e 1910

Anos	Fora dos distritos de inspeção																									
	Lisboa	Alcochete	Aldeia Galega do Ribatejo	Almada	Alvaiázere	Barreiro	Barquinha	Belém	Benavente	Cartaxo	Cascais	Sesimbra	Sintra	Ferreira do Zêzere	Figueira	Figueiró dos Vinhos	Moita	Oeiras	Olivais	Santarém	Seixal	Setúbal	Tomar	Torres Novas	Vários concelhos	
1860	91	1	3	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0		1	5	1	0	0	0	0	0	
1861	138	47	49	23	8	10	0	0	3	1	3	20	3	12	9	8		2	14	0	10	16	10	0	2	
1862	169	36	44	21	14	8		0	2	6	0	23	1	12	15	3	9	3	15	2	13	14	11	1	1	1
1863	95	37	52	14	10	8		0	8	2	1	21	2	10	9	10	13	0	12	1	10	18	5	0	1	1
1864	108	44	69	4	18	24		0	14	1	1	41	0	22	20	6	16	1	29	4	8	28	22	4	1	1
1865	90	27	64	7	12	17		0	10	0	1	23	1	21	3	5	20	0	13	5	8	5	11	4	0	0
1866	79	23	25	10	20	17		1	12	7	0	9	0	25	4	3	16	0	9	3	11	15	41	3	1	1
1867	70	28	22	9	20	17		1	6	4					2	5	15	0	8	5	7	6	36	3	2	2

Anos	Fora dos distritos de inspeção																								
	Lisboa	Alcochete	Aldeia Galega do Ribatejo	Almada	Alvaiázere	Barreiro	Barquinha	Belém	Benavente	Cartaxo	Cascais	Sesimbra	Sintra	Ferreira do Zêzere	Figueira	Figueiró dos Vinhos	Moita	Oeiras	Olivais	Santarém	Seixal	Setúbal	Tomar	Torres Novas	Vários concelhos
1868	57	21	20	8	30	4		0	0	10	0	8	2	25	12	7	22	0	9	4	3	8	58	10	2
1869	52	14	14	13	14	9		0	4	8	0	0	0	20	11	8	16	0	21	7	4	1	55	8	13
1870	25	9	15	4	43	4		0	12	15	0	4	0	30	38	2	12	0	12	3	3	10	55	6	21
1871	37	7	11	3	18	7		0	0	10	0	2	1	11	20	2	6	0	5	7	1	5	34	4	15
1872	24	2	5	0	9	1		0	1	4	0	3	0	10	13	3	4	0	1	2	2	1	29	4	10
1873	10	3	3	1	14	1		0	0	2	0	1	1	5	9	4	2	0	3	2	0	4	6	4	4
1874	10	1	2	0	5	0		0	0	1	0	0	0	1	4	6	1	0	2	0	0	1	10	2	1
1875	15	1	2	0	10	0		0	0	0	0	0	0	8	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0	2
1876	9	0	4	1	8	0		0	0	1	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1
1877	5	0	1	0	3	0		0	1	0	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1878	7	0	0	0	2	0		0	0	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
1879	1	0	0	1	8	0		0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
1880	3	0	0	0	1	0		0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1881	7	0	0	1	4	0		0	0	0	0	0	0	7	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0
1882	3	0	1	0	5	0		1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
1883	2	0	0	0	2	0		0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Anos	Fora dos distritos de inspeção																								
	Lisboa	Alcochete	Aldeia Galega do Ribatejo	Almada	Alvaiázere	Barreiro	Barquinha	Belém	Benavente	Cartaxo	Cascais	Sesimbra	Sintra	Ferreira do Zêzere	Figueira	Figueiró dos Vinhos	Moita	Oeiras	Olivais	Santarém	Seixal	Setúbal	Tomar	Torres Novas	Vários concelhos
1884	3	1	0	0	1	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
1885	3	0	0	0	2	1		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1886	5	0	0	0	2	0			0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1887	2	0	1	0	1	0			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1888	2	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
1889	1	0	0	0	4	0			0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1890	2	0	0	0	6	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
1891	1	0	0	0	2	0			0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1892	1	1	0	0	2	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
1893	1	0	0	0	2	0		0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1894	3	0	0	0	1	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1895	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
1896	1	0	0	1	0	0		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1897	2	0	0	0	1	0		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1898	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1899	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Anos	Fora dos distritos de inspeção																									
	Lisboa	Alcochete	Aldeia Galega do Ribatejo	Almada	Alvaiázere	Barreiro	Barquinha	Belém	Benavente	Cartaxo	Cascais	Sesimbra	Sintra	Ferreira do Zêzere	Figueira	Figueiró dos Vinhos	Moita	Oeiras	Olivais	Santarém	Seixal	Setúbal	Tomar	Torres Novas	Vários concelhos	
1900	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1901	2	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1903	0	0	0	0	1	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	2	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905																										
1906	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1907	1	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1908	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1909	3	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1147	303	407	123	303	128	0	3	73	75	6	159	13	258	175	73	153	7	160	48	80	133	405	61	82	

Anos	Nos distritos de inspecção																	
	Caldas da Rainha							Leiria					Sobral					
	Alcobaça	Cadaval	Caldas	Lourinhã	Óbidos	Peniche	Rio Maior	Batalha	Leiria	Pombal	Porto de Mós	V. N. Ourém	Alenquer	Arruda	Azambuja	Mafra	Torres Vedras	Vila Franca
1860	13	10	4	7	4	8	0	2	16	11			6	4	2	5	6	1
1861	78	55	30	44	74	38	18	24	160	52	23	15	90	33	22	51	110	49
1862	80	64	31	74	91	31	25	19	211	67	43	13	95	44	26	59	127	44
1863	88	44	46	72	87	47	15	24	165	55	33	12	55	48	32	61	119	38
1864	93	57	40	69	102	38	23	35	217	71	35	22	67	52	29	60	74	18
1865	73	56	26	79	70	22	12	24	177	55	39	35	67	37	25	40	40	47
1866	61	75	14	44	53	36	6	40	205	102	52	38	49	34	36	49	35	34
1867	72	71	36	78	51	46	18	41	169	74	33	36	73	38	29	47	53	38
1868	73	42	20	47	46	24	21	46	204	95	31	56	60	32	32	21	41	31
1869	66	53	19	41	55	14	17	24	169	110	21	68	70	34	33	30	45	33
1870	91	43	13	42	59	21	23	39	208	161	40	92	45	38	38	36	47	52
1871	38	31	7	15	41	10	17	21	126	58	20	33	21	18	21	16	18	15
1872	33	18	9	21	25	9	2	18	79	58	13	29	14	12	15	7	22	5
1873	16	14	6	10	15	4	15	13	64	37	10	18	25	15	15	9	24	6
1874	6	10	4	3	12	1	5	6	40	28	4	7	13	8	4	5	14	3
1875	13	1	4	0	9	3	3	4	57	13	5	10	7	2	6	4	8	2
1876	9	11	4	2	3	2	1	3	40	16	4	18	6	3	5	0	4	3
1877	3	4	3	0	8	0	2	5	33	31	2	17	3	4	1	2	4	1

Anos	Nos distritos de inspecção																	
	Caldas da Rainha							Leiria					Sobral					
	Alcobaça	Cadaval	Caldas	Lourinhã	Óbidos	Peniche	Rio Maior	Batalha	Leiria	Pombal	Porto de Mós	V. N. Ourém	Alenquer	Arruda	Azambuja	Mafra	Torres Vedras	Vila Franca
1878	4	7	3	1	2	0	2	10	36	37	8	16	5	4	2	0	3	2
1879	12	3	5	1	2	2	0	6	38	22	5	14	2	3	0	0	4	0
1880	5	2	1	1	1	0	0	2	57	23	2	21	1	0	0	0	2	1
1881	8	1	1	0	0	1	2	2	49	23	3	24	0	2	1	0	2	0
1882	7	0	3	1	1	0	1	1	44	30	4	19	3	0	1	1	2	0
1883	5	0	2	1	0	1	1	0	42	18	2	17	0	0	0	1	0	0
1884	6	3	0	0	1	0	0	0	50	21	2	13	0	0	2	0	1	0
1885	3	0	0	0	0	0	0	1	27	30	3	13	0	0	0	0	0	0
1886	7	0	0	0	2	0	1	0	43	29	0	15	0	0	2	0	1	0
1887	3	0	2	0	1	0	0	1	40	28	5	16	1	0	0	0	0	1
1888	1	0	0	0	1	0	0	0	36	41	3	18	0	0	1	0	2	0
1889	1	0	0	0	3	0	0	1	31	29	1	17	0	0	1	0	2	0
1890	3	1	1	0	7	0	1	1	44	30	2	22	1	0	0	0	5	0
1891	6	3	0	0	2	0	0	1	41	34	2	20	3	0	0	0	2	0
1892	2	1	0	0	2	0	0	3	35	42	0	19	2	1	0	0	1	0
1893	2	5	1	0	7	0	0	3	61	38	3	22	0	0	0	0	5	1
1894	1	1	0	1	5	0	1	1	39	26	2	19	6	1	0	0	8	0
1895	2	0	0	1	2	0	0	0	39	32	1	11	0	0	0	0	0	0

Anos	Nos distritos de inspeção																	
	Caldas da Rainha							Leiria					Sobral					
	Alcobaça	Cadaval	Caldas	Lourinhã	Óbidos	Peniche	Rio Maior	Batalha	Leiria	Pombal	Porto de Mós	V. N. Ourém	Alenquer	Arruda	Azambuja	Mafra	Torres Vedras	Vila Franca
1896	7	1	1	0	4	0		43	27	1	18	2	0	2	0	6	0	0
1897	3	0	0	3	5	0	0	0	38	25	0	16	2	0	1	0	1	0
1898	0	0	2	2	1	0	0	0	33	31	0	14	1	0	1	0	0	0
1899	0	3	1	3	1	0	0	1	31	28	0	13	0	0	0	0	3	0
1900	5	1	0	2	1	0	0	0	39	23	0	9	0	0	0	0	0	1
1901	2	0	0	3	1	0	0	0	35	24	2	9	0	0	0	0	0	0
1902	0	1	0	0	1	0	0	0	34	17	1	9	0	0	0	0	1	0
1903	1	0	0	0	0	0	0	1	36	16	3	12	0	0	0	1	6	0
1904	1	0	0	5	0	0	0	0	18	16	2	12	1	0	0	0	0	0
1905																		
1906	1	1	1	1	0	0	0	1	14	5	0	6	0	0	1	0	0	0
1907	0	0	0	0	0	0	0	0	12	2	2	6	0	0	0	0	1	0
1908	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	4	0	0	0	0	0	0
1909	1	0	1	1	0	0	0	0	3	1	0	5	0	1	0	0	0	0
Total	1005	693	341	675	858	358	232	467	3427	1816	484	952	794	470	384	511	843	426

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Anexo 39 – Mortalidade infantil das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entregas por distrito de inspeção e fora destes entre 1860 e 1910

Tabela 36. Mortalidade infantil de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa face às entregas por distrito de inspeção e fora destes entre 1860 e 1910

Anos	Lisboa Entradas	Lisboa Mortes	%	Caldas da Rainha Entradas	Caldas da Rainha Mortes	%	Leiria Entradas	Leiria Mortes	%	Sobral Entradas	Sobral Mortes	%	Outros Entradas	Outros Mortes	%
1861	312	89	29	804	210	26	540	134	25	550	214	39	442	157	36
1862	387	98	25	799	235	29	411	138	34	714	265	37	426	173	41
1863	253	59	23	733	239	33	575	133	23	515	226	44	438	159	36
1864	274	67	24	611	202	33	637	202	32	451	183	41	588	278	47
1865	187	57	30	610	184	30	734	133	18	406	189	47	454	244	54
1866	224	44	20	568	149	26	654	232	35	394	164	42	349	187	54
1867	188	41	22	632	187	30	854	209	24	443	186	42	575	167	29
1868	149	31	21	548	158	29	910	236	26	406	144	35	667	171	26
1869	150	31	21	591	145	25	1019	224	22	402	153	38	665	160	24
1870	132	14	11	472	149	32	834	259	31	349	166	48	484	162	33
1871	42	15	36	142	61	43	359	101	28	87	54	62	131	69	53
1872	16	5	31	96	25	26	88	38	43	149	28	19	35	21	60
1873	11	2	18	84	26	31	130	14	11	97	51	53	8	5	63

Anos	Lisboa Entradas	Lisboa Mortes	%	Caldas da Rainha Entradas	Caldas da Rainha Mortes	%	Leiria Entradas	Leiria Mortes	%	Sobral Entradas	Sobral Mortes	%	Outros Entradas	Outros Mortes	%
1874	15	3	20	74	11	15	177	20	11	65	25	38	22	4	18
1875	10	1	10	56	11	20	211	33	16	34	12	35	21	3	14
1876	11	2	18	40	11	28	219	40	18	18	8	44	21	13	62
1877	6	1	17	42	7	17	211	41	19	22	7	32	25	5	20
1878	7	3	43	26	6	23	190	45	24	24	4	17	23	3	13
1879	3	0	0	28	6	21	198	39	20	11	5	45	21	6	29
1880	3	0	0	25	4	16	202	53	26	4	3	75	15	4	27
1881	1	0	0	25	4	16	194	49	25	5	2	40	26	9	35
1882	1	0	0	18	7	39	203	54	27	3	5	167	9	8	89
1883	3	1	33	14	3	21	194	38	20	4	1	25	14	6	43
1884	2	1	50	20	6	30	176	41	23	1	0	0	13	2	15
1885	5	1	20	17	2	12	173	41	24	3	0	0	7	1	14
1886	7	1	14	22	6	27	236	36	15	5	3	60	7	3	43
1887	1	0	0	12	3	25	253	52	21	2	0	0	20	3	15
1888	0	0		19	0	0	242	44	18	6	3	50	11	2	18
1889	4	0	0	31	3	10	241	38	16	9	3	33	18	2	11
1890	1	1	100	27	10	37	256	42	16	10	6	60	12	4	33
1891	7	0	0	32	7	22	302	43	14	18	5	28	12	4	33
1892	6	0	0	30	4	13	271	44	16	17	3	18	14	4	29
1893	2	0	0	14	9	64	205	59	29	22	3	14	10	2	20
1894	3	1	33	22	4	18	221	46	21	24	12	50	9	1	11
1895	2	0	0	20	3	15	224	37	17	23	0	0	8	0	0

Anos	Lisboa Entradas	Lisboa Mortes	%	Caldas da Rainha Entradas	Caldas da Rainha Mortes	%	Leiria Entradas	Leiria Mortes	%	Sobral Entradas	Sobral Mortes	%	Outros Entradas	Outros Mortes	%
1896	4	1	25	24	7	29	169	31	18	13	5	38	4	1	25
1897	1	0	0	34	7	21	181	39	22	6	2	33	4	2	50
1898	3	0	0	19	2	11	216	37	17	2	2	100	0	0	
1899	3	1	33	17	3	18	208	37	18	8	2	25	4	0	0
1900	0	0		16	5	31	211	31	15	3	0	0	0	0	
1901	3	1	33	3	1	33	232	29	13	3	0	0	0	0	
1902	3	0	0	2	0	0	221	31	14	10	1	10	0	0	
1903	3	1	33	17	3	18	207	37	18	8	2	25	4	0	0
1904	5	0	0	20	5	25	161	20	12	5	0	0	0	0	
1905															
1906	0	0		3	1		47	6		1	0		0	0	
1907	2	0	0	2	0	0	54	10	19	0	0		0	0	
1908	0	0		4	0	0	59	10	17	3	0	0	0	0	
1909	1	0	0	5	1	20	45	3	7	2	0	0	1	0	0
Total	2453	573		7470	2132		14555	3309		5357	2147		5617	2045	

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1861-1911.

Anexo 40 – População de crianças abandonadas à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1850 e 1910

Tabela 37. População de crianças abandonadas à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1850 e 1910, anos económicos

Anos	População
1850	8827
1851	9474
1852	9828
1853	10132
1854	10926
1855	11430
1856	11383
1857	11195
1858	11484
1859	11859
1860	12297
1861	12586
1862	13166
1863	13230
1864	13443
1865	13500
1866	13701
1867	13786
1868	13845
1869	14401
1870	15173
1871	15155
1872	14223
1873	13370
1874	12632
1875	12022
1876	11569
1877	10990
1878	10292
1879	9580
1880	8873
1881	8235

Anos	População
1882	7617
1883	7001
1884	6404
1885	5921
1886	5188
1887	4318
1888	3342
1889	2721
1890	2660
1891	2706
1892	2752
1893	2768
1894	2675
1895	2688
1896	2697
1897	2626
1898	2584
1899	2590
1900	2575
1901	2573
1902	2524
1903	2520
1904	2428
1905	2436
1906	2251
1907	2108
1908	1944
1909	1833
Total	475057

Fonte: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Relatório...*, 1850-1911.

Anexo 41 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por anos de entrada

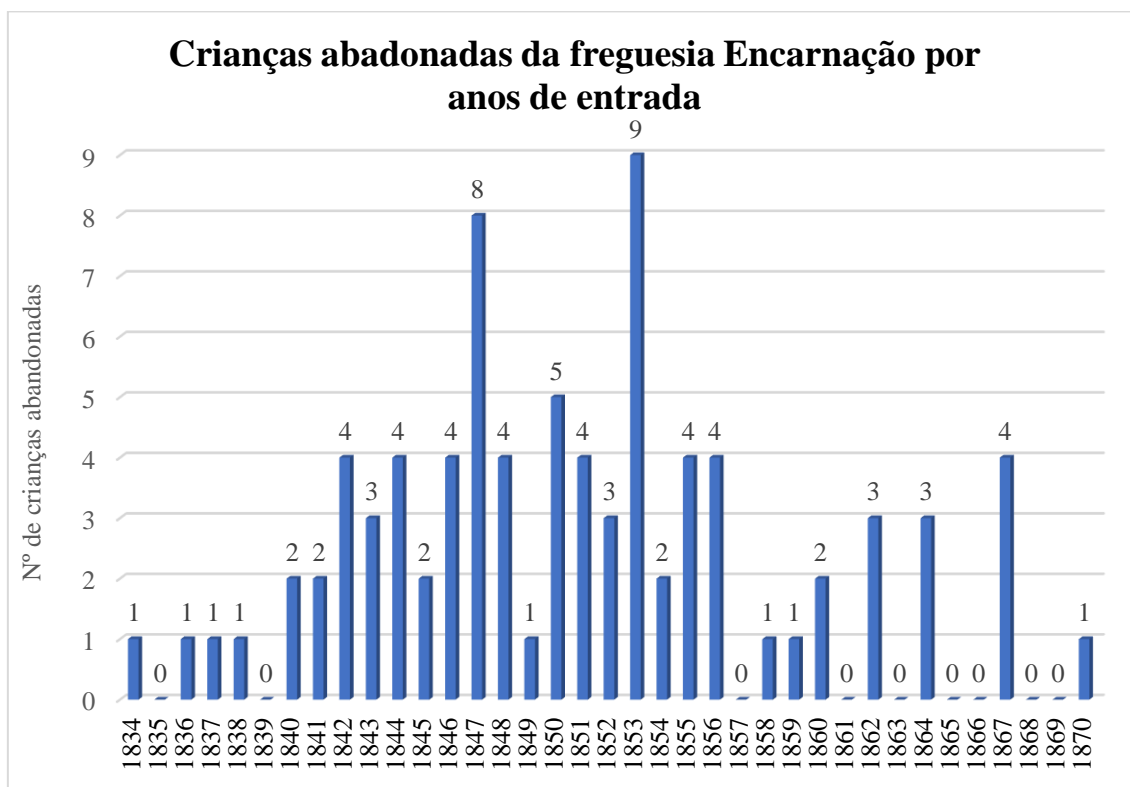


Gráfico 1. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por anos de entrada entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Anexo 42 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por sexo

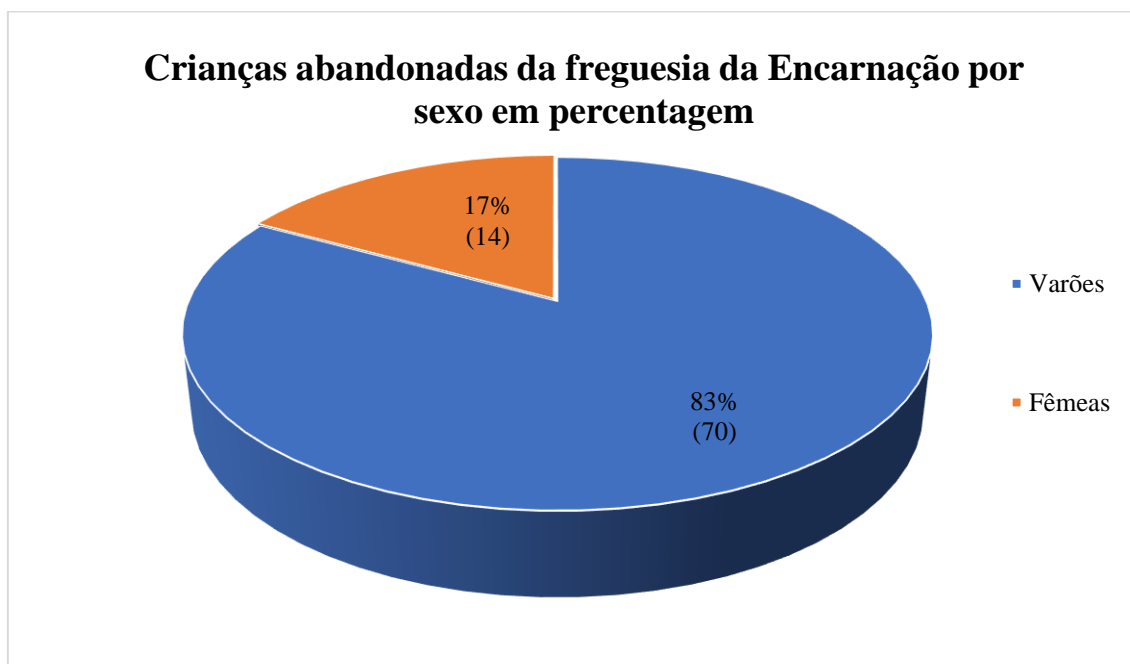


Gráfico 2. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por sexo em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Anexo 43 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

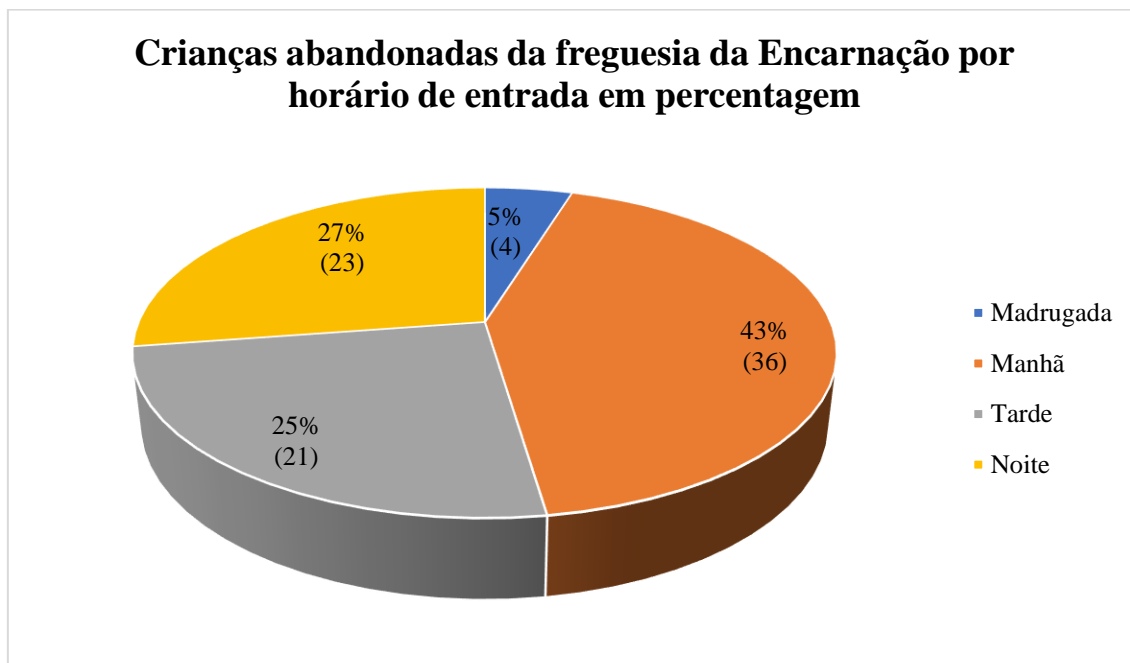


Gráfico 3. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Nota:

Madrugada: 00h-6h

Manhã: 6h-13h

Tarde: 13h-18h

Noite: 18h-00h

Anexo 44 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por modo de entrada

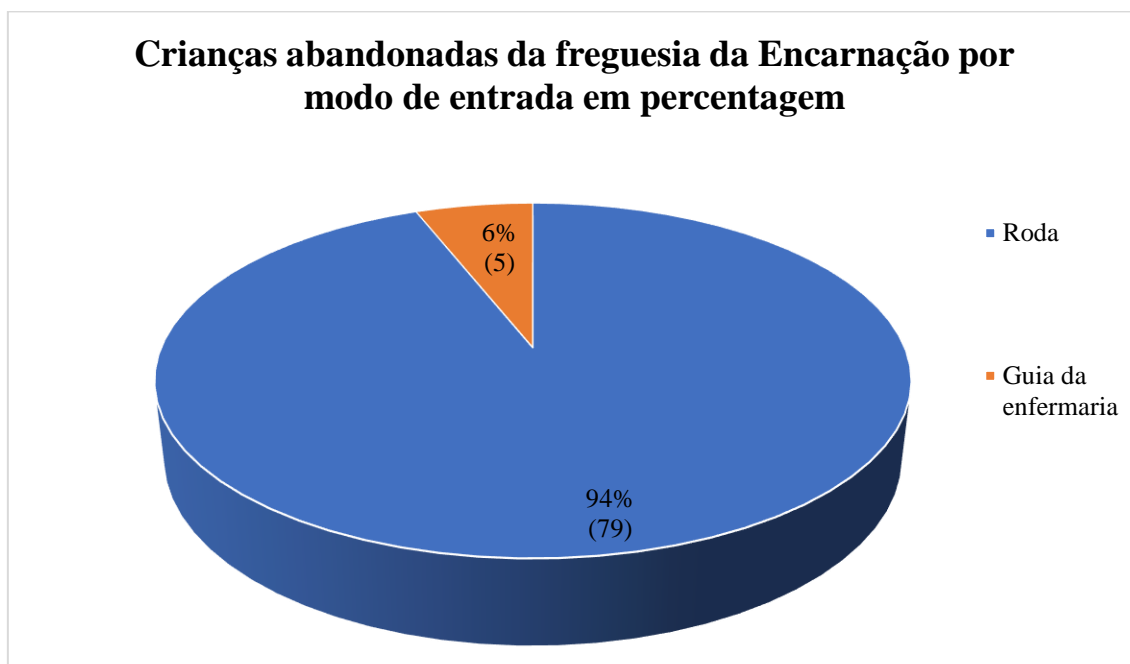


Gráfico 4. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por modo de entrada em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Anexo 45 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por estado das roupas em percentagem

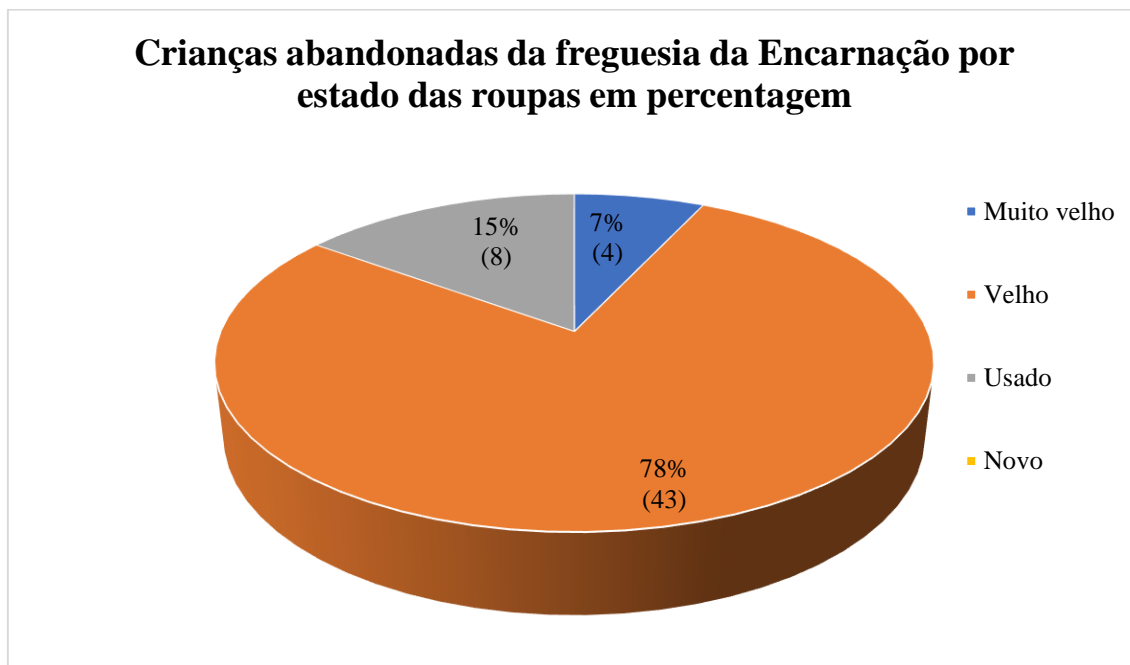


Gráfico 5. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por estado das roupas em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Anexo 46 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por idade aquando do momento de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

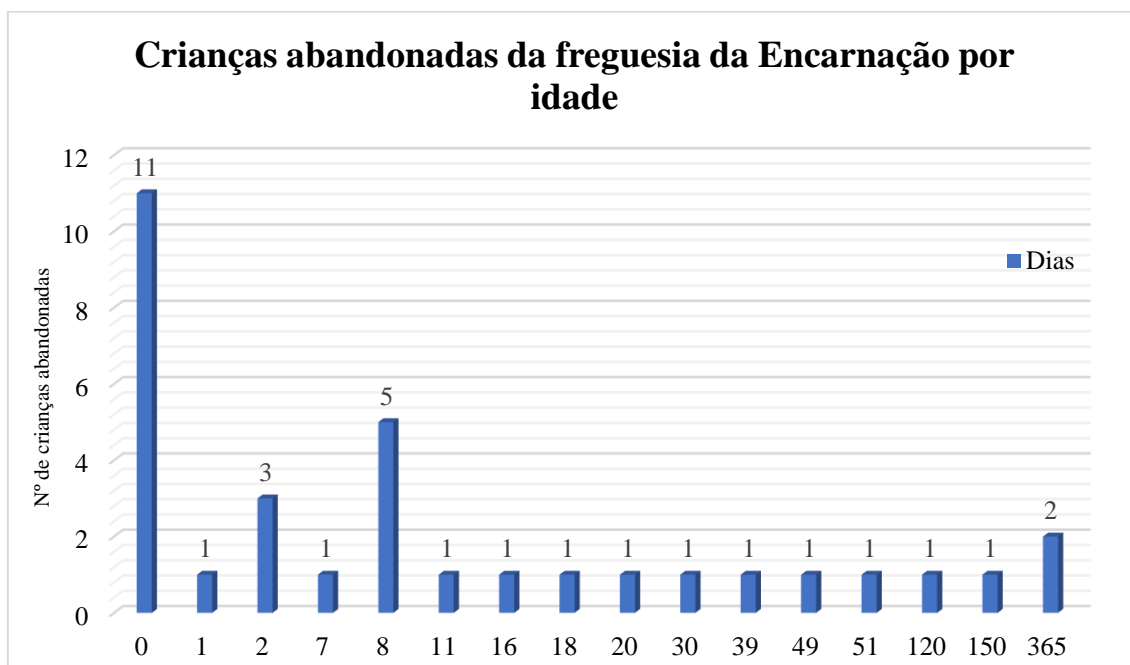


Gráfico 6. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por idade aquando do momento de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1834-1870.

Anexo 47 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de leite

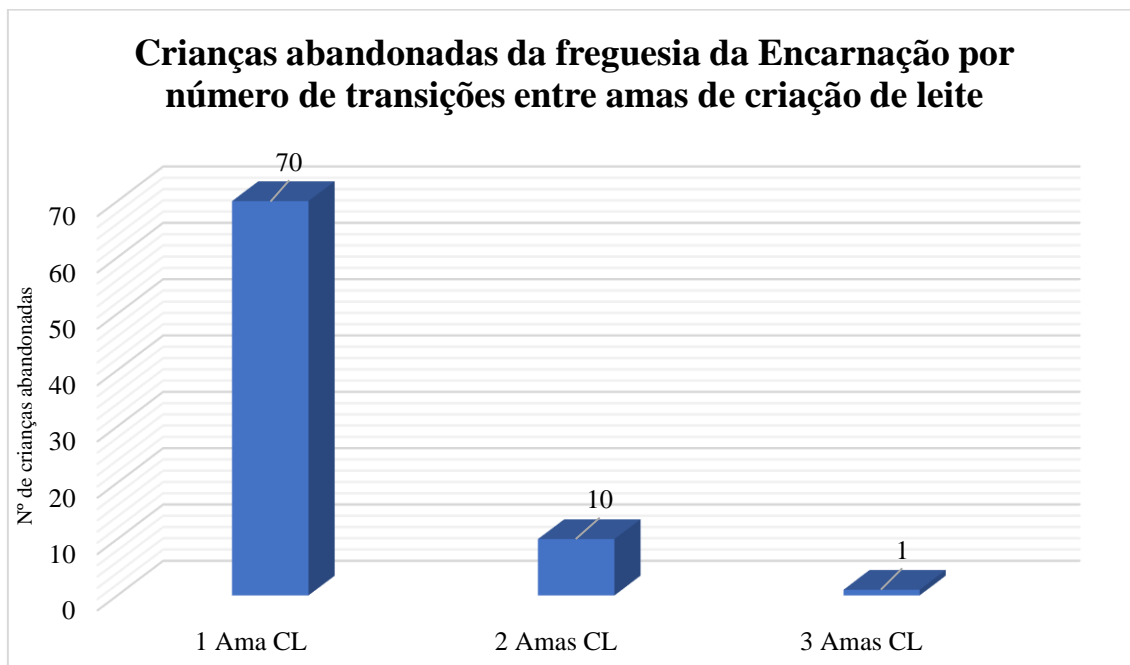


Gráfico 7. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de leite entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 48 - Crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação por número de amas de criação de leite que transitaram para a criação de seco e outros destinos

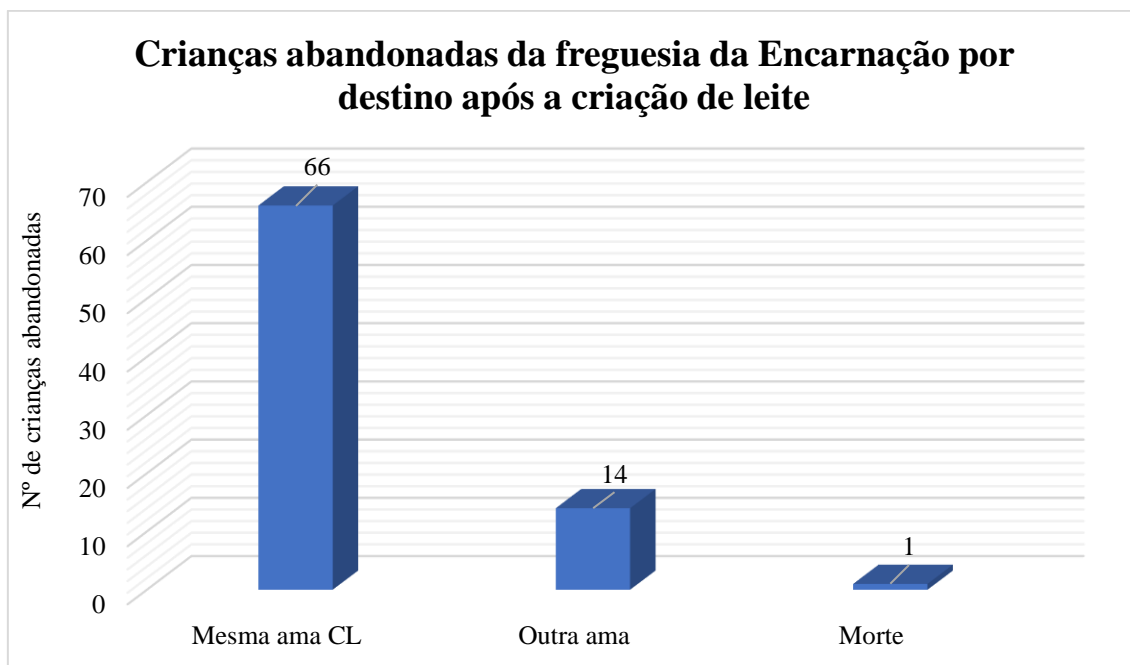


Gráfico 8. Número de amas de criação de leite (CL) que transitaram para a criação de seco (CS) e outros destinos das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 49 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de leite em cada distrito, concelho e freguesia

Tabela 38. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de leite (CL) em cada distrito, concelho e freguesia entre 1834 e 1870

Distrito	Concelho	CL1	%	CL2	%	CL3	%	Total	%
Leiria	Peniche	4	5	0	0	0	0	4	4
Leiria	Pombal	1	1	0	0	0	0	1	1
Leiria	Leiria	0	0	1	9	0	0	1	1
Leiria	Rio Maior	1	1	0	0	0	0	1	1
Leiria	Óbidos	1	1	0	0	1	100	2	2
Leiria	Alcobaça	2	3	0	0	0	0	2	2
Leiria	Caldas da Rainha	1	1	1	9	0	0	2	2
Leiria	Porto de Mós	1	1	0	0	0	0	1	1
Total do distrito de Leiria		11	14	2	18	1	100	14	11
Lisboa	Lisboa	33	41	3	27	0	0	36	39
Lisboa	Torres Vedras	9	11	1	9	0	0	10	11
Lisboa	Alhos Vedros	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Alcoentre	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Mafra	2	3	1	9	0	0	3	3
Lisboa	Lourinhã	4	5	0	0	0	0	4	4
Lisboa	Cadaval	3	4	0	0	0	0	3	3
Lisboa	Vila Franca de Xira	2	3	0	0	0	0	2	2
Lisboa	Azueira	2	3	1	9	0	0	3	3
Lisboa	Almada	3	4	1	9	0	0	4	4
Lisboa	Sintra	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Seixal	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Arruda	2	3	0	0	0	0	2	2
Lisboa	Alenquer	2	3	1	9	0	0	3	3
Lisboa	Azambuja	1	1	0	0	0	0	1	1
Total do distrito de Lisboa		67	84	8	73	0	0	73	75
Santarém	Santarém	0	0	1	9	0	0	1	1
Santarém	Benavente	1	1	0	0	0	0	1	1
Santarém	Cartaxo	1	1	0	0	0	0	1	1
Total do distrito de Santarém		2	2	1	9	0	0	3	3
Total		80	100	5	100	1	100	92	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Desconhece-se a localização de uma ama.

Anexo 50 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de leite em amas do concelho de Lisboa e fora deste

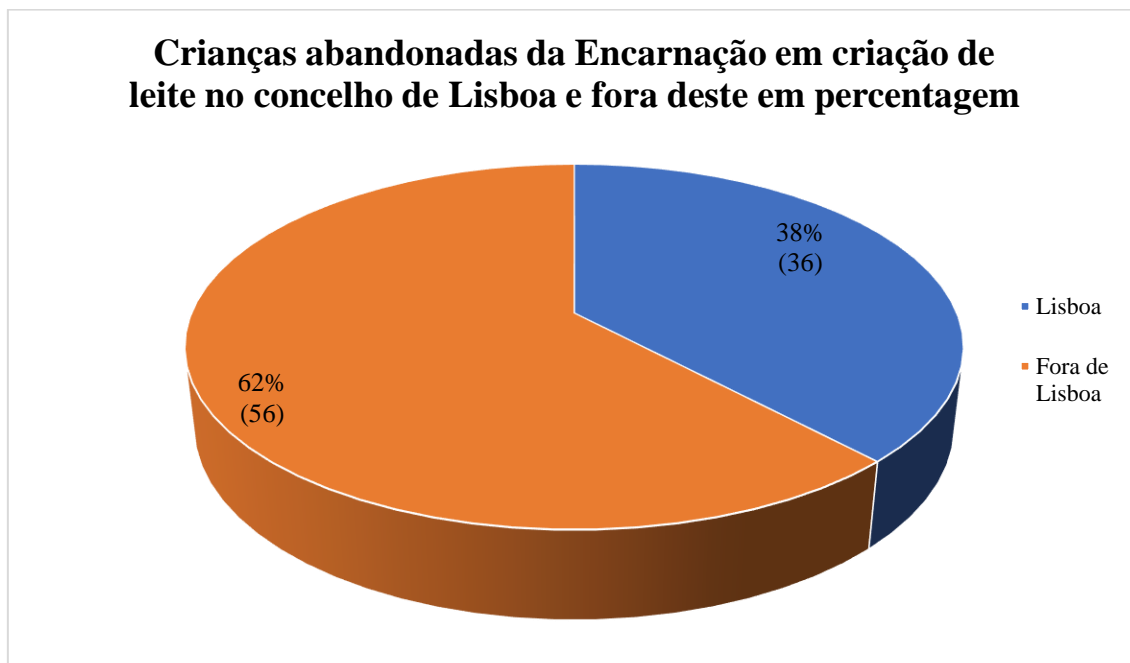


Gráfico 9. Crianças abandonadas em fase de criação de leite (CL) entregues a amas do concelho de Lisboa e fora deste em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Desconhece-se a localização de uma ama.

Anexo 51 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em amas de criação de leite por distrito de residência

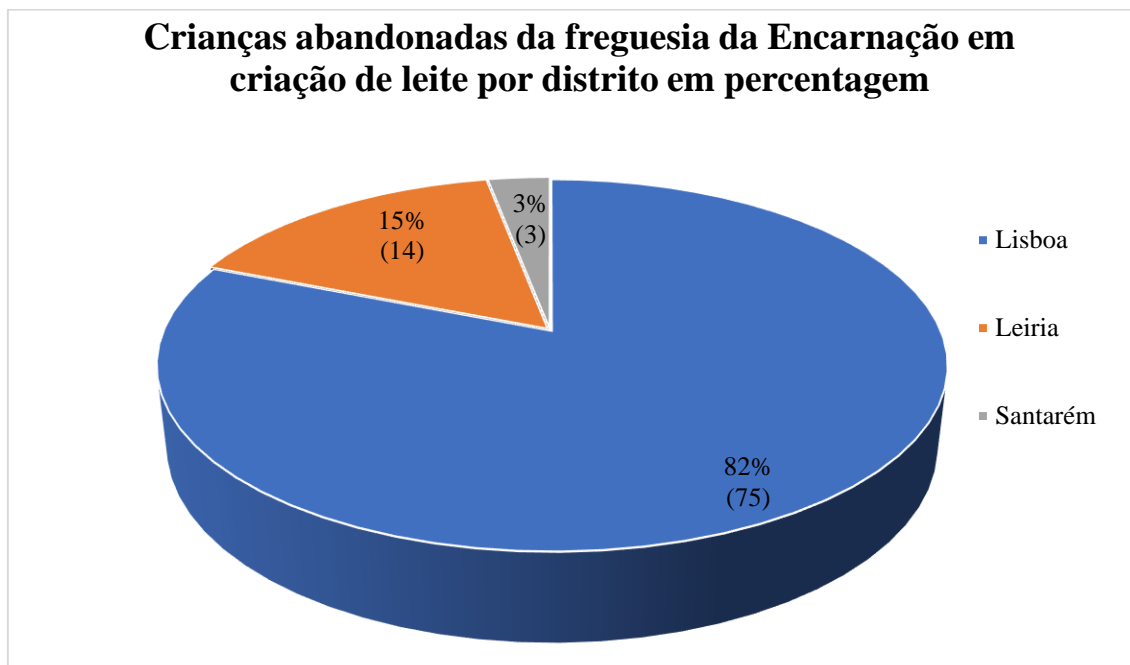


Gráfico 10. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por distrito de residência das amas de criação de leite (CL) em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Desconhece-se a localização de uma ama.

Anexo 52 - Amas de criação de leite da freguesia da Encarnação por estado civil

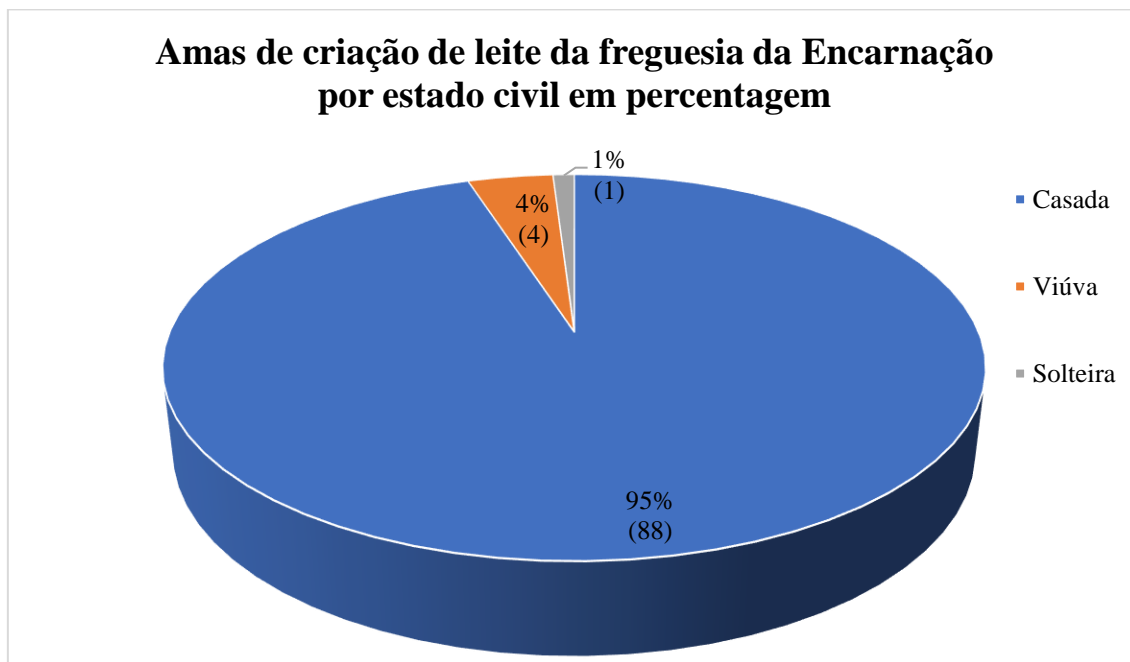


Gráfico 11. Amas de criação de leite (CL) da freguesia da Encarnação por estado civil em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 53 - Profissões dos maridos das amas de criação de leite da freguesia da Encarnação

Tabela 39. Profissões dos maridos das amas de criação de leite (CL) da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Profissão	Nº de casos	%
Trabalhador	46	49
Sem resposta	13	14
Alfaiate	2	2
Caixeiro	2	2
Carpinteiro	2	2
Lavrador	2	2
Marítimo	2	2
Pedreiro	2	2
Soldado	2	2
(Escrita ilegível)	1	1
Aguadeiro	1	1
Criado	1	1
Dono de uma agência	1	1
Empregado do Teatro São Carlos	1	1
Fazendeiro	1	1
Funileiro	1	1
Impressor	1	1
Mateiro	1	1
Militar	1	1
Municipal	1	1
Músico	1	1
Padeiro	1	1
Sapateiro	1	1
Seareiro	1	1
Tecelão	1	1
Varredor	1	1
Vendedor de cautelas	1	1
Total	93	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 54 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de seco

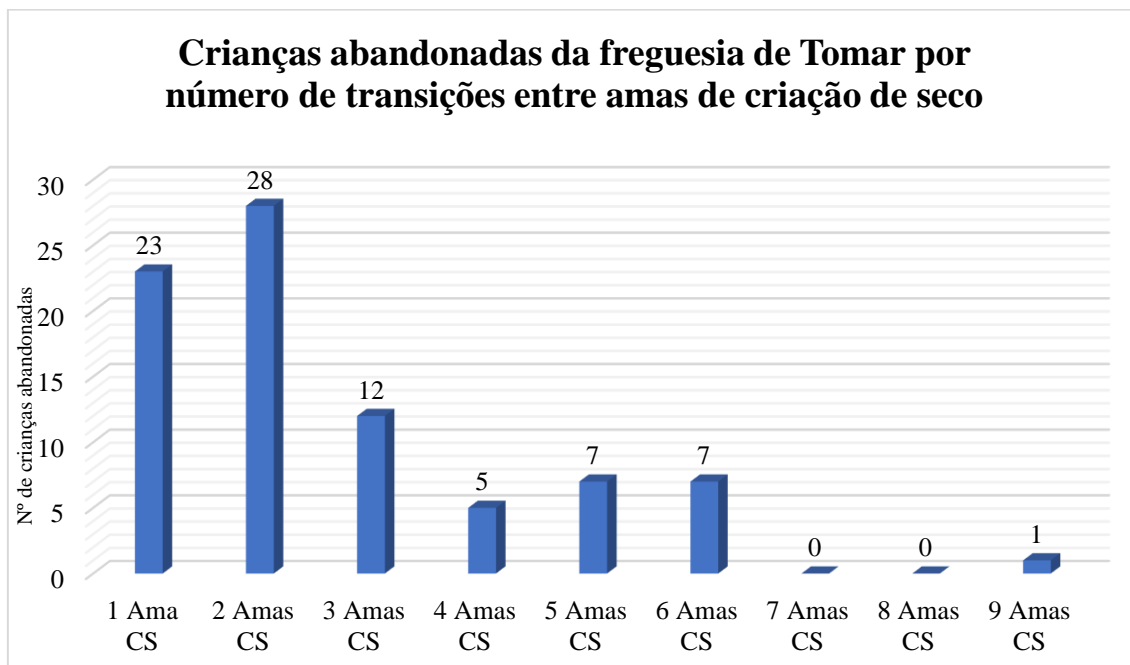


Gráfico 12. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de criação de seco entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 55 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco que transitaram para o termo de vestir e outros destinos

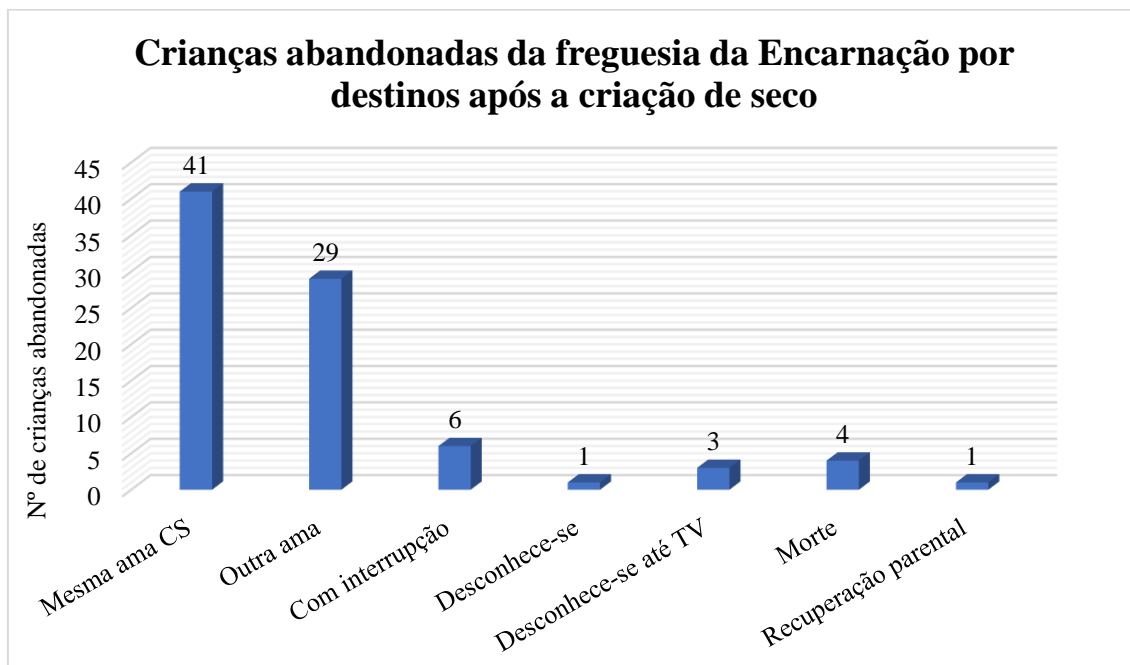


Gráfico 13. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco (CS) que transitaram para o termo de vestir (TV) e outros destinos entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 56 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco em cada distrito, concelho e freguesia

Tabela 40. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de amas de criação de seco em cada distrito, concelho e freguesia entre 1834 e 1870

Distrito	Concelho	CS1	%	CS2	%	CS3	%	CS4	%	CS5	%	CS6	%	CS7	%	CS8	%	CS9	%	Total	%
Évora	Évora	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total do distrito de Évora		0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Leiria	Batalha	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Leiria	Peniche	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Leiria	Pombal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Leiria	Leiria	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Leiria	Rio Maior	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Leiria	Óbidos	2	2	1	2	1	3	0	0	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2
Leiria	Alcobaça	3	4	4	7	2	6	2	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	5
Leiria	Caldas da Rainha	1	1	1	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Leiria	Porto de Mós	2	2	1	2	0	0	0	0	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2
Leiria	Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total do distrito de Leiria		13	16	8	14	4	13	4	21	2	14	0	0	0	0	0	0	0	0	31	14
Lisboa	Lisboa	33	40	41	71	22	71	13	68	12	86	5	71	0	0	0	0	1	100	126	59
Lisboa	Torres Vedras	8	10	1	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	5

Distrito	Concelho	CS1	%	CS2	%	CS3	%	CS4	%	CS5	%	CS6	%	CS7	%	CS8	%	CS9	%	Total	%	
Lisboa	Alcochete	0	0	1	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Mafra	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Lourinhã	4	5	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2
Lisboa	Cadaval	5	6	1	2	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	3
Lisboa	Vila Franca de Xira	2	2	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Lisboa	Setúbal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Lisboa	Azueira	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Lisboa	Almada	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Sintra	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Lisboa	Seixal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	2	1
Lisboa	Arruda	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Alenquer	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Lisboa	Belém	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Lisboa	Aldeia Galega do Ribatejo	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total do distrito de Lisboa		65	79	47	81	25	81	15	79	12	86	6	86	0	0	1	100	1	100	171	80	
Santarém	Benavente	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Santarém	Cartaxo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Santarém	Ferreira do Zêzere	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	2	1
Santarém	Ourém	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total do distrito de Santarém		2	2	2	3	1	3	0	0	0	0	1	14	1	100	0	0	0	0	0	7	3
Total		82	100	58	100	31	100	19	100	14	100	7	100	1	100	1	100	1	100	214	100	

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 57 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de seco em amas do concelho de Lisboa e fora deste

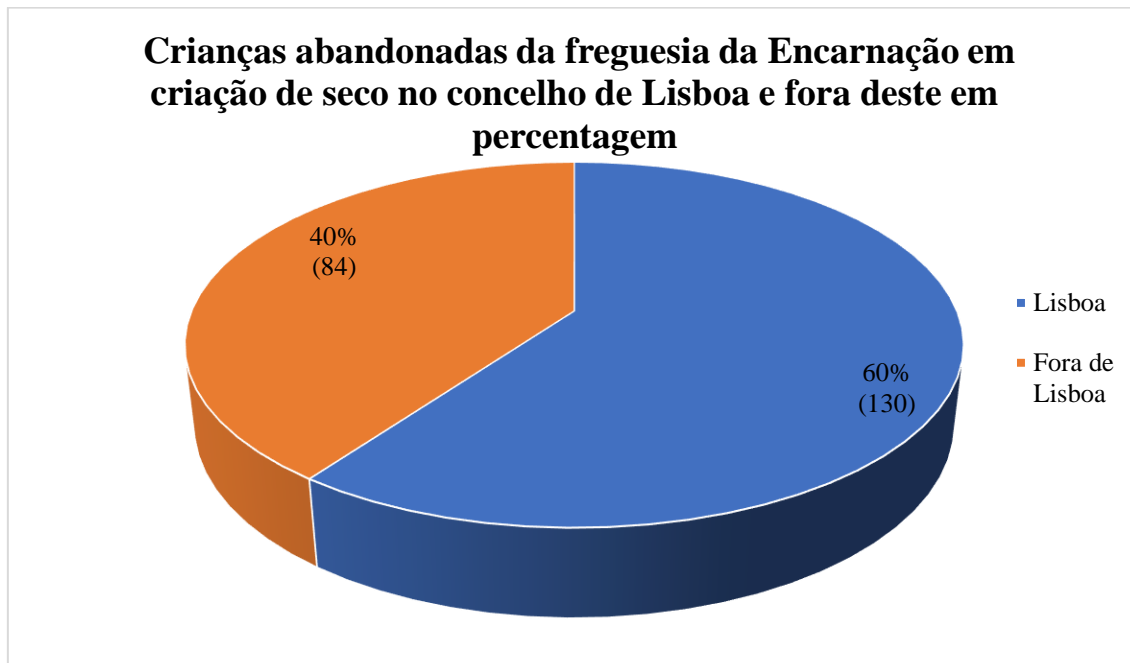


Gráfico 14. Crianças abandonadas em fase de criação de seco (CS) entregues a amas do concelho de Lisboa e fora deste em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Desconhece-se a localização de quatro amas.

Anexo 58 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em criação de seco por distrito de residência

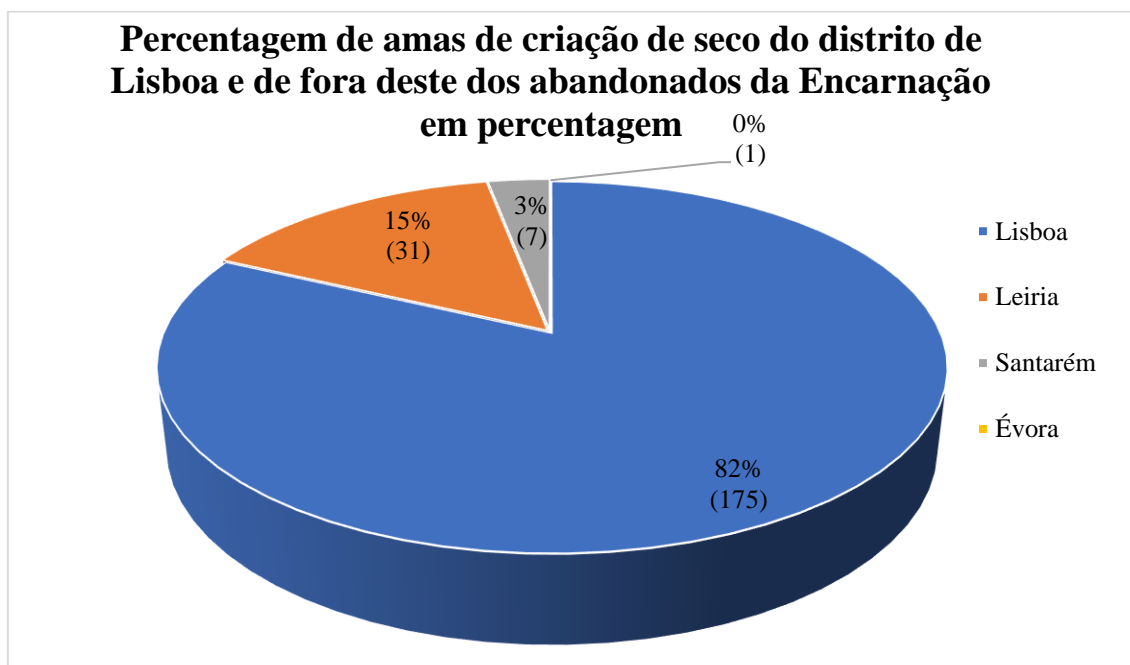


Gráfico 15. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por distrito de residência das amas de criação de seco (CS) em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Desconhece-se a localização de quatro amas.

Anexo 59 - Amas de criação de seco da freguesia da Encarnação por estado civil

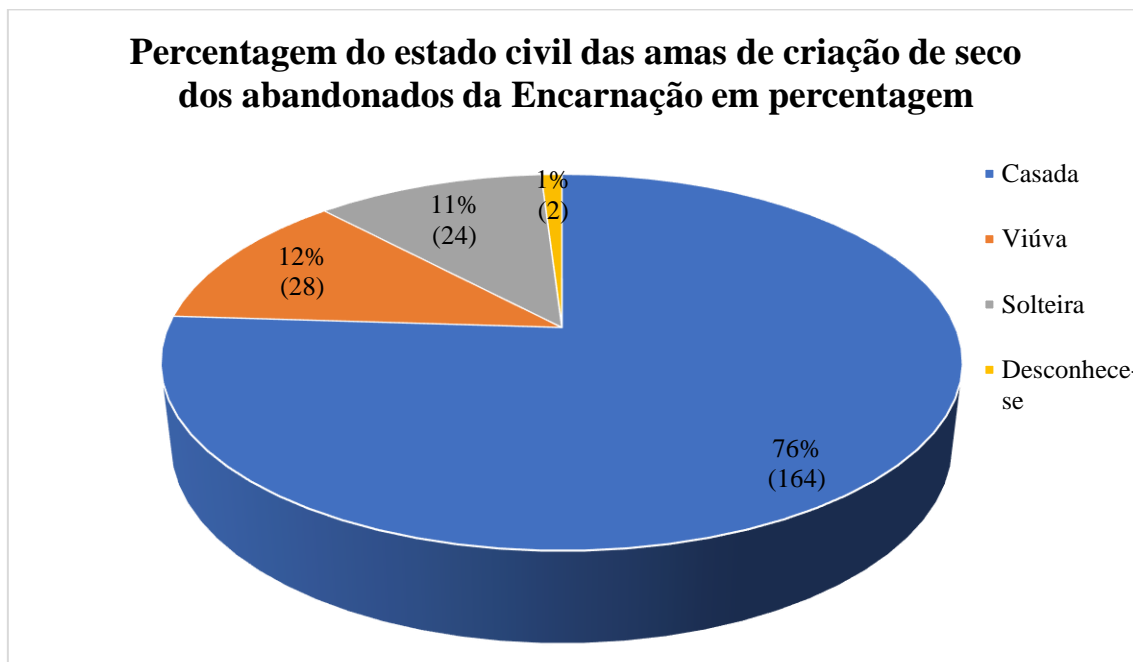


Gráfico 16. Amas de criação de seco (CS) da freguesia da Encarnação por estado civil em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 60 - Profissões dos maridos das amas de criação de seco da freguesia da Encarnação

Tabela 41. Profissões dos maridos das amas de criação de seco (CS) da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Profissão	Nº de casos	%
Sem resposta	73	33
Trabalhador	48	22
Sapateiro	9	4
Soldado	9	4
Marítimo	6	3
Criado	5	2
Militar	4	2
Lavrador	3	1
Carpinteiro	3	1
Proprietário	3	1
Padeiro	2	1
Aguadeiro	2	1
Peixeiro	2	1
Impressor	2	1
Músico	2	1
Caixeiro	2	1
Alfaiate	1	0
Pedreiro	2	1
Tecelão	2	1
Poleeiro	2	1
Serrador	2	1
Serralheiro	2	1
Cocheiro	2	1
Empregado municipal	1	0
Empregado da Secretaria da Guerra	1	0
Empregado do Arsenal	1	0
Seareiro	1	0
Fazendeiro	1	0
Empregado do Teatro São Carlos	1	0
Vendedor de cautelas	1	0

Profissão	Nº de casos	%
Dono de uma agência	1	0
Negociante	1	0
Empregado da limpeza da cidade	1	0
Funileiro	1	0
Varredor	1	0
Mateiro	1	0
Empregado da fábrica de rapé	1	0
Ferreiro	1	0
Surrador	1	0
Oleiro	1	0
Marceneiro	1	0
Fabricante	1	0
Forneiro	1	0
Remador alfandega	1	0
Catraieiro	1	0
Total	218	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Nota: Na categoria “sem resposta” inserem-se também as solteiras e viúvas.

Anexo 61 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de vestir

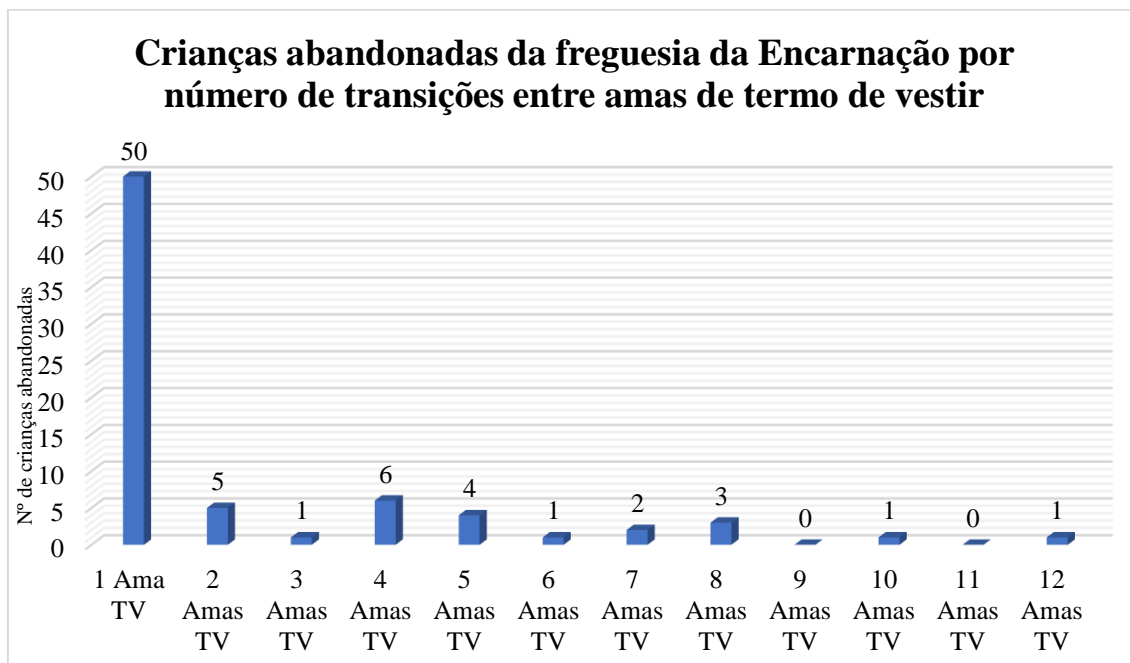


Gráfico 17. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de vestir (TV) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 62 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de vestir

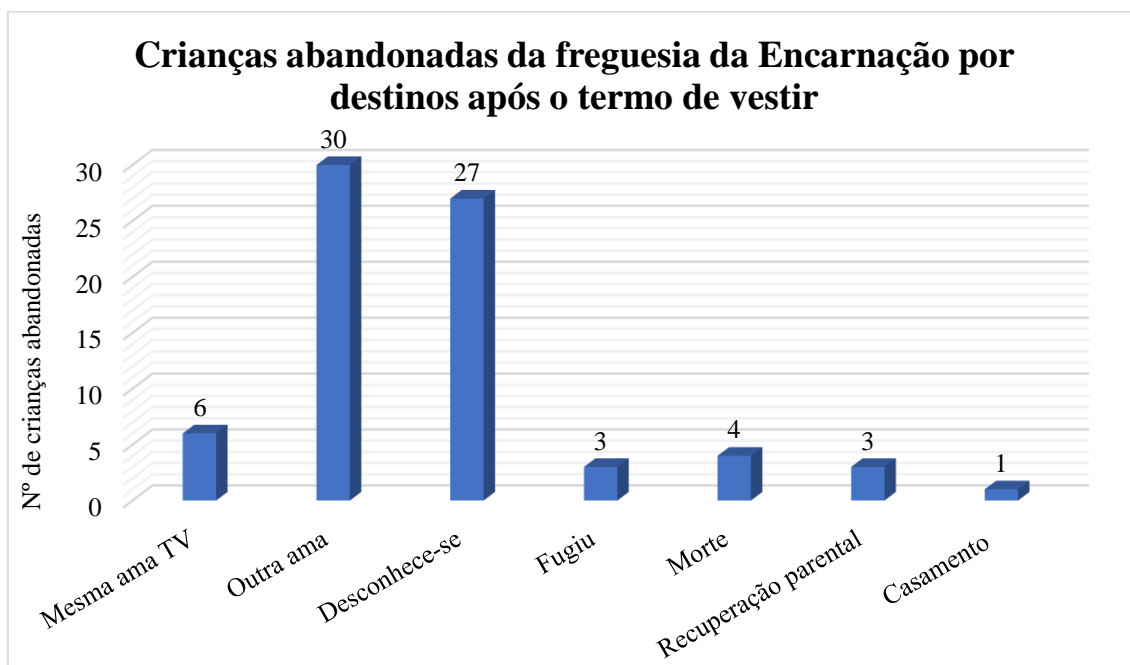


Gráfico 18. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de vestir (TV) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 63 - Número de amas de criação de termo de vestir por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação

Tabela 42. Número de amas de criação de termo de vestir (TV) por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Distrito	Concelho	TV 1	%	TV 2	%	TV 3	%	TV 4	%	TV 5	%	TV 6	%	TV 7	%	TV 8	%	TV 9	%	TV 10	%	TV 11	%	TV 12	%	Total	%	
Leiria	Leiria	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2
Leiria	Rio Maior	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Leiria	Óbidos	2	3	1	4	2	11	2	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4
Leiria	Alcobaça	5	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3
Leiria	Caldas da Rainha	2	3	4	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3
Leiria	Porto de Mós	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Leiria	Alvaiázere	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total do distrito de Leiria		15	20	5	20	2	11	2	11	0	0	0	0	1	14	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	15
Lisboa	Lisboa	41	55	19	76	16	84	15	79	11	92	8	100	5	71	4	80	2	100	2	100	1	100	1	100	125	71	
Lisboa	Torres Vedras	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Alcochete	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Cadaval	2	3	0	0	0	0	0	0	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2
Lisboa	Vila Franca de Xira	1	1	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	

Lisboa	Almada	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Sintra	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Alenquer	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Belém	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Aldeia Galega do Ribatejo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Barreiro	1	1	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Lisboa	Olivais	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lisboa	Moita	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total do distrito de Lisboa		53	72	20	80	17	89	17	89	12	100	8	100	6	86	4	80	2	100	2	100	1	100	1	100	143	10
Santarém	Benavente	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Santarém	Cartaxo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Santarém	Ferreira do Zêzere	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Santarém	Torres Novas	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Total do distrito de Santarém		5	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3
Total		74	100	25	100	19	100	19	100	12	100	8	100	7	100	5	100	2	100	2	100	1	100	1	100	175	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 64 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em termo de vestir em amas do concelho de Lisboa e fora deste

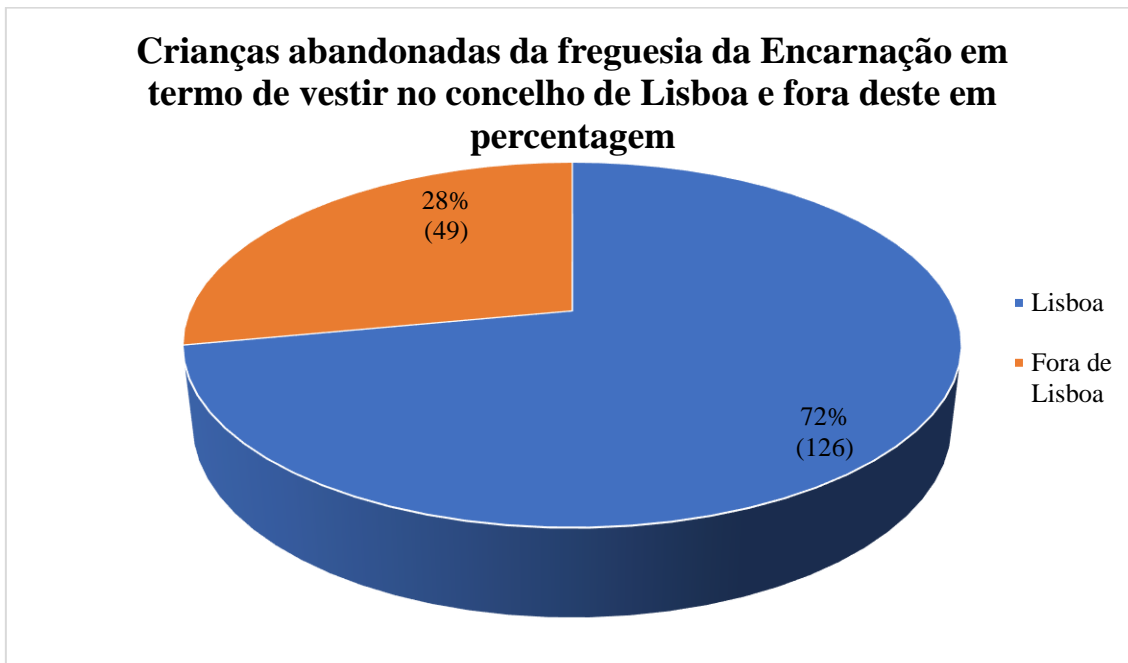


Gráfico 19. Crianças abandonadas em fase de termo de vestir (TV) entregues a amas do concelho de Lisboa e fora deste em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Nota: Desconhece-se a localização de uma ama.

Anexo 65 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por distrito de residência das amas de termo de vestir

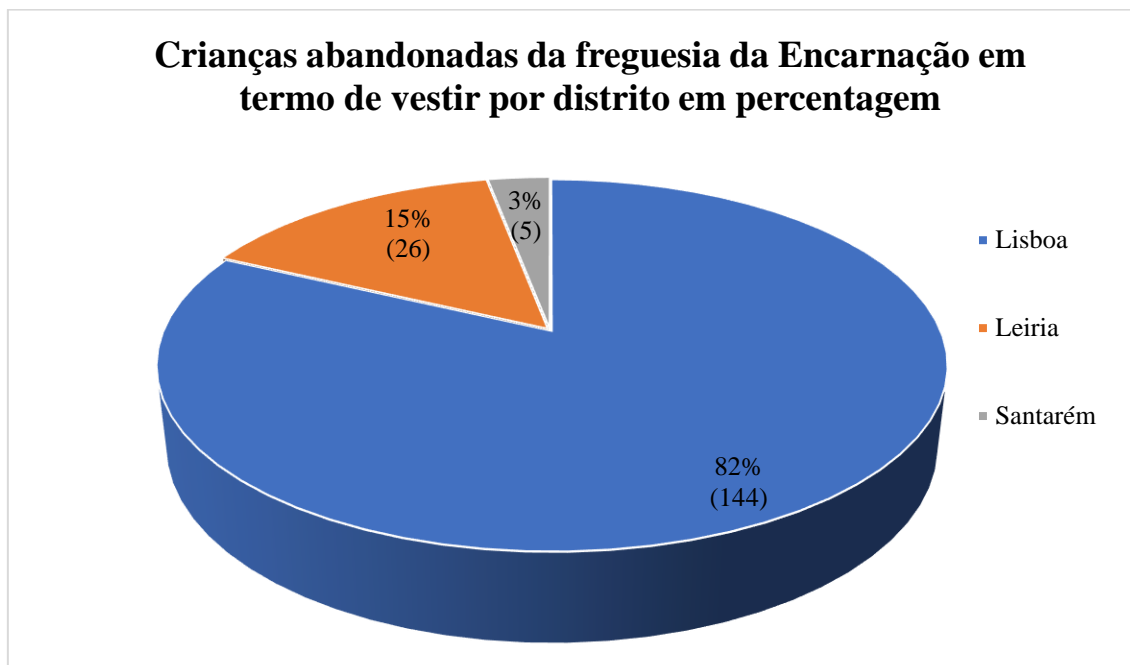


Gráfico 20. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por distrito de residência das amas de termo de vestir (TV) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Nota: Desconhece-se a localização de uma ama.

Anexo 66 - Amas de termo de vestir da freguesia da Encarnação por estado civil

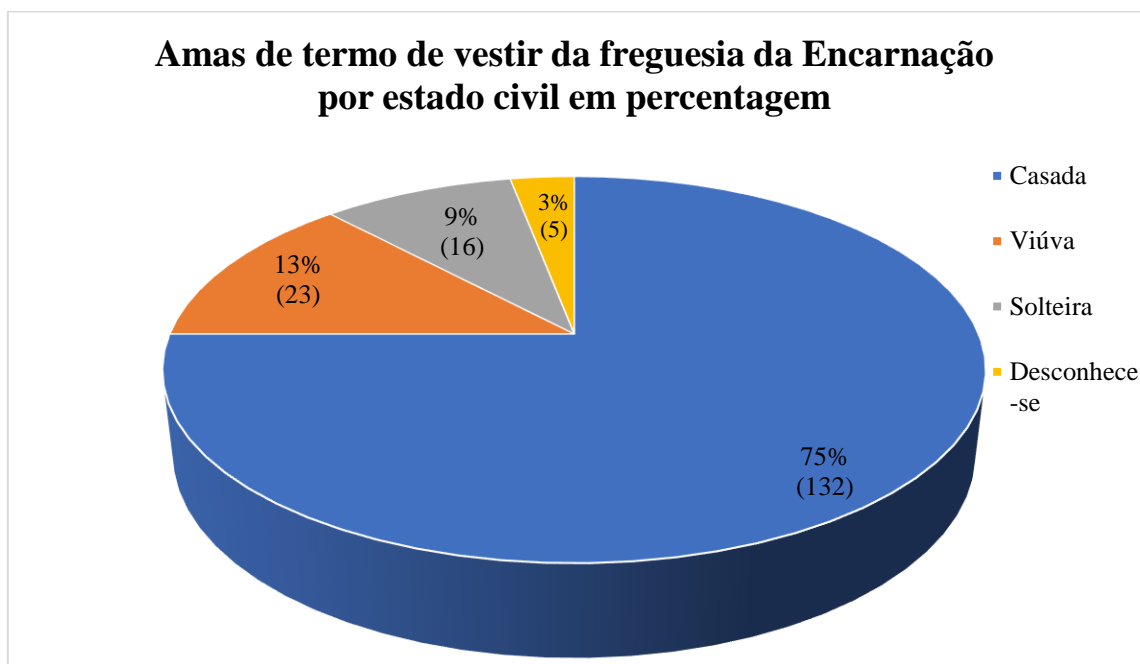


Gráfico 21 Amas de termo de vestir (TV) da freguesia da Encarnação por estado civil em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 67 - Profissões dos maridos das amas de termo de vestir da freguesia da Encarnação

Tabela 43. Profissões dos maridos das amas de termo de vestir (TV) da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Profissão	Nº de casos	%
Sem reposta	122	69
Fazendeiro	5	3
Serralheiro	5	3
Trabalhador	5	3
Caixeiro	3	2
Marítimo	3	2
Proprietário	3	2
Alfaiate	2	1
Empregado do Arsenal	2	1
Lavrador	2	1
Sapateiro	2	1
Almocreve	1	1
Carpinteiro	1	1
Cocheiro	1	1
Correio	1	1
Criado	1	1
Dono de uma agência	1	1
Empregado da Alfândega	1	1
Empregado da Câmara dos Pares	1	1
Empregado da limpeza da cidade	1	1
Empregado do Supremo Conselho de Justiça e Militar	1	1
Escrivão da paz	1	1
Ferreiro	1	1
Major reformado	1	1
Negociante e lojista	1	1
Piloto	1	1
Poleeiro	1	1
Seareiro	1	1
Serrador	1	1
Subdelegado do Ministério Público	1	1

Profissão	Nº de casos	%
Surrador	1	1
Varredor	1	1
Total	176	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Nota: na categoria “sem resposta” inserem-se também as solteiras e viúvas.

Anexo 68 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de criadas

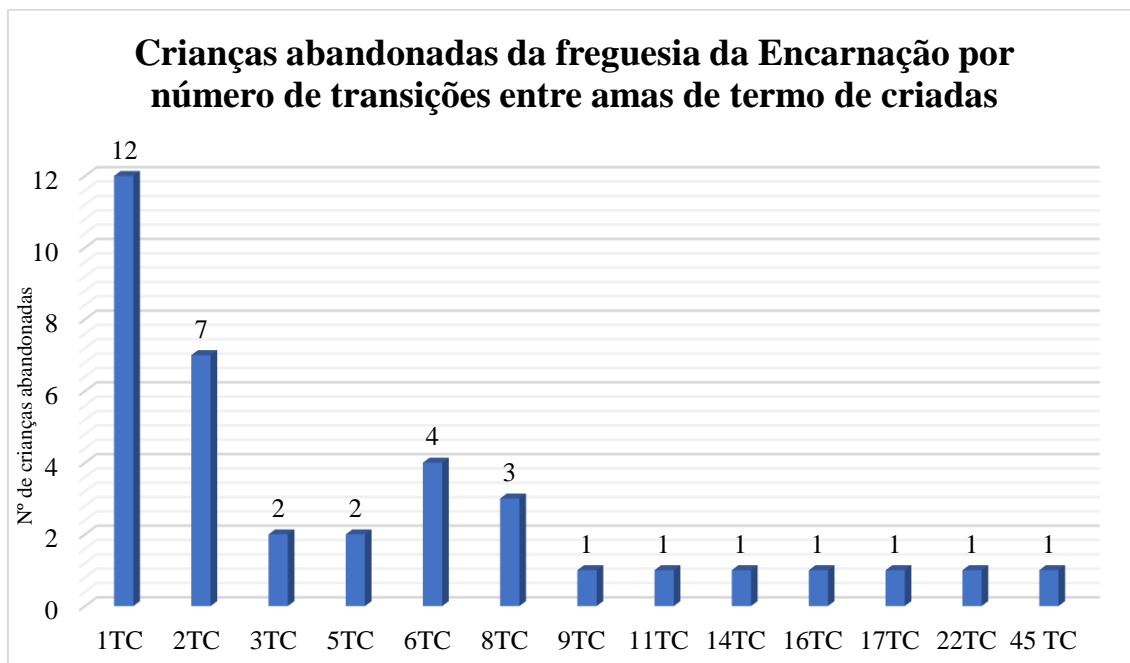


Gráfico 22. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por número de transições entre amas de termo de criadas (TC) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 69 – Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por tempo de permanência em serviço de criadagem

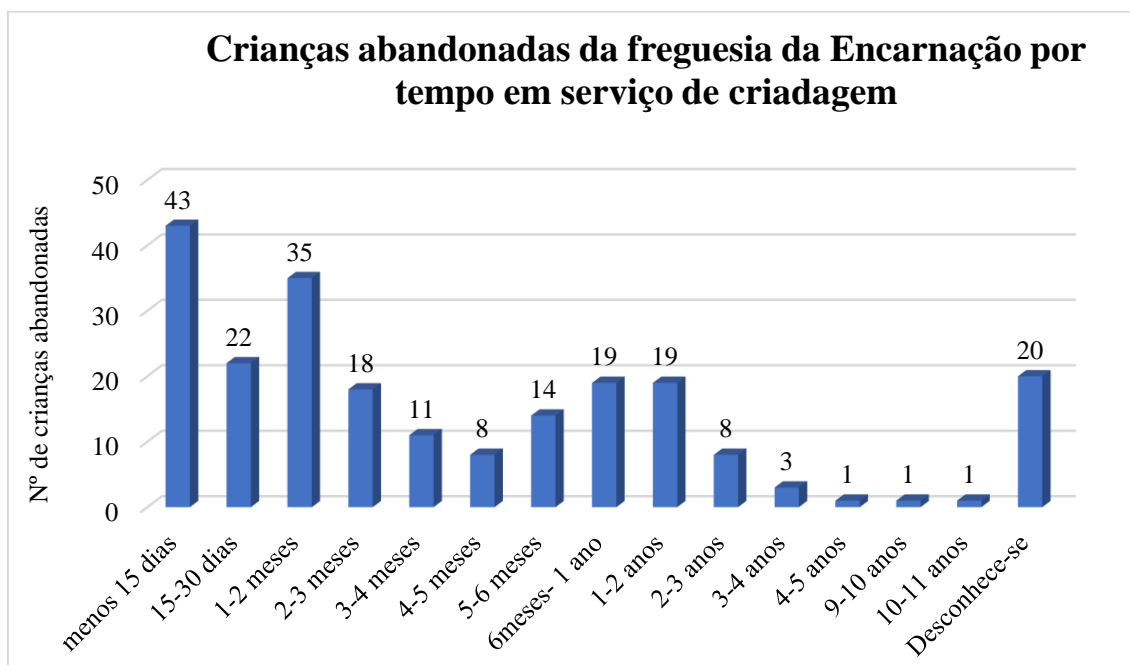


Gráfico 23. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por tempo de permanência em serviço de criadagem (TC) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 70 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de criadas

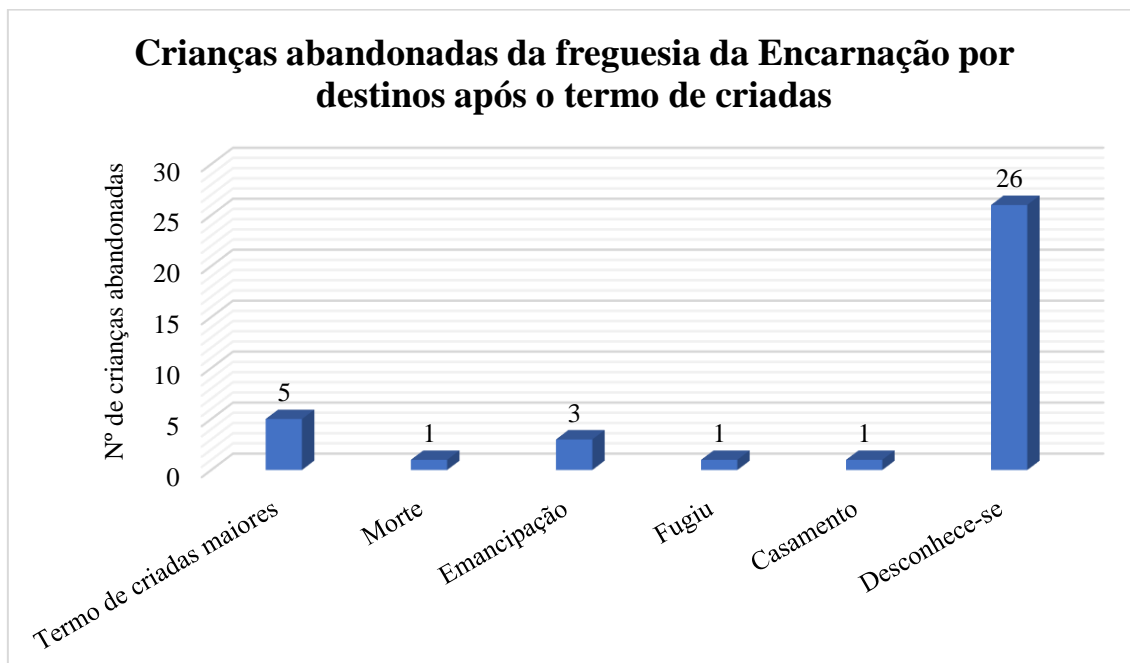


Gráfico 24. Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação por destinos após o termo de criadas (TC) entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostas maiores dadas a servir*.

Anexo 71 – Crianças abandonadas da Encarnação por sexo das amas e amos de termo de criadas

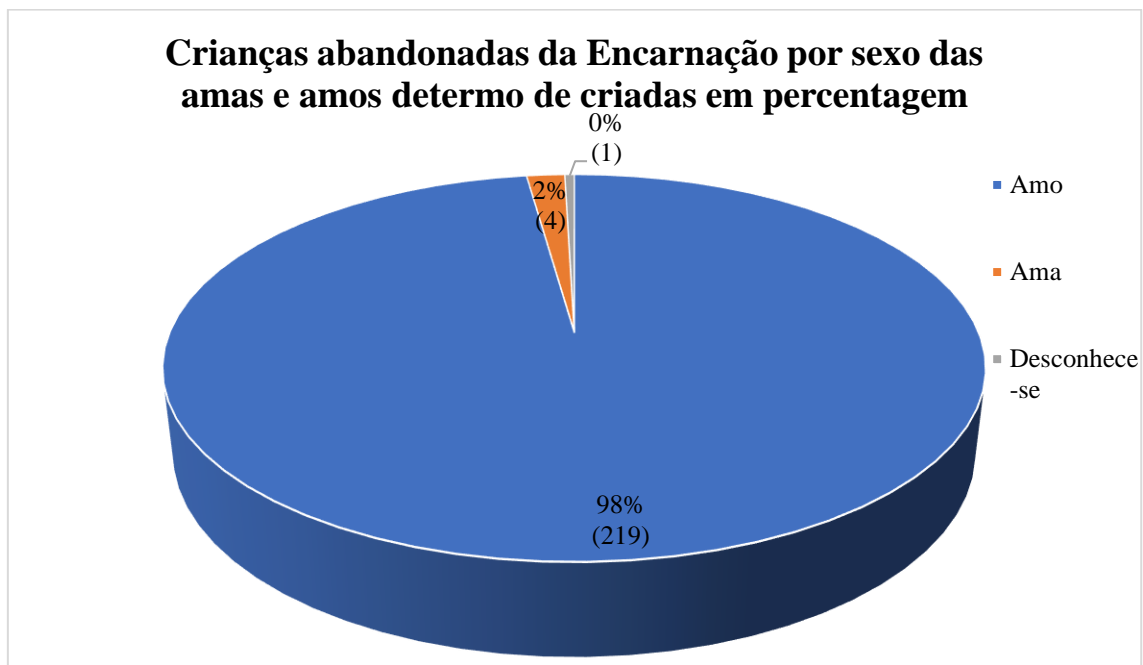


Gráfico 25. Crianças abandonadas da Encarnação por sexo das amas e amos em termo de criadas (TC) em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 72 - Amas de termo de criadas da freguesia da Encarnação por estado civil

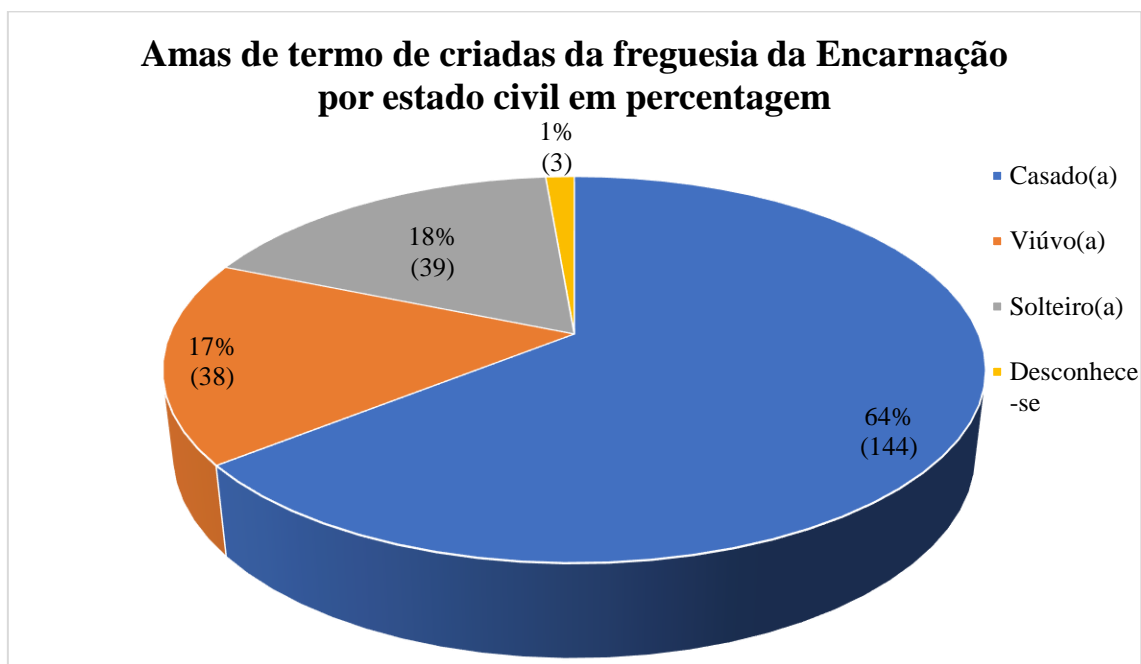


Gráfico 26. Amas de termo de vestir (TC) da freguesia da Encarnação por estado civil em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 73 - Crianças abandonadas da freguesia da Encarnação em termo de criadas em amas do concelho de Lisboa e fora deste

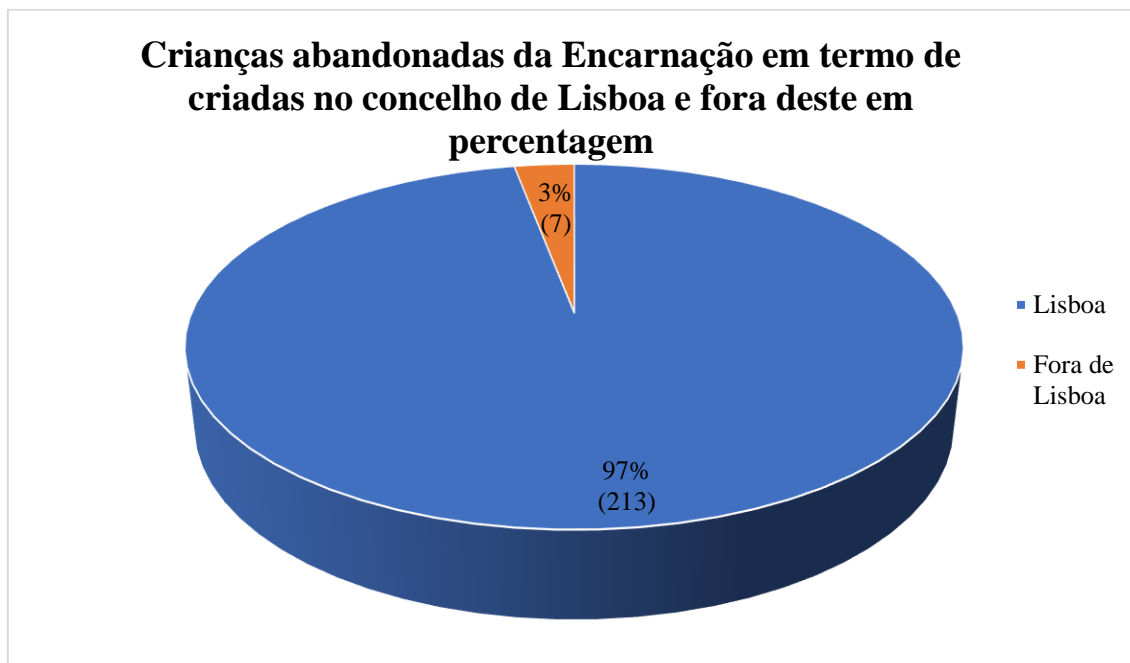


Gráfico 27. Crianças abandonadas em fase de termo de criadas (TC) entregues a amas do concelho de Lisboa e fora deste em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Nota: Desconhece-se a localização de quatro amas.

Anexo 74 – Crianças abandonadas da Encarnação em termo de criadas por concelho

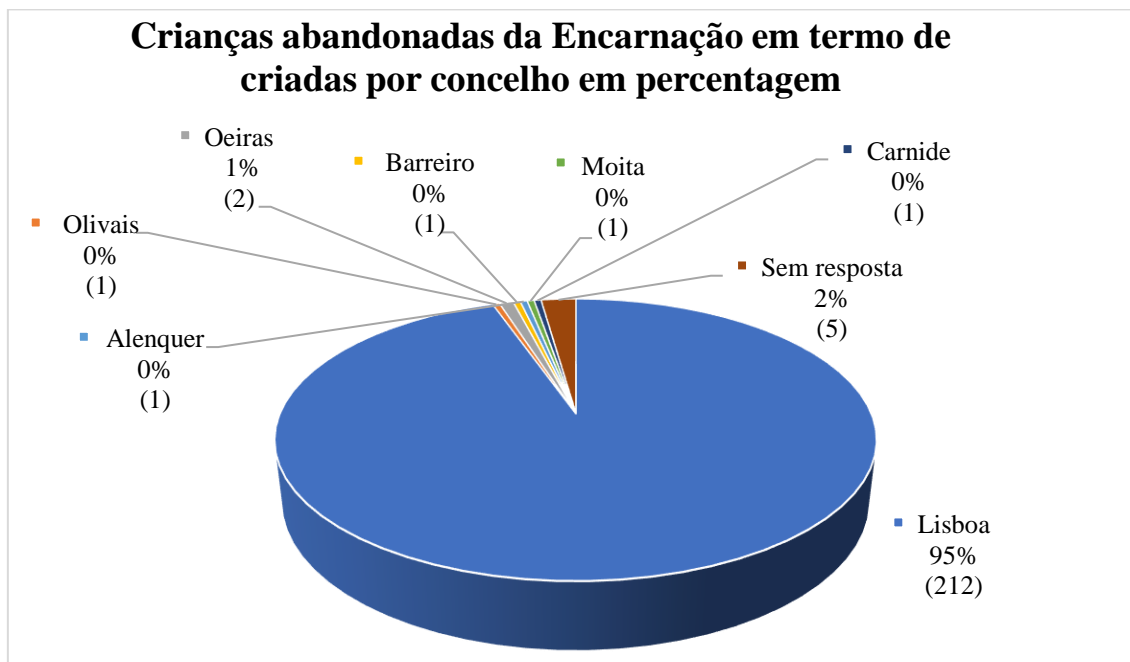


Gráfico 28. Crianças abandonadas da Encarnação em termo de criadas (TC) por concelho em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Nota: Desconhece-se a localização de quatro amas.

Anexo 75 – Amas de termo de criadas por freguesia do concelho de Lisboa

Tabela 44. Número de amas de termo de criadas por freguesia do concelho de Lisboa entre 1834 e 1870

Concelho	Freguesia	Nº de amas(os) de termo de criadas	%
Lisboa	Encarnação	50	23
Lisboa	São José	15	7
Lisboa	Santos o Velho	12	6
Lisboa	São Paulo	10	5
Lisboa	Lapa	10	5
Lisboa	São Nicolau	9	4
Lisboa	São Julião	9	4
Lisboa	Conceição Nova	9	4
Lisboa	Santa Isabel	8	4
Lisboa	Anjos	8	4
Lisboa	Socorro	7	3
Lisboa	Santa Justa	7	3
Lisboa	Santa Engrácia	7	3
Lisboa	Santa Catarina	7	3
Lisboa	Mercês	7	3
Lisboa	Pena	6	3
Lisboa	Sé	5	2
Lisboa	São Mamede	5	2
Lisboa	Coração de Jesus	4	2
Lisboa	Sacramento	3	1
Lisboa	São Vicente	2	1
Lisboa	São Cristóvão	2	1
Lisboa	Mártires	2	1
Lisboa	Ajudá	2	1
Lisboa	São Tiago	1	0
Lisboa	São João da Praça	1	0
Lisboa	São Bartolomeu	1	0
Lisboa	Santo André	1	0
Lisboa	Santa Maria Maior	1	0
Lisboa	Santa Cruz do Castelo	1	0
Lisboa	Alcântara	1	0

Concelho	Freguesia	Nº de amas(os) de termo de criadas	%
Total		213	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 76 – Crianças abandonadas da Encarnação vivas e mortas

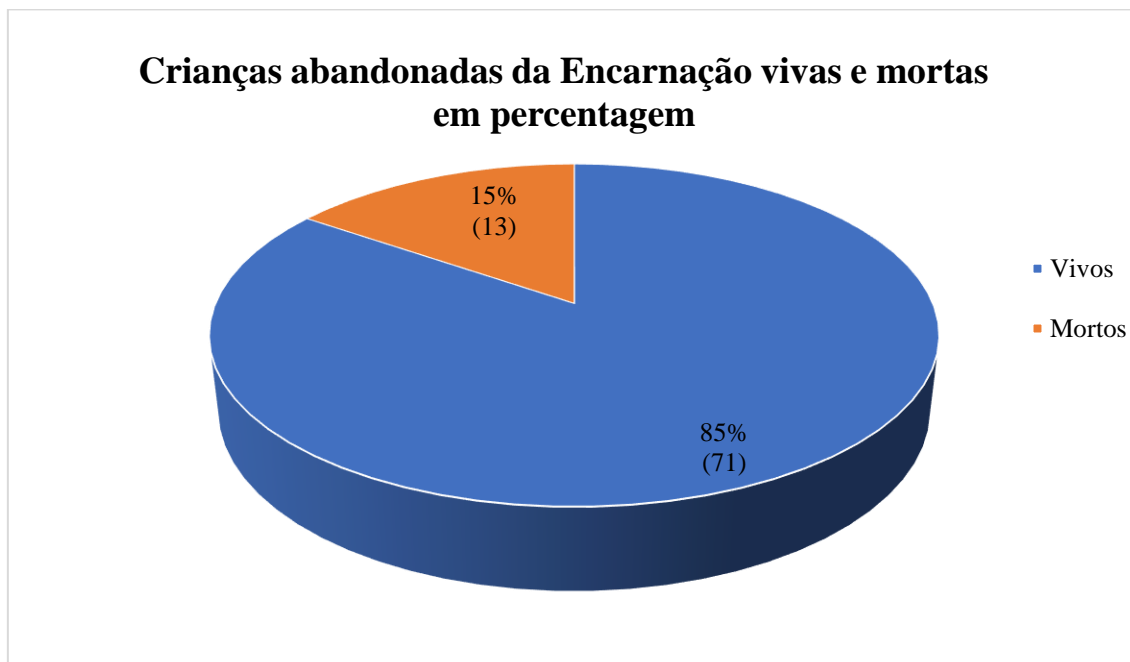


Gráfico 29. Crianças abandonadas da Encarnação que faleceram e que sobreviveram em percentagem entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 77 - Local de falecimento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação

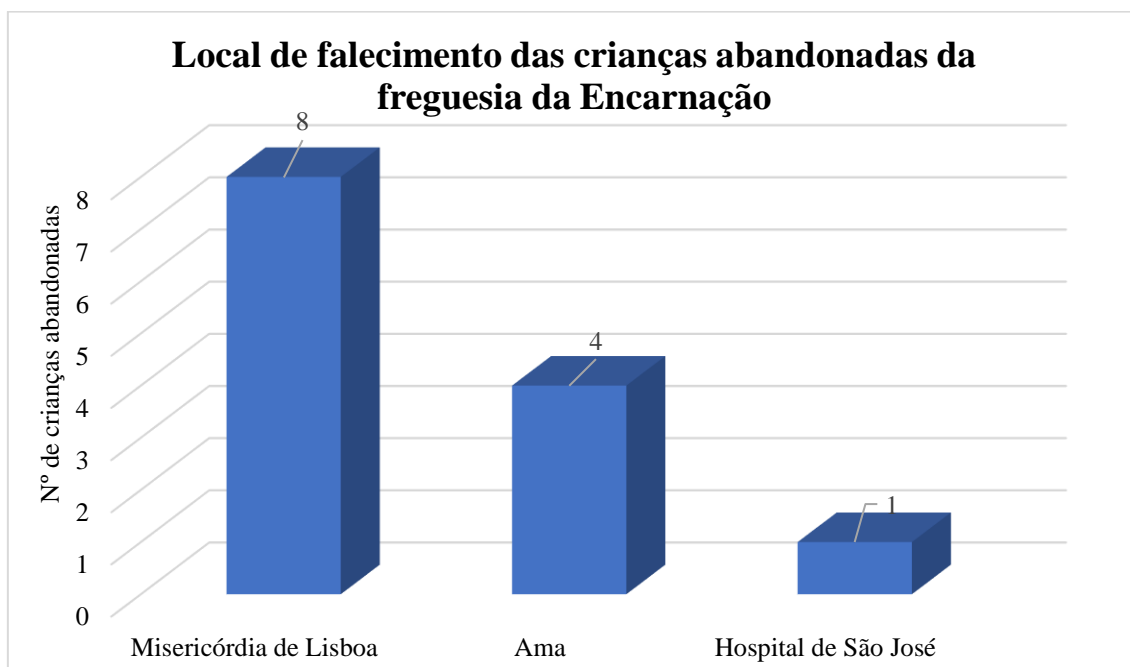


Gráfico 30. Local de falecimento das as crianças abandonadas da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 78 - Nome, data e local de vacinação das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação

Tabela 45. Nome, data e local de vacinação das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Nome	Data	Local
Anna	13.05.1852	Misericórdia de Lisboa
Joaquina	06.05.1853	Misericórdia de Lisboa
Feliciana	16.09.1852	Misericórdia de Lisboa
Alberto	03.02.1854	Misericórdia de Lisboa
Joanna	08.02.1855	Desconhece-se
Margarida	18.08.1853	Desconhece-se
Gertrudes	18.11.1854	Misericórdia de Lisboa
Gonçalo	27.05.1852	Misericórdia de Lisboa
Carolina	06.03.1851	Misericórdia de Lisboa
Eliza	11.08.1853	Desconhece-se
Maria	11.11.1852	Misericórdia de Lisboa
Adelina	06.06.1854	Misericórdia de Lisboa

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 79 - Casamento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação

Tabela 46. Casamento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação entre 1834 e 1870

Nome	Data	Local	Noivo							Noiva						Dote
			Nome	Categoria	Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade Concelho	Residência Freguesia	Nome	Categoria	Idade	Estado Civil	Naturalidade Concelho	Residência Freguesia	
Orcacia	18.10.1857	Igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa	Antonio Dias	Filho legítimo		Solteiro		Aveiro	Encarnação	Orcacia da Conceição	Exposta		Solteira	Lisboa	Encarnação	
Victorina	02.09.1858	Igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa	Manuel dos Reis			Solteiro		Leiria	São Sebastião da Pedreira	Vitorina Emilia	Exposta		Solteira	Lisboa	São Sebastião da Pedreira	
Aurelia	08.07.1865	Igreja da Misericórdia de Lisboa	Venancio Pedro d'Assumpção Xavier	Filho legítimo	43	Solteiro	Artista			Aurelia Maria de Jesus	Exposta	17	Solteira	Lisboa	Encarnação	Sim
Virginia	15.10.1858		Joaquim de Matos	Filho legítimo		Solteiro		Coimbra	Encarnação	Virginia Maria das Dores	Exposta			Lisboa	Encarnação	
Candida	23.06.1873	Igreja da Misericórdia de Lisboa														
Gertrudes	27.02.1870	Igreja Paroquial de São Lourenço	Joaquim José Pedro	Filho legítimo	19	Solteiro	Sapateiro	Lisboa		Gertrudes Magna da Conceição	Exposta	19	Solteira	Lisboa	Conceição Nova	
Maria	03.06.1861	Igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa														
Filomena	03.09.1863	Igreja da Misericórdia de Lisboa	Francisco Maria de Jesus	Filho legítimo	39	Solteiro	Sapateiro	Lisboa	Sacramento	Philomena Exposta	Exposta	21	Solteira	Lisboa	Encarnação	
Felismina	18.04.1868	Igreja da Misericórdia de Lisboa														
Carolina	17.04.1870	Igreja da Misericórdia de Lisboa	João Augusto Pereira da Silva	Filho legítimo	23	Solteiro	Carpinteiro	Lisboa	Encarnação	Carolina das Dores	Exposta	19	Solteira	Lisboa	Encarnação	
Clara	30.11.1870	Igreja da Misericórdia de Lisboa														

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*; ANTT, Registos paroquiais, Registos de casamento.

Anexo 80 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por anos de entrada

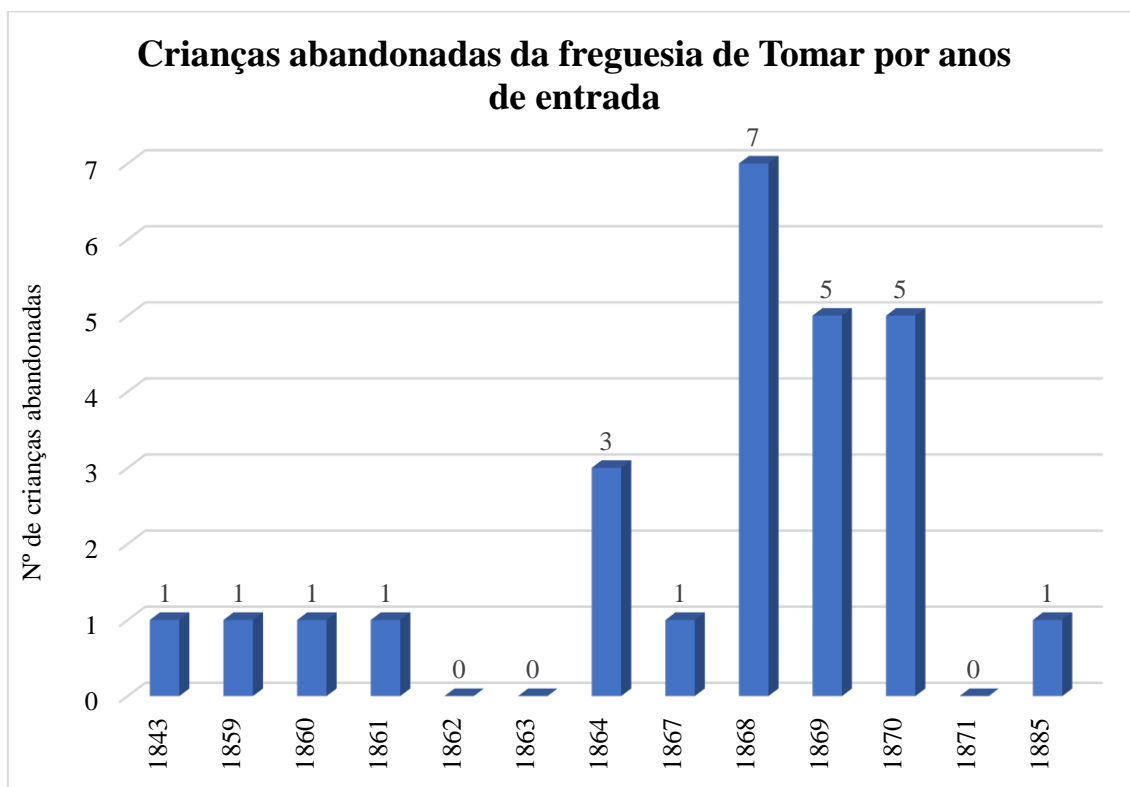


Gráfico 29. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por anos de entrada entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1843-1885.

Anexo 81 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por sexo em percentagem

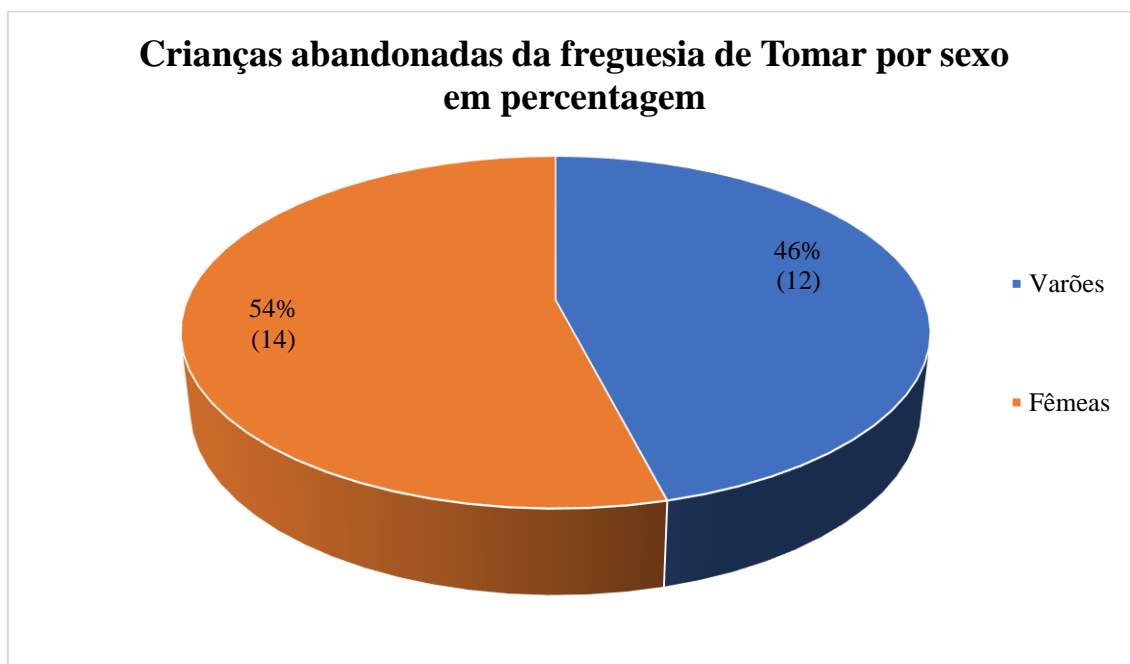


Gráfico 30. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por sexo em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1843-1885.

Anexo 82 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por modo de entrada

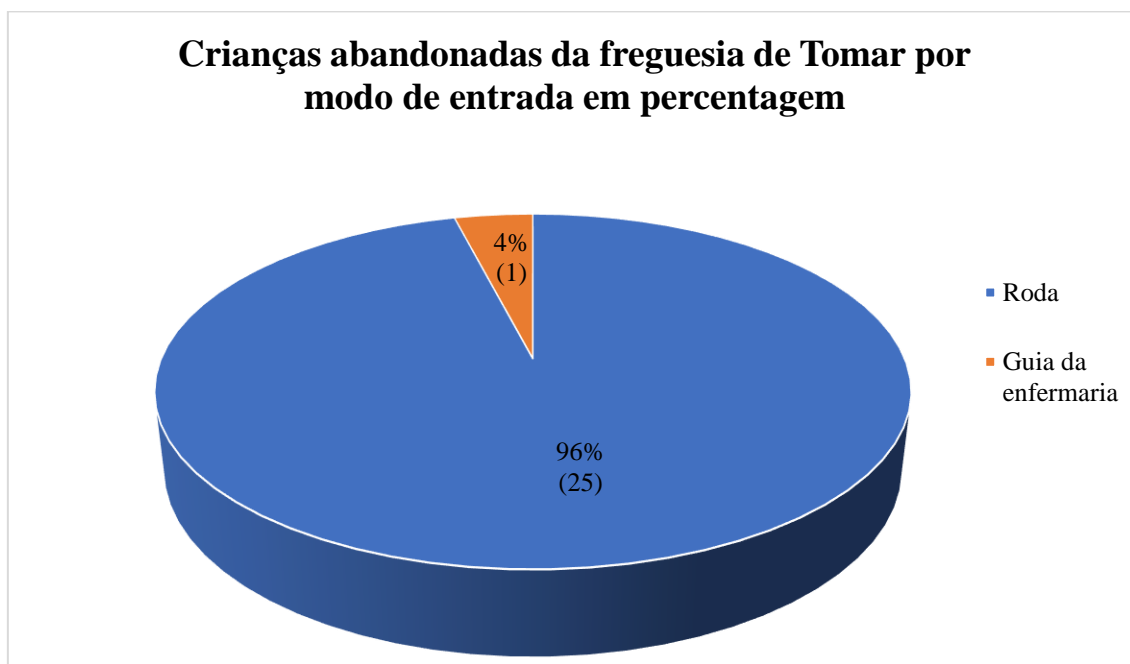


Gráfico 31. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por modo de entrada em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1843-1885.

Anexo 83 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

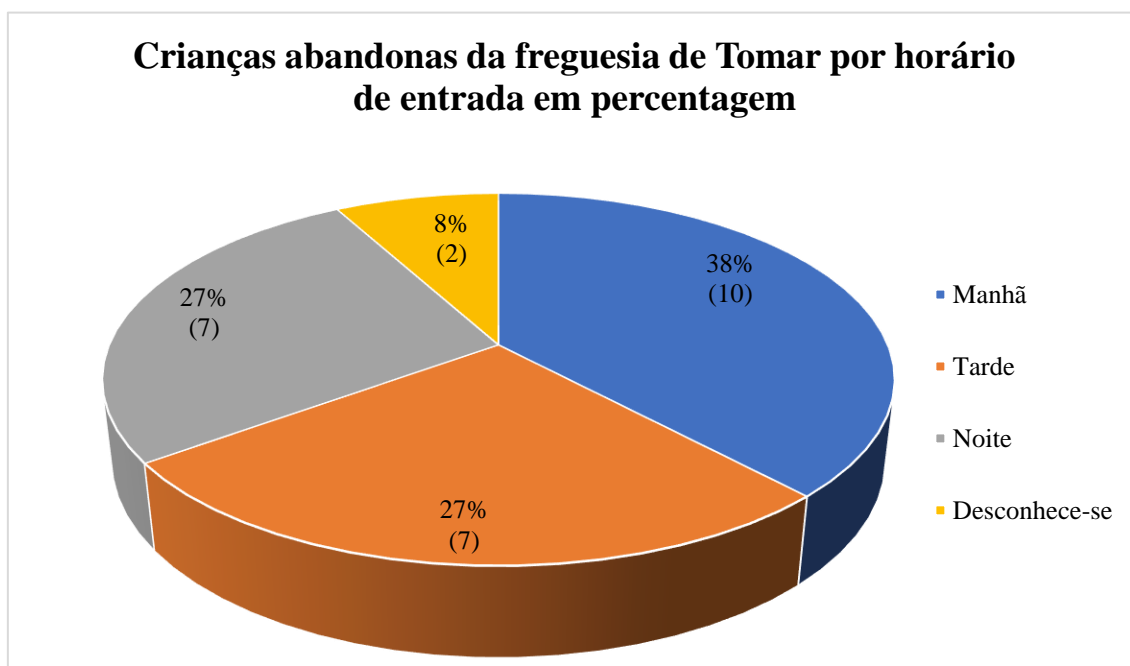


Gráfico 32. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por horário de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1843-1885.

Nota:

Madrugada: 00h-6h

Manhã: 6h-13h

Tarde: 13h-18h

Noite: 18h-00h

Anexo 84 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por idade aquando do momento de entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

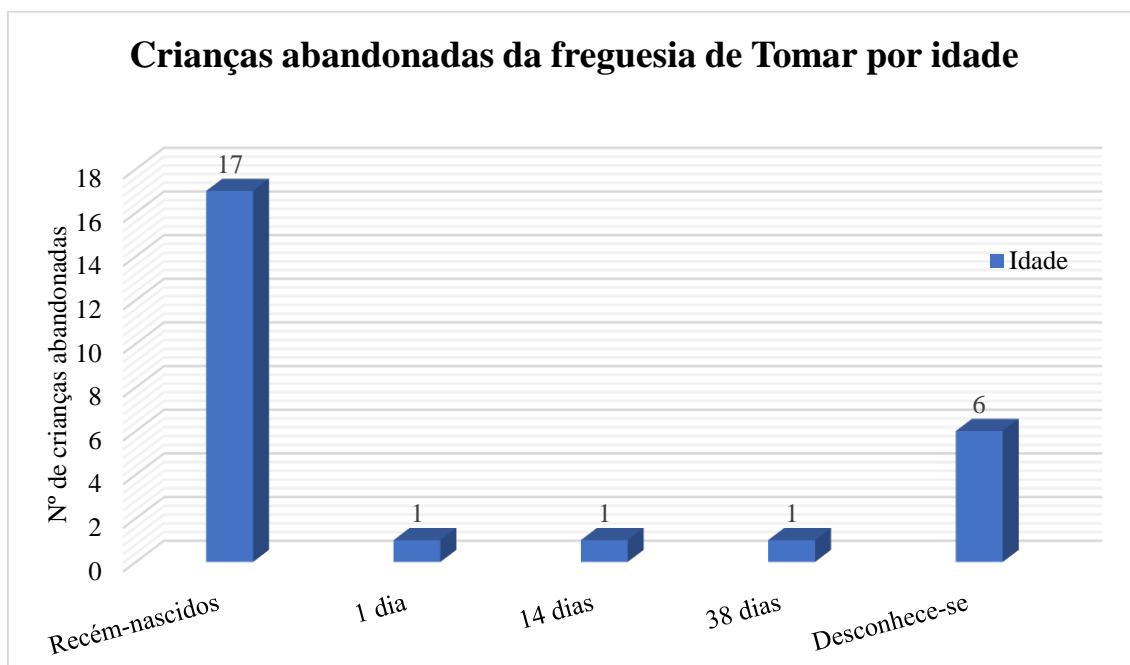


Gráfico 33. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por idade entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*, 1843-1885.

Anexo 85 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de leite

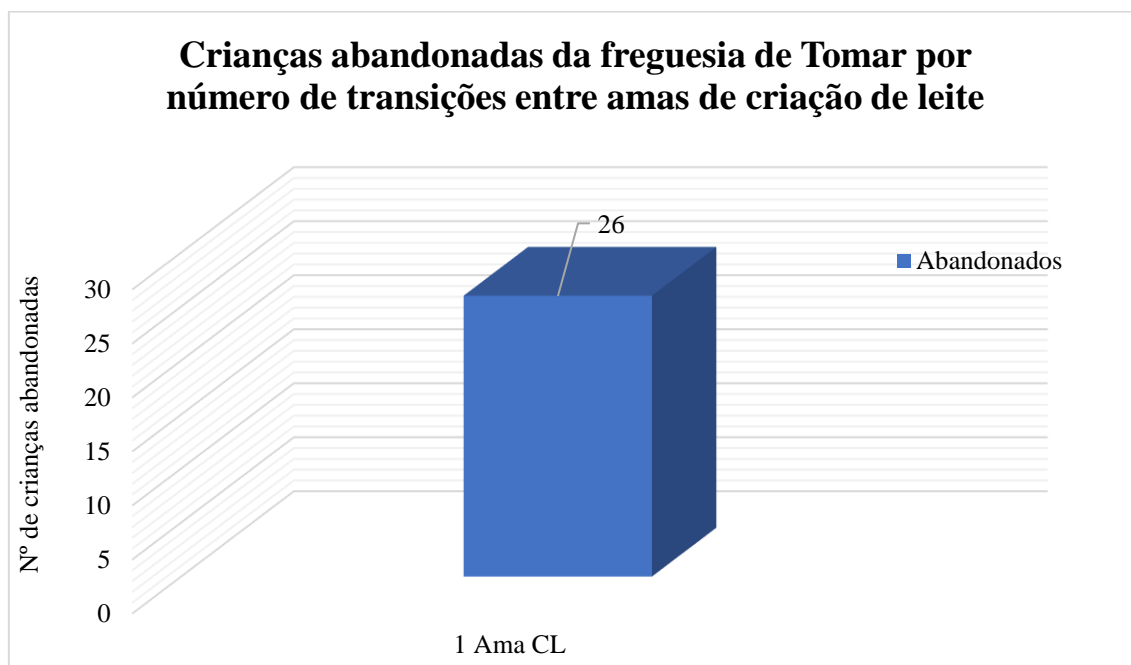


Gráfico 34. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de leite entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 86 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite que transitaram para a criação de seco e outros destinos

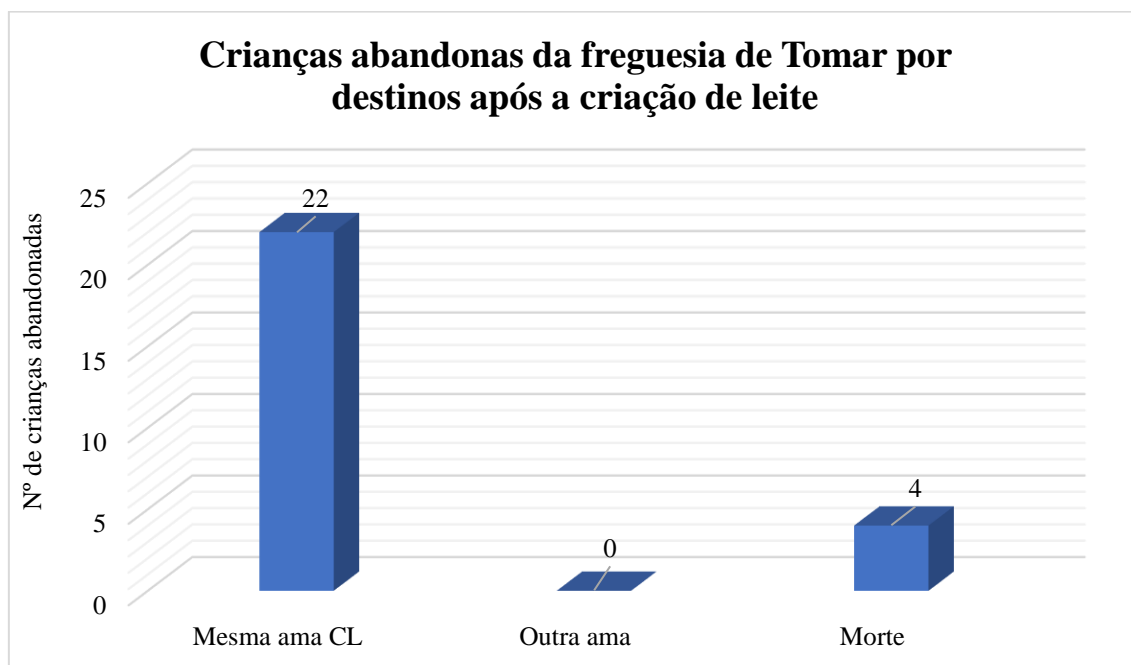


Gráfico 35. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite (CL) que transitaram para a criação de seco (CS) e outros destinos entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 87 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite em cada distrito, concelho e freguesia

Tabela 47. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de leite (CL) em cada distrito, concelho e freguesia entre 1843 e 1885

Distrito	Concelho	Freguesia	CL1	%	Total	%
Leiria	Óbidos	São Sebastião	1	4	1	4
Leiria	Alvaiázere	Cabaços ou Rego da Murta	2	8	2	8
Total do distrito de Leiria			3	12	3	12
Santarém	Ferreira do Zêzere	Areias	3	12	3	12
Santarém	Torres Novas	Chancelaria	1	4	1	4
Santarém	Tomar	Casais	1	4	1	4
Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	17	65	17	65
Santarém	Tomar	São João Baptista	1	4	1	4
Total do distrito de Santarém			23	88	23	88
Total			26	100	26	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 88 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de leite

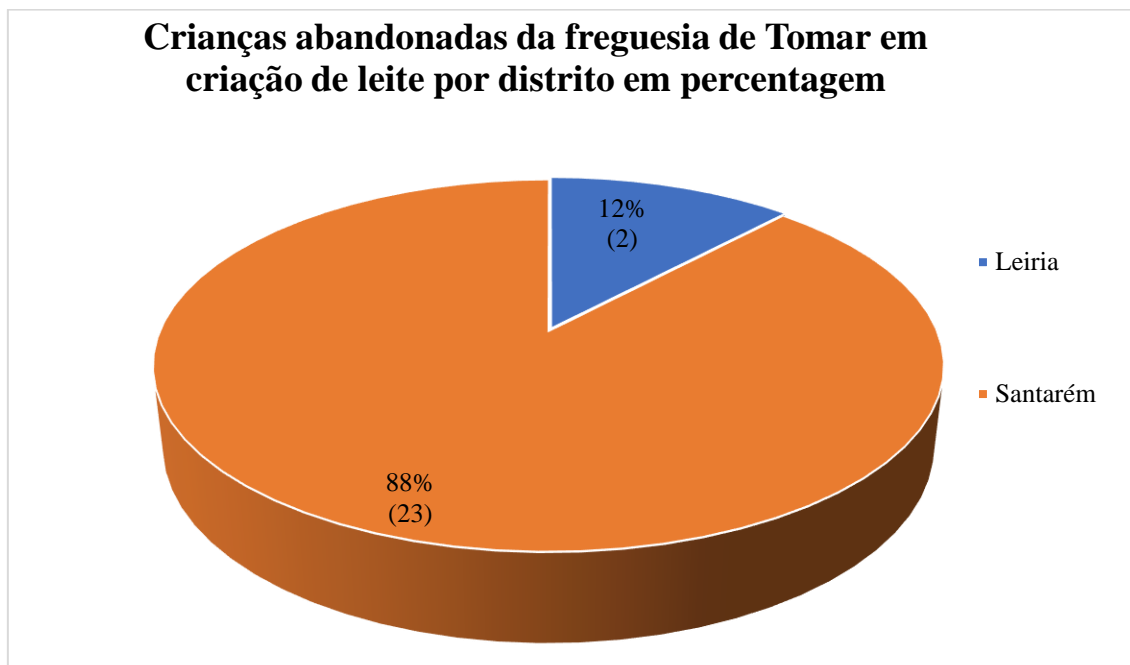


Gráfico 36. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de leite (CL) em percentagem em 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 89 - Amas de criação de leite da freguesia de Tomar por estado civil

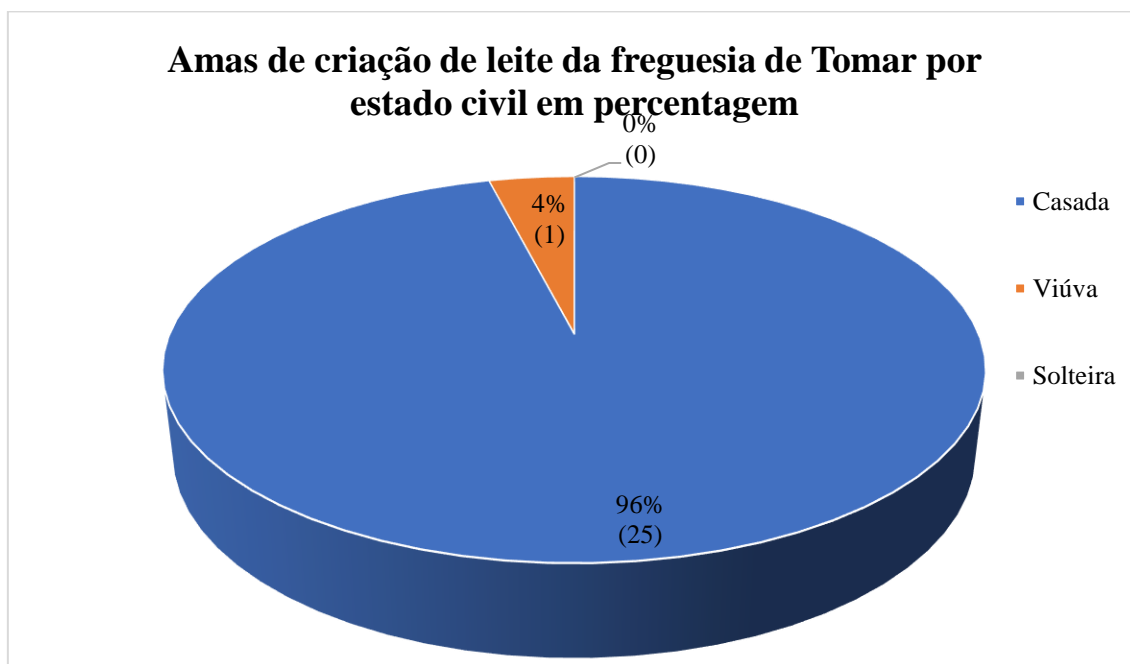


Gráfico 37. Amas de criação de leite (CL) da freguesia de Tomar por estado civil em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 90 - Profissões dos maridos das amas de criação de leite da freguesia de Tomar

Tabela 48. Profissões dos maridos das amas de criação de leite (CL) da freguesia de Tomar entre 1843 e 1885

Profissão	Nº de casos	%
Trabalhador	10	38
Sem resposta	12	46
Escudeiro	1	4
Pedreiro	1	4
Carpinteiro	1	4
Proprietário	1	4
Total	26	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 91 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de seco

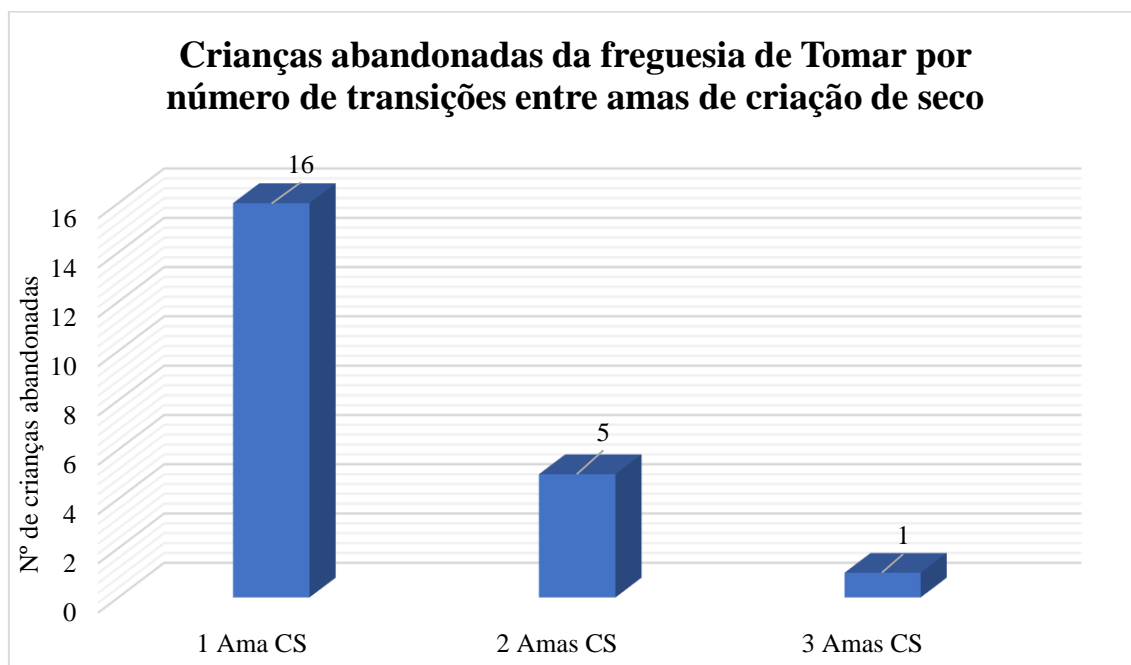


Gráfico 38. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de criação de seco (CS) entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 92 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco que transitaram para o termo de vestir e outros destinos

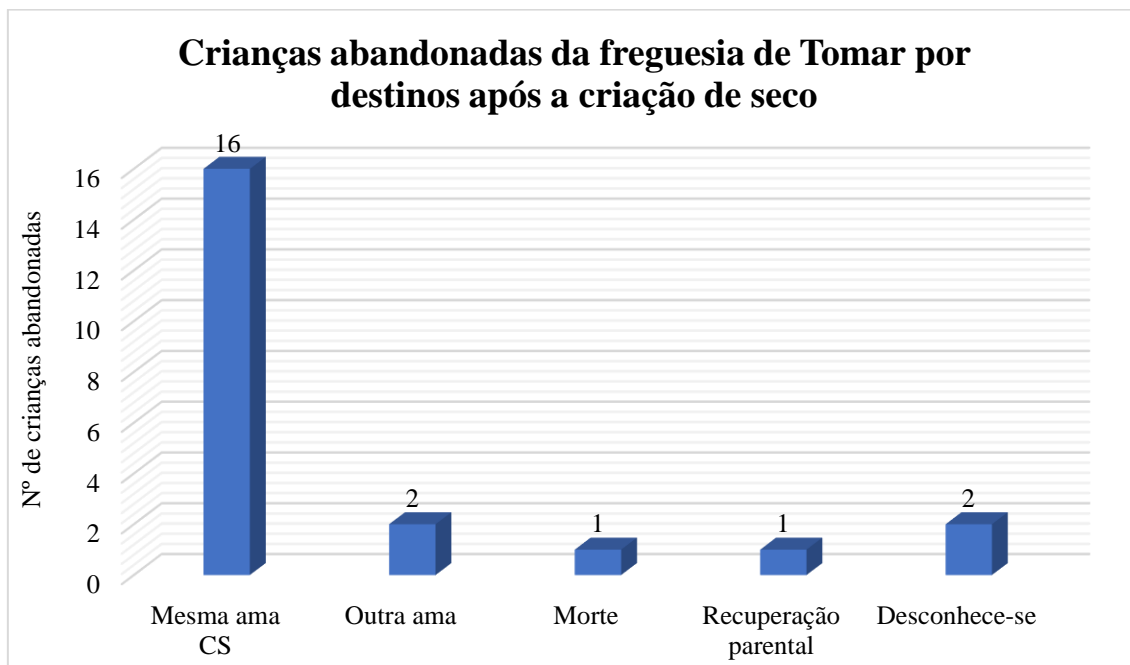


Gráfico 39. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco (CS) que transitaram para o termo de vestir (TV) e outros destinos entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 93 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco em cada distrito, concelho e freguesia

Tabela 49. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de amas de criação de seco (CL) em cada distrito, concelho e freguesia entre 1843 e 1885

Distrito	Concelho	Freguesia	CS1	%	CS2	%	CS3	%	Total	%
Leiria	Óbidos	São Sebastião	1	5	1	17	0	0	2	7
Leiria	Alvaiázere	Rego da Murta	2	9	0	0	0	0	2	7
Leiria	Caldas da Rainha	Salir de Matos	0	0	1	17	0	0	1	3
Total do distrito de Leiria			3	14	2	33	0	0	5	17
Santarém	Tomar	Casais	3	14	1	17	1	100	5	17
Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	13	59	3	50	0	0	16	55
Santarém	Tomar	São João Baptista	1	5	0	0	0	0	1	3
Santarém	Ferreira do Zêzere	Areias	1	5	0	0	0	0	1	3
Santarém	Torres Novas	Chancelaria	1	5	0	0	0	0	1	3
Total do distrito de Santarém			19	86	4	67	1	100	24	83
Total			22	100	6	100	1	100	29	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 94 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de seco

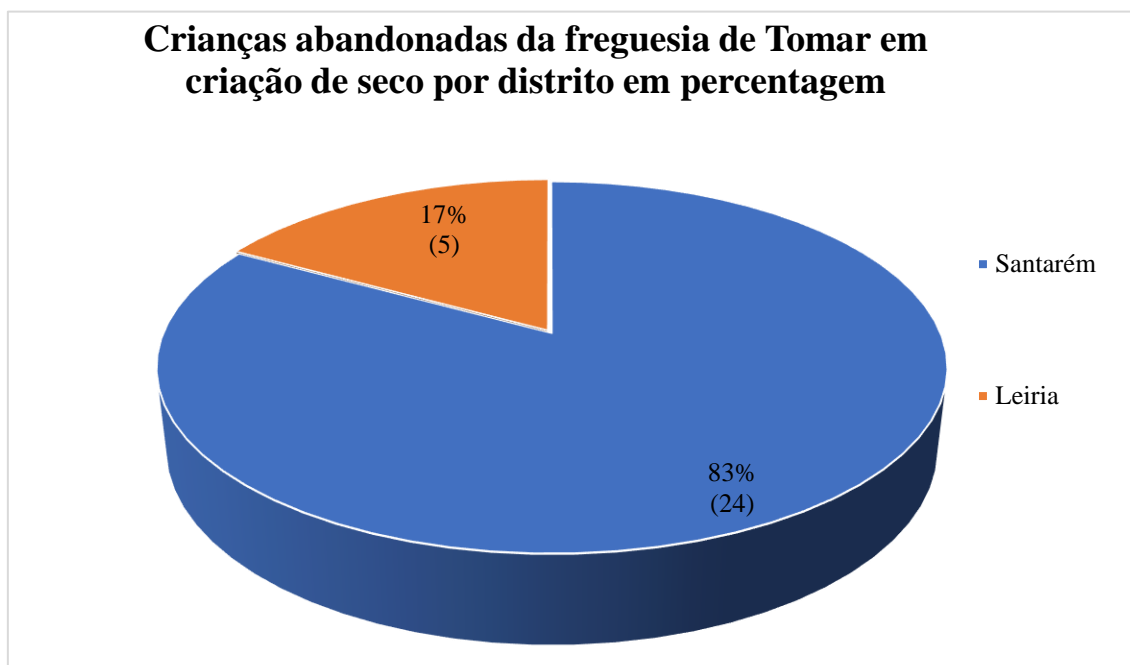


Gráfico 40. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de criação de seco (CS) em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 95 - Amas de criação de seco da freguesia de Tomar por estado civil

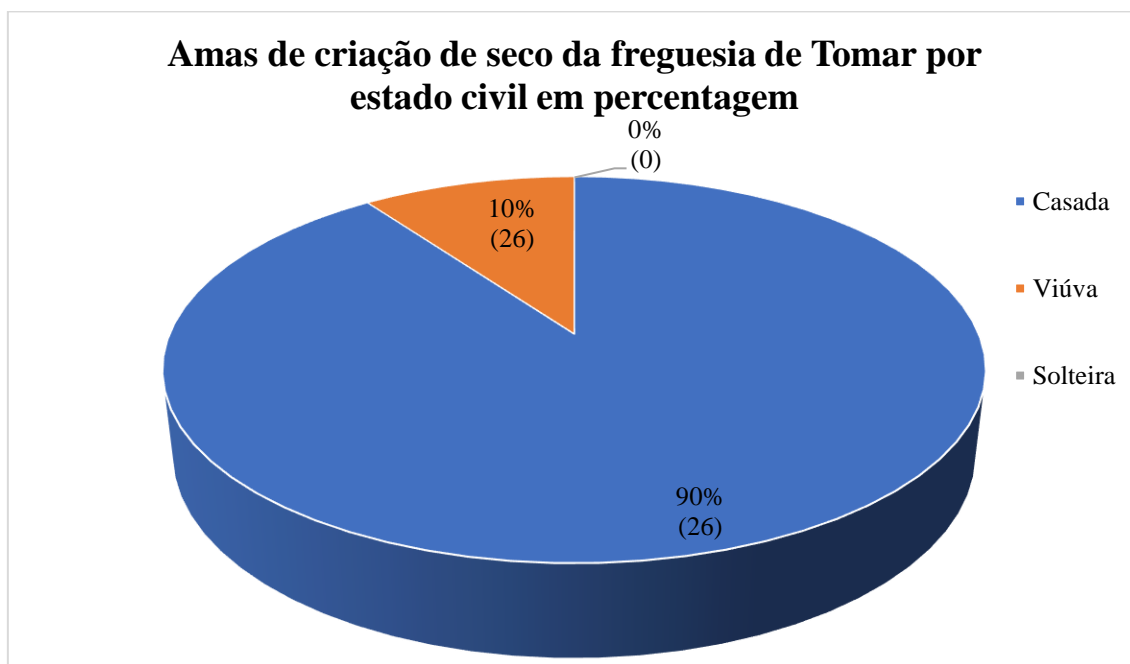


Gráfico 41. Amas de criação de seco (CS) da freguesia de Tomar por estado civil em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 96 - Profissões dos maridos das amas de criação de seco da freguesia de Tomar

Tabela 50. Profissões dos maridos das amas de criação de seco (CS) da freguesia de Tomar entre 1843 e 1885

Profissão	Nº de casos	%
Trabalhador	10	34
Sem resposta	15	52
Escudeiro	1	3
Pedreiro	1	3
Carpinteiro	1	3
Proprietário	1	3
Total	29	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*.

Anexo 97 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de termo de vestir

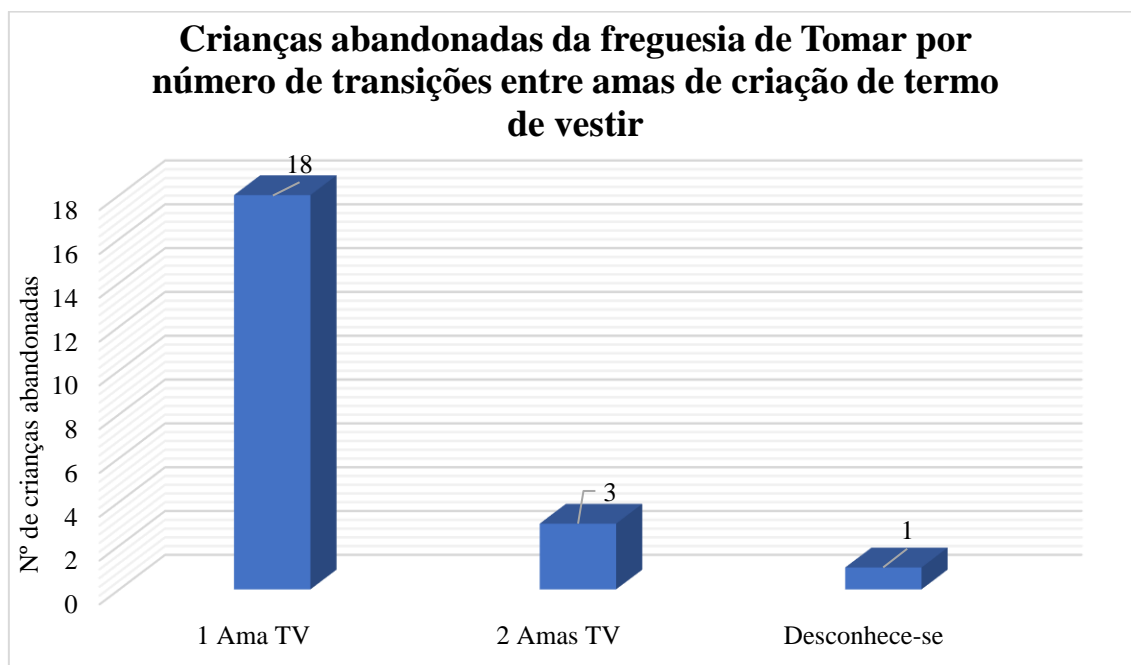


Gráfico 42. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por número de transições entre amas de termo de vestir (TV) entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 98 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por destinos após o termo de vestir

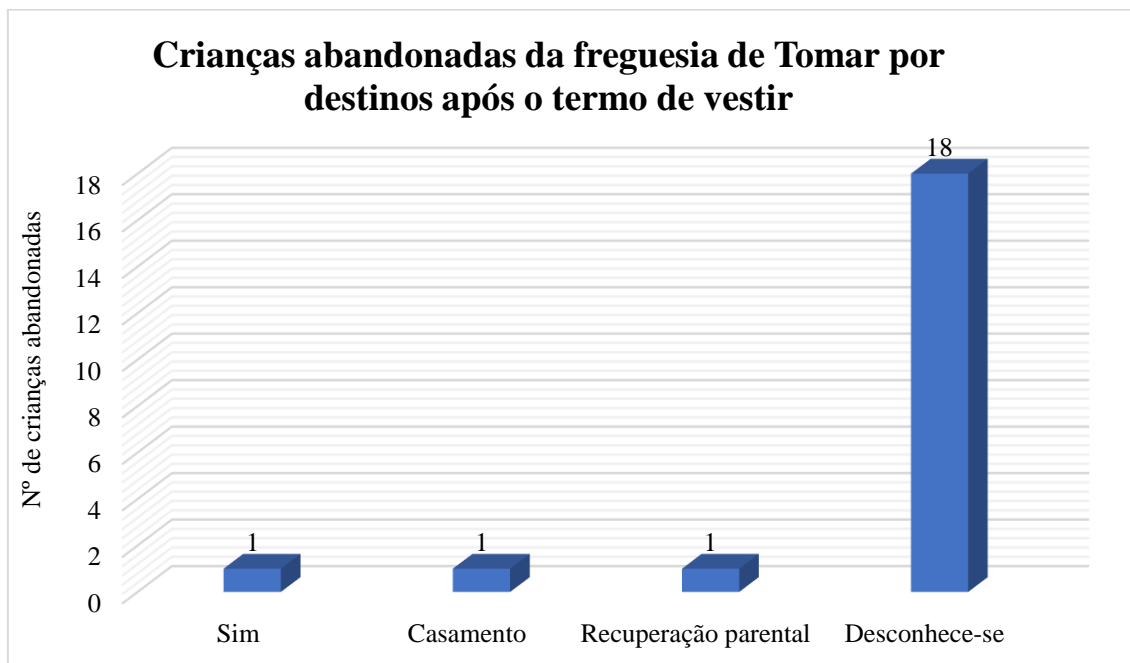


Gráfico 43. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por destinos após o termo de vestir (TV) entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 99 - Número de amas de criação de termo de vestir por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia de Tomar

Tabela 51. Número de amas de criação de termo de vestir (TV) por freguesia e concelho das crianças abandonadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao cuidado de amas residentes na freguesia de Tomar entre 1843 e 1885

Distrito	Concelho	Freguesia	TV1	%	TV2	%	Total	%
Leiria	Óbidos	São Sebastião	1	6	0	0	1	5
Leiria	Alvaiázere	Rego da Murta	1	6	0	0	1	5
Leiria	Caldas da Rainha	Salir de Matos	1	6	0	0	1	5
Total do distrito de Leiria			3	17	0	0	3	15
Santarém	Tomar	São João Baptista	0	0	1	50	1	5
Santarém	Tomar	Casais	1	6	0	0	1	5
Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	12	67	1	50	13	65
Santarém	Tomar	Santa Maria Madalena	1	6	0	0	1	5
Santarém	Ferreira do Zêzere	Areias	1	6	0	0	1	5
Total do distrito de Santarém			15	83	2	100	17	85
Total			18	100	2	100	20	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 100 - Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de termo de vestir

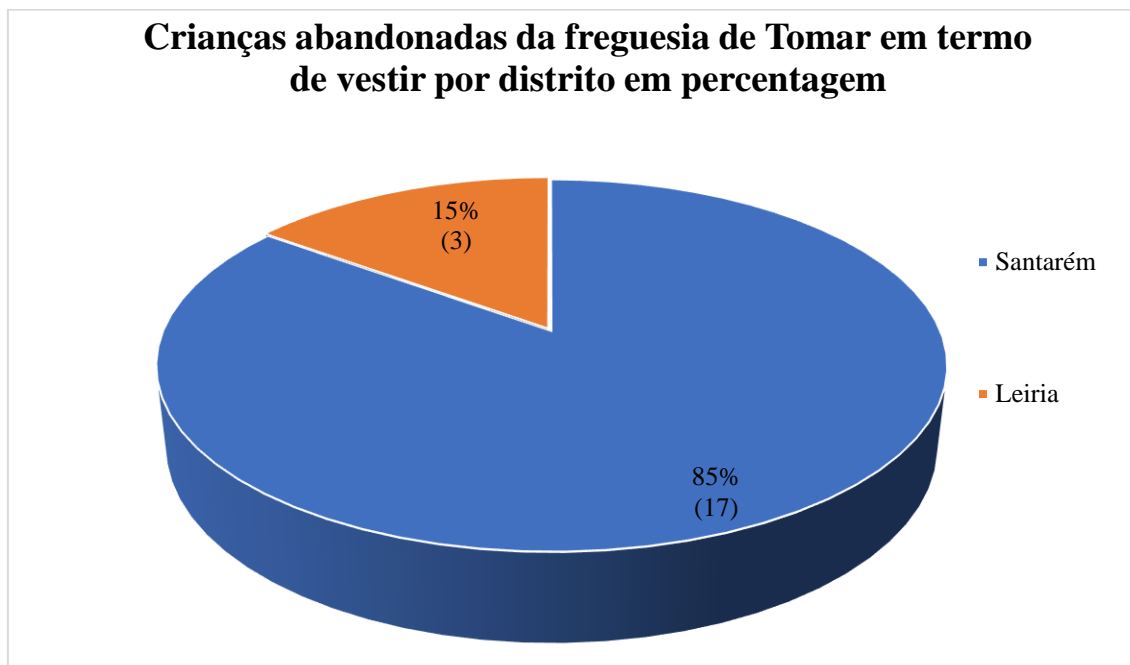


Gráfico 44. Crianças abandonadas da freguesia de Tomar por distrito de residência das amas de termo de vestir (TV) em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 101 - Amas de termo de vestir da freguesia de Tomar por estado civil

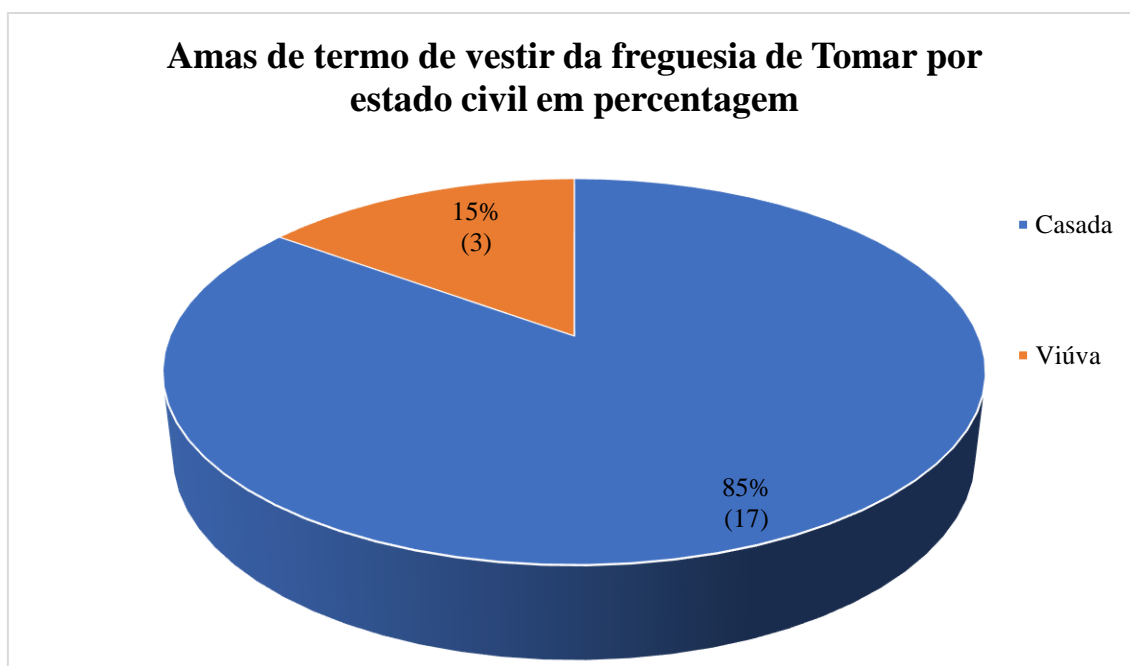


Gráfico 45. Amas de termo de vestir da freguesia de Tomar por estado civil em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 102 - Profissões dos maridos das amas de termo de vestir da freguesia de Tomar

Tabela 52. Profissões dos maridos das amas de termo de vestir (TV) da freguesia de Tomar entre 1843 e 1885

Profissões	Nº de casos	%
Trabalhador	6	30
Sem resposta	12	60
Criado de mesa	1	5
Proprietário	1	5
Total	20	100

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrega de expostos a amas, Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*.

Anexo 103 - Crianças abandonadas de Tomar vivas e mortas

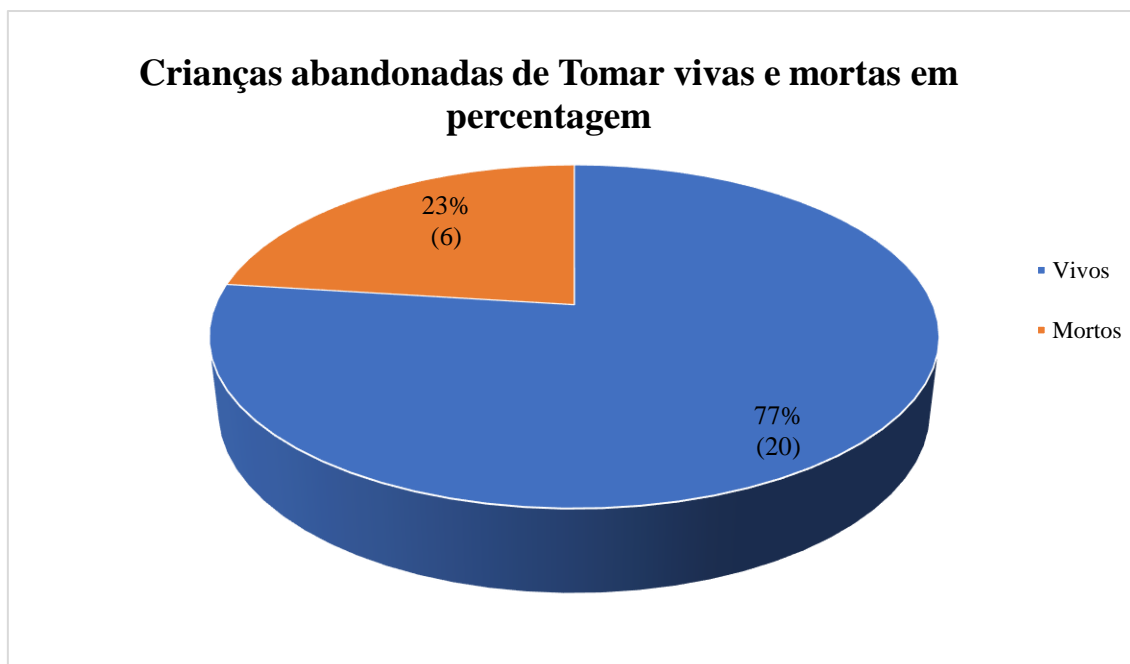


Gráfico 46. Crianças abandonadas de Tomar que faleceram e que sobreviveram em percentagem entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 104 - Local de falecimento das crianças abandonadas da freguesia de Tomar

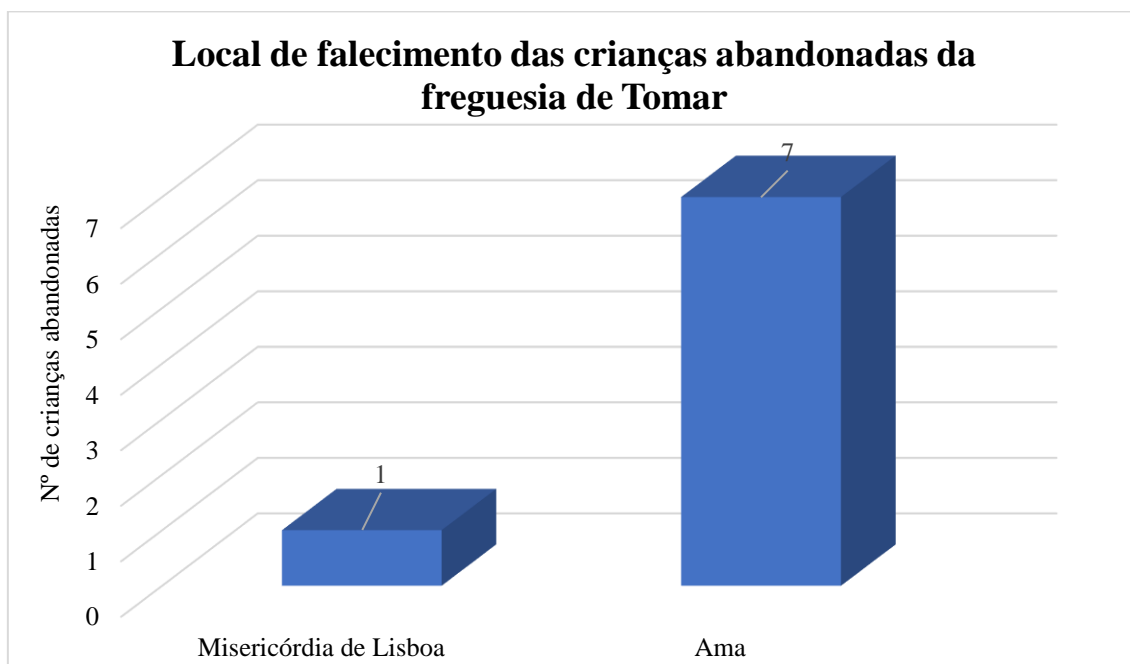


Gráfico 47. Local de falecimento das as crianças abandonadas da freguesia de Tomar entre 1843 e 1885.

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Expostos entregues para aprenderem um ofício*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.

Anexo 105 - Casamento das crianças abandonadas da freguesia da Encarnação

Tabela 53. Casamento de uma criança abandonada da freguesia de Tomar entre 1843 e 1885

ID	Nome	Data	Local	Noivo							Noiva						Data
				Nome	Categoria	Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade Concelho	Residência Freguesia	Nome	Categoria	Idade	Estado Civil	Naturalidade Concelho	Residência Freguesia	
277	Lauriana	13.06.1896	Igreja de São Sebastião da Pedreira	José da Silva	Filho legítimo	27	Solteiro	Trabalhador	Oliveira do Hospital	São Sebastião da Pedreira	Laureana da Graça	Exposta	26	Solteira	Lisboa	São Sebastião da Pedreira	

Fonte: AHSCML, Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Criação dos Expostos, Subsecção: Entrada dos expostos, Subsubsecção: Entrada e Baptismo dos expostos, *Entrada e baptismo*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de varões*; Subsubsecção: Matrículas, *Matrículas de fêmeas*; Subsubsecção: Criação de leite, *Criação de leite – meninos e meninas*; Subsubsecção: Criação de seco, *Criação de seco – meninos e meninas*; Subsubsecção: Matrículas, *Reforma dos termos dos varões*; Subsubsecção: Novas obrigações, *Termos de vestir*; Subsubsecção: Entrega para ofício, *Termos de criados*.